

toria da dívida, levando à anulação de sua parte ilegítima; um imposto de crise sobre os mais ricos; a redução radical da jornada de trabalho para acabar com o desemprego; o aumento das despesas com saúde e educação; a socialização dos bancos, das empresas farmacêuticas e do setor da energia”.

Michael Löwy

ÉRIC TOUSSAINT é PhD em Ciência Política pela Universidade de Liège (Bélgica) e pela Universidade Paris VIII (França), porta-voz do CADTM Internacional e dirigente da IV Internacional. No Equador, entre 2007 e 2011, participou da “Comissão Presidencial de Auditoria Integral do Crédito Público”. Coordenou o trabalho da “Comissão para a Verdade sobre a Dívida Pública”, criada pela presidente do Parlamento grego, que funcionou entre abril e outubro de 2015. É autor de mais de vinte livros, dos quais foram traduzidos ao português *A Crise da Dívida*, *Auditar, Anular, Alternativa Política* (Temas e Debates, Lisboa, 2013); *50 perguntas, 50 respostas: Sobre a Dívida, o FMI e o Banco Mundial* (Boitempo, 2006); *A Bolsa ou a Vida – A Dívida Externa do Terceiro Mundo: As Finanças Contra os Povos* (Fundação Perseu Abramo, 2002).

Éric Toussaint | História Crítica do Banco Mundial

História Crítica do Banco Mundial

Éric Toussaint



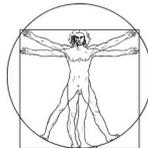
Editora
Movimento

“Éric Toussaint investiga as atividades do Banco Mundial (BM) desde a sua criação. Sua obra é, portanto, fruto de anos de pesquisa, e se baseia principalmente nas quinze mil páginas de documentos produzidos pelo próprio BM. Trata-se de um trabalho ao mesmo tempo científico, concreto, preciso, amplamente documentado, e inspirado a partir de um ponto de vista crítico, claramente anticapitalista. Ao longo de suas páginas, Éric Toussaint desmascara as mentiras do BM e desmistifica esta sinistra e poderosíssima instituição, mostrando, com amplas provas, que sua atuação está a serviço de um único objetivo: a maximização dos lucros das grandes empresas capitalistas, em particular dos Estados Unidos. Em última análise, o BM é um instrumento de dominação mundial do imperialismo americano, que tem nomeado, desde suas origens, todos os principais dirigentes da instituição.

O Banco Mundial, como o FMI, não são reformáveis. Novas instituições são necessárias, inspiradas por uma lógica internacionalista, em ruptura com o capitalismo. Éric Toussaint é um socialista revolucionário, mas ele aponta para medidas imediatas, que poderiam ser tomadas já: uma audi-

História Crítica do Banco Mundial

Éric Toussaint



Editora
Movimento

© Éric Toussaint e CADTM

Editores	Etevaldo Teixeira Roberto Robaina
Coordenação editorial	Israel Dutra Thiago Aguiar
Tradução	Alain Geffrouais Maria da Liberdade Rui Viana Pereira
Revisão técnica	Pedro Micussi
Projeto gráfico, capa e diagramação	Vittorio Audi Poletto

Edição revista e aumentada pelo autor em 2021.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda
Socialista. ano 5, v.1, n.18 (jul.2020 - set.2020) .
Porto Alegre : Movimento, 2020.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo Brasil. 2. Marxismo Mundo.
3. Socialismo. 4. Política Brasil. 5. Política
Internacional. — — —

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2021

Este trabalho é dedicado a todas e todos que lutam pela
conquista da dignidade e da justiça social.

Para aquelas e aqueles que enfrentam o Mediterrâneo, o Canal
da Mancha, o Rio Grande e todos os muros infames construídos
por ordem dos governos dos países ricos que negam o direito de
circular livremente.

Índice

Abreviaturas e siglas	9
Sobre este livro	11
Apresentação (Daniel Ribeiro)	13
Prefácio (Michael Löwy)	19
Prefácio do autor	21
Terminologia utilizada para designar os países em desenvolvimento	33
Capítulo 1 – Nas origens das instituições de Bretton Woods	47
Capítulo 2 – O nascimento do Banco Mundial (1946-1962)	55
Capítulo 3 – As relações entre a ONU e o Banco Mundial: um início difícil	71
Capítulo 4 – O contexto após a Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall e o acordo de Londres sobre a dívida alemã	77
Capítulo 5 – Um banco sob influência	89
Capítulo 6 – O apoio às ditaduras por parte do Banco Mundial e do FMI	109
Capítulo 7 – O Banco Mundial e as Filipinas	121
Capítulo 8 – O apoio do Banco Mundial à ditadura turca	127
Capítulo 9 – O Banco na Indonésia: uma intervenção emblemática	131
Capítulo 10 – As mentiras teóricas do Banco Mundial em matéria de desenvolvimento	143

Capítulo 11 – Coreia do Sul: o milagre desmascarado	153
Capítulo 12 – A armadilha do endividamento	175
Capítulo 13 – O Banco Mundial percebe a chegada da crise da dívida externa	189
Capítulo 14 – A crise da dívida mexicana e o Banco Mundial	199
Capítulo 15 – O Banco Mundial e o FMI: os cobradores dos credores	207
Capítulo 16 – Os presidentes Barber Conable e Lewis Preston (1986-1995)	227
Capítulo 17 – A operação de sedução de James Wolfensohn (1995-2005)	233
Capítulo 18 – Os debates em Washington no início de 2000	241
Capítulo 19 – O ajuste estrutural e o Consenso de Washington não foram abandonados	253
Capítulo 20 – Crise Climática e Ecológica: os aprendizes de Feiticeiro do Banco Mundial e do FMI	259
Capítulo 21 – Paul Wolfowitz, décimo presidente do Banco Mundial (2005-2007)	271
Capítulo 22 – Equador: avanços e limites das resistências às políticas requeridas pelo Banco Mundial, o FMI e outros credores	275
Capítulo 23 – De Robert Zoellick (2007-2012) a David Malpass (2019-...), passando por Jim Yong Kim: os homens do presidente dos EUA continuam no comando do Banco Mundial	293
Capítulo 24 – O FMI e o Banco Mundial em tempos de coronavírus: muda o disco e toca o mesmo	297

Capítulo 25 — O Banco Mundial e a questão do respeito aos direitos humanos	307
Capítulo 26 — Para acabar com a impunidade do Banco Mundial	323
Capítulo 27 — Em defesa da abolição e da substituição do Banco Mundial, do FMI e da OMC	329
ABC do Banco Mundial	335
ABC do Fundo Monetário Internacional (FMI)	343
Glossário	351
Seleção de obras do autor	369
Índice de tabelas	371
Índice de gráficos	373

Abreviaturas e Siglas

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento (grupo BM)
AMGI	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (grupo BM)
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD, BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAD, BASD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BCI	Banco de Compensações Internacionais (BIS em inglês)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (grupo BM)
BIS	Ver BCI
BM	Banco Mundial
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa em inglês)
CIRDI	Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (em inglês: International Center for Settlement of Investment Disputes – ICSID)
CNUCED	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)
DERP	Documento de Estratégia de Redução da Pobreza
DTS	Direito Especial de Saque (moeda do FMI)
ECOSOC	Conselho Econômico e Social da ONU
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRPC	Serviço de Crédito para o Crescimento e Redução da Pobreza
GAO	General Accounting Office dos EUA
ICJ	Ver TIJ
ICSID	Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (grupo BM)
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
ISI	Industrialização por Substituição de Importação
LIBOR	Taxa Interbancária na praça de Londres
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (New Partnership for Africa's Development)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
OIT	Organização Internacional do Trabalho

OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA	Organização de Unidade Africana, substituída pela União Africana em 2002
PAS	Plano de Ajuste Estrutural
PED	País em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Desenvolvidos
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPME	País Pobre Muito Endividado
SFI	Sociedade Financeira Internacional (grupo BM)
SUNFED	Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça (em francês: CIJ; em inglês: ICJ)
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sobre este livro

Éric Toussaint

Este livro é o resultado de um trabalho iniciado em março de 2004. Uma primeira edição saiu em francês em 2006 sob a forma de coedição entre a editora parisiense Syllepse, a Cetim de Genebra e o CADTM de Liège. O sucesso alcançado levou à traduções em inglês, castelhano, japonês, indonésio, árabe e português. Em espanhol teve quatro edições diferentes (Viejo Topo de Barcelona, Centro Internacional de Caracas, Abya-Yala de Quito e DESC de La Paz). Em inglês, duas edições diferentes (Pluto de Londres e VAK em Mumbai, Índia). Esta edição de 2021 é uma versão aumentada e atualizada da obra publicada em 2006.

A fonte principal são os documentos produzidos pelo próprio Banco Mundial, num total de pouco mais de quinze mil páginas. Consultei igualmente numerosos relatórios e estudos realizados por outras instituições internacionais, principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco de Compensações Internacionais (BCI)¹. Vários livros e estudos provenientes de cerca de cinquenta autores diferentes, que produziram análises sobre o tema, foram muito úteis para o meu trabalho.

Ao longo dos últimos trinta anos, realizei – essencialmente para o CADTM – mais de cem missões e estadas nos PED (Países em Desenvolvimento), principalmente na América Latina, mas também na África, Ásia, Europa Central e Europa de Leste. A análise desenvolvida neste livro resulta em grande parte dessas missões, bem como de todos aqueles que tive a oportunidade de conhecer nessas ocasiões.

Mantive relações diretas com autoridades de países em desenvolvimento, o que também contribuiu para desenvolver a presente análise. Entre outros contatos, destaca-se o convite do Ministério da Economia de Timor Leste em Março de 2003, bem como os do Parlamento venezuelano (primeiro em 1997, depois em 2003), do Ministério venezuelano da Economia e Planificação em 2008, do Governo do Equador por diversas vezes entre 2007 e 2011, da Presidência do Paraguai em 2008 e 2011, além de contatos frequentes com Luís Inácio Lula da Silva entre 1990 e 2003, ano do início do seu mandato como presidente do Brasil². Desde 1995 tive também várias reuniões e debates, como porta-voz do CADTM, sucessivamente com três ministros belgas das Finanças: Philippe Maystadt (ministro das Finanças e do Comércio Externo de 1988 a 1998, e depois presidente do Banco Europeu de

¹ Em inglês Bank for International Settlements (BIS), <http://www.bis.org/> (N. do E.).

² Ver Éric Toussaint. 2004. *La Finance contre les Peuples. La Bourse ou la Vie*. Cap. 16, "Etude de cas: Brésil", p. 389-414.

Investimento – BEI – de 2000 a 2011), Jean-Jacques Viseur (ministro da Finanças em 1998-1999) e Didier Reynders (ministro das Finanças de 1999 a 2011, depois comissário europeu da Justiça a partir de 2019). Entre 1998 e 2014 é preciso acrescentar ainda os encontros regulares com os administradores belgas do Banco Mundial e do FMI, em Washington. Finalmente, participei em debates públicos com destacados funcionários do Banco Mundial e do FMI em Praga, Genebra e Bruxelas. Em 2008, fui consultor junto ao secretariado-geral das Nações Unidas sobre o tema do Banco do Sul.

Contatos frequentes com pessoas do povo de diferentes países em desenvolvimento e o relacionamento permanente com os movimentos sociais foram a bússola que consultei incansavelmente para escrever este livro.

Três capítulos³ deste livro são extraídos da tese de doutorado em Ciência Política que defendi, em Novembro de 2004, nas Universidades de Liège e de Paris VIII.

Este livro adota um esquema cronológico de análise do Banco Mundial, desde a sua origem até 2020. Tive o cuidado de situar a política do Banco no seu contexto político e geoestratégico. Como a intervenção do Banco Mundial coincide quase sempre com a do FMI, analiso igualmente o papel dessa instituição. Além disso, o estudo de seis países ilustra a política do Banco Mundial: os casos das Filipinas (1946-1986), da Turquia (1980-1990), da Indonésia (1947-2005), da Coreia do Sul (1945-1998), do México (1970-2005) e do Equador (de 1990 a 2019). O livro torna inteligíveis as motivações políticas, econômicas e estratégicas do Governo dos Estados Unidos em relação ao Banco Mundial. A última parte do livro aborda a questão do Banco Mundial frente a justiça e conclui com a proposta de substituição do Banco Mundial, do FMI e da OMC por novas instituições multilaterais democráticas. O livro é ilustrado com tabelas e gráficos, apresenta duas fichas sobre o grupo Banco Mundial e sobre o FMI, e um léxico.

Como menciono nos agradecimentos, este livro não teria sido possível sem a ajuda de pessoas que são próximas a mim. No entanto, as análises aqui desenvolvidas são da minha inteira e única responsabilidade e comprometem apenas a mim mesmo. Que elas sejam revistas, completadas, emendadas e, obviamente, aplicadas o mais amplamente possível é o meu maior desejo, tendo em vista a emancipação dos oprimidos da Terra inteira, o que é basicamente a luta de toda uma vida.

Dedico um agradecimento especial a Maria da Liberdade e a Rui Viana Pereira, sem os quais esta edição em português não teria sido possível.

Nerja (Andaluzia), 13 de janeiro de 2021.

³ São os capítulos 3, 5 e 6, extraídos de Toussaint, Eric. 2004. *Enjeux politiques de l'action de la Banque internationale pour la Reconstruction et le Développement et du Fonds monétaire international envers le tiers-monde*, tese de doutorado em Ciência Política, Universidade de Liège e Universidade de Paris VIII, 2003-2004, p. 354.

Apresentação

Daniel Ribeiro¹

Escrever sobre a história do Banco Mundial implica investigar o processo de desenvolvimento do capitalismo mundial desde pelo menos a Segunda Grande Guerra. Ou melhor, desde a Grande Depressão de 1929. Esses dois grandes eventos de proporções globais estiveram no centro das preocupações dos países do capitalismo central quando pensaram a formulação tanto do Banco Mundial quanto do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ao fazer a reconstrução dessa história de maneira crítica, Éric Toussaint desvenda as entranhas do processo de fundação e consolidação tanto do Banco Mundial quanto do FMI. Ambas são instituições financeiras multilaterais, ou seja, com participação de vários países, mas como se revela nesta obra, são controladas e estão a serviço de interesses capitalistas muito particulares, em especial aqueles que envolvem a potência militar e econômica emergente daquele momento, os Estados Unidos da América. Além disso, o autor traz à superfície os verdadeiros interesses que motivaram a criação dessas instituições. Interesses que nunca foram devidamente revelados de maneira sistemática, apesar de sempre terem sido questionados por quem lutava pela superação do capitalismo em todo o mundo, bem como pelos que resistiam e lutavam pela soberania de suas nações.

O fato é que o Banco Mundial nasce no contexto do pós-guerra com o intuito de reconstruir os países da Europa afetados pesadamente pela destruição econômica, social e física dos conflitos bélicos. E, além disso, sua outra missão era contribuir com o desenvolvimento dos países do sul, dos quais boa parte ainda eram colônias dos países do norte, sobretudo no continente africano. Essa segunda missão do Banco serviria em última instância para reforçar a primeira, pois o “desenvolvimento” dos países do sul significava o aquecimento das exportações dos países do norte.

Toda essa política econômica foi gestada dentro do departamento do Tesouro estadunidense com apoio da Grã-Bretanha. Os principais formuladores do grande projeto foram Harry White, do alto escalão do governo Franklin Roosevelt e John Maynard Keynes chefe da equipe econômica da Grã-Bretanha. Estava nascendo então, em meados dos anos 1940, uma nova engrenagem do Capital, que aprofundaria a dependência dos países do sul global em relação aos países do norte. Em outras palavras, foi fundada naquele momento uma ferramenta aparentemente neutra, com respaldo da Organização das Nações Unidas (ONU) e com a “nobre” missão de levar progresso e modernidade para todos os países do mundo. Mas na prática era a maneira mais eficiente de despejar dólares por todos os cantos, fazer

¹ Cientista social (USP), militante da Rede Emancipa de Educação Popular e do MES/PSOL.

com que as dívidas dos países com os EUA fossem honradas, criar maior dependência da periferia com o centro do capitalismo mundial, a fim de mantê-lo em pleno funcionamento. A criação do Banco Mundial em última instância, como nos mostra Toussaint neste livro, foi uma potente ferramenta dos EUA no embate com a União Soviética durante a Guerra Fria.

E foi a partir das incursões das novas instituições financeiras sobre uma boa parte do globo, que observamos o salto gigantesco do endividamento dos estados-nação até os níveis de hoje. Aliás, documentos atuais do próprio Banco Mundial apontam para um endividamento recorde dos países. Calcula-se que hoje a relação dívida PIB mundial ultrapassou os 230%. Isso significa dizer que há muito mais dívidas a serem pagas do que a economia capitalista é capaz de produzir em mercadorias e serviços. Há uma sobreposição enorme de compromissos financeiros a serem honrados em relação ao trabalho que se realiza no mundo. A tendência no pós pandemia é essa relação explodir ainda mais.

O endividamento dos países sempre funcionou como motor de desenvolvimento do capitalismo. Contudo, as relações de endividamento se davam entre múltiplos devedores e credores. Com o nascimento do Banco Mundial e do FMI isso se altera radicalmente. A relação que existia antes entre diversos países credores e diversos países devedores – quase sempre uma relação entre dominadores e dominados – praticamente se extinguiu. Há agora uma nova lógica de funcionamento das dívidas públicas.

É bastante evidente que o sistema da dívida pública é a engrenagem central do funcionamento do capitalismo contemporâneo. Se essa engrenagem por algum motivo falha – e a tendência é sempre falhar – o sistema entra em colapso. O principal evento de descompasso desse sistema foi o que ocorreu na explosão da crise de 2007/2008, a chamada crise do subprime nos EUA. Não foi a primeira crise desse tipo no capitalismo, é verdade. Houve algo parecido na década de 1980, quando o México decretou moratória e isso desencadeou uma crise enorme em toda a América. Depois, no fim dos anos 1990, houve outra quando o eixo da crise foram os chamados Tigres Asiáticos. Mas sem dúvida, a crise da primeira década do século XXI foi a mais forte e impactante de todos os tempos, justamente por ter estourado no centro do capitalismo mundial, cujas consequências e efeitos estamos sentindo até hoje, com repercussões políticas, sociais e ambientais sem precedentes.

Essa nova lógica do endividamento dos países gerou novos contornos também na esfera política e social. No contexto da Guerra Fria, essas instituições financeiras estavam a serviço, principalmente, da consolidação da política neoliberal por todas as nações que estabeleciam contratos de empréstimos com o Banco e o FMI. Em poucos anos, quase todas as nações do mundo se viram dependentes da política econômica dos EUA. Todo empréstimo e investimento feito com os dólares dessas instituições vinham acompanhados de direções políticas e econô-

micas bastante draconianas e antipopulares. Privatizações, desindustrialização, direcionamento para produção de um ou outro produto, política de infraestrutura guiada para atender às importações e exportações do centro capitalista, entre outras medidas, estavam sempre contidas nos contratos de empréstimos entre as instituições e os países.

Toda essa história se passou nos bastidores da política internacional e nem sempre foram muito evidentes e perceptíveis. Os acordos entre chefes de estado e diretores-presidentes do Banco e FMI raramente eram divulgados de maneira pública. Ainda assim, não faltaram revoltas e levantes nacionais contra as políticas neoliberais e muitas vezes confrontando essas instituições diretamente. Na década de 1980, o Brasil assistiu ao maior movimento grevista de sua história. Ainda sob as rédeas dos militares, o país foi paralisado por enormes mobilizações de diferentes categorias de trabalhadores, impulsionado sobretudo pelas greves do ABC que enfrentavam o arrocho salarial imposto pelo governo. A palavra de ordem “fora daqui o FMI” unificou os trabalhadores do país. Esse movimento foi o grande responsável por impulsionar o movimento cívico das “diretas já”, que foi responsável por derrotar a ditadura militar. Outro marco importante foram as mobilizações no final dos anos 1990, quando em muitas partes do mundo gritava-se “Fora FMI”. O auge foi a famosa “Batalha de Seattle” em 1999, quando dezenas de milhares de manifestantes protestaram contra as políticas neoliberais levadas adiante pelas instituições financeiras junto aos países que se reuniam na Organização Mundial do Comércio (OMC) na cidade estadunidense. Foi um período de retomada das lutas sociais de maneira global e um enfrentamento direto ao sistema capitalista. Foi nesse contexto também que surgiu o Fórum Social Mundial, uma tentativa de conectar a rebeldia e o enfrentamento às políticas neoliberais em todo o mundo. Mais de uma década depois, pudemos vivenciar mais uma rodada de enormes contestações pelo mundo, cujo inimigo comum foram os bancos e os governos que passaram a aplicar políticas de austeridade sobre o seu povo.

Esse livro, portanto, chega ao Brasil em boa hora. Momento em que o tema da dívida pública ganha ainda mais importância, pois representa um dos entraves para o debate e apresentação de políticas econômicas antiausteridade, que tenham como centro o resgate da economia das famílias. Momento que se torna essencial o gasto público para salvar vidas em meio a pandemia do novo coronavírus. Esse debate, no entanto, sempre esteve interdito no Brasil, mesmo em tempos não sombrios como os de hoje. Todos os governos que ascenderam ao poder nas últimas três décadas encararam o tema da dívida como um dogma.

Éric Toussaint, enfim, traz para nós neste livro, uma documentação riquíssima sobre os bastidores do Banco Mundial e nos conduz à investigação para desvendar as entranhas do capitalismo mundial a partir dessas relações impostas pelos EUA e instituições financeiras que controla. A “História Crítica do Banco Mundial” é resultado de um longo e minucioso trabalho conduzido por Toussaint, historiador

e cientista político belga, que tem longa trajetória de militância socialista e elaboração teórica marxista. Ele dedicou algumas décadas de sua vida ao estudo crítico do capitalismo, e o papel central que organizações multilaterais, como o Banco Mundial, desempenham no ditame das políticas econômicas em todo o planeta.

Toussaint é um marxista reconhecido em todo o mundo pelos inúmeros trabalhos que conduz à frente do Comitê para a Abolição das Dívidas Ilegítimas (CA-DTM). Tem como método de pesquisa a análise criteriosa de documentação para a exposição dos fatos. Mas como um bom militante internacionalista não se limita ao gabinete de trabalho e estudos, pois é também um grande pesquisador de campo, daqueles que acompanham in loco os processos mais dinâmicos no mundo. Acompanhou de perto a aplicação de políticas neoliberais em diversos países e as consequências econômico-sociais. Em 2007, fez parte da comissão que auditou a dívida pública do Equador, que identificou inúmeras irregularidades e ilegalidades na cobrança de boa parte da dívida. E mais recentemente, em 2015, esteve durante meses na coordenação de uma equipe que trabalhou na auditoria da dívida grega, a fim de propor saídas alternativas àquelas impostas pela chamada Troika (grupo composto pelo Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia). O fim dessa história todos sabemos: a capitulação a essas organizações financeiras multilaterais, por parte do governo de esquerda eleito para enfrentar a crise da dívida grega.

Este livro não se limita a contar a história da fundação e desenvolvimento do Banco Mundial desde a sua criação em 1944 até o ano de 2020. Mas vai fundo nas entranhas políticas e relações econômicas nada transparentes estabelecidas entre o Banco e chefes de Estado. Ele desvenda e nos apresenta com documentação irrefutável o modus operandi do Banco para financiar ditaduras pelo mundo, inclusive as ditaduras latinoamericanas da segunda metade do século XX. Além disso, demonstra como essa instituição nunca esteve preocupada com os temas ambientais e climáticos que sempre estiveram ameaçados pela lógica do capitalismo. E, claro, os direitos humanos também passaram ao largo das preocupações dessa instituição.

Toda essa história inescrupulosa do Banco Mundial nos prende a atenção parágrafo a parágrafo. O livro relata de maneira primorosa todo o caminho percorrido até aqui para a dominação do capital financeiro sobre os países, ou da financeirização da economia global. Mas, além disso, ler este livro e descobrir cada passo que foi dado pelo Banco, cada decisão do diretor-presidente junto com o secretário do tesouro dos EUA, e comprovar aquilo que sempre gritamos nas ruas pelo mundo há décadas, nos empodera para seguir travando a guerra contra o neoliberalismo e as suas formas de dominação aparente, como as políticas de austeridade atuais.

Trata-se de uma obra imprescindível para que não percamos o horizonte estratégico de transformação radical do mundo. Temos desafios regionais e locais a serem enfrentados imediatamente, como por exemplo derrotar o bolsonarismo no

Brasil. Mas essa tarefa está inserida num contexto global de acirramento da luta de classes e do enfrentamento ao neoliberalismo que exerce a dominação através das suas políticas financeiras, como Toussaint nos apresenta.

Prefácio

Michael Löwy¹

Atenção, este livro é importante! É uma obra de salubridade pública... O autor, Éric Toussaint, fundador e porta-voz internacional do Comitê para a Abolição da Dívida Ilegítima (também conhecido como o Comitê para a Abolição da Dívida do Terceiro Mundo – CADTM), investiga as atividades do Banco Mundial (BM) desde a sua criação. Sua obra é, portanto, fruto de anos de pesquisa, e se baseia principalmente nas quinze mil páginas de documentos produzidos pelo próprio BM. Trata-se de um trabalho ao mesmo tempo científico, concreto, preciso, amplamente documentado, e inspirado a partir de um ponto de vista crítico, claramente anticapitalista. Ao longo de suas páginas, Éric Toussaint desmascara as mentiras do BM e desmistifica esta sinistra e poderosíssima instituição, mostrando, com amplas provas, que sua atuação está a serviço de um único objetivo: a maximização dos lucros das grandes empresas capitalistas, em particular dos Estados Unidos. Em última análise, o BM é um instrumento de dominação mundial do imperialismo americano, que tem nomeado, desde suas origens, todos os principais dirigentes da instituição.

Um dos aspectos mais infames da longa história do BM é o seu apoio sistemático a todas as ditaduras, desde os fascistas Franco e Salazar ao general Al Sissi do Egito, à junta militar brasileira, Pinochet, Mobutu, e tantos outros. Em troca, suspenheu qualquer ajuda ao Chile de Allende, ou à Nicarágua da Frente Sandinista.

Utilizando o mecanismo da dívida, o BM impõe, aos países do Sul em particular, as clássicas medidas neoliberais do Consenso de Washington que agravam e aprofundam as desigualdades sociais: privatizações, cortes no orçamento dos serviços públicos, redução dos impostos da oligarquia, etc. É uma estratégia francamente necropolítica, responsável, entre outras, pela morte anual de 2,5 milhões de crianças por desnutrição em escala mundial.

Trata-se igualmente de uma política ecocida, que subvenciona massivamente as energias fósseis (carvão, petróleo, gás), contribuindo assim diretamente à catastrófica mudança climática. Lawrence Summers, economista-chefe do Banco Mundial, declarava em 1991 que tentar impor limites ao crescimento por causa dos limites naturais é um “erro”, ou melhor, uma “estupidez”, “puramente demagógica”. Nos últimos anos, o discurso do BM ficou bem mais “verde”, mas a prática de apoio aos interesses fósseis do capital continuou como antes.

Os teólogos da libertação da América Latina caracterizaram este tipo de política como uma forma de religião perversa: a *idolatria do mercado*, do capital, da

¹ Sociólogo e diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS - França).

dívida externa, do lucro. O Banco Mundial é um destes ídolos mortíferos que exigem sacrifícios humanos, como Baal na antiguidade. Ou como Mammon, o ídolo do dinheiro, o mais próximo, em seu espírito, do BM... Marx também utilizava imagens semelhantes: em seu discurso inaugural para a Primeira Internacional, em outubro de 1864, ele compara o Capital com o antigo ídolo *Moloch*, que exigia sacrifícios de crianças. E no primeiro volume de *O Capital*, ele compara o trabalho infantil nas fábricas da Inglaterra, com o culto da divindade hinduísta *Juggernaut*: as vítimas do sacrifício eram jogadas debaixo das gigantescas e pesadas rodas que transportavam o ídolo.

Poucos são os governos do Sul, mesmo de esquerda, que tentaram resistir ao Banco Mundial: foi o caso, por um curto período, do Equador de Rafael Correa, assim como a Venezuela de Hugo Chaves, que tentou criar o Banco do Sul. A maioria dos governos do Sul está a serviço das classes dominantes locais, que se alinham aos preceitos do Consenso de Washington.

O Banco Mundial, como o FMI, não são reformáveis. Novas instituições são necessárias, inspiradas por uma lógica internacionalista, em ruptura com o capitalismo. Éric Toussaint é um socialista revolucionário, mas ele aponta para medidas imediatas, que poderiam ser tomadas já: uma auditoria da dívida, levando à anulação de sua parte ilegítima; um imposto de crise sobre os mais ricos; a redução radical da jornada de trabalho para acabar com o desemprego; o aumento das despesas com saúde e educação; a socialização dos bancos, das empresas farmacêuticas e do setor da energia.

Livros como este de Éric Toussaint são indispensáveis: eles constituem preciosas armas no combate à ideologia dominante, preciosas ferramentas para entender e para transformar o mundo.

Prefácio do autor

O golpe de Estado permanente do Banco Mundial

A lista de governos depostos por golpes de Estado militares apoiados pelo Banco Mundial é impressionante.

Entre os exemplos mais conhecidos, citemos a ditadura do Xá do Irã, após o queda do primeiro-ministro Mossadegh em 1953, a ditadura militar na Guatemala instaurada pelos EUA após a queda em 1954 do governo progressista do presidente democraticamente eleito Jacobo Arbenz, a de Duvalier no Haiti a partir de 1957, a ditadura do general Park Chung Hee na Coreia do Sul a partir de 1961, a ditadura dos generais brasileiros a partir de 1964, a de Mobutu no Congo e de Suharto na Indonésia a partir de 1965, a dos militares na Tailândia a partir de 1966, a de Idi Amin Dada no Uganda e do general Hugo Banzer na Bolívia em 1971, a de Ferdinand Marcos nas Filipinas a partir de 1972, a de Augusto Pinochet no Chile, a dos generais uruguaios e a de Habyarimana em Ruanda a partir de 1973, a da junta militar argentina a partir de 1976, o regime de Arap Moi no Quênia a partir de 1978, a ditadura no Paquistão a partir de 1978, o golpe de Saddam Hussein em 1979 e a ditadura militar turca a partir de 1980, a de Ben Ali na Tunísia de 1987 a 2011, a de Mubarak no Egito de 1981 a 2011.

Entre outras ditaduras apoiadas pelo Banco Mundial destaques ainda a dos Somoza na Nicarágua, até sua derrubada em 1979 e a de Ceausescu na Romênia.

Algumas continuam instaladas ainda hoje: a ditadura de Idriss Déby no Chade, a de Sissi no Egito, e tantas outras...

Não esqueçamos também o apoio às ditaduras na Europa: a do general Franco na Espanha e a de Salazar em Portugal.

O Banco Mundial apoiou metodicamente e de forma muito clara regimes despóticos, oriundos ou não de golpes, responsáveis por políticas antissociais e crimes contra a humanidade. O Banco deu provas de total falta de respeito pelas normas constitucionais de alguns dos seus países membros. Nunca hesitou em apoiar militares golpistas e criminosos, economicamente dóceis, contra governos democráticos. Esta atitude é coerente com o fato de o Banco Mundial considerar que o respeito aos direitos humanos não faz parte da sua missão.

Recordemos o apoio oferecido pelo Banco Mundial ao regime de *apartheid* na África do Sul de 1951 até 1968. O Banco Mundial recusou explicitamente aplicar uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada em 1964, que obrigava todas as instituições da ONU a interromper os apoios financeiros à África do Sul por esta violar a Carta das Nações Unidas. Esta atitude do Banco Mundial e a violação do Direito Internacional não devem permanecer impunes.

Por fim, como este livro revela, o Banco Mundial, ao longo das décadas de 1950

e 1960, concedeu sistematicamente empréstimos às potências coloniais e às suas colônias para projetos que permitiam aumentar a exploração dos recursos naturais e dos povos colonizados em proveito das classes dirigentes das metrópoles. Foi nesse contexto que o Banco Mundial recusou aplicar a resolução da ONU aprovada em 1965, na qual se apelava à retirada de apoio financeiro e técnico a Portugal enquanto o país não renunciasse à sua política colonial.¹

As dívidas contraídas junto ao Banco Mundial por decisão do poder colonial foram impostas aos novos países quando eles se tornaram independentes – caso das colônias da Bélgica, da Inglaterra e da França.

O apoio do Banco Mundial a regimes ditatoriais se exprime na concessão de apoios financeiros, além de assistência técnica e econômica – apoio e assistência que ajudaram os regimes coloniais a se manter no poder e a perpetuar os seus crimes. O Banco Mundial também contribuiu para que esses regimes não fossem isolados na cena internacional, uma vez que os empréstimos e a assistência técnica facilitaram as relações com os bancos privados e as empresas transnacionais. O modelo neoliberal impôs-se progressivamente ao mundo a partir da ditadura de Augusto Pinochet em 1973 no Chile e de Ferdinand Marcos nas Filipinas em 1972. Estes dois regimes foram ativamente apoiados pelo Banco Mundial. Quando esses regimes terminaram, o Banco Mundial exigiu sistematicamente dos regimes democráticos que lhes sucederam o pagamento das dívidas contraídas pelos seus antecessores. Em suma, a ajuda financeira do Banco, oferecida de forma cúmplice às ditaduras, tornou-se um fardo para os povos libertos, que se veem obrigados a pagar as armas compradas para os oprimir.

Nas décadas de 1980 e 1990, e numa segunda onda entre 2011 e 2020, chegaram ao fim muitas ditaduras, algumas derrubadas por poderosos movimentos democráticos. Os regimes que lhes sucederam aceitaram, em geral, as políticas recomendadas ou impostas pelo Banco Mundial e pelo FMI e continuaram a reembolsar dívidas odiosas. O modelo neoliberal, depois de ter sido imposto pela mão de ditaduras, manteve-se graças ao jugo da dívida e a um ajuste estrutural permanente. De fato, após a derrubada das ditaduras, os governos democráticos prosseguiram a aplicação de políticas de ruptura com as tentativas de instaurar um modelo de desenvolvimento parcialmente autônomo. A nova fase da mundialização iniciada na década de 1980, num momento de explosão da crise da dívida, implica geralmente uma maior subordinação dos países em desenvolvimento (os países da periferia) em relação aos países mais industrializados (os países do centro), aos quais devemos juntar a China. Assistimos também a emergência de novos regimes autoritários, nomeadamente no Brasil com Jair Bolsonaro (2019-...), Jeanine Áñez (2019-2020) na Bolívia, Sebastián Piñera no Chile (2018-...), Iván Duque na Colômbia (2018-...), Rodrigo Duterte nas Filipinas (2016-...). Todos eles são apoiados

1 O Banco Mundial concedeu empréstimos a Portugal até 1967.

pelo Banco Mundial e pelo FMI. Não esqueçamos ainda o regime saudita, que é um dos pilares do Banco Mundial e do FMI.

A agenda escondida do consenso de Washington

Desde o início, graças a um mecanismo simultaneamente simples de compreender e complexo de instaurar, as principais decisões do Banco Mundial e do FMI dependem das orientações do governo dos EUA. Só em casos raros certos governos europeus (especialmente os da Grã-Bretanha, França e Alemanha) e do Japão foram ouvidos. Por vezes, ocorre algum atrito entre a Casa Branca e a direção do Banco Mundial e do FMI, mas uma análise rigorosa da história desde o final da Segunda Guerra Mundial mostra que a última palavra pertence sempre ao governo dos EUA em todos os assuntos que lhe interessam diretamente.

No fundamental, a agenda escondida do Consenso de Washington consiste em manter a *leadership* dos EUA em escala mundial e em livrar o capitalismo dos limites que lhe tinham sido impostos no fim da Segunda Guerra Mundial. Estes limites resultaram simultaneamente de poderosas mobilizações sociais – tanto no Sul como no Norte –, do início da emancipação de certos povos colonizados e de tentativas de escapar do capitalismo. O Consenso de Washington é também a intensificação do modelo produtivista e extrativista.

Ao longo das últimas décadas, no quadro desse Consenso, o Banco Mundial e o FMI reforçaram os seus meios de pressão sobre grande número de países, tirando partido da situação criada pela crise da dívida. O Banco Mundial desenvolveu um conjunto de filiais, de maneira a tecer uma teia com malhas cada vez mais apertadas – Sociedade Financeira Internacional (SFI), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI), Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI).

Por exemplo, o Banco Mundial concede um empréstimo na condição do sistema de distribuição e saneamento das águas ser privatizado. Em consequência, a empresa pública é vendida a um consórcio privado no qual, como por acaso, encontramos a SFI, filial do Banco Mundial. Quando a população afetada pela privatização se revolta contra o aumento brutal das tarifas e a degradação da qualidade dos serviços, e as autoridades públicas se voltam contra a empresa transnacional predadora, a gestão do litígio é entregue ao CIRDI, que é ao mesmo tempo juiz e parte interessada.

Chega-se assim a uma situação em que o Grupo Banco Mundial está presente em todos os níveis: 1) imposição e financiamento da privatização (Banco Mundial); 2) investimento na empresa privatizada (SFI); 3) garantia dessa empresa (AMGI); 4) julgamento em caso de litígio (CIRDI). Foi precisamente o que aconteceu em El Alto, na Bolívia, em 2004-2005.

A colaboração entre o Banco Mundial e o FMI é também fundamental, permitindo exercer uma pressão máxima sobre os poderes públicos. E para tutelar a

esfera pública e as autoridades, para levar mais longe a generalização do modelo, a colaboração do duo Banco Mundial / FMI estende-se à Organização Mundial do Comércio (OMC) desde que esta viu a luz do dia, em 1995.

Uma diferença fundamental separa a agenda proclamada do Consenso de Washington de sua versão escondida. A agenda proclamada visa reduzir a pobreza por meio do crescimento, das forças do mercado livre e da menor intervenção possível dos poderes públicos. A agenda escondida – aquela que é aplicada na realidade – visa a submissão das esferas pública e privada de todas as sociedades humanas à lógica do máximo lucro no modelo capitalista. A aplicação prática desta agenda implica a reprodução da pobreza (e não a sua redução) e o aumento das desigualdades. Implica uma estagnação, ou mesmo uma degradação, das condições de vida da grande maioria da população mundial, combinada com uma concentração cada vez maior da riqueza. Implica ainda a degradação dos equilíbrios ecológicos, pondo em perigo o futuro da humanidade.

Um dos numerosos paradoxos da agenda escondida é que, em nome do fim da ditadura do Estado e da libertação das forças do mercado, os governos aliados às transnacionais recorrem à ação *coerciva* das instituições *públicas* multilaterais (Banco Mundial – FMI – OMC) para impor este modelo aos povos.

A ruptura como saída

Por todas essas razões, é preciso romper radicalmente com o Consenso de Washington, com o modelo aplicado pelo Banco Mundial. O Consenso de Washington não deve ser entendido como um mecanismo de poder e um projeto limitado ao governo de Washington, ladeado pelo trio infernal. A Comissão Europeia, a maioria dos governos europeus, o governo japonês, aderem ao Consenso de Washington e traduzem-no nas suas próprias línguas, projetos constitucionais e programas políticos.

A ruptura com o Consenso de Washington, se se limitar ao fim da *leadership* dos EUA, apoiado pelo trio Banco Mundial, FMI e OMC, não constitui uma alternativa, pois as outras grandes potências estão dispostas a continuar o papel dos EUA e a prosseguir objetivos semelhantes. Imaginemos por um momento que a União Europeia substitui os EUA na *leadership* mundial. Nada disso melhoraria no fundamental a situação dos povos em escala planetária, pois seria a substituição de um bloco capitalista do Norte (um dos polos da Tríade) por outro. Imaginemos ainda outra hipótese: o fortalecimento do bloco constituído pela China, Brasil, Índia, África do Sul e Rússia a ponto de suplantar a Tríade. Se esse bloco fosse movido pela lógica dos seus atuais governos e pelo sistema econômico que os rege, não haveria verdadeiras melhorias.

É preciso substituir o Consenso de Washington por um consenso dos povos fundado na rejeição do capitalismo. É preciso pôr radicalmente em questão o conceito de desenvolvimento estreitamente ligado ao modelo produtivista. Esse mode-

lo de desenvolvimento exclui a proteção das culturas e da sua diversidade; esgota os recursos naturais e degrada irremediavelmente o ambiente; vê a promoção dos direitos humanos, na melhor das hipóteses, como um objetivo a longo prazo (ora, a longo prazo estaremos todos mortos); quase sempre vê a promoção dos direitos humanos como um obstáculo ao crescimento; vê a igualdade como um obstáculo, ou até um perigo.

Quebrar a espiral infernal do endividamento

A melhoria das condições de vida dos povos através do endividamento público é um fracasso. O Banco Mundial afirma que, para se desenvolverem, os países em desenvolvimento² devem recorrer à dívida externa e atrair investimento externo. Esta dívida é utilizada sobretudo para comprar bens de capital e bens de consumo provenientes dos países mais industrializados. Os fatos demonstram que, dia após dia, durante décadas, isto não conduz ao desenvolvimento.

De acordo com a teoria econômica dominante, o desenvolvimento do Sul está atrasado devido à falta de capital interno (poupança interna insuficiente). Ainda de acordo com a teoria econômica dominante, os países que desejam empreender ou acelerar o seu desenvolvimento devem recorrer ao capital externo por três vias: primeiro, endividando-se no exterior; segundo, atraindo investimento estrangeiro; terceiro, aumentando as exportações para obter a moeda estrangeira necessária à aquisição de bens estrangeiros para continuar o seu crescimento. Para os países mais pobres, trata-se também de atrair donativos, comportando-se como bons alunos dos países desenvolvidos.

A realidade contradiz esta teoria: são os países em desenvolvimento que fornecem capitais aos países mais industrializados³, em particular a economia dos Estados Unidos. Era o que dizia um relatório do Banco Mundial publicado em 2003: “Os países em desenvolvimento, no seu conjunto, foram credores líquidos dos países desenvolvidos”⁴.

Se os movimentos populares tomassem o poder em vários países em desenvolvimento (PED) e montassem o seu próprio banco de desenvolvimento e o seu próprio fundo monetário internacional, poderiam perfeitamente dispensar o Banco Mundial, o FMI e as instituições financeiras privadas dos países mais industrializados.

Não é verdade que os PED tenham de recorrer ao endividamento para finan-

2 O vocabulário usado para designar os países aos quais o Banco Mundial destinava os seus empréstimos evoluiu ao longo dos anos: de início empregou o termo “países atrasados”, depois passou a “países subdesenvolvidos”, optando enfim por “países em desenvolvimento”, sendo alguns destes designados “países emergentes”.

3 Milan Rivié, “Flux financiers illicites: Afrique première créancière au monde”, publicado a 15 de outubro de 2020, <http://cadtm.org/Flux-financiers-illicites-Afrique-premiere-creanciere-au-monde>.

4 “Developing countries, in aggregate, were net lenders to developed countries” (World Bank, *Global Development Finance 2003*, p. 13). Na edição de 2005 de *Global Development Finance*, p. 56, o Banco escreve: “Os países em desenvolvimento são atualmente exportadores de capitais para o resto do mundo.” (“Developing countries are now capital exporters to the rest of the world” – World Bank, *GDF 2005*, p. 56).

ciarem o seu desenvolvimento. Atualmente o recurso ao endividamento serve sobretudo para assegurar a continuidade dos reembolsos. Apesar da existência de grandes reservas cambiais⁵, os governos e as classes dominantes locais do Sul não aumentam o investimento e as despesas sociais.

É preciso romper com a visão dominante, que vê no endividamento uma necessidade absoluta. Além disso não devemos hesitar em abolir ou repudiar as dívidas odiosas ou ilegítimas.

Abolir as dívidas odiosas

Segundo a doutrina jurídica da dívida odiosa, teorizada por Alexander Sack em 1927, uma dívida é “odiosa” quando se encontra reunido um conjunto de condições essenciais:

1) Ausência de benefício para a população: a dívida não foi contraída no interesse do povo e do Estado, mas sim contra o seu interesse ou no interesse pessoal dos dirigentes e de pessoas próximas do poder;

2) A cumplicidade dos credores: os credores sabiam (ou tinham condições de saber) que os fundos emprestados não iam beneficiar à população.

Segundo esta doutrina, a natureza despótica ou democrática de um regime não deve ser levada em conta.

O autor da doutrina da dívida odiosa, Alexander Sack, diz claramente que podem ser atribuídas dívidas odiosas a governos regulares. Segundo Sack, “uma dívida contraída de forma regular por um governo regular [pode] ser considerada incontestavelmente odiosa”. Sack define da seguinte forma um governo regular: “Considera-se governo regular o poder supremo que existe efetivamente nos limites de um determinado território. Quer esse poder seja monárquico (absoluto ou limitado) ou republicano; quer provenha da ‘graça de Deus’ ou da ‘vontade do povo’; quer exprima a ‘vontade do povo’ ou não, de todo o povo ou apenas de uma parte deste; quer tenha sido estabelecido legalmente ou não, etc., nada disso importa para o problema em causa” [Grifo meu E.T. Fonte: *Les effets des transformations des États sur leurs dettes publiques et autres obligations financières: traité juridique et financier*, Recueil Sirey, Paris, 1927. O documento completo pode ser consultado no site do CADTM].

Sack diz que uma dívida pode ser caracterizada como odiosa quando:

“a) as necessidades, em função das quais o antigo governo contraiu a dívida em questão, eram ‘odiosas’ e claramente contrárias aos interesses da população, no todo ou em parte, do antigo território, e

b) os credores, no momento da emissão do empréstimo, estavam conscientes do seu fim odioso”.

⁵ As reservas cambiais consistem em divisas estrangeiras e em ouro detidas pelo Banco Central. Podem incluir títulos e obrigações do Tesouro de estados estrangeiros, nomeadamente títulos do Tesouro dos EUA.

E prossegue: “Uma vez estabelecidos estes pontos, caberia aos credores o encargo de provar que os fundos gerados pelos ditos empréstimos foram de fato utilizados não para fins odiosos, prejudiciais à população de todo ou parte do território do Estado, mas sim para necessidades gerais ou especiais desse Estado, não padecendo de caráter odioso” (ver <https://www.cadtm.org/A-divida-odiosa-segundo-Alexandre-Sack-e-segundo-o-CADTM>).

Esta doutrina, que foi por diversas vezes na história aplicada por diversos governos, é também útil para denunciar como odiosas as dívidas reclamadas pelo Banco Mundial e o FMI aos países do Sul.

Recorrer a empréstimos legítimos e financiar o Estado por meio de impostos socialmente justos

Dito isto, é preciso acrescentar que o endividamento público não algo ruim em si mesmo, quando concebido de maneira radicalmente diferente do sistema atual.

O empréstimo público é inteiramente legítimo quando serve a projetos legítimos e quando quem contribui para eles o faz de maneira legítima. A dívida pública poderia ser utilizada para financiar ambiciosos programas de transição ecológica em vez de servir a políticas antissociais, extrativistas e produtivistas que favorecem a concorrência entre nações.

As autoridades públicas podem utilizar os empréstimos, por exemplo, para:

- Financiar o fechamento total de usinas térmicas e nucleares;
- Substituir energias fósseis por fontes de energia renováveis e respeitosas do meio ambiente;
- Financiar a conversão dos métodos agrícolas atuais (que contribuem para a mudança climática e utilizam produtos químicos responsáveis pela diminuição da biodiversidade), favorecendo a produção local de alimentos biológicos, para tornar a agricultura compatível com a luta contra as alterações climáticas;
- Reduzir radicalmente os transportes aéreos e rodoviários e desenvolver os transportes coletivos e a utilização das ferrovias;
- Financiar um programa ambicioso de alojamentos sociais com baixo consumo de energia;
- Financiar a pesquisa médica pública e as despesas de saúde pública para fazer face aos graves problemas de saúde que afetam a humanidade.

Um governo popular não vai hesitar em forçar as empresas (nacionais, estrangeiras ou multinacionais), assim como as famílias mais ricas, a contribuir para o empréstimo sem daí obterem qualquer lucro, ou seja, com juros zero e sem compensação em caso de inflação. Ao mesmo tempo, as famílias das classes trabalhadoras que têm poupanças devem ser convidadas a confiá-las aos poderes públicos, para financiarem os projetos legítimos mencionados acima. Este financiamento

voluntário pelas classes trabalhadoras seria remunerado a uma taxa real positiva, por exemplo 4% isto significa que se a inflação anual atingir os 3%, as autoridades públicas pagariam uma taxa nominal de 7%, para assegurarem uma taxa real de 4%. Este mecanismo é perfeitamente legítimo, pois permite financiar projetos realmente úteis à sociedade e contribui para reduzir a riqueza dos ricos e ao mesmo tempo aumentar os rendimentos das classes trabalhadoras.

Existem ainda outras medidas que permitiriam financiar de maneira legítima o orçamento de Estado: estabelecer um imposto sobre as grandes fortunas e os rendimentos muito elevados, aplicar multas às empresas responsáveis pela grande fraude fiscal, reduzir radicalmente as despesas militares, acabar com os subsídios aos bancos e às grandes empresas, aumentar os impostos sobre as empresas estrangeiras, nomeadamente no setor das matérias-primas etc.

Os povos só se libertam por suas próprias mãos

Nos dias de hoje, em 2020, à exceção de Cuba, nenhum governo fala de mudanças profundas nas regras do jogo a favor dos povos. E assim que os governos da China, Rússia e principais PED (Índia, Brasil, Nigéria, Indonésia, Tailândia, Coreia do Sul, México, Argélia, África do Sul, etc.) não exprimem qualquer intenção de mudar na prática a situação mundial em benefício dos povos.

No entanto, no plano político, se quisessem, os governos dos principais PED poderiam construir um poderoso movimento, capaz de impor reformas democráticas fundamentais na globalidade do sistema multilateral. Poderiam adotar uma política radical: repudiar a dívida e aplicar um conjunto de políticas que rompesse com o neoliberalismo.

Contudo, estou convencido que isso não acontecerá: o cenário radical não será posto em curso a curto prazo. A esmagadora maioria dos dirigentes atuais dos PED estão totalmente comprometidos com o modelo neoliberal. Na maioria dos casos estão totalmente ligados aos interesses das classes dominantes locais, que não têm qualquer perspectiva de distanciamento (quanto mais ruptura ...) em relação às políticas seguidas pelas grandes potências industriais, das quais a China hoje faz parte. Uma grande parte dos capitalistas do Sul estão entrenchados num comportamento rentista e, mesmo quando não estão, procuram, na melhor das hipóteses, ganhar fatias de mercado explorando ao máximo os trabalhadores e a natureza. É o caso dos capitalistas brasileiros, sul-coreanos, chineses, sul-africanos, indianos, entre outros, que exigem dos seus governos que obtenham dos países mais industrializados uma ou outra concessão no âmbito de negociações comerciais bilaterais ou multilaterais. Além disso, a concorrência e os conflitos entre os governos dos PED, entre capitalistas do Sul, são reais e podem vir a exacerbarem-se. A agressividade comercial dos capitalistas da China, da Rússia, do Brasil em relação aos seus concorrentes do Sul provoca divisões tenazes. Geralmente chegam a um entendimento (entre eles e entre Norte e Sul) para impor aos traba-

lhadores e às trabalhadoras dos respectivos países uma deterioração das condições de trabalho, com o pretexto de aumentarem ao máximo a sua competitividade.

No entanto, cedo ou tarde, os povos vão se libertar da escravidão da dívida e da opressão exercida pelas classes dominantes do Norte e do Sul. Conseguirão, através da luta, instaurar políticas que redistribuam as riquezas e que ponham fim ao modelo produtivista destruidor da natureza. Os poderes públicos serão então obrigados a dar prioridade absoluta à satisfação dos direitos humanos fundamentais.

Sair do ciclo infernal do endividamento sem cair numa política de caridade

Mas para chegar aí, é indispensável seguir um caminho alternativo: é preciso sair do ciclo infernal de endividamento sem cair numa política de caridade que visa perpetuar o sistema mundial inteiramente dominado pelo capital e por algumas potências e empresas internacionais. Trata-se de montar um sistema internacional de redistribuição dos rendimentos e das riquezas, a fim de sanar a pilhagem multissecular à qual os povos dominados da periferia continuam sujeitos. Essas compensações, realizadas sob a forma de donativos, não dão direito a nenhuma interferência dos países mais industrializados nos assuntos dos povos compensados. No Sul, isso implica a invenção de mecanismos de decisão sobre o destino dos fundos e de controle sobre a sua utilização por parte das populações e das autoridades públicas abrangidas. Abre-se aí um vasto campo de reflexão e de experimentação.

A mobilização dos agricultores e dos pescadores do Gujarat (oeste da Índia), vítimas dos efeitos ambientais e sociais provocados por uma central a carvão financiada pela Sociedade Financeira Internacional (SFI), encarregada dentro do Grupo Banco Mundial do financiamento de empresas privadas, deu origem a uma importante decisão do Supremo Tribunal dos EUA, em 27 de fevereiro de 2019. Os juízes decidiram que a SFI não podia invocar a imunidade das organizações internacionais quando estas financiam atividades comerciais. Isto demonstra que a ação popular pode dar resultado.

Abolir o Banco Mundial e o FMI e substituí-los por outras instituições multilaterais

É preciso ir mais longe e abolir o Banco Mundial e o FMI, substituindo-os por outras instituições mundiais caracterizadas por um funcionamento democrático. O novo banco mundial e o novo fundo monetário internacional, qualquer que venha a ser a sua nova denominação, precisam ter missões radicalmente diferentes das dos seus antecessores: devem submeter-se aos tratados internacionais sobre os direitos humanos (políticos, civis, sociais, econômicos e culturais) no âmbito do crédito internacional e das relações monetárias internacionais. Estas novas instituições mundiais devem fazer parte de um sistema institucional mundial submetido a uma Organização das Nações Unidas radicalmente reformada. É essencial e prioritário que os países em desenvolvimento se associem para constituírem o

mais depressa possível entidades regionais dotadas de um banco comum e de um fundo monetário comum. Por ocasião da crise do Sudeste Asiático e da Coreia de 1997-1998, a constituição de um fundo monetário asiático foi delineada pelos países envolvidos. A discussão foi abortada pela intervenção de Washington. A falta de vontade dos governos fez o resto. Na América do Sul, sob o impulso do governo de Hugo Chávez, foi lançado um Banco do Sul em 2008, mas no final o projeto não foi bem sucedido. Entre 2007 e 2009 o governo equatoriano defrontou os seus credores e obteve uma vitória, mas os outros governos de esquerda da região não o acompanharam.

Com a epidemia de Covid-19 torna-se claro que o Banco Mundial e o FMI contribuíram para degradar os sistemas de saúde

Em 2020 a crise sanitária mundial provocada pelo coronavírus mostrou a que ponto as políticas ditadas pelo duo Banco Mundial / FMI e aplicadas pelos governos degradaram os serviços públicos de saúde, dando lugar a grandes assolações. Se os governos tivessem virado as costas ao Consenso de Washington e ao neoliberalismo, se tivessem reforçado os instrumentos essenciais para uma boa política de saúde pública ao nível do pessoal contratado, das infraestruturas, dos *estoques* de medicamentos, dos equipamentos, da pesquisa, da produção de medicamentos e de tratamentos, da cobertura de saúde em benefício da população, a crise do coronavírus não teria atingido tais proporções.

De fato, se os governos tivessem rompido com a lógica autoritária do Banco Mundial e do FMI, teria havido um aumento radical das despesas de saúde pública, com efeitos visíveis no combate a outras doenças que afetam os povos do Sul.

Segundo o último relatório mundial sobre paludismo, publicado em dezembro de 2019, foram detectados 228 milhões de casos de paludismo em 2018 e estima-se em 405.000 o número de mortes devidas à doença. Por outro lado, a tuberculose está entre as dez principais causas de mortalidade. Em 2018, 10 milhões de pessoas contraíram tuberculose e 1,5 milhões faleceram (dos quais 251.000 eram portadores de HIV). Estas doenças poderiam ser combatidas eficazmente se os governos lhes consagrassem recursos suficientes.

Outras medidas complementares permitiriam combater a subnutrição e a fome, que destroem a vida cotidiana de um em cada nove seres humanos (ou seja, mais de 800 milhões de habitantes em todo o mundo). Morrem cerca de 2,5 milhões de crianças todos os anos por subnutrição, diretamente ou por doenças ligadas à sua fraca imunidade causada por subalimentação.

Se fossem feitos investimentos para aumentar massivamente o aprovisionamento de água potável e o saneamento das águas residuais, seria possível reduzir radicalmente das mortes devidas a doenças diarreicas, que ascendem a mais de 430.000 por ano (fonte: OMS 2019).

Embora fosse possível anular as dívidas ilegítimas reclamadas aos povos, o

Banco Mundial, o FMI e a maioria dos governos só falam de adiamento dos pagamentos e propõem novas formas de endividamento. A Covid-19 é utilizado para reforçar um novo ciclo de endividamento massivo, em condições que agravam a austeridade e afetam o bem-estar das gerações futuras.

Suspensão imediata do pagamento das dívidas públicas, combinada com uma auditoria com participação cidadã, a fim de anular a parte ilegítima

A suspensão imediata do pagamento das dívidas públicas tem de ser combinada com uma auditoria, feita com participação dos cidadãos, a fim de identificar a parte ilegítima e anulá-la.

Uma coisa deve ser clara: se procuramos alcançar a emancipação dos povos e satisfação plena dos direitos humanos, as novas instituições financeiras e monetárias, tanto regionais como mundiais, têm de estar a serviço de um projeto de sociedade em ruptura com o neoliberalismo, o extrativismo e o produtivismo, em suma, o capitalismo.

É preciso contribuir tanto quanto possível para que um novo e poderoso movimento social e político seja capaz de ajudar a convergência das lutas sociais e contribuir para a elaboração de um programa de ruptura com o capitalismo, dando prioridade a soluções anticapitalistas, antirracistas, ecologistas, feministas, internacionalistas e socialistas.

É fundamental lutar pela socialização dos bancos com expropriação dos grandes acionistas, pela suspensão do pagamento da dívida pública durante o tempo necessário para a realização de uma auditoria com participação cidadã com vista a repudiar a parte ilegítima da dívida, pela criação de um imposto de crise muito elevado para os mais ricos, pela anulação das dívidas reclamadas de forma ilegítima às classes trabalhadoras (dívidas de ensino, dívidas hipotecárias abusivas, microcrédito abusivo, etc.), pelo fechamento das bolsas de valores – que são lugares de especulação –, pela redução radical do tempo de trabalho – com manutenção dos salários, a fim de criar grande número de empregos socialmente úteis –, pelo aumento radical das despesas públicas de saúde e educação, pela socialização das empresas farmacêuticas e do setor da energia, pela realocação de um máximo de produção e desenvolvimento dos circuitos de proximidade, e todo um conjunto de medidas essenciais.

Terminologia utilizada para designar os países em desenvolvimento

Um vocabulário que não é neutro

Os termos usados para designar as diversas categorias de países refletem divergências teóricas e políticas em matéria de análise e estratégia. Tais divergências dizem geralmente respeito aos conteúdos sociais dos conceitos econômicos: as categorias econômicas são frequentemente apresentadas como reflexo de leis naturais, nas quais as relações sociais e as relações de poder pouco têm a dizer. Assim, o conceito dominante de *subdesenvolvimento* designa um simples atraso, por vezes imputado a causas naturais. Passemos em revista alguns desses termos:

- *Países subdesenvolvidos*: este termo antigo caiu em desuso, tendo adquirido um sentido pejorativo.
- *Países em vias de desenvolvimento ou em desenvolvimento*: estas expressões são menos pejorativas que a primeira, mas inscrevem-se na mesma problemática do “atraso”. Além disso presumem uma melhoria da situação que nem sempre se verifica. O Banco Mundial continua a usar esta classificação de países “desenvolvidos” / países “em vias de desenvolvimento” (PED).¹
- *Países menos avançados*: termo utilizado nas instâncias internacionais; acumula todos os defeitos precedentes.
- *Terceiro Mundo*: termo inventado por Alfred Sauvy em 1952 (por analogia com o terceiro estado) e que obteve grande sucesso durante a Guerra Fria, para designar todos os países que manifestavam vontade de serem independentes, tanto em relação aos EUA como à URSS. Dois fatos tornaram mais delicada a utilização do termo, embora o costume tenha subsistido: por um lado, o desaparecimento em 1991 da URSS e do bloco que o rodeava; por outro lado, a heterogeneidade crescente dos antigos países do Terceiro Mundo, alguns dos quais passaram por um grande desenvolvimento econômico, chegando alguns a juntar-se aos países “desenvolvidos”, segundo a classificação do Banco Mundial; ademais no início do século XXI a China se tornou a segunda potência econômica mundial.

“Em 1951, numa revista brasileira, falei de três mundos, sem, no entanto, empregar a expressão ‘Terceiro Mundo’. Criei e empreguei esta expressão pela primeira vez, por escrito, na revista semanal francesa l’Observateur, no 14 de agosto de 1952. O artigo terminava assim: ‘porque afinal esse Terceiro Mundo ignorado, explorado, tão desprezado como o terceiro estado, quer também

¹ Tariq Khokar, “Should we continue to use the term ‘developing world’”, novembro 2015, <http://blogs.worldbank.org/opendata/should-we-continue-use-term-developing-world>

ele ser algo'. Transpus assim a famosa frase de Sieyes sobre o Terceiro Estado durante a Revolução Francesa.”

Alfred Sauvy, demógrafo e economista

- *Países pobres*: esta expressão põe a tônica na pobreza econômica da maioria das populações dos países em causa. Contudo, oculta as desigualdades gritantes que aí existem. Além disso, numerosos países considerados pobres são na realidade muito ricos em recursos naturais, para não falar das suas riquezas culturais. Mais vale falar de países explorados e empobrecidos.
- *Países do Sul*: um termo apropriado para sublinhar a fratura com os países do Norte do planeta, que são em muitos casos “desenvolvidos” e dominantes, mas que tem o duplo defeito de passar ao lado das numerosas exceções a essa classificação geográfica e de fazer crer num fatalismo geográfico natural. É por isso que na América Latina se fala de Sul Global e Norte Global, a fim de os distinguir das realidades geográficas norte-sul. Usa-se também a denominação “os Suis”, para destacar a heterogeneidade dos países do Sul.
- *Países da periferia*: termo próximo das abordagens estruturalistas e marxistas que põe em evidência os fenômenos de dominação dentro do capitalismo mundial, controlado pelos países mais industrializados, que levam a cabo políticas imperialistas.
- *Países emergentes*: termo usado para designar os países que iniciaram um processo de industrialização inegável que os distingue do conjunto, outra mais homogêneo, do Terceiro Mundo. A China, a Índia e o Brasil constituem os principais exemplos. Esta expressão substitui frequentemente a de “mercados emergentes”, que reflete bem a visão neoliberal de um desenvolvimento que teria de passar obrigatoriamente pela inserção na divisão internacional do trabalho imposta pela mundialização capitalista. Note-se que cinco países considerados emergentes estabeleceram entre si um quadro de colaboração chamado BRICS, conforme as suas iniciais: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa em inglês).
- *Países em transição para uma economia de mercado*: eufemismo que designava em tempos os países do Leste da Europa que, após a dissolução da URSS e do bloco soviético, entraram num processo de restauração capitalista.

Para o CADTM a distinção Norte/Sul, países desenvolvidos/países em desenvolvimento, envolve também o domínio das instituições financeiras internacionais (IFI) como o Banco Mundial, o FMI e outros angariadores de fundos financeiros, que impõem políticas imperialistas e neocoloniais sob controle das grandes potências

do Norte.

Apesar das lacunas de todos estes termos, neste livro são utilizados os seguintes termos como sinônimos: países do Sul, periferia, países empobrecidos, países em desenvolvimento (PED), Terceiro Mundo.

Estes termos são geralmente usados em oposição a: países do Norte, Norte, centro, também considerados como sinônimos entre si. Dentro deste grupo dominam os principais países industrializados, ou países imperialistas. Os EUA, a Europa Ocidental e o Japão também são designados neste livro como a Tríade.

Com muitas reticências e por limitações ligadas aos dados estatísticos, nos vemos obrigados a usar as categorias estabelecidas pelo Banco Mundial, uma vez que organizações independentes como o CADTM não têm recursos suficientes para estabelecer à escala mundial a sua própria base de dados estatísticos, baseada em critérios mais pertinentes que os usados pelo Banco Mundial.

Em 2020, os “países em desenvolvimento” reuniam, segundo o Banco Mundial, três categorias de países,² consoante os seus rendimentos:

- 31 “países de baixo rendimento” (países cujo PIB/habitante é inferior ou igual a 1.025 de dólares anuais);
- 47 “países com rendimentos médio-inferiores” (países cujo PIB/habitante se situa entre 1.026 e 3.995 de dólares anuais);
- 60 “países com rendimentos médios-superiores” (países cujos rendimentos se situam entre os 3.996 dólares e os 12.375 de dólares anuais).

Segundo esta classificação, encontram-se entre os países em desenvolvimento economias tão diversas como a Tailândia e o Haiti, o Brasil e o Níger, a Rússia e o Bangladesh. O Banco Mundial inclui a China entre os 60 “países com rendimentos médio-superiores”. Nós classificamos a China à parte, considerando ao seu forte peso económico e à enorme escala da sua população. Segundo o nosso recenseamento, havia 137 países do Sul em 2020 (segundo o Banco Mundial, seriam 138).

Em termos simplificados, o Sul agrupa a América Latina, o Caribe, o Médio Oriente, a África do Norte, a África Subsaariana, o Sul da Ásia, o Sudeste da Ásia e do Pacífico, a Ásia Central, a Turquia, os países da Europa Central e de Leste não membros da UE, assim como a Bulgária e a Romênia, que são membros da UE [ver listas no final desta seção].

Quando empregamos o termo Norte, referimo-nos ao grupo de países identificados pelo Banco Mundial como tendo um elevado nível de rendimentos, o que inclui 80 países cujo PIB/habitante é superior a 12.375 dólares anuais (ver a lista completa de países do Sul e do Norte mais abaixo).

Assim, o Norte agrupa os países pertencentes à Europa Ocidental, aos Esta-

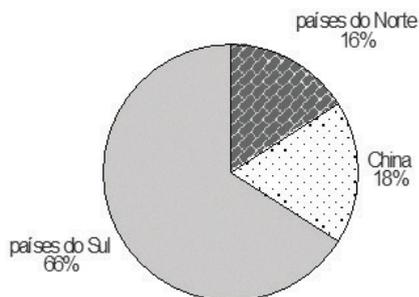
² Banco Mundial, “World Bank Country and Lending Groups”, 2020, <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups> (consultado em 3 de janeiro de 2020).

dos da Europa Central e de Leste membros da UE (com exceção da Bulgária e da Romênia), os Estados Unidos da América, o Canadá, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália, a Nova Zelândia e uns 40 países situados em diversas latitudes. Nem todos estes países são “industrializados”, no sentido de a sua economia ser composta por um importante setor industrial de manufaturas. De fato, alguns destes países são pouco ou nada industrializados, mas os organismos internacionais consideram que eles alcançaram um nível elevado de rendimentos, seja por terem conseguido atrair avultados capitais estrangeiros, nomeadamente por serem paraísos fiscais (caso do Panamá, Seicheles, Bahamas, ilhas Caimão), seja por obterem elevados rendimentos graças à extração de petróleo (caso dos estados árabes do Golfo Pérsico ou do sultanado de Brunei no Sudeste da Ásia).

Distribuição mundial da população, da riqueza e das emissões de CO2

Numa população mundial calculada em cerca de 7,8 bilhões de pessoas em 2020, os países do Sul abrigam cerca de 66%, a China cerca de 18% e os países do Norte cerca de 16%.³

Gráfico 1: Distribuição da população mundial em 2020



Fonte: Nações Unidas

O produto interno bruto (PIB) é o indicador clássico usado por grande parte dos economistas para avaliar a produção de riqueza em todo o mundo. No entanto, este indicador apenas nos oferece uma visão incompleta, tendenciosa e discutível, por pelo menos cinco razões:

- O trabalho não remunerado, fornecido sobretudo pelas mulheres e que é vital para a reprodução social, não é levado em conta;
- Os danos contra o meio ambiente não são registados como parcelas nega-

³ Organização das Nações Unidas, Departamento de Assuntos econômicos e Sociais, Divisão da População, *World Population Prospects 2019*, Online Edition. Rev. 1.

tivas (ver quadro mais abaixo);

- A unidade de medida é o preço dos bens e serviços e não a quantidade de trabalho necessária à sua realização;
- As desigualdades internas de cada país não são incorporadas no cálculo;
- O impacto da dívida sobre a progressão dos indicadores econômicos, políticos, sociais e culturais não faz parte dos cálculos.

Apesar destas lacunas, o PIB revela os desequilíbrios econômicos entre o Norte e o Sul. O PIB, assim como os outros indicadores econômicos que se encontram nesta obra são expressos em dólares americanos (US\$) – salvo indicação em contrário –, porque em 2020 cerca de 60%⁴ das reservas cambiais, 88%⁵ das trocas internacionais e a maioria dos empréstimos são expressos nessa moeda.

A acumulação de riquezas concentra-se em grande parte no Norte, numa proporção quase inversa da distribuição populacional. Embora a parcela do Norte na acumulação de riquezas mundiais tenha diminuído nos últimos anos, deve se notar que isso não se deve a uma maior acumulação de riqueza por parte dos países do Sul, mas sim ao forte crescimento da China.

Tabela 1: Distribuição do PIB mundial, 2010-2018

Regiões	Distribuição do PIB mundial	
	2010	2018
PIB mundial	66,051 trilhões de dólares	85,910 trilhões de dólares
Países do Norte (<i>países com rendimento elevado</i>)	69%	63%
China	9%	16%
Países do Sul	22%	21%
Países com rendimento médio-alto (exceto China)	14,8%	12,5%
Países com rendimento médio-baixo	6,8%	7,8%
Países com rendimento baixo	0,6%	0,7%

Fonte: Banco Mundial⁶ (As somas podem ser diferentes de 100 devido ao arredondamento decimal).

⁴ Fundo Monetário Internacional, *World Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves*, terceiro trimestre de 2019. URL: <http://data.imf.org/?sk=E6A5F467-C14B-4AA8-9 F6D-5A09EC4E62A4> (consultado em 21 de janeiro de 2020).

⁵ Banco de Compensações Internacionais, *Triennial Central Bank Survey. Foreign exchange turnover in April 2019*, setembro/2019.

⁶ Base de dados do Banco Mundial, consultada em 21 de janeiro de 2020.

Os números que expressam o PIB por habitante revelam melhor o fosso econômico que separa o Norte e o Sul.

Tabela 2: PIB por habitante, 2010-2018

Região	PIB por habitante (em dólares)	
	2010	2018
Mundo	9.540,9	11.312,5
Norte (<i>países com rendimento elevado</i>)	39.174	44.786,6
China	4.550,5	9.770,8
Sul	3.590,3	4.971,2
Países com rendimentos médios-altos (incluindo a China)	6.344,4	9.205,4
Países com rendimentos médios-baixos	1.662,4	2.217,1
Países com rendimentos baixos	642	833,9

Fonte: Banco Mundial⁷

Distribuição geográfica dos emissores de CO₂e⁸

É sabido que os principais países emissores de gases com efeito de estufa (GES) são atualmente os países do Norte e a China, Brasil e Índia. Não raro ouvimos os responsáveis políticos e gestores de grandes empresas dos países do Norte afirmarem que a China é o principal emissor de GES e, portanto, deveria ser o país que mais contribui para o esforço de diminuição dessas emissões e na luta contra as alterações climáticas. Este discurso visa na realidade se livrar de todas as culpas, abstraindo-se da responsabilidade histórica dos países do Norte nas emissões de GES desde a Revolução Industrial no século XIX (os GES perduram várias décadas na atmosfera e os seus efeitos concretos sobre as mudanças climáticas podem revelar-se quarenta anos após a emissão). Esse discurso desculpabilizante ignora também o papel da China na divisão internacional do trabalho: numerosas emissões de GES provenientes da China são consequência da fabricação de bens vendidos no mundo inteiro – particularmente no Norte, onde o poder de compra das famílias é maior – por multinacionais sediadas nos países do Norte.

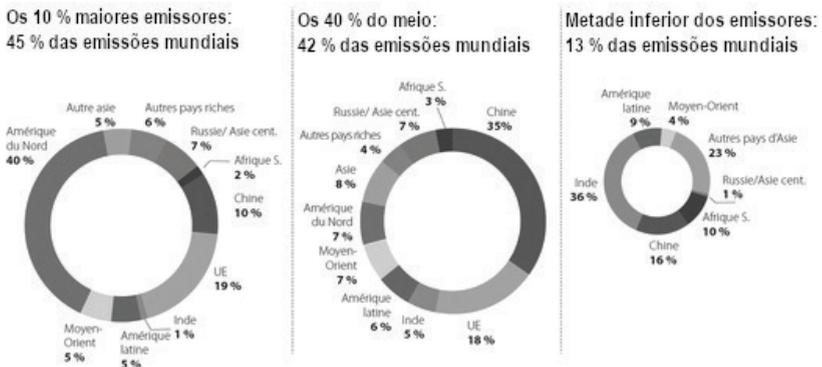
Uma análise mais aprofundada das emissões de CO₂e, que leve em conta es-

⁷ Base de dados do Banco Mundial, consultada em 21 de janeiro de 2020.

⁸ CO₂e significa literalmente “equivalente de CO₂” e permite contabilizar os gases com efeito de estufa que não seriam tidos em conta se apenas falássemos de CO₂.

sas “emissões importadas”⁹, aprofunda ainda mais o fosso que separa os países do Norte dos países do Sul.

Gráfico 2: Distribuição geográfica dos emissores de CO2e



Fonte: L. Chancel & T. Piketty, *Carbon and Inequality: from Kyoto to Paris* (PSE, novembro/2015).

Leitura: entre os 10% de entidades maiores emissoras ao nível mundial, 40% das emissões de CO2e satisfazem as necessidades dos norte-americanos, 20% dos europeus e 10% dos chineses.

A rede Global Footprint desenvolveu um indicador que alia simultaneamente o indicador de desenvolvimento humano (IDH) e a pegada ecológica dos países. Levando em conta estas duas variáveis, a análise do “desenvolvimento” tem um resultado completamente diferente: em 2015 nenhum país no mundo reunia simultaneamente um IDH muito elevado e uma pegada ecológica sustentável. Em contrapartida, os países sem mácula eram sobretudo os da América do Sul, a começar por Cuba.¹⁰

Assim, os países do Norte puderam desenvolver as suas economias e atingir níveis de vida relativamente elevados graças à emissão de grandes quantidades de GES. Na luta que é necessária travar contra o aquecimento global, a redução das emissões de CO2 dos EUA deve, portanto, ser proporcionalmente muito maior que a dos estados do Sul, de modo que o volume de emissões permitidas no âmbito de uma redução drástica a nível mundial possa servir, além da transição para um sistema energético global 100% renovável, a melhoria dos níveis de vida dos países do Sul.

É fundamental apontar a responsabilidade das grandes empresas capitalistas ao longo dos últimos dois séculos. De fato, as grandes empresas originárias

⁹ A expressão “emissões importadas” permite incluir, por exemplo, o caso de uma empresa têxtil norte-americana, descentralizada na China, cujo produto final é vendido nos EUA.

¹⁰ Ver Global Footprint Network (2015). Sustainable development: Making it Measurable. Human Development Index & Ecological Footprint per person for nations. http://www.footprintnetwork.org/documents/Global_Footprint_Network_HDI_poster2015_final_lo-res.pdf

do século XIX e do início do século XX têm uma responsabilidade enorme nas emissões de GES. Para citarmos apenas algumas: no setor agroalimentar podemos apontar Cargill (1865), Coca-Cola (1886), Pepsi-Cola (1898), Monsanto (1901), Unilever (1930); no setor petrolífero, ExxonMobil (1870), Chevron (1879), Shell (1907), BP (1909), Total (1924); no metalurgia e no aço, ThyssenKrupp (1811), ArcelorMittal (resultante de diversos grupos nascidos na primeira metade do século 20); no setor automobilístico, Renault-Nissan-Mitsubishi (agrupamento de três empresas criadas entre 1870 e 1932), Ford (1903), General Motors (1908), Volkswagen (1937); no setor de mineração, Rio Tinto (1873), BHP Billiton (1895). Se calcularmos a quantidade de GES que as suas atividades geraram desde o início, concluiremos que são responsáveis por uma parte enorme do que se acumulou na atmosfera como uma verdadeira bomba de relógio, que acabou por explodir. Há que juntar a elas, mais recentemente, uma série de empresas privadas, e em alguns casos públicas, originárias de países capitalistas ditos emergentes, que desempenham um papel igualmente nefasto ao nível ambiental: Gasprom, Rosneft na Rússia, Sinopec, Petrochina na China, Petrobras e Valeno Brasil, Coal India e Tata na Índia etc. No fundamental, quer se trate do Norte ou do Sul, o modo de produção capitalista é responsável pela destruição do planeta. Em vez de falarmos de antropoceno e jogar as culpas ao conjunto da humanidade pela crise ecológica, devemos, isso sim, falar de capitaloceno, pois o que está em causa é o modo de produção capitalista.

Para além da clivagem Norte-Sul: a exploração de classe em cada país

No entanto, o panorama da situação mundial fica incompleto se ignorarmos as grandes desigualdades de rendimento e de acumulação de riqueza que existem dentro de cada país. O capitalismo se alastrou por todo o mundo. Nesse sistema, a classe capitalista, que representa uma minoria ínfima da população, enriquece continuamente, não só graças às riquezas produzidas pelo trabalho da maioria da população, mas também graças à exploração da natureza, sem se preocupar com os limites físicos desta. Desapossados da propriedade dos meios de produção, a maioria das mulheres e homens não tem outra solução senão vender a sua força de trabalho aos capitalistas (os proprietários dos meios de produção), que tentam remunerar o trabalho ao mais baixo nível que podem, impedindo a esmagadora maioria da população de sair da condição social em que se encontra. Inversamente, as riquezas acumuladas pelos capitalistas permitem-lhes investir em vários setores a fim de aumentarem as suas fontes de lucro, explorando ao mesmo tempo os seres humanos e a natureza.

De modo a manterem os seus lucros no nível mais alto e de assegurarem que esse modo de produção perdure, a classe capitalista procura não só manter os salários diretos no mais baixo nível, mas também impedir a redistribuição das riquezas, contribuindo com o mínimo possível de impostos, combatendo as políticas

sociais e os serviços públicos de saúde, educação e habitação. Interessa também aos capitalistas impedir a organização coletiva dos trabalhadores e das trabalhadoras, e por isso se opõem aos chamados direitos do trabalho: direito de constituir sindicatos, direito à greve, negociações coletivas etc. Inversamente, aos trabalhadores interessa organizarem-se, a fim de conquistarem direitos sociais e contestar as desigualdades. Existe assim, em cada período e em cada lugar, uma luta de classes a nível internacional, cuja intensidade varia segundo o nível de organização coletiva dos trabalhadores contra as injustiças gritantes.

As desigualdades econômicas entre diversos grupos da população podem ser medidas, nomeadamente calculando o patrimônio e os rendimentos de cada pessoa (rendimentos do trabalho – salários, pensões, subsídios sociais – e rendimentos do capital – lucros das empresas, dividendos recebidos pelos acionistas, etc.).

Os grupos mais pobres da população mundial possuem literalmente menos que nada: estão endividados e devem dinheiro aos seus credores – geralmente bancos –, ou seja, aos grupos mais ricos da população. Nos EUA, cerca de 12% da população – ou seja mais de 38 milhões de pessoas – têm um patrimônio negativo.¹¹ O seu nível de endividamento – devido entre outras coisas aos empréstimos a estudantes e para compra de casa – é de tal ordem que puxa para baixo o patrimônio acumulado dos 50% mais pobres da população, ao ponto de se tornar negativo (-0,1%)¹².

Tabela 3: Desigualdades na distribuição do patrimônio (c. 2014)

Desigualdade na distribuição do patrimônio				
Parcela de cada grupo da população no patrimônio total	EUA (2014)	França (2014)	China (2014)	Índia (2012)
Os 10% mais ricos	73%	55,3%	66,7%	62,8%
o 1% mais rico	38,6%	23,4%	27,8%	30,7%
os 9% seguintes	34,4%	31,9%	38,9%	32,1%
Os 40% do meio	27,1%	38,4%	26,7%	30,8%
Os 50% mais pobres	-0,1%	6,3%	6,6%	6,4%

Fonte: World Inequality Database (a soma de algumas colunas pode ser diferente de 100, devido aos arredondamentos decimais)

¹¹ Chuck Collins, “ Negative Wealth Matters ”, *Inequality.org*, 28 janvier 2016. URL : <https://inequality.org/great-divide/negative-wealth-matters/> (consultado em 21 de janeiro de 2020).

¹² *World Inequality Database*. URL : <https://wid.world> (consultado em 21 de janeiro de 2020).

Tabela 4: Desigualdades na distribuição do rendimento (2014-2016)

Desigualdade na distribuição dos rendimentos totais					
Parcela de cada grupo da população no rendimento total	Mundo (2016)	UE28 (2016)	EUA (2014)	China (2015)	Índia (2015)
Os 10% mais ricos	52,1%	33,4%	47%	41,4%	56,1%
o 1% mais rico	20,4%	10,3%	20,2%	13,9%	21,3%
os 9% seguintes	31,7%	23,1%	26,8%	27,5%	34,8%
Os 40% do meio	38,2%	44,6%	40,4%	43,7%	29,2%
Os 50% mais pobres	9,7%	22%	12,6%	14,8%	14,7%

Fonte: World Inequality Data base (a soma de algumas colunas pode ser diferente de 100, devido aos arredondamentos decimais)

Então, não interessa de forma alguma opor Norte e Sul no seu conjunto, mas sim expor uma dinâmica “geográfica” de conjunto: a maioria das decisões é tomada por uma ínfima minoria da população do Norte e do Sul (o 1%), com pesadas consequências para a esmagadora maioria da população do Norte e do Sul (os 99%). Dentro de cada país e de cada região, o sistema de dominação e de exploração existe e reproduz-se.

É assim que na Índia uma ínfima minoria enriquece de maneira fenomenal, graças ao trabalho efetuado por centenas de milhões de indianos pobres. Noutra região do mundo, o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ) revelou em janeiro de 2020 os mecanismos predatórios e de espoliação usados por Isabel dos Santos para se tornar a mulher mais rica de África, em prejuízo nomeadamente da população do seu país, Angola.¹³

Nos EUA – a maior economia do mundo –, mais de 14 milhões de famílias, incapazes de reembolsar os seus empréstimos hipotecários, foram expulsas das suas casas, no seguimento da crise dos *subprimes* de 2006 (mas os despejos massivos são muito anteriores à crise e continuam hoje em dia).

Mais do que distinguir entre blocos geográficos, trata-se antes de tudo – e é essencial – da exploração da esmagadora maioria da população, tanto no Sul como no Norte, pela ínfima minoria que constitui essa classe capitalista vulgarmente chamada “os 1%”. O comportamento dessa classe dominante tem como motivo a procura do lucro máximo a curto prazo. É indispensável compreender e combater essa clivagem, sob pena de não conseguirmos identificar as alternativas pertinentes na luta pela emancipação da grande maioria vítima das relações de exploração e opressão.

13 Ver Joan Tilouine, “ “Luanda Leaks” : la mainmise d’Isabel dos Santos, la femme la plus riche d’Afrique, sur les finances de l’Angola ”, *LeMonde.fr*, 19 de janeiro 2020. URL : https://www.lemonde.fr/afrique/article/2020-de-janvier-de-19/luanda-leaks-la-mainmise-d-isabel-dos-santos-la-femme-la-plus-riche-d-afrique-sur-les-finances-de-l-angola_6026507_3212.html (consultado em 21 de janeiro de 2020).

A dominação patriarcal

É também fundamental levar em conta a opressão e exploração das mulheres em todo mundo. A opressão das mulheres é muito antiga, anterior ao capitalismo. Chama-se “patriarcado” a opressão que as mulheres sofrem enquanto mulheres por parte dos homens. No capitalismo o patriarcado traduz-se nomeadamente pela entrega às mulheres e às minorias de gênero a maioria das tarefas de “reprodução social”, que permitem produzir e regenerar a força de trabalho (por exemplo a educação, os cuidados, a alimentação etc.) e portanto o capitalismo. Estas tarefas são majoritariamente efetuadas no seio da esfera familiar, de forma invisível e não remunerada. Esta opressão é reproduzida de variadas maneiras, para além dos aspectos estritamente econômicos: na linguagem, na filiação, nos estereótipos, nas religiões, na cultura etc. A opressão das mulheres e o sistema patriarcal combinam-se de maneira indissolúvel na exploração capitalista, tanto no Norte como no Sul. Os efeitos do endividamento público e privado reforçam a opressão das mulheres.

As relações centro-periferia no Norte e no Sul

As grandes empresas privadas do Brasil exercem sobre os seus vizinhos da América Latina relações imperialistas de dominação; as grandes empresas da China exercem relações do mesmo tipo sobre diversos países da África, da Ásia Meridional e Sueste. Este tipo de relações de dominação é por vezes designado “subimperialismo”, “imperialismo periférico” ou ainda “imperialismo regional”.

No seio da União Europeia, cuja quase totalidade dos países cabe dentro do grupo dos países do Norte (com exceção da Romênia e da Bulgária), os países periféricos são dominados pelos países com uma economia mais forte e pelas grandes empresas privadas – é o caso dos países ditos da “periferia do Sul”, como a Grécia, Chipre, Espanha, Portugal e os países ditos da “periferia de Leste” na Europa Central e Oriental. Dentro dos EUA, o povo da ilha de Porto Rico está também sujeito a uma relação neocolonial.

Convém desde já completar a nossa compreensão das relações internacionais com o conceito de centro(s) e periferia(s) econômica(s), tanto e escala continental como regional.¹⁴ Este modelo centro-periferia permite compreender melhor o sistema de opressão exercido por um centro constituído pelas economias dominantes, que impõem as suas condições às economias periféricas; é um sistema baseado em relações de desigualdade e mecanismos de dependência, ao serviço da acumulação de capital.

¹⁴ Ver François Houtart. “Rapports Nord-Sud ou la rigueur des concepts”. *Alternatives Sud*, 2016, vol. 23, n.º 2, p. 157-178.

Lista dos países do Sul e do Norte (segundo a classificação do Banco Mundial)

Economias de baixa renda (PIB *per capita*: 1.025 de dólares ou menos)

Afeganistão, Benim, Burkina Faso, Burundi, Chade, [República Democrática do] Congo (Congo-Kinshasa), Coreia do Norte, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Iêmen, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Moçambique, Nepal, Níger, Uganda, República Centro-Africana, Ruanda, Serra Leoa, Síria, Somália, Sudão do Sul, Tajiquistão, Tanzânia, Togo.

Economias de renda média-inferior (PIB *per capita*: 1 026 a 3 995 US\$)

Angola, Bangladesh, Butão, Bolívia, Cabo Verde, Camboja, Camarões, Cisjordânia e Gaza, Comores, [República do] Congo (Congo-Brazzaville), Costa do Marfim, Djibuti, [República Árabe do] Egito, Suazilândia, Filipinas, Gana, Honduras, Índia, Indonésia, Kiribati, Laos, Lesoto, Marrocos, Mauritània, Myanmar, [Estados Federados da] Micronésia, Moldávia, Mongólia, Nicarágua, Nigéria, Papua Nova Guiné, Paquistão, Quênia, Quirguistão, [República do] Salvador, São Tomé e Príncipe, Senegal, (Ilhas) Salomão, Sudão, Timor Oriental, Tunísia, Ucrânia, Uzbequistão, Vanuatu, Vietnã, Zâmbia, Zimbabué.

Economias de renda média-superior (PIB *per capita*: 3.996 a 12.375 de dólares)

África do Sul, Albânia, Argélia, Argentina, Armênia, Azerbaijão, Belize, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Botsuana, Brasil, Bulgária, Cazaquistão, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Domínica, Equador, Federação da Russa, Fiji, Gabão, Geórgia, Granada, Guatemala, Guiana, Guiné Equatorial, Ilhas Marshall, Irão, Iraque, Jamaica, Jordânia, Kosovo, Líbano, Líbia, Malásia, Maldivas, Maurícias, México, Montenegro, Namíbia, Nauru, Macedônia do Norte, Paraguai, Peru, República Dominicana, Romênia, Samoa, Samoa Americana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Sérvia, Sri Lanka, Suriname, Tailândia, Tonga, Turcomenistão, Turquia, Tuvalu, Venezuela.

Economias de renda elevada (PIB *per capita*: 12.376 de dólares ou mais)

Alemanha, Andorra, Antígua e Barbuda, Arábia Saudita, Aruba, Austrália, Áustria, Bahamas, Barbados, Barein, Bélgica, Bermudas, Brunei, Canadá, Chile, Chipre, Coreia do Sul, Croácia, Curaçao, Dinamarca, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos da América, Estônia, Ilhas Anglo-Normandas, Ilhas Caimão, Ilhas Faroe, Finlândia, França, Gibraltar, Grécia, Groenlândia, Guam, Hong Kong, Hungria, Ilha de Man, Ilhas Marianas do Norte, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens (EUA), Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão,

Kuwait, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Macau, Malta, Mônaco, Noruega, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Omã, Países Baixos, Palau, Panamá, Polinésia Francesa, Polônia, Porto Rico, Portugal, Qatar, Reino Unido, República Checa, San Marino, São Martinho (parte holandesa), Seicheles, Singapura, São Martinho (parte francesa), Suécia, Suíça, Taiwan, Trindade e Tobago, Uruguai.

Capítulo 1 — Nas origens das instituições de Bretton Woods

Para evitar a repetição de crises como a de 1929, mas também para assegurar a sua liderança sobre o mundo, após a Segunda Guerra Mundial, o Governo dos Estados Unidos se debruçou sobre a criação de instituições financeiras internacionais. Em 1944 nascem em Bretton Woods o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. No início, a administração de Roosevelt se mostrou favorável à criação de instituições fortes, capazes de imporem regras ao setor financeiro, inclusive a Wall Street. Contudo, os banqueiros eram hostis à iniciativa e Roosevelt recuou. Além disso, a repartição dos votos no interior do Banco Mundial e do FMI ilustra bem a vontade hegemônica das grandes potências sobre o resto do mundo.

Nas origens¹

Desde 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, tem início a elaboração e a discussão das instituições internacionais a serem instituídas logo que o conflito mundial terminar.

No seio da administração norte-americana, Harry White enviou ao presidente Franklin Roosevelt, em maio de 1942, um plano intitulado “Plano para um Fundo de Estabilização das Nações Unidas e Associados e para um Banco das Nações Unidas para a Reconstrução e o Desenvolvimento”. Um dos objetivos consistia em convencer as nações aliadas na luta contra as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) de que, uma vez alcançada a paz, deveriam ser implementados mecanismos destinados a impedir que a economia mundial voltasse a entrar numa depressão comparável à de 1930.

Entre 1941 e julho de 1944, quando a conferência de Bretton Woods se reuniu, diversas propostas contidas nesse plano inicial foram abandonadas. Apenas uma delas se materializaria: a criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento), mais conhecido como Banco Mundial.

Para compreender bem a função atribuída a essas duas instituições, vale a pena regressar a finais da década de vinte e à década de trinta do século XX. A profunda depressão econômica em curso nos Estados Unidos teve um efeito de contágio no conjunto do capitalismo mundial.

¹ Esta parte baseia-se principalmente em: 1) Oliver, Robert W. 1975. *International Economic Co-operation and the World Bank*, MacMillan Press, London, 421 p.; 2) Mason, Edward S. e Asher, Robert E. 1973. *The World Bank since Bretton Woods*, The Brookings Institution, Washington, D.C., cap. 1, p. 11-35; 3) Kapur, Devesh, Lewis, John P., Webb, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, Brookings Institution Press, Washington, D.C., especialmente o cap. 2, p. 57-84; 4) George, Susan e Sabelli, Fabrizio. 1994. *Crédits sans Frontières*, col. Essais, La Découverte, Paris, cap. 1, p. 28-45; 5) Rich, Bruce. 1994. *Mortgaging the Earth*, Earthscan, London, cap. 3, p. 49-80; 6) Aglietta, Michel, e Moatti, Sandra. 2000. *Le FMI. De l'ordre monétaire aux désordres financiers*, Ed. Economica, Paris, cap. 1, p. 8-31; 7) GWIN, Catherine, “U.S. relations with the World Bank, 1945-1992”, in Kapur, Devesh, Lewis, John P., Webb, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, p. 195-200.

Sintoma desse contágio, a Alemanha interrompe, em 1931, o pagamento da sua dívida de guerra com a França, a Bélgica, a Itália e a Grã-Bretanha. Na sequência, esses países interrompem também o pagamento das suas dívidas aos Estados Unidos.² Por sua vez, os Estados Unidos reduziram de forma drástica as suas exportações de capitais em 1928 e sobretudo em 1931.³ Simultaneamente, diminuíram fortemente as suas importações. Consequência: o fluxo de dólares dos Estados Unidos para o resto do mundo estancou e os países endividados com a principal potência mundial não dispunham de dólares suficientes para pagar a dívida. Os dólares eram igualmente insuficientes para comprar produtos norte-americanos. A máquina capitalista mundial travou. As desvalorizações competitivas se multiplicam, já que cada país tentava conquistar partes do mercado à custa dos demais. O mundo capitalista desenvolvido entrou numa espiral recessiva.

John Maynard Keynes comenta com certo sarcasmo a atitude dos Estados Unidos a partir de 1932: “O resto do mundo deve-lhes dinheiro. Eles recusam o pagamento em produtos, recusam o pagamento em títulos, já receberam todo o ouro disponível. O quebra-cabeças que impuseram ao resto do mundo admite somente uma solução: *devemos nos virar sem as suas exportações*.”⁴

Uma das grandes lições tirada pelo Governo dos Estados Unidos, sob a égide de Franklin Roosevelt (presidente de 1933 a 1945), é a de que um grande país credor deve colocar à disposição dos países devedores as divisas necessárias ao pagamento das suas dívidas. Uma outra lição, mais audaciosa, é que, em certos casos, é melhor fazer doações do que empréstimos, se o Estado quiser que as suas indústrias exportadoras tenham um lucro máximo e durável. Abordaremos essa questão mais à frente, quando evocarmos o Plano Marshall para a reconstrução da Europa (1948-1951).

Detenhamo-nos brevemente na década de trinta do século XX, antes de passarmos à gênese das instituições de Bretton Woods ao longo da guerra.

Criação do Export Import Bank de Washington (1934)

O Export Import Bank de Washington (agência pública norte-americana de crédito à exportação, mais tarde rebatizada Eximbank) foi criado em 1934 para proteger e favorecer os exportadores dos Estados Unidos. Garante as exportações e concede créditos a longo prazo a estrangeiros para importarem produtos dos EUA. Cada dólar emprestado deve ser gasto na compra de mercadorias produzidas nos Estados Unidos. O Export Import Bank só desembolsa o dinheiro após a comprovação de que os produtos foram enviados para o exterior. No início, a soma total

2 Toussaint, Eric. 2004. *La Finance contre les peuples*, cap. 7, p. 173-184. (Edição Brasileira: A Bolsa ou a Vida, 2001, cap. 6, p. 115-124).

3 Oliver, Robert W. 1975, p. 72-75, p. 109.

4 Keynes, John Maynard, *Collected Writings*, vol. XXI, Macmillan, London, apud Payer, Cheryl, 1991, p. 20.

de empréstimos concedidos pelo Export Import Bank era bastante modesta: 60 milhões de dólares nos cinco primeiros anos. Mas em seguida o volume aumentou rapidamente. Em 1940, a sua capacidade de conceder empréstimos subiu para 200 milhões de dólares e em 1945 atinge 3,5 bilhões. Nos primeiros anos, o Export Import Bank concentrou-se na América Latina e no Caribe, na China e na Finlândia. Os interesses em jogo são tanto econômicos como geoestratégicos.

Nascimento do Banco Interamericano (1940)

Outro instrumento financeiro é criado em 1940: o Banco Interamericano. Trata-se de um banco interestatal, fundado a partir da iniciativa dos Estados Unidos, no contexto da União Pan-Americana (herdeira da Organização dos Estados Americanos – OEA). Dele fazem parte desde o início: a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, a República Dominicana, o Equador, o México, a Nicarágua, o Paraguai e os Estados Unidos. De certa forma, esse banco antecipa o Banco Mundial, fundado quatro anos mais tarde.

O principal arquiteto, do lado norte-americano, era um defensor convicto da intervenção pública na economia, um adepto do New Deal – Emilio Collado, o número dois do Departamento de Estado.⁵ Ele participou, desde início, nas discussões preparatórias, em Bretton Woods, e tornou-se, em 1944, o primeiro representante (diretor-executivo) dos Estados Unidos na direção do Banco Mundial. O Departamento de Estado não é o único responsável pela fundação do Banco Interamericano em 1940. O Departamento do Tesouro também se fez representar através de Henry Morgenthau e do seu assistente Harry White.

Quatro razões fundamentais levaram a administração de Franklin Roosevelt à criação do Banco Interamericano.

Primo, o governo compreendeu que não só deve emprestar dinheiro para que se comprem os seus produtos, mas também deve comprar as exportações daqueles a quem quer vender as suas mercadorias. A Alemanha nazista, que domina parte da Europa, já tinha começado a se abastecer e a investir na América Latina. A criação do Banco Interamericano devia servir para estreitar os laços entre os Estados Unidos e todos os seus vizinhos do Sul.⁶

Secundo, Washington considerava que não podia contar com o setor financeiro privado dos Estados Unidos para emprestar capitais ao sul do rio Grande, quando

5 O Departamento de Estado (*State Department*) é, nos Estados Unidos, o ministério encarregado da condução da política externa do país.

6 O representante do Chile no Banco Interamericano, Carlos Davila, escrevia em 8 de janeiro de 1940: “Em 1938, a Alemanha absorvia 2% do cacau exportado pelos nossos países, 25% das cabeças de gado, 16% do café, 19% do milho, 29% do algodão, 6% do trigo e 23% da lã. (...) Uma forma nova e mais estreita de associação será necessária para desenvolver a exploração dos recursos agrícolas e minerais da América Latina, com o objetivo de fornecer e aumentar os produtos disponíveis nos Estados Unidos e que não entram em concorrência com a produção local. Uma colaboração técnica, financeira e comercial, que também poderia ser estendida à área industrial, permitiria a criação ou aumento da produção na América Latina de uma larga variedade de artigos manufaturados que os Estados Unidos não podem ou não desejam importar de outros continentes. Devemos recomendar que o capital necessário para implementar esse programa venha de investidores americanos e latino-americanos. Apenas desta maneira poderíamos virar a página da história das dificuldades que os investimentos dos Estados Unidos têm encontrado”. Citado em OLIVER, Robert W., 1975, p. 95.

catorze países latino-americanos se encontravam em total ou parcial situação de incumprimento de pagamento das suas dívidas externas. Washington considerava que Wall Street e os grandes bancos norte-americanos eram os responsáveis pela crise de 1929 e pelo seu prolongamento. Era preciso, então, dotar-se de um instrumento público para agir seriamente.

Tertio, para convencer os governos latino-americanos a entrarem ativamente no jogo das relações reforçadas com os Estados Unidos, era preciso oferecer-lhes um instrumento que oficialmente visasse objetivos não diretamente subordinados aos Estados Unidos.

A. A. Berle, adjunto do secretário no Departamento de Estado, esclarece com precisão esse ponto: “No passado, os movimentos de capitais foram considerados como francamente *imperialistas* e isso, em geral, conduziu mais tarde a dificuldades de diversos tipos. O outro país não queria efetuar o pagamento; *os juros vinculados aos empréstimos foram considerados frequentemente como tirânicos*. Ainda estamos resolvendo algumas das confusões do século XIX, *causadas por movimentos brutais e não esclarecidos de capital*”.⁷

Quarto, era preciso criar um banco no qual fizessem parte e tivessem voz ativa os países que pediam empréstimos. A razão é muito simples: para assegurar que os países que pedem empréstimos paguem as suas dívidas, é melhor que façam parte do banco. Esse mesmo princípio viria a ser aplicado na criação do Banco Mundial e do FMI.

No que diz respeito à repartição de votos no seio do Banco Interamericano, os critérios aplicados seriam igualmente aplicados pelo Banco Mundial e pelo FMI. O princípio “um país – um voto” é posto de lado, para beneficiar um sistema de voto fundado no peso econômico (no caso, o volume de exportações).

O sistema previa uma cereja em cima do bolo para os países latino-americanos: a existência de uma instituição bancária multilateral deveria protegê-los contra o recurso à força por parte de credores ansiosos por recuperar os seus recursos. Na realidade, os Estados Unidos e outras potências credoras intervieram, não há muito tempo, seja militarmente, seja assumindo o controle de alfândegas ou da administração de impostos dos países endividados, para recuperar o que consideravam ser-lhes devido.⁸

É preciso sublinhar que, nesse momento, a atitude firme de um número importante de países latino-americanos (catorze países, entre os quais o Brasil, o México, a Colômbia, o Chile, o Peru e a Bolívia), que decidiram interromper total ou parcialmente o pagamento da sua dívida externa, foi coroada de sucesso. Três resultados positivos devem ser-lhes creditados: o seu crescimento econômico foi superior ao dos países que continuaram a pagar; eles recuperaram uma margem

⁷ Citado em Oliver, Robert W, 1975, p. 96-97.

⁸ Toussaint, Éric. 2004. *La Finance contre les peuples*, cap. 7. Edição Brasileira: A Bolsa ou a Vida, 2001, cap. 6. Ver também Toussaint, Éric. 2017. *Le système dette. Histoire des dettes souveraines et de leur répudiation*.

importante de autonomia em relação aos países ricos; longe de serem excluídos de qualquer fonte de financiamento, foram cortejados por diversos governos do Norte, que lhes propuseram financiamentos públicos. Isso prova que a firmeza pode pagar.

As discussões na administração Roosevelt

A partir de 1942, a administração Roosevelt começou a discutir ativamente a ordem econômica e financeira a ser estabelecida no Pós-Guerra. Certas ideias sobre dívida e movimentos de capitais voltavam regularmente à mesa: era preciso colocar em funcionamento instituições públicas multilaterais que, face ao caráter aleatório do investimento internacional privado, fornecessem capitais públicos. Essas instituições deveriam “regulamentar os investimentos internacionais de capitais privados, prevendo possibilidades judiciais e de arbitragem para a regulação dos conflitos entre credores e devedores e para afastar o perigo da utilização, pelos países credores, das suas reivindicações como base para exigências políticas, econômicas ou militares ilegítimas” (trecho de um memorando do Conselho de Relações Externas, datado de 1º de abril de 1942).

Primeiro projeto muito ambicioso de Harry White

Como já foi referido, Harry White trabalhou desde 1941, no Departamento do Tesouro, na elaboração de um plano que visava a criação de duas grandes instituições multilaterais. Franklin Roosevelt recebeu um primeiro plano em maio de 1942, segundo o qual não seria preciso aguardar o fim da guerra para criar um Fundo de estabilização das taxas de câmbio (o futuro Fundo Monetário Internacional) e um banco internacional para fornecer capitais. Ele especifica: “Duas agências separadas, embora interligadas, seria melhor do que uma, já que uma agência responsável por ambas as tarefas teria demasiado poder e faria correr o risco de cometer grandes erros de julgamento”.⁹ O Fundo e o Banco deveriam reunir todas as nações, começando pelos Aliados. O peso relativo de cada Estado membro seria estabelecido em função do seu peso econômico. Os países devedores deveriam fazer parte do Banco, porque isso ia os motivar a pagar. As duas instituições deveriam favorecer políticas que garantissem o pleno emprego.

O Fundo deveria trabalhar pela estabilidade das taxas de câmbio, pelo abandono progressivo dos controles cambiais e pelo abandono dos subsídios às exportações.

Quanto ao Banco, deveria fornecer os capitais para a reconstrução dos países afetados pela guerra e contribuir para o desenvolvimento das regiões atrasadas; deveria ajudar a estabilizar os preços das matérias-primas; deveria emprestar com base no seu capital próprio e dispor da sua própria moeda: a *Unitas*.

⁹ Citado em Oliver, Robert W, 1975, p. 111-112.

Este projeto ambicioso, tal como foi concebido por Harry White, seria profundamente revisto em baixa no decurso dos anos seguintes.

De fato, Wall Street e o Partido Republicano foram particularmente hostis a vários elementos fundamentais do projeto de White. Eles não queriam duas instituições públicas fortes que pretenderiam regulamentar a circulação dos capitais privados e fazer-lhes concorrência.

Franklin Roosevelt decide compor com eles, o que permite afinal que o Congresso ratifique em 1945, com ampla maioria, os acordos de Bretton Woods de julho de 1944. As concessões feitas por Franklin Roosevelt são consideráveis, a ponto de desfigurarem o projeto original. No entanto, Wall Street aguardará por 1947 para apoiar de fato o Banco e o Fundo.

Entre as propostas originais¹⁰ que são abandonadas antes da conferência de Bretton Woods:

- A criação de uma moeda própria do Banco. Harry White, como vimos, propunha designá-la *Unitas*. John Maynard Keynes, que por seu lado avançava com uma proposta convergente, chamava-lhe *Bancor*;
- O recurso do Banco ao seu próprio capital para realizar empréstimos. Finalmente é decidido que o Banco pedirá emprestado aos bancos privados os capitais que emprestará;
- A estabilização dos preços das matérias-primas.

Os principais interlocutores dos Estados Unidos para a adoção de uma proposta definitiva foram a Grã-Bretanha e a URSS. A Grã-Bretanha exigiu ser tratada de maneira privilegiada por Washington. Segundo Churchill, as negociações entre Washington e Londres deveriam ser bilaterais e secretas.¹¹ Washington preferia negociar com os aliados separadamente: dividir para reinar...

Aparentemente, Franklin Roosevelt, com assessoria de Harry White e de Henry Morgenthau (o secretário do Tesouro), queria realmente garantir a participação da União Soviética na formação do Banco e do Fundo. Henry Morgenthau tornou público em 1944 que dois delegados soviéticos chegaram a Washington para discutir a constituição das duas instituições.

Dimensão geopolítica e geoestratégica

Entre 1 e 22 de julho de 1944, a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, conhecida pelo nome de conferência de Bretton Woods,¹² desenvolve-se com a presença de representantes de 44 países.

A delegação dos Estados Unidos é dirigida por Henry Morgenthau e Harry

¹⁰ Para uma lista detalhada das proposições de Harry White, que foram abandonadas ou fortemente relativizadas, ver OLIVER, Robert W., 1975, p. 157-159.

¹¹ Winston Churchill não estava tranquilo em relação às intenções dos Estados Unidos. Ele declarou ao presidente Roosevelt: "Penso que vocês desejam abolir o Império britânico (...). Todas as suas declarações o confirmam. Apesar disso, sabemos que vocês são a nossa única esperança. E vocês sabem que o sabemos. Sem a América, o Império britânico não poderá sustentar-se". *Apud* GEORGE, Susan e SABELLI, Fabrizio. 1994. *Crédits sans Frontières*, p. 31.

¹² A localidade de Bretton Woods situa-se nas montanhas de New Hampshire.

White, a delegação britânica por John Maynard Keynes. Essas duas delegações vão dirigir os trabalhos.

Os soviéticos participam na conferência. De acordo com as negociações condizidas entre Washington, Moscou e Londres, a URSS devia obter a terceira posição em termos de direito de voto, apesar de desejar obter a segunda.

Finalmente, Moscou não ratifica os acordos finais e denuncia, em 1947, na assembleia geral da ONU, as instituições de Bretton Woods como “filiais de Wall Street”. Para o representante soviético, o Banco Mundial está “subordinado a objetivos políticos que fazem dele um instrumento de uma única grande potência”.¹³

A repartição de votos ilustra muito bem o desejo de supremacia dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha sobre as duas instituições. Em 1947, os dois países totalizam quase 50% dos votos (34,23% para os Estados Unidos e 14,17% para o Reino Unido em 30 de agosto de 1947).

Em 1947, a repartição por grandes categorias de países e regiões dá uma imagem da relação de forças, que surge logo após a guerra no campo dos aliados (sem a URSS). Os onze países mais industrializados totalizavam 70% dos votos.¹⁴ O conjunto do continente africano só dispunha de 2,34%. Somente três países africanos têm direito a voto, porque todos os restantes, ou quase todos, ainda estão sob o jugo colonial.¹⁵ Esses três países são o Egito (0,70% dos votos), a União Sul-Africana (1,34%), dirigida por um poder branco racista que iria instaurar o apartheid um ano mais tarde, e a Etiópia (0,30%). Em suma, a África Negra com um governo negro (o imperador Hailé Selassié) só dispunha de um terço de um por cento.

O conjunto do continente asiático dispunha de 11,66%. Somente três países são membros: a China de Chang Kai-Chek (6,68%), aliada dos Estados Unidos; as Filipinas (0,43%), colônia dos Estados Unidos até 1946; a Índia, que consegue a independência em relação à coroa britânica em 1947.

A Europa Central e de Leste dispõem de 3,90% (Polônia e Tchecoslováquia, cada uma, com 1,60%, e a Iugoslávia de Tito, 0,70%).

O Oriente Médio detêm 2,24% (Turquia, 0,73%; Líbano, 0,32%; Irã, 0,52%; Síria, 0,34%; Iraque, 0,33%).

O conjunto da América Latina e do Caribe, região considerada forte aliada dos Estados Unidos, detêm 8,38 %, repartidos entre dezoito países: Bolívia (0,34 %), Brasil (1,39), Chile (0,64), Colômbia (0,64), Costa Rica (0,29), Cuba (0,64), República Dominicana (0,29), Equador (0,30), El Salvador (0,28), Guatemala (0,29), Honduras (0,28), México (0,96), Nicarágua (0,28), Panamá (0,27), Paraguai (0,28), Peru (0,45), Uruguai (0,38), Venezuela (0,38).

13 MASON, Edward S., e ASHER, Robert E., 1973. *The World Bank since Bretton Woods*, p. 29.

14 Em 30 de agosto de 1947: Austrália (2,41%), Bélgica (2,67 %), Canadá (3,74 %), Dinamarca (0,99 %), França (5,88 %), Grécia (0,53 %), Luxemburgo (0,37 %), Países Baixos (3,21 %), Noruega (0,80 %), Reino Unido (14,17 %), Estados Unidos (34,23 %).

15 MILLET, Damien. 2005. *L'Afrique sans dette*, cap. 1.

Capítulo 2 — O nascimento do Banco Mundial (1946-1962)

Ao contrário do que se pensa, a missão do Banco Mundial não consiste na redução da pobreza nos países em desenvolvimento. A missão que os vencedores da Segunda Guerra Mundial lhe atribuíram, principalmente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, consiste na ajuda à reconstrução da Europa e, subsidiariamente, em favorecer o crescimento dos países do Sul, uma boa parte deles então ainda colônias. É essa última missão que chamamos “desenvolvimento” e que ganhou cada vez maior dimensão. O Banco inicialmente empresta dinheiro às metrópoles coloniais (Grã-Bretanha, França, Bélgica) com o objetivo de que estas explorem melhor as suas colônias; posteriormente quando estas obtêm a independência, o Banco Mundial as obriga a assumirem as dívidas contraídas pelas suas ex-metrópoles para reforçarem a colonização e a exploração dos recursos naturais e dos seus povos.

Ao longo dos primeiros 17 anos de existência, os projetos apoiados pelo Banco Mundial consistem na melhoria das infraestruturas de comunicação e de produção de energia elétrica. O dinheiro emprestado pelo banco aos países em desenvolvimento deve, sobretudo, ser gasto nos países industrializados. Os projetos apoiados devem melhorar a capacidade de exportação do Sul para o Norte, a fim de satisfazerem as necessidades deste último e de enriquecerem um punhado de multinacionais atuando nestes setores. Durante este período, os projetos relativos à saúde, ao acesso à água potável e ao saneamento básico são inexistentes.

Desde o início, as missões do banco visaram essencialmente aumentar a sua capacidade de influenciar as decisões tomadas pelas autoridades de um determinado país, favorecendo as grandes potências acionistas e a suas empresas.

A política do Banco Mundial evoluiu tendo em conta o perigo de contágio revolucionário e a Guerra Fria. O contexto político interpela os dirigentes do Banco: os seus debates internos demonstram que eles respondem a esse contexto em função dos interesses de Washington ou de outras metrópoles industrializadas.

A atividade do Banco Mundial começa em 1946. Em 18 de junho desse ano, Eugene Meyer, editor do Washington Post, ex-banqueiro, assume funções como primeiro presidente do Banco. Ele permanecerá no cargo durante seis meses.

Os primeiros passos do Banco foram, de fato, difíceis. A hostilidade de Wall Street não diminuiu desde a morte de Franklin Roosevelt, em abril de 1945. Os banqueiros não confiavam numa instituição que, a seus olhos, ainda era demasiado influenciada pela política do New Deal, intervencionista de mais e pública de mais. Eles teriam preferido que os Estados Unidos desenvolvessem apenas o Export Import Bank. Regozijaram-se com a saída de Henry Morgenthau, que deixou

de ser secretário do Tesouro;¹ não se opunham especificamente a Eugene Meyer, presidente do Banco, porém não apreciavam os defensores do controle público, como Emílio Collado e Harry White, diretores-executivos respectivamente do Banco Mundial e do FMI.

A partir de 1947, as alterações na direção do Banco satisfazem os banqueiros, já que, daí em diante, um trio favorável a Wall Street toma as rédeas do poder: John J. McCloy é nomeado presidente do Banco Mundial em fevereiro de 1947, seguido por Robert Garner, vice-presidente, e Eugene Black assume o lugar de Emílio Collado. John J. McCloy tinha sido um grande advogado de negócios em Wall Street, Robert Garner era vice-presidente da General Foods Corporation e Eugene Black, vice-presidente do Chase National Bank. No FMI, Harry White é demitido. Wall Street fica plenamente satisfeita. Com a saída forçada de Emílio Collado e de Harry White, desaparecem os últimos defensores da intervenção nos movimentos de capitais e do seu controle público. Os “negócios” podem começar.

A caça às bruxas

A vida do Banco Mundial e do FMI foram fortemente influenciadas pela Guerra Fria e pela caça às bruxas lançada, nos Estados Unidos, principalmente pelo senador republicano de Wisconsin, Joseph McCarthy. Harry White, pai do Banco Mundial e diretor-executivo dos Estados Unidos no FMI, foi objeto de uma investigação do FBI (Agência Federal de Investigação), em 1945, por espionagem em benefício da URSS². Em 1947, o seu caso foi submetido ao Grande Júri Federal, que recusou abrir um processo. Em 1948, é ouvido pela Comissão de Investigação de Atividades Antiamericanas (Un-American Activities Committee). Vítima de uma campanha agressiva, morre de ataque cardíaco em 16 de agosto de 1948, três dias após ter comparecido perante a comissão.³ Em novembro de 1953, durante a presidência de Eisenhower⁴, o procurador-geral condena, de forma póstuma, Harry White como espião soviético. Acusa igualmente o presidente Truman de ter designado Harry White como diretor-executivo do FMI em 1946, sabendo que ele era um espião soviético.

A caça às bruxas afeta também o conjunto das Nações Unidas e as suas agências especializadas porque, no final do seu mandato, em 9 de janeiro de 1953, o presidente Truman baixa um decreto solicitando, ao secretário-geral das Nações Unidas e aos dirigentes das agências especializadas, que comuniquem ao Governo dos Estados Unidos informações sobre as candidaturas de emprego às Nações Unidas, entregues por cidadãos

1 Henry Morgenthau, muito próximo de Franklin Roosevelt, entrou em conflito com o sucessor presidente Truman, antes da conferência de Potsdam, em julho de 1945. Pediu, entretanto, a demissão.

2 Segundo R. Oliver, Harry White era politicamente progressista, simpatizava com a causa dos trabalhadores no mundo e estava próximo dos comunistas. Ver: OLIVER, Robert W. 1975. *International Economic Co-operation and the World Bank*, p. 81-85.

3 Teve o primeiro ataque cardíaco durante essa sessão.

4 O general e político republicano Dwight D. Eisenhower sucede a Harry Truman em janeiro de 1953 como presidente dos EUA. É reeleito em 1957 e termina o seu mandato em 1961.

dos Estados Unidos. Os Estados Unidos encarregam-se de realizar uma investigação completa para detetar se as pessoas em questão são suscetíveis de se dedicarem à espionagem ou a ações subversivas (tais como “defender a revolução para alterar a forma constitucional de governo dos Estados Unidos”).⁵

Nessa época, o termo *un-american* é um eufemismo corrente para caracterizar os comportamentos subversivos. Um elemento subversivo não pode ser admitido pela ONU. A interferência dos Estados Unidos nos assuntos internos da ONU é muito forte. São testemunhos disso o tom e o conteúdo da correspondência enviada ao presidente do Banco Mundial, Eugene Black, pelo secretário de Estado da administração Eisenhower, J. F. Dulles: “O secretário de Estado Dulles solicitou-me (escreve o seu assistente) que fizesse saber a grande importância dada por ele à obtenção de total cooperação por parte dos responsáveis pelas agências especializadas das Nações Unidas para a execução do decreto presidencial 10422. Ele está convencido que, sem essa total cooperação, os objetivos do decreto não serão alcançados e que, sem essa condição, os Estados Unidos não poderão continuar a apoiar estas organizações”.⁶

O Banco Mundial, para emprestar dinheiro aos países-membros, deve primeiro o tomar emprestado a Wall Street sob a forma de obrigações.⁷ Os banqueiros privados exigem garantias antes de concederem um empréstimo a um organismo público, visto que, no início de 1946, 87% dos títulos europeus estão em situação de incumprimento de pagamento e o mesmo acontece com 60% dos títulos latino-americanos e com 56% dos títulos do Extremo Oriente.⁸

Com o trio McCloy-Garner-Black no comando do Banco, os banqueiros privados soltam um pouco os cordões da bolsa, porque têm a garantia de recuperarem, com lucro, as aplicações. E não se enganam.

Durante os primeiros anos de atividade, o Banco Mundial empresta principalmente aos países industrializados da Europa. E com muita timidez que inicia a concessão de empréstimos aos países em desenvolvimento. Entre 1946 e 1948, o Banco Mundial concede empréstimos, num total de pouco mais de 500 milhões de dólares, aos países da Europa Ocidental (250 milhões à França, 207 milhões à Holanda, 40 milhões à Dinamarca e 12 milhões ao Luxemburgo), mas concede apenas um empréstimo a um país em desenvolvimento (16 milhões ao Chile).

A política de empréstimos do Banco Mundial vai sofrer uma reviravolta e diminuir devido ao lançamento do Plano Marshall, em abril de 1948, porque este

⁵ “Advocacy of revolution ... to alter the constitutional form of government of the United States”. Executive Order 10422, de 9 de Janeiro de 1953. Part II. 2. c.

⁶ Carta de John D. Hickerson, Secretário de Estado Adjunto, para o Presidente Eugene Black, 21 de fevereiro de 1953, in Kapur, Devesh, Lewis, John P., Webb, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 1173.

⁷ A partir de 1953, o Banco Mundial não se limita apenas a pedir empréstimos aos Estados Unidos, também emite títulos na Europa e depois no Japão. Nos anos 1970, no momento do aumento do preço do petróleo, pede empréstimos também à Venezuela e aos países árabes produtores de petróleo.

⁸ KAPUR, DEVESH, LEWIS, JOHN P., WEBB, RICHARD. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 917.

ultrapassa, de longe, as capacidades do Banco (ver capítulo 4). Para o Banco, encerra-se o capítulo “reconstrução” e mantém-se apenas o capítulo “desenvolvimento”... Uma das consequências imediatas, para o Banco, do lançamento do Plano Marshall foi a demissão um mês depois do seu presidente, John J. McCloy, que parte para a Europa para ocupar o cargo de Alto-comissário dos Estados Unidos na Alemanha. É substituído por Eugene Black que permanecerá no lugar até 1962.

A revolução chinesa de 1949 faz com que os Estados Unidos percam um aliado de peso na Ásia e obriga Washington a integrar na sua estratégia a dimensão “subdesenvolvimento”, para evitar o “contágio” comunista. Os termos do ponto IV do discurso do presidente Truman sobre o Estado da União de 1949 são muito esclarecedores:

É preciso lançar um programa audacioso para sustentar o crescimento das regiões subdesenvolvidas (...). Mais de metade da população mundial vive no limiar da pobreza (...). A sua alimentação é insuficiente, as populações são vítimas de doença (...). A sua vida econômica é primitiva e estacionária, a sua pobreza constitui um handicap e uma ameaça, tanto para elas como para as regiões mais prósperas (...). Os Estados Unidos devem colocar as vantagens do seu conhecimento técnico à disposição dos povos pacíficos, para ajudá-los a alcançar a vida melhor que almejam (...). Com a colaboração do meio empresarial, do capital privado, da agricultura e do mundo do trabalho dos Estados Unidos, esse programa poderá aumentar muito a atividade industrial das outras nações e elevar substancialmente o seu nível de vida (...). Uma maior produção é a chave para a prosperidade e para a paz e a chave para uma maior produção é a aposta na expansão do saber científico e técnico da modernidade (...). Esperamos assim contribuir para a criação de condições que finalmente conduzirão toda a humanidade à liberdade e à felicidade pessoais⁹

Logo na primeira página do relatório anual do Banco Mundial, que segue o discurso do presidente Truman, o Banco anuncia que aplicará a orientação do ponto IV do discurso:

Na data de publicação deste relatório, todas as implicações do programa Ponto IV e a maneira específica como vai ser implementado ainda não estão totalmente claras. No entanto, do ponto de vista do Banco Mundial, o programa é de interesse vital. (...). Os objetivos fundamentais do Banco, nesta área, são essencialmente os mesmos do programa Ponto IV.¹⁰

Temos a impressão de ler a ata de uma reunião de partido, cumprindo uma ordem do comitê central. Dito isto, esse quarto relatório anual, escrito sob o duplo impacto da revolução chinesa e do discurso de Harry Truman, é o primeiro a sa-

⁹ Excertos do ponto IV, traduzido e apresentado por G. Rist, *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*, Paris, Presses de Sciences Po, 1996, p. 116-121. Os outros pontos dizem respeito ao apoio à organização das Nações Unidas, à criação da NATO e ao lançamento do Plano Marshall.

¹⁰ BIRD (World Bank), *Fourth Annual Report 1948-1949*, Washington, D. C., 58 p.

liantar que as tensões políticas e sociais causadas pela pobreza e pela desigualdade na distribuição da riqueza são um obstáculo ao desenvolvimento. A má distribuição de terras também é destacada, bem como o seu caráter ineficaz e opressivo.

O relatório declara que é preciso erradicar doenças como a malária¹¹, aumentar a taxa de escolarização, melhorar o serviço público de saúde...

Além disso, frisa o relatório, o desenvolvimento do Sul também é importante para os países desenvolvidos, porque a expansão dos países desenvolvidos depende dos mercados criados pelos países do sul.

Nos relatórios seguintes, os temas sociais desaparecem progressivamente e uma visão mais tradicional ganha terreno.

De todo o modo, o Banco Mundial não põe em prática a dimensão social do Ponto IV nas suas políticas de empréstimo. Não apoia projetos que visem a redistribuição de riqueza e a distribuição de terras aos camponeses que não as têm. No que diz respeito à melhoria da saúde, da educação e do sistema de saneamento, será preciso esperar pelos anos de 1960-1970 para ver o Banco apoiar alguns projetos e, ainda assim, com a maior cautela.

Algumas características da política de empréstimos do Banco

Custos elevados para os países tomadores de empréstimos

Os empréstimos do Banco Mundial concedidos aos países em desenvolvimento (PED) eram muito onerosos: taxas de juro elevadas (equivalentes às de mercado ou próximas), às quais se acrescentava uma comissão para as despesas de administração e um período de reembolso muito curto. Isso provocou logo protestos por parte dos PED, que propuseram que a ONU pusesse em vigor um financiamento alternativo e menos oneroso do que o do Banco Mundial (ver capítulo seguinte). À semelhança de um banco clássico, o Banco Mundial tem o cuidado de selecionar projetos rentáveis e impõe reformas econômicas draconianas.

Em 2020, o Banco Mundial emprestava a uma taxa próxima da taxa de mercado (o Libor), à qual acresce uma taxa de juro variável, segundo a categoria a que o país pertence, e ainda uma comissão que oscila entre 0,25 e 1% do montante total do empréstimo, pagável imediatamente ou até ao fim do primeiro ano. Essas categorias (A, B, C ou D) são definidas pelo Banco Mundial.¹²

O dinheiro emprestado provém majoritariamente da emissão de títulos de empréstimo emitidos no mercado financeiro (80 bilhões de dólares em 2020¹³).

11 Cerca de 60 anos mais tarde, o Banco Mundial ainda está empenhado na erradicação da malária que é uma doença mortal que afecta principalmente os pobres. Ver CASTRO, Julie, e DAMIEN, Millet, "Malaria and Structural Adjustment: Proof by Contradiction", in BOETE, Christophe, *Genetically Modified Mosquitoes for Malaria Control*, Landes Bioscience, 2006.

12 Ver IBRD Financial Products e os vários separadores (IBRD Flexible loan, IBRD Hedges, Guarantees, Retired Loan Products) em <https://treasury.worldbank.org/en/about/unit/treasury/ibrd-financial-products/lending-rates-and-fees#1>

13 75 bilhões US\$ para o BIRD, e 5 bilhões US\$ para a AID. "Supporting Countries in Unprecedented Times", *Annual Report 2020*, p. 67, World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34406/9781464816192>.

A solidez do Banco Mundial é garantida pelos países ricos, que são os maiores acionistas, e permite-lhe angariar fundos a taxas vantajosas. Os reembolsos são feitos num período de 15 a 20 anos, com um período de carência de três a cinco anos, durante o qual o capital não é reembolsado. Esta atividade é muito lucrativa: o Banco Mundial obtém lucros avultados, que podem chegar a vários bilhões de dólares por ano, à custa dos países em desenvolvimento e das suas populações.

Mesmo no caso dos créditos menos onerosos – os que são atribuídos pela Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), que faz parte do grupo Banco Mundial –, as taxas de juro estão longe de serem pequenas. Em função da categoria do país, oscilam entre 2,5 e 7,5%. Vejamos um exemplo baseado num documento oficial da AID (Banco Mundial) relativo aos créditos chamados “concessionais”, publicado em outubro de 2020,¹⁴ onde podemos descobrir que existe uma comissão de 0,75% sobre todos os créditos da AID (ver nota 6 do documento em questão). A esta comissão acresce uma taxa de juro em função do tipo de país e da duração do empréstimo (conforme indicado no quadro já referido). Por exemplo, um país classificado como “blend” no jargão do Banco Mundial (caso do Paquistão) pode contrair empréstimos com prazo de 30 anos. Ao receber o empréstimo do ramo AID do Banco Mundial, o Paquistão paga imediatamente uma comissão de 0,75 % sobre o valor total do empréstimo. A seguir, nos cinco primeiros anos que constituem o período de carência, não há reembolso. A partir do sexto ano, o Paquistão pagará uma taxa de 3,3 % até ao 25.º ano, e entre o 26.º e o 30.º pagará uma taxa de 6,8%.

Nem um só empréstimo para escolas até 1962

O Banco Mundial empresta para projetos específicos: uma estrada, uma infraestrutura portuária, uma barragem, um projeto agrícola...

Ao longo dos seus primeiros 17 anos de atividade, o Banco não concedeu um único empréstimo para escolas, para postos de saúde, para sistemas de esgotos, para a canalização de água potável!

Até 1962, todos os empréstimos, sem exceção, destinaram-se a infraestruturas elétricas, a vias de comunicação (estradas, ferrovias...), a barragens, à mecanização da agricultura, à promoção de culturas para exportação (chá, cacau, arroz...) ou, marginalmente, à modernização da indústria de transformação.

pdf?sequence=22&isAllowed=y

14 Ver [ida_terms_effective_10.1.2020.pdf](https://ida.worldbank.org/sites/default/files/pdfs/ida_terms_effective_10.1.2020.pdf), consultado a 27 de novembro de 2020. Segundo o Banco Mundial, “as condições de empréstimo da AID são determinadas em função do risco de sobreendividamento, do rendimento nacional bruto (RNB) por habitante e da capacidade do país para reembolsar, avaliada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). (...) Outros destinatários recebem os créditos da AID quer em condições correntes (“regular terms”) quer mistas (“blend terms”) e estritas (“hard terms”). Estes empréstimos têm um prazo de, respectivamente, 38 e 30 anos.” Extraído de <https://ida.banquemondiale.org/financement>. As taxas de juro (se incluirmos a comissão de 0,75%) variam entre 2,75% e 7,5%.

Orientar os investimentos para a exportação

O objetivo corresponde a prioridades muito precisas: trata-se de aumentar a capacidade dos países em desenvolvimento de exportarem as matérias-primas, o combustível e os produtos agrícolas tropicais que os países industrializados necessitam.

A análise dos projetos aceitos ou recusados pelo Banco Mundial indica, de maneira muito clara, que o banco não queria apoiar, salvo algumas exceções, projetos industriais destinados à satisfação da demanda interna dos países em desenvolvimento, porque isso diminuiria as importações provenientes dos países industrializados. As exceções correspondem a um punhado de países estrategicamente importantes e que dispunham de uma força real de negociação. Foi o caso da Índia.

O dinheiro emprestado ao Sul volta para o Norte

O Banco Mundial emprestava dinheiro na condição de que fosse gasto pelos PEDs em encomendas de bens e serviços feitas aos países mais industrializados. Como demonstram os quadros abaixo, ao longo dos primeiros 17 anos, mais de 93% do dinheiro emprestado regressava, todos os anos, aos países industrializados sob a forma de compras.

Tabela 5: Repartição geográfica das despesas realizadas com os empréstimos do BM entre 1946 e 1962

Países	46-51	51-52	52-53	53-54	54-55
Estados Unidos	73,1%	65,3%	63,5%	58,7%	47,1%
Europa	11,3%	25,3%	30,1%	38,1%	48,8%
Canadá	6,6%	8,8%	4,3%	2,4%	2,9%
Subtotal países industrializados	91,0%	99,4%	97,9%	99,2%	98,8%
América Latina	8,3%	0,5%	1,1%	0,4%	0,1%
Médio Oriente	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
África	0,3%	0,1%	0,8%	0,2%	1,0%
Ásia	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%	0,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Banco Mundial, Relatórios anuais, 1946 a 1962.

A primeira coluna apresenta a média dos cinco primeiros anos de atividade. As colunas seguintes correspondem, cada uma, a um ano diferente.

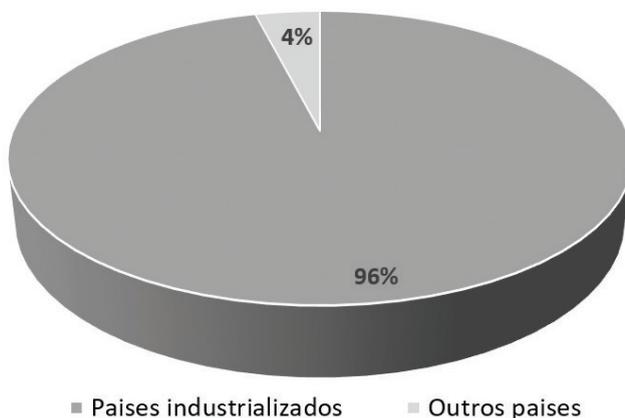
Tabela 6: Distribuição geográfica das despesas efectuadas com empréstimos do Banco Mundial entre 1946 e 1962

	Até							
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Alemanha	4,1%	14,1%	18,6%	17,2%	16,3%	16,9%	13,5%	10,9%
Bélgica	3,7%	2,9%	2,8%	2,9%	3,3%	2,1%	2,5%	1,6%
Canadá	5,6%	7,0%	6,0%	1,1%	2,0%	2,3%	1,5%	1,1%
Estados Unidos	63,4%	50,5%	44,3%	38,8%	29,7%	29,8%	29,6%	33,2%
França	2,7%	3,3%	3,5%	1,2%	5,2%	6,7%	12,0%	12,3%
Itália	0,9%	1,7%	3,0%	5,8%	6,3%	7,7%	6,6%	8,3%
Japão	0,0%	0,2%	2,2%	8,3%	6,2%	3,9%	6,1%	5,0%
Holanda	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,5%
Suécia	0,7%	1,5%	2,7%	0,9%	2,1%	2,3%	3,1%	2,6%
Suíça	2,1%	2,3%	1,9%	1,3%	2,7%	4,3%	4,5%	3,6%
Reino Unido	11,1%	13,2%	10,9%	18,8%	20,5%	16,5%	13,7%	13,7%
Subtotal países industrializados	94,2%	96,7%	95,9%	96,3%	94,4%	92,5%	93,1%	94,7%
Outros países	5,8%	3,3%	4,1%	3,7%	5,6%	7,5%	6,9%	5,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Banco Mundial, Relatórios anuais, 1946 a 1962.

A primeira coluna apresenta a média dos nove primeiros anos de atividade.

Gráfico 3: Distribuição geográfica das despesas efetuadas com os montantes emprestados pelo Banco Mundial de 1946 a 1962



Fonte: cálculos do autor, a partir de dados do Banco Mundial.

Os dados são fornecidos pelo Banco Mundial até 1962. A partir do ano seguinte e até aos dias de hoje, esses dados deixaram de ser disponibilizados ao público. A explicação é simples: até 1962, os países ricos, que dominavam o Banco, não se importavam de revelar que o dinheiro emprestado regressava, de imediato, às suas mãos. Pelo contrário, vangloriavam-se com o fato de o Banco lhes ser ex-

tremamente lucrativo. Ao longo do tempo, mais e mais países que obtiveram a independência, aderiram ao Banco Mundial e tornou-se difícil provar, através dos relatórios públicos anuais do Banco, que as suas atividades beneficiavam, sobretudo, os membros mais ricos.

Empréstimos odiosos concedidos às metrópoles coloniais ...

Após dez anos de existência, o Banco Mundial só tinha dois membros na África Subsaariana: a Etiópia e a África do Sul. Violando o direito dos povos à autodeterminação, o Banco Mundial concedeu empréstimos à Bélgica, à França e à Grã-Bretanha para financiarem projetos nas suas colônias. As colônias alvo de empréstimos do Banco Mundial são: no caso da Bélgica, o Congo Belga, o Ruanda e o Burundi; no caso da Grã-Bretanha, a África Oriental (incluindo Quênia, Uganda e a futura Tanzânia), a Rodésia (Zimbabué e Zâmbia), assim como a Nigéria, sendo ainda necessário adicionar a Guiana Britânica na América do Sul; no caso da França, a Argélia, o Gabão, a Mauritânia, a África Ocidental Francesa (Mauritânia, Senegal, Sudão francês – depois Mali –, Guiné Conacri, Costa do Marfim, Nigéria, Alto-Volta – depois Burkina Faso –, Daomé – que se tornou Benim).

Como reconhecem os historiadores do Banco: “Esses empréstimos, que servem para aliviar a escassez de dólares das potências coloniais europeias, eram amplamente direcionados para os interesses coloniais, em especial para o setor da mineração, seja para os investimentos diretos, seja para a assistência indireta, assim como para o desenvolvimento dos setores dos transportes e das minas”.¹⁵ Esses empréstimos permitiram aos poderes coloniais reforçar o jugo que exercem sobre os povos que colonizaram.

Contribuíram para abastecer as metrópoles coloniais de minérios, produtos agrícolas e combustível. No caso do Congo Belga, os milhões de dólares que lhe foram emprestados, para projetos definidos pelo poder colonial, foram quase na totalidade gastos pela administração colonial do Congo na compra de produtos exportados pela Bélgica. O Congo Belga recebeu no total 120 milhões de dólares emprestados (em três parcelas), dos quais 105,4 milhões foram gastos na Bélgica.¹⁶

... legados como um fardo às jovens nações independentes

Quando as colônias mencionadas acima obtêm a independência, os principais acionistas chegam a um acordo no sentido de lhes transferirem o peso da dívida contraída pelo poder colonial.

Prova disso é o exemplo dado pela Mauritânia. No dia 17 de março de 1960, a França dá o seu aval a um empréstimo de 66 milhões de dólares, contraído pela

¹⁵ KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 685-686.

¹⁶ O fato de a Bélgica ser beneficiária de empréstimos destinados ao Congo Belga pode ser deduzido de uma tabela publicada no 15º relatório do Banco Mundial para os anos 1959-1960. BIRD (Banco Mundial), *Fifteenth Annual Report 1959-1960*, Washington, D. C., p. 12.

Sociedade Anônima das Minas de Ferro da Mauritània (MIFERMA). A Mauritània seria ainda, por algum tempo, uma colônia francesa, já que a sua independência foi proclamada em 28 de novembro do mesmo ano. Esse empréstimo devia ser liquidado entre 1966 e 1975. Segundo o relatório anual do Banco Mundial, seis anos mais tarde, a Mauritània independente possuía uma dívida de 66 milhões de dólares.¹⁷ O empréstimo, contraído a pedido da França quando a Mauritània era ainda sua colônia, converteu-se em dívida da Mauritània, alguns anos mais tarde. O Banco generalizou o procedimento que consiste em transferir a dívida contratada pelo poder colonial para os novos Estados independentes.

No Tratado de Versalhes (1919), o cancelamento das dívidas das colônias africanas e da Polônia

Acontece que um caso semelhante tinha já ocorrido no passado, no âmbito do Tratado de Versalhes. Por ocasião da reconstituição da Polônia como Estado independente, após a Primeira Guerra Mundial, foi decidido que as dívidas contraídas pela Alemanha, para colonizar parte da Polônia, não ficariam a cargo do novo Estado independente. O Tratado de Versalhes, de 28 de junho de 1919, estipulava: “A parcela da dívida que, segundo a Comissão de Reparações, prevista no dito artigo, se refere às medidas tomadas pelos governos alemão e prussiano, para a colonização alemã da Polônia, será excluída da parte deixada a cargo desta última...”¹⁸. O Tratado previa que os credores que emprestaram à Alemanha para projetos em território polaco só poderiam cobrar à potência ocupante e não à Polônia.

No Tratado de Versalhes o império alemão perdeu os territórios que tinha colonizado na África e as dívidas dessas colônias foram anuladas. A parte alemã, descontente com este arranjo, tentou convencer as potências vitoriosas a renunciarem a essa anulação das dívidas, pois isso significava que a Alemanha teria que reembolsar essas dívidas. Os Aliados responderam: “As colônias não deveriam ser obrigadas a pagar nenhuma parcela da dívida alemã e deveriam ser libertadas de todas as obrigações de reembolsar à Alemanha os custos efetuados pela administração imperial do protetorado. De fato, seria injusto sobrecarregar os nativos com despesas manifestamente efetuadas em benefício da Alemanha, e não seria menos injusto transferir essa responsabilidade para as potências mandatárias que, na medida em que foram designadas pela Sociedade das Nações, não tirarão qualquer proveito dessa tutela”.¹⁹

17 BIRD (Banco Mundial), *Fifteenth Annual Report 1959-1960*, Washington, D. C., p. 52; BIRD (Banco Mundial), *Twentieth Annual Report 1965-1966*, Washington, D. C., p. 79.

18 Citado por SACK, Alexander Nahum. 1927. *Les Effets des Transformations des Etats sur leurs Dettes Publiques et Autres Obligations financières*, Recueil Sirey, Paris, p. 159.

19 Fonte: *Treaty series*, n.º 4, 1919, p. 26. Citado por Sack, p. 162. Texto original em inglês: “The colonies should not bear any portion of the German debt, nor remain under any obligation to refund to Germany the expenses incurred by the Imperial administration of the protectorate. In fact, it would be unjust to burden the natives with expenditure which appears to have been incurred in Germany’s own interest, and that it would be no less unjust to make this responsibility rest upon the Mandatory Powers which, in so far as they may be appointed trustees by the League of Nations, will derive no benefit from such trusteeship”.

Alexander-Nahum Sack, o teórico da dívida odiosa, especifica no seu tratado jurídico de 1927: “Quando o governo contrai dívidas com o objetivo de subjugar a população de uma parte do seu território ou com o objetivo de a colonizar através dos representantes da nacionalidade dominante, etc., essas dívidas são odiosas para a população que vive nessa parcela de território do Estado devedor”.²⁰

O mesmo se aplica na íntegra aos empréstimos que o Banco concedeu à Bélgica, à França e à Grã-Bretanha para desenvolverem as suas colônias. Consequentemente, o Banco viola o direito internacional ao imputar aos novos Estados independentes os encargos das dívidas contraídas para a colonização. O Banco, com a conivência dos seus principais acionistas coloniais e com a bênção dos Estados Unidos, cometeu um ato que não pode permanecer impune. Essas dívidas padecem de nulidade e o Banco deve prestar contas dos seus atos perante a justiça. Os Estados que foram vítimas dessa violação do direito deveriam exigir reparações e utilizar os montantes em questão para resgatar a dívida social com o povo.²¹

O Banco Mundial e o FMI agiram a partir das décadas de 1950-1960 como cobradores pelos antigos credores privados

Como analisei em pormenor no livro *Le système dette. Histoire des dettes souveraines et de leur répudiation* [*O Sistema da dívida. História das dívidas soberanas e seu repúdio*], ao longo do século XIX e até à Segunda Guerra Mundial, uma série de governos das antigas colônias espanholas na América Latina suspenderam o pagamento ou repudiaram dívidas por as considerarem odiosas, ilegais ou ilegítimas. Foi o caso do México em 1861, em 1867 e em 1883, da Guatemala em 1829, do Peru em 1886, da Costa Rica em 1922, de Cuba em 1922 e em 1934. Foi também o caso do Brasil a partir de 1932. Os EUA também repudiaram as dívidas consideradas odiosas e ilegítimas na década de 1830, em 1865, na década de 1870 e em 1898. A Rússia soviética repudiou em 1918 a dívida contraída pelo regime czarista. Além da anulação das dívidas contraídas pela Alemanha para colonizar os territórios polacos e africanos em 1919, já referida acima. É preciso ainda mencionar a anulação em 1920-1921 pelo governo bolchevique da dívida dos três estados bálticos que tinham feito parte do império czarista, assim como a da Polónia, da Pérsia e da Turquia. Todas estas anulações, suspensões e repúdios deram origem a múltiplos conflitos, arbitragens e atos unilaterais. A doutrina jurídica da dívida odiosa, mencionada acima, foi se consolidando. É evidente que o Banco Mundial e o FMI agiram para restabelecer o poder dos credores e tentaram convencer vários estados de que a doutrina da dívida odiosa pertencia a um passado acabado.

²⁰ SACK, Alexander Nahum. 1927. p. 158.

²¹ As reparações deveriam ser exigidas às antigas potências coloniais, via Tribunal Internacional de Justiça de Haia. Além disso, é importante frisar que, dado que as agências da ONU, das quais o Banco Mundial faz parte, continuarão a beneficiar de imunidade, e que os estatutos do Banco não serão alterados, os estados membros do Banco dificilmente podem recorrer à justiça contra ele. Em contrapartida, as associações de cidadãos representantes das vítimas podem levar o Banco a tribunal, seja nos países em que o Banco disponha de representação ou onde concedeu empréstimos. Esse ponto será desenvolvido mais tarde.

E assim, como escreveu Julia Juruna nas colunas do jornal mensal *Le Monde Diplomatique*, na ocasião de um primeiro pedido de crédito endereçado ao FMI e ao Banco Mundial por um país membro, estas duas instituições colocaram duas condições prévias: o pagamento das dívidas internacionais previamente contraídas e uma indenização “adequada” pelos bens estrangeiros nacionalizados.²² Segundo Mason e Asher, historiadores do Banco Mundial, a exigência de pagamento das antigas dívidas relançou entre certos governos latino-americanos e os seus credores ocidentais velhos contenciosos mortos há décadas ou até desde o século XIX.²³

E Julia Juruna, baseando-se no trabalho daqueles historiadores, assinala que “O caso mais saliente foi sem dúvida o da Guatemala, onde o Banco Mundial resuscitou a questão do pagamento de títulos emitidos em 1829: o país obteve crédito do Banco Mundial apenas depois de os tribunais guatemaltecos terem dado razão aos detentores dessas obrigações mais que centenárias”:

As missões do Banco Mundial

O Banco Mundial gosta de enviar missões de especialistas a determinados países membros. Nos primeiros 20 anos, tratou-se, na maior parte das vezes, de especialistas dos Estados Unidos.

No início, o país “teste” mais visitado foi incontestavelmente a Colômbia. É um país chave do ponto de vista dos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Uma das prioridades de Washington foi evitar que a Colômbia caísse no campo soviético ou resvasse para a revolução social.

A partir de 1949, o Banco envia à Colômbia uma forte missão, composta por especialistas do Banco, do FMI, da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e da OMS (Organização Mundial de Saúde). O objetivo é estudar as necessidades e determinar uma estratégia global de desenvolvimento para o país. Os projetos concretos, apoiados pelo Banco, referem-se à compra dos Estados Unidos de 70 máquinas de terraplanagem, 600 tratores e equipamento para 3 centrais hidroelétricas! Em 1950, o Governo colombiano estudou o relatório da comissão do Banco para formular um programa de desenvolvimento, tendo esse documento como base. No ano seguinte, em 1951, uma comissão de especialistas colombianos independentes finaliza a elaboração desse programa de desenvolvimento, recomendando que o Governo adote as seguintes medidas: reforma orçamental e bancária, redução e flexibilização das restrições à importação; flexibilização dos controles de câmbio; adoção de uma atitude liberal e atrativa em relação ao capital estrangeiro.

Consultores, designados de forma conjunta pelo Banco e pelo governo colom-

²² Julia Juruna, “Le Fonds monétaire et les banques privées. Le “gendarme” du grand capital”, *Le Monde Diplomatique*, outubro/1977, p. 1, 20 e 21.

²³ MASON, Edward S., e ASHER, Robert E. 1973. *The World Bank since Bretton Woods*, The Brookings Institution, Washington, D.C.

biano, elaboram igualmente propostas relativas aos ferrovias, à aviação civil, ao investimento industrial e à emissão de títulos de dívida pública. Um conselheiro econômico, nomeado pelo Banco, foi incorporado pelo Conselho Nacional de Planejamento econômico da Colômbia. No relatório anual de 1953, tomamos conhecimento da implementação de instâncias de Planejamento. Vejamos as palavras de uma das personalidades do FMI, Jacques Polack²⁴, a propósito da sua participação numa missão na Colômbia:

As instruções que recebi na qualidade de dirigente da missão do FMI na Colômbia, em 1955, formuladas numa reunião entre o vice-presidente do Banco e o diretor-executivo do Fundo (...) diziam claramente, na linguagem contundente da época: “torçam-lhes o braço direito, que nós torcermos-lhes o braço esquerdo”²⁵.

Vemos que, em geral, essas missões visam essencialmente o aumento da capacidade do Banco (e de outras instituições, em particular o FMI) de influenciar as decisões tomadas pelas autoridades de um dado país, num sentido favorável às grandes potências acionistas e às suas empresas.

A política do Banco Mundial evolui, reagindo ao perigo de contágio revolucionário e à Guerra Fria

Em 1950, o campo aliado dos Estados Unidos no Banco Mundial expulsa, de fato, a China, que passou em 1949 para o lado comunista, e concede o seu lugar ao governo anticomunista do general Tchang Kai Chek, instalado na ilha de Taiwan.²⁶ Para evitar o contágio para o resto da Ásia, diversas estratégias serão utilizadas e alguns países chave serão objeto de uma intervenção sistemática do Banco Mundial. É o caso da Índia²⁷, do Paquistão, da Tailândia, das Filipinas e da Indonésia. Até 1961, o Banco não será autorizado a ocupar-se da Coreia do Sul, que constitui uma área reservada exclusiva dos Estados Unidos (ver capítulo 11).

A Polónia e a Tchecoslováquia, que aderem ao bloco soviético, saem de imediato do Banco.²⁸ A Iugoslávia, expulsa do campo soviético, recebe, como contrapartida, apoio financeiro do Banco.

O ano de 1959 começa sob um enorme furacão revolucionário, que sacode as Américas: a vitória da revolução cubana nas barbas do Tio Sam.²⁹ Washington é obrigado a fazer concessões aos governos e aos povos da América Latina para tentar evitar que a revolução se propague como um rastro de pólvora a outros países.

24 Jacques Polack participou, em 1944, na conferência de Bretton Woods e foi o diretor-executivo do Departamento de Pesquisa do FMI de 1958 à 1980. De seguida, participou na direção do FMI como diretor-executivo para a Holanda (1981-1986).

25 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. World Bank, *Its First Half Century*, vol. 2: *Perspectives*, p. 477.

26 A situação vai se manter até 1980, ano em que a China regressa ao Banco Mundial e ao FMI. Na ONU, a situação permanecerá até 1971.

27 Ver MILLET, Damien, TOUSSAINT, Eric, “Inde, 60 ans après les luttes pour l’indépendance, à quand une nouvelle libération?”, in *Les Tsunamis de la dette*, 2005, cap. 4.

28 A Polónia sai do Banco Mundial em março de 1950 e a Tchecoslováquia em dezembro de 1954. O Banco recusava-lhes a concessão de qualquer empréstimo.

29 Havana situa-se, aproximadamente, a 200 km da costa dos Estados Unidos, que controlavam Cuba desde 1898.

O historiador do Banco, Richard Webb, ex-presidente do Banco Central do Peru, entendeu bem a dimensão do fenômeno:

Entre 1959 e 1960, a América Latina se beneficiou muito da revolução cubana. Os primeiros efeitos surgem com a decisão de constituir um banco interamericano de desenvolvimento e de responder – após longa resistência – aos pedidos latino-americanos de estabilização dos preços das matérias-primas; um acordo sobre o café é assinado em setembro de 1959. A ajuda aumentou no início de 1960, após as expropriações massivas em Cuba, o pacto comercial da ilha com a URSS e a viagem de Eisenhower à América Latina. Após o meu regresso eu tinha a intenção de implementar medidas históricas com o objetivo de realizar reformas sociais que beneficiassem todos os povos da América Latina”.³⁰

O presidente D. Eisenhower acrescenta:

Estávamos constantemente confrontados com a questão do que poderia ser feito a respeito da efervescência revolucionária no mundo. (...) Eram necessárias novas medidas políticas que atacassem a raiz do problema: a agitação revolucionária. (...) Uma sugestão era (...) aumentar o salário dos professores e construir centenas de escolas profissionais. (...) Tínhamos de afastar de nós próprios algumas velhas ideias (...) para impedir o Mundo Livre de arder em chamas.³¹

O historiador do Banco, Richard Webb, prossegue:

Em abril, o Secretário de Estado, Christian A. Herter, informou a União Pan-Americana sobre uma grande mudança na política externa americana para a América Latina, inclusive a decisão de apoiar a reforma agrária. Dillon, em agosto, apresentou ao Congresso um novo programa de ajuda, que solicitava ao Banco Interamericano de Desenvolvimento um financiamento de 600 milhões de dólares, com taxas especiais, e que dava ênfase às despesas sociais destinadas a dar resposta às desigualdades na distribuição de rendimentos e às instituições anquilosadas, dois sérios obstáculos ao progresso. A lei entrou de imediato em vigor. A percepção da crise na região mantinha-se em 1961 e Kennedy foi um pouco mais além na resposta dada: “Junto com Berlim, é a região mais crítica (...). O próximo golpe pode vir de qualquer canto da região (...). Não sei se o Congresso me apoiará, porém chegou o momento, porque estão todos assustados com a possibilidade de Castro conseguir propagar a revolução por todo o hemisfério”³². Em março de 1961, Kennedy pediu que se reagisse para impedir o caos na Bolívia. O seu governo decidiu ignorar tanto as recomendações do Fundo Monetário Internacional como as do Departamento de Estado, que queriam aplicar à Bolívia um pacote de medidas de austeridade anti-inflacionárias e, em vez disso, ofereceu ajuda econômica imediata. (...) “As coisas estavam suficientemente sombrias mesmo sem pedir mais sacrifícios àqueles que não tinham nada para dar”³³. Uma semana mais tarde, Kennedy anunciava a Aliança para o Progresso na América Latina, um programa de dez anos de cooperação e desenvolvimento, dando ênfase às reformas sociais, através da ajuda em larga escala aos países que “contribuíssem com algo”.³⁴

30 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 163.

31 D. Eisenhower, *Waging Peace*, p. 530-537.

32 John F. Kennedy, *apud* Richard Goodwin, *Remembering America* (Little, Brown, 1988), p. 147.

33 *Idem*. p. 153. No seu discurso, Kennedy faz analogias com o Plano Marshall.

34 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 163-164.

O anúncio de grandes reformas não impediu o Banco e os Estados Unidos de sustentarem regimes ditatoriais e corruptos, como o de Anastasio Somoza na Nicarágua. Eis um exemplo: em 12 de abril de 1961, apesar de cinco dias mais tarde os Estados Unidos lançarem uma expedição militar contra Cuba, a partir de território nicaraguano,³⁵ a direção do Banco decidiu conceder um empréstimo à Nicarágua, sabendo perfeitamente que o dinheiro serviria para reforçar o poder econômico do ditador. Foi o preço a pagar pelo apoio ao ataque contra Cuba. A seguir, apresenta-se um trecho do relatório oficial interno sobre a discussão entre dirigentes do Banco, em 12 de abril de 1961³⁶:

- Sr. [Aron] Broches. Soube que a família Somoza está em todo lado e que seria difícil encontrar qualquer coisa na Nicarágua sem esbarrar com eles.
- Sr. [Robert] Cavanaugh. Eu não quereria dar a impressão de estar promovendo um acordo para pedir ao povo que venda as terras cobijadas pelo presidente.
- Sr. [Simon] Cargill. Se o projeto é em si satisfatório, não me parece que o interesse do presidente seja um problema que leve a que tudo deva ser abandonado.
- Sr. Rucinski. Concordo que é tarde demais para voltar atrás.
- Sr. Aldewereld. O problema da propriedade das terras e da família Somoza é desagradável, mas é algo que estávamos esperando desde que tudo começou e penso que agora é tarde demais para discutir o assunto.

Alguns meses mais tarde, em junho de 1961, os mesmos dirigentes do Banco debatem o empréstimo a ser concedido ao Equador. O conteúdo da discussão é revelador do contexto político global que motiva a ação do Banco³⁷:

- Sr. Knapp. O Equador parece ser o próximo país a tornar-se “castrista”. (...) Que risco político representa a população indígena invisível, que constitui metade ou dois terços do país e está completamente fora da situação política e econômica? (...).
- Sr. [John] de Wilde. O Equador teve um bom percurso. Não seria este o momento oportuno para as agências (...) como o Banco se manifestarem (...) a fim de evitar uma deterioração da situação política?
- Sr. Knapp. (...) Esse é o tipo de trabalho sujo que os Estados Unidos deveriam cumprir.
- Sr. Broches. Qual a posição do Equador no índice de injustiça social a que o Sr. Kennedy se refere?

35 A expedição teve lugar em 17 de abril de 1961. Trata-se do desembarque de mais de 1500 mercenários anticomunistas na baía dos Porcos, em Cuba. A expedição foi um fiasco monumental.

36 Este texto foi extraído de KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 165.

37 Este texto foi extraído de KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 166.

– Sr. [Orvis] Schmidt. Se há grandes disparidades na distribuição de riqueza no Equador, elas são menores do que noutros países da América Latina. (...). Os índios nas montanhas ainda estão tranquilos, apesar de o Governo não ter feito grande coisa por eles.

– Sr. Demuth. Se olharmos para os países feudais da América Latina, (...) devemos ser realistas e reconhecer que vão ocorrer revoluções. Só podemos esperar que [os novos governos] honrem as obrigações dos seus antecessores.

– Sr. Aldewereld. O colonialismo é certamente ruim no Equador (...) até mesmo (...) pior do que no Extremo Oriente. Algo violento vai acontecer. (...). Eu acho que os nossos projetos têm de servir para reduzir as pressões internas. (...). Estou de acordo que poderíamos conceder mais créditos da agência internacional de desenvolvimento para atenuar esses riscos políticos.

– Sr. Knapp. (...). Mas os riscos políticos levam à falta de pagamento.

Não é possível ser mais claro.

Capítulo 3 — As relações entre a ONU e o Banco Mundial: um início difícil

O Banco Mundial e o FMI são instituições especializadas da ONU comparáveis à Organização Internacional do Trabalho ou à FAO. Sendo assim, espera-se que colaborem estreitamente com os organismos das Nações Unidas e com as outras instituições especializadas para realizar os objetivos contidos na Carta e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Banco e o FMI tentaram, desde o início, evitar as obrigações a que estão sujeitas as organizações membros do sistema das Nações Unidas. No que diz respeito ao Banco, apesar da sua missão de ajuda ao desenvolvimento dever levar a uma aproximação com a ONU, os seus dirigentes trabalharam, com sucesso, no sentido de o manter fora do alcance dessa organização. O Banco e o FMI tiveram um papel ativo na Guerra Fria e, mais tarde, em relação à reação dos dirigentes dos países industrializados contra a ascensão dos PED que reivindicavam uma Nova Ordem econômica Internacional.

Não dispondo de um Plano Marshall, os PED propõem a criação de um novo órgão da ONU, baseado no sistema “um país, um voto”, facilitando os empréstimos às suas indústrias: o SUNFED (Special United Nations Fund for Economic Development). Os países industrializados opõem-se ferozmente e fazem triunfar uma contraproposta. A Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), ramificação do Banco, enterra o SUNFED.

Análise do início das relações

Em março de 1946, por ocasião da primeira reunião dos diretores do Banco Mundial e do FMI, o presidente do Conselho econômico e Social da ONU¹ (conhecido pela sigla inglesa ECOSOC) entrega uma carta à direção do Banco, solicitando o estabelecimento de mecanismos de ligação com a sua organização. O Banco leva a discussão à reunião dos diretores executivos, que ocorrerá em maio de 1946. Na realidade, houve tão pouco empenho por parte do Banco que seria preciso aguardar até novembro de 1947 para se chegar a um acordo entre as partes envolvidas. Segundo Mason e Asher, historiadores do Banco, durante todo esse tempo as negociações não foram particularmente cordiais.² Como a primeira carta da ECOSOC não obteve resposta, é enviada uma segunda carta, à qual os diretores

1 O Conselho econômico e Social da ONU faz recomendações com o objetivo de coordenar os programas e atividades das instituições especializadas das Nações Unidas (artigo 58º da Carta das Nações Unidas). Nesse sentido, o ECOSOC dispõe de poderes que lhe são atribuídos nos termos do capítulo X da Carta. O artigo 62º, § 1º, especifica o seguinte: “O Conselho econômico e Social pode realizar ou promover estudos e relatórios sobre questões internacionais nas áreas econômica, social, cultural e educativa, de saúde pública e noutras áreas afins e pode dirigir recomendações sobre todas essas questões à Assembleia Geral, aos membros da Organização e às instituições especializadas interessadas.”

2 MASON, Edward S., e ASHER, Robert E. 1973. *The World Bank since Bretton Woods*, The Brooking Institution, Washington, D. C., p. 55.

executivos do Banco respondem que um encontro, no entender deles, seria prematuro. Entretanto, as Nações Unidas tinham já concluído acordos de colaboração com a Organização Internacional do Trabalho, a UNESCO e a FAO.

Em julho de 1946, no decurso de uma terceira tentativa, o secretário-geral da ONU propõe, ao Banco e ao FMI, estabelecer negociações em setembro do mesmo ano. Os dirigentes do FMI e do Banco reúnem-se e decidem que não é ainda oportuno realizar tal reunião. Mason e Asher comentam essas manobras dilatórias da seguinte maneira: “O Banco temia fortemente que, tornando-se uma agência especializada da ONU, fosse submetido ao controle ou a uma influência política indesejável e que isso prejudicasse a sua nota (*credit rating*) em Wall Street...”³ Finalmente, o Banco adota um projeto para ser submetido a discussão nas Nações Unidas, que é mais uma declaração de independência do que uma declaração de colaboração. O assunto dá lugar a um dia de discussão, na sede da ONU, durante o qual o presidente do Banco, John J. McCloy, aceita abrandar suas posições.

Embora tenha sido aceito pela comissão de negociação do ECOSOC, o acordo alcançado levanta um clamor de indignação no seio do ECOSOC e da Assembleia Geral. Na sessão de 1947, o representante da União Soviética considera que o acordo constitui uma violação flagrante de, pelo menos, quatro artigos da carta das Nações Unidas. Mais embaraçoso ainda para os responsáveis do Banco e, escondidos atrás deles, para os Estados Unidos, é o ataque do representante da Noruega (país de origem do secretário-geral da ONU na época, Trygve Lie). Trygve Lie declara que a Noruega não pode aceitar que tais privilégios sejam concedidos ao Banco e ao Fundo, porque isso minaria a autoridade das Nações Unidas. O representante dos Estados Unidos responde que nada minaria mais a autoridade das Nações Unidas do que a incapacidade de alcançar um acordo com o Banco e o Fundo. Finalmente, o ECOSOC aprova (13 votos a favor, 3 votos contra e 2 abstenções) o projeto que é ratificado, em setembro 1947, pelo Conselho de Diretores do Banco (o diretor da Iugoslávia absteve-se). O acordo foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 1947.

Esse acordo ratifica o estatuto de organização especializada da ONU mas, a pedido do Banco, permite-lhe funcionar como “organização internacional independente”. Da mesma forma, autoriza o Banco a avaliar quais as informações úteis que devem ser comunicadas à ECOSOC, o que constitui, de fato, uma derrogação do artigo 17º, alínea 3, e do artigo 64º da Carta das Nações Unidas (o artigo 64º permite à ECOSOC obter relatórios regulares das agências especializadas). Há também uma revogação do artigo 70º, que prevê a representação recíproca em cada deliberação. Ora, o Banco e o Fundo reservam-se o direito de só convidarem representantes das Nações Unidas para a reunião do Conselho de Diretores. Na sua avaliação, os historiadores do Banco declaram que o acordo era insatisfatório,

3 Idem, p. 56.

na perspectiva do secretário-geral das Nações Unidas, mas que ele teve de se resignar e de o aceitar. Acrescentam que “o presidente do Banco, McCloy, não podia ser considerado um admirador das Nações Unidas e Garner (vice-presidente do banco) era visto como anti-ONU”.⁴

A criação da SFI e da AID⁵

Desde o início das atividades do Banco Mundial, os governos dos países em desenvolvimento, a começar pelos países da América Latina e, logo em seguida, a Índia, criticaram o fato de não existirem, para eles, facilidades equivalentes às do Plano Marshall, limitado à Europa. Com efeito, os empréstimos do Banco foram-lhes concedidos a taxas de juro de mercado, enquanto a ajuda do Plano Marshall foi concedida sobretudo sob a forma de donativo. Uma parte menor da ajuda do Plano Marshall consistiu em empréstimos concedidos sem juros ou a uma taxa de juro inferior às de mercado (ver capítulo 4).

Desde 1949, um economista indiano propõe a criação de uma nova organização internacional no âmbito da ONU. Pretende designá-la Administração das Nações Unidas para o Desenvolvimento econômico. Alguns anos mais tarde, a ideia surge, de novo, no seio da ECOSOC: o SUNFED (Special United Nations Fund for Economic Development) é então formado. De 1950 a 1960, diversos países do Terceiro Mundo, assim como a URSS e a Iugoslávia, fazem, de forma sistemática, campanha na ONU no sentido de criar o SUNFED e depois de o reforçar. Os governos dos Estados Unidos e de outras grandes potências industriais não querem nem saber de um fundo especial controlado pela ONU e separado do Banco Mundial

Entre as razões que levaram os PED a exigirem a formação de uma agência especializada da ONU para financiar o seu desenvolvimento, encontra-se a questão do direito de voto. Queriam uma agência da ONU que assegurasse a aplicação da regra “um país, um voto”, em oposição à regra de tipo censitário aplicada pelo Banco. Pela mesma razão, mas em sentido inverso, os Estados Unidos e outras potências opuseram-se frontalmente a essa proposta: os poucos países ricos querem evitar serem postos em minoria.

Segundo os historiadores oficiais do Banco, Mason e Asher, e mais tarde Catherine Gwin, os Estados Unidos lançam em 1954 uma primeira contraproposta, implementada desde 1956 pelo Banco através da criação da Sociedade Financeira Internacional (SFI), destinada a conceder empréstimos às empresas privadas dos

⁴ *Ibid.*, p. 59.

⁵ Esta seção baseia-se em VAN DE LAAR, Aart. 1980. *The World Bank and the Poor*, Martinus Nijhoff Publishing, Boston/The Hague/London, 1980, p. 56-59; MASON, Edward S., e ASHER, Robert E. 1973. *The World Bank since Bretton Woods*, The Brookings Institution, Washington, D. C., p. 380-419; GWIN, Catherine. “U.S. relations with the World Bank, 1945-1992”, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, p. 205-209; RICH, Bruce. 1994. *Mortgaging the Earth*, Earthscan, London, p. 77.

PED.⁶ A criação da SFI não resolve o contencioso e a campanha dos PED, a favor do SUNFED, ganha dimensão: em 1958, esse Fundo Especial das Nações Unidas está preparado para financiar os pré-investimentos nos PED.

Infelizmente, surgem rapidamente divisões no campo dos países do Terceiro Mundo. A Índia, que no início apoiava o SUNFED, muda de lado e torna-se favorável à segunda contraproposta dos Estados Unidos. A proposta consiste na criação de uma Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), ligada ao Banco Mundial, como alternativa ao SUNFED.⁷ O *lobby* indiano, pró-Washington, é convencido de que a Índia terá vantagens com a AID, porque as grandes potências, que dominam as instituições de Bretton Woods, compreenderão a necessidade de privilegiar a Índia, devido à posição estratégica que ocupa. E a Índia avalia bem: desde o primeiro ano de existência da AID, recebe 50% dos empréstimos.

O Governo dos Estados Unidos, ao propor a Fundação da AID, pretende matar dois coelhos com uma cajadada: por um lado, impedir as Nações Unidas de continuarem a reforçar o SUNFED e de responderem, assim, às necessidades dos PED; por outro lado, encontrar um meio de utilizar as reservas em moeda dos PED, que o Tesouro dos Estados Unidos tinha acumulado desde 1954, devido à venda dos seus excedentes agrícolas no contexto da lei 480.⁸ Diversos autores concordam que foi o senador Mike Monroney, de Oklahoma, que lançou a ideia em primeiro lugar: submete uma resolução ao Senado, propondo implementar a AID em cooperação com o Banco, e propõe que as reservas não convertíveis sejam alocadas a esta agência para conceder empréstimos a longo prazo e com baixas taxas de juro, reembolsáveis em moeda local. Um dos objetivos é conceder empréstimos a países pobres para que possam comprar excedentes agrícolas norte-americanos.⁹ O presidente do Banco, Eugene Black, declarará mais tarde: “Na realidade, a AID foi uma ideia concebida para contrariar as aspirações de um SUNFED”.¹⁰ Vale a pena citar aqui Mason e Asher, que afirmam: “Enquanto organização internacional, filiada do Banco Mundial, a AID é uma ficção sofisticada. Denominada ‘associação’ e dotada de estatutos, de funcionários, de membros de governo em abundância e de todas as características exteriores de outras agências internacionais, ela é apenas, no momento, um fundo administrado pelo Banco Mundial”.¹¹

Os Estados Unidos contribuem inicialmente com 42% dos fundos da AID, o que lhes assegura também a predominância.

Paralelamente à criação da AID, o CAD (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE) é constituído em Paris. Trata-se da estrutura que “coordena” a ajuda

6 MASON, Edward S., e ASHER, Robert E. 1973, pp.384-385; GWIN, Catherine. in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. p.206; VAN DE LAAR, Aart. 1980. p.57.

7 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, Volume 1, p. 1127.

8 VAN DE LAAR, Aart. 1980. p.57; GWIN, Catherine, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. p.206; MASON, Edward S., e ASHER, Robert E. 1973, p. 386-387.

9 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 1128.

10 MASON e ASHER, p. 386.

11 MASON e ASHER, p. 380-381.

ao desenvolvimento bilateral dos Estados industrializados. O SUNFED é, então, definitivamente enterrado. Os Estados Unidos impuseram as instituições que tinham a certeza de controlar.

Financiamento da AID

A AID não contrai empréstimos nos mercados financeiros. O dinheiro que empresta provém de doações feitas regularmente pelos países membros (principalmente os países industrializados mais ricos, aos quais se acrescenta a OPEP desde os anos 1970) e dos reembolsos que recebe.

De quatro em quatro anos, os países contribuintes reajustam o montante que compõe o fundo comum: são negociações duras. É, sobretudo, ocasião para grandes debates no Congresso dos Estados Unidos, que é quem decide a quantia concedida. Realizam-se intensas negociações entre o Congresso, o governo de Washington e a presidência norte-americana do Banco Mundial/AID. No entanto, os montantes em jogo são muito modestos. O interesse do negócio é garantir que o dinheiro emprestado pela AID regresse aos doadores sob a forma de compras (ajuda vinculada).¹²

O Banco Mundial recusa satisfazer os pedidos da ONU em relação a Portugal e à África do Sul

A partir de 1961, numa altura em que a maior parte dos países coloniais alcançavam a independência e se tornavam membros da ONU, a Assembleia Geral adota, diversas vezes, resoluções que condenam o regime de *apartheid* na África do Sul assim como o regime de Portugal, que mantém diversos países de África e da Ásia sob seu domínio. Em 1965, perante a continuidade do apoio financeiro e técnico do Banco a esses regimes, a ONU solicita formalmente: “A todas as agências especializadas das Nações Unidas, em particular ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e ao FMI, (...) de se absterem de conceder a Portugal qualquer assistência financeira, econômica ou técnica, enquanto o Governo português não renunciar à sua política colonial, que constitui uma violação flagrante das disposições da Carta das Nações Unidas”.¹³ Fez o mesmo em relação à África do Sul.

A direção do Banco reúne-se para tomar uma posição e a maioria dos diretores-executivos decide prosseguir com os empréstimos. Justificação apresentada: o artigo 4.º, 10.ª seção dos estatutos¹⁴ proíbe fazer política! Todos os países industrializados, apoiados por alguns países latino-americanos, votam a favor da

12 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 1149.

13 UN Doc. A/AC.109/124 and Corr. 1 (10 de Junho de 1965).

14 O artigo 4º, 10ª seção estipula: “O Banco e os seus responsáveis não interferirão nas opções políticas de qualquer dos membros e é-lhes proibido deixarem-se influenciar nas suas decisões pelas características políticas do membro ou dos membros envolvidos. Apenas considerações econômicas podem influenciar as suas decisões e as suas considerações serão tidas por imparciais, de modo a alcançarem os objetivos (fixados pelo Banco) estipulados no artigo 1.º.” Ver cap. 6.

continuidade dos empréstimos. Em 1966, o Banco aprova um empréstimo de 10 milhões de dólares a Portugal e de 20 milhões à África do Sul. Em seguida, sob maior pressão, o Banco não concede mais empréstimos. No entanto, uma seção das Nações Unidas, o Comitê de Descolonização (Decolonization Committee), continuará a denunciar, durante mais 15 anos, o fato de o Banco permitir que a África do Sul e Portugal se candidatem à obtenção de financiamentos do Banco para projetos em outros países. Além disso, o Banco tenta seduzir a África do Sul para que faça doações à AID.

Capítulo 4 — O contexto após a Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall e o acordo de Londres sobre a dívida alemã

Este capítulo analisa a política econômica bilateral adotada pelas autoridades de Washington em relação aos seus aliados no contexto da Guerra Fria. O Plano Marshall substitui a ação do Banco Mundial, já que os Estados Unidos chegaram à conclusão de que fazer donativos à Europa em reconstrução seria mais eficaz e rentável do que conceder empréstimos. Essa política bilateral visa o reforço do bloco ocidental capitalista, dominado por Washington, contra o bloco de Leste, dominado pela URSS.

Os Estados Unidos procederam à anulação de dívidas de alguns dos seus aliados. A operação mais evidente, nesse contexto, foi o tratamento concedido à dívida alemã, regulamentada pelo Acordo de Londres de 1953. Para assegurar que a economia alemã ocidental fosse reativada e constituísse um elemento estável e central no bloco atlântico, os Aliados credores, com os Estados Unidos à frente, fizeram concessões muito importantes às autoridades e às empresas alemãs endividadas, indo bem além de uma redução de dívida. A comparação entre o tratamento dado à Alemanha Ocidental do pós-guerra e aos PED de hoje é inspiradora.

As autoridades dos Estados Unidos aprendem com os erros cometidos nos anos vinte e trinta

No final da Primeira Guerra Mundial, com o Tratado de Versalhes, os vencedores impuseram à Alemanha montantes consideráveis a serem pagos a título de reparações e dívidas de guerra.¹ A Alemanha se depara, rapidamente, com dificuldades de pagamento e a insatisfação social aumenta. Em 1929 estoura o *crash* de Wall Street, que desencadeia uma crise econômica mundial. Os Estados Unidos reduzem então drasticamente os fluxos de capitais para o exterior. A Alemanha interrompe os pagamentos à França, à Bélgica e à Grã-Bretanha que, por sua vez, deixam de pagar as suas dívidas aos Estados Unidos. O mundo industrializado afunda-se na recessão e instala-se um desemprego massivo. O comércio internacional entra em declínio.

Previendo o fim da Segunda Guerra Mundial, as autoridades de Washington decidiram adotar uma atitude radicalmente diferente da que fora adotada desde o fim da Primeira Guerra Mundial até ao início dos anos trinta.

Optaram pela implementação das instituições de Bretton Woods e das Nações

¹ John Maynard Keynes, funcionário do Tesouro britânico, participou ativamente nas negociações do Tratado de Versalhes (1919), que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Opondo-se à dimensão das reparações exigidas à Alemanha, pediu a demissão da delegação britânica e, em seguida, publicou uma obra intitulada *As Consequências econômicas da Paz* (KEYNES, 1919).

Unidas. É o jogo institucional internacional.

Trata-se, agora, de perceber qual é a política econômica bilateral recomendada pelas autoridades de Washington.

Oferecer dinheiro em vez de o emprestar

A preocupação do Governo dos Estados Unidos, no final da Segunda Guerra Mundial, foi manter o pleno emprego atingindo graças ao colossal esforço de guerra. Washington pretendia igualmente assegurar um excedente comercial através das relações estabelecidas entre os Estados Unidos e o resto do mundo.² Ora, os principais países industrializados, suscetíveis de importar mercadorias dos Estados Unidos, estavam literalmente sem dinheiro. Para que os países europeus pudessem comprar produtos norte-americanos, era preciso lhes fornecer dólares em grande quantidade.

Mas, sob que forma? Donativos ou empréstimos?

Muito simplesmente, o raciocínio dos Estados Unidos foi o seguinte: se emprestarmos aos europeus, que estão do nosso lado, o dinheiro que eles vão utilizar para nos comprarem o que necessitam para reconstruírem as suas economias, com que dinheiro nos vão pagar? Ficarão sem os dólares que emprestarmos, porque serão utilizados para fazer compras no nosso país. Logo, só há três possibilidades. Primeira possibilidade: pagarem-nos em espécie. Segunda possibilidade: pagarem em dólares. Terceira possibilidade: dar-lhes dinheiro, durante o tempo que necessitam para se reerguerem.

Em relação à primeira possibilidade: se nos pagarem em espécie em vez de nos pagarem em dólares, os produtos deles farão concorrência aos nossos, no nosso mercado interno. O pleno emprego ficará ameaçado no nosso país, os lucros das nossas empresas cairão. Essa não é uma boa solução.

Em relação à segunda possibilidade: se nos pagarem em dólares. Os dólares que lhes emprestarmos serão gastos na compra dos nossos produtos. Consequentemente, para que nos possam pagar, deveremos emprestar-lhes, uma segunda vez, o mesmo montante (que nos devem) mais os juros. O risco de caírem num ciclo vicioso de endividamento (bloqueando ou diminuindo novamente o bom andamento dos negócios) conjuga-se com o risco mencionado na primeira possibilidade. Se os europeus tentarem não acumular dívidas conosco, virão vender os seus produtos no nosso mercado, concorrendo com as nossas empresas. Assim, conseguirão uma parte dos dólares necessários para nos pagarem. Mas isso não será suficiente para pagar a dívida. Além do mais, fará diminuir o emprego no

² Foi exatamente o que ocorreu: a balança comercial dos Estados Unidos, que era deficitária, permaneceu positiva até 1971. Isto é, os Estados Unidos exportavam mais do que importavam. Isto significa que entre a Segunda Guerra Mundial e 1971 as exportações dos EUA foram superiores às importações.

nosso país.³

Resta a terceira possibilidade: mais do que conceder empréstimos massivos em dinheiro aos europeus (via Banco Mundial ou de outra forma), convém dar-lhes, em dólares, a quantia necessária para a reconstrução das suas economias num período relativamente curto. Os europeus utilizarão os dólares recebidos para comprarem bens e serviços fornecidos pelos Estados Unidos. Isso estimulará as exportações norte-americanas e, conseqüentemente, o pleno emprego. Uma vez concluída a reconstrução, os europeus, não endividados, estarão em condições de pagar a fatura do que nos comprarem.

As autoridades dos Estados Unidos concluem que é melhor avançar com os donativos e lançam o Plano Marshall.

O Plano Marshall⁴

Entre 1948 e 1951, os Estados Unidos destinaram mais de 13 bilhões de dólares, em dinheiro da época (sendo 11 bilhões em donativos), para a reconstrução de dezessete países europeus da Organização Europeia de Cooperação econômica (OECE, atualmente OCDE). O montante total da ajuda corresponde, aproximadamente, a pouco mais de 140 bilhões de dólares em 2020. Aos Estados que aceitam a ajuda, os Estados Unidos exigem várias contrapartidas. Primeiro, que os países europeus coordenem as despesas de reconstrução no interior da OECE. Para reforçarem o bloco oposto ao bloco soviético, os Estados Unidos contribuíram para a cooperação europeia, prelúdio da construção europeia. Em seguida, os Estados Unidos exigem que o dinheiro sirva para comprar produtos industriais norte-americanos.

³ “É tradição haver no país oposição ao pagamento sob a forma de importação, por levar à concorrência com os produtores internos e contribuir para o desemprego”. RANDOLPH, E. Paul. 1947. *Taxation for Prosperity*, Bobbs-Merrill, Indianapolis, *apud* PAYER, Cheryl. 1991. *Lent and Lost. Foreign Credit and Third World Development*, p.20.

⁴ Informação e tabela retiradas da enciclopédia Wikipedia: http://fr.wikipedia.org/wiki/Plan_Marshall

Tabela 7: Despesas gerais do Plano Marshall
Assistência econômica, de 3 de abril de 1948 a 30 de junho de 1952
 (em milhões de dólares, valores da época)

País	Total	Donativos	Empréstimos
Total para todos os países	\$13 325,8	\$11 820,7	\$1 505,1
Áustria	677,8	677,8	
Bélgica-Luxemburgo	559,3	491,3	68,0 a
DINAMARCA	273,0	239,7	33,3
França	2.713,6	2.488,0	225,6
Alemanha (RFA)	1.390,6	1.173,7	216,9
Grécia	706,7	706,7	--
Islândia	29,3	24,0	5,3
Irlanda	147,5	19,3	128,2
Itália (incluindo Trieste)	1.508,8	1.413,2	95,6
Holanda (*Indonésia) b	1.083,5	916,8	166,7
Noruega	255,3	216,1	39,2
Portugal	51,2	15,1	36,1
Suécia	107,3	86,9	20,4
Turquia	225,1	140,1	85,0
Reino Unido	3.189,8	2.805,0	384,8
Regional c	407,0	407,0	

Notas:

- a. O total de empréstimos inclui 65 milhões para a Bélgica e 3 milhões para o Luxemburgo.
- b. Ajuda do Plano Marshall às Índias holandesas (Indonésia), anexadas à Holanda antes da transferência de soberania em 30 de dezembro de 1949.
- c. Inclui a contribuição dos Estados Unidos para o fundo permanente social europeu dos sindicatos (EPU): 361,4 milhões.

Além dos donativos concedidos no âmbito do Plano Marshall, é preciso acrescentar a anulação parcial da dívida da França aos Estados Unidos (2 bilhões de dólares anulados). Do mesmo modo, a Bélgica se beneficiou de uma redução de dívida como compensação pelo urânio fornecido para a fabricação das duas primeiras bombas atômicas americanas, lançadas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, que provocaram o primeiro holocausto nuclear. O urânio provinha da mina de Shinkolobwé (próxima de Likasi, ex-Jadotville), situada na província de Katanga, no Congo Belga. Ato 1, a Bélgica se beneficia de uma anulação de dívida graças à sua colônia, onde explora os recursos naturais. Ato 2, quinze anos mais tarde, deixa ao Congo independente as dívidas que contraiu para explorar os recursos naturais e o povo (ver capítulo 2).

O acordo de Londres de 1953 sobre a dívida alemã

É preciso dizer que a Alemanha nazista suspendeu o pagamento da dívida externa a partir de 1933 e nunca retomou os pagamentos, o que não impediu o

regime hitlerista de receber apoio financeiro e fazer negócio com as grandes empresas privadas dos EUA – por exemplo, a Ford, que financiou o lançamento da Volkswagen (o automóvel popular imaginado pelo regime hitlerista), a General Motors (detentora da firma Opel), a General Electric, associada da AEG e IBM, e acusada de ter “fornecido tecnologia” que ajudou “à perseguição, sofrimento e genocídio”, antes e durante a Segunda Guerra Mundial.⁵

Os montantes das anulações das dívidas citadas acima não incluem as dívidas ligadas à política de agressão e destruição levada a cabo pela Alemanha nazi durante a Segunda Guerra Mundial, nem as indenizações que os países vítimas dessa agressão têm o direito de pedir. Essas dívidas de guerra foram contabilizadas à parte, o que constituiu um enorme presente para a Alemanha Ocidental.

Para garantir uma boa recuperação econômica da Alemanha Ocidental e fazer com que o país constituísse um elemento estável e central no bloco atlântico, em confronto com o bloco de Leste, os Aliados credores fizeram enormes concessões às autoridades e empresas alemãs endividadas, indo muito além de uma simples redução da dívida. Embora tenham desempenhado um papel destacado no apoio ao regime nazista e sido cúmplices do genocídio dos povos judaicos e ciganos, as grandes empresas industriais alemãs como a AEG, Siemens, IG Farben (AGFA, BASF, Bayer e Hoechst), Krupp, Volkswagen, BMW, Opel, Mercedes Benz e as sociedades financeiras de topo, como o Deutsche Bank, Commerzbank, a seguradora Allianz, foram protegidas e reforçadas. O poder do grande capital alemão saiu intacto da Segunda Guerra Mundial, graças ao apoio dos governos e das grandes potências ocidentais.

O pagamento da dívida pela Alemanha Ocidental e a sua rápida reconstrução, após a Segunda Guerra Mundial, tornaram-se possíveis graças à vontade política dos seus credores, isto é, dos Estados Unidos e dos seus principais aliados ocidentais (Grã-Bretanha, França). Em outubro de 1950, esses três aliados formulam um projeto no qual o Governo Federal alemão reconhece a existência de dívidas nos períodos que precedem e seguem a guerra. Os Aliados juntam a esse projeto uma declaração em que se afirma que “os três países estão de acordo que o plano preveja regras adequadas para as exigências feitas à Alemanha, cujo efeito final não deve desequilibrar a situação financeira da economia alemã, via repercussões indesejáveis, nem afetar demasiadamente as reservas potenciais de moeda. Os três países estão convencidos de que o governo federal alemão compartilha essa posição e de que a recuperação da solvência alemã será acompanhada de um reembolso adequado da dívida alemã que assegure a todos os participantes uma negociação justa, levando em conta os problemas econômicos da Alemanha”.⁶

5 https://www.liberation.fr/evenement/2001/02/13/ibm-fourisseur-trop-zele-du-iiiie-reich_354464; <https://www.theguardian.com/world/2002/mar/29/humanities.highereducation>

6 Deutsche Auslandsschulden, 1951, p. 7 e seguintes, in Philipp Hersel, *El acuerdo de Londres de 1953 (III)*, http://www.lainsigna.org/2003/enero/econ_005.htm (consultado em 22 de novembro de 2020).

A dívida cobrada à Alemanha, referente ao período anterior à guerra, atinge 22,6 bilhões de marcos, se contabilizarmos os juros. Estima-se a dívida do pós-guerra em 16,2 bilhões. Por ocasião do acordo celebrado em Londres, em 27 de fevereiro de 1953,⁷ esses montantes foram reduzidos para 7,5 bilhões e 7 bilhões de marcos respectivamente⁸. Isto representa uma redução de 62,6 %.

O acordo estabeleceu a possibilidade de suspensão do pagamento para renegociação das condições, se houvesse uma mudança substancial que limitasse a disponibilização de recursos.⁹

Para assegurar que a economia alemã ocidental fosse realmente relançada, constituindo um elemento estável e central no bloco atlântico, face ao bloco de leste, os Aliados credores fizeram concessões muito importantes às autoridades e às empresas alemãs endividadas, indo além de uma simples redução de dívida. Partiam do princípio de que a Alemanha tinha de estar em condições de pagar tudo, mantendo um nível de crescimento elevado e uma melhoria das condições de vida da população. Pagar sem empobrecer. Para isso, os credores aceitaram: *primo*, que a Alemanha pagasse a dívida na moeda nacional, o marco. À margem, paga em moedas fortes (o dólar, o franco suíço e a libra). *Secundo*, aceitaram que a Alemanha reduzisse as suas importações, podendo ela própria produzir produtos que anteriormente eram adquiridos no estrangeiro.¹⁰ *Tercio*, autorizam a Alemanha a vender os seus produtos no exterior, obtendo uma balança comercial superavitária.

Esses diferentes elementos são consagrados na declaração mencionada acima.¹¹

Outro elemento muito importante: o serviço da dívida foi fixado em função da capacidade de pagamento da economia alemã, tendo em conta o avanço da reconstrução do país e as receitas provenientes das exportações. Desse modo, a relação entre o serviço da dívida e as receitas provenientes das exportações não devia ultrapassar 5%. Isto quer dizer que a Alemanha Ocidental não devia consagrar mais de um vigésimo das suas receitas provenientes das exportações ao

7 Texto original do Acordo sobre as dívidas externas alemãs, assinado em Londres a 27/02/1953: <https://www.admin.ch/opc/fr/classified-compilation/19530026/195312310000/0.946.291.364.pdf>. Assinaram o acordo: República Federal da Alemanha, EUA, Bélgica, Canadá, Ceilão, Dinamarca, Espanha, França, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Grécia, Irlanda, Liechtenstein, Luxemburgo, Noruega, Paquistão, Suécia, Suíça, União da África do Sul e Iugoslávia.

8 Um dólar norte-americano valia, na época, 4,2 DM. A dívida da Alemanha Ocidental, depois da redução (ou seja, 14,5 bilhões de DM) equivalia, então, a 3,45 bilhões de dólares.

9 Os credores recusam sempre incluir esse tipo de cláusulas nos contratos celebrados com os países em desenvolvimento.

10 Ao permitirem que a Alemanha substituisse as suas importações por bens produzidos internamente, os credores aceitaram a redução das suas próprias exportações para esse país. Ora, no período entre 1950-51, 41% das importações alemãs provinham da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos. Se acrescentarmos a esse montante a parcela de importações proveniente de outros países credores participantes da conferência (Bélgica, Holanda, Suíça e Suécia), o total eleva-se a 66%.

11 “A capacidade de pagamento da Alemanha, dos seus devedores privados e públicos, não significa apenas a capacidade de efetuar regularmente os pagamentos em marcos, sem consequências inflacionárias, mas significa também que a economia do país possa cobrir as suas dívidas, tendo em conta o balanço de pagamento atual. O restabelecimento da capacidade de pagamento da Alemanha implica enfrentar alguns problemas que são: 1. A futura capacidade produtiva da Alemanha, em especial, a sua capacidade produtiva de bens exportáveis e a sua capacidade de substituição das importações; 2. A possibilidade de venda de mercadorias alemãs no exterior; 3. As condições comerciais prováveis no futuro; 4. As medidas fiscais e econômicas internas necessárias para assegurar um *superavit* das exportações” (*Deutsche Auslandsschulden*, 1951, p. 64 e seguintes) in Philip Hersel, *El acuerdo de Londres (IV)*, 8 de janeiro de 2003, http://www.lainsigna.org/2003/enero/econ_010.htm (consultado em 22 de novembro de 2020).

pagamento da dívida. Na prática, a Alemanha nunca utilizaria mais de 4,2% das receitas provenientes das exportações no pagamento da dívida (esse montante foi alcançado em 1959).

Outra medida excepcional: uma redução drástica das taxas de juro, que oscilaram entre 0 e 5%.

Por fim, é preciso considerar os donativos em dólares feitos pelos Estados Unidos à Alemanha Ocidental: 1,17 bilhões de dólares no contexto do Plano Marshall, entre 3 de abril de 1948 e 30 de junho de 1952 (ver, na seção sobre o Plano Marshall, a tabela “Despesas gerais do Plano Marshall”), aos quais se somam, pelo menos, 200 milhões de dólares entre 1954 e 1961, principalmente via Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID).

Graças a essas condições excepcionais, a Alemanha concluiu o reembolso da dívida em 1960, um tempo recorde, podendo mesmo dar-se ao luxo de antecipar os pagamentos.

Alguns elementos de comparação

O resultado de uma primeira comparação entre a Alemanha Ocidental do pós-guerra e os PED da atualidade é esclarecedor. A Alemanha, embora abalada pela guerra, era economicamente mais forte do que a maioria dos PED atuais. No entanto, em 1953, concederam-lhe aquilo que recusam agora aos PED.

Fração do rendimento das exportações destinada ao reembolso da dívida

A Alemanha foi autorizada a não gastar mais de 5% das suas receitas provenientes das exportações para o pagamento da dívida. Na prática, a Alemanha nunca gastou mais de 4,2% das receitas de exportação no pagamento da dívida (este montante foi atingido em 1959).

De qualquer forma, uma vez que grande parte das dívidas alemãs foi reembolsada em deutsche marks, o banco central alemão podia emitir moeda; em outras palavras, monetizar a dívida.

Em 2019, os países em desenvolvimento tiveram de consagrar em média 15,41% do seu rendimento de exportação ao pagamento da dívida externa total (14,1% no caso dos países da África Subsaariana; 26,84% nos países da América Latina e Caribe; 11,02% nos países da Ásia Oriental e do Pacífico; 22,3% nos países europeus e da Ásia Central; 13,27% nos países do Norte de África e Médio Oriente; 11,16% nos países do Sul da Ásia).

A Tabela 8 mostra alguns exemplos, incluindo países dos PED e economias europeias periféricas.

Tabela 8: Percentagem do rendimento das exportações aplicada no reembolso da dívida

Em 2019 (salvo menção contrária)	Serviço da dívida externa total (% das exportações)	Serviço da dívida externa pública (% das exportações)	Países	Serviço da dívida externa total (% das exportações)	Serviço da dívida externa pública (% das exportações)	Países com baixo rendimento (2016)	Serviço da dívida externa total (% das exportações)	Serviço da dívida externa pública (% das exportações)
Angola	26,79	22	Líbano	88,21	24	Norte de África e Médio Oriente	13,27	7
Brasil	53,13	15	México	12,33	8	África Subsaariana	14,1	8
Bósnia	11,01	5	Nicarágua	19,95	5	América Latina e Caraíbas	26,84	12
Bulgária	12,85	1	Paquistão	35,35	29	Ásia Leste e Pacífico	11,02	2
Colômbia	32,32	14	Peru	11,45	4	Ásia Sul	11,16	5
Costa do Marfim	12,35		Sérvia	27,19	12	Europa e Ásia Central	22,3	7
Etiópia	28,94	28	Tunísia	15,74	12			
Guatemala	26,06	6	Turquia	34,29	7			
Indonésia	39,42	10						

Taxa de juro da dívida externa

No caso do acordo de 1953, referente à Alemanha, a taxa de juro oscilou entre 0 e 5%. Por sua vez, no caso dos PED, as taxas de juro eram muito mais elevadas. A maioria dos contratos previa taxas variáveis com tendência de alta.

Entre 1980 e 2000, no conjunto dos PED, a taxa de juro média oscilou entre 4,8 e 9,1% (entre 5,7 e 11,4% no caso da América Latina e Caribe e mesmo entre 6,6 e 11,9% no caso do Brasil, entre 1980 e 2004). A seguir, a taxa de juros manteve-se historicamente baixa durante o período de 2004 a 2015. Mas a situação começou a degradar-se após 2016-2017, com a taxa de juro crescente fixada pelo FED (a taxa de referência do FED passou de 0,25% em 2015 para 2,25% em novembro de 2018) e os benefícios fiscais dados às grandes empresas norte-americanas por Donald Trump implicam o repatriamento de capitais para os EUA. Por outro lado, os preços das matérias-primas mostraram tendência de queda, o que diminui os rendimentos dos países em desenvolvimento exportadores de bens primários e torna mais difícil a amortização da dívida, uma vez que este é efetuado principalmente em dólares ou noutras moedas fortes.

Em 2018 uma nova crise afetou diretamente a dívida de países como a Argentina, a Venezuela, a Turquia, a Indonésia, a Nigéria, Moçambique, entre outros. Cada vez mais países em desenvolvimento têm de aceitar taxas de juro superiores a 7%, por vezes 10%, para conseguirem obter crédito em 2019.

Em 2019, a taxa de juro média foi de 7,08% para Angola, 7,11% para o Equador, 7,8% para a Jamaica, 9,76% para a Argentina e 11,15% para o Líbano.

Moeda utilizada para pagar a dívida externa

A Alemanha foi autorizada a pagar em moeda nacional. Nenhum país do Sul foi autorizado a fazer o mesmo, salvo exceções e para montantes irrisórios. Todos os grandes países endividados têm de efetuar a totalidade dos seus reembolsos em moedas fortes (dólar, euro, iene, franco suíço, libra).

Cláusula de revisão de contrato

No caso da Alemanha, o acordo estabeleceu a possibilidade de suspender os pagamentos para renegociar condições, no caso de ocorrer alguma mudança importante que limitasse a disponibilização de recursos.

No caso dos contratos de empréstimo com os PED, os credores conseguiram que não houvesse cláusulas desse tipo.

Jurisdição competente em caso de litígio

Em matéria de amortização da dívida externa, os tribunais alemães podiam recusar a execução das sentenças dos tribunais estrangeiros ou dos tribunais arbitrais, caso a sua aplicação ameaçasse a ordem pública.

Esta norma é recusada aos PED pelos credores. É claro que os países devedo-

res fazem mal em renunciar à competência da sua jurisdição, enquanto a Alemanha conseguiu conceder a última palavra aos seus tribunais.

Política de substituição de importações

O acordo da dívida alemã prevê explicitamente que o país possa produzir localmente o que importava anteriormente.

Em contrapartida, o Banco Mundial e o FMI recomendam geralmente aos PED a renúncia à produção local dos produtos que possam importar.

Donativos (em *cash*)

A Alemanha, embora grandemente responsável pela Segunda Guerra Mundial, foi contemplada com donativos importantes no contexto do Plano Marshall e noutros contextos.

Os PED, no seu conjunto, a quem os países ricos prometeram assistência e cooperação, receberam uma esmola sob a forma de donativos. Entre 2000 e 2018, os PED reembolsaram em moeda, todos os anos, 214 bilhões US\$, muito mais do que os 100 bilhões US\$ que receberam sob a forma de “ajuda” e de “cooperação”. Os países mais endividados do Terceiro Mundo não receberam absolutamente nenhuma ajuda sob a forma de donativos.

É incontestável que a recusa de conceder aos PED endividados o mesmo tipo de ajuda concedida à Alemanha indica, de forma inegável, que os credores não queriam realmente que esses países se desendividassem. Os credores têm interesse em manter os PED endividados, de modo a extraírem o maior rendimento possível sob a forma de pagamento de dívida, a imporem políticas de acordo com os seus interesses e a assegurarem a lealdade dos PED às instituições internacionais.

O que os Estados Unidos fizeram no pós-guerra, via plano Marshall, nos países industrializados destruídos pela guerra, foi concedido de forma idêntica a alguns PED aliados, que ocupavam um lugar estratégico ao redor da União Soviética e da China. Os Estados Unidos concederam-lhes, sob a forma de donativos, montantes claramente superiores aos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial aos restantes PED. É, em particular, o caso da Coreia do Sul e de Taiwan, que, a partir dos anos cinquenta, receberam uma ajuda determinante que será um elemento decisivo para o seu sucesso.

Para se ter uma ideia, entre 1954 e 1961 a Coreia do Sul recebeu, sob a forma de donativos dos Estados Unidos, uma soma superior ao conjunto dos empréstimos concedidos pelo Banco aos países independentes do Terceiro Mundo (inclusive a Índia, o Paquistão, o México, o Brasil e a Nigéria). A Coreia do Sul recebeu, sob a forma de donativos feitos pelos Estados Unidos, mais de 2,5 bilhões de dólares, entre 1953 e 1961. No entanto, os empréstimos concedidos pelo Banco ao conjunto dos PED independentes, no mesmo período, orçaram em 2,3 bilhões de dólares. Os donativos feitos a Taiwan alcançaram 800 milhões de dólares durante

esse período.¹² Ocupando um lugar estratégico, face à China e à URSS, a pequena e agrária Coreia do Sul, habitada por menos de 20 milhões de habitantes, recebeu, por esse motivo, os favores dos Estados Unidos. No âmbito das políticas econômicas, o Banco e os Estados Unidos toleravam, na Coreia e em Taiwan, o que recusavam ao Brasil ou ao México. Veremos esse ponto no capítulo sobre a Coreia.

¹² Cálculos do autor. Fontes: 1) relatório anual do BM 1954-1961, 2) *US Overseas Loans and Grants (Greenbook)*, <http://quesdb.cdie.org/gbk/index.html>

Capítulo 5 — Um banco sob influência

O livro encomendado pelo Banco Mundial para contar a história dos seus primeiros 50 anos de existência mostra até que ponto a ideia de que o banco se transformou numa enorme burocracia, que se foi libertando progressivamente da influência dos Estados, não corresponde à realidade. Essa concepção errônea foi, entre outros, expressa pelo ambientalista norte-americano Bruce Rich, no seu livro *Mortgaging the Earth*.¹ Na realidade, a instituição funciona sob o controle firme do Governo dos Estados Unidos. Este país negocia com os governos de outras grandes potências capitalistas a política a ser seguida pelo Banco Mundial, sob sua liderança. Não se dá ao trabalho de, com regularidade, desenvolver esforços para concertar consensos com os principais parceiros (os parceiros são, desde finais dos anos cinquenta, o Japão, a Alemanha, a Grã-Bretanha e a França), impondo diretamente ao Banco os seus pontos de vista.

Em determinadas ocasiões, numa perspectiva mais ampla, as relações entre o governo norte-americano e o presidente do Banco e/ou a sua direção foram tensas. Convém também levar em conta a intervenção do Congresso dos Estados Unidos, mais ou menos ativa, de acordo com as circunstâncias. Com frequência, o Executivo dos Estados Unidos teve de negociar com o Congresso a posição a adotar em relação ao Banco e às suas iniciativas.²

O Banco Mundial, apesar de sistematicamente submisso à influência dos Estados Unidos, não deixa de gozar de certa autonomia, o que abre espaço para uma lógica própria que, por vezes, entra em conflito com os interesses imediatos do Governo dos Estados Unidos. Essa autonomia é, no entanto, muito limitada e o governo norte-americano impõe a sua vontade em todas as questões que considera importantes. Além disso, é preciso não perder de vista os laços estreitos entre o meio empresarial (o grande capital) dos Estados Unidos e o Banco.

A influência dos Estados Unidos sobre o Banco Mundial

Ao longo da história do Banco Mundial, os Estados Unidos foram o principal acionista e o país membro mais influente. O apoio dado ao Banco pelos Estados Unidos, as pressões exercidas e as críticas feitas tiveram, com o decorrer do tempo, um papel central no desenrolar das políticas, dos programas e das práticas do Banco.³

1 “A única hipótese coerente para apaziguar as discordâncias que surgiram em torno das iniciativas, do desempenho e dos objectivos do Banco era a existência de uma burocracia que fosse um fim em si mesma, conduzida por uma cultura institucional de expansão e por uma vontade de poder pelo poder”. In RICH, Bruce. 1994. *Mortgaging the earth*, Earthscan, London, p. 103.

2 É uma situação única no mundo. Nenhum outro parlamento exerceu um papel tão preponderante como o dos Estados Unidos, no que diz respeito ao Grupo do Banco Mundial (e ao FMI). Voltaremos ao assunto no capítulo 18, que aborda a comissão Meltzer.

3 Ver: Catherine Gwin, “U.S. relations with the World Bank, 1945-1992”, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, p. 195.

É com essas palavras que começa o capítulo que descreve as relações entre os Estados Unidos e o Banco Mundial, entre 1945 e 1992, publicado no livro encomendado pelo Banco para relatar a história dos seus primeiros 50 anos de existência.⁴

Outros trechos do mesmo livro, reproduzidos a seguir, são tão explícitos que dispensam comentários:

A direção do Banco passa mais tempo em reuniões com os Estados Unidos e em consultas para corresponder às suas expectativas do que com qualquer outro estado membro. Apesar dessa interação intensa quase não se ter alterado ao longo dos anos, a maneira como os Estados Unidos mobilizam os outros estados membros para que apoiem os seus pontos de vista, mudou consideravelmente. Inicialmente, a influência dos Estados Unidos era tão predominante que as suas posições e as do Banco eram indissociáveis.⁵

Os Estados Unidos consideravam as organizações internacionais, incluindo o Banco Mundial, instrumentos ao serviço da sua política externa, utilizáveis para atingirem os seus próprios objetivos.⁶

Os Estados Unidos foram, com frequência, contrariados pelo processo de construção de consensos, sobre o qual repousa a cooperação internacional.⁷

A preocupação de conter o comunismo e a mudança nas relações de poder dos Estados Unidos no mundo explicam, em grande medida, a forma como evoluiu o relacionamento entre os Estados Unidos e o Banco Mundial nos últimos 50 anos.⁸

A crise da dívida do Sul e a queda do comunismo na Europa do Leste geraram um interesse renovado dos Estados Unidos pelo Banco Mundial.⁹

As origens do Banco Mundial e a influência dos Estados Unidos

Ao contrário do FMI, que é resultado de uma negociação intensa entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, o Banco é, em grande medida, uma criação dos Estados Unidos. A influência dos Estados Unidos foi reconhecida por John Maynard Keynes nas palavras que proferiu na sessão de abertura da conferência de Bretton Woods.¹⁰

O resultado foi uma influência poderosa e duradoura dos Estados Unidos sobre todas as vertentes do Banco, inclusive sobre a estrutura, a orientação de política geral e a forma de conceder empréstimos.¹¹

4 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vols. 1 e 2, p. 1275 e p. 766.

5 Catherine Gwin, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, p. 248.

6 Idem, p. 195.

7 *Ibid.*, p. 195.

8 *Ibid.*, p. 196

9 *Ibid.*, p. 196

10 *Ibid.*, p. 196

11 *Ibid.*, p. 196

Os assuntos que dividiram os participantes na conferência de Bretton Woods foram, entre outros, a localização das sedes do Banco e do FMI. O Tesouro americano pretendia que se situassem em Washington, sob sua influência. No entanto, diversas delegações estrangeiras preferiam Nova Iorque, de modo a imporem, por um lado, alguma distância face ao Governo dos Estados Unidos e, por outro, maior proximidade entre as duas instituições e a futura sede das Nações Unidas. John Maynard Keynes apelou explicitamente para que o Banco e o FMI se mantivessem afastados do Congresso dos Estados Unidos e da influência das embaixadas; era preciso escolher Nova Iorque para ser sede do Banco e do FMI. Na verdade, Keynes tentou, em primeiro lugar, convencer os participantes a escolherem Londres para sede. Percebendo que seria derrotado, tentou evitar Washington, propondo Nova Iorque. O secretário de Estado do Tesouro, Henry Morgenthau, respondeu que é preciso desviar o centro do mundo de Londres e de Wall Street e colocá-lo na direção do Tesouro dos Estados Unidos. A argumentação de Morgenthau foi hábil, levando em conta os interesses das outras delegações e o fato de que, no final da Segunda Guerra Mundial, o Império Britânico, embora abalado, ainda era preponderante. Daí o desejo de não colocar a sede das novas instituições financeiras em Londres, ao lado da primeira praça financeira – a City de Londres. A segunda parte do argumento também demonstra habilidade, na medida em que Wall Street, em Nova Iorque, representa o poderoso mundo de negócios que produziu a catástrofe de 1929. No fundo, Morgenthau quer efetivamente, como declara, colocar o centro das novas instituições financeiras sob o controle do Tesouro e manter a distância em relação a Wall Street. Henry Morgenthau, Harry White e Emilio Collado sairão ou serão demitidos sob pressão de Wall Street (ver Capítulo 2). De fato, as instituições de Bretton Woods passaram rapidamente à dupla tutela do Tesouro e de Wall Street (situação que se verifica desde 1947).

Aliás, dos 13 presidentes do Banco Mundial que ocuparam o cargo desde 1946 até 2020, dez, incluindo o primeiro, são provenientes desse mundo empresarial (ver final do capítulo).

Mais ainda, para evitar que o Governo dos Estados Unidos exercesse uma influência muito forte sobre a direção do Banco, Keynes queria que os membros da direção (os diretores-executivos) dividissem as suas atividades entre os seus países de origem e a sede do Banco Mundial, portanto, que trabalhassem em tempo parcial.¹² A proposta do Tesouro prevaleceu: os diretores-executivos residem permanentemente em Washington e as sedes das duas instituições encontram-se a cinco minutos da Casa Branca.

Por ocasião da votação no Congresso norte-americano, a propósito da participação dos Estados Unidos no Banco Mundial e no FMI, formou-se uma maioria

¹² RICH, Bruce. 1994. *Mortgaging the earth*, p. 64; MASON, Edward S., e ASHER, Robert E. 1973. *The World Bank since Bretton Woods*, p. 30.

esmagadora (345 contra 18 na Câmara dos Representantes e 61 contra 16 no Senado), o que é bastante incomum. Isso prova claramente que o Congresso estava muito satisfeito com as opções escolhidas durante a constituição das duas instituições.

Ao mesmo tempo que o Banco era concebido com o objetivo principal de ajudar na reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos lançaram sozinhos o Plano Marshall para, assim, controlarem por completo o andamento das operações e poderem, desse modo, recorrer a donativos mais vantajosos.

Apesar de assumir um papel completamente marginal em termos de reconstrução, o Banco concedeu alguns empréstimos aos países europeus. Exemplo disso é o primeiro empréstimo concedido: 250 milhões de dólares para a França, em maio de 1947.¹³ Segundo o estudo de Catherine Gwin, o Governo dos Estados Unidos recusava que o Banco concedesse empréstimos a França enquanto o Partido Comunista Francês (PCF) estivesse no governo. O Departamento de Estado toma, então, providências explícitas e formais nesse sentido; o PCF é posto de fora da coligação governamental e, nos dias que seguem, o representante do Banco Mundial anuncia que o empréstimo de 250 milhões de dólares tinha sido concedido. Esse fato mostra a influência direta exercida pelo Poder Executivo dos Estados Unidos no Banco e as opções políticas que pautam a sua intervenção. No mesmo trabalho, a autora indica que, em 1947, os Estados Unidos intervêm, com sucesso, para impedir a concessão de um empréstimo à Polônia e à Tchecoslováquia porque os governos desses países incluem comunistas.¹⁴

Desde o início da sua atividade, a política do Banco Mundial foi determinada pelo contexto da Guerra Fria e pela orientação dos EUA nesse âmbito.

O presidente do Banco Mundial sempre foi um cidadão dos Estados Unidos proposto pelo governo do país

Desde a sua origem até aos dias de hoje, o presidente do Banco Mundial tem sido um cidadão dos Estados Unidos, proposto pelo governo deste país. Os membros do Conselho de Diretores têm ratificado apenas o candidato proposto pelos Estados Unidos. Trata-se de um privilégio que não consta nos estatutos do Banco. Apesar dos estatutos o permitirem, nenhum diretor, até ao momento, se aventurou, pelo menos publicamente,¹⁵ a propor um candidato de outro país, ou mesmo um candi-

13 É o primeiro e mais vultoso empréstimo ao longo de 50 anos de existência (ver KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, vol. 1: History*, Brookings Institution Press, Washington, D. C., p. 1218).

14 Ver Gwin Catherine, p. 253-254. Note-se que a Polónia sai do Banco Mundial em 14 de março de 1950 e a Tchecoslováquia em 31 de dezembro de 1954. A União Soviética, que estava presente no início da conferência de Bretton Woods, não participou na implementação do sistema.

15 Nenhuma das fontes que consultámos menciona a existência de um debate interno no Conselho de Governadores, no qual tenha sido indicado um candidato diferente do candidato proposto pelo governo.

dato norte-americano diferente do escolhido pelo governo norte-americano.¹⁶

O direito de veto dos Estados Unidos no Banco Mundial

Desde a sua origem até aos nossos dias, os Estados Unidos são os únicos a dispor, de fato, de um direito de veto no Banco Mundial.

Na fase inicial do Banco, os Estados Unidos dispunham de 35,07% do direito de voto;¹⁷ em 2020 têm 15,44%, o que continua a permitir-lhes exercer um veto, visto que a maioria necessária é de 85% dos votos. Inicialmente, em 1947 (ano de início de atividade do Banco), a maioria necessária para modificar o estatuto era de 80% (detida por pelo menos 60% dos países membros), o que possibilitava que os Estados Unidos possuíssem direito de veto. A onda de independências nos países do Sul aumentou o número de países membros do Grupo do Banco Mundial, diluindo progressivamente o peso dos votos dos Estados Unidos, que, no entanto, tentaram preservar o seu direito de veto; em 1966, só dispunham de 25,50% dos votos, mas essa percentagem ainda era suficiente para o efeito.

Quando, em 1987, essa situação deixa de ser sustentável, a definição de maioria qualificada é modificada a seu favor. Na realidade, nesse ano o Japão¹⁸ negocia com os Estados Unidos um aumento significativo do seu direito de voto, ficando em segundo lugar, à frente da Alemanha e da Grã-Bretanha. Ao concederem esse aumento ao seu aliado japonês, os Estados Unidos aceitaram uma redução do seu direito de voto, na condição de a maioria requerida ser de 85%. Desse modo, mesmo satisfazendo a exigência do Japão, os Estados Unidos mantiveram o direito de veto.

Segundo Catherine Gwin: “Os Estados Unidos são também o membro com mais poder na direção do Banco e não apenas por serem o principal acionista. Formalmente, a maior parte das decisões do Banco, inclusive as que se referem ao montante dos empréstimos e à sua concessão, exigem uma maioria simples”. Isto poderia significar que os Estados Unidos ficariam em minoria. Porém, a autora continua: “As decisões são, com frequência, preparadas entre os Estados Unidos e a direção do Banco, antes de chegarem ao Conselho de Administração, ou entre os membros do Conselho, antes de serem postas à votação. E a maioria das decisões é tomada por consenso. Portanto, é mais o peso da sua influência do que o exercício do direito de voto, que confere aos Estados Unidos um poder efetivo sobre a direção”¹⁹.

16 Os Estados Unidos são tão fiéis a essa tradição que, em 1995, concederam rapidamente a nacionalidade norte-americana a James Wolfensohn, de origem australiana, que pretendiam propor para a presidência do Banco Mundial, antes mesmo de este assumir o cargo.

17 O segundo país com maior percentagem de direito de voto era a Grã-Bretanha, com 14,52%.

18 O Japão associara-se ao Banco em 1952, em simultâneo com a República Federal da Alemanha.

19 Catherine Gwin, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, p. 244

A influência dos Estados Unidos sobre o Banco no caso de cinco países

Vamos apresentar o caso de cinco países para ilustrar a influência dos Estados Unidos nas opções tomadas pelo Banco. Para isso, baseamo-nos em dois livros encomendados pelo Banco Mundial para contar a sua história²⁰ e também nos Relatórios anuais do Banco, contrapondo as informações fornecidas com outras fontes, em geral, críticas em relação ao Banco. A escolha não foi fácil, na medida em que dispúnhamos de inúmeros exemplos. De fato, segundo os dois livros mencionados acima, os casos em que a posição do Governo dos Estados Unidos não prevaleceu podem ser contados pelos dedos de uma mão.

Nicarágua e Guatemala

A América Central é considerada pelo Governo dos Estados Unidos sendo parte da sua zona de influência exclusiva. A política adotada pelo Banco Mundial, em termos de empréstimos concedidos aos países da região, é diretamente influenciada pelas opções políticas tomadas pelo Governo dos Estados Unidos. Os casos da Nicarágua e da Guatemala, ao longo dos anos 1950, são perfeitamente evidentes.

A Nicarágua, com um milhão de habitantes, controlada pela família Somoza, foi um dos principais países a receber empréstimos, tendo em conta o número de empréstimos concedidos.²¹ “Washington e os Somoza consideravam muito proveitosas as suas relações mútuas. Os Estados Unidos apoiavam os Somoza e os Somoza apoiavam os Estados Unidos nas votações nas Nações Unidas ou nos organismos regionais. Somoza ofereceu o território da Nicarágua para base de treino e ponto de partida do ataque das forças cubanas exiladas, que resultou no desastre da Baía dos Porcos em 1961”.²² Entre 1951 e 1956, a Nicarágua recebeu nove empréstimos do Banco Mundial, tendo recebido mais um em 1960. Uma base militar americana foi estabelecida na Nicarágua, de onde foi lançada, em 1953, a operação da Agência Central de Inteligência (CIA), que permitiu a deposição do presidente guatemalteco Jacobo Arbenz, que legalizara o partido comunista e ameaçava expropriar os bens da United Fruit Company. A Guatemala, que possuía uma população três vezes superior à da Nicarágua e tinha sido um dos primeiros países a receber uma missão de estudos do Banco (publicada em 1951), teve de esperar até 1955 para receber o seu primeiro empréstimo, após a queda do regime “comunista”.²³

Após a queda de Somoza, em 1979, os Estados Unidos tentam, através de di-

20 MASON, Edward S., e ASHER, Robert E. 1973. *The World Bank since Bretton Woods*, The Brookings Institution, Washington, D.C., 915 p. e KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, The Brookings Institution, Washington, D.C., vol. 1 e 2, p. 1275 e p. 766.

21 A família Somoza dirigiu a Nicarágua entre 1935, ano em que subiu ao poder na sequência de uma intervenção militar dos Estados Unidos, e 1979, quando uma insurreição popular levou à queda do ditador Anastasio Somoza e à sua fuga para o Paraguai, cujo chefe de Estado também era um ditador, Alfredo Stroessner.

22 Anthony Lake, *Somoza Falling*, Houghton Mifflin, 1989, p. 18.

23 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 103.

ferentes meios políticos, econômicos e militares, desestabilizar e depois derrubar o novo regime sandinista. Isto origina um recurso contra os Estados Unidos, no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) de Haia, que dá origem a um julgamento, em 1986, no qual o Tribunal condena os Estados Unidos por violação das normas do direito internacional, em particular, por violar a proibição de utilização de força (artigo 2 § 4 da Carta das Nações Unidas) e por atentar contra a soberania de outro Estado.²⁴

No que diz respeito à posição do Banco em relação ao regime sandinista ao longo dos anos oitenta e à influência exercida pelos Estados Unidos, citamos aqui um excerto do estudo de Catherine Gwin:

A Nicarágua dos anos oitenta é o exemplo mais recente de que a recusa do Banco em emprestar coincide claramente com a política dos Estados Unidos. A razão invocada para a suspensão dos empréstimos era a acumulação de dívidas. No entanto, em setembro de 1984, o governo nicaraguense propôs formalmente uma solução para o problema dessas dívidas²⁵.

Catherine Gwin analisa em detalhe as propostas concretas formuladas pela Nicarágua e mostra que, embora essas propostas sejam satisfatórias, o Banco não fez qualquer esforço para ajudar o regime sandinista. Segundo a autora, essa posição contrasta com a flexibilidade adotada pelo Banco em relação a outros regimes aliados dos Estados Unidos.

Iugoslávia

Para acentuar a distância assumida pelo marechal Tito em relação à União Soviética, o Governo dos Estados Unidos incentiva o Banco a conceder um empréstimo à Iugoslávia, no final dos anos quarenta. Como mostra a citação abaixo, o Governo dos Estados Unidos prefere ajudar a Iugoslávia de Tito, via Banco, do que conceder uma ajuda bilateral direta, porque teme ser criticado no Congresso por diversos parlamentares que se opõem a que seja concedido apoio a um regime comunista²⁶: “O Banco emprestou à Iugoslávia justamente após a ruptura com o bloco soviético, em 1948. George Kennan²⁷ recomendou ‘um apoio discreto e não ostensivo’ por parte do Ocidente, porque temia a reação russa e porque estava consciente de que o Congresso não queria apoiar um país comunista. O Banco Mundial era o veículo apropriado para desempenhar tal papel e uma missão do Banco foi enviada a Belgrado no ano seguinte”.²⁸ O próprio presidente do Banco, Eugene R. Black, foi pessoalmente negociar com o marechal Tito.

24 TIJ, Negócio das atividades militares e paramilitares da Nicarágua e contra a Nicarágua, decisão de 27 de junho de 1986. Depois dessa sentença, os Estados Unidos anunciaram oficialmente que não reconheciam a competência do TIJ.

25 Catherine Gwin, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, p. 258.

26 Veremos mais adiante que, por diversas vezes, o executivo utilizou a sua influência para contornar uma possível oposição do Congresso, ou, pelo menos, para evitar um debate que lhe parecia inoportuno.

27 George Kennan representava o Departamento de Estado (NDA).

28 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 103.

Chile

Após a eleição de Salvador Allende, em 1969, e a formação de um governo de unidade popular, o Banco, sob pressão dos Estados Unidos, suspendeu os empréstimos para o Chile, entre 1970 e 1973. O caso do Chile mostra que pode haver contradição entre a avaliação feita pelo Banco e a posição assumida pelo Governo dos Estados Unidos, conseguindo este último que o Banco altere a sua posição. Embora a direção do Banco considerasse que o Chile satisfazia as condições para receber empréstimos, o Governo dos Estados Unidos impediu que fossem concedidos empréstimos ao governo de Salvador Allende. Catherine Gwin resume da seguinte maneira esse caso emblemático:

Os Estados Unidos pressionaram o Banco para que não emprestasse ao governo de Allende, após a nacionalização das minas de cobre chilenas. Apesar da pressão, o Banco enviou uma missão a Santiago (tendo concluído que o Chile adotava uma atitude em conformidade às regras do Banco, as quais previam que, para um empréstimo ser concedido após uma nacionalização, deviam ser acionados procedimentos no sentido de serem concedidas indenizações). Robert McNamara encontrou-se em seguida com Allende, e relatou que o Banco estava disposto a conceder novos empréstimos, na condição do Governo aceitar reformar a economia. No entanto, o Banco e o regime de Allende não chegaram a um acordo sobre os termos de um novo empréstimo. Durante todo o governo de Allende, o Chile não recebeu empréstimos. Logo após o assassinato de Allende, em 1973, na sequência do golpe que instaurou a ditadura militar do general Pinochet, o Banco renovou os empréstimos, fornecendo um crédito de 15 anos para o desenvolvimento das minas de cobre. (...). A suspensão dos empréstimos, entre 1970 e 1973, foi citada no relatório do Tesouro de 1982, como sendo um exemplo significativo e bem sucedido da influência exercida pelos Estados Unidos no Banco. Embora o Banco tenha, de início, dado o seu aval a um novo empréstimo, em 1973, as propostas de empréstimo não foram consideradas pela direção antes do golpe de setembro, que conduziu o general Pinochet ao poder.²⁹

Note-se, para completar a informação, que dos arquivos do Banco Mundial consta um documento em que o Governo chileno, por ocasião da reunião do Banco, em setembro de 1972, protesta contra a suspensão dos empréstimos e informa que tinha submetido projetos ao Banco.³⁰ O Banco, sob pressão dos Estados Unidos, não lhes dará seguimento enquanto Allende se mantiver no poder.

Diversos documentos internos de trabalho do Banco mencionam criticamente

29 Catherine Gwin, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, *op. cit.*, p. 256-57.

30 International Bank for Reconstruction and Development, *Summary Proceedings of the 1972 Annual Meetings of the Boards of Governors* (Washington, 1972), p. 55.

a política do Banco em relação ao Chile durante os consulados de Allende e de Pinochet (ver capítulo seguinte).

Dez anos mais tarde, quando as atrocidades cometidas pelo regime de Augusto Pinochet provocam fortes protestos nos Estados Unidos, inclusive no Congresso, o Governo dos Estados Unidos solicita ao Banco o adiamento de uma discussão sobre a concessão de um empréstimo ao Chile, de modo a evitar a oposição do Congresso. Essa solicitação foi rejeitada pelo presidente do Banco, Barber Conable, em correspondência enviada a James Baker, vice-secretário do Tesouro, no dia 29 de outubro de 1986. Supõe-se que a solicitação feita pelo Governo dos Estados Unidos não passou de mera fachada, de modo a mostrar, perante a opinião pública, alguma sensibilidade face às preocupações expressas em prol da democracia, sabendo de antemão que, de acordo com uma boa articulação de funções, o presidente do Banco iria manter o rumo político preconizado pelo governo. Todos ganhavam.

Vietnã

Desde os anos sessenta e até ao final da guerra do Vietnã, em 1975, os Estados Unidos pressionam com sucesso o Banco, via AID, para que concedesse empréstimos regulares ao regime aliado do Vietnã do Sul. Após o fim da guerra e a derrota dos Estados Unidos, o Banco Mundial enviou duas missões sucessivas de estudo, que concluíram que as autoridades vietnamitas, embora não levando a cabo uma política econômica totalmente satisfatória, preenchem as condições para receber mais empréstimos. Shahid Husain, diretor da missão do Banco, esclarece que o desempenho econômico do Vietnã não é inferior ao desempenho observado no Bangladesh ou no Paquistão, apoiados pelo Banco.

Apesar disso, a direção do Banco, sob pressão dos Estados Unidos, suspende os empréstimos ao Vietnã e o seu presidente, Robert McNamara, afirma, no semanário *Newsweek* (edição de 20 de agosto de 1979), que a suspensão foi decidida com base no relatório negativo da missão. A afirmação é fatalmente falsa, como frisa Catherine Gwin: “As conclusões da missão, ao contrário do que McNamara disse publicamente na *Newsweek*, diziam que não havia fundamentos sólidos para interromper os empréstimos ao Vietnã”.³¹

Conclusão dos casos específicos

A direção do banco justifica a concessão, ou não, de empréstimos apresentando razões puramente econômicas. Mas mostramos que, na realidade, a política de concessão de empréstimos é, antes de mais nada, determinada pela intervenção do Governo dos Estados Unidos junto do Banco, baseando-se em objetivos sobretudo

31 Catherine Gwin, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, *op. cit.*, p. 258.

políticos.

Isso não quer dizer que os objetivos econômicos não tenham importância, mas sim que estão subordinados às opções políticas e estratégicas, ou que ambos se complementam. Catherine Gwin, que faz um balanço globalmente positivo da influência dos Estados Unidos no Banco Mundial, tendo em conta a perspectiva dos Estados Unidos, realiza uma abordagem rigorosa, na qual não esconde os aspectos contraditórios da política dos Estados Unidos e também do Banco Mundial. Nesse sentido, a seguinte observação torna-se particularmente interessante: “Não é obrigatório colocar em questão a avaliação feita pelo Banco sobre a situação econômica do Chile de Allende, do Vietnã ou da Nicarágua dos sandinistas, porém é interessante notar que a mesma apreciação negativa poderia ser feita a propósito da Nicarágua de Somoza, das Filipinas de Marcos ou do Zaire de Mobutu, regimes que eram aliados importantes dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria”.³²

A influência dos Estados Unidos em matéria de empréstimos setoriais

A partir dos anos 1970, os Estados Unidos utilizam sistematicamente a sua influência para impedir o Banco de conceder empréstimos que facilitem a produção de mercadorias que entrem em concorrência com as mercadorias produzidas pelos Estados Unidos. Assim, por exemplo, opuseram-se regularmente à produção de óleo de palma,³³ de citrinos e de açúcar. Em 1987, os Estados Unidos conseguiram que o Banco reduzisse drasticamente os empréstimos concedidos à indústria siderúrgica da Índia e do Paquistão. Em 1985, opuseram-se com sucesso a um projeto de investimento da Sociedade Financeira Internacional (SFI – Grupo Banco Mundial) no setor siderúrgico do Brasil e, mais tarde, a um empréstimo para apoiar a reestruturação do setor siderúrgico do México. Ameaçaram utilizar o seu direito de veto em relação a um empréstimo destinado a apoiar a siderurgia chinesa nos anos oitenta. Bloquearam também um empréstimo da SFI a uma companhia mineira de extração de minério de ferro no Brasil. Fizeram o mesmo a um investimento da SFI que se destinava à indústria de cobre do Chile.

Os Estados Unidos influenciaram ativamente também a política do Banco em relação ao setor petrolífero. O governo norte-americano é favorável a empréstimos que favoreçam a extração de petróleo, mas não o refino. Isso dispensa comentários.

Casos de convergência entre os Estados Unidos e outras potências (o caso da Grã-Bretanha)

Em diversas ocasiões, os interesses dos Estados Unidos coincidiram com os interesses de outras potências; a atitude adotada pelo Banco resulta de negocia-

³² Catherine Gwin, *op. cit.*, p. 258.

³³ Os exemplos de diferentes empréstimos setoriais encontram-se em Catherine Gwin, *op. cit.* p. 223-224 e 259-263.

ções estreitas entre os Estados Unidos, a potência ou as potências envolvidas e o Banco. Dois exemplos: a atitude do Banco em relação ao projeto de construção da barragem de Assuã, sob o regime de Gamal Abdel Nasser, no Egito, e o exemplo do Iraque, durante a ocupação do território pelas tropas dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e dos aliados, a partir de março de 2003.

O projeto da barragem de Assuã no Egito

O projeto de construção da barragem de Assuã no Nilo antecede a chegada ao poder do coronel Nasser, em 1952, mas ganha forma definitiva no decorrer de 1952. Em janeiro de 1953, o ministro das Finanças egípcio escreve a Eugene Black, presidente do Banco Mundial, para lhe propor cofinanciar o gigantesco projeto. Apesar de uma infraestrutura dessa envergadura corresponder às prioridades do Banco, a direção mostrou-se reticente em relação a um envolvimento pleno, na medida em que a Grã-Bretanha, no momento a segunda potência em termos de direito de voto no Conselho de Diretores do Banco, considerava que o regime dos militares progressistas era uma ameaça aos seus interesses estratégicos. Com efeito, os militares egípcios no poder puseram em questão a ocupação do canal do Suez pelas tropas britânicas.³⁴ O presidente Eugene Black visitou pessoalmente o Egito para discutir o projeto; o Banco enviou engenheiros etc. O projeto previa uma barragem cuja capacidade, de 130 bilhões de metros cúbicos, seria quatro vezes superior à capacidade das maiores barragens artificiais já existentes. A grandeza dos trabalhos oferecia enormes perspectivas às empresas internacionais de construção.

As negociações entre o Egito e a Grã-Bretanha, para a retirada das tropas britânicas, chegam a um acordo, o que diminuiu as preocupações da Grã-Bretanha e as pressões que exercia sobre a direção do Banco para que não concedesse empréstimos. A partir daí, os governos norte-americano e britânico dão luz verde à direção do Banco para iniciar as negociações, mas impõem restrições, dividindo a realização do projeto em duas fases: o financiamento da primeira fase é assegurado, mas o financiamento da segunda fase dependerá da evolução política das autoridades egípcias. É claro que isso não está explícito nos acordos, mas é assim que o Governo egípcio o interpreta. Os egípcios querem iniciar os trabalhos em julho de 1957, o que implica assinar o contrato em julho de 1956. Na sequência, solicitam ao Banco a confirmação, o mais rápido possível, da concessão do financiamento.

Em dezembro de 1955, a reunião dos diretores-executivos do Banco dá luz verde a Eugene Black para ir mais longe nas negociações com os egípcios, com base nas condições definidas pelos governos norte-americano e britânico. Os egípcios acolhem friamente as condições do Banco. Entretanto, as autoridades britânicas

³⁴ A ocupação britânica do Egito remonta a 1882. A dívida reclamada ao Egito serviu de pretexto para justificar a conquista imperial. Ver Éric Toussaint, *Le Système dette*, cap. 6.

descobrem que os egípcios assinaram um acordo comercial com a União Soviética para trocar algodão pelo fornecimento de armas.³⁵ Os historiadores Mason e Asher comentam a entrada em cena da União Soviética da seguinte maneira: “Essas manobras aumentaram o desejo de as potências ocidentais se associarem à barragem”.³⁶ Eugene Black, antes de voltar ao Cairo para finalizar o acordo com os egípcios, entra em contacto com o Governo dos Estados Unidos, que confirma a luz verde. A caminho do Cairo, encontra-se também com o primeiro-ministro britânico em Londres. Após dez dias de negociações no Cairo, permanece o desacordo em relação a um ponto fundamental: os egípcios não aceitam as condições fixadas pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. De volta a Washington, Eugene Black propõe prosseguir as negociações, porque pretende chegar a um acordo. No entanto, do lado de Washington e sobretudo de Londres, as reservas aumentam devido à orientação nacionalista do regime árabe do Egito. A oposição britânica acentua-se ainda mais quando o rei da Jordânia solicita, em 1 de março de 1956, a retirada de todo o contingente britânico da região. Eugene Black fica então cada vez mais isolado. Porém os governos norte-americano e britânico o deixam prosseguir as negociações, dando a entender que poderia ser encontrada uma solução. Contudo, segundo os historiadores do Banco, a decisão de recusar já havia sido tomada.

No início de julho de 1956, graças à sua vontade de negociar, Eugene Black consegue que Gamal Abdel Nasser, primeiro-ministro egípcio, aceite as condições fixadas pelas potências ocidentais. No entanto, quando o embaixador do Egito declara oficialmente, em 19 de julho de 1956, que o Egito dá o seu aval, fica avisado que o Governo dos Estados Unidos, nas circunstâncias do momento, decide não participar no financiamento da barragem de Assuá. Em 20 de julho, o Parlamento britânico é informado que o Governo britânico abandona o projeto. Mason e Asher esclarecem que o Departamento de Estado comunicou oficialmente, ao embaixador egípcio, a sua intenção de abandonar o projeto apenas uma hora antes de a comunicação oficial ser efetuada. Acrescentam que, nessa comunicação, os Estados Unidos justificam a sua decisão com base numa apreciação negativa feita pelo Banco, que alega razões econômicas. Numa altura em que o comunicado circulava já pelas chancelarias, o vice-presidente do Banco consegue que o governo norte-americano retire essa justificação do documento distribuído à imprensa.

Para percebermos quais as consequências políticas do caso, recorreremos, de novo, à avaliação feita por Mason e Asher:

A sucessão dramática dos fatos é conhecida. Em 26 de julho de 1956, o pri-

35 Segundo Mason e Asher, não parece que o primeiro-ministro Nasser tenha querido o apoio dos soviéticos para o financiamento da barragem antes de se ter apercebido que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha tinham retirado as ofertas. O acordo com os soviéticos, para financiar a primeira fase da construção da barragem, é assinado dezassete meses após a retirada das ofertas (MASON, Edward, e ASHER, Robert E. 1973. *The World Bank since Bretton Woods*, The Brookings Institution, Washington, D. C., p. 642).

36 *Idem*, p. 636.

meiro-ministro Nasser anuncia que o governo nacionalizaria e assumiria o controle das operações da Companhia do Canal do Suez. Em 29 de outubro, após uma série de incidentes na fronteira, as tropas israelitas invadem o Egito e, em 2 de dezembro, começa a ação militar franco-britânica contra o Egito, com o pretense objetivo de proteger a zona do canal, mas na realidade, na opinião de muitos observadores, com o objetivo de derrubar o primeiro-ministro Nasser.³⁷

O caso da barragem de Assuã mostra que o Governo dos Estados Unidos pode unir-se a outro governo para influenciar as decisões do Banco Mundial, quando os interesses são coincidentes. Mostra também que os Estados Unidos podem usar uma pretensa recusa do Banco para contrariarem um determinado projeto, fazendo com que o Banco pareça ser o responsável pelo fracasso.

Em casos limite, o Governo dos Estados Unidos permitiu que outras potências tirassem partido da influência que exerciam sobre o Banco. Aconteceu quando os interesses estratégicos dos Estados Unidos não estavam diretamente envolvidos. Por essa razão, a França pôde pressionar o Banco no sentido de fazer adotar uma política que coincidissem com os seus interesses, por exemplo, em relação à Costa do Marfim.

A ocupação e reconstrução do Iraque

A intervenção militar, em março de 2003, contra o Iraque de Saddam Hussein e, em seguida, a ocupação do território, fez-se sem o aval da ONU e contra a vontade de algumas grandes potências, entre as quais a França, a Alemanha, a Rússia e a China. Os Estados Unidos, que lideravam a coligação que atacou o Iraque, se beneficiaram do apoio ativo de três outros membros do G7 (a Grã-Bretanha, o Japão e a Itália) e de potências intermédias como a Espanha e a Austrália.

A partir de abril de 2003, os Estados Unidos tomaram a iniciativa de negociar, no âmbito do G7 e do Clube de Paris, uma redução substancial das dívidas contraídas pelo regime de Saddam Hussein. Tratava-se de aliviar o fardo dessas dívidas, para que o Iraque, aliado dos Estados Unidos, pudesse contrair novas dívidas e pagá-las. Para complementar a abordagem deste assunto, tratado já noutra estudo³⁸, acrescenta-se que o Governo dos Estados Unidos pressionou o Banco Mundial e o FMI no sentido de emprestarem diretamente às novas autoridades iraquianas, que funcionavam sob seu controle, por intermédio do administrador civil do Iraque, o cidadão norte-americano Paul Bremer. Declarações de finais de março e de maio de 2003 deixam entender claramente que tanto o presidente do Banco Mundial

³⁷ *Ibid.*, p. 641.

³⁸ Toussaint, Eric. 2004. *La Finance contre les peuples. La Bourse ou la Vie*, CADTM-Liège/CETIM-Genève/Syllepse-Paris, p. 435-451. (Nota do tradutor: Este capítulo pertence à segunda edição do livro, posterior à edição brasileira, *A Bolsa ou a Vida*, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.)

como o diretor do FMI têm muitas reservas em relação ao assunto. É que não estão reunidas as condições prévias necessárias para a concessão de empréstimos. Quais os problemas que existem?

1º – A legitimidade das autoridades que lideram o Iraque não é reconhecida, porque não exercem, de fato, a soberania, devido ao papel desempenhado por Paul Bremer e pelas autoridades que ocupam o país.

2º – Em princípio, o Banco Mundial e o FMI respeitam a seguinte regra: não concedem novos empréstimos a um país que esteja em situação de incumprimento em relação ao pagamento da dívida soberana. A pressão exercida pelos Estados Unidos, sobre o Banco e sobre o FMI e também sobre as potências que se opuseram à guerra, fez com que, de forma progressiva, os obstáculos fossem desaparecendo, já que o Conselho de Segurança da ONU, na reunião de 22 de maio de 2003, concedeu aos Estados Unidos e aos seus aliados a gestão do petróleo iraquiano e suspendeu o embargo contra o Iraque. O Conselho de Segurança não reconheceu a guerra, mas reconheceu a ocupação como um fato consumado. Os Estados Unidos e os seus aliados conseguiram que o Banco Mundial e o FMI participassem ativamente na conferência de doadores para a reconstrução do Iraque, realizada em Madrid, em 23 de outubro de 2003.

O caso do Iraque mostra que os Estados Unidos têm o poder de constituir alianças com o objetivo de determinar a orientação do Banco e do FMI, apesar das reservas dos seus principais dirigentes, James Wolfensohn e Horst Köhler.³⁹ Em outubro de 2004, os Estados Unidos conseguem que os países membros do Clube de Paris (do qual fazem parte) cancelem, em três fases⁴⁰, 80% dos 38,9 bilhões de dólares que cobravam ao Iraque⁴¹.

Divergências entre a direção do Banco Mundial e os Estados Unidos

No início dos anos 1970, surgem divergências entre os Estados Unidos e a direção do Banco. A situação deve-se ao fato de Robert McNamara, presidente do banco desde 1968, estar diretamente ligado ao Partido Democrata, tendo entrado na política pela mão do presidente John F. Kennedy, que o designou conselheiro

39 Horst Köhler demitiu-se do cargo, em 4 de março de 2004, para assumir funções como presidente da Alemanha, uma proposta que lhe foi feita pela oposição democrata-cristã alemã. Uma vez livre de responsabilidades no FMI, fez declarações em que criticava a ocupação americana do Iraque. Rodrigo Rato, que foi designado, em 4 de maio de 2004, pelo Conselho de Governadores, para lhe suceder no cargo, era, até março de 2004, ministro das Finanças e da Economia do Governo de José Maria Aznar, fiel aliado dos Estados Unidos e anfitrião da conferência de doadores de outubro de 2003.

40 Mais em concreto:

a. a anulação imediata de uma parte dos juros em atraso, que representavam 30% do total da dívida, em 1 de janeiro de 2005. O total da dívida, que não é anulado, é diferido até à data de aprovação de um programa *standard* com o FMI. A redução leva à anulação de 11,6 bilhões de dólares;

b. por ocasião da aprovação do programa com o FMI, a dívida será reduzida em 30%. O montante restante da dívida será reescalado por um período de 23 anos, com seis anos de carência. A dívida será reduzida, no total, em 11,6 bilhões de dólares, o que corresponde a uma taxa de anulação total de 60%;

c. uma redução suplementar da dívida, representando 20% do total inicial, aquando da aprovação da última revisão do programa *standard* com o FMI, pelo conselho de administração do FMI. Essa redução totaliza 7,8 bilhões de dólares.

41 O acordo foi confirmado e assinado um ano mais tarde, em 27 de outubro de 2005.

em 1961 – a sua carreira política continuou sob o mandato de outro presidente democrata, Lyndon B. Johnson (na qualidade de secretário de Estado da Defesa), que o indicou para presidente do Banco, a partir de 1968. Em 1969, a situação altera-se com a chegada à presidência do republicano Richard Nixon, apesar de o mandato de Robert McNamara se manter. Surgem desentendimentos entre a administração Nixon e a direção do Banco no decorrer de 1971. Por exemplo, o Executivo obrigou o diretor-executivo, que representa os Estados Unidos, a votar contra um empréstimo que o Banco decidiu conceder à Guiana. Em 1972, era preciso renovar o mandato de Robert McNamara ou substituí-lo (um mandato dura cinco anos). Os republicanos seriam, em princípio, favoráveis à designação de um dos seus pares, mas o Executivo decidiu reconduzir Robert McNamara sem entusiasmo.

Durante o segundo mandato, as tensões aumentam. O Governo opôs-se a uma iniciativa em que Robert McNamara se tinha envolvido intensamente: negociou com os países membros da OPEP a criação de um novo fundo para financiar o desenvolvimento, alimentado por petrodólares. O Governo, que queria quebrar o cartel da OPEP, inviabiliza a iniciativa logo de início. No decurso desse tenso episódio, é o secretário de Estado Henry Kissinger que conduz a ofensiva contra Robert McNamara. Como alternativa à criação de um fundo especial alimentado pela OPEP, Henry Kissinger propôs aumentar os fundos disponíveis para a Sociedade Financeira Internacional e o Banco Mundial.⁴²

As relações entre Robert McNamara e o Executivo melhoram outra vez substancialmente com a chegada de um novo presidente democrata à Casa Branca, Jimmy Carter, a ponto de Robert McNamara ser convidado a participar nas reuniões do Conselho de Segurança Nacional, para discutir o aumento dos meios financeiros destinados a AID.

O fim do mandato de Robert McNamara foi bastante conturbado devido à chegada de um outro presidente republicano, Ronald Reagan, em janeiro de 1981. Ronald Reagan e os republicanos tinham feito campanha a favor de uma mudança radical na política externa dos Estados Unidos, com consequências imediatas no Banco Mundial. Ronald Reagan propunha reduzir fortemente a ajuda multilateral, inclusive a contribuição dos Estados Unidos para a AID, e incentivar a ajuda bilateral, aumentando sobretudo a assistência militar.

A proposta de lei que David estoqueman, diretor do Departamento de Gestão e do Orçamento (Office of Management and Budget), apresentou, em janeiro de 1981, ilustra o estado de espírito dos partidários de Ronald Reagan. A adoção da proposta de lei teria significado a interrupção da contribuição dos Estados Unidos para a AID e para as Nações Unidas e o aumento das despesas de assistência militar. David estoqueman resume, em 1986, o sentido da proposta apresentada ao

⁴² Os fatos são relatados por Catherine Gwin, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, p. 213.

Congresso, em janeiro de 1981, conjuntamente com o parlamentar Phil Gramm, da seguinte maneira:

O plano orçamental, apresentado por Gramm e estoqueman, propunha fortes reduções à ajuda econômica ao estrangeiro, baseando-se em princípios puramente ideológicos. Gramm e eu acreditamos que os organismos de ajuda internacional e de apoio ao chamado desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo (...) estavam infestados de erros socialistas. A burocracia da ajuda internacional conduzia os países do Terceiro Mundo ao atoleiro da ineficácia autoimposta, enterrando-os sob montanhas de dívidas que nunca teriam condições de pagar.⁴³

A situação melhora nitidamente com a designação de um novo presidente para o Banco. A administração escolhe Alden W. Clausen, até então presidente do Bank of America. Clausen assume funções em julho de 1981. Vários neoliberais, da ala dura, entram no Banco, entre os quais Anne Krueger, que entra em 19 de maio de 1982 como economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial. Mais à frente, ao lermos a missiva enviada pelo presidente Reagan ao líder republicano no Congresso, teremos a prova da mudança de atitude do Executivo em relação ao Banco.

A influência dos Estados Unidos vista pelo Executivo

Um relatório do Tesouro dos Estados Unidos, de 1982, comemora a primazia dos Estados Unidos no interior das instituições financeiras multilaterais:

Se a estrutura e a missão do Banco Mundial estão também estreitamente ligadas ao mercado, é essencialmente devido à influência dos Estados Unidos (...). Fomos nós, também, que fizemos dele uma entidade estruturada, funcionando através de maiorias qualificadas, dirigida por um conselho de alto nível, favorável aos Estados Unidos e administrada por pessoal competente. Como membro fundador e acionista principal do Banco, os Estados Unidos dispõem do direito único de possuir um lugar permanente no CA do Banco (...). Os outros parceiros importantes – direção, doadores e beneficiários de primeira ordem – reconheceram que os Estados Unidos têm um peso preponderante junto dos bancos [de desenvolvimento multilateral]. A experiência ensinou-lhes que dispomos de instrumentos financeiros e políticos capazes de alterar os objetivos políticos dos bancos e que estamos prontos a utilizá-los.⁴⁴

Segundo Walden Bello, outra passagem desse relatório do Tesouro especifica que “os Estados Unidos puderam impor o seu ponto de vista em doze dos catorze

43 David A. estoqueman, *The Triumph of Politics: How the Reagan Revolution Failed*, Harper and Row, 1986, p. 116-19 (citado por Catherine Gwin, *op. cit.*, p. 229).

44 Departamento do Tesouro, *Assessment of US participation in the multilateral Development Banks in the 1980s*, Washington, D. C., 1982, cap. 3, citado por Walden Bello, 2002, *Deglobalization. Ideas for a new world economy*, Zedbooks, London - New York, p. 59-60.

casos que suscitaram debate no interior do Banco – quer se tratasse do estatuto de observador concedido à OLP, quer se tratasse de pôr fim às ajudas concedidas pelo Banco ao Vietnã e ao Afeganistão”.⁴⁵

Um trecho de um outro relatório do Tesouro, do mesmo ano, é também consagrado ao Banco Mundial e aos restantes bancos de apoio ao desenvolvimento:

No conjunto, as políticas e os programas do Banco Mundial foram ao encontro dos interesses dos Estados Unidos. Isso é particularmente verdade no que se refere à escolha dos países ajudados e em matéria de problemas políticos sensíveis. O carácter internacional do Banco, a sua estrutura empresarial, a força da sua equipe administrativa e a forma de repartição dos votos no interior do banco asseguraram uma ampla convergência das suas políticas e práticas com os objetivos políticos e económicos de longo prazo dos Estados Unidos.⁴⁶

Mais adiante, no mesmo relatório, encontramos a seguinte passagem:

Ao promover o desenvolvimento económico e social no Terceiro Mundo, encorajando políticas económicas orientadas para o mercado e preservando uma reputação de imparcialidade e de competência, os bancos multilaterais de desenvolvimento incentivaram os PED a participar mais intensamente num sistema internacional baseado na liberalização do comércio e dos fluxos de capitais (...). Isso representa oportunidades crescentes para as exportações, os investimentos e as finanças dos Estados Unidos.⁴⁷

Numa carta enviada pelo Presidente Ronald Reagan a Robert Michel, líder republicano na Câmara dos Representantes, em que pedia apoio para o aumento de capital do Banco Mundial, em 1988, encontramos uma lista muito útil de países com rendimento médio, que são aliados estratégicos dos Estados Unidos e que são apoiados pelo banco. Eis uma passagem dessa carta:

O Banco consagra grande parte dos seus meios ao apoio de projetos específicos de investimento dos PED de rendimento médio. São, em princípio, países (tais como as Filipinas, o Egipto, o Paquistão, a Turquia, Marrocos, a Tunísia, o México, a Argentina, a Indonésia e o Brasil) estratégica e economicamente importantes para os Estados Unidos.⁴⁸

45 BELLO, Walden. 2002. *Deglobalization. Ideas for a new world economy*, Zedbooks, London - New York, p. 60.

46 Departamento do Tesouro, *United States Participation in Multilateral Development Banks*, 1982, p. 59 (citado por Catherine Gwin, *op. cit.*, p. 270).

47 Departamento do Tesouro, *United States Participation in Multilateral Development Banks*, 1982, p. 48, 52 (citado por Catherine Gwin, *op. cit.* p. 271).

48 Carta enviada pelo presidente Ronald Reagan ao representante Robert Michel, em 10 de junho de 1988, p. 1 (citada por Catherine Gwin, *op. cit.*, p. 271).

Os benefícios financeiros que os Estados Unidos tiram da existência do Banco Mundial e da sua influência sobre o Banco

Catherine Gwin⁴⁹ faz uma estimativa do montante que o Banco e as suas iniciativas renderam aos Estados Unidos entre 1947 e 1992. É preciso distinguir, em primeiro lugar, dois pontos: *primo*, o rendimento recebido pelos cidadãos americanos, que possuem títulos emitidos pelo Banco (segundo Gwin, o montante representava 20,2 bilhões de dólares durante o período mencionado); *secundo*, as despesas de funcionamento do Banco, no território dos Estados Unidos (representam 11 bilhões de dólares no período referido). Em seguida, segundo a autora, é preciso, sobretudo, considerar o efeito de alavancagem do investimento dos Estados Unidos no Banco Mundial e na AID. Desde a criação do Banco Mundial, os Estados Unidos teriam efetuado, no total, um investimento mínimo: 1,85 bilhões de dólares. Por sua vez, o Banco Mundial concedeu empréstimos no valor total de 218,21 bilhões de dólares (cem vezes mais). Esses empréstimos geraram um importante valor de encomendas para as empresas dos Estados Unidos. A autora não faz estimativas em relação a essas encomendas (o que no jargão do Banco se chama *flow-back*). No caso da AID, os Estados Unidos investiram um montante superior ao montante investido no Banco Mundial: 18 bilhões de dólares para financiar empréstimos da AID, que chegaram a um total de 71 bilhões.

A influência do mundo empresarial e do grande capital dos Estados Unidos sobre o Banco Mundial

O fato do Banco Mundial ter, desde o início da sua existência, como principal meio de financiamento a emissão de títulos, permitiu-lhe uma relação permanente e privilegiada com os grandes organismos financeiros privados dos Estados Unidos. Esses organismos estão entre os principais compradores de títulos do Banco e exercem uma influência considerável.

Os laços entre o mundo empresarial, o grande capital dos Estados Unidos e o Banco Mundial são também, de imediato, perceptíveis quando analisamos as carreiras dos treze cidadãos americanos que ocuparam a liderança do Banco até aos dias de hoje.

Eugene Meyer, o primeiro presidente, permaneceu apenas oito meses no cargo; era editor do *Washington Post* e ex-banqueiro do grupo Lazard Frères. O segundo, John J. McCloy, era um grande advogado de negócios em Wall Street; em seguida, foi designado Alto comissário dos Aliados para a Alemanha e depois presidente do conselho de administração do Chase Manhattan Bank. O terceiro, Eugene R. Black, era vice-presidente do Chase National Bank e tornou-se, depois, conselheiro especial do presidente Lyndon B. Johnson. O quarto, George D. Woods, também banqueiro, era presidente da First Boston Corporation. Robert S. McNamara foi

⁴⁹ Catherine Gwin, *op. cit.*, p. 271-272.

presidente do conselho de administração da Ford Motor Company e em seguida secretário de Estado da Defesa, nos governos Kennedy e Johnson. O seu sucessor, Alden W. Clausen, era presidente do Bank of America (um dos principais bancos dos Estados Unidos, fortemente envolvido na crise da dívida do Terceiro Mundo), banco ao qual regressou quando deixou o BM. Em 1986, sucedeu-lhe no cargo Barber Conable, antigo membro republicano do Congresso. Em 1991, assume funções Lewis T. Preston, antigo presidente do conselho de administração do Comissão Executiva do Banco J. P. Morgan. James D. Wolfensohn, presidente de 1995 a 2005, era banqueiro do Salomon Brothers, em Wall Street. No final do mandato, em maio de 2005, entra para a direção do Citibank-Citigroup, um dos principais bancos norte-americanos. Paul Wolfowitz era subsecretário de Estado da Defesa até assumir funções como décimo presidente do Banco Mundial, de maio de 2005 a junho de 2007. Robert Bruce Zoellick, seu sucessor, foi vice-presidente do conselho de administração do banco Goldman Sachs, tendo a seu cargo as questões internacionais. No final do seu mandato como presidente do Banco Mundial, Zoellick regressou às suas funções de direção no Goldman Sachs. O 12.º presidente, de 2012 a 2019, foi Jim Yong Kim, também ele americano, que teve que apresentar sua demissão por trabalhar num fundo de investimento privado, especializado no setor das infraestruturas. O 13.º presidente, David Malpass, trabalhou para o Tesouro americano e para os Negócios Estrangeiros durante os mandatos de Ronald Reagan e George H. W. Bush (1989-1993) e depois como economista-chefe do Bear Stearns, um grande banco de investimento... até à sua falência em plena crise de 2008.

Em resumo, existiram sempre laços estreitos entre o poder político dos Estados Unidos, o mundo empresarial (ou, mais precisamente, o núcleo duro da classe capitalista norte-americana) e a presidência do Banco.

Tabela 9: Os 13 presidentes do Banco Mundial

Nome	Duração do mandato	Antecedentes
Meyer	jul 1946 – dez 1946	Banqueiro em Wall Street, editor do Washington Post
McCloy	mar 1947 – jun 1949	Dir. Chase National Bank (depois Chase Manhattan)
Black	jul 1949 – dez 1962	Vice-presidente do Chase Manhattan Bank
Woods	jan 1963 – mar 1968	Presidente do First Boston
McNamara	abr 1968 – jun 1981	Dir. da Ford, secretário de Estado da Defesa
Clausen	jul 1981 – jun 1986	Presidente do Bank of America
Conable	jul 1986 – ago 1991	Deputado e membro da Comissão Bancária do Congresso
Preston	set 1991 – mai 1995	Presidente do J. P. Morgan
Wolfensohn	jun 1995 – mai 2005	Banco H. Schroder (depois Salomon Brothers); presidente da James D. Wolfensohn Inc.
Wolfowitz	jun 2005 – jun 2007	Subsecretário de Estado da Defesa
Zoellick	jul 2007 – jun 2012	Secretário de Estado adjunto do presidente George W. Bush
Jim Yong Kim	jul 2012 – fev 2019	Médico, presidente do Dartmouth College; encabeçou o departamento de VIH/SIDA da OMS; aderiu ao fundo de investimento privado Global Infrastructure Partners
David Malpass	fev 2019 –	Economista principal do banco Bear Stearns; subsecretário do Tesouro dos EUA

Capítulo 6 — O apoio às ditaduras por parte do Banco Mundial e do FMI

Após a Segunda Guerra Mundial e numa zona cada vez maior do Terceiro Mundo, as políticas locais viram as costas às antigas potências coloniais. Essa orientação esbarra contra a oposição firme dos governos dos grandes países capitalistas industrializados, que exercem uma influência determinante sobre o Banco Mundial e sobre o FMI. Os projetos do Banco possuem uma vertente política acentuada: refrear o desenvolvimento de movimentos que ponham em questão o poder das grandes potências capitalistas. A proibição de apresentar justificações “políticas” e “não econômicas” nas operações do Banco (uma das mais importantes cláusulas dos seus estatutos) é sistematicamente contornada. A parcialidade política das instituições de Bretton Woods é demonstrada pelo apoio financeiro dado em especial às ditaduras que assolaram o Chile, o Brasil, a Nicarágua, o Congo-Kinshasa e a Romênia.

A revolta anticolonial e anti-imperialista do Terceiro Mundo

Após 1955, o espírito da Conferência de Bandung (Indonésia)¹ soprou sobre grande parte do planeta. A conferência acontece na sequência do fracasso francês no Vietnã e precede a nacionalização do canal do Suez por Nasser (1956). Depois surgem as revoluções cubana (1959) e argelina (1954-1962) e a retomada da luta pela emancipação do Vietnã... Em cada vez mais lugares do Terceiro Mundo, as políticas implementadas viram as costas às antigas potências coloniais. Nota-se uma tendência para a substituição de importações e para o desenvolvimento de políticas voltadas para o mercado interno. Essa orientação esbarra contra a oposição firme dos governos dos grandes países capitalistas industrializados, que têm uma influência determinante no Banco Mundial e no FMI. Cresce a onda de regimes nacionalistas burgueses que adotam políticas populares (Nasser no Egito, Nehru na Índia, Perón na Argentina, Goulart no Brasil, Sukarno na Indonésia, Nkrumah em Gana ...) e de regimes com orientação explicitamente socialista (Cuba, República Popular da China).

1 A Conferência de Bandung, em 1955, foi convocada pelo presidente indonésio Sukarno. Trata-se do ponto de partida do movimento dos não alinhados. Sukarno, Tito e Nehru eram os dirigentes que encarnavam a esperança do Terceiro Mundo perante o antigo sistema de dominação colonial. Eis um extrato do discurso de Sukarno, por ocasião da abertura da conferência: “O fato de os líderes dos povos asiáticos e africanos poderem encontrar-se num dos seus próprios países para discutirem e deliberarem sobre assuntos comuns constitui um novo começo na história (...). Nenhum povo pode sentir-se livre quando parte da sua pátria não é livre. Como a paz, a liberdade é indivisível (...). Dizem-nos frequentemente que o colonialismo está morto. Não nos deixemos iludir, ou mesmo adormecer, por essa fórmula enganosa. Eu asseguro-vos que o colonialismo está bem vivo. Como poderíamos afirmar o contrário quando vastas regiões da Ásia e da África não são livres? (...). O colonialismo moderno apresenta-se também sob a forma de controle econômico, de controle intelectual e de controle físico, exercidos por uma comunidade estrangeira no interior da nação. É um inimigo hábil e decidido, que se manifesta sob diversas formas; não larga facilmente o osso. Não importa onde, não importa quando, não importa com que forma aparece, o colonialismo é um mal que é preciso eliminar da superfície da terra” (Fonte: *Le Monde Diplomatique*, “Les objectifs de la Conférence de Bandoeng”, edição de maio de 1955, p. 1.)

Nesse contexto, os projetos do Banco Mundial têm um forte caráter político: refrear o desenvolvimento de movimentos que coloquem em causa a dominação exercida pelas grandes potências capitalistas.

Poder de intervenção do Banco Mundial nas economias nacionais

Desde os anos cinquenta, o Banco criou uma rede de influência que lhe seria muito útil mais tarde. Estimulou a procura dos seus serviços no Terceiro Mundo. A ascendência de que o Banco dispõe decorre, em grande parte, da rede de agências que construiu nos Estados que se tornaram seus clientes e, ao mesmo tempo, devedores. O Banco exerce uma verdadeira política de influência para sustentar a sua rede de empréstimos.

A partir dos anos 1950, um dos primeiros objetivos do Banco é a “construção de instituições” que assumem frequentemente a forma de agências para-governamentais nos países clientes do Banco.² Tais agências são fundadas com a intenção de serem relativamente independentes em termos financeiros dos seus governos e de estarem fora do controle das instituições políticas locais, especialmente dos parlamentos nacionais. Constituem pontos naturais de apoio do Banco, a quem devem muito, a começar pela sua existência e, em certos casos, o seu financiamento.

A criação de tais agências foi uma das mais importantes estratégias do Banco Mundial para se integrar nas economias políticas do Terceiro Mundo.

Funcionando segundo regras próprias (frequentemente elaboradas de acordo com as sugestões do Banco), repletas de tecnocratas simpatizantes do Banco, incentivados e apoiados por ele, essas agências são uma fonte estável e digna de confiança para satisfazer as necessidades do Banco: elaboram propostas de empréstimo “viáveis”. Fornecem também ao Banco as bases do poder paralelo, que permitiram transformar as economias nacionais, e de fato sociedades inteiras, sem recorrer ao procedimento exigente do controle democrático e sem debates do contraditório.

O Banco funda, em 1956, com o apoio financeiro importante das Fundações Ford e Rockefeller, o Instituto de Desenvolvimento econômico (Economic Development Institute³), que oferece estágios de formação de seis meses aos delegados oficiais dos países membros. “Entre 1956 e 1971, mais de 1300 delegados oficiais passaram pelo Instituto; alguns deles atingiram posições de primeiro-ministro, ministro do Planejamento ou das Finanças”.⁴

2 Bruce Rich cita exemplos de agências fundadas sob influência do Banco Mundial: na Tailândia, a Industrial Finance Corporation of Thailand (IFCT), o Thai Board of Investment (BOI), a National Economic and Social Development Board (NESDB) e a Electrical Generating Authority of Thailand (EGAT); na Índia, a National Thermal Power Corporation (NPTC), a Northern Coal Limited (NCL), etc. (ver Bruce Rich, 1994, *Mortgaging the Earth*, p. 13 e 14).

3 Em 2000, o Economic Development Institute foi rebaptizado World Bank Institute (Instituto do Banco Mundial). Mais recentemente, organiza formações on-line: <https://www.classcentral.com/institution/worldbank>.

4 RICH, *op. cit.*, p. 76. Ver igualmente: STERN, Nicholas e FERREIRA, Francisco. 1997. “The World Bank as “intellectual actor”” in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, p. 583-585.

As implicações dessa política são inquietantes: o estudo realizado pelo International Legal Center (ILC) de Nova Iorque sobre a ação do Banco na Colômbia, entre 1949 e 1972, concluiu que as agências autônomas criadas pelo Banco têm um impacto profundo na estrutura política e na evolução social de toda a região, enfraquecendo “o sistema dos partidos políticos e minimizando o papel do legislativo e do judiciário”.

Pode-se considerar que, desde os anos 1960, o Banco estabeleceu mecanismos únicos e novos, tendo em vista uma intervenção permanente nos assuntos internos dos países que pediam empréstimos. No entanto, o Banco nega vigorosamente que tais intervenções sejam políticas: ao contrário, insiste no fato da sua política nada ter a ver com as estruturas de poder e de os assuntos políticos e econômicos existirem separadamente.

A política de empréstimos do Banco Mundial é influenciada por considerações políticas e geoestratégicas

O artigo IV, seção 10, dos estatutos estipula: “O Banco e os seus responsáveis não interferirão nos assuntos políticos de nenhum dos membros e são proibidos de se deixar influenciar nas suas decisões pelas características políticas do membro ou dos membros em questão. Só considerações econômicas podem influenciar as suas decisões e essas considerações devem ser avaliadas sem ideias preconcebidas, a fim de se atingirem os objetivos (fixados pelo Banco) estipulados no artigo 1º”.

Apesar disso, a proibição de apresentar justificações “políticas” e “não econômicas” nas operações do Banco, uma das cláusulas mais importantes dos seus estatutos, é contornada sistematicamente. E desde o início da sua atividade. Como mencionado no capítulo anterior, o Banco recusou emprestar à França, após a libertação, enquanto os comunistas estivessem no Governo (alguns dias após a saída dos comunistas do Governo, em maio de 1947, o empréstimo solicitado e bloqueado até então foi concedido).

O Banco age recorrentemente contrariando o artigo IV dos estatutos. De fato, com regularidade, as escolhas feitas têm como justificação considerações políticas. A qualidade das políticas econômicas não é condição determinante das suas opções. O Banco empresta regularmente dinheiro a países sem ter em conta a má qualidade da sua política econômica e o elevado nível de corrupção: a Indonésia e o Zaire são dois casos emblemáticos. Mais precisamente, as escolhas do Banco, em relação a países que assumem posições políticas de maior relevância para os principais acionistas, estão frequentemente relacionadas com os interesses e as orientações desses acionistas, a começar pelos Estados Unidos.

As escolhas do Banco e do seu irmão gêmeo, o FMI, desde 1947 até a derrocada do bloco soviético,⁵ são amplamente determinadas pelos seguintes critérios:

⁵ O que coincide com o período da Guerra Fria.

- Evitar a manutenção dos modelos autocentrados;
- Apoiar financeiramente grandes projetos (Banco Mundial) ou políticas (FMI) que permitam aumentar as exportações dos principais países industrializados;
- Recusar ajuda a regimes considerados como uma ameaça pelo Governo dos Estados Unidos e por outros acionistas importantes;
- Tentar modificar a política de certos países ditos socialistas, a fim de enfraquecer a coesão do bloco soviético. É nesse contexto que foi concedido apoio à Iugoslávia, que saiu do bloco dominado por Moscou a partir de 1948, ou à Romênia a partir dos anos 1970, quando Ceausescu manifestou a intenção de se distanciar do COMECON e do Pacto de Varsóvia;
- Apoiar aliados estratégicos do bloco capitalista ocidental, dos Estados Unidos em particular (exemplos: a Indonésia, de 1965 até hoje; o Zaire de Mobutu, de 1965 a 1977; as Filipinas sob o governo de Marcos; o Brasil da ditadura a partir de 1964; a Nicarágua do ditador Somoza; a África do Sul do *apartheid*);
- Procurar evitar ou limitar, tanto quanto possível, uma aproximação dos governos dos PED ao bloco soviético ou à China: tentar, por exemplo, afastar da URSS a Índia e a Indonésia dos tempos de Sukharno;
- Procurar, a partir de 1980, integrar a China no jogo de alianças dos Estados Unidos.

Para implementar essa política, o Banco Mundial e o FMI adotam uma tática generalizada: tornam-se mais flexíveis em relação aos governos de direita (menos exigentes em termos de políticas de austeridade antipopulares) quando estes se confrontam com uma forte oposição de esquerda, do que em relação aos governos de esquerda quando estes se confrontam com uma forte oposição de direita. Concretamente, isso significa que essas instituições pretendem dificultar a vida aos governos de esquerda confrontados com uma oposição de direita, de modo a enfraquecê-los e a favorecer a ascensão da direita ao poder. Segundo a mesma lógica, serão menos exigentes com os governos de direita confrontados com oposições de esquerda, de modo a evitarem enfraquecê-los e impedindo a esquerda de ascender ao poder. A ortodoxia monetarista possui uma geometria variável: as variações dependem muito de fatores políticos e geoestratégicos.

Alguns casos concretos – o Chile, o Brasil, a Nicarágua, o Zaire e a Romênia – ilustram o que acabou de ser dito: tratam das escolhas tanto do Banco quanto do FMI, porque essas escolhas são determinadas, *grosso modo*, pelas mesmas considerações e são submetidas às mesmas influências.

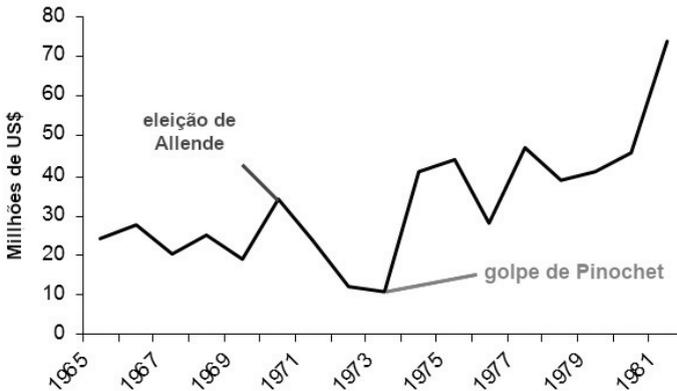
O FMI e o Banco Mundial não hesitam em apoiar as ditaduras, quando (tal como outras grandes potências capitalistas) acham oportuno. Os autores do Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, realizado pelo PNUD (edição de 1994), afirmam claramente isso:

De fato, a ajuda dada pelos Estados Unidos, durante os anos oitenta, é inversamente proporcional ao respeito pelos direitos humanos. Os doadores multilaterais também não parecem muito incomodados com tais justificações. Parecem, de fato, preferir os regimes autoritários, considerando sem pestanejar que esses regimes favorecem a estabilidade política e gerem melhor a economia. Logo que o Bangladesh e as Filipinas puseram fim à lei marcial, as parcelas respectivas nos empréstimos do Banco Mundial diminuíram.⁶

A parcialidade política das Instituições Financeiras Internacionais (IFI): exemplos de apoio financeiro às ditaduras

Apoio à ditadura do general Augusto Pinochet

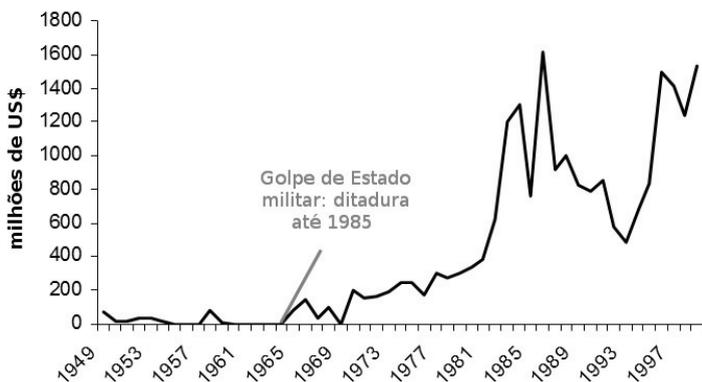
Gráfico 4. Chile: pagamentos multilaterais



Fonte: Banco Mundial, CD-ROM GDF, 2001.

⁶ PNUD, *Rapport mondial sur le developpement humain*, 1994, p. 81.

Gráfico 5. Brasil: pagamentos do Banco Mundial



Fonte: Banco Mundial, CD-ROM GDF, 2001.

O Chile, durante o governo democraticamente eleito de Salvador Allende (1970-1973), não recebeu empréstimos do Banco, mas após o golpe militar, durante o governo de Pinochet, o país volta subitamente a ter credibilidade. No entanto, nenhum dirigente do Banco ou do FMI ignora o caráter profundamente autoritário e ditatorial ou, resumindo, criminoso, do regime de Pinochet. A relação entre política de empréstimos e contexto geopolítico é evidente nesse caso. Um dos principais colaboradores de Robert McNamara, Mahbub ul Haq, redige, em 1976, num memorando, uma nota muito crítica intitulada *Os Erros do Banco Mundial no Chile*⁷, com o objetivo de modificar a orientação do Banco. Podemos ler nesse relatório: “Falhamos no apoio aos objetivos básicos do regime de Allende, quer seja nos nossos relatórios, quer seja publicamente”. Robert McNamara decide ignorá-lo.⁸ Mahbub ul Haq tenta, sem sucesso, convencer a direção do Banco a suspender os empréstimos a Pinochet, porque está “restaurando uma sociedade economicamente elitista e instável”. Acrescenta que a política de Pinochet “agravou as desigualdades na distribuição de renda no país”.

Apoio à junta militar no Brasil após a queda do Presidente João Goulart

O regime democrático do presidente João Goulart foi deposto pelos militares em abril de 1964. Os empréstimos do Banco e do FMI, que tinham sido suspensos durante três anos, foram retomados pouco tempo depois.⁹

Resumo sucinto dos acontecimentos: em 1958, o presidente brasileiro Kubits-

7 Mahbub ul Haq, “The Bank’s mistakes in Chile”, 26 de Abril de 1976.

8 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 301.

9 Encontra-se uma análise resumida dos fatos em: PAYER, Cheryl. 1974. “The Debt Trap: The International Monetary Fund and the Third World”, *Monthly Review Press*, New York and London, p. 143-165.

chek entra em negociações com o FMI para receber um empréstimo de 300 milhões de dólares por parte dos Estados Unidos. Finalmente, Kubitschek recusa as condições impostas pelo FMI e dispensa o empréstimo. Isto lhe vale grande popularidade.

O seu sucessor, João Goulart, anuncia que vai colocar em prática uma reforma agrária radical e proceder à nacionalização das refinarias privadas de petróleo; é derrubado pelos militares. No dia seguinte ao golpe, os Estados Unidos reconhecem o novo regime militar. Algum tempo depois, o Banco e o FMI retomam a política de empréstimos suspensa. Por sua vez, os militares anulam as medidas econômicas criticadas pelos Estados Unidos e pelo FMI. Note-se que as instituições financeiras internacionais consideraram que o regime militar adotava medidas econômicas saudáveis (*sound economic measures*).¹⁰ No entanto, o PIB caiu 7% em 1965 e milhares de empresas foram à falência. O regime organizou uma forte repressão; proibiu as greves; provocou uma forte queda dos salários reais; suprimiu as eleições por sufrágio universal; decretou a dissolução dos sindicatos e recorreu regularmente à tortura.

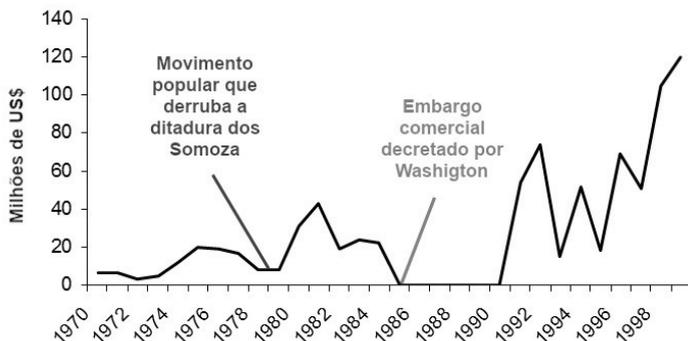
Desde a primeira viagem efetuada em 1968, McNamara visitou com regularidade o Brasil, encontrando-se sempre com os governantes militares. Os relatórios públicos do Banco saudavam de forma sistemática a política da ditadura no que se refere à redução de desigualdades,¹¹ apesar de, internamente, as discussões poderem azedar. Quando o subdiretor do Departamento de Projetos, Bernard Chadenet, declarou que a imagem do Banco iria degradar-se em virtude seu apoio ao governo repressivo do Brasil, McNamara reconheceu que havia uma repressão muito forte (*a tremendous amount of repression*). Mas acrescentou que “não é necessariamente muito diferente do que tinha ocorrido em governos anteriores e que não parecia ser muito pior do que em outros países membros do Banco. O Brasil será pior do que a Tailândia?”¹² Alguns dias mais tarde, McNamara prosseguia: “Não parece haver uma alternativa viável ao governo dos generais”¹³. O Banco Mundial compreendeu bem que as desigualdades não diminuía e que os seus empréstimos para a agricultura fortaleciam os grandes proprietários. Decidiu, contudo, prosseguir com os empréstimos, porque o que pretendia realmente era manter o Governo sob a sua influência. Contudo, nesse nível, enfrentou um óbvio fracasso: os militares davam mostras de uma profunda desconfiança face à vontade do Banco de aumentar a sua influência. Finalmente, no final dos anos 1970, beneficiaram de uma profusão de empréstimos concedidos por banqueiros privados internacionais, a taxas de juros inferiores às do Banco.

10 Em 1965, o Brasil assina um acordo *stand-by* com o FMI; recebe novos créditos e vê a sua dívida externa reestruturada pelos Estados Unidos, por diversos países credores da Europa e pelo Japão. Após o golpe militar, os empréstimos passam de zero para uma média de 73 milhões de dólares por ano, durante o resto da década de sessenta, e atingem um nível de quase 500 milhões de dólares por ano, em meados dos anos 1970.

11 Detalhes em KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 274-282.

12 World Bank, “Notes on Brazil Country Program Review”, December 2, 1971. Detalhes em KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 276.

13 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 276.

Gráfico 6. Nicarágua: pagamentos do Banco Mundial

Fonte: Banco Mundial, CD-ROM GDF, 2001

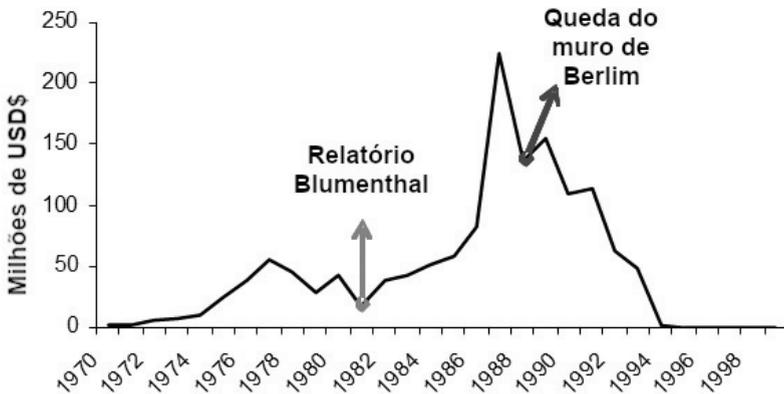
Depois de ter apoiado a ditadura de Anastasio Somoza, o Banco Mundial acabou com os empréstimos, após a eleição do sandinista Daniel Ortega para a presidência da Nicarágua

Contra o clã Somoza, que estava no poder na Nicarágua desde os anos 1930 – graças a uma intervenção militar dos Estados Unidos –, um poderoso movimento popular irrompe em 19 de julho de 1979, provocando a fuga do ditador Anastasio Somoza. Os Somoza, detestados pelo povo, delapidaram uma grande parte da riqueza do país e favoreceram a implantação de grandes empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas. A ditadura de Anastasio Somoza se beneficiou de numerosos empréstimos do Banco Mundial. Com a queda da ditadura, um governo de aliança assume o poder, juntando a oposição democrática tradicional (dirigida por empresários) e os revolucionários sandinistas, que não escondem a sua simpatia por Cuba, nem a sua disposição de empreender determinadas reformas (reforma agrária, nacionalização de certas empresas estrangeiras, confisco de terras pertencentes ao clã Somoza, programa de alfabetização...). Washington, que apoiou Anastasio Somoza até o fim, considera que esse governo constitui uma ameaça comunista, que pode contagiar a América Central. No entanto, a administração Carter, no poder à época da derrubada da ditadura, não adota de imediato uma atitude agressiva. Porém, as coisas mudam rapidamente quando Ronald Reagan assume funções na Casa Branca, em janeiro de 1981. Anuncia (1981) a sua intenção de derrubar os sandinistas. Sustenta a nível financeiro e militar uma rebelião composta por antigos membros da guarda nacional (“contrarrevolucionários” ou “contras”). A aviação dos Estados Unidos ataca diversos portos nicaraguenses. Face às hostilidades, a política do governo de maioria sandinista radicaliza-se... Nas eleições de 1984, que decorrem de forma democrática pela primeira vez após

meio século, o sandinista Daniel Ortega é eleito presidente com 67% dos votos. No ano seguinte, os Estados Unidos impõem um embargo comercial contra a Nicarágua, isolando o país dos investidores estrangeiros. O Banco Mundial, por sua vez, interrompe os empréstimos a partir da vitória sandinista nas eleições presidenciais. Como referido no capítulo anterior, os sandinistas tentam a todo o custo convencer o Banco Mundial a retomar os empréstimos.. Estão mesmo dispostos a implementar um plano draconiano de ajuste estrutural. O Banco decide, entretanto, responder negativamente e só retoma os empréstimos após a derrota eleitoral dos sandinistas nas eleições de fevereiro de 1990 e a vitória de Violeta Barrios de Chamorro, candidata conservadora apoiada pelos Estados Unidos.¹⁴

Apoio à ditadura de Mobutu

Gráfico 7. Congo-Kinshasa (Zaire de Mobutu): pagamentos do Banco Mundial



Fonte: Banco Mundial, CD-ROM, GDF, 2001

Em 1962, um relatório do secretário-geral da Nações Unidas informa que Mobutu desviou vários milhões de dólares, destinados ao financiamento das tropas. Em 1982, um representante autorizado do FMI, Erwin Blumenthal, banqueiro alemão, antigo responsável pelo Departamento Internacional do Bundesbank, faz um relatório duro sobre a gestão de Mobutu no Zaire.¹⁵ Adverte os credores estrangeiros de que não devem esperar ser reembolsados enquanto Mobutu estiver

¹⁴ Note-se que o Banco Mundial e o FMI apoiaram o governo de Daniel Ortega quando este regressou ao poder, a partir de 2007. Isto explica-se pela orientação neoliberal e pró-Washington adotada pelo governo de Daniel Ortega. Ver Éric Toussaint, “Nicarágua: De 2007 a 2018, Daniel Ortega Teve o Apoio do FMI e Desenvolveu Uma Política a Favor do Grande Capital Nacional e Internacional”, 25 de outubro de 2018, <https://www.cadtm.org/Nicaragua-De-2007-a-2018-Daniel-Ortega-teve-o-apoio-do-FMI-e-desenvolveu-uma> (consultado em 29 de novembro de 2020).

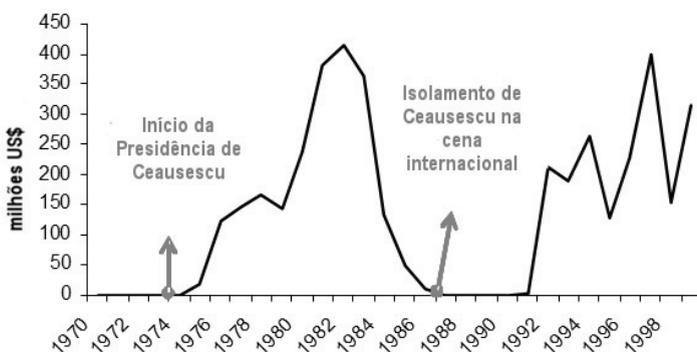
¹⁵ Colette Braeckman, “L’amerturne d’un expert”, in *Le Monde diplomatique*, novembro/1982, <https://www.monde-diplomatique.fr/1982/29/1982-11-29-1982>.

no poder.

Entre 1965 e 1981, o Governo do Zaire pediu emprestados 5 bilhões de dólares ao exterior e, entre 1976 e 1981, a dívida externa sofreu quatro reestruturações no Clube de Paris, num montante de 2,25 bilhões de dólares.

A péssima gestão econômica e o desvio sistemático de uma parte dos empréstimos não levaram o FMI e o Banco Mundial a interromperem a ajuda ao regime ditatorial de Mobutu. É impressionante observar que após o relatório Blumenthal, os pagamentos efetuados pelo Banco aumentam¹⁶ (os do FMI também, mas não foram considerados no gráfico). Manifestamente, as escolhas do Banco Mundial e do FMI não são determinadas pelos princípios da boa gestão econômica. O regime de Mobutu é um aliado estratégico dos Estados Unidos e de outras potências influentes no seio das instituições de Bretton Woods (por exemplo, França e Bélgica), enquanto dura a Guerra Fria.¹⁷ A partir de 1989-1991, com a queda do muro de Berlim e mais tarde com a implosão da União Soviética, o regime de Mobutu perde interesse, numa altura em que, também em muitos países de África (entre os quais o Zaire), se dá início a conferências nacionais, que dão destaque a reivindicações em prol da democracia. Os empréstimos do Banco começam a diminuir e cessam, por completo, em meados dos anos 1990.

Gráfico 8. Romênia: pagamentos do Banco Mundial



Fonte: Banco Mundial, CD-ROM, GDF, 2001

16 Os historiadores do Banco escrevem em 1982: "Seduzidos pela astúcia de Mobutu e pelas suas promessas de reforma e devido a pressões dos Estados Unidos, da França e da Bélgica, o Banco aventura-se a lançar no Zaire um programa ambicioso de ajuste estrutural", in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 702.

17 Analsei de forma sintética as relações do Banco Mundial com o Congo-Zaire, de 1960 a inícios da década de 2000, no livro: Éric Toussaint, *Procès d'un homme exemplaire*, Al Dante, Marseille, 2013. Também abordei o assunto em "Réponse à la lettre de Philippe, roi des Belges, sur les responsabilités de la Belgique dans l'exploitation du peuple congolais", 2 de julho de 2020, <https://www.cadtm.org/Reponse-a-la-lettre-de-Philippe-roi-des-Belges-sur-les-responsabilites-de-la> (consultado em 29 de novembro de 2020).

Apoio do Banco à ditadura de Ceausescu na Romênia

A partir de 1947, a Romênia adere ao bloco soviético. Em 1972 é o primeiro país satélite da União Soviética a juntar-se ao Banco.

Ceausescu é, desde 1965, secretário-geral do Partido Comunista no poder; em 1968, critica a intervenção da URSS na Tchecoslováquia e as tropas da Romênia não participam na intervenção ao lado das tropas do Pacto de Varsóvia. Esse distanciamento em relação a Moscou leva nitidamente Washington, via Banco Mundial, a tentar estabelecer relações com o regime romeno.

O Banco começa, desde 1973, a negociar com Bucareste o lançamento de uma política de empréstimos, que atinge muito rapidamente um volume apreciável. Em 1980, a Romênia torna-se o oitavo país mais importante na lista de países que pediam empréstimos ao Banco. Um dos historiadores do Banco, Aart van de Laar, conta uma anedota sintomática que remonta a 1973. Ele estava assistindo, no início de 1973, a uma reunião da direção do Banco, constando da agenda o início da concessão de empréstimos à Romênia. Perante a incredulidade de certos dirigentes que criticavam a ausência de um relatório detalhado sobre a Romênia, Robert McNamara teria declarado que tinha uma grande confiança na moralidade financeira dos países socialistas em termos de reembolso de dívida. Ao que um dos vice-presidentes do Banco, presente na reunião, teria respondido que “o Chile de Allende talvez ainda não tivesse se tornado suficientemente socialista”¹⁸. McNamara ficou gelado.

As opções do Banco não se baseiam em critérios econômicos convincentes. De fato, *primo*, se, por um lado, o Banco, com regularidade, recusava emprestar a países que não tivessem regularizado antigas dívidas soberanas, por outro lado, dava início à concessão de empréstimos à Romênia sem que ela tivesse conseguido resolver um litígio referente a dívidas antigas. *Secundo*, as transações econômicas da Romênia faziam-se, sobretudo, no interior do Comecon em moedas não convertíveis: como poderia pagar os empréstimos em moedas fortes? *Tercio*, a Romênia recusa-se de início a fornecer as informações econômicas requeridas pelo Banco. São, portanto, claramente razões de ordem política as que levaram o Banco a decidir estabelecer relações estreitas com a Romênia. Tratava-se de desestabilizar a URSS e o bloco soviético no contexto da Guerra Fria. A falta de democracia interna e a sistemática repressão policial não pareciam dissuadir o Banco de intervir mais neste caso do que em outros.

Pelo contrário, a Romênia torna-se um dos maiores clientes do Banco, que financia grandes projetos (minas de carvão a céu aberto, centrais termoelétricas), cujos efeitos negativos em termos de poluição são facilmente perceptíveis. Para a exploração de minas de carvão a céu aberto, as autoridades romenas deslocaram populações que, até então, se dedicavam à agricultura. Numa outra área, o Banco

18 VAN DE LAAR, Aart. 1980. *The World Bank and the Poor*, Martinus Nijhoff Publishing, Boston/The Hague/London, p. 40.

apoia a política de planejamento familiar que visa aumentar a taxa de natalidade.

Em 1982, quando a crise da dívida explode a nível internacional, o regime romano decide impor à população uma terapia de choque. A Romênia reduz brusca-mente as importações para libertar recursos em divisas, de modo a pagar a dívida externa a um ritmo acelerado. As consequências são terríveis para a população. Porém, como escrevem os autores do livro encomendado pelo Banco para comemorar seu primeiro meio século de existência: “A Romênia era, em certo sentido, um devedor ‘modelo’, pelo menos do ponto de vista dos credores”.¹⁹

Conclusão

Contrariando a seção 10 do artigo IV dos estatutos do Banco Mundial, o Banco e o FMI emprestaram sistematicamente aos Estados com o objetivo de influenciarem as suas opções políticas. Os exemplos apresentados neste estudo mostram que os interesses políticos e estratégicos das grandes potências capitalistas determinam as suas escolhas. Essas grandes potências apoiaram e ajudaram financeiramente regimes cujas políticas econômicas não correspondiam aos critérios oficiais das instituições financeiras internacionais (IFI), nem respeitavam os direitos humanos. Por outro lado, os regimes considerados hostis aos interesses das grandes potências foram privados de empréstimos sob o pretexto de não respeitarem os critérios econômicos definidos pelas IFI.

Convém perceber que essa política das instituições de Bretton Woods não foi abandonada com o final da Guerra Fria. Prosseguiu até aos nossos dias: foram concedidos empréstimos à Rússia de Boris Yeltsin para assegurar definitivamente a restauração do capitalismo, à ditadura da Indonésia de Mohammed Suharto até a sua queda em 1998, ao Iraque sob ocupação estrangeira, à ditadura de Ben Ali na Tunísia de 1987 a 2011, à de Mubarak no Egito de 1981 a 2011, à do marechal Al-Sissi no Egito a partir de 2014 ao Chade de Idriss Déby até a atualidade.

19 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1: *History*, Brookings Institution Press, Washington, D. C., p. 702.

Capítulo 7 — O Banco Mundial e as Filipinas

A independência das Filipinas concedida pelos Estados Unidos, em 1946, abre um período de prosperidade no país. Devido a considerações geoestratégicas, após a Segunda Guerra Mundial, Washington deixa o Governo filipino implementar políticas que proibia noutras regiões.

Assim, o Governo filipino pode pôr em prática políticas independentes, favoráveis ao desenvolvimento da economia do país. Essa situação acaba por incomodar os Estados Unidos e, com o apoio do FMI e do Banco Mundial, os conservadores, com maioria no Congresso filipino após as eleições de 1959, impõem a partir de 1962 políticas bem diferentes, que provocarão fuga de capitais, sobreendividamento, desvalorização da moeda e quebra de rendimento da população. É nesse contexto de crise que Ferdinando Marcos proclama a lei marcial em 1972. O Banco Mundial aplaude o ditador, que implementa uma política compatível com os anseios de Washington. A corrupção generalizada faz aumentar o descontentamento e acaba por provocar a queda de Ferdinando Marcos em benefício de Corazón Aquino, líder da oposição democrática, com ligações estreitas aos grandes proprietários agrícolas. Corazón Aquino adota uma intransigente política econômica neoliberal, o que evidentemente decepciona profundamente o povo.

As Filipinas ficaram sob poder dos Estados Unidos depois da vitória militar contra a Espanha em 1898. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão ocupou o país. Em 1946 as Filipinas conquistam a independência face aos Estados Unidos, país que impõe determinadas condições: taxas de câmbio fixas entre o peso filipino e o dólar americano para proteger as empresas norte-americanas contra os efeitos de uma desvalorização, acordo de livre comércio, etc. De início, a situação decorre sem grandes problemas porque os Estados Unidos fornecem bastantes dólares às Filipinas, sobretudo por intermédio de uma forte presença militar.

No entanto, a partir de 1949, o fluxo de dólares estanca. O Governo filipino exerce um controle apertado sobre o câmbio para evitar fuga de moeda. Proíbe-se que as empresas privadas contraiam empréstimos no exterior. O Governo dos Estados Unidos e o FMI toleram a medida, para preservarem as boas relações com o aliado filipino. A introdução do controle de câmbio, dos movimentos de capitais e das importações abre um período de vacas gordas na economia filipina e promove a industrialização do país. Essa fase dura 12 anos, até ao momento em que os Estados Unidos, o FMI e o Banco Mundial conseguem que as medidas de controle sejam abandonadas em 1962.¹

Ao longo da década de 1950, o setor manufatureiro alcança um crescimento

¹ Precisamente na mesma época, Washington impôs um controle rigoroso sobre a saída de capitais e sobre o câmbio. Façam o que eu digo, não façam o que eu faço...

anual entre 10% e 12% e a inflação não ultrapassa os 2% ao ano. O país acumula reservas e o endividamento externo é baixo. No entanto, isso não produz só felicidade: as empresas dos Estados Unidos e de outros países se queixam de ter de reinvestir todos os seus lucros na economia do país. De fato, os capitalistas exportadores, quer sejam americanos ou filipinos, têm de remeter ao Banco Central as receitas em dólares provenientes das exportações, que lhes são devolvidas em pesos a uma taxa desfavorável. A medida torna-se uma importante fonte de rendimentos para o Estado. O Governo filipino, fortalecido com o sucesso, exige aos Estados Unidos, em 1954, que altere as regras do jogo, impostas na época da independência, em 1946. Washington aceita, consolidando a posição das autoridades filipinas.

Convém, no entanto, não idealizar o sucesso filipino: a sociedade permaneceu capitalista, marcada por profundas desigualdades, e a industrialização ocorreu principalmente no setor de linhas de montagem. Contudo, comparando com o que aconteceu a partir de 1962, não podemos deixar de pensar que a situação nos anos 1950 era promissora. É exatamente isso que provoca uma ofensiva conjunta dos Estados Unidos, do FMI, do Banco Mundial e dos setores mais conservadores das classes filipinas mais influentes no sentido de forçar o abandono dessa experiência.

Os conservadores, majoritários no Congresso filipino após as eleições de 1959, impõem a partir de 1962 o abandono do controle sobre os movimentos de capitais. O FMI e o Governo dos Estados Unidos aplaudem e um empréstimo de 300 milhões de dólares é concedido de imediato.

O abandono do controle leva à fuga de capitais para o exterior, que é reforçada por sucessivos empréstimos externos. A dívida externa aumenta sete vezes, entre 1962 e 1969: passa de 275 milhões para 1,8 bilhão de dólares!

Os exportadores filipinos de produtos agrícolas e de matérias-primas e as multinacionais regozijam-se, porque os lucros explodem. Em contrapartida, o setor manufatureiro, direcionado para o mercado interno, cai imediatamente. Em 1970 é preciso proceder para uma grande desvalorização do peso. Os salários e os rendimentos dos pequenos produtores afundam-se.

É nesse contexto de crise, de políticas sustentadas pelos Estados Unidos, pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelos conservadores, que Ferdinando Marcos instaura, em 1972, uma ditadura cujo objetivo último é a consolidação pela força da política neoliberal.

Um ano mais tarde, do outro lado do Pacífico, Augusto Pinochet toma o poder no Chile com os mesmos objetivos, os mesmos mestres e os mesmos apoios!

O papel do Banco Mundial

Os primeiros empréstimos do Banco Mundial às Filipinas remontam a 1958; mas, até a chegada de Robert McNamara à presidência do Banco, em 1968, per-

manecem pouco expressivos. Robert McNamara considera que as Filipinas, assim como a Indonésia e a Turquia, onde estão instaladas bases militares dos Estados Unidos, têm uma grande importância estratégica, sendo preciso reforçar os laços com o Banco Mundial a qualquer preço. Empréstimo de dinheiro é uma forma de pressão. Os historiadores do Banco Mundial não hesitam em escrever: “McNamara e sua equipe estavam incomodados com as reformas políticas implementadas pelo Parlamento filipino. As Filipinas constituíam um caso em que a lei marcial tinha proporcionado um grande volume de empréstimos do Banco. Marcos ignorou o Parlamento e passou a governar por decretos presidenciais, em agosto de 1972. McNamara e os funcionários do Banco saudaram a mudança”.² Um dos primeiros atos de Ferdinando Marcos, após a instauração da ditadura, foi a supressão do limite de endividamento público, que o Parlamento filipino estabelecera em 1970. A legislação que foi eliminada fixava o limite de endividamento do Governo em um bilhão de dólares, com um limite anual de 250 milhões de dólares. Ferdinando Marcos estoura a rolha, o que agradou muito ao Banco Mundial.³ Robert McNamara anunciou que o Banco Mundial estava disposto a multiplicar, pelo menos, por dois o montante dos empréstimos.⁴ Para grande desgosto de Robert McNamara, era tarde de mais para aumentar os empréstimos de 1973. Mas isso pouco importava: o Banco redobrou o seu empenho e em 1974 multiplicou por 5,5 o montante de 1973 (165 milhões em vez de 30).⁵

O Banco Mundial e o FMI estavam tão envolvidos com a ditadura, que em 1976 organizaram a assembleia anual em Manila. Nesse ano, Bernard Bell, vice-presidente do Banco para o Leste asiático e Pacífico, declara: “O risco assumido ao emprestar às Filipinas é inferior ao risco em relação à Malásia e à Coreia”.⁶ Também é preciso frisar que o Banco Mundial, em colaboração com as Fundações Ford e Rockefeller, implantou nas Filipinas um dos três centros de pesquisa da revolução verde.

No entanto, Ferdinando Marcos não adotou exatamente a política econômica pretendida pelo Banco Mundial. O Banco mostrou-se decepcionado, porque man-

2 D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1, p. 558.

3 Ver Cheryl Payer, 1991, p. 82.

4 Os historiadores do Banco Mundial tornam público um relatório interno de uma reunião de alto nível entre McNamara e colegas: “Uma reunião acima de tudo surpreendente! De fato, não estão mais em causa as críticas dos primeiros anos relativas à política, à corrupção e à desigualdade de rendimentos, mas um consenso generalizado no sentido de aumentar os empréstimos. E a equipe do departamento, que tinha preparado um documento prudente sobre as Filipinas (Country Program P), ficou estupefacta. Fazia parte da ordem do dia o trabalho no interior do sistema. (A política do Governo filipino não é necessariamente pior do que a da Tailândia, mas é objeto de maior divulgação.) Devemos ter como objetivo emprestar em média 120 milhões de dólares por ano no período entre 1974-1978: 50% acima do previsto” (World Bank, “Notes on the Philippines Country Program Review, July 28, 1972, prepared by H. Schulmann on August 15, 1972”, citado por D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1, p. 303). “(...) Deus-se um milagre nas Filipinas. No entanto, filosoficamente, é desagradável que esse milagre tenha ocorrido sob os auspícios de uma ditadura militar. O senhor Cargill declarou que não acreditava que o milagre continuasse, “mas enquanto for o caso, e somente enquanto for o caso, continuemos a apoiá-lo”, afirmou McNamara” (Memorandum, Alexis E. Lachman to John Adler, December 27, with attachment, “Philippines Country Program Review, December 19”, 1973, citado por D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1, p. 304).

5 Em 1980, o Banco Mundial emprestou 400 milhões.

6 Citado por D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1, p. 304.

tinha excelentes relações com o ditador e com os universitários que o rodeavam; alguns deles tornaram-se mais tarde funcionários do Banco, como Gerardo Sicat, ministro do Planejamento e posteriormente presidente do Philippines National Bank, o principal banco do país.

O Banco Mundial não manifestou desacordo em relação à política repressiva do regime. No entanto, mostrava alguma inquietação com a lentidão na aplicação de reformas estruturais destinadas a trocar o que ainda restava do modelo de industrialização por substituição de importações pelo modelo de promoção de exportações, que preconiza. Para pressionar mais o Governo filipino, decidiu conceder dois importantes empréstimos destinados ao ajuste estrutural, em 1981 e 1983, visando principalmente a promoção das exportações. O Banco sabia perfeitamente que grande parte desse dinheiro ia parar nas contas bancárias de Ferdinando Marcos e dos seus generais, mas considerava que esse pagamento por baixo da mesa, aos dirigentes políticos, era necessário para acelerar a contrarreforma liberal.

Entretanto, em 1981, uma crise bancária explode nas Filipinas, após um enorme escândalo de corrupção, que envolve capitalistas e o aparelho de Estado. A crise se alastra pouco a pouco a todo o sistema financeiro filipino e os dois grandes bancos públicos ficam à beira da falência. A situação estende-se de 1981 a 1983-1984. Ela é potencializada pela crise da dívida externa desencadeada a nível internacional em 1982. Os bancos privados estrangeiros deixam de conceder crédito às Filipinas. É evidente o fracasso do Banco Mundial e dos seus bons amigos, Ferdinando Marcos, Gerardo Sicat e o primeiro-ministro Cesar Virata.

O descontentamento popular aumenta logo em seguida. Setores importantes das classes mais influentes entram em conflito com o regime de Marcos. A situação agrava-se com o assassinato de um membro da oligarquia fundiária, que se opunha a Marcos: o senador Benigno Aquino, exilado nos Estados Unidos, foi morto logo no seu regresso no aeroporto de Manila, em agosto de 1983.

Apesar do aumento da oposição a Ferdinando Marcos, o Banco Mundial decidiu manter o apoio ao ditador. Contrariando o que tinha planejado, o Banco aumentou muito os empréstimos: 600 milhões de dólares em 1983, ou seja, mais do dobro do ano anterior (251 milhões de dólares em 1982). Os historiadores do Banco Mundial consideram que o Banco foi leal perante um velho amigo.⁷

As mobilizações populares radicalizaram-se e, com a ajuda dos Estados Unidos, representados em Manila por Paul Wolfowitz⁸, que, no entanto, acompanhou o regime de Marcos até ao fim, o setor de oposição das classes dominantes e do exército se livram de Marcos e o empurram para o exílio.⁹ Corazón Aquino, líder da oposição burguesa e fundiária, assumiu a direção do Governo em 1986.

7 D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1, p. 563.

8 Paul Wolfowitz tornou-se presidente do Banco Mundial em 2005.

9 Ferdinando Marcos foi transferido para Honolulu pelo exército dos Estados Unidos, onde viveu até 1989.

O Banco Mundial hesita, na ocasião, sobre a posição a ser tomada. O vice-presidente do Banco Mundial para o Leste Asiático e o Pacífico, Attila Karaosmanoglu (ver parte sobre a Turquia), escreve, numa circular interna, que não há nada de entusiasmante no novo regime democrático: “Temos a expectativa de que o processo de decisão será mais complicado do que no passado, devido à natureza mais colegial da nova equipe, ao reforço do poder legislativo e às tendências populistas do novo governo”¹⁰.

Finalmente, o Banco Mundial, o FMI e os Estados Unidos sublinharam que era preciso encarar os fatos desagradáveis de forma positiva, apostando na presidente Corazón Aquino, que prometeu manter o país no bom caminho e até aprofundar a agenda neoliberal. O Banco Mundial emprestou 300 milhões de dólares em 1987 e 200 milhões em 1988: o objetivo era azeitar a engrenagem das privatizações de empresas públicas. Entre 1989 e 1992, o Banco Mundial emprestou 1324 milhões de dólares com a finalidade de dar continuidade ao ajuste estrutural. Os Estados Unidos ameaçaram bloquear os empréstimos, caso as Filipinas dessem seguimento ao projeto que visava fechar as bases militares norte-americanas no seu território.

Em relação à reforma agrária, defendida pelo poderoso movimento popular que provocou a queda de Ferdinando Marcos e que se encontrava reforçado em 1987, Corazón Aquino preferiu optar pelo lado da oligarquia fundiária de onde era originária. Entre 1986 e 1990, o Estado só adquiriu 122 hectares!¹¹

Afinal, o Governo de Corazón Aquino conseguiu ser mais bem-sucedido do que Ferdinando Marcos na aplicação do pacote de medidas neoliberais, para grande satisfação do Banco Mundial.

¹⁰ Citado por D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1, nota 102, p. 565.

¹¹ Em 1987, após a radicalização das lutas camponesas, uma equipa do Banco Mundial, dirigida por Martin Karcher, encarou a possibilidade de levar a cabo uma reforma agrária radical, à imagem das reformas realizadas no Japão, na Coreia do Sul e em Taiwan, após a Segunda Guerra Mundial. O documento elaborado em março de 1987 por essa equipa previa limitar as propriedades a sete hectares, o que implicava entrar em confronto com os grandes plantadores de cana de açúcar (entre os quais se encontrava Corazón Aquino). Esse estudo do Banco Mundial propunha que os sem-terra adquirissem terras pagando uma quantia única de 600 pesos (aproximadamente 30 dólares, na época). Escusado seria dizer que o estudo nunca foi aplicado.

Capítulo 8 — O apoio do Banco Mundial à ditadura turca

A estratégia do Banco Mundial na Turquia lembra claramente as estratégias que foram adotadas durante a ditadura de Ferdinando Marcos nas Filipinas, a partir de 1972, durante a ditadura de Augusto Pinochet no Chile, a partir de 1973, e os respectivos modelos econômicos. As razões geopolíticas são, mais uma vez, determinantes: ponte entre a Europa e a Ásia, a Turquia é uma peça fundamental no tabuleiro do Oriente Médio e do Próximo Oriente. Portanto, é preciso assegurar a sua submissão aos interesses de Washington, favorecendo o regime autoritário e apoiando-o de forma entusiástica. É a essa tarefa que o Banco Mundial se dedica, ao promover, em conjunto com os militares no poder, um programa neoliberal que, por um lado, abre completamente a porta aos investimentos multinacionais e, por outro lado, reprime os sindicatos e a extrema esquerda. Essa política consolida o papel da Turquia como testa-de-ferro dos interesses dos Estados Unidos, no início de uma nova fase da história.

Nos anos cinquenta, as relações entre o Banco Mundial e a Turquia começam mal. O representante do Banco, o neozelandês Pieter Liefstinck, foi expulso pelas autoridades de Ancara devido a um intervencionismo excessivo.

A importância geoestratégica da Turquia, país amigo dos Estados Unidos, leva o Banco Mundial, durante a presidência de Robert MacNamara, a multiplicar as negociações no sentido de melhorar as relações. Após alguns meses no cargo, em julho de 1968, Robert McNamara visita a Turquia. McNamara conhece bem esse país, aliado militar dos Estados Unidos. Na qualidade de secretário da Defesa até 1967, ele manteve um relacionamento estreito com as autoridades de Ancara. Com o objetivo de não repetir a experiência de Pieter Liefstinck, o Banco Mundial tenta, nos anos 1970, dar a impressão de não fazer ingerências nos assuntos internos da Turquia.¹ No final da década, o Banco aumenta progressivamente a pressão sobre o Governo turco, principalmente em 1978, quando o nacionalista de esquerda Bülent Ecevit assume funções como primeiro-ministro. O Banco tenta, entre outras coisas, conseguir um aumento das tarifas da eletricidade.

O golpe de Estado militar de setembro de 1980, que instaura a ditadura até maio de 1983, agrada muito ao Banco, porque os militares concordam em manter o plano neoliberal radical que o Banco tinha elaborado minuciosamente com a ajuda de Süleyman Demirel² e de Turgut Özal.³

Turgut Özal tinha sido nomeado subsecretário de Estado, encarregado da coor-

1 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century. Volume 1: History*, p. 547.

2 Süleyman Demirel (1924-2015) foi várias vezes primeiro-ministro (1965-1971; 1975-1978; 1979-1980). Voltou a chefiar o governo em 1991, de seguida foi presidente da República entre 1993 e 2000.

3 Turgut Özal (1927-1993) foi, de seguida, primeiro-ministro de 1983 a 1989, depois presidente da República de 1989 até à sua morte em 1993. Por outro lado, trabalhou dois anos no Banco Mundial, em Washington, de 1971 a 1973.

denaçaõ da economia, pelo primeiro-ministro da época, Süleyman Demirel. Portanto, foi essa dupla que lançou o programa econômico neoliberal em janeiro de 1980. Porém, a sua implementação tornou-se difícil devido à agitação sindical, ao sentimento de insegurança gerado pelas controvérsias entre os estudantes de esquerda e de direita, às manobras do partido islamita, que no parlamento negociava duramente o seu apoio ao governo minoritário de Süleyman Demirel... e devido à sede de poder dos militares, que desestabilizavam o governo com o apoio velado dos americanos. No entanto, o regime militar, que dissolveu o parlamento e prendeu Süleyman Demirel, em setembro de 1980, aceitou nomear Turgut Özal para a pasta da Economia, com plenos poderes. Assim, Özal geriu o programa neoliberal durante dois anos, sem qualquer obstáculo, até ao *crash* financeiro que o derrubaria.

O Banco Mundial apoiou entusiasticamente a política dos militares e de Turgut Özal, porque permitia “o aumento de incentivos à exportação; a melhoria da gestão da dívida externa (...); o fim do deficit orçamental (...); a redução do nível de investimento público”.⁴

O historiadores do Banco Mundial escreveram: “O programa turco tornou-se um protótipo para os empréstimos de ajuste estrutural”.⁵

Tudo isto foi facilitado por diversos fatores:

- Pelos laços estreitos entre políticos e altos funcionários turcos do Banco Mundial. Entre os nomes já citados, convém mencionar os de Attila Karaosmanoglu⁶ e Munir Benjenk⁷, que se tornaram assumidamente homens do Banco.⁸
- Em 1977, a Turquia, fortemente endividada, entrou em crise e, ao contrário de outros países endividados, recebeu das potências ocidentais (Estados Unidos e Alemanha), do Banco Mundial e do FMI uma ajuda importante para não sucumbir.⁹

A virada neoliberal ocorrida na Turquia não foi fácil porque a constituição herdada, no início dos anos sessenta, estipulava que o país implementasse uma política de industrialização por substituição de importações, através da adoção de um forte protecionismo e de investimento público.

Portanto, o golpe de Estado militar de setembro de 1980 foi muito bem visto pelo Banco Mundial. É provável que McNamara estivesse a par dos preparativos do golpe de Estado, porque mantinha relações estreitas com a administração Car-

4 Idem, nota 60, p. 548.

5 *Ibid.*, p. 548.

6 Attila Karaosmanoglu tornou-se um pouco mais tarde, em meados dos anos oitenta, vice-presidente do Banco Mundial para a Ásia Oriental e o Pacífico. Attila Karaosmanoglu, que tinha sido contratado por Turgut Ozal para o DTP (Departamento de Planeamento) em 1960, foi, no início, vice-primeiro-ministro, logo após o golpe de Estado de 1971.

7 Munir Benjenk foi vice-presidente do Banco Mundial para a Europa, o Médio Oriente e o Norte de África ao longo da década de setenta. Munir Benjenk aconselhou diretamente Robert McNamara no que diz respeito à Turquia.

8 Tornou-se mais tarde tradição, nomeadamente com Kemal Dervis, ex-vice-presidente do Banco Mundial, que vem a ser ministro das Finanças da Turquia, de março de 2001 a agosto de 2002. Em 2005, Kemal Dervis tornou-se diretor do PNUD.

9 A ajuda manteve-se durante os anos noventa e o início dos anos zero.

ter.

O exemplo da Turquia mostra de novo que a política do Banco Mundial é profundamente determinada pelos interesses geoestratégicos, em particular dos Estados Unidos.

Os historiadores do Banco Mundial não escondem o fato: “Pessoalmente, enquanto homem de Estado global, McNamara não era insensível à importância geopolítica da Turquia”.¹⁰ Face ao perigo representado pela revolução iraniana de 1979, que afetou a política dos Estados Unidos, era preciso assegurar a estabilidade da Turquia, favorecendo e apoiando um regime autoritário.¹¹ O golpe militar na Turquia foi preparado com a ajuda dos Estados Unidos.

No vizinho Iraque, o golpe de Estado de Saddam Hussein, em 1979, contra o regime pró-soviético enquadra-se nessa mesma linha de convergência estratégica. O regime fica, de imediato, a serviço dos interesses diretos dos Estados Unidos e das potências da Europa Ocidental, lançando-se numa guerra contra o Irã.

Os historiadores do Banco Mundial não o relatam. No entanto, fazem claramente notar, voltando à Turquia, que “O Banco parece ter muita dificuldade em admitir que os militares turcos estavam de boa-fé e em evitar expressar descontentamento face às suas intervenções. Os comentários oficiais do Banco, no sentido de mostrar que o golpe de Estado de 1980 não alteraria em nada as suas intenções de conceder empréstimos, foram extremamente cautelosos”.¹²

Quando os militares devolveram o poder aos civis, Turgut Özal e o seu partido Mãe Pátria ocuparam a direção do Governo.

Nos anos que se seguiram, a Turquia recebeu cinco empréstimos para ajuste estrutural (até 1985). Em 1988, o Banco Mundial escreveu: “Entre os clientes do Banco, a Turquia representa uma das histórias de sucesso mais espetaculares”.¹³

Essa expressão de autossatisfação merece um comentário. Se nos ativermos a um dos objetivos mais importantes do Banco, a saber, a redução da inflação, podemos afirmar que o Banco não tem que festejar: as taxas de inflação anual, antes do ajuste estrutural, oscilavam entre 40% e 50%, no fim dos anos 1970; sob a ditadura militar, que implementa o ajuste, a inflação atinge 46% em 1980-1983, 44% em 1984-1988, 60% em 1989. Oscila em torno de 70%, em média, durante essa década, atingindo picos que chegam a 140%.

Em suma, o objetivo de redução da inflação não foi, de todo, alcançado. O mesmo ocorreu com a dívida pública interna, que explodiu, e com a dívida externa, que manteve o crescimento.

Mas, se tivermos em conta a agenda oculta do Banco, pode-se de fato declarar

¹⁰ *Ibid.*, nota 62, p. 549.

¹¹ Quando o golpe ocorreu, a tensão entre os Estados Unidos e o regime iraniano era extrema, porque uma centena de americanos tinha sido feito refém em Teerão. O tema foi central durante a campanha eleitoral que opôs Ronald Reagan e Jimmy Carter, que era candidato a um segundo mandato.

¹² *Ibid.*, p. 547.

¹³ *Ibid.*, p. 550.

vitória durante os anos oitenta:

- A Turquia manteve-se no campo dos aliados firmes das potências ocidentais;
- Abandonou totalmente o modelo de industrialização por substituição de importações, que implicava um nível elevado de protecionismo e de investimento público;
- Adotou um modelo voltado para as exportações, aumentando a competitividade, esmagando os salários reais e desvalorizando a moeda consideravelmente;
- O movimento sindical e a esquerda reformista ou revolucionária foram fortemente reprimidos pela ditadura.

Entre o final de 1979 e 1994, o valor do dólar, em relação à lira turca, aumentou novecentas vezes. O processo começou com uma desvalorização de 30% em 1980. Ao longo dos anos 1970, os salários reais subiram consideravelmente, devido ao fortalecimento dos sindicatos e à conquista pela extrema esquerda de um importante espaço político junto dos jovens e dos trabalhadores. O golpe militar de 1980 proibiu os sindicatos e as greves e permitiu a redução radical dos salários e a explosão dos lucros.

A Turquia tornou-se um paraíso para os investimentos de multinacionais. Turgut Özal foi recompensado e eleito presidente da Turquia de 1989 a 1993.

O Banco Mundial apoiou fortemente o regime dos militares e o regime que lhe sucedeu, emprestando aproximadamente um bilhão de dólares por ano.

Em 1991, a Turquia ofereceu os seus préstimos aos Estados Unidos e aos aliados na Primeira Guerra do Golfo e, em contrapartida, beneficiou de reparações de guerra concedidas pelo vencido Iraque.

Podemos afirmar que a estratégia do Banco Mundial na Turquia lembra muito as estratégias adotadas nas ditaduras de Ferdinand Marcos nas Filipinas, a partir de 1972, de Augusto Pinochet no Chile, a partir de 1973, e o modelo econômico então implementado.

Acrescentemos que em 1999-2001 a Turquia passou por uma situação de crise financeira extrema, comparável à crise da Argentina. Mais uma vez, a geoestratégia entra aqui em jogo: o FMI abandona a Argentina em dezembro de 2001, recusando ao presidente De La Rúa um novo empréstimo, mas mantém a política de empréstimos em relação à Turquia, para evitar problemas sociais importantes e a desestabilização de uma peça fundamental no tabuleiro do Oriente Médio e do Próximo Oriente.

Porém, como é hábito, a ajuda do FMI e do Banco Mundial aumentaram a dívida dos países beneficiários e os cidadãos turcos têm todo o direito, hoje ou amanhã, de recusarem pagar às instituições de Bretton Woods. A dívida contraída junto do FMI e do Banco Mundial é perfeitamente odiosa.

Capítulo 9 — O Banco na Indonésia: uma intervenção emblemática

A política do Banco Mundial na Indonésia é emblemática por diversas razões. Combina ingerência nos assuntos internos de um país, apoio a um regime ditatorial responsável por crimes contra a humanidade, apoio a um regime responsável por agressão a um país vizinho (anexação de Timor Leste em 1975) e desenvolvimento de megaprojetos que implicam ao mesmo tempo transferências massivas de população, depredação de recursos naturais em benefício de multinacionais e agressões contra populações nativas.

Em 1997, a Indonésia sofreu as consequências diretas da crise do Sudeste Asiático, durante a qual as recomendações do Banco Mundial e do FMI agravaram ainda mais a crise econômica e provocaram catástrofes sociais. À época do drama do tsunami em 2004, o Banco não mudou de posição. Os credores mantiveram a pressão no sentido do reembolso das dívidas indonésias e impuseram uma dose suplementar de ajuste neoliberal.

Em 1947 o Banco Mundial concedeu um empréstimo de 195 milhões de dólares à Holanda. Foi o segundo empréstimo da história do Banco. Duas semanas antes da aprovação desse empréstimo, a Holanda lançou uma ofensiva contra os nacionalistas indonésios que exigiam a independência. Ao longo dos dois anos que se seguiram, as tropas holandesas de ocupação atingiram os 145 mil homens; tratava-se de uma ação de grande envergadura, difícil de esconder. Houve protestos no seio da ONU e nos Estados Unidos, criticando a política holandesa na Indonésia e pondo em causa o Banco Mundial. O Banco respondeu afirmando que o empréstimo visava cobrir despesas realizadas na Holanda. Os críticos retorquiram que devido ao caráter intangível do dinheiro, o Governo holandês aproveitava esse empréstimo para sustentar o esforço militar na Indonésia.¹

Os Estados Unidos pressionaram a Holanda, a quem concederam um empréstimo de 400 milhões de dólares no âmbito do Plano Marshall, para que concedesse a independência à Indonésia. O objetivo era abrir uma nova área de investimento e comércio para as empresas norte-americanas. Em 27 de setembro de 1949, a transferência de soberania foi assinada. A Indonésia transformou-se numa república e o nacionalista Sukarno foi eleito presidente. Sukarno tentou manter o equilíbrio entre as diferentes facções do país, tendo como objetivo o poder pessoal. Após as primeiras eleições, em 1955, Sukarno decidiu, para assegurar a sua legitimidade, colaborar com o partido comunista (PKI). O PKI conquistou 16% dos votos e o partido de Sukarno, o PNI, 25%.

¹ Ver Bruce Rich, *Mortgaging the Earth*, Londres, Earthscan, 1994.

No plano externo, Sukarno utilizou habilmente os dois blocos da Guerra Fria e conseguiu manter o equilíbrio até 1963, quando os Estados Unidos, cansados da ajuda da URSS à Indonésia, pediram explicitamente a esta que escolhesse um lado. É o FMI que exerce o papel de intermediário, propondo uma ajuda financeira estritamente condicionada a uma cooperação estreita. A partir de março de 1963, são iniciadas negociações sobre o empréstimo com os Estados Unidos, o FMI e os países membros da OCDE, mas acontece uma reviravolta em setembro de 1963, quando a Federação da Malásia é proclamada pelos britânicos, sem consulta prévia. Sukarno interpreta isso como uma manobra de desestabilização e responde nacionalizando as empresas britânicas, o que provoca a anulação dos acordos concluídos com o FMI. Apesar de tudo, a ONU avalizou a criação da Malásia e Sukarno, não tendo obtido ganho de causa, foi bater à porta da ONU em 1965.

Estava-se no apogeu da Guerra Fria e Sukarno nacionalizou todas as empresas privadas estrangeiras (salvo as companhias petrolíferas). A Indonésia abandona o FMI e o Banco Mundial em agosto de 1965, e o Governo de Sukarno decide governar o país de forma independente. Neste momento o general Mohamed Suharto intervém militarmente, em 30 de setembro de 1965, apoiado por Washington. À frente do exército, reprime massivamente os partidos de esquerda, tendo como principal alvo o PKI: entre quinhentos mil e um milhão de civis são assassinados pela simples razão de pertencerem ao PKI ou de serem seu simpatizantes. Em março de 1966, Suharto finalmente consegue que Sukarno lhe transfira oficialmente o poder. Seis dias mais tarde, o Governo dos Estados Unidos anuncia a abertura de uma linha de crédito para a Indonésia no valor de 8,2 milhões de dólares, para que o país compre arroz aos Estados Unidos.² Em 13 de abril de 1966, a Indonésia adere ao Banco Mundial.³ Ainda em 1966, Lyndon B. Johnson, presidente dos Estados Unidos, realiza uma visita às tropas no Vietnã e insiste, num dos seus discursos, no modelo indonésio.⁴

Esse modelo, “A Nova Ordem” da era Suharto, utiliza regularmente o terror e a eliminação física e alinhada, de fato, a sua política com a dos Estados Unidos.

O Banco Mundial e a ditadura de Suharto

Quando Robert McNamara chega à presidência do Banco, em abril de 1968, constata que a Indonésia (com a China de Mao) é o único país populoso com o qual o Banco não mantém relações significativas. É preciso recuperar o atraso e por isso a sua primeira viagem como presidente do Banco foi à Indonésia, em junho de 1968. McNamara não se sentiu deslocado: o ditador Suharto estava ro-

2 Ver Cheryl Payer, *The Debt Trap: The International Monetary Fund and the Third World*, Monthly Review Press, 1974.

3 Ver Devesh Kapur, John P. Lewis, Richard Webb, *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1: *History*, Brookings Institution Press, Washington, 1997.

4 ARTE, *Les mercredis de l'histoire: Massacre en Indonésie*, Austrália, França, Thirteen WNET New York, Arte France, YLE TV2 Documentaires, Australian Film Finance Corporation, Hilton Cordell/Vagabond films production, BFC Productions, c. 2001.

deado de economistas formados nos Estados Unidos, graças à Fundação Ford.⁵

As relações entre ambos são idílicas: “McNamara e o presidente Suharto admiram-se mutuamente”⁶; “Enquanto os dois se envolviam em discussões políticas diárias, o Banco e o Governo comportavam-se como um par de velhos camaradas”⁷; “Aos olhos do presidente, a Indonésia era a joia da coroa das operações do Banco”.⁸

Além disso, os historiadores do Banco admitem que “O presidente Suharto (que assumiu funções em 1967) era um general e o seu governo, em grande parte, era composto por generais, sendo muitos deles corruptos”.⁹

A Indonésia regressou oficialmente às fileiras do FMI em fevereiro de 1967 e a recompensa não se fez esperar: os países ocidentais concederam imediatamente uma ajuda de 174 milhões de dólares, com o objetivo de resolver a crise indonésia. Logo in seguida, no início dos anos 1970, as boas relações entre a Indonésia, os Estados Unidos e as instituições financeiras traduziram-se numa forte redução da dívida.

De fato, no final de 1966, tinham de ser reembolsados 534 milhões de dólares, a título de serviço de dívida (juros, capital e atrasados), o que representava 69% dos ganhos estimados com as exportações. Sem um reescalamento, o efeito da ajuda financeira seria anulado pelo serviço de dívida. Os países credores ocidentais aceitaram uma moratória¹⁰ até 1971, referente ao reembolso do capital e dos juros da dívida de longo prazo, contraída antes de 1966. Porém, os efeitos de uma moratória são apenas temporários – em 1971, a amortização teria de ser retomada. Assim, os credores assinam um acordo nunca até então concedido a um país do Terceiro Mundo¹¹: a dívida contraída antes de 1966 (sob o governo de Sukarno) seria paga em trinta anuidades, num período que se prolongaria de 1970 a 1999. Os credores aceitaram que as amortizações efetuadas pela Indonésia não ultrapassassem 6% do rendimento das exportações.¹² Essa operação chegou a anular 50% da dívida.¹³

Redução da dívida, mas também complacência culposa face à corrupção. A partir do momento em que o Banco voltou com força na Indonésia, para apoiar a ditadura militar, os seus representantes tomaram consciência da dimensão da corrupção. Porém, Robert MacNamara e o enorme *staff* do Banco, que se instalou

5 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 467-471.

6 *Idem*, p. 469.

7 *Ibid.*, p. 470.

8 *Ibid.*, p. 493.

9 *Ibid.*, p. 469.

10 Mais de metade da dívida indonésia foi contraída à URSS; ao aceitarem uma moratória sobre a sua dívida, os credores ocidentais tornam-se garantes do pagamento da dívida soviética. Para evitar a fuga de capitais para a URSS, aceitaram conceder-lhe um tratamento de favor, desde que os soviéticos fizessem o mesmo. Os soviéticos aceitaram, porque temiam não ser reembolsados de todo, no caso de recusarem.

11 O novo contrato inclui a cláusula da nação mais favorecida, que implicava pagar a dívida soviética a um ritmo mais rápido.

12 www.infid.be/Statement-Debt-Swap-Germany.pdf

13 www.asia-pacific-action.org/statements/infid_beyondmoratorium_110105.htm

permanentemente em Jacarta¹⁴, decidiram não fazer do assunto uma razão de ruptura. Portanto, foram claramente cúmplices.

O dirigente do Banco, Bernard Bell, levantou a questão dos enormes desvios de fundos, no âmbito da corrupção existente nas mais altas esferas governamentais. Em 11 de fevereiro de 1972, falou a Robert McNamara de uma corrupção “inaceitável aos olhos de uma parte certamente limitada, mas potencialmente importante do público”. E isso é apenas o começo. De fato, o relatório mundial da Transparência Internacional sobre a Corrupção 2004 denuncia um desvio de fundos, levado a cabo por Suharto e pelos seus assessores mais próximos, estimado entre 15 e 35 bilhões de dólares. O próprio Banco Mundial alimentava a corrupção, porque num dos seus relatórios refere que 20 a 30% dos orçamentos ligados a fundos de desenvolvimento são desviados.¹⁵ O Banco prossegue com os seus empréstimos, sabendo perfeitamente que são objeto de desvios.

O caso Pertamina

Nos anos 1970, os rendimentos petrolíferos explodem e os desvios que beneficiam os generais corruptos também. Em 1975, estala uma crise profunda entre os Estados Unidos e a Indonésia. Claro que a invasão e a anexação de Timor Leste pela Indonésia, nesse ano, estão relacionadas com isto.

Os generais indonésios desenvolveram muito a empresa petrolífera pública Pertamina, a ponto de esta se tornar, em fevereiro de 1975, a maior empresa asiática (fora do Japão). O grupo Pertamina não só extrai e refina os hidrocarbonetos, como também possui uma cadeia de hotéis e de petroleiros. A Pertamina melhora a infraestrutura portuária do país, constrói estradas e hospitais. Essa empresa pública tem também atividade no ramo dos seguros, com escritórios em Hong Kong, Los Angeles, Singapura e Tóquio. Exerce um papel-chave na estratégia de industrialização por substituição de importações que os Estados Unidos, e em seguida o Banco Mundial, cada vez menos apreciam.

Resumindo, a Pertamina incomoda o desenvolvimento das grandes empresas petrolíferas dos Estados Unidos. Consequentemente, aos olhos dos Estados Unidos, é preciso enfraquecer, até mesmo dismantelar a Pertamina. Posto sob pressão, Suharto obedece durante o verão de 1975. Então, Robert McNamara escreveu-lhe: “Eu aplaudo a abordagem global e sistemática que adotou para reestabelecer as prioridades que se impõem”.¹⁶ Como contrapartida, Robert McNamara promete providenciar um aumento dos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial.

É apenas durante última visita à Indonésia, em maio de 1979, que Robert McNamara, em privado, declara: “Também é necessário dar atenção à redução da

14 “une équipe sur place anormalement étoffée”, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 495.

15 Banco Mundial, *Summary of RSI Staff Views Regarding the Problem of “Leakage” from the World Bank Project Budget*, agosto de 1997.

16 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 491.

corrupção. Fala-se muito disso fora da Indonésia e o mundo tem a impressão, certa ou errada, de que essa corrupção é maior do que em qualquer outro país... É como um câncer que devora a sociedade”¹⁷.

No entanto, no finais dos anos 1980, o Banco Mundial continuava a manter o apoio à Indonésia de Suharto, a ponto de conceder, na época, um empréstimo sem respeitar (impor) as condições habituais. Similarmente, o Banco queria tanto manter boas relações com a China, que não tomou as devidas distâncias após a repressão da Primavera chinesa em 1989!¹⁸

O silêncio do Banco em relação à anexação de Timor Leste

Trinta anos após a invasão do Timor pela Indonésia, alguns arquivos dos Estados Unidos foram abertos ao público. Mostram, sem contestação possível, o que já se suspeitava há muito tempo: foi com a cumplicidade dos governos americano, britânico e australiano que a Indonésia invadiu, em dezembro de 1975, o Timor Leste que iria sofrer, durante 24 anos, uma ocupação sangrenta e violações sistemáticas dos direitos humanos. Segundo esses documentos, desde março de 1975, o Departamento de Estado, então dirigido por Henry Kissinger, avisado dos preparativos indonésios, admite que os Estados Unidos “têm interesses consideráveis na Indonésia e nenhum interesse no Timor”. Posto a par das operações especiais que precederam a invasão, o próprio Henry Kissinger diz aos seus colaboradores: “Posso presumir que vão realmente calar a boca sobre esse assunto?”. O seu medo era que o Congresso decretasse um embargo à entrega de armas à Indonésia, aliada de Washington na Guerra Fria.¹⁹

Compreende-se bem que, na época, o Banco não tenha feito alusão nem tenha feito nenhuma crítica à invasão e anexação de Timor Leste! Submissão aos interesses dos Estados Unidos e de seus aliados, Grã-Bretanha e Austrália, e cumplicidade com a ditadura são constantes no comportamento do Banco.

O apoio do Banco Mundial ao programa de transmigração²⁰

O Banco Mundial colaborou ativamente com o sinistro projeto de transmigração, que, em certos aspectos, constituiu um crime contra a humanidade. Tratava-se de deslocar – em alguns casos à força – milhões de pessoas das ilhas de Java e de Samatra para outras ilhas do arquipélago e da expropriação de terras dos indígenas nessas ilhas.

O Banco Mundial foi a principal fonte de financiamento, sobretudo durante os

17 Excerto do Memorando, Jean Baneta, *to files* “Meeting with President Suharto, 15 mai 1979” May 22 1979 (“The other country may have been Zaire” [“O outro país poderia ser o Zaire”], escrevem os historiadores do Banco Mundial, p. 492).

18 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 538.

19 *Diário Libération*, Paris, 26 de janeiro de 2006.

20 Esta parte baseia-se largamente na tese de licenciatura (ainda não publicada) de Alice Minette, *Anthropologie d'un malentendu. Analyse du projet de développement “Transmigration” en Indonésie et de ses conséquences sur les îles périphériques de l'archipel en général, et sur la Papouasie Occidentale en particulier*. Universidade de Liège. Ver também Damien Millet, Éric Toussaint, 2005. *Les tsunamis de la dette*, cap. 3.

quinze anos que constituíram a idade de ouro do programa (1974–1989). Os historiadores reconhecem essa responsabilidade do Banco: “Em meados e em finais dos anos 1970, o Banco apoiou e deu assistência ao controverso programa governamental de transmigração oficial e subsidiada de famílias de Java para outras ilhas”.²¹ Essa contribuição não se limitou apenas a apoio financeiro e técnico. O banco também deu apoio político ao projeto.

Entre 1950 e 1974, o número de pessoas deslocadas pelo Governo, no contexto das transmigrações, atingiu 664 mil. Porém, a partir de 1974, milhões de pessoas foram deslocadas. O Banco Mundial contribuiu diretamente para as deslocações e reinstalações. Por um lado, os seus empréstimos permitiram cobrir quase na totalidade a migração “oficial” de 2,3 milhões de pessoas. Por outro lado, esses empréstimos facilitaram a reinstalação de cerca de 2 milhões de transmigrantes “espontâneos”.

Embora o Banco Mundial tenha qualificado as migrações como “o maior programa do mundo de reinstalação voluntária”, de imediato se percebeu que o programa podia servir também para desembaraçar Java de habitantes indesejáveis. Assim, nas principais cidades javanesas, os “não conformistas”, as pessoas idosas, os doentes (inclusive os leprosos), os mendigos e os vagabundos viram-se forçados a desaparecer no campo (onde tinham poucas possibilidades de sobrevivência) ou a juntarem-se à transmigração. Eram colocados durante a noite em caminhões das Forças Armadas e levados para “campos de trânsito”, onde recebiam formação com o intuito da sua reinstalação.²² O casamento tornou-se um critério obrigatório de seleção: as autoridades organizaram casamentos forçados entre solteiros antes da partida. É de se sublinhar que o Banco Mundial participou com frequência das missões de recrutamento dos sem-abrigo e de prisioneiros políticos, a fim de os enviar para locais de transmigração mais distantes e menos apreciados.

Os projetos migratórios mais apoiados pela instituição são aqueles em que as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, intervêm diretamente, sendo suscetíveis de incentivar o comércio externo e de atrair ambiciosos investimentos internacionais (incluindo projetos de plantação industrial).

A desenfreada exploração estrangeira de recursos das ilhas exteriores fez-se em benefício do governo central e das empresas exploradoras, porém com grande prejuízo para as populações locais, já que grande parte do *habitat* e dos meios de subsistência foram destruídos para sempre. As terras das ilhas periféricas eram consideradas “vazias”, porque os indígenas que lá viviam há milênios não possuíam títulos de propriedade. Essas terras foram, então, declaradas “ao serviço do Estado” e confiscadas à força, a maior parte sem indenizações. O Banco Mundial

21 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*. p. 489 (ver na nota 60 a referência a uma decisão do Board a esse propósito em janeiro de 1979).

22 Um desses campos é uma pequena ilha ao largo de Java, donde é impossível escapar e onde os ditos “indesejáveis” vêm ser-lhes inculcadas as técnicas agrícolas e a ideologia do Estado.

apoiou o Governo nesses atos de expropriação de terras pertencentes aos indígenas, embora nunca o tenha confessado oficialmente.

A transmigração herdava terras que não eram destinadas a concessões florestais, cuja característica comum é serem muito pouco produtivas. Para os agentes do Governo encarregados de registrar os locais a desbravar, pouco importava se esses locais eram cultiváveis ou não. A função deles era colocar num mapa as informações relativas ao acesso ao local, à quantidade de hectares a ser desbravada e à quantidade de famílias que podiam ser instaladas.

A floresta – recurso vital para os autóctones em todos os sentidos – desapareceu pouco a pouco. Por um lado, devido à ação de empresas florestais e de plantações comerciais; por outro lado, devido às equipes governamentais encarregadas de desbravar os espaços destinados à agricultura e à instalação de migrantes. Além disso, as empresas mineiras (ver o caso da companhia mineira norte-americana Freeport McMoran²³) destruíram parcelas inteiras de montanha e jogaram diariamente nos rios toneladas de minério, poluindo-os irremediavelmente. Sendo essa água o único recurso dos povos autóctones, a situação provocou grandes catástrofes sanitárias. A extração de petróleo ao longo da costa acarretou também em grande prejuízo para a fauna e a flora marinhas, fonte de alimentação das populações indígenas.

Os verdadeiros responsáveis são aqueles que conceberam, executaram e financiaram o projeto. Em primeiro lugar, são os poderes públicos indonésios e as instituições internacionais (o Banco Mundial na primeira linha). Mas também estiveram envolvidos alguns governos ocidentais (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Israel...) e empresas nacionais e estrangeiras, em concreto, na realização do projeto. Tanto o desenvolvimento e a proliferação de explorações intensivas de recursos naturais, como o crescimento acelerado de superfícies destinadas às plantações comerciais derivam de programas financiados por empréstimos internacionais. Esses empréstimos são sempre condicionados pela abertura, a todos os níveis, de mercados – fim de barreiras alfandegárias, atração de capital estrangeiro, prioridade às monoculturas de exportação, liberalização e privatização de setores de distribuição de bens e serviços, etc.

No fim dos anos 1980, proliferaram numerosas e virulentas críticas, tanto no exterior como no interior do arquipélago, acusando o Banco Mundial de participar num projeto de dominação geopolítica, de multiplicar os problemas sociais e ecológicos e de não respeitar, nos seus procedimentos, os direitos humanos.²⁴ De fato, o Banco Mundial exerceu um papel fundamental nesse projeto, cujas consequên-

23 MILLET, Damien, TOUSSAINT, Eric. 2005. *Les tsunamis de la dette*, p. 114-115.

24 Entre as críticas feitas ao Banco sobre os danos e a violação dos direitos humanos provocados pelo seu apoio às ações do Governo na Papua Ocidental, as mais conhecidas são: a carta enviada, em 1984, ao presidente do Banco A. W. Clausen pelo Minority Rights Group (Nova Iorque); a condenação pelo World Council of Indigenous People, aquando da sua reunião regional, em 1984; uma petição enviada ao Inter-Governmental Group of Indonesia, em 1984-1985, pelo Australian Council For Overseas Aid e por inúmeras associações de defesa dos direitos dos indígenas. Essas críticas não foram tidas em conta nem pelo Governo indonésio nem pelo Banco, que manteve o seu apoio às violações dos direitos dos indígenas na Papua.

cias foram nefastas e irreversíveis: controle das populações indígenas nas ilhas exteriores e violação do direito de propriedade; custo exorbitante das deslocações em relação aos resultados (7 mil dólares por família segundo estimativas do Banco Mundial²⁵) já que, segundo um estudo do Banco Mundial de 1986, 50% das famílias deslocadas viviam abaixo do limiar de pobreza e 20% abaixo do limiar de subsistência; problemas de densidade, que subsistiam em Java; deflorestação em larga escala nas ilhas exteriores ...

O Banco Mundial, criticado por todos os lados, decidiu interromper o financiamento que se destinava a criar novas áreas de transmigração e a cobrir o custo das viagens dos migrantes. O Banco centrou então os empréstimos no reforço de cidades já existentes²⁶ e na manutenção de plantações comerciais, portanto abandonando apenas muito parcialmente a participação no programa.

O Banco Mundial desmente evidentemente todas as alegações feitas pelos observadores críticos. Em 1994 decidiu realizar um estudo de avaliação²⁷ interna dos projetos que financiou, para determinar sua eventual responsabilidade. Nesse relatório, o Banco Mundial admite uma parcela mínima de responsabilidade, dado que o projeto em Samatra “teve efeitos negativos e provavelmente irreversíveis” para a população Kubu, população nômade cuja sobrevivência repousa nas técnicas de pousio, na caça e na recollecção nas florestas. O auditor destaca que “embora a existência dos Kubu nas áreas do projeto fosse conhecida desde a fase de Planejamento do projeto, foram feitos poucos esforços para evitar problemas”.

Os empréstimos do Banco Mundial de apoio ao programa de transmigração têm todas as características de uma dívida odiosa: foram contraídos por um regime despótico, que pôde utilizá-los para fins repressivos; não serviram para promover o bem-estar da população. Consequentemente, essa dívida é nula e inexistente: deve ser anulada. Mas seria insuficiente parar aí. Vimos que o projeto de transmigração, que o Banco Mundial apoiou, implicava a deslocação forçada de população. O Banco Mundial não pode simplesmente afirmar que não sabia. Foi também cúmplice da violação dos direitos dos povos indígenas, que moravam nas zonas colonizadas pelo projeto de transmigração. Esses atos muito graves não podem ficar impunes.

A crise de 1997-1998 na Indonésia e as suas consequências

A partir dos anos oitenta e sobretudo na primeira metade dos anos noventa, o Banco Mundial e o FMI conseguiram que o Governo indonésio liberalizasse as entradas e saídas de capital. Isso colocou a Indonésia (à semelhança das Filipinas,

²⁵ Banco Mundial, *Indonesia Transmigration setor Review*, citado em Bruce Rich, *Ibid.*

²⁶ Este reforço, denominado “Second Stage Development”, consiste na melhoria das infraestruturas e das condições gerais de vida nas aldeias de transmigração, bem como na reabilitação de locais que tinham sofrido uma grande taxa de deserção por parte dos transmigrantes.

²⁷ “Indonesia Transmigration Program: a review of five Bank-supported projects”, 1994; “Impact Evaluation Report: Transmigration I, Transmigration II, Transmigration III”, 1994.

da Tailândia, da Malásia e da Coreia do Sul) à mercê da especulação internacional.

No relatório anual do FMI de 1997 podem-se ler os elogios que o Banco faz às autoridades indonésias: “Os administradores felicitaram as autoridades pelos resultados econômicos da Indonésia nos últimos anos, em particular, a redução significativa de pobreza e a melhoria dos indicadores sociais (...)”.²⁸ Mais à frente, os administradores do FMI elogiam as autoridades indonésias pela “importância dada à manutenção da livre circulação de capitais”²⁹, apesar de pouco antes eles próprios terem chamado a atenção para os perigos: “fortes entradas de capital impuseram desafios importantes aos poderes públicos”. A análise prossegue com elogios às autoridades, dando a entender que elas têm condições para controlar a situação: “a flexibilidade com que as autoridades adaptaram as medidas econômicas à evolução da situação foi um dos ingredientes do sucesso e permanecerá um trunfo essencial para enfrentar esses desafios”.

Em 1997, uma crise econômica e financeira gigantesca eclodiu no Sudeste Asiático. Iniciada na Tailândia, em fevereiro de 1997, estendeu-se, a partir de julho de 1997, à Malásia, Indonésia e Filipinas. Esses quatro países, citados antes pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelos bancos privados como sendo modelos a seguir devido ao grande grau de abertura ao mercado mundial, às baixas taxas de inflação e ao crescimento acelerado, foram incapazes de resistir aos ataques dos especuladores. Entre 2 de julho de 1997 e 8 de fevereiro de 1998, a rupia indonésia desvalorizou-se 229% em relação ao dólar americano.

Após terem sido elogiadas pelo Banco Mundial e principalmente pelo FMI, as autoridades indonésias foram duramente criticadas por darem ainda muito poder ao Estado: um Estado que, além do mais, permitiu indevidamente que as instituições financeiras e industriais privadas se endividassem desmedidamente e especulassem.

A crise do Sudeste Asiático de 1997 afetou muito a Indonésia. No espaço de menos de um ano, os capitais estrangeiros abandonaram o país. O desemprego aumentou em grande escala. Em finais de 1998, segundo dados do governo, 50% da população vivia abaixo do limiar de pobreza, estimado na Indonésia em 0,55 dólar por dia nas cidades e 0,40 dólar no campo.

O FMI impôs medidas de “choque” para resolver a crise de 1997. Elas agravaram a situação, provocando principalmente a falência de grande parte do setor bancário e de inúmeros empresários. O FMI e o Banco Mundial levaram o Governo a transformar a dívida privada dos bancos em dívida pública. A dívida pública indonésia, que representava antes da crise (1997) 23% do produto interno bruto (PIB), explode literalmente em consequência das políticas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial. De fato, em 2000, a dívida pública atingiu 93% do PIB.

²⁸ FMI. 1997. *Rapport annuel 1997*, p. 90.

²⁹ *Idem*, p. 91

Por outro lado, os salários caíram: tendo conseguido um aumento de 46% entre 1990 e 1996, perderam 25,1% do seu valor em 1998.³⁰

A população que sofreu profundamente o efeito dessas medidas começou a protestar com vigor. Em 5 de maio de 1988, no contexto dos acordos assinados com o FMI, Suharto acaba com os subsídios sobre os produtos básicos, fazendo com que o preço do querosene, da eletricidade e dos combustíveis aumentassem 70%. Isso reforçou a enorme mobilização popular que começara alguns meses antes. Quinze dias mais tarde, abandonado por Washington e denunciado pelo povo, Suharto deixa o poder, após 32 anos de regime ditatorial.

A maior parte do orçamento de Estado destinava-se ao reembolso da dívida.

Após o drama provocado pelo tsunami, que levou à morte 150 mil pessoas na província indonésia de Aceh, o Banco Mundial e os governos dos países credores afirmaram que dariam provas de generosidade. A realidade é bem diferente: a ajuda, que foi bastante mediatizada no início, é dada de forma caótica e efêmera. Ao mesmo tempo que alegavam a concessão de recursos financeiros para a reconstrução, os credores reunidos no Clube de Paris (que dirigiam o Banco Mundial e o FMI) decidiram cobrar juros de mora referentes à parte da dívida que não foi paga em 2005.³¹ Portanto, a moratória concedida pelo Clube de Paris é apenas um simulacro de generosidade, porque os Estados que a aceitaram farão com que as suas populações paguem até o último centavo. O Governo indonésio, sob pressão dos credores, impôs um forte aumento (29%) no preço do combustível, em 1 de março de 2005, o que provocou um profundo descontentamento popular. O rendimento fiscal resultante desse aumento foi destinado principalmente a cobrir o deficit orçamental e o reembolso de dívida.

À guisa de conclusão

O povo indonésio encarou com orgulho, após o golpe de Estado militar de 1965, a possibilidade de autodeterminar o seu futuro. No entanto, a Indonésia, com a Conferência de Bandung de 1955, começava a afirmar-se na cena internacional. A possibilidade de ver um dos países mais populosos do planeta exercer um papel-chave na configuração de uma nova ordem mundial levou os Estados Unidos e as instituições de Bretton Woods a apoiar ativamente a ditadura de Suharto.

As opções dessas instituições foram determinadas por fatores políticos e geoestratégicos. O apoio financeiro permitiu que Suharto implementasse políticas contrárias aos direitos humanos. Suharto servia os interesses das grandes potências ocidentais na região e permitia que as multinacionais dos países industrializados dispusessem, sem restrições, dos recursos naturais do país. O Banco Mundial e o FMI foram cúmplices ativos dessas políticas. A classe dominante local apoiou

³⁰ CNUCED. 2000, p. 65-66.

³¹ Ver a decisão do Clube de Paris, publicada a 10 de março de 2005, em www.clubdeparis.org

Suharto e não procurou investir no desenvolvimento do país, preferindo ser cúmplice da depredação de recursos naturais levada a cabo pelas multinacionais.

A partir da crise de 1997, as medidas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial agravaram a situação econômica e provocaram um forte aumento de dívida pública interna e externa. O balanço histórico da intervenção do FMI e do Banco Mundial na Indonésia é um desastre. Em consequência, os créditos que possuem no país deveriam ser por completo anulados. Além disso, o Banco Mundial e o FMI deveriam prestar contas, perante a justiça, por cumplicidade com o regime de Suharto e com os seus projetos, como o de transmigração, que constitui, sob diversos ângulos, um crime contra a humanidade.

As dívidas bilaterais, pertencentes a países que apoiaram diretamente a ditadura de Suharto, devem também ser anuladas, assim como aquelas que pertencem a empresas privadas estrangeiras que participaram na corrupção do regime indonésio, na pilhagem de recursos naturais e na exploração de trabalhadores.

O balanço financeiro de endividamento da Indonésia é completamente negativo em termos de desenvolvimento humano.

Entre 1970 e 2020, a dívida pública externa da Indonésia foi multiplicada por 93,9.³² Durante esse período o total de amortização da dívida representa 19,9 vezes o montante do estoque da dívida inicial. Com exceção do ano de 1998, a Indonésia amortizou mais do que recebeu em empréstimos entre 1985 e 2004. A transferência líquida nesse período foi de 45,8 bilhões de dólares. É a prova irrefutável de que o sistema de endividamento é um mecanismo fatal que faz escoar a riqueza do país.

32 Cálculos do autor com base no World Bank, *International Debt Statistics 2020*.

Capítulo 10 — As mentiras teóricas do Banco Mundial em matéria de desenvolvimento

O Banco Mundial considera que os PED devem recorrer ao endividamento externo e atrair investimento estrangeiro para progredirem. Esse endividamento serve principalmente para comprar bens de capital e bens de consumo dos países mais industrializados. Os fatos demonstram, dia após dia, há décadas, que isso não funciona. Os modelos que influenciaram o Banco Mundial implicam logicamente em uma forte dependência dos PED das entradas de capital externo, principalmente sob a forma de empréstimos, a partir da ilusão de atingirem um nível de desenvolvimento autossustentado. Os empréstimos são considerados pelos fornecedores de fundos públicos (governos dos países mais industrializados e BM em particular) como um poderoso meio de influenciar os países endividados. Portanto, as ações do Banco não se resumem a uma sucessão de erros ou de malfeitos. Pelo contrário, fazem parte de uma visão coerente, teórica e conceitual, que se ensina doutamente na maioria das universidades, sustentada por centenas de livros de economia do desenvolvimento. O Banco produz uma verdadeira ideologia do desenvolvimento. Quando os fatos desmentem a teoria, o Banco não questiona a teoria. Pelo contrário, tenta deformar a realidade para continuar a proteger o dogma.

Ao longo dos dez primeiros anos de existência, o BM produziu muito pouca reflexão sobre o tipo de política econômica a ser *apoiada* nos países em desenvolvimento. Diversas razões explicam isso: 1) o assunto não faz parte das prioridades do BM. Em 1957, a maioria dos empréstimos do BM (52,7%) ainda era concedida aos países industrializados; 2) a matriz teórica dos economistas e dirigentes do BM é de inspiração neoclássica. Ora, a teoria neoclássica não concede um lugar específico aos PED; 3) o BM só desenvolveu um instrumento específico para conceder empréstimos com baixas taxas de juro aos países em desenvolvimento em 1960 (criação da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) – ver Capítulo 3).

O BM faz pouco, mas isso não o impede de criticar os outros. Foi assim que, em 1949, o Banco criticou um relatório da Comissão das Nações Unidas para o emprego e a economia, que defendia o investimento público na indústria pesada dos PED. O BM declarou que os poderes públicos dos PED têm muito a fazer no que diz respeito à construção de boas infraestruturas e que devem deixar a responsabilidade da indústria pesada para a iniciativa privada local e estrangeira.

Segundo os historiadores do BM Mason e Asher a orientação do Banco parte do princípio que os setores público e privado devem exercer funções diferentes. O setor público deve assegurar o desenvolvimento planificado de infraestruturas adequadas: ferrovias, estradas, centrais elétricas, instalações portuárias e meios

de comunicação em geral. Ao setor privado compete a agricultura, a indústria, o comércio e os serviços pessoais e financeiros, porque em todos esses domínios pressupõe-se que a iniciativa privada tem melhor desempenho do que o setor público. Na verdade, deve ser concedido ao setor privado tudo o que é capaz de gerar lucro. Em contrapartida, as infraestruturas ficam a cargo do setor público, porque se trata de socializar os custos com o objetivo de ajudar a iniciativa privada. Em suma, o Banco Mundial recomenda a privatização dos lucros, combinada com a socialização dos custos de tudo quanto não seja diretamente rentável.

Uma visão do mundo conservadora e etnocêntrica

A visão do BM está marcada por diferentes preconceitos conservadores. Nos relatórios e discursos dos 15 primeiros anos de existência, o BM faz referência regularmente às regiões atrasadas e subdesenvolvidas, configurando um programa completo. Sobre as causas do subdesenvolvimento, o banco adota uma visão etnocêntrica. Pode-se ler no oitavo relatório anual do BM que “Existem muitas e complexas razões para certas regiões do mundo não serem mais desenvolvidas. Diversas culturas, por exemplo, têm dado pouco valor ao desenvolvimento material e, de fato, algumas consideram-no incompatível com os objetivos mais desejáveis para a sociedade e para o indivíduo”. A ausência de desejo ou de vontade de progresso material e de modernização da sociedade é apresentada como uma das causas do atraso. O profundo respeito dos hindus pela vacas torna-se uma chave para compreender o atraso da Índia. Sobre a África, Eugene Black, presidente do BM, declara em 1961: “Apenas hoje a maior parte dos 200 milhões de africanos começa a participar na sociedade mundial”. A visão reacionária do Banco Mundial não desapareceu totalmente ao longo tempo. O Banco escreve o seguinte no Relatório sobre o desenvolvimento mundial, em 1987: “*Nos Princípios de Economia Política* (1848), John Stuart Mill evoca as vantagens resultantes do ‘comércio exterior’. Passado mais de um século, essas observações permanecem tão válidas como em 1848”. Ao falar das vantagens indiretas do comércio, Mill declara: “um povo pode estar num estado letárgico, indolente, inculto, tendo todas as aspirações satisfeitas, mesmo em sonhos, e pode não aplicar todas as suas forças produtivas por lhe faltar um objeto de desejo. A aventura do comércio externo, fazendo-o conhecer novos objetos ou suscitando a tentação de adquirir objetos que antes pensava não poder possuir (...) encoraja aqueles que se satisfaziam com pouco conforto e trabalho a trabalharem mais duramente para satisfazerem os seus novos desejos e até mesmo a economizarem e a acumularem capital”. O regresso vigoroso dos neoconservadores, com a chegada da administração de G. W. Bush, a partir de 2001, aprofundou esse caráter profundamente materialista e reacionário. A nomeação de Paul Wolfowitz, um dos principais neoconservadores, para a presidência do Banco em 2005 cimentou essa orientação.

Em matéria de desenvolvimento entre os anos cinquenta e os anos 1970, é marcante nos documentos do Banco Mundial e na literatura em voga o papel desempenhado pelo planejamento do crescimento e do desenvolvimento (tanto nas economias industrializadas como nos PED). Até finais dos anos 1970, a presença do planejamento remete para diversos pontos: 1) a vontade de planejar (planejamentismo) surgiu no decorrer da longa depressão dos anos trinta, como resposta ao caos provocado pelo *laissez-faire*; 2) era necessário organizar a reconstrução da Europa e do Japão; 3) trata-se do período dos “trinta gloriosos”, caracterizado por um crescimento econômico sustentado, que necessitava ser dirigido e planejado; 4) o sucesso propagandeado ou presumido da planificação soviética exercia incontestavelmente um poder de atração real, inclusive sobre os inimigos declarados do dito “bloco comunista”. A planificação é um tema que foi completamente esvaaziado a partir do início dos anos 1980, com o regresso vigoroso da ideologia e das políticas neoliberais.

Uma outra preocupação muito presente, e que também foi afastada a partir dos anos 1980, foi a opção tomada por uma série de países da América Latina de recorrerem à substituição de importações e a possibilidade (considerada perigosa pela maioria dos dirigentes dos países mais industrializados) de outros países recém-independentes adotarem o mesmo rumo.

Vejamos diversas contribuições de economistas que influenciaram o Banco.

O modelo HOS (Heckscher – Ohlin – Samuelson)

A teoria das vantagens comparativas de Ricardo foi reforçada, nos anos trinta, pela análise dos economistas suecos Heckscher e Ohlin, à qual se somou mais tarde a de Samuelson (a síntese realizada por este último é conhecida como modelo HOS). O modelo HOS aborda “a dotação de fatores de produção” (esses fatores são o trabalho, a terra e o capital) e considera que todos os países têm interesse em se especializarem na produção e exportação de bens que utilizam mais intensamente o fator de produção de que dispõem mais abundantemente – que também é o fator com o preço mais baixo. Graças ao livre comércio, ocorrerá uma igualização da remuneração dos fatores de todos os países que realizem esse livre comércio entre si (o fator mais abundante – exportado – torna-se raro e, portanto, encarece; o fator raro – importado – aumenta e, portanto, o preço diminui). A especialização estabelecerá uma alocação ótima de fatores num mercado mundial homogêneo. Nessa perspectiva, a tentativa de integração máxima no mercado mundial seria uma aposta vitoriosa para todas as economias, constituindo um jogo de soma positiva para todos os parceiros comerciais. Diversas pesquisas feitas posteriormente, principalmente por Paul Krugman, para verificar a pertinência do modelo HOS, demonstraram que a realidade não confirma essa teoria.

As cinco etapas do crescimento econômico segundo Walt W. Rostow

Em 1960, Walt W. Rostow identifica cinco etapas de desenvolvimento, no livro *As etapas do crescimento econômico: um manifesto não-comunista*. Para Rostow, todas as sociedades podem ser classificadas de acordo com uma dessas cinco categorias e devem seguir esse itinerário.

A primeira etapa é a sociedade tradicional, caracterizada pela predominância de atividade agrícola. O progresso técnico é nulo, quase não há crescimento do produto e as mentalidades não buscam a mudança.

Em seguida, a etapa prévia ao arranque vê desenvolverem-se as trocas e as técnicas, a evolução das mentalidades que rompem com o fatalismo e um aumento significativo da taxa de poupança. Na verdade, é a evolução das sociedades europeias entre o século XV e o início do século XVIII.

A terceira etapa é a da decolagem (*take-off*), etapa crucial, que corresponde a um salto qualitativo, com o aumento significativo das taxas de poupança, de investimento e a passagem a um crescimento cumulativo.

A quarta etapa é designada “marcha para a maturidade”: o progresso técnico impõe-se em todas as atividades e a produção diversifica-se.

Por fim, a era do consumo de massas coincide com a quinta etapa.

Segundo Walt W. Rostow, na fase de decolagem, a entrada de capital (sob a forma de investimento estrangeiro ou de créditos) é indispensável.

O modelo de Rostow caracteriza-se por um esquema caricato. O autor apresenta a fase de desenvolvimento alcançada pelos Estados Unidos, após a Guerra Mundial, como sendo, ao mesmo tempo, uma etapa a ser alcançada e um modelo a ser reproduzido. Do mesmo modo, considera a forma de decolagem da Inglaterra, onde a revolução agrícola e a industrial se sucederam, como um modelo a ser reproduzido em outros lugares. Isso significa não levar em consideração a história concreta vivida pelos outros países. Nada prova que todos os países devam passar pelas cinco etapas.

Insuficiência de poupança e a necessidade de recorrer ao financiamento externo

Segundo a abordagem neoclássica, a poupança antecede o investimento e é insuficiente nos PED. Assim a insuficiência de poupança seria um fator explicativo fundamental dos limites de desenvolvimento. A entrada de financiamento externo seria necessária. Paul Samuelson, na revista *Economics*, baseia-se na história de endividamento dos Estados Unidos, nos séculos XIX e XX, para determinar quatro etapas que conduzem à prosperidade: nação endividada jovem (da guerra revolucionária de 1776 até ao fim da guerra civil de 1865); nação endividada madura (de 1873 a 1914); nação jovem credora (da Primeira Guerra Mundial à Segunda); nação credora madura (anos sessenta). Samuelson e os seus discípulos aplicaram o modelo dos Estados Unidos, de finais do século XVII até à Segunda

Guerra Mundial, a uma centena de países que constituíam o terceiro mundo no pós-guerra, como se a experiência dos Estados Unidos fosse pura e simplesmente imitável nesses países.

No que diz respeito à necessidade de possuir recursos através da entrada de capitais externos (sob a forma de empréstimos e investimentos estrangeiros), um dos associados de Walt W. Rostow, Paul Rosenstein-Rodan, usa a seguinte fórmula: “os capitais externos reforçarão o capital nacional, isto é, serão inteiramente investidos; o investimento acarretará um aumento de produção. A função principal da entrada de capitais externos é a de permitir que a formação de capital interno atinja uma taxa que poderá ser mantida sem ajuda externa suplementar”. Essa afirmação contradiz a realidade: não é verdade que os capitais externos reforcem a formação do capital internos e que sejam integralmente investidos. Uma grande parte dos capitais externos deixam rapidamente o país para o qual se dirigiram temporariamente (fuga de capitais, remessa de lucros).

Outro erro fundamental: Paul Rosenstein-Rodan, diretor-adjunto (*assistant diretor*) do departamento econômico do Banco entre 1946 e 1952 fez previsões sobre a data em que uma série de países alcançaria um crescimento sustentado. Segundo Paul Rosenstein-Rodan, a Colômbia deveria chegar a essa fase em 1965, a Iugoslávia em 1966, a Argentina e o México entre 1965 e 1975, a Índia no início dos anos 1970, o Paquistão três ou quatro anos após a Índia, as Filipinas após 1975. Tretas!

Nota-se que essa definição de crescimento autossustentado é comumente utilizada pelo Banco Mundial. Eis a definição dada, em 1964, por Dragoslav Avramović, na época diretor do departamento econômico: “Define-se crescimento autossustentado como aquele que implica uma taxa de crescimento do rendimento de 5% ao ano, financiada pela poupança interna e também por capitais estrangeiros”.

O planejamento do desenvolvimento, visto pelo Banco Mundial e pelo *establishment* universitário dos Estados Unidos, conduz a uma farsa pseudocientífica, baseada em equações matemáticas que pretendem dar legitimidade e credibilidade à vontade de fazer com que os PED dependam do recurso ao financiamento externo. Eis um exemplo formulado de forma muito séria, por Max Millikan e Walt Whitman Rostow em 1957:

Se a taxa inicial de investimento doméstico de um país representa 5% do rendimento nacional, se os capitais externos atingem uma taxa constante equivalente a um terço do nível inicial de investimento doméstico, se 25% de todo o rendimento suplementar é poupado e reinvestido, se a razão capital/produto for igual a 3 e se a taxa de juro da dívida externa e os dividendos repatriados forem equivalentes a 6% ao ano, o país poderá dispensar o endividamento externo líquido após 14 anos e poderá manter uma taxa de crescimento de 3% com base nos seus recursos próprios.

Mais conversa fiada!

O modelo de duplo hiato de Chenery e Strout

Em meados dos anos sessenta, o economista Hollis Chenery, que será mais tarde economista-chefe e vice-presidente do BM, elabora com o seu colega Alan Strout um novo modelo chamado “modelo de duplo hiato”. Chenery e Strout pressupõem duas restrições: insuficiência de poupança interna inicialmente e, num segundo momento, insuficiência de reservas. Charles Oman e Ganeshan Wignarja resumem o modelo de Chenery-Strout da seguinte maneira: “Na essência, as hipóteses do modelo de duplo hiato são: embora nas primeiras fases de crescimento industrial uma poupança insuficiente possa constituir a principal restrição à taxa de formação de capital doméstico, quando a industrialização estiver já em pleno andamento, a restrição principal pode já não ser a poupança doméstica, mas sim a disponibilização das reservas necessárias para a importação de bens de capital, de bens intermediários e até mesmo de matérias-primas utilizadas como insumos industriais. Desse modo, o deficit em reservas pode suplantar o deficit de poupança como principal entrave ao desenvolvimento”. Uma resposta simples é proposta para resolver esse duplo hiato: pedir empréstimos em moeda ou dotar-se de reservas aumentando as exportações.

O modelo Chenery-Strout é extremamente matematizado, como era moda na época. Isso tinha vantagens para os seus defensores, porque dava credibilidade e uma aparência de rigor científico a uma política que visava principalmente, por um lado, incitar os PED a recorrerem massivamente a empréstimos externos e ao investimento estrangeiro e, por outro lado, fazer com que o desenvolvimento dos PED dependesse das exportações. Diversas críticas foram feitas ao modelo naquela época. Citaremos apenas a de Keith Griffin e de Jean Luc Enos, que afirmam que o recurso a capitais externos limitará a poupança local: “enquanto o custo da ajuda (por exemplo, a taxa de juro dos empréstimos externos) for inferior ao crescimento marginal do capital e da produção, um país terá interesse em pedir empréstimos tanto quanto possível e em substituir a poupança interna pelos empréstimos externos. Em outras palavras, havendo um objetivo a atingir em termos de taxa de crescimento num país em desenvolvimento, a ajuda externa permitirá maior consumo e limitará a poupança interna à diferença entre o investimento pretendido e a disponibilidade de ajuda externa. Portanto, os fundamentos dos modelos do tipo Chenery-Strout são insuficientes na medida em que se pretende encontrar, em teoria, uma relação inversa entre a ajuda externa e a poupança doméstica”.

A intenção de levar os PED a recorrerem à ajuda externa como forma de os influenciar

A política de ajuda bilateral e a política adotada pelo Banco Mundial estão diretamente relacionadas com os objetivos políticos dos Estados Unidos em termos de relações externas.

Para Hollis Chenery: “O objetivo principal da ajuda externa, assim como de outros instrumentos de política externa, é o de produzir, em escala mundial, um ambiente político e econômico em que os Estados Unidos possam tentar cumprir o melhor possível os seus próprios objetivos sociais”.

Num livro intitulado *The emerging nations: their growth and United States policy*, Max Millikan e Donald Blackmer, colegas de Walt W. Rostow, descrevem claramente certos objetivos da política externa dos Estados Unidos em 1961: “É do interesse dos Estados Unidos ver surgir, durante a fase de transição, nações dotadas de determinadas características. Em primeiro lugar, devem ser capazes de manter a sua independência, em especial face ao poder hostil ou potencialmente hostil dos Estados Unidos (...). Em quarto lugar, devem aceitar o princípio de uma sociedade aberta, cujos membros sejam convidados a trocar ideias, mercadorias, valores e experiências com o resto do mundo; isso implica que os seus governos devem estar dispostos a se comprometer com dispositivos de controle social, político e econômico necessários ao funcionamento de uma comunidade internacional independente” e, é claro, sob a liderança dos Estados Unidos.

Mais à frente nesse livro indica-se explicitamente de que maneira a ajuda é utilizada como alavanca para orientar a política dos países ajudados: “Para que a assistência financeira possa ser alavancada ao máximo, no sentido de persuadir os países subdesenvolvidos a seguirem uma linha compatível com os interesses dos Estados Unidos e do mundo livre, os montantes oferecidos devem ser suficientemente significativos e as condições suficientemente flexíveis para persuadirem os países receptores de que o jogo vale a pena. Isso significa que devemos investir recursos, substancialmente mais significativos que outrora, nos nossos programas de desenvolvimento”.

Veremos mais adiante que o volume de empréstimos concedido aos PED aumentou, ao longo dos anos 1960 e 1970, na sequência de uma política deliberada dos Estados Unidos, de outros governos de países mais industrializados e das instituições de Bretton Woods, destinadas a influenciar a política conduzida no Sul.

Privilegiar as exportações

Chenery e Strout afirmam numa das suas principais contribuições que o recurso à substituição de importações constituía um meio admissível, que visava reduzir o deficit em conta corrente. Em seguida abandonaram essa posição, quando a manutenção da política de substituição de importações, levada a cabo por alguns PED, se tornou alvo das principais críticas feitas pelo BM, FMI, OCDE e pelos governos dos principais países industrializados.

É por isso que outros trabalhos de economistas diretamente associados ao BM se dedicam a medir as taxas efetivas de proteção e os desvios que estas provocam em termos de utilização dos recursos produtivos e de rentabilidade dos investimentos. Esses economistas defendem uma reorientação das estratégias em prol

das exportações, o abandono das tarifas protecionistas e, de forma geral, uma política mais fundamentada nos mecanismos de mercado para a fixação de preços. Bela Balassa, Jagdish Bhagwati e Anne Krueger sistematizam essa abordagem e as suas análises marcarão a evolução das instituições internacionais e constituirão a base teórica das medidas de abertura comercial preconizadas durante as décadas de 1980 e 1990. Anne Krueger escreve: “Um regime que promove as exportações pode libertar a economia do país do jugo do subemprego keynesiano porque, ao contrário do regime de substituição de importações, pode dispor de uma demanda efetiva, virtualmente infinita, dos seus produtos nos mercados internacionais e, portanto, pode aproximar-se sempre do pleno emprego, desde que não haja uma recessão mundial. Uma economia pequena orientada para a exportação será capaz de vender qualquer quantidade de bens que produza; por outras palavras, a capacidade de oferta do país será a única restrição”. Mais uma vez, trata-se de uma cortina de fumaça. Na realidade, os choques externos são frequentes, as recessões econômicas afetam periodicamente a economia dos países mais industrializados e a economia mundial, a demanda efetiva não é infinita, longe disso. Ainda por cima, para vender no mercado mundial é preciso ser competitivo e portanto limitar drasticamente a progressão dos salários ou até baixá-los.

***Trickle-down* ou efeito gotejamento**

O efeito gotejamento é uma metáfora trivial, que orientou a ação do Banco Mundial desde o início. A ideia é muito simples: os efeitos positivos do crescimento recaem inicialmente sobre os mais ricos, porém no final atingem também os mais pobres. Portanto, estes últimos têm interesse em que o crescimento seja o mais forte possível. As gotículas de riqueza que lhes chegam dependem disso. De fato, se o crescimento for fraco, os ricos ficam com uma parte maior do que se o crescimento for forte.

Quais são as consequências da conduta do BM? É preciso favorecer a qualquer custo o crescimento para que no final os pobres saiam favorecidos. Toda a política que trava o crescimento em nome da redistribuição de riqueza (mesmo que parcial) ou em nome do ambiente reduz o efeito gotejamento e acarreta prejuízos para os pobres. A atitude dos dirigentes do BM é orientada na prática por essa metáfora, quaisquer que sejam os argumentos mais sofisticados que certos especialistas possam contrapor. Além disso, os historiadores do BM consagram uma dezena de páginas a discussões sobre o *trickle-down* e reconhecem que “essa crença justifica esforços persistentes para convencer os devedores sobre as vantagens da disciplina, do sacrifício e da confiança no mercado, portanto, sobre a necessidade de manter a diretriz contra a tentação política”. Afirmam que essa crença caiu progressivamente em desgraça a partir de 1970, sob os ataques de uma quantidade impressionante de investigações sobre os Estados Unidos e sobre os PED. No entanto, frisam que na prática isso não mudou grande coisa, até porque, a partir de

1982, o *trickle-down* voltou em força ao BM. Claramente durante os anos de 2000 a 2020 a farsa do gotejamento foi utilizada por muitos governos, notadamente o do presidente francês Emmanuel Macron, a partir de 2017. Evidentemente, a questão do *trickle-down* é inseparável das desigualdades que abordamos de seguida.

A questão das desigualdades na distribuição de renda

A partir de 1973, a questão das desigualdades na repartição da renda nos PED, entendida como elemento que influencia a possibilidade de desenvolvimento, começa a ser estudada pelo BM. A equipe econômica dirigida por Hollis Chenery consagra ao tema com uma energia considerável. O livro mais importante do BM a esse respeito, coordenado pelo próprio Chenery, se intitula *Redistribuição e Crescimento* e é publicado em 1974. Chenery está consciente que o tipo de crescimento induzido pela política de empréstimos do Banco gera aumento das desigualdades. A preocupação do BM foi comunicada em diversas ocasiões de maneira bastante clara por McNamara: se não reduzirmos as desigualdades, se não diminuirmos a pobreza, assistiremos a explosões sociais frequentes, que prejudicarão os interesses do mundo livre, cuja liderança é assegurada pelos Estados Unidos.

Chenery não partilhava o ponto de vista de Simon Kuznets, no decorrer dos anos 1950. Segundo Kuznets, após uma fase necessária de aumento das desigualdades no momento do arranque econômico, as desigualdades seriam absorvidas num segundo momento. A necessidade de ver crescer as desigualdades estava muito arreigada no Banco. Prova disso são as palavras do presidente do BM, Eugene Black, em abril de 1961: “as desigualdades de rendimento resultam necessariamente do crescimento econômico, que proporciona às pessoas escaparem a uma vida de pobreza”. No entanto, os estudos empíricos realizados pelo BM na época desmentiram as afirmações de Kuznets.

Contudo, após a saída de Chenery, em 1982, e a sua substituição por Anne Krueger, o BM abandona completamente a preocupação em relação ao aumento ou manutenção das desigualdades, de tal maneira que Krueger decide não publicar mais dados sobre o assunto no *Relatório Mundial sobre Desenvolvimento no Mundo*. Anne Krueger (veremos mais adiante) não hesita em chamar para si a curva de Kuznets, fazendo do aumento das desigualdades uma condição para o arranque do crescimento, dado que a poupança dos ricos é susceptível de alimentar investimentos. Foi preciso esperar pela chegada de François Bourguignon ao cargo de economista-chefe, em 2003, para assistirmos ao ressurgimento do interesse do Banco pela questão. Em 2006, o relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento no mundo, intitulado *Equidade e Desenvolvimento*, retoma a questão das desigualdades, entendida como freio ao desenvolvimento. A estratégia utilizada é considerada, na melhor das hipóteses, bom *marketing* por J. Wolfensohn (presidente do BM entre 1996 e 2005) e seus sucessores. Mais recentemente, no livro *O Capital*

no Século XXI³³, Thomas Piketty apresentou uma crítica muito interessante à curva de Kuznets. Piketty recorda que inicialmente o próprio Kuznets duvidava da boa fundamentação da sua curva, mas isso não o impediu de formular uma teoria que continua viva. Entretanto as desigualdades atingiram níveis inéditos na história da humanidade. É o resultado da dinâmica do capitalismo globalizado, sustentado pelas políticas das instituições internacionais encarregadas do “desenvolvimento” e dos governos que favorecem o 1% mais rico em detrimento da esmagadora maioria da população, tanto no Norte como no Sul do planeta.

33 *Le capital au XXIe siècle*, Le Seuil, 2013, 970 pp.

Capítulo 11 — Coreia do Sul: o milagre desmascarado

O alegado sucesso da Coreia do Sul foi conseguido devido à implementação de uma política contrária ao modelo proposto pelo Banco Mundial. Longe de uma acumulação virtuosa baseada nos benefícios do mercado livre, o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul foi possível graças a “uma acumulação primitiva brutal baseada em métodos extremamente coercitivos que fabricaram a ‘virtude’ através da força” (J-P. Peemans). A Coreia atingiu os resultados que conhecemos sob o jugo de um regime ditatorial particularmente repressivo e protegido pelos Estados Unidos, no contexto da luta contra os regimes ditos socialistas. A Coreia adotou um modelo produtivista que, sobretudo, não respeitava o meio ambiente. A via coreana não é recomendável, nem reproduzível, porém merece ser estudada.

Segundo o Banco Mundial, a Coreia do Sul representa um sucesso inegável.

Se considerarmos a versão do Banco, as autoridades do país recorreram a empréstimos externos de modo eficaz, atraíram investimento estrangeiro e utilizaram-no para estabelecer um modelo de desenvolvimento bem-sucedido, baseado na substituição de exportações. O modelo de industrialização por substituição de exportações constitui a alternativa do Banco Mundial (e de outros) em relação ao modelo de substituição de importações (que implica fabricar internamente produtos antes importados). A Coreia, mais do que produzir o que importava, adaptou as suas atividades de exportação à demanda do mercado mundial, conseguindo favorecer as indústrias que possuem uma percentagem elevada de valor agregado. Substituiu exportações de produtos apenas transformados (ou matérias-primas) por mercadorias cuja produção requer tecnologia avançada. Segundo o Banco, o Estado coreano interveio de maneira modesta para apoiar a iniciativa privada e garantir o jogo livre das forças de mercado. Na verdade, a via coreana para a industrialização e o crescimento sustentado contradiz bastante a versão do Banco.

Afirmo desde já que não considero a Coreia um modelo a seguir, por razões éticas, econômicas, ecológicas e sociais. A Coreia atingiu os resultados que conhecemos sob o jugo de um regime ditatorial, particularmente repressivo e protegido pelos Estados Unidos, no contexto da luta contra os regimes erroneamente chamados socialistas ou comunistas. A Coreia adotou um modelo produtivista que contribuiu, como em outros lugares, para destruir os equilíbrios ecológicos.

O alegado sucesso coreano foi obtido graças a diversos fatores. Os principais são: a forte intervenção do Estado (o Estado dirigiu o processo com mão de ferro), o importante apoio financeiro (sob a forma de donativos) e técnico concedido pelos Estados Unidos, a realização de uma reforma agrária radical logo no início, a aplicação de um modelo de substituição de importações durante 25 anos, que se transformou progressivamente em substituição de exportações (esse segundo mo-

mento não teria sido possível sem o primeiro), a utilização permanente da repressão sobre o movimento operário (proibição de sindicatos independentes), a superexploração de camponeses e de operários, o controle por parte do Estado sobre o setor bancário, a aplicação de um planejamento autoritário, um controle rigoroso sobre o câmbio e movimentos de capitais, a benevolência dos Estados Unidos, que toleraram da Coreia o que recusavam a outros países. O Estado coreano realizou também um importante esforço em termos de educação, o que permitiu fornecer às empresas mão de obra muito qualificada.

Acrescenta-se que a falta de recursos naturais favoreceu paradoxalmente o desenvolvimento da Coreia do Sul, porque evitou a avidez das multinacionais e dos Estados Unidos, que consideravam a Coreia uma zona estratégica do ponto de vista militar, face ao bloco dito comunista, e não uma zona importante de abastecimento (como foi o caso da Venezuela, do México e dos países do golfo Pérsico). Se a Coreia possuísse grandes reservas de petróleo ou de matérias-primas estratégicas, teria sido considerada uma zona de abastecimento e não teria beneficiado da mesma margem de manobra para se dotar de uma poderosa infraestrutura industrial. Os Estados Unidos não estão dispostos a favorecer deliberadamente concorrentes poderosos, que possuem ao mesmo tempo grandes reservas de matérias-primas e indústrias diversificadas.

O contexto histórico, político e geoestratégico

Um acordo nipo-americano, assinado em 1905, definiu as respectivas zonas de influência do Japão e do Estados Unidos no Sudeste Asiático. Os Estados Unidos ficaram com as Filipinas, que tinham conquistado em 1902. Taiwan (anexada desde 1895) e a Coreia ficaram para o Japão. Em 1910, o Japão anexa a Coreia, faz dela um armazém agrícola e posteriormente uma espécie de anexo da indústria japonesa, com todo tipo de funções. Quando o imperialismo japonês se desfez, no fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão tinha deixado na Coreia instalações modernas em termos de transporte e de eletricidade, uma indústria relativamente importante, que ia do têxtil ao armamento, passando pela química e pela construção mecânica, e também um sistema bancário completo. Porém, a indústria na Coreia não era um conjunto coerente, porque foi construída para responder às necessidades do Japão. A industrialização situava-se principalmente no Norte da Coreia (futura Coreia do Norte), sendo o Sul predominantemente agrícola. A burguesia era pouco desenvolvida, já que a presença japonesa não lhe proporcionou muito espaço. Comparando com a Argentina da mesma época, a Coreia era um país claramente desfavorecido em termos de desenvolvimento industrial.

Em virtude dos acordos de Yalta, assinados, em fevereiro de 1945, entre os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a URSS, em especial na parte que fixava as condições de entrada em guerra da União Soviética contra o Japão, a Coreia deveria ser ocupada pelas tropas soviéticas a norte do paralelo 38 e pelas tropas dos Estados

Unidos a sul dessa linha.¹ As tropas soviéticas chegaram primeiro, em agosto de 1945, e foram recebidas como libertadoras. Foram acolhidas por um vasto movimento de libertação anti-japonês que formou uma rede de Comitês populares, constituindo a base do novo aparelho de Estado. Esse Estado realizou rapidamente uma série de reformas nacionais, democráticas e anticapitalistas. Entre as medidas com maior apoio popular, figurava uma reforma agrária radical. A evolução posterior do regime da Coreia do Norte e a sua degenerescência burocrática e autoritária não devem fazer esquecer os sucessos econômicos do início.

No Sul do país, o desenrolar dos fatos foi diferente. Ainda antes de as tropas norte-americanas chegarem à Coreia, Washington tomou uma decisão unilateral (sem concertação prévia com Moscou), acordando com os japoneses que eles capitulariam perante as tropas norte-americanas a sul do paralelo 38.² Isso provocou, de fato, a divisão da Coreia em duas partes, o que não estava previsto nos acordos de Yalta. As tropas americanas só desembarcam a 8 de setembro de 1945, seis dias após a capitulação das tropas japonesas e dois dias após a proclamação, em Seul (que se localiza a sul do paralelo 38), da República Popular da Coreia pela assembleia nacional dos Comitês anti-japoneses. Esse novo poder já tinha, antes da chegada das tropas americanas, desarmado o Japão, libertado os prisioneiros políticos e prendido os colaboradores. No entanto, quando os nacionalistas se apresentaram ao Estado-Maior americano para proporem colaboração, a sua oferta é mal recebida. Em 9 de setembro é instituído um governo militar dos Estados Unidos (U. S. Military Government in Korea – USAMGIK), que será a principal autoridade até 1948. Em fevereiro de 1946 o Estado-Maior americano constitui um governo civil coreano sob tutela do governo militar dos Estados Unidos na Coreia. Esse governo civil é presidido por Syngman Rhee, homem político de direita que regressou à Coreia em outubro de 1945, após ter passado 39 anos (dos 41 anos precedentes) nos Estados Unidos. Em termos de forças políticas coreanas, Washington preferiu colocar no poder o Partido Democrático Coreano (KDP), um partido anticomunista, formado legalmente durante a ocupação japonesa para representar os interesses das classes proprietárias coreanas. O KDP submete-se de imediato a uma operação cosmética, assumindo a designação de Partido Liberal. Portanto, ao lado de Syngman Rhee vemos antigos colaboradores dos ocupantes japoneses e o novo aparelho de Estado mantém em grande parte os quadros coloniais, principalmente no que diz respeito às forças repressivas. Uma CIA coreana é criada com o nome significativo de KCIA (Korean Central Intelligence Agency). Isso deixou, até hoje, uma marca sinistra na memória coletiva.

O regime imposto pelos Estados Unidos é extremamente impopular. Em 1946 e em 1948 os protestos desencadeiam revoltas populares, que foram duramente

¹ Esta parte é inspirada nomeadamente em David Cameron, “Corée du Sud, Un miracle fragile”, *Inprecor*, n.º 228, 20 de outubro de 1986.

² CHOY, Bong-Young. 1984. *A History of the Korea Reunification Movement: Issues and Prospects*. Bradley University, Peoria.

reprimidas. O Conselho Geral dos Sindicatos Coreanos (GCKTU), dirigido pelos militantes do partido comunista, tinha centenas de milhares de membros e liderava os manifestantes. Ele foi reprimido e acabou sendo proibido em 1948. A repressão continua após 1948. A comissão das Nações Unidas sobre a Coreia relata que, em agosto de 1949, oito meses antes de 30 de abril de 1949, 89.710 pessoas foram detidas no âmbito do *Decreto para a Proteção da Paz Nacional*. Estima-se em milhares a perda de vidas humanas, ou mesmo em dezenas de milhares. Diversos líderes históricos da luta anti-japonesa, sem ligação aos comunistas, foram assassinados pelo regime de Syngman Rhee.

Quando, em 1948, é institucionalizada a divisão do país, com a criação da Coreia do Norte, uma larga maioria das forças políticas manifesta oposição. Com o irromper da Guerra da Coreia, em junho de 1950, o avanço rápido das forças norte-coreanas para sul deve-se apenas em parte a razões militares. É, em certo sentido, consequência lógica da falta de apoio popular ao regime de Syngman Rhee. Segundo o relato histórico oficial do exército americano sobre a Guerra da Coreia, o exército sul-coreano “desintegrou-se”.³ Houve deserções em massa.

Durante três anos, a guerra é devastadora e coloca o mundo à beira de uma Terceira Guerra Mundial. O exército dos Estados Unidos avança massivamente com o apoio dos aliados ocidentais: 300 mil soldados ocidentais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas,⁴ combatem ao lado do exército sul-coreano. Enfrentam o exército norte-coreano e um forte contingente chinês (as estimativas variam entre 500 mil a 850 mil homens). O custo em termos de vidas humanas é de três milhões de mortos entre a população coreana. Ao longo da guerra, o regime de Syngman Rhee exerce uma forte repressão sobre a esquerda sul-coreana. Certas fontes mencionam 100 mil execuções ou assassinatos de opositores ao regime.⁵ O armistício de 27 de julho de 1953 coloca as tropas de ambos os lados praticamente no ponto de partida, o paralelo 38.

Burguesia coreana sob tutela do Estado

Dono de uma indústria atrasada e de um sistema financeiro herdado dos japoneses⁶, o governo de Syngman Rhee serve-se disso, com o aval do governo militar dos Estados Unidos na Coreia (USAMGIK), para recompensar e consolidar a lealdade dos proprietários que constituíam a sua clientela política. Os novos

3 APPELMANB, Roy E. 1961. *South to the Naktong. North to the Yalu*, p. 18.

4 Os Estados Unidos obtêm mandato da ONU para intervir na Coreia do Norte. O corpo expedicionário comandado por Washington é composto por soldados de 16 países. Como é que o Conselho de Segurança da ONU chega a esse ponto, se a China e a União Soviética são membros permanentes com direito de veto? Desde a exclusão da China do Conselho de Segurança e das Nações Unidas, depois da vitória da revolução chinesa, é o representante do regime anticomunista de Taiwan, dirigido pelo general Tchang Kai Chek, que obtém o direito de representar a China de 1949 a 1971. Kai Chek vota no Conselho de Segurança a favor da intervenção na Coreia. A União Soviética decidiu, no contexto da Guerra Fria, manter a política da cadeira vazia, não participando no Conselho de Segurança e, portanto, não podendo exercer o direito de veto contra a intervenção na Coreia.

5 O dado referente aos 100 000 mortos é retirado do livro de Gregory Henderson, na época diplomata na Coreia, *The Politics of the Vortex*, Harvard, 1968.

6 Antes de 1945, mais de 90% do investimento total na economia coreana, excluindo o investimento na agricultura, era da responsabilidade dos japoneses.

industriais prosperam, não devido aos seus próprios investimentos, porque quase não tinham capital próprio, mas graças às receitas dos impostos e, sobretudo, aos subsídios dos Estados Unidos, que a ditadura redistribuiu amplamente. Além disso, uma política protecionista rigorosa os coloca ao abrigo da concorrência estrangeira. Mais tarde, a ditadura de Park Chung Hee (1961-1979) criará complexos industriais e financeiros, os *chaebols*.

Primeira constatação: a burguesia coreana desenvolve-se à sombra do Estado, que a mantém sob sua tutela e a protege.

A ajuda externa proveniente dos Estados Unidos

Fato totalmente escamoteado pelo Banco Mundial: a Coreia não tomou nenhum empréstimo externo durante os 17 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial e depois apenas contraiu empréstimos de forma muito moderada até 1967.

Entre 1945 e 1961, a Coreia não pede empréstimos e não recebe qualquer tipo de investimento estrangeiro. Segundo os critérios do Banco e do pensamento neoclássico, tal situação é uma anomalia.

Em compensação, no mesmo período, a Coreia recebe sob a forma de doativo mais de 3,1 bilhões de dólares.⁷ Essa soma representa o total da ajuda externa recebida. Esse montante é de fato considerável: é o dobro do que foi recebido pelo trio Bélgica/Luxemburgo/Holanda durante o Plano Marshall, mais de um terço do que a França recebeu e 10% a mais do que a Grã-Bretanha obteve. Retomando a comparação do Capítulo 4 sobre um período mais longo, os donativos recebidos pela Coreia, entre 1945 e 1961, foram superiores ao total dos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial ao conjunto dos países em desenvolvimento que conquistaram a independência (não incluindo as colônias).

A partir de 1962, a Coreia contrai empréstimos, mas moderadamente. Entre 1962 e 1966, os donativos dos Estados Unidos eram ainda 70% do total do capital que tinha entrado no país, os empréstimos 28% e o investimento estrangeiro 2%. É apenas a partir de 1967 que as entradas de capital assumem principalmente a forma de empréstimos contraídos junto de bancos estrangeiros, sobretudo japoneses. O investimento estrangeiro só se torna importante a partir de finais dos anos oitenta, quando a Coreia já tinha sucesso a nível industrial.

Segunda constatação: a industrialização inicial da Coreia não dependeu de forma nenhuma de empréstimos externos e de investimento estrangeiro.

Reforma agrária e ação coercitiva do Estado sobre os camponeses

No fim da Segunda Guerra Mundial, a parte sul da Coreia era ainda uma re-

7 Mahn-Je Kim, "The Republic of Korea's successful Economic Development and the World Bank" in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 2: Perspectives*, Brookings Institution Press, Washington, D.C., p. 25. Ver também: *US Overseas Loans and Grants (Greenbook)*, <http://quesdb.edie.org/gbk/index.html>.

gião fundamentalmente agrícola. No início dos anos cinquenta, a população rural representava 75% da população total.

As autoridades militares da ocupação norte-americana levaram então a cabo uma reforma agrária radical para conter a influência comunista.⁸ As grandes propriedades fundiárias expropriadas – sem indenização no caso dos proprietários japoneses⁹ e com indenização no caso dos grandes proprietários coreanos – foram desmanteladas e grande parte dos camponeses se tornou proprietária de parcelas modestas de terra¹⁰ (a propriedade não podia ultrapassar três hectares por família¹¹). O Estado interveio de maneira ativa e repressiva. A renda que os camponeses pagavam aos grandes proprietários foi substituída por taxas e impostos a serem pagos ao Estado. De fato, o Estado apropria-se do excedente que anteriormente ficava na mão dos proprietários fundiários e impõe que os camponeses obtenham um determinado volume de produção em relação a certos produtos. Essa quantidade deve ser fornecida aos organismos estatais a um preço fixado pelas autoridades. O preço é muito baixo, sendo com frequência inferior ao custo de produção.¹² Estima-se que “o preço de compra do arroz, até 1961, não permitia que os camponeses cobrissem o custo total de produção e esses preços permaneceram inferiores ao preço de mercado até 1970. Até 1975, os gabinetes públicos de comercialização controlavam pelo menos 50% da quantidade de arroz colocada no mercado e esse montante atingia 90% para o caso dos cereais”.¹³

Em suma, em troca do acesso à terra, o campesinato coreano liberto dos grandes proprietários fundiários teve de trabalhar para o Estado.

Terceira constatação: o Estado interveio de maneira despótica, impondo uma reforma agrária radical baseada principalmente na expropriação, sem indenizar os grandes proprietários japoneses. A reforma agrária foi uma forma de puxar o tapete dos comunistas. Os camponeses foram sujeitos a fortes pressões por parte do Estado.

Utilização do excedente agrícola em proveito das cidades e da industrialização

O Estado, que fixa os preços de compra (para os camponeses) e de venda (para os consumidores), fornece os alimentos a preços subvencionados, portanto, baixos

8 “A reforma também eliminou o último problema em que a esquerda esperava apoiar-se para conseguir um apoio rural importante na Coreia” – Cole, David C. and Princeton N. Lyman. 1971. *Korean Development, The Interplay of Politics and Economics*, Cambridge, Harvard University Press, p. 21, citado por Krueger, Anne O. 1979, p. 21.

9 Os japoneses possuíam 40% das terras cultivadas.

10 O mesmo tipo de reforma foi aplicado em Taiwan.

11 KRUEGER, Anne O. 1979. *Studies in the modernization of the Republic of Korea: 1945-1975. The Development Role of the Foreign sector and Aid*, Council on East Asian Studies Harvard University, Cambridge, Massachusetts and London, England, p. 20. Ver também: Sarah Sugarman, *Land Rights and Establishing Desirable Production and Consumption Outcomes for Agricultural Households*, October 2, 2002. www.reed.edu/~sugarman/LandRights&desirable.pdf.

12 Para aumentarem os seus rendimentos, os camponeses fizeram crescer sobretudo a produtividade e o volume dos produtos cujos preços permaneciam livres (frutas, por exemplo).

13 Ver PEEMANS, Jean-Philippe. 2002. *Le développement des peuples face à la modernisation du monde*, Academia-Brylant/L'Harmattan, Louvain-la-Neuve/Paris, p. 373.

(a começar pelo arroz), aos setores sociais que considera estratégicos, principalmente à grande burocracia de Estado.

Além disso, proporcionar porções de arroz acessíveis à população urbana, principalmente ao proletariado industrial nascente, permitiu manter os custos salariais a um nível mínimo.

Se não bastasse, os impostos e taxas pagas pelos camponeses são utilizados pelo Estado para realizar investimentos em infraestruturas nos setores da comunicação, elétrico e industrial.

Como diz Jean-Philippe Peemans a propósito do esforço imposto aos camponeses: “Não se trata, de maneira nenhuma, de uma acumulação virtuosa baseada nas virtudes do mercado, mas de uma acumulação primitiva brutal, com base nos métodos mais repressivos, de modo a fabricar a ‘virtude’ pela força”.¹⁴

Quarta constatação: o Estado não permitiu o livre jogo das forças de mercado para fixar os preços, fixou-os de forma autoritária.

Quinta constatação: O Estado impõe uma carga fiscal muito pesada sobre os camponeses. Os neoliberais denunciam com frequência a “voracidade fiscal” do Estado. A Coreia do Sul representa um bom exemplo disso.

A utilização da ajuda financeira externa

Dois fontes principais alimentam os cofres do Estado coreano: as taxas e os impostos (principalmente provenientes dos camponeses) e a ajuda externa fornecida pelos Estados Unidos. Convém frisar que, até 1961, uma parte dessa ajuda é fornecida em espécie ao Governo de Seul, sendo constituída pelo excedente agrícola dos Estados Unidos (representando aproximadamente 40% da ajuda). É evidente que essa parte não entra nos cofres do Estado. O restante entra em *cash* nos cofres do Estado, sendo utilizado para pagar as importações provenientes dos Estados Unidos. Uma parte dessas importações é constituída por bens de equipamento, que servem a industrialização do país. 71% do investimento efetuado pelo Estado é financiado, até 1961, pela ajuda dos Estados Unidos.¹⁵ Convém também ter em conta uma parte não negligenciável da ajuda militar, que representa mais de 1,5 bilhão de dólares.¹⁶ Uma grande parte serviu para a construção de estradas, de pontes e de outras infraestruturas utilizadas para a produção industrial. Enfim, é preciso acrescentar que as encomendas do corpo expedicionário norte-americano no Vietnã, no início dos anos sessenta, representavam 20% das exportações sul-coreanas.

Sexta constatação: a Coreia do Sul beneficiou de uma ajuda externa massiva por

¹⁴ Ver PEEMANS, Jean-Philippe. 2002, p. 374.

¹⁵ Bank of Korea, National Accounts (1987), citado por Mahn-Je Kim, “The Republic of Korea’s successful Economic Development and the World Bank”, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 2: Perspectives*, Brookings Institution Press, Washington, D.C., p. 25.

¹⁶ Segundo Mahn-Je Kim, entre 1953 e 1961 a ajuda militar dos Estados Unidos, sob a forma de donativos, alcançou 1561 milhões de dólares. Segundo a US Overseas Loans and Grants (Greenbook), <http://quesdb.cdie.org/gbk/index.html>, esse montante atingiu 1785 milhões dólares.

parte dos Estados Unidos. Somente alguns países receberam tratamento similar: Taiwan, em particular, e Israel.

Industrialização por substituição de importações

O desenvolvimento industrial dos anos 1950 foi essencialmente organizado em torno da produção de bens com vista à substituição de importações, para satisfazer o mercado interno, principalmente agroalimentar e têxtil. Esses dois setores representavam 55% da produção industrial em 1955. A indústria estava organizada em torno da transformação de algodão, da produção açucareira e da farinha de arroz. O setor manufatureiro representava apenas 10% do PNB em 1955.

Sétima constatação: a Coreia adotou uma política industrial baseada na substituição de importações nos anos 1950, que foi reforçada nos anos 1960.

A política econômica da ditadura militar de Park Chung Hee (1961-1979)¹⁷

A ditadura corrompida de Syngman Rhee foi deposta pela revolta urbana iniciada pelos estudantes em abril de 1960. Uma forte corrente defensora da centralização política surge rapidamente no seio das massas urbanas, mobilizadas sob a palavra de ordem “unificação pacífica de toda a Coreia”, lançada e divulgada pelo movimento estudantil.

O golpe de Estado do general Park Chung Hee põe um ponto final nas mobilizações dá início a uma ditadura militar. Essa ditadura reforça ainda mais a intervenção do Estado na economia. O novo regime nacionaliza o sistema financeiro (do maior banco à menor companhia de seguros), fazendo dele o braço secular da intervenção do estado na economia.

A partir de 1962, o financiamento externo evolui progressivamente, porém os donativos continuam a ser a fonte principal até 1966. Os Estados Unidos incentivam a Coreia a reatar relações econômicas com o Japão. O Japão assina um acordo de 10 anos (1965-1975), que prevê uma ajuda econômica de 500 milhões de dólares, sendo 300 milhões sob a forma de donativos.

A Coreia contrai o primeiro empréstimo junto do Banco Mundial em 1962 e assina um primeiro acordo com o FMI em 1965 (sob pressão dos Estados Unidos). A vontade da ditadura coreana colaborar com o Banco baseia-se mais em objetivos políticos do que em objetivos econômicos. A posteriori, Mahn-Je Kim, que foi vice-primeiro-ministro, ministro das Finanças e ministro do Planejamento econômico, sob a ditadura de Chun Doo Hwan, nos anos 1980,¹⁸ e que se tornou em seguida presidente de uma empresa siderúrgica (POSCO), regozija-se com as boas

17 Para uma análise do regime de Park Chung Hee, ver principalmente Paik Nak-chung, discurso de abertura da Conferência Internacional de Estudos Coreanos proferido na Universidade de Wollongong, Austrália, 10-13 de novembro de 2004, sobre o tema “A era Park: uma nova avaliação após 25 anos”. A conferência de Paik Nak-chung está disponível em francês, em inglês e em coreano: http://www.korea-is-one.org/article.php?id_article=2291. Ver também o site da editora Changbi: <http://www.changbi.com/english/html/intro.asp>. Paik Nak-chung, diretor da editora coreana Changbi, foi vítima da repressão durante a ditadura de Park. A Changbi foi encerrada no decorrer da ditadura do general Chun Doo Hwan, de 1980 a 1987.

18 Também ocupou funções ministeriais nos anos noventa durante a presidência de Kim Young Sam.

relações estabelecidas com o Banco Mundial e faz um balanço positivo do regime militar. Escreve sem rodeios que o Banco ajudou o ditador Park a obter apoio a nível internacional e nacional: “O reconhecimento do Banco – a maior autoridade mundial entre as organizações internacionais de desenvolvimento – influenciou positivamente as relações internacionais da Coreia, porém foi ainda mais importante a nível nacional. Esse reconhecimento justificou totalmente a existência de um governo ditatorial perante a opinião pública coreana, porque estava ao serviço do desenvolvimento econômico”¹⁹. Não podia ser mais óbvia a cumplicidade do Banco Mundial com a ditadura.

O general Park Chung Hee tenta ganhar alguma autonomia em relação a Washington em termos de política económica. O recurso a empréstimos do Banco Mundial, a partir de 1962, e, a partir de 1967, sobretudo de bancos estrangeiros privados, faz parte da vontade de diminuir progressivamente a dependência da Coreia em relação aos Estados Unidos. Isso também interessa a Washington, que toma medidas para limitar a saída de dólares dos Estados Unidos a partir de 1963.

Oitava constatação: o Banco Mundial apoiou a ditadura Park Chung Hee, que utilizou esse apoio para fins externos e internos a fim de consolidar a sua posição.

O general Park Chung Hee implementa uma política de industrialização acelerada, subordinada a uma planificação autoritária. O primeiro plano quinquenal foi lançado em 1962. A Coreia exerce um protecionismo rigoroso tanto em termos de produção agrícola (proibição de importação de arroz) como a nível industrial. Na primeira metade da década de 1990, a Coreia já possuía indústrias leves, que abasteciam o mercado interno e conquistam parte do mercado externo. Trata-se essencialmente de produtos fabricados por indústrias que utilizam mão de obra barata, que transforma ou monta bens importados. A ditadura quis modificar a situação radicalmente, consolidando a industrialização. Ela primeiro reforça o modelo de industrialização por substituição de importações. A Coreia tenta produzir o que importava. Para isso, a partir de finais da década de sessenta, dota-se de uma indústria pesada para a produção de aço e de bens de capital (máquinas-ferramentas, cadeias de montagem, turbinas), bem como de uma indústria petroquímica. O regime de Park não para por aí, pretende também orientar a produção para a exportação.

O Estado favorece o desenvolvimento dos *chaebols*, grandes grupos empresariais criados a partir de um número limitado de empresas privadas selecionadas por Park e que constituem a pedra fundamental da nova indústria.

Esses chaebols são conhecidos hoje no mundo inteiro: Samsung, Hyundai,

¹⁹ Mahn-Je Kim, “The Republic of Korea’s successful Economic Development and the World Bank”, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 2: Perspectives*, Brookings Institution Press, Washington, D.C., p. 46.

Lucky Goldstar, Daewoo²⁰, Kia, etc. Os *chaebols* se beneficiaram, ano após ano, de apoios financeiros consideráveis e praticamente gratuitos por parte do Estado. Os empréstimos efetuados (a taxas de mercado) pelo regime ou pelos seus bancos, na maioria com bancos americanos, antes que o Japão assumisse a liderança na década de setenta, constituíram, para os *chaebols*, fontes quase inesgotáveis, a taxas de juro que desafiavam qualquer concorrência, por vezes a fundo perdido. Além disso, houve também as subvenções diretas do Estado, que na realidade conduziu a direção da economia através da criação de um Gabinete de Planificação econômica. O Estado dirigiu com mão de ferro todas as opções de desenvolvimento feitas pelos *chaebols*.

Sucedem-se os planos quinquenais. No decorrer do primeiro plano quinquenal (1962-1966) é dada prioridade à produção de energia, aos fertilizantes, ao setor têxtil e cimenteiro. O segundo plano (1967-1971) dá prioridade às fibras sintéticas, à petroquímica e aos aparelhos elétricos. O terceiro plano (1972-1976) centra-se na siderurgia, nos equipamentos de transporte, eletrodomésticos e construção naval.

Nona constatação: o Estado planificou com mão de ferro o desenvolvimento econômico do país. De certa forma, foi o Estado que criou a classe capitalista coreana.

As reticências do Banco Mundial

Inicialmente, o Banco Mundial considerava que a vontade da Coreia de estabelecer uma indústria pesada era prematura²¹ e tentou, sem sucesso, dissuadir as autoridades desse objetivo. Face à insistência de Seul e preocupado em manter a sua influência no país, o Banco mudou de estratégia e apoiou a política de industrialização por substituição de importações. Nessa época, Robert McNamara assumiu a presidência do Banco (1968) e o seu economista-chefe, Hollis Chenery, não se opôs que os PED recorressem à substituição de importações.²²

Os argumentos dos coreanos eram os seguintes: 1) é preciso estabelecer uma indústria pesada (metalúrgica, petroquímica) e fabricar bens de capital para alimentar a nossa própria indústria leve, reduzir as importações e melhorar o balanço de pagamentos; 2) no mercado mundial, as nações concorrentes podem ganhar rapidamente a nossa parcela de mercado porque podem produzir os mesmos bens a custos mais baixos, utilizando mão de obra mais barata. Por isso, é preciso criar uma indústria pesada para diversificar as exportações, favorecendo produtos com maior valor agregado, incorporando em maior quantidade componentes fabrica-

20 Pierre Rousset descreveu, em 1984, a evolução fulgurante do grupo Daewoo: “Emprega diretamente 70 000 pessoas, embora tenha sido criado há apenas 17 anos a partir de uma pequena indústria têxtil. Devido ao apoio de Park Chung Hee, Kim Woochong criou um império a nível comercial, na construção naval, na construção civil, no setor automóvel, têxtil, financeiro, nas telecomunicações, no setor eletrónico e no vestuário. Em Pusan possui a maior fábrica têxtil do mundo e em Oskpo um estaleiro naval ultramoderno. Cria estaleiros consideráveis no Médio Oriente. Actualmente investe em semicondutores”. ROUSSET, Pierre. “La Corée du Sud, second Japon?”, in *Croissance des jeunes nations*, n.º 265, Paris, outubro, 1984.

21 Mahn-Je Kim, “The Republic of Korea’s successful Economic Development and the World Bank”, in KAPUR, ... p. 33.

22 Ver capítulo anterior “As Ideias do Banco em Matéria de Desenvolvimento”.

dos por nós. As outras nações terão mais dificuldade em concorrer nessas áreas; 3) para além do desenvolvimento da indústria pesada, será feito um grande esforço em matéria de tecnologia e um investimento crescente na educação superior e na pesquisa; 4) de início a indústria pesada não será competitiva face aos concorrentes estrangeiros, que teriam acesso ao mercado interno coreano, portanto é preciso proteger a indústria nascente e fechar as fronteiras aos concorrentes estrangeiros; 5) o Estado deve utilizar dinheiro público para financiar e controlar tudo isso.

Em meados da década de 1970, quando a Coreia conseguiu montar uma indústria pesada, o Banco Mundial voltou a ter dúvidas sobre a estratégia seguida. Considerava que a Coreia era muito ambiciosa e sugeria a redução do esforço feito no setor.²³ As suas recomendações não seriam seguidas pelas autoridades coreanas.

O exemplo mais espetacular dessa política foi o programa de desenvolvimento das indústrias pesadas de 1977-1979. Durante dois anos, 80% de todo o investimento do Estado foi consagrado a esse programa. O financiamento foi assegurado por um crescimento colossal do endividamento da economia, do Estado, dos bancos e das empresas privadas, mas também pelo congelamento de todos os fundos de pensões e pela utilização forçada de uma parte da poupança privada.²⁴

Mahn-Je Kim descreve em linguagem diplomática, e com certa ironia, a atitude dos economistas do Banco: “A flexibilidade dos economistas do Banco Mundial deve ser enfatizada. Eram economistas tipicamente neoclássicos, defensores do mercado, e contribuíram muito para convencer os representantes oficiais da Coreia acerca dos ideais da economia de mercado. Em geral, não eram economistas dogmáticos e sabiam bem harmonizar os princípios doutrinários com as restrições do mundo real”.²⁵ Mahn-Je Kim se refere ao período que vai até ao início dos anos oitenta.

Décima constatação: A Coreia do Sul recusou seguir as recomendações do Banco Mundial.

Transformações sociais de 1960 a 1980

A sociedade sul-coreana se transforma profundamente durante a ditadura de Park Chung Hee. A população urbana passa de 28%, em 1960, para 55%, em 1980. A população da capital Seul duplicou, entre 1954 e 1970, passando de 3 milhões para 6 milhões de habitantes. Em 1980 atinge quase 9 milhões. A estrutura da população ativa muda radicalmente. Em 1960, 63% da população trabalhava na agricultura, 11% na indústria mineral e 26% no setor dos serviços. Vinte anos mais tarde, as proporções alteram-se da seguinte forma: 34% na agricultura, 23% no setor industrial e mineral e 43% no setor de serviços. O país possui 600 mil

23 Mahn-Je Kim, “The Republic of Korea’s successful Economic Development and the World Bank”, in KAPUR, p. 35.

24 Ver *Lutte de Classe*, n.º 26, Março de 1997, “Corée du Sud – Du mytheique “miracle économique” aux traditions de lutte de la classe ouvrière”.

25 Mahn-Je Kim, “The Republic of Korea’s successful Economic Development and the World Bank” in KAPUR, p. 35.

trabalhadores na indústria em 1963, 1,3 milhão em 1973 e 3 milhões em 1980, dos quais metade são operários qualificados. São submetidos a um grau extremo de exploração: em 1980, o custo salarial do trabalhador coreano representa um décimo do custo de um trabalhador alemão, 50% do custo do trabalhador mexicano e 60% do custo do trabalhador brasileiro. Um dos ingredientes do milagre coreano é a super exploração de mão de obra industrial. A semana de trabalho coreana é a mais longa no mundo. Não há um salário-mínimo legal. Após o desmantelamento do Conselho Geral dos Sindicatos Coreanos (GCKTU), entre 1946 e 1948, os assalariados nunca mais tiveram direito a um sindicato sério. O regime de Syngman Rhee criou, em 1946, com o apoio dos Estados Unidos e da central sindical americana (AFL-CIO), a Federação Coreana de Sindicatos (FKTU), a única confederação sindical legal na Coreia do Sul até aos anos noventa. A FKTU é apenas uma correia de transmissão da ditadura e do patronato. A classe operária é amordaçada pelo menos até aos anos oitenta.

Além da classe operária industrial, surgem outros atores sociais. Há 100 mil engenheiros e 130 mil técnicos em 1980. A população universitária explode: há quase um milhão de estudantes universitários em 1980.

Décima primeira constatação: A estrutura social, entre 1960 e 1980, mudou profundamente, aproximando-se da estrutura dos países industrializados.

Décima segunda constatação: A ditadura impede a classe operária de formar sindicatos e a reprime fortemente. Um dos ingredientes do “milagre” coreano é a super exploração do trabalho.

Da ditadura de Park Chung Hee à de Chun Doo Hwan

Durante ditadura de Park, apesar da repressão, ocorrem com regularidade grandes movimentos de protesto, tendo aí os estudantes um papel preponderante. É o caso das grandes manifestações de 1965 contra a assinatura do tratado entre o Japão e a Coreia e, em 1972, contra a lei marcial e a proclamação da nova Constituição, que dá ao ditador o direito de permanecer no poder até morte.

As manifestações estudantis, duramente reprimidas em outubro de 1979 na cidade de Pusan, dão início a uma crise de regime, que termina com o assassinato de Park Chung Hee, em 26 de outubro. Park cai sob as balas do seu colaborador mais próximo, Kim Jae Kyu, na ocasião diretor da KCIA (agência central sul-coreana de informação). Uma grande manifestação estudantil em Pusan, em 16 de outubro, se transformou em confrontos com a polícia no dia seguinte. O governo de Park decretou de imediato o estado de sítio na cidade, enviando a ela uma divisão de infantaria. Apesar dessa medida, as manifestações estenderam-se a outras cidades, como Massan, uma cidade industrial onde se encontram diversas empresas exportadoras. Inúmeros operários aderiram às manifestações de rua e Park também declarou estado de sítio nessa cidade. Durante quatro dias de confrontos, 4.207 pessoas foram presas; as manifestações estudantis estenderam-se à capital

Seul²⁶ e o chefe da KCIA achou que ao desembaraçar-se de Park seria possível salvar a situação.

No dia seguinte à morte do general Park, o exército divide-se: há um setor que deixa antever uma certa “liberalização” do regime. As mobilizações continuam. No início de dezembro de 1979, a maior parte dos presos políticos é libertada (alguns cumpriam longas penas de prisão). Em 12 de dezembro há uma grande encenação: o major-general Chun Doo Hwan é bem-sucedido ao levar a cabo um golpe no interior do exército; prende o seu principal rival, o general Chingle, e fica com o controle total do exército. As mobilizações prosseguem e, em 14 de abril de 1980, Chun Doo Hwan é nomeado diretor da KCIA, mantendo-se como chefe do exército. As mobilizações continuam.

A volta à ditadura militar acontece 18 de maio de 1980. É levada a cabo uma repressão brutal: todos os dirigentes da oposição são presos. A situação provoca grandes explosões sociais, sendo o ponto alto a insurreição urbana de Kwangju.

Imediatamente após a proclamação da nova lei marcial, em 18 de maio de 1980, milhares de estudantes da Universidade de Chonam, em Kwangju, saem à rua. Regimentos de paraquedistas são enviados e assassinam diversos manifestantes à baioneta; entre eles havia jovens mulheres. No dia seguinte, mais de 50 mil pessoas começam a fazer frente aos soldados. No decorrer dos combates mais de 260 pessoas foram mortas. Depois de quatro dias de luta violenta, o número de insurgentes alcançou os 200 mil numa cidade de aproximadamente 750 mil habitantes. Os insurgentes conseguem, por fim, controlar totalmente a cidade. As estações de rádio são incendiadas por manifestantes revoltados pelo fato de nenhuma notícia ter sido dada sobre o conflito, devido à censura imposta pela lei marcial. Os insurgentes apoderam-se das armas abandonadas pelas tropas e organizam-se em Comitês de controle e de administração da cidade. Em 23 de maio, é a província de Cholla, no sul da Coreia, que fica totalmente nas mãos dos estudantes e da população insurgente. Os estudantes de Kwangju apoderam-se de ônibus, caminhões e de armas; conquistam cidade após cidade, permitindo assim a expansão do movimento. Enquanto novas tropas governamentais se aproximam de Kwangju, os manifestantes constituem um Comitê de crise para negociar com as autoridades encarregues de impor a lei marcial. Exigem que as autoridades peçam desculpa ao povo de Kwangju pelas atrocidades cometidas, que paguem indenizações pelos feridos e mortos, que não exerçam represálias após o sucedido, que os chefes militares não retirem as tropas antes de entrar em vigor um novo regulamento. Apesar das negociações, as tropas, aproximadamente 17 mil homens, tomam de assalto a cidade na madrugada do dia 27 de maio e a ocupam. O número de mortos, do lado dos estudantes e dos habitantes da cidade, ultrapassa as cen-

26 Ver Jun Yasaki, “La crise du régime sud-coréen et le soulèvement de Kwangju”, in *Inprecor* n.º 80, 26 de junho de 1980, p. 25.

tenas.²⁷ A repressão ocorreu com a cumplicidade do exército americano e de Washington.²⁸ Nos meses subsequentes, a repressão atingiu todo o país. Segundo um relatório oficial, datado de 9 de fevereiro de 1981, mais de 57 mil pessoas foram presas durante a “Campanha de purificação social”, realizada a partir do verão de 1980. Entre essas, aproximadamente 39 mil foram enviadas para campos militares para serem sujeitas a “uma reeducação física e psicológica”.²⁹ Em fevereiro de 1981, o ditador Chun Doo Hwan foi recebido na Casa Branca pelo novo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.³⁰

Décima terceira constatação: Um movimento social forte, tendo à frente estudantes, enfrenta a ditadura. Após o assassinato de Park (em outubro de 1979) e um curto interregno democrático, uma nova ditadura feroz instala-se e inicia uma repressão sangrenta, em maio de 1980, sustentada por Washington e Tóquio.

Washington permitiu os massacres de maio de 1980

As forças armadas da República da Coreia foram colocadas sob o comando conjunto americano-coreano e este sob controle do comandante-em-chefe das forças norte-americanas na Coreia do Sul. Apenas o comando da guarnição da capital e um setor dos paraquedistas, colocados sob a autoridade direta do presidente, escapam dessa regra. A maior parte das forças armadas da República da Coreia não pode ser mobilizado sem a permissão do comandante-em-chefe das forças dos Estados Unidos. Quando da revolta de Kwangju, em maio de 1980, as tropas da guarnição da capital foram utilizadas para manter a ordem em Seul e as unidades de paraquedistas foram enviadas para Kwangju. Se, nesse momento, tivesse havido novas revoltas – de amplitude igual ou superior à revolta de Kwangju –, o Governo não lhes poderia ter feito frente: não tinha forças de reserva sob sua tutela direta.

É por isso que o Governo dos Estados Unidos, em resposta a uma solicitação do governo sul-coreano, colocou rapidamente uma parte das tropas à disposição do comando conjunto. O envio para Kwangju da 31ª Divisão, em 19 de maio, só foi possível por essa razão. Além disso, no momento do ataque final, quatro regimentos – 7.800 homens – foram retirados do comando conjunto para serem enviados para Kwangju. Mais, o porta-aviões americano *Coral Sea*, que estava a caminho do Oriente Médio, recebeu ordens para rumar em direção à península coreana.

Quando os estudantes de Kwangju enviaram uma mensagem desesperada

27 Os números relativos à perda de vidas humanas, do lado dos manifestantes, variam muito. A estimativa mais conservadora feita pelas autoridades coreanas refere 240 mortos. Outras fontes falam de 1000 a 2000 mil mortos. O *New York Times*, na edição de 28 de maio de 1980, afirma que cinquenta pára-quedistas foram mortos num só combate (ver Kim Chang Soo, “Le Soulèvement de Kwangju”, in *Inprecor*, n.º 97, 16 de março de 1981, p. 35-39).

28 Jun Yasaki, “La crise du régime sud-coréen et le soulèvement de Kwangju”, in *Inprecor* n.º 80, 26 de junho de 1980, p. 25, e Kim Chang Soo, “Le Soulèvement de Kwangju”, in *Inprecor* n.º 97, 16 de março 1981, p. 35-39.

29 Kim Chang Soo, “Le Soulèvement de Kwangju”, in *Inprecor* n.º 97, 16 de março de 1981, p. 35.

30 Ronald Reagan presidiu aos Estados Unidos de 1981 a 1988.

ao presidente Jimmy Carter³¹ para lhe solicitarem que intervisse em defesa dos seus direitos, os Estados Unidos ignoraram o pedido sob pretexto “de que não tinha sido transmitido através dos canais oficiais”. Mas o que são os “canais oficiais” no caso de uma cidade sitiada? O *Washington Post*, na edição de 1 de junho de 1980, informa que um importante funcionário americano declarou: “Não é uma questão de direitos humanos. É uma questão de interesse nacional dos Estados Unidos, no que diz respeito à realização e manutenção da estabilidade no Nordeste da Ásia”.

Deve-se sublinhar que o Governo japonês também se alinhou ao lado de Chun Doo Hwan contra o povo coreano.

A política econômica do ditador Chun Doo Hwan (1980-1987)

Depois do assassinato do ditador Park Chung Hee, em 1979, e da ditadura do general Chun Doo Hwan se instalar no poder, a orientação econômica não mudou substancialmente. A Coreia, que se endividara muito nos anos 1970 junto aos bancos estrangeiros e, sobretudo, a taxas variáveis, sofre mais duramente do que os outros PED o choque provocado pela alta brutal das taxas de juro. Em 1983, a Coreia do Sul surge em quarto lugar na lista dos países mais endividados em números absolutos. Fica apenas atrás do Brasil (98 bilhões de dólares), do México (93 bilhões) e da Argentina (45 bilhões). No entanto, mais uma vez a sua posição geoestratégica permite-lhe um tratamento diferenciado em relação aos outros países em desenvolvimento. O Japão vai ao seu socorro, concedendo-lhe 3 bilhões de dólares (a título de reparações de guerra), utilizados para manter o reembolso da dívida aos banqueiros japoneses. Isso evita ter de apelar ao FMI e vergar-se perante condições draconianas.³² Por outro lado, o Governo japonês evita a falência de alguns dos seus bancos e obtém da Coreia do Sul maiores facilidades de investimento.

Décima quarta constatação: Ao contrário da versão do Banco Mundial, recorrer maciçamente ao endividamento externo junto a bancos privados não foi muito oneroso para a Coreia do Sul. Se não possuísse uma posição geoestratégica de primeira importância aos olhos dos Estados Unidos e do Japão, teria tido a mesma sorte de países como a Argentina, o Brasil e o México, que tiveram de se submeter às condições do FMI. Como veremos em seguida, a Coreia do Sul pôde prosseguir numa via de desenvolvimento parcialmente independente até aos anos noventa.

31 Jimmy Carter presidiu aos Estados Unidos entre 1977 e 1980. Ao longo do seu mandato diversos aliados caem ou são desestabilizados: o xá foge em fevereiro de 1979 durante uma revolta popular, o ditador Anastasio Somoza é deposto em julho de 1979 pela revolução sandinista, a ditadura coreana é desestabilizada de outubro de 1979 a maio de 1980. Começava a ser de mais e era preciso manter esse aliado estratégico a qualquer custo. No entanto, Jimmy Carter era considerado o paladino dos direitos humanos na política internacional.

32 “A Coreia do Sul teve também uma ajuda especial do Japão sob o título formal de reparações de guerra. O fato de o tratado do pós-guerra se ter tornado letra morta, durante vários anos, não afetou nenhuma das partes. O Governo japonês sabia muito bem que, concedendo três bilhões de dólares para ajudar a Coreia a pagar a sua elevada dívida externa, estava a favorecer, a longo prazo, os interesses de diversas empresas japonesas com investimentos e *joint ventures* na Coreia. Enquanto a crise da dívida alastrava, o Governo coreano nunca teve de negociar com banqueiros estrangeiros ou com o FMI”, in STRANGE Susan, *Rival States, Rival Firms, Competition for World Trade Shares*, CSRI, 1991, p. 46.

A Coreia foi também afetada pelo segundo choque petrolífero de 1979 (alta dos preços de petróleo provocada pela revolução iraniana e a deposição do xá), mas absorveu o golpe. O controle autoritário da economia foi mantido: o Governo impôs às indústrias a produção de determinados produtos em vez de outros. Decidiu reestruturar a indústria de produção de veículos de transporte e encarregou dois *chaebols* de produzirem automóveis.

O Banco Mundial opôs-se a essa orientação e recomendou que a Coreia abandonasse a produção de veículos acabados, concentrando-se na produção de peças avulsas destinadas à exportação. O Banco explicou que os veículos coreanos não seriam vendidos.

As autoridades coreanas mantiveram o rumo: em meados dos anos 1980, a empresa coreana Hyundai (controlada 100% por capitais privados coreanos, apoiada pelos poderes públicos) consegue exportar os seus veículos para os Estados Unidos e conquistar parcelas substanciais de mercado!

Nessa época, o Banco tinha definitivamente virado a página das concessões feitas ao modelo de industrialização por substituição de importações. Em 1981, durante a administração Reagan, os últimos economistas favoráveis à intervenção do Estado são substituídos por neoliberais puros e duros, sendo Anne Krueger a economista-chefe. Alguns anos antes, Krueger tinha escrito um livro sobre a Coreia para mostrar a superioridade da substituição de exportações sobre a substituição de importações.³³ A vontade de Seul de produzir automóveis para exportação constituía uma manobra agressiva de substituição de exportações e, em princípio, deveria ser muito apoiada pelo Banco. Não é o caso porque a decisão de Seul ameaça a indústria automobilística dos Estados Unidos. O limite da grande flexibilidade dos economistas do Banco é de imediato alcançado quando os interesses dos Estados Unidos estão em jogo.

Décima quinta constatação: o regime de Chun Doo Hwan mais uma vez recusou seguir as recomendações do Banco Mundial e ganhou a sua aposta contra o Banco. No entanto, o Banco manteve o seu apoio à ditadura, porque queria influenciá-la a qualquer preço. Por sua vez, os Estados Unidos começaram a desconfiar do apetite das empresas sul-coreanas.

A caminho do fim da ditadura de Chun Doo Hwan (1980-1987)

Em 1979-1980, os operários tentaram constituir sindicatos em muitas empresas. O objetivo era a formação de sindicatos “independentes”, desafiando abertamente a política de colaboração da direção da FKTU, em que todos são obrigados a filiar-se por imposição da lei. Na sequência da repressão lançada por Chun Doo Hwan, uma centena de secções locais da FKTU é dissolvida, 191 operários contra-

³³ KRUEGER, Anne O. 1979. *The Development Role of the Foreign sector and Aid*, Council on East Asian Studies Harvard University, Cambridge, Massachusetts and London, England, 256 p.

tados são despedidos e alguns são enviados para a prisão.

Nesse movimento de criação de sindicatos independentes, a força motriz foi personalizada pelos jovens, operários ou estudantes contestatários, que escolheram ingressar em fábricas para prosseguirem a luta política iniciada na universidade.

O movimento estudantil começou a autonomizar-se em 1983-1984 e passou tanto por um processo de radicalização como por uma politização profunda. Desde o início de 1986 até maio, 166 mil estudantes participaram de manifestações.³⁴ A importância do movimento nas universidades³⁵ reflete-se no fato dos estudantes serem a grande maioria dos presos políticos (dos 1.300 presos políticos, 800 eram estudantes).

Nas fábricas, os operários retomaram o combate a partir de 1985. Pela primeira vez, uma greve importante é convocada num *chaebol*, na empresa Daewoo Motors. A greve teve grande sucesso e um novo sindicato independente foi criado.

Em 12 de fevereiro de 1986, foi lançada, em Seul uma campanha de assinaturas pelo Novo Partido Democrático da Coreia (NKDP) para alterar a Constituição (o objetivo era instituir a eleição direta do presidente, em vez da eleição por um colégio eleitoral). Uma série de protestos, nos meses seguintes, mobilizou dezenas de milhares de manifestantes nas principais cidades do país. Os estudantes participaram de forma autônoma no movimento democrático, com palavras de ordem radicais, tais como “Abaixo a ditadura militar”, “Contra a presença de 40 mil soldados americanos no país” e por uma “Constituição popular”.

Em 29 de setembro de 1986, o regime cerca Seul com 50 mil policiais para impedir as manifestações do NKPD. É aplicada a força do estado contra a oposição, mas essa política fracassa porque as reivindicações democráticas são transversais a todas as camadas sociais. As negociações entre a oposição e a ditadura sobre os procedimentos eleitorais não chegam a um acordo. O Governo fica fragilizado após o assassinato de um estudante numa delegacia. Nesse momento, todas as forças de oposição, inclusive a nova coligação que surge da cisão do NKPD, convocam uma manifestação para 10 de junho de 1987. Na véspera, a polícia havia interpellado três mil pessoas, colocado em prisão domiciliar 140 dirigentes da oposição e deslocado dezenas de milhares de policiais. De nada adiantou: em 10 de junho de 1987 e nos dias seguintes, os protestos estenderam-se a todo o país. Os confrontos atingiram um tal nível que o regime começou a recuar: a eleição direta do presidente é instituída.³⁶ Dessa vez, Washington acabou por pressionar para que a ditadura fizesse concessões.

Nas fábricas, o movimento não se limitava à questão eleitoral.

34 Dados divulgados por Kang Min Chang, chefe da polícia nacional. Citado em *Korea Communiqué Bulletin*, número especial, julho de 1986.

35 Por exemplo, a ocupação do *campus* de Konkuk, em 31 de outubro de 1986.

36 David Cameron, “La classe ouvrière prend la relève”, in *Inprecor*, n.º 248, 7 de setembro de 1987, Paris, p. 4-5.

Os trabalhadores sul-coreanos aproveitaram a brecha aberta pela vitória do movimento de massas, em junho de 1987, em que os estudantes foram ponta de lança.

No verão de 1987, a Coreia do Sul é varrida por uma onda de greves sem precedentes. Entre 17 de julho e 25 de agosto, contabilizaram-se 1 064 conflitos laborais³⁷, contra uma média anual de 200 conflitos durante os dez anos precedentes.³⁸ Todos os setores da economia foram afetados, inclusive os *chaebols* (24 mil operários do estaleiro naval da Hyundai, 15 mil trabalhadores das minas de carvão, etc.). As lutas eram marcadas por uma forte combatividade: ocupação de empresas e até de locais de direção, bloqueio das vias férreas e de estações, recusa da tática patronal do *lockout*... Os conflitos levaram a aumentos salariais significativos e ao reconhecimento de sindicatos independentes e democráticos.

Em 1988, existiam já 2 799 sindicatos democráticos. Em 1989, esse número ultrapassavam os sete mil. Em janeiro de 1990, fundou-se o Congresso de Sindicatos Coreanos (KCTU), que se transformaria, anos mais tarde, na Confederação dos Sindicatos Coreanos. No entanto, até ao ano 2000, a criação de uma confederação sindical era um ato ilegal.

No plano político, em 1988 realizaram-se, pela primeira vez, eleições diretas na Coreia. Mas a oposição estava dividida e apresentou três candidatos diferentes, “os três Kim”: Kim Youngsam, Kim Daejung e Kim Jongpil. O general Roh Taewoo foi eleito, apoiado pelo então presidente, ao lado de quem tinha estado durante o golpe de 1979 e durante o massacre de Kwangju em maio de 1980.

Décima sexta constatação: Pressionada por todos os lados por movimentos de contestação, num contexto em que uma classe operária jovem e combativa estava em ascensão, a ditadura fez concessões à oposição e organizou as primeiras eleições livres. Washington acabou por pressionar nesse sentido. Face à divisão da oposição, o candidato da ditadura ganhou as eleições, mas a luta aumentou nas fábricas.

A reviravolta nos anos 1990

A partir dos anos 1980 e até meados dos anos 1990, a Coreia acumula sucessos em termos de produção industrial: da construção de tratores a produtos de informática, passando pelos estaleiros navais (a Coreia torna-se, nos anos oitenta, a segunda construtora mundial de navios, atrás apenas do Japão). A Coreia consegue concorrer com as multinacionais norte-americanas e europeias em diversos setores.

Durante o mesmo período, a China torna-se um parceiro de Washington, deixando de apoiar os movimentos que, em diversos países, ameaçavam a estabilida-

37 Dados do Ministério do Trabalho, citados pelo *International Herald Tribune*, na sua edição de 26 agosto de 1987.

38 “De julho a setembro de 1987, o número de greves é de 3372”, Hermann Dirkes, “Le nouveau mouvement syndical”, in *Inprecor*, n.º 281, 6 de fevereiro de 1989.

de dos aliados dos Estados Unidos, e entra no Banco Mundial em 1980. Por outro lado, Moscou, sob a presidência de Gorbatchov, assina acordos geoestratégicos, no final dos anos 1980, com Washington; o muro de Berlim cai em 1989 e a URSS implode em 1992. A Guerra Fria chega ao fim.

A situação político-militar, a nível internacional, herdada da Segunda Guerra Mundial, da vitória da Revolução Chinesa de 1949 e da Guerra da Coreia de 1950-1953, muda profundamente. Washington considera que a partir desse momento é melhor não teimar em sustentar ditaduras que vivem confrontadas com poderosos movimentos sociais de oposição. Perante movimentos dispostos a irem até as últimas consequências, é melhor ceder (como em 1987) e salvar o fundamental: as relações privilegiadas com o regime que substituiu a ditadura. Além disso, é mais eficaz ter um governo democrático para aplicar a agenda neoliberal, porque isso evita ter de enfrentar a união entre a oposição democrática e os movimentos sociais que se opõem ao neoliberalismo.

Em 1992, na sequência da fusão do partido no poder com os dois partidos da oposição, Kim Youngsam, antigo opositor moderado, é eleito com o apoio de Roh Taewoo. Kim Youngsam é o primeiro presidente civil após de 32 anos. No entanto, ele depende do apoio dos militares e se alinha, de forma determinada, a Washington.³⁹ Enfim, a sua agenda é claramente neoliberal.

A Coreia ocupa hoje uma posição militar estratégica, porém os Estados Unidos, que mantêm 37 mil soldados no país, consideram não ser necessário dar tanto espaço de manobra ao apetite económico da Coreia do Sul. É preciso dimensionar modestamente as suas pretensões. Washington pressiona a Coreia e utiliza diversos instrumentos diferentes, entre os quais proteções tarifárias nos Estados Unidos contra produtos coreanos. Pede à Coreia que siga as recomendações do Banco Mundial e do FMI e obtém um ganho parcial. O relatório da missão enviada à Coreia pelo FMI, em novembro de 1996, e as atas de um debate entre dirigentes do FMI provam isso mesmo. Eis alguns extratos:

1) *Sobre a supressão das barreiras alfandegárias e de outras formas de limitar as importações:* “A partir de 1994, as autoridades desmantelaram progressivamente os obstáculos à importação e reduziram as tarifas alfandegárias conforme estabelecido nos Acordos da Rodada Uruguai.⁴⁰ A concessão de licenças para importação passa a ser, a partir desse momento, automática, salvo para um pequeno número de produtos que podem ameaçar a saúde ou a segurança pública”⁴¹.

39 Em outubro de 1995, explode na Coreia o maior escândalo que o país conheceu desde o fim da Segunda Guerra Mundial, envolvendo três presidentes sucessivamente. Sob a acusação de um parlamentar da oposição, o ex-presidente da República Roh Taewoo (1987-1993) foi preso por ter recebido 369 milhões de dólares de suborno. O seu antecessor Chun Doo-hwan (1980-1987) tem o mesmo destino. Kim Youngsam encontra-se numa situação embaraçosa: de fato foi eleito graças ao apoio de Roh Taewoo. Reconheceu ter recebido dinheiro durante a sua campanha. O setor industrial não fica de fora: a maior parte dos *chaebols* são, de um modo ou de outro, afetados por esse escândalo.

40 A última ronda de negociações do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) foi denominada ronda do Uruguai. A OMC substituiu o GATT a partir de 1995. O GATT foi criado em 1948 após o fracasso da Organização Internacional do Comércio (criada no papel em 1947 pelos Estados Unidos, na Conferência de Havana).

41 Fundo Monetário Internacional. 1997. *Annual Report 1997*, Washington, D. C., p. 60.

2) *Sobre as privatizações*: “Ao longo dos dez primeiros anos, as autoridades aplicaram parcialmente dois programas de privatização de empresas públicas. O programa posto em prática em dezembro de 1993 previa, durante o período 1994-1998, a privatização de 58 das 113 empresas públicas. Em meados de 1996, 16 empresas tinham sido privatizadas”.⁴²

3) *Sobre a liberalização dos movimentos de capitais*: “os administradores do FMI congratularam-se com a liberalização recente dos movimentos de capitais. Embora alguns administradores tenham subscrito um processo progressivo nessa área, outros consideram que uma liberalização rápida e integral oferecia inúmeras vantagens na fase de desenvolvimento econômico em que a Coreia se encontrava”.

Décima sétima constatação: A partir da segunda metade dos anos 1980, num contexto de fim da Guerra Fria, Washington modificou progressivamente a sua política em relação às ditaduras aliadas. Essa reviravolta ocorreu no Brasil na segunda metade dos anos oitenta, nas Filipinas em 1986, na Coreia do Sul em 1987; aconteceu também na década seguinte na África do Sul em 1994, na Indonésia em 1998, e progressivamente no Chile. Do ponto de vista dos Estados Unidos, o balanço foi positivo, sendo os seus interesses essenciais salvaguardados. De fato, o que teria acontecido com os Estados Unidos se tivessem teimado em apoiar todas as ditaduras aliadas, que estavam sob pressão dos movimentos populares? Essa reviravolta não foi geral. Em relação aos países árabes, Washington manteve o seu apoio às ditaduras, começando pela Arábia Saudita.

A crise econômica asiática de 1997 e suas consequências

Entre 1990 e 1996, os trabalhadores sul-coreanos conseguiram através das suas lutas um aumento real de 66% do salário.⁴³ Impressionante. A agenda neoliberal esbarra na Coreia do Sul, como em todas as partes, contra a resistência dos trabalhadores. Em dezembro de 1996, foi convocada a primeira greve geral no país desde 1948. Os trabalhadores opõem-se a uma reforma do código do trabalho, que facilitaria as demissões. Após 24 dias de greve, obtiveram uma vitória: a reforma do código do trabalho é abandonada e a KCTU sai fortalecida do episódio.

As vitórias importantes dos trabalhadores são postas em questão pela crise que ocorre em 1997. O patronato consegue a sua vingança.

Além disso, o que os Estados Unidos e as outras potências industriais conseguiram obter através das negociações até 1996 foi potenciado pela crise de 1997, provocada por uma onda especulativa de ataques contra as moedas do Sudeste Asiático e da Coreia. Essa especulação foi facilitada pelas medidas de liberalização de movimentos de capitais mencionadas acima. Essa crise, originada nos países do Sudeste Asiático (a Tailândia é a primeira a sofrer) afeta brutalmente a Coreia do

⁴² Idem, p. 61.

⁴³ CNUCED, 2000c, p. 65-66, citado por Éric Toussaint, 2004. *La Finance contre les Peuples*, cap. 17, p. 477.

Sul a partir de novembro de 1997. Entre novembro de 1997 e 8 de janeiro de 1998, a moeda coreana, o Won, desvaloriza-se 96,5% em relação ao dólar americano. Em dezembro de 1997, o Governo de Seul submete-se às condições impostas pelo FMI (a Malásia recusou fazer o mesmo).⁴⁴

Uma verdadeira reestruturação é posta em prática: encerramento de inúmeros estabelecimentos financeiros, demissões em massa, autonomia do banco central em relação ao Governo, aumento brutal das taxas de juro (o que empurra a indústria local e os trabalhadores para a recessão), abandono de grandes projetos de investimento, desmantelamento de alguns grandes grupos coreanos (os chaebols), venda de determinadas empresas às multinacionais de países mais industrializados; modificação do código do trabalho coreano, que tinha sido abandonada após a greve geral de janeiro de 1996. Essa modificação permitiu demissões em massa. A cura neoliberal imposta à Coreia é radical. O país entra numa recessão profunda (queda de 7% do PIB em 1998).

Todos os empréstimos concedidos pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelos bancos privados incluem um prêmio de risco. Portanto, essas instituições colhem frutos extremamente rentáveis no momento do reembolso. Dezenas de bilhões de dólares emprestados à Coreia são utilizados imediatamente para capitalizar os bancos. Todos os participantes do plano de “resgate” são reembolsados graças ao rendimento das exportações e aos cortes da despesa pública. Uma parte crescente das receitas fiscais serviu para pagar a dívida externa. A dívida pública da Coreia cresceu de maneira espetacular devido ao fato de o Estado assumir as dívidas das empresas privadas. A dívida pública, que representava 12% do produto interno bruto antes da crise, quase duplicou em percentagem, passando para 22,2% em finais de 1999.

O aumento da dívida pública serve de pretexto para mais cortes nas despesas sociais e para aprofundar ainda mais o programa de privatizações e de abertura a capital estrangeiro.

As medidas impostas visavam impor também uma derrota aos trabalhadores coreanos, cujas organizações tinham sido fortalecidas nos anos anteriores. Após a crise, em 1998, o salário real coreano baixou 4,9%.

Do mesmo modo, o aprofundamento das medidas de abertura comercial atingiu profundamente os camponeses sul-coreanos, que aumentam as formas de resistência no país e passam a enviar com regularidade delegações de manifestantes ao estrangeiro, quando ocorrem reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC): Cancún em setembro de 2003 e Hong Kong em dezembro de 2005.

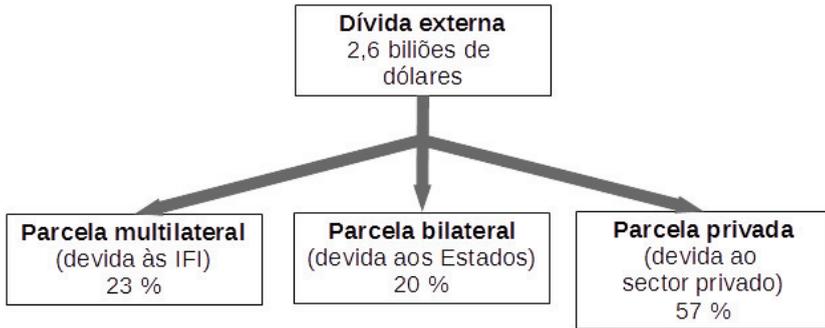
Para o Banco Mundial, a Coreia é hoje um país desenvolvido. Mas ainda falta travar muitas lutas.

⁴⁴ Analisei em detalhe a crise asiática de 1997-1998, em TOUSSAINT, Eric. 2004. *La Finance contre les Peuples*, cap. 17, “Tempête en Asie: les tigres domptés reprennent-ils du poil de la bête?”.

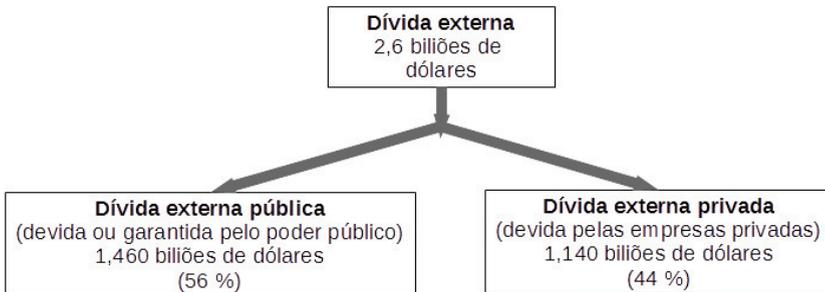
Capítulo 12 — A armadilha do endividamento

Durante os anos 1970 os PED endividaram-se cada vez mais, porque as condições dos empréstimos eram favoráveis. O Banco Mundial, os bancos privados e os governos dos países mais industrializados encorajaram nesse sentido. A partir de finais de 1979, a alta das taxas de juro, imposta pelo Tesouro dos Estados Unidos no contexto da viragem neoliberal e a queda da cotação das matérias-primas iriam alterar a situação radicalmente. Os fluxos inverteram-se e, durante os anos oitenta, os credores obtiveram lucros extraordinários por causa da dívida. Após a crise financeira de 1997, no Sudeste Asiático e na Coreia, as transferências líquidas sobre a dívida, favoráveis aos credores (incluindo o Banco Mundial), cresceram de maneira considerável, ao mesmo tempo que a dívida crescia descontroladamente, atingindo patamares nunca alcançados.

Começemos por estudar a arquitetura da dívida externa dos PED do ponto de vista dos credores (arredondamos os números fornecidos pelo Banco Mundial relativos ao endividamento dos PED em 2004):



E do ponto de vista dos devedores:



A Tabela 10 diz respeito à dívida total dos países em desenvolvimento no período entre 1970-2004. É um período longo, que inclui a crise de 1982 e as seguintes.

Tabela 10: Dívida total dos países em desenvolvimento
(em bilhões de dólares)

1	Dívida externa total		Dívida externa pública		Dívida ao Banco Mundial	
	2	3	4	5	6	7
	Estoque total da dívida	Transferência líquida da dívida	Estoque total da dívida	Transferência líquida da dívida	Estoque total da dívida	Transferência líquida da dívida
1970	70	4	45	4	6	0,3
1971	81	7	53	5	7	0,5
1972	95	10	61	6	9	0,7
1973	113	10	74	8	10	0,9
1974	141	20	92	12	11	1,3
1975	171	27	113	20	13	1,9
1976	209	29	139	20	17	2,0
1977	283	51	177	24	20	2,0
1978	358	39	231	28	23	1,8
1979	427	44	278	31	27	2,6
1980	541	51	339	29	32	3,0
1981	629	41	383	26	38	4,1
1982	716	21	442	30	45	4,6
1983	782	-14	517	17	53	4,9
1984	826	-21	571	9	54	5,0
1985	929	-27	672	-5	71	4,4
1986	1.020	-25	782	-5	91	3,7
1987	1.166	-13	920	-2	116	2,7
1988	1.172	-24	932	-10	116	0,6
1989	1.238	-22	982	-16	120	0,4
1990	1.337	-8	1.039	-14	137	2,4
1991	1.414	-3	1.080	-14	147	-0,8
1992	1.480	31	1.099	-6	149	-2,8
1993	1.632	45	1.193	9	158	-0,8
1994	1.792	0	1.290	-16	174	-2,6
1995	1.972	61	1.346	-16	184	-2,1
1996	2.045	27	1.332	-24	180	-0,9
1997	2.110	4	1.309	-24	179	1,9
1998	2.323	-54	1.395	-7	192	1,6
1999	2.347	-98	1.405	-30	198	0,9
2000	2.283	-127	1.363	-52	199	-0,4
2001	2.261	-114	1.326	-65	202	-0,5
2002	2.336	-87	1.375	-67	212	-7,3
2003	2.554	-41	1.450	-81	223	-7,0
2004	2.597	-19	1.459	-26	222	-6,1

Fonte: World Bank, *Global Development Finance*, 2005.

A coluna 2 apresenta a evolução do estoque da dívida externa *total* relativa ao conjunto dos PED, em que há dados fornecidos pelo Banco Mundial¹ (dívidas a curto e a longo prazo, dívida *devida e garantida pelos poderes públicos* dos PED e também dívida *devida pelas empresas privadas* dos PED). A coluna 4, intitulada “dívida externa pública”, apresenta somente a evolução do estoque total da dívida externa *devida ou garantida pelos poderes públicos* dos PED. A coluna 6, intitulada “dívida ao Banco Mundial”, apresenta a evolução do estoque da dívida externa dos PED *devida ao Banco Mundial* (BIRD e IDA).

As colunas 3, 5 e 7 apresentam a transferência líquida sobre a dívida dos três tipos de estoques que acabamos de mencionar.

O que é a transferência líquida da dívida? É a diferença entre o que um país recebe sob forma de empréstimos e o que reembolsa (capital e juros). Se o montante é negativo, significa que o país pagou mais do que recebeu.

Interpretação da tabela

De 1970 a 1982, os PED aumentaram muito as suas dívidas. A dívida externa total (pública e privada) em dólares correntes aumentou 10 vezes (ela passa de 70 para 716 bilhões de dólares). A dívida externa pública aumentou também dez vezes (passa de 45 para 442 bilhões de dólares). A dívida externa pública junta ao Banco Mundial aumentou 7,5 vezes. Durante esse período, as transferências líquidas sobre a dívida foram positivas todos os anos: isso significa que os PED pediram mais emprestado do que reembolsaram. Foram encorajados a endividarem-se porque as taxas de juro reais eram muito baixas. Além disso, o rendimento das exportações utilizados para amortizar a dívida aumentou porque os preços das matérias-primas eram elevados. Por conseguinte, os PED não tinham grandes problemas de amortização.²

A tabela não regista de imediato a deterioração que teve início no final de 1979 com o aumento brutal das taxas de juro, imposto pelos Estados Unidos. As taxas reais explodem no início dos anos oitenta: 8,6% em 1981, 8,7% em 1982, contra -1,3% (taxa negativa) em 1975, 1,1% em 1976, 0,3% em 1977.³ A esse aumento das taxas, que levou a um aumento dos valores a serem amortizados, junta-se, na mesma altura, uma queda dos preços das matérias-primas (com exceção do petróleo num primeiro momento). Quando a queda atingiu o preço do petróleo, os principais países endividados produtores de petróleo, como o México, entraram em crise. Foi o que se passou a partir de 1982.⁴

¹ O Banco Mundial não fornece dados sobre países como: Cuba, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Coreia do Sul.

² No entanto, o número de países endividados que regista atrasos de pagamento ao Banco Mundial ou que tenta renegociar as suas dívidas multilaterais passou de 3 para 18 entre 1974 e 1978!

³ TOUSSAINT, Eric. 2004. *La Finance contre les peuples. La Bourse ou la Vie*. CADTM/Syllepse/Cetim, Liège-Paris-Genève, p. 197-198. O capítulo 8 apresenta uma análise da crise da dívida que rebenta em 1982. Ver também Damien Millet e Éric Toussaint. 2002. *50 Questions / 50 Réponses sur la dette, le FMI et la Banque mondiale*, CADTM/Syllepse, Liège-Paris, Questão 8, p. 59-62.

⁴ Os países da América Latina, que contraíram empréstimos junto a bancos privados, a taxas de juro variáveis, foram particularmente afetados pela alta das taxas de juro, combinada com o efeito negativo da queda do rendimento das exportações.

Voltemos à tabela para observarmos que os PED entraram num período de crise de pagamento da dívida, que se manifestou através de uma transferência líquida negativa da dívida total pública e privada entre 1983 e 1991 (nove anos consecutivos de transferências negativas).

Sublinhe-se que, apesar de os PED amortizarem mais do que pediam em prestado, as suas dívidas não diminuíram. Entre 1983 e 1991, aumentaram 632 bilhões de dólares, ou seja, um aumento de 81%. A explicação é que os PED, em dificuldades por causa da diminuição dos rendimentos recebidos e das taxas de juro elevadas, contraíram empréstimos principalmente para poderem pagar. Nessa altura, em especial, as condições dos empréstimos eram muito onerosas (taxas de juro e prêmios de risco elevados).⁵

É preciso frisar também que a transferência líquida relativa à dívida externa pública ficaria negativa apenas dois anos depois. Caso contrário, como explicar que, em 1983 e 1984, a transferência relativa da dívida externa pública ainda se mantivesse positiva? É óbvio: os poderes públicos contraíram muitos empréstimos (principalmente junto ao FMI e ao Banco Mundial) para pagarem as dívidas contraídas inicialmente pelo setor privado e que o governo aceitou assumir. Esses empréstimos vultuosos, que os poderes públicos começaram a reembolsar alguns anos mais tarde, resultam em transferência líquida negativa a partir de 1985. Esse é claramente o caso da Argentina, onde 12 bilhões de dívidas privadas foram assumidas pelo Estado por decisão da Junta Militar (sob a influência do seu servidor Domingo Cavallo).⁶

Entre 1982 e 1984, a dívida externa pública aumenta 129 bilhões de dólares (passando de 442 para 571 bilhões, ver coluna 4), enquanto a dívida externa privada diminui 19 bilhões de dólares (passa de 274 para 255 bilhões).⁷

Se considerarmos o período entre 1982 e 1988, a dívida pública aumentou mais de 100% (passando de 442 para 932 bilhões de dólares – ver coluna 4), enquanto a dívida externa privada diminuiu (passando de 274 para 240 bilhões). Os capitalistas dos PED desendividaram-se, fazendo com que o Tesouro Público dos seus países pagasse a fatura, isto é, os assalariados, os pequenos produtores e os pobres, que contribuem proporcionalmente muito mais para o fisco do que os capitalistas. Além disso, veremos num capítulo mais à frente, que grande parte dos empréstimos contraídos durante esse período pelos capitalistas retorna de imediato aos países credores devido à fuga de capitais. Os capitalistas dos PED reenviaram para o Norte uma parte importante dos capitais que pediram emprestados.

Se observarmos a coluna 5, relativa ao período 1985-2004, constataremos que, com exceção de 1993, a transferência líquida sobre a dívida externa pública é sis-

5 Sobre prêmios de risco ver: TOUSSAINT, Eric. 2004. *La Finance contre les peuples. La Bourse ou la Vie*. CADTM/Syllepse/Cetim, Liège-Paris-Genève, p. 214-216.

6 Idem, p. 424 e 426.

7 Para obter o montante de dívida externa devida pelo setor privado dos PED, subtraímos ao montante total da dívida (coluna 2) a dívida pública (coluna 4).

tematicamente negativa a partir de 1985. Em 20 anos, a transferência líquida que prejudica as finanças públicas é extremamente pesada: 471 bilhões de dólares (o equivalente a cinco planos Marshall, oferecidos pelos governos dos PED aos seus credores). Se observarmos o período 2000-2004, no final da coluna 5, notaremos que a transferência negativa anual cresce. Entre 2000 e 2004, a transferência líquida negativa da dívida externa pública representa 291 bilhões de dólares. Isso quer dizer que, em cinco anos, os PED ofereceram aos seus credores o montante equivalente a três planos Marshall.

Segundo o pensamento econômico dominante, os poderes públicos deveriam ficar sem dívidas após 20 anos de transferências negativas. De fato, se todos os anos pagam mais do que recebem, o estoque da dívida deveria diminuir, chegando mesmo a zero. Ora, a leitura da tabela mostra o contrário: a dívida externa pública dos PED mais do que duplicou entre 1985 e 2005, passando de 0,672 bilhão para 1,459 bilhão de dólares.⁸

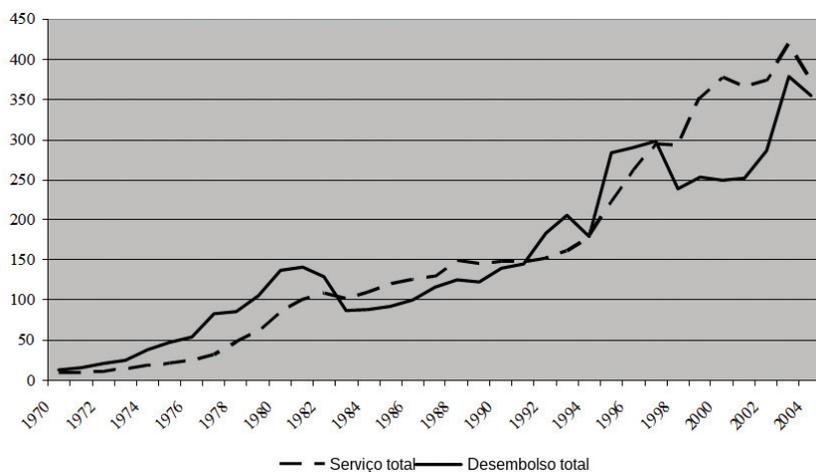
Chegamos à essência do conteúdo da tabela:

1. A gestão da dívida externa dos PED resume-se à adoção de um poderoso mecanismo de transferência de capitais dos países endividados para os países credores (privados e públicos).
2. A dívida não diminui, apesar dos reembolsos vultuosos e contínuos.

Ao longo dos anos sessenta e setenta, os países em desenvolvimento foram encorajados a endividarem-se cada vez mais, até caírem na armadilha. Como mencionamos acima, a reviravolta começou em 1979 com o aumento brutal das taxas de juro e o início da queda dos preços das matérias-primas (afetando primeiro os produtos não petrolíferos e depois o próprio petróleo a partir de 1981).

⁸ Nessa época, os Tesouros Públicos receberam 2,402 bilhões de dólares sob a forma de empréstimos e reembolsaram 2,873 bilhões, ou seja, uma transferência líquida negativa de 471 bilhões em prejuízo dos poderes públicos. Fonte: World Bank, *Global Development Finance*, 2005.

Gráfico 9. Comparação entre os montantes emprestados anualmente e os montantes reembolsados anualmente (dívida externa total)



Fonte: World Bank, *Global Development Finance*, 2005.

Comentário: entre 1983 e 1991, os PED reembolsam mais do que pedem emprestado. Idem entre 1998 e 2004.

O alegado círculo virtuoso, que visava gerar desenvolvimento e bem-estar e um crescimento autossustentado⁹, não funcionou. Transformou-se num círculo vicioso de endividamento permanente com transferências volumosas que beneficiam os credores.

Se voltarmos à tabela do início do capítulo, analisando a coluna 3, de 1983 a 2004, constatamos que as transferências líquidas são negativas até 1991, tornando-se positivas entre 1992 e 1997. A partir de 1998, passam a ser fortemente negativas, com um pico crítico em 2000 (transferência líquida negativa de 127 bilhões de dólares nesse ano). Como interpretar essa evolução?

Ao longo dos anos oitenta, os fluxos são negativos até 1989, tanto para as empresas privadas dos PED como para os poderes públicos desses países. Como indicamos acima: 1) o setor privado desendividou-se, transferindo uma parte da sua dívida para o setor público e reembolsando o restante; 2) o setor público continuou a endividar-se, assumindo uma parte das dívidas privadas e pagando grande parte da fatura total. A partir de 1990, o setor privado, parcialmente desendividado, recorreu novamente a empréstimos que se tornaram vultuosos de 1992 a 1997 (a dívida externa do setor privado passa de 381 a 801 bilhões de dólares, ou seja, um aumento de 110%). Os empréstimos do setor privado dos PED são temporariamente superiores aos reembolsos efetuados. A queda acentuada de 1994 deve-se à

⁹ Ver Capítulo 10.

crise mexicana, que acarreta uma saída massiva de capitais.

A situação crítica retorna a partir de 1998 e deve-se à crise do Sudeste Asiático (Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia) e da Coreia do Sul, seguida da crise na Rússia, no Brasil em 1999, na Argentina e na Turquia a partir de 2001. O reembolso por parte do setor privado e do setor público é de novo vultuoso. A transferência líquida negativa atinge um nível histórico em 2000-2001.

Entre 2003 e 2004, a transferência é sempre negativa, porém reduz-se porque o setor privado e os poderes públicos dos PED contraem empréstimos massivamente, “aproveitando” condições temporárias favoráveis:

As taxas de juro são relativamente baixas;

Os prêmios de risco diminuem consideravelmente/

O rendimento das exportações aumenta porque os preços das matérias-primas sobem (petróleo, gás ...).

Em vez de aproveitarem essa boa conjuntura para se desendividarem radicalmente, a maior parte dos PED com rendimento médio, encorajada pelos diferentes credores, recorreu novamente a empréstimos. Aqueles que, como a Tailândia, o Brasil e a Argentina, reembolsaram antecipadamente o FMI¹⁰ ou que, como a Rússia e o Brasil, reembolsaram o Clube de Paris, substituíram as suas dívidas aos credores públicos por novas dívidas aos credores privados (que temporariamente ofereciam condições vantajosas). Esses países também aumentaram consideravelmente as suas dívidas públicas internas.

As duas últimas colunas da tabela referem-se à dívida dos PED ao Banco Mundial. Permitem constatar que essa dívida aumenta constantemente, acompanhando a dívida referente ao conjunto dos credores. É a última coluna, a da transferência líquida sobre a dívida, que diverge. De fato, até 1990, a transferência líquida permanece positiva em relação ao Banco Mundial; no entanto, a dívida total (coluna 3) torna-se negativa a partir de 1983 e a dívida externa pública (coluna 5) a partir de 1985. Isso deve-se principalmente ao fato de, ao longo dos anos oitenta, o Banco Mundial emprestar aos PED para que estejam em condições de reembolsar os banqueiros privados do Norte, em risco de falência no caso de não haver reembolso. É claro que cabe ao FMI exercer esse papel, mas o Banco o acompanha.

Entre 1990 e 1996, as transferências do Banco Mundial tornaram-se negativas. Sendo positivas entre 1997 e 1999, voltam a ser negativas e atingem um pico histórico em 2002, 2003 e 2004. Isso a ponto da transferência negativa acumulada no período 2000-2004 chegar a – 21,3 bilhões de dólares, montante realmente considerável tendo em conta o total dos empréstimos do Banco em cada ano (menos de 20 bilhões de dólares).

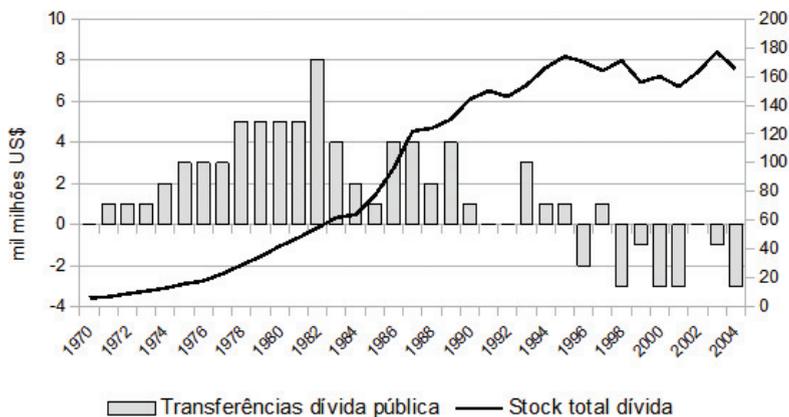
Mais grave ainda, a manutenção dessa transferência negativa, em vez de corresponder a um desendividamento, provocou um aumento da dívida ao Banco

10 A Tailândia efetuou o pagamento antecipado em 2003, o Brasil e a Argentina em janeiro de 2006.

Mundial.

É assim evidente o cinismo desse mecanismo poderoso, que gera uma dívida cujo montante total é aumentado de forma artificial, não existindo relação com as somas de fato injetadas na economia desses países.

Gráfico 10. Comparação entre a evolução do estoque total da dívida externa e a transferência líquida da dívida



Fonte: World Bank, *Global Development Finance* 2005.

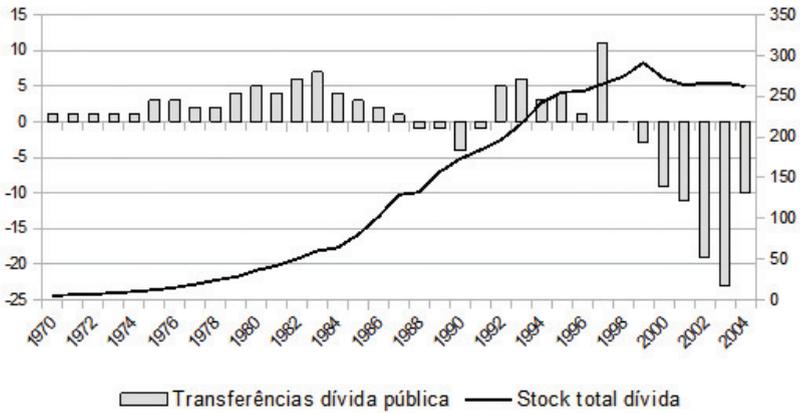
Escala da esquerda: Transferência da dívida externa total (pública e privada) para o conjunto dos PED (em bilhões de dólares).

Escala da direita: Evolução da dívida externa total (pública e privada) para o conjunto dos PED (em bilhões de dólares).

O Gráfico 10 permite visualizar o conteúdo das colunas 2 e 3 da tabela apresentada no início do capítulo. Consta-se que a transferência líquida é positiva entre 1970 e 1982, ano em que estoura a crise da dívida. Torna-se negativa entre 1983 e 1991, inclusive. De 1992 a 1997, a transferência é de novo positiva, exceto em 1994, ano da crise mexicana. Entre 1998, ano da crise do Sudeste Asiático e da Coreia, e 2004, volta a ser negativa. Entre 1970 e 2004, o estoque da dívida mantém sua subida, passando de 70 bilhões de dólares, em 1970, para 2,597 bilhões em 2004.

Apresentamos a seguir gráficos relativos à dívida externa pública das grandes regiões do planeta.

Gráfico 11: Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública da América Latina e do Caribe



Fonte: World Bank, *Global Development Finance* 2005.

Escala da esquerda: Transferência líquida sobre a dívida externa pública da América Latina e o Caribe (em milhares de milhão de dólares).

Escala da direita: Evolução da dívida externa pública total da América Latina e do Caribe (em milhares de milhão de dólares).

Comentário: as transferências líquidas sobre a dívida pública tornam-se negativas entre 1983 e 2004.

População da América Latina e do Caribe em 2004: 540 milhões

Lista de países: (Antígua e Barbuda), Argentina, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, (Cuba), República Dominicana, Dominica, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Salvador (Suriname), Trindade e Tobago, Uruguai, Venezuela.

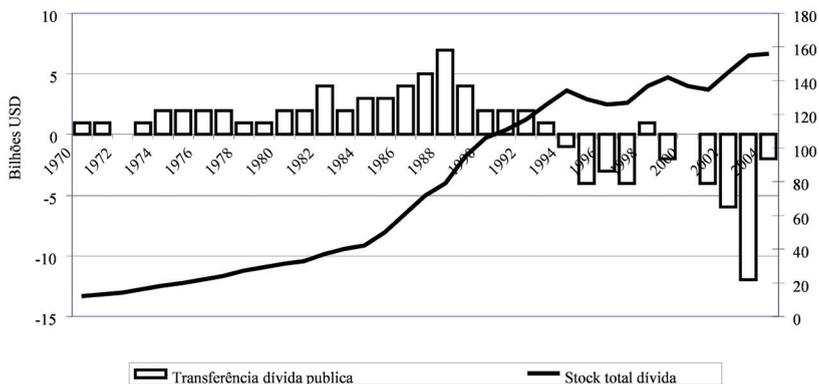
Montante da dívida externa pública em 1970: 16 bilhões de dólares.

Montante da dívida externa pública em 2004: 442 bilhões de dólares

O conjunto que reúne a América Latina e do Caribe constitui a região emblemática da crise da dívida e de sua gestão em favor dos credores.

Uma análise rápida das outras cinco grandes regiões em desenvolvimento (ver Gráficos 12 a 16), do ponto de vista da evolução da dívida pública e das transferências líquidas, permite observar que a crise da dívida de 1982, que eclodiu na América Latina, afetou progressivamente todas as outras regiões. Além das diferenças evidentes, salta à vista que as transferências líquidas são negativas em todas as regiões no final dos anos noventa. Isso mostra que em nenhum lugar do planeta a crise foi resolvida. Prova também que é mais necessário superar o endividamento no início do século XXI do que era durante os anos noventa.

Gráfico 12. Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública do Sul da Ásia



Fonte: World Bank, *Global Development Finance* 2005.

Escala da esquerda: Transferência líquida da dívida externa pública do Sul da Ásia (em bilhões de dólares).

Escala da direita: Evolução da dívida total externa pública do Sul da Ásia (em bilhões de dólares).

Comentário: as transferências tornam-se negativas a partir de 1994 e o estoque da dívida continua a aumentar.

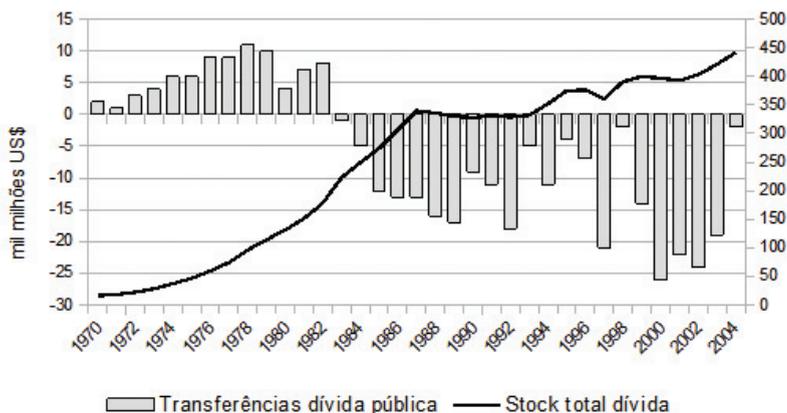
População da Ásia do Sul em 2004: 1450 milhões.

Lista de países: (Afeganistão), Bangladesh, Botão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka.

Montante da dívida externa pública em 1970: 12 bilhões de dólares.

Montante da dívida externa pública em 2004: 156 bilhões de dólares.

Gráfico 13. Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública do Norte de África e do Médio Oriente



Fonte: World Bank, *Global Development Finance*, 2005.

Escala da esquerda: Transferência líquida sobre a dívida externa pública do Norte de África e do

Médio Oriente (em milhares de milhão de dólares).

Escala da direita: Evolução da dívida total externa pública do Norte de África e do Médio Oriente (em milhares de milhão de dólares).

Comentário: As transferências tornam-se negativas a partir de 1990. Apesar dos reembolsos significativos, a dívida não diminui de maneira proporcional.

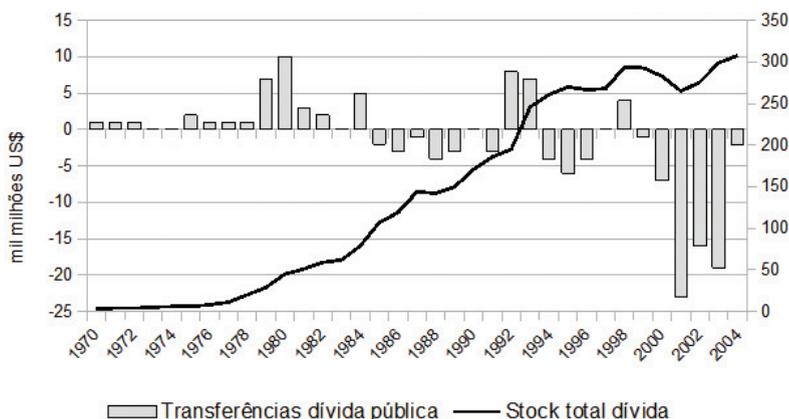
População do Norte de África e do Médio Oriente em 2004: 209 milhões.

Lista de países: Argélia, (Arábia Saudita), Djibuti, Egito, (Iraque), Irão, Jordânia, Líbano, (Líbia), Marrocos, Omã, Síria, Tunísia, Iêmen.

Montante da dívida externa pública em 1970: 4 bilhões de dólares.

Montante da dívida externa pública em 2004: 126 bilhões de dólares.

Gráfico 14. Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública da África Subsaariana



Fonte: World Bank, *Global Development Finance*, 2005.

Escala da esquerda: Transferência líquida da dívida externa pública da África Subsaariana (bilhões de dólares).

Escala da direita: Evolução da dívida externa total pública da África Subsaariana (em bilhões de dólares).

Comentário: As transferências tornam-se negativas a partir de 1988 e o estoque da dívida, que seguiu uma linha ascendente, reduz um pouco em 2004.

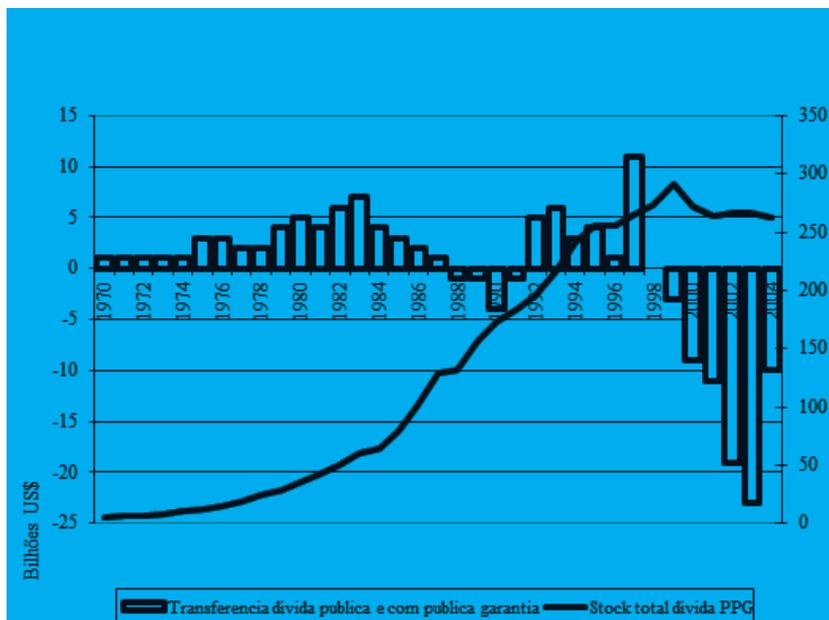
População da África Subsaariana em 2004: 720 milhões.

Lista de países: África do Sul, Angola, Benim, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Comores, Congo, Costa do Marfim, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, (Namíbia), Níger, Nigéria, Uganda, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Chade, Togo, Zâmbia, Zimbábue.

Montante da dívida externa pública em 1970: 6 bilhões de dólares.

Montante da dívida externa pública em 2004: 165 bilhões de dólares.

Gráfico 15. Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública do Sudeste Asiático e do Pacífico



Fonte: World Bank, *Global Development Finance*, 2005.

Escala da esquerda: Transferência líquida da dívida externa pública do Sudeste Asiático e do Pacífico (em bilhões de dólares).

Escala da direita: Evolução da dívida externa pública total do Sudeste Asiático e do Pacífico (em bilhões de dólares).

Comentário: As transferências foram negativas entre 1988 e 1991 e voltam a ser de forma significativa após 1999, ano em que a dívida pública aumentou fortemente pelo fato dos poderes públicos assumirem as dívidas privadas e os pesados empréstimos de “resgate” contraídos junto do FMI. Apesar dessas transferências negativas serem consideráveis, a dívida não reduziu.

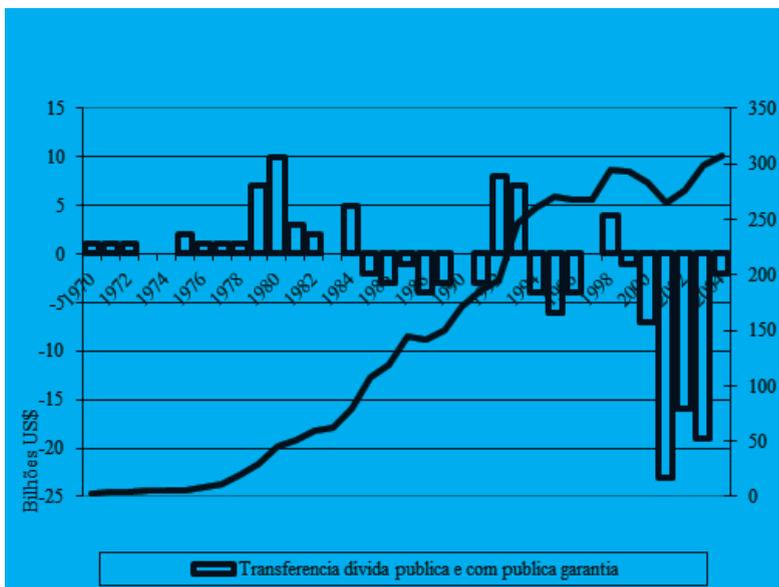
População dos PED no Sudeste Asiático e no Pacífico em 2004: 1870 milhões.

Lista de países: Camboja, China, (Coreia do Norte e Coreia do Sul), Fiji, Indonésia, (Kiribati), Laos, Malásia, Mongólia, Myanmar, Papua Nova Guiné, Filipinas, Ilhas Salomão, Samoa, Tailândia, (Timor Leste), Tonga, Vanuatu, Vietnã.

Montante da dívida externa pública em 1970: 5 bilhões de dólares.

Montante da dívida externa em 2004: 262 bilhões de dólares.

Gráfico 16. Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública da Europa de Leste e da Ásia Central



Fonte: World Bank, *Global Development Finance*, 2005.

Escala da esquerda: transferência líquida da dívida externa pública da Europa de Leste e da Ásia Central (em bilhões de dólares).

Escala da direita: evolução da dívida externa pública total da Europa de Leste e da Ásia Central (em bilhões de dólares).

Comentário: as transferências tornam-se negativas entre 1985 e 2004 (com exceção dos anos 1992, 1993 e 1998). As transferências negativas são muito significativas entre 2000 e 2003 e, no entanto, a dívida externa pública aumentou.

População da Europa de Leste e da Ásia Central em 2004: 470 milhões.

Lista de países: Albânia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Estônia, Geórgia, Hungria, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Macedônia, Moldávia, Uzbequistão, Polônia, Romênia, Rússia, Sérvia-Montenegro, Eslováquia, Eslovênia, Tadjiquistão, República Checa, Turcomenistão, Turquia, Ucrânia.

Montante da dívida externa pública em 1970: 3 bilhões de dólares.

Montante da dívida externa pública em 2004: 310 bilhões de dólares.

Capítulo 13 — O Banco Mundial percebe a chegada da crise da dívida externa

O Banco Mundial percebeu, a partir de 1960, o perigo de uma crise da dívida ocorrer, pelo fato de os principais países endividados não conseguirem sustentar pagamentos cada vez mais elevados. Os sinais de alerta multiplicaram-se durante os anos sessenta até ao choque petrolífero de 1973. Tanto os dirigentes do Banco Mundial, como os banqueiros privados, a Comissão Pearson e o Tribunal de Contas dos Estados Unidos (General Accounting Office – GAO) publicaram relatórios enfatizando os riscos de crise. Depois do aumento do preço do petróleo em 1973 e da reciclagem massiva de petrodólares pelos grandes bancos privados dos países industrializados, o tom dos relatórios muda radicalmente. O Banco Mundial deixa de falar de crise. No entanto, o ritmo do endividamento continuou imparável. O Banco Mundial entrou em concorrência com os Bancos privados para conceder o maior número de empréstimos, o mais depressa possível. Até à eclosão da crise, em 1982, o Banco Mundial manteve uma linguagem dúbia. Quando falava em público e para os países endividados, afirmava que não havia motivo para inquietações, se surgissem problemas, seriam de curta duração. É o discurso mantido nos documentos oficiais. O segundo discurso foi mantido fechado a sete chaves e abordado apenas nas discussões internas. Num memorando interno, lê-se que se os bancos se apercebessem de que o risco aumentava, reduziriam os empréstimos e “poderíamos ver uma grande quantidade de países em situações extremamente difíceis” (29 de outubro de 1979).¹

A partir de 1960 não faltaram sinais de alerta.

Em 1960, Dragoslav Avramović e Ravi Gulhati, dois eminentes economistas do Banco Mundial², publicam um relatório que aponta claramente para o perigo de ver os PED atingirem um nível insustentável de endividamento, devido às perspectivas pouco animadoras relativas ao rendimento das exportações:

Pre vemos que, nos próximos anos, os reembolsos da dívida aumentem na maioria dos países endividados, sendo que muitos atingiram já elevadas taxas de serviço da dívida. (...). Em certos casos, a incerteza quanto às perspectivas de exportação e um pesado serviço da dívida são obstáculos sérios a novos e significativos empréstimos.³

Este é apenas o início de uma série de avisos que surgem em sucessivos docu-

1 D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1., p. 599, “*We may see a larger number of countries in extremely difficult situations*”.

2 O jugoslavo Dragoslav Avramović foi economista chefe do Banco Mundial em 1963-1964. Trinta anos mais tarde, tornou-se presidente do Banco Central jugoslavo (1994-1996), na época do governo de Miroslav Milosevic.

3 “*In several major debtor countries, most of which already have high debt service ratios, service payments are predicted to rise in the next few years. [...] In some cases uncertain export prospects and heavy debt service schedules constitute a serious obstacle to substantial amounts of further borrowing*”. AVRAMOVIĆ, Dragoslav and GULHATI, Ravi. 1960. *Debt Servicing Problems of Low-Income Countries 1956-58*, Johns Hopkins Press for the IBRD, Baltimore, p. 56 e 59.

mentos do Banco Mundial até 1973.

No relatório anual do Banco Mundial, de 1963-1964, lê-se na página 8:

O pesado fardo da dívida, que sobrecarrega um número crescente de países membros, é uma preocupação constante para o grupo do Banco Mundial (...).

Os diretores executivos decidiram que o Banco podia modificar certas condições de empréstimo para aliviar o serviço da dívida em certos casos⁴.

O 20º Relatório anual publicado em 1965 contém um extenso trecho sobre a dívida

O relatório frisa que as exportações de produtos agrícolas crescem mais depressa do que a demanda nos países industrializados, provocando a queda de preços⁵: “O crescimento das exportações de matérias-primas agrícolas tende a ser mais rápido do que o aumento da demanda nos países industrializados. Consequentemente, os países em desenvolvimento sofreram uma quebra contínua dos preços das suas exportações agrícolas entre 1957-1962”. Exemplo: enquanto as exportações de café cresceram 25%, entre 1957 e 1962, o rendimento gerado caiu 25%.⁶ Verificou-se também uma baixa dos preços do cacau e do açúcar. O relatório mostra que as exportações dos PED são essencialmente de matérias-primas, em relação às quais a procura do Norte evoluiu lenta e irregularmente. Os preços das matérias-primas caíram.⁷ O relatório indica que os fluxos financeiros estavam insuficientes, tanto em termos de empréstimos e donativos, como em termos de investimento estrangeiro, porque o montante relativo à amortização da dívida e à remessa de lucros do investimento estrangeiro era muito elevado.

O relatório revela que a dívida aumentou a um ritmo anual de 15%, entre 1955 e 1962. Esse ritmo, depois, acelerou, sendo de 17% entre 1962 e 1964. Um pouco mais de uma dezena de países acumulara 50% da dívida. São todos grandes clientes do Banco (Índia, Brasil, Argentina, México, Paquistão, Turquia, Iugoslávia, Israel, Chile, Colômbia).

O ritmo de crescimento da dívida externa pública dos PED tornou-se muito elevado. Entre 1955 e 1963, a dívida aumentou 300%, passando de 9 bilhões para 28 bilhões de dólares. Em 1963 e 1964, portanto no espaço de um ano, a dívida aumentou 22%, atingindo os 33 bilhões de dólares. O volume do serviço da dívida aumentou quatro vezes durante o mesmo período (1955-1964).

Em 1955, o serviço da dívida representava 4% do rendimento das exportações. Em 1964, a percentagem triplicou (12%) e, no caso de certos países, representava quase 25%!

4 “The Heavy debt burden that weighs on an increasing number of its member countries has been a continuing concern of the World Bank group... the Executive Directors have decided that the Bank itself may vary some terms of its lending to lighten the service burden in cases where this is appropriate ... to the debt position of the country”. World Bank, *Annual Report 1963-4*, p. 8.

5 World Bank, *Annual Report 1965*, p. 54.

6 Idem, p. 55.

7 Sublinhe-se que durante esse período, o Banco Mundial orienta os seus empréstimos para culturas de exportação e para atividades exportadoras de matérias-primas.

O relatório enfatiza a necessidade de definir corretamente as condições em que o Banco Mundial e outros credores concedem empréstimos. Qual é a lógica subjacente?

Quanto mais rigorosos forem os termos (as condições), mais elevados serão os reembolsos.

Quanto maiores forem os reembolsos, maior deverá ser o montante da ajuda. Consequentemente, o rigor ou a flexibilidade/suavidade das condições é tão importante como o volume da ajuda. Dois fatores-chave determinam o rigor ou a suavidade: a) a parcela de donativos; b) o montante das taxas de juro e a duração dos reembolsos.

O relatório revela que a parte dos donativos diminuiu (principalmente do lado dos Estados Unidos). As taxas de juro diminuíram um pouco e a duração dos reembolsos aumentou. Em suma, aumentou o rigor por um lado, e baixou um pouco por outro. Sublinhe-se que a URSS emprestava nessa época a taxas de juro claramente inferiores à taxa fixada pelo “Ocidente”.⁸ A Grã-Bretanha anunciou que no futuro iria emprestar sem juros aos países mais pobres. O Canadá seguiu a mesma linha. O relatório defende uma suavização dos termos dos empréstimos.

Não se encontra esse tipo de análise nos dezenove relatórios que o precederam. Como explicar o tom específico e o conteúdo original deste relatório?

De fato, o relatório foi escrito sob a pressão dos acontecimentos. Muitos dos países do Terceiro Mundo organizaram-se no âmbito do movimento dos não-alinhados. Eram majoritários no interior da Assembleia das Nações Unidas e conseguiram a criação da Conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento em 1964. A CNUCED foi a única instituição da ONU dirigida por representantes dos PED.⁹ Estes criticaram duramente a atitude dos países mais industrializados. O próprio Banco Mundial possuía 102 membros nessa época, ou seja, uma maioria de países do Terceiro Mundo. A direção do Banco foi obrigada a considerar para análise, as recriminações do Sul.

O 21º relatório anual publicado em 1966 volta a considerar a questão das condições de empréstimo; defende a sua flexibilização e revela que se está perante uma lógica de aumento permanente da dívida: “Embora o peso crescente da dívida dos países em desenvolvimento aponte a necessidade de melhorar as condições dos empréstimos (...), as condições médias do total do crédito bilateral podem tornar-se menos, ao invés de mais, favoráveis (...). No entanto, um nível mais elevado de ajuda com condições inadequadas pode tornar o problema da dívida externa ainda mais difícil. Se a ajuda não for oferecida em condições médias mais favoráveis, o volume bruto de assistência terá de ser aumentado de forma acentuada e contínua, a

⁸ *Ibid.*, p. 61.

⁹ Para uma apresentação resumida da criação da CNUCED e da sua evolução posterior, ver Éric Toussaint. 2004. *La Finance contre les peuples. La Bourse ou la Vie*. CADTM/Syllepse/Cetim, Liège-Paris-Genève, p. 99-104. Ver também CETIM. 2005. *ONU. Droits pour tous ou loi du plus fort?*, Cetim, Genève, 2005, p. 207-219 e THÉRIEN, Jean-Philippe. 1990. *Une Voix du Sud: le discours de la CnuCED*, L’Harmattan, Paris.

fim de manter um certo nível de transferência real de recursos".¹⁰

Em suma, pode-se inferir que o Banco Mundial detectou o perigo persistente de eclosão de uma crise da dívida gerada pela incapacidade de manter amortizações crescentes. As soluções aventadas pelo Banco nas citações acima referidas consistem no aumento do volume dos empréstimos e na proposição de condições mais favoráveis: taxas de juro menos elevadas e período mais extenso de reembolso. De fato, o Banco só percebe o problema em termos de fluxo: para que os países endividados possam reembolsar os pagamentos, é preciso aumentar os montantes emprestados, aliviando as condições de reembolso. Entra-se claramente num círculo vicioso onde as novas dívidas servem para reembolsar as antigas, tanto na teoria como na prática.

Nos mesmos relatórios, o Banco manifesta confiança no aumento dos fluxos de capitais privados para os PED (investimentos e empréstimos). O aumento dos empréstimos privados é considerado como um objetivo a ser alcançado. Esse aumento compensa a espera por financiamentos públicos, segundo o relatório citado acima.

No 20º relatório publicado em 1965 se pode ler:

O sistema do Banco Mundial e outras organizações internacionais realizam esforços consideráveis para *encorajar e aumentar o fluxo de capitais privados* para os países menos desenvolvidos. *Não há dúvida* que podemos concordar em *aumentar esse fluxo (...) desse modo acelerando a via do desenvolvimento e compensando a espera por financiamento público*¹¹.

O relatório publicado em 1966 assinala a necessidade de liberar a circulação internacional de capitais: "Podemos esperar que seja possível estabelecer condições que permitam um movimento mais livre de capitais privados no mercado mundial".¹²

É significativo que o Banco, após uma longa exposição sobre as dificuldades em reembolsar a dívida, declare que não se pode deixar de recorrer a empréstimos: "No entanto, nada disso deve ser interpretado como se os países em desenvolvimento não pudessem suportar, ou devessem evitar, um aumento das suas obriga-

10 "While the increasingly heavy debt burden of developing countries points to the need for funds on easier terms [...] the average terms of total bilateral assistance may become less, rather than more, concessionary [...] A higher level of aid on inappropriate terms, however, could make the external debt problem even more difficult. If aid is not made available on average terms which are more concessionary, the gross volume of assistance will have to be steeply and continuously increased in order to maintain any given level of real resources transfer". World Bank, *Annual Report 1966*, p. 45.

11 "The World Bank group and other international organizations (...) are making strenuous efforts to encourage and enlarge the flow of private capital into the less developed countries. There is no doubt that this flow can be expected to increase (...) thereby accelerating the pace of development and relieving the pressure on public funds". WORLD BANK, *Annual Report 1965*, p. 62.

12 A situação é paradoxal: ao mesmo tempo que o BM defende uma circulação mais livre de capitais entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, Washington implementa, desde 1963, restrições muito apertadas à saída de capitais dos Estados Unidos. Essas restrições aceleram, na Europa, o desenvolvimento do mercado de eurodólares, que são reciclados sob a forma de empréstimos a países em desenvolvimento. Ver: TOUSSAINT, Eric. 2004. *La Finance contre les peuples. La Bourse ou la Vie*. CADTM/Syllepse/Cetim, Liège-Paris-Genève, p. 189 e NOREL, Philippe e SAINT-ALARY, Eric. 1988. p. 41 e seguintes.

ções de reembolso”¹³.

A nomeação da Comissão Pearson, em 1968, por Robert McNamara, novo presidente do Banco Mundial, insere-se nos esforços realizados pelos dirigentes norte-americanos para enfrentarem o endividamento crescente e as reivindicações que vinham do Sul. *Partners in Development [Parceiros no Desenvolvimento]*, o relatório da Comissão Pearson, publicado em 1969, prevê que o peso da dívida aumentará até atingir uma situação de crise na década seguinte. A percentagem de novos empréstimos brutos que visavam assegurar o serviço da dívida atingiu 87% na América Latina em 1965-1967.

Eis o que, num relatório de 1969, Nelson Rockefeller, irmão do presidente do Chase Manhattan Bank, explica ao presidente dos Estados Unidos sobre os problemas que a América Latina deve enfrentar:

O nível considerável dos montantes emprestados a certos países do hemisfério ocidental para apoiarem o desenvolvimento atinge um valor tal que o pagamento de juros e as amortizações absorvem a maior parte do rendimento das exportações (...). Muitos países são levados a contrair novos empréstimos para terem as divisas necessárias ao pagamento dos juros e das amortizações de antigos empréstimos e isso a taxas de juro mais elevadas.¹⁴

Por sua vez, o General Accounting Office (GAO, equivalente ao Tribunal de Contas nos Estados Unidos) envia ao Governo um relatório alarmante:

Inúmeras nações pobres atingiram já um nível de endividamento que ultrapassa as suas possibilidades de reembolso (...). Os Estados Unidos continuam a conceder aos países subdesenvolvidos uma quantidade de empréstimos maior do que qualquer outro país ou organização e também têm a maior taxa de perdas. A tendência de conceder empréstimos reembolsáveis em dólares não garante o reembolso dos fundos.¹⁵

Algum tempo depois, em 1970, num relatório ao presidente dos Estados Unidos, Rudolph Peterson, presidente do Bank of America, faz soar o alarme:

Hoje o peso da dívida de muitos países em desenvolvimento é um problema urgente. Apesar de previsto há dez anos, não nos demos conta. As razões são

13 “It is to be hoped that conditions can be established in world [private] capital markets which will permit a freer movement of capital internationally”. WORLD BANK, *Annual Report 1966*, p. 45.

“None of this, however, should be taken to mean that developing countries cannot afford, and hence should avoid, any increases in debt service obligations”. WORLD BANK, *Annual Report 1966*, p. 35.

14 “Heavy borrowing by some Western hemisphere countries to support development has reached the point where annual repayments of interest and amortization absorb a large share of foreign exchange earnings (...). Many of the countries are, in effect, having to make new loans to get the foreign exchange to pay interest and amortization on old loans, and at higher interest rates”. Nelson Rockefeller. 1969. *Report on the Americas*, Quadrangle Books, Chicago, p. 87, citado por Payer, Cheryl. 1991. *Lent and Lost. Foreign Credit and Third World Development*, Zed Books, London, p. 58.

15 “Many poor nations have already incurred debts past the possibility of repayment (...). The US continues to make more loans to underdeveloped countries than any other country or organization and also has the greatest loss ratio. The trend toward making loans repayable in dollars does not ensure that the funds will be repaid”. *Banking*, November 1969, p. 45, citado por PAYER, Cheryl. 1991. *Lent and Lost. Foreign Credit and Third World Development*, Zed Books, London, p. 69.

muitas, mas quaisquer que sejam, em certos países, o futuro rendimento das exportações está tão hipotecado que compromete as importações, os investimentos e o desenvolvimento.¹⁶

Em suma, diferentes fontes influentes, nos Estados Unidos, todas relacionadas entre si, consideravam desde fins de 1960 que uma crise da dívida podia eclodir alguns anos mais tarde.

Apesar da consciência dos perigos ...

Por seu lado, Robert McNamara considera que o ritmo de crescimento do endividamento do Terceiro Mundo é um problema. Declara:

“Em finais de 1972, a dívida atingia 75 bilhões de dólares e o serviço anual da dívida ultrapassava 7 bilhões de dólares. O serviço da dívida aumentou 18% em 1970 e 20% em 1971. A taxa média de aumento da dívida desde a década de sessenta representou quase o dobro da taxa de crescimento dos rendimentos das exportações, com os quais os países endividados devem assegurar o serviço da dívida. A situação não pode continuar indefinidamente.”¹⁷

... a partir de 1973, o Banco Mundial lançou-se na corrida do aumento da dívida, concorrendo com os bancos privados

No entanto, o Banco Mundial, presidido por Robert McNamara, manteve a pressão sobre os países da periferia no sentido de aumentarem o endividamento.

A partir de 1973, o aumento dos preços do petróleo e de outras matérias-primas provocou uma fuga para a frente, na direção de um aumento do endividamento. Nas publicações do Banco Mundial, do FMI e dos banqueiros encontram-se cada vez menos prognósticos pessimistas no que diz respeito às dificuldades de reembolso que os PED poderiam enfrentar.

Tomemos o FMI como exemplo. Podemos ler no seu relatório anual de 1975 uma mensagem perfeitamente serena:

O investimento do excedente dos países exportadores de petróleo nos mercados financeiros nacionais e internacionais, em combinação com a expansão do financiamento internacional (sob a forma de empréstimos bilaterais e multilaterais), constituem uma forma satisfatória de transferência de fundos para atenuar o deficit da balança de pagamentos dos países importadores de petróleo.¹⁸

¹⁶ “The debt burden of many developing countries is now an urgent problem. It was foreseen, but not faced, a decade ago. It stems from a combination of causes [but] whatever the causes, future export earnings of some countries are so heavily mortgaged as to endanger continuing imports, investment, and development”. Task Force on International Development, *U.S. Foreign Assistance in the 1970s: a new approach*, Report to the President, Government Printing Office, 1970, Washington, p. 10.

¹⁷ McNAMARA, Robert S. 1973. *Cien países. Dos mil millones de seres*, Tecnos, Madrid, p. 94.

¹⁸ “The investment of the surpluses of oil exporting countries in national and international financial markets – together with the expansion of international financing (through both bilateral arrangements and multilateral facilities) has resulted in a satisfactory channeling of funds into the current account deficits of the oil importing countries”. INTERNATIONAL MONETARY FUND, *Annual Report 1975*, p. 3.

É preciso salientar que esse diagnóstico contradiz completamente o diagnóstico elaborado após a eclosão da crise. Logo que a crise da dívida acontece em 1982, o FMI responsabiliza os dois choques petrolíferos de 1973 e 1979. Ora, o que se deduz da citação de 1975 é que, para o FMI, a reciclagem de petrodólares, combinada com os empréstimos públicos, resolveu muito bem os problemas dos países importadores de petróleo.

Como explicar a vontade do Banco Mundial de estimular o aumento do endividamento nos anos 1970?

O Banco Mundial queria aumentar a qualquer preço a sua influência no maior número possível de países que claramente se alinhassem com o mundo capitalista, ou que mantivessem ou começassem a manter distância (Iugoslávia e Romênia) em relação à URSS.¹⁹ Para conservar ou aumentar a sua influência, foi preciso reforçar o efeito de alavancagem, aumentando continuamente os montantes emprestados. Ou os bancos privados tentavam eles próprios aumentar os seus empréstimos, a taxas que podiam ser inferiores às praticadas pelo Banco Mundial.²⁰ Este último lançara-se numa procura incessante de projetos passíveis de suscitarem empréstimos. Entre 1978 e 1981, o total emprestado pelo Banco aumentou 100%.

Robert McNamara deixa transparecer grande confiança durante a segunda metade dos anos 1970. Declara no seu discurso presidencial anual que “Os principais bancos e os principais países devedores agem com base em previsões comuns”, concluindo que “Estamos até mais confiantes hoje do que há um ano atrás: o problema da dívida é gerenciável”.²¹

Além disso, alguns grandes banqueiros também demonstram grande serenidade.²² Eis o que diz o Citibank em 1980:

Desde a Segunda Guerra Mundial, as rupturas nos pagamentos por parte dos países subdesenvolvidos, quando ocorrem, não provocam perdas significativas para os bancos emprestadores. Uma ruptura de pagamento geralmente é acompanhada de um acordo entre o país endividado e os credores estrangeiros, em termos de renegociação da dívida (...). Na medida em que as taxas de

19 Nesse contexto, o Banco Mundial fez grandes esforços para convencer a China a ingressar no seu seio (para grande desgosto das autoridades de Taiwan que, entre 1949 e 1979, ocuparam o lugar da China no Banco). O regresso da China Popular ao Banco teve lugar no final da presidência de Robert McNamara.

20 Em 1976-1977-1978, os bancos comerciais emprestavam ao Brasil a uma taxa média de 7,4%, enquanto o Banco Mundial emprestava a uma taxa de 8,7% (KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 281 e tabela 15.5, p. 983).

21 Em 1976-1977-1978, os bancos comerciais emprestavam ao Brasil a uma taxa média de 7,4%, enquanto o Banco Mundial emprestava a uma taxa de 8,7% (KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 281 e tabela 15.5, p. 983).

22 No médio prazo, não estavam errados. A visão expressa na citação foi confirmada na década de oitenta: a suspensão do pagamento da dívida foi de curto prazo, os rescalonamentos do pagamento foram concertados entre os grandes bancos dos Estados Unidos e os governos dos países latino-americanos com o apoio do FMI e do BM. Como afirma o Citibank: “as taxas de juro e os diferenciais são geralmente revistos em alta quando um empréstimo é rescalonado”. Foi exatamente o que aconteceu. Como se mostra nos dois capítulos seguintes, os grandes banqueiros fizeram grandes lucros à custa dos países endividados.

juro e os *spreads* são geralmente revistos em alta quando um empréstimo é renegociado, o valor do empréstimo após descontada essa nova taxa é frequentemente superior ao valor do crédito original.²³

Tendo em conta as motivações do autor, essa declaração deve ser interpretada com muita prudência. De fato, o Citibank, um dos bancos mais ativos nos anos 1970 em termos de empréstimos ao Terceiro Mundo, sente que os ventos estão mudando em 1980. No momento em que escreve, o banco prepara a sua saída e praticamente não concede novos empréstimos.

O texto destina-se aos banqueiros de menor dimensão, principalmente aos bancos locais dos Estados Unidos, os *saving and loans*, que empresas como o Citibank pretendem conceder novos empréstimos. Para o presidente do Citibank, o dinheiro que os *saving and loans* continuam a enviar para os países do Sul deve permitir o reembolso dos grandes banqueiros. Em outras palavras, para que os países devedores continuem a reembolsar os grandes bancos, é preciso que existam outros emprestadores. Podem ser privados (os pequenos ou médios bancos, menos bem informados do que os grandes bancos, ou mesmo desinformados por estes últimos) ou públicos (Banco Mundial, FMI, agências públicas de crédito para exportação, governos ...). São necessários emprestadores de última instância para que os bancos sejam integralmente reembolsados. Nesse sentido, se instituições como o Banco Mundial e o FMI divulgam mensagens tranquilizadoras quando a crise se avizinha, tornam-se cúmplices dos grandes banqueiros que procuram emprestadores de última instância. Os pequenos bancos que continuaram a emprestar aos PED são forçados a declarar falência em 1982 e o custo do seu resgate foi assumido pelo Tesouro dos Estados Unidos, isto é, pelos contribuintes norte-americanos.

A reviravolta de 1979-1981

O segundo choque petrolífero de 1979 (após a revolução iraniana) se juntou à redução de preços de outras matérias-primas.

A partir de fins de 1979, o custo da dívida aumentou duplamente, por um lado devido ao aumento das taxas de juro, por outro devido à apreciação do dólar. As tentativas do Sul de retomar as negociações sobre a nova ordem internacional fracassaram: o diálogo Norte-Sul, em Cancún, em 1981, não deu em nada. Além disso, a austeridade fiscal, exigida aos países do Sul, não foi adotada pelos Estados Unidos (redução de taxas, aumento das despesas militares, aumento do consumo).

²³ "Since World War II, defaults by LDCs, when they have occurred, have not normally involved major losses to the lending banks. Defaults are typically followed by an arrangement between the government of the debtor country and its foreign creditors to reschedule the debt (...). Since interest rates or spreads are typically increased when a loan is rescheduled, the loan's present discounted value may well be higher than that of the original credit". *Global Financial Intermediation and Policy Analysis* (Citibank, 1980), citado em "Why the Major Players Allowed it to happen", *International Currency review*, May 1984, p. 22, citado por PAYER, Cheryl. 1991. *Lent and Lost. Foreign Credit and Third World Development*, Zed Books, London, p. 72.

A reviravolta generalizada, que o Banco Mundial designou como “ajuste estrutural” foi anunciada no discurso de Robert McNamara, durante a conferência da CNUCED, em Manila, em maio de 1979.

A linguagem dupla do Banco Mundial

Até à eclosão da crise, em 1982, o Banco Mundial manteve um discurso duplo. Por um lado, dirigia-se ao público e aos países endividados dizendo que não havia razões para inquietação exagerada, porque os problemas que surgissem seriam de curta duração. Esse era o discurso dos documentos públicos oficiais. O segundo discurso é escondido a sete chaves e guardado para as discussões internas.

Em outubro de 1978, um vice-presidente do Banco Mundial, Peter Cargill, responsável pelas Finanças, envia ao presidente McNamara um memorando intitulado *Grau de risco dos ativos do Banco Mundial*. Nesse texto, Peter Cargill pressiona Robert McNamara e o Banco Mundial a darem mais atenção à solvabilidade dos países endividados.²⁴ Segundo Peter Cargill, o número de países endividados, com atrasos de pagamento ao Banco Mundial ou que procuram renegociar as suas dívidas multilaterais, passou de três para dezoito entre 1974 e 1978! Por seu lado, Robert McNamara internamente mostra preocupação diversas vezes, em especial num memorando de setembro de 1979. Noutro memorando interno, pode-se ler que se os bancos perceberem que os riscos aumentaram, poderão reduzir os empréstimos e “poderíamos ter um grande número de países numa situação extremamente difícil” (29 de outubro de 1979).²⁵

O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, editado pelo Banco Mundial em 1980, apresenta o futuro de maneira otimista e prevê que as taxas de juro estabilizem em um nível muito baixo, 1%. É totalmente irrealista. A evolução do fatos comprova-o. É interessante ver, graças aos historiadores do Banco Mundial, que numa primeira versão não publicada do relatório existe uma segunda hipótese baseada numa taxa real de 3%. Essa projeção mostra que a prazo a situação será insustentável para os países endividados. Robert McNamara consegue que se retire esse cenário negro da versão a ser publicada!²⁶

No *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, publicado pelo Banco em 1981, pode-se ler: “Parece bem provável que os devedores e emprestadores se adaptem às alterações das condições sem caírem numa crise geral de confiança”.²⁷

O mandato de Robert McNamara na presidência do Banco Mundial terminou em 1981, um ano antes de a crise eclodir ao olhar de todos. O presidente Ronald Reagan substituiu-o por Alden William Clausen, presidente do Bank of America, um dos principais credores privados dos PED. É colocada a raposa a tomar conta do galinheiro...

24 D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1, p. 598.

25 D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1, p. 599. “We may see a larger number of countries in extremely difficult situations”.

26 Esse cenário, embora fosse mais próximo do que realmente aconteceu, era, no entanto, ainda muito otimista.

27 Citado por Nicholas Stern e Francisco Ferreira. 1997. “The World Bank as “intellectual actor”” in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, p. 559.

Capítulo 14 — A crise da dívida mexicana e o Banco Mundial

Robert McNamara e o presidente Luis Echeverria (1970-1976) se deram muito bem. O presidente mexicano desencadeou uma repressão feroz contra a esquerda radical. A partir de 1973, houve um crescimento rápido das divisas do México graças ao preço do petróleo, que triplicou. Esse aumento de divisas deveria deixar o México imune à necessidade de endividamento. No entanto, o volume de empréstimos do Banco Mundial ao México aumentou muito: quadruplicou entre 1973 e 1981 (passando de 118 milhões de dólares, em 1973, para 460 milhões, em 1981). O México endividou-se também junto a bancos privados, com o aval do Banco Mundial. O volume de empréstimos privados ao México aumentou seis vezes entre 1973 e 1981. Os empréstimos dos bancos americanos predominam, seguidos em grau de importância pelos bancos britânicos, japoneses, alemães, franceses, canadenses e suíços. O montante emprestado pelos bancos privados é mais de dez vezes superior ao montante emprestado pelo Banco Mundial. Quando a crise começou, em 1982, havia 550 bancos credores do México! Para o Banco Mundial, emprestar ao México significava manter a influência sobre as autoridades mexicanas. Entre 1974-1976, a situação das finanças públicas do México deteriorou-se gravemente. O Banco Mundial incentivou o México a continuar se endividando enquanto os sinais de alarme começavam a piscar.

A 3 de fevereiro de 1978, o Banco Mundial fazia a seguinte projeção:

É quase certo que o Governo mexicano terá um aumento significativo dos recursos disponíveis no início dos anos oitenta. As nossas projeções mais recentes indicam que a balança de transações correntes registrará um superavit em 1982; mostram um crescimento grande no rendimento das exportações, principalmente na conta petróleo, tornando tanto o endividamento externo como o financiamento público problemas mais fáceis de gerir nos anos oitenta. O serviço da dívida externa, que representava 32,6% do rendimento das exportações em 1976, aumentará progressivamente para 53,1% em 1978 e depois cairá para 49,4% em 1980, e aproximadamente 30% em 1982.¹

É exatamente o oposto do que acontece na realidade. O prognóstico citado foi negado na totalidade pelos fatos!

Quando Paul Volcker, diretor do FED dos Estados Unidos, decretou um forte aumento das taxas de juro, em 1979, que inevitavelmente resultaria na crise da dívida, iniciada justamente no México, o Banco Mundial pretendeu tranquilizar. Escreveu em 19 de novembro de 1979: “O aumento da dívida pública externa me-

¹ D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1. p. 499.

xicana e principalmente o aumento do serviço da dívida, que atingiu dois terços das suas importações em 1979, sugerem que a situação é muito crítica. Na realidade a situação é exatamente o contrário”.² E isso é literalmente um absurdo!

A mensagem passada pelo Banco Mundial é a de que, apesar de tudo sugerir que as coisas vão mal, não há nada a temer porque a situação real é excelente e é preciso continuar o endividamento. O que diríamos de um guarda de trânsito que encoraja os pedestres a atravessarem uma estrada de ferro quando o sinal vermelho indica a chegada iminente de um trem? O que faria a justiça se isso levasse à morte de um homem?

Os banqueiros privados do Norte aumentaram exponencialmente os montantes emprestados aos PED, começando pelo México.

Um dos economistas do Banco, responsável pelo acompanhamento da situação, escreve um relatório alarmante em 14 de agosto de 1981.³ Explica que discorda da posição otimista do Governo mexicano e do seu representante Carlos Salinas de Gortari, diretor-geral do Ministério de Planejamento e Orçamento.⁴ A hierarquia prejudica-o de tal modo, que o leva mais tarde a abrir um processo contra o BM (do qual sai vitorioso).⁵ Em 1981, o Banco Mundial concede ao México um empréstimo de 1,1 bilhão de dólares (a ser pago ao longo de vários anos): com certeza o maior empréstimo do Banco desde 1946. No início de 1982, o Banco Mundial afirma que o crescimento do produto interno bruto do México atingirá, por ano, 8,1% entre 1983 e 1985. Em 19 de março de 1982, seis meses antes da crise, o presidente do Banco Mundial, Alden W. Clausen, enviou a seguinte carta ao presidente do México, José Lopez Portillo⁶:

A nossa reunião na Cidade do México com os vossos principais conselheiros reforçou a minha confiança nos dirigentes econômicos do vosso país. O Senhor Presidente pode orgulhar-se bastante das conquistas dos últimos cinco anos. Poucos países podem dizer que atingiram taxas de crescimento tão altas ou que criaram tantos empregos (...). Quero felicitá-lo pelas muitas conquistas já alcançadas. Como afirmei nesse último encontro, os retrocessos recentes na economia mexicana só podem ser transitórios e ficaremos felizes em ajudá-los durante o processo de consolidação.⁷

2 Idem, p. 499.

3 Memorando do dossier “Mexico: Present Economic Situation – Problems and Policies”, August 14, 1981.

4 Carlos Salinas de Gortari tornou-se presidente do México em 1988, após ter organizado uma fraude eleitoral massiva para impedir a vitória do candidato progressista, Cuauhtémoc Cardenas. Deixará a presidência em 1994, pouco tempo depois de ter assinado o Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA). Ver capítulo seguinte.

5 Eis o que dizem os historiadores do Banco Mundial: “O economista (que ainda trabalhava para o Banco nessa época) assumiu um ponto de vista muito mais preocupante sobre as perspectivas macroeconômicas mexicanas para 1981 e deu a conhecer a sua visão divergente num memorando adicionado ao dossier. A sua carreira futura no Banco ficou comprometida; após um processo que demorou anos, foi reintegrado no cargo por decisão judicial. Pieter Bottelier foi entrevistado pelos autores em 19 de janeiro de 1993”, in D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1, p. 603.

6 José Lopez Portillo presidiu ao México entre 1977 e 1982.

7 “Letter, A. W. Clausen to His Excellency Jose Lopez Portillo, president, United Mexican States, March 19, 1982”, in D. Kapur, J. Lewis, R. Webb, 1997, vol. 1, p. 603.

Menos de um ano antes, Alden W. Clausen era ainda presidente do Bank of America, que obtinha grandes lucros através de empréstimos concedidos ao México.

Em 20 de agosto de 1982, o México, depois de ter amortizado nos sete primeiros meses do ano somas consideráveis, anunciou que não estava mais em condições de continuar os pagamentos. O México decreta então uma moratória de seis meses (suspensão de pagamento de agosto de 1982 a janeiro de 1983). Restavam-lhe 180 milhões em caixa, devendo pagar 300 milhões em 23 de agosto. O México tinha prevenido o FMI desde o início de agosto que as suas reservas eram apenas de 180 milhões de dólares. O FMI reuniu com o FED, o Tesouro dos Estados Unidos, o Banco de Compensações Internacionais (BCI) e o Banco de Inglaterra. O diretor do FMI, Jacques de Larosière, anunciou às autoridades mexicanas que o FMI e o BCI estavam dispostos a realizar um empréstimo em dezembro de 1982, na dupla condição de o dinheiro ser utilizado para reembolsar os bancos privados e de o México aplicar medidas de choque e levar a cabo um ajuste estrutural. O México aceitou. Desvalorizou excessivamente a moeda, aumentou radicalmente as taxas de juro nacionais e salvou da falência os bancos privados mexicanos, nacionalizando-os e assumindo as suas dívidas. Como contrapartida, ficou com os 6 bilhões de dólares que os bancos tinham em caixa. O presidente José Lopez Portillo apresentou esta última medida ao povo mexicano como sendo um ato nacionalista. Evitou dizer que os 6 bilhões de dólares serviriam para reembolsar os banqueiros estrangeiros.

Na realidade, o que provocou a dívida mexicana? Teria sido o México que tomou a iniciativa?

Em termos gerais, as causas são claras: o aumento das taxas de juro decidido em Washington, a queda do rendimento do petróleo e o superendividamento colossal são causas estruturais. Os dois primeiros fatores são choques externos e o México não é responsável por eles. O terceiro fator, o superendividamento, é resultado da escolha dos dirigentes mexicanos, que foram encorajados a endividar o país junto dos banqueiros privados e do Banco Mundial.

Além das causas estruturais, que foram fundamentais, uma análise da sucessão dos fatos mostra que foram os bancos privados dos países industrializados que provocaram a crise, reduzindo de maneira drástica os empréstimos concedidos ao México em 1982. Alertados pelo fato do Tesouro público mexicano ter utilizado quase todas as reservas disponíveis para pagar a dívida, consideraram que era a hora de reduzir bastante os empréstimos. Puseram de joelhos um dos países mais endividados. Percebendo que o México se confrontava com o efeito combinado do aumento das taxas de juro, de que se aproveitavam, e da queda dos rendimentos petrolíferos, os bancos preferiram antecipar-se e retiraram-se. Fato agravante foi os banqueiros estrangeiros terem sido cúmplices das elites mexicanas (dirigentes de empresas e dirigentes do partido do Estado, o Partido Revolucionário Institu-

cional), que transferiam freneticamente capitais para o exterior, para os manterem em segurança. Estima-se que, entre 1981-1982, não menos de 29 bilhões de dólares deixaram o México, sob a forma de fuga de capitais.⁸ Após precipitarem a crise, os banqueiros privados aproveitaram-se dela. Deixaram a conta para outros pagarem. Nas tabelas abaixo encontra-se a prova disso:

A tabela 11 mostra a evolução dos empréstimos privados estrangeiros que não beneficiaram da garantia do Estado mexicano. Consta-se que após um enorme aumento entre 1978 e 1981, os empréstimos diminuíram drasticamente em 1982. Em contrapartida, os reembolsos não diminuem. Pelo contrário, aumentam aproximadamente 40% em 1982. Em 1983, os empréstimos bancários são totalmente interrompidos. No entanto, os reembolsos continuam a ocorrer. A evolução das transferências líquidas sobre a dívida, que era positiva até 1981, torna-se negativa a partir de 1982. No total, entre 1978 e 1987, a transferência líquida negativa representa mais de 10 bilhões de dólares a favor dos banqueiros.

Tabela 11: Empréstimos dos bancos estrangeiros sem garantia do Estado mexicano amortizações pagas aos bancos
em milhões de dólares

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	Total
Empréstimos dos bancos	931	1.565	2.450	3.690	590	0	2.144	1.115	1.700	247	14.432
Amortizações	860	1.390	1.450	2.090	2.890	1.546	4.630	3.882	3.490	2.453	24.681
Transferência líquida	71	175	1.000	1.600	-2.300	-1.546	-2.486	-2.767	-1.790	-2.206	-10.249

Fonte: World Bank, Global Development Finance, 2005.

A tabela 12 mostra a evolução dos empréstimos dos bancos privados estrangeiros que se beneficiaram da garantia do Estado mexicano. Consta-se um crescimento dos empréstimos entre 1978 e 1981. Em 1982, os empréstimos diminuem 20%, mas os reembolsos não param. Pelo contrário, aumentam constantemente. Os empréstimos bancários apresentam então uma queda forte até 1986. Em contrapartida, os reembolsos por parte do Estado mexicano continuam a um nível altíssimo. A transferência líquida sobre a dívida pública garantida pelo Estado junto dos bancos estrangeiros, que foi positiva entre 1978 e 1982, torna-se extremamente negativa a partir de 1983. No total, entre 1978 e 1987, a transferência líquida negativa representa também mais de 10 bilhões a favor dos banqueiros.

⁸ Morgan Guaranty Trust Co. Of New York, *World Financial Markets*, março de 1986, p. 15.

Tabela 12: Empréstimo dos bancos estrangeiros com garantia do Estado mexicano e amortizações pagas aos bancos
em milhões de dólares

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	Total
Empréstimos dos bancos	7.235	9.465	7.625	10.063	8.085	5.284	3.134	1.878	198	4.486	57.453
Amortizações	5.349	8.582	6.706	7.226	7.260	7.571	7.654	6.922	5.345	5.170	67.785
Transferência líquida	1.886	883	919	2.837	825	-2.287	-4.520	-5.044	-5.147	-684	-10.332

Fonte: World Bank, *Global Development Finance*, 2005.

O acumulado das transferências negativas das duas tabelas é superior a 20 bilhões de dólares. Os banqueiros privados do Norte realizaram lucros prodigiosos à custa da população mexicana.

A tabela 13 mostra a evolução dos empréstimos do Banco Mundial ao México. Constata-se um forte aumento dos empréstimos. Nessa época, o BM tinha-se lançado numa corrida desenfreada com os bancos privados no sentido de aumentar os seus empréstimos. Em 1982 e 1983 observa-se uma pequena diminuição dos empréstimos, que voltam a aumentar consideravelmente a partir de 1984. O Banco comporta-se como emprestador de última instância. Empréstimo ao Estado mexicano na condição de o Estado reembolsar os banqueiros privados, na maioria norte-americanos. A transferência líquida permanece positiva porque o México utiliza de fato os empréstimos do Banco Mundial para reembolsar os bancos privados.

Tabela 13: Empréstimos do Banco Mundial ao México e amortizações pagas ao Banco Mundial
em milhões de dólares

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	Total
Empréstimos do BM	167	326	422	460	408	360	682	840	1.016	983	5.664
Amortizações	184	220	255	283	328	399	485	597	819	1.072	4.642
Transferência líquida	-17	106	167	177	80	-39	197	243	197	-89	1.022

Fonte: World Bank, *Global Development Finance*, 2005.

Tabela 14: Empréstimos do FMI ao México e respectivas amortizações
em milhões de dólares

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	Total
Empréstimos do FMI	0	0	0	0	222	1.072	1.234	300	870	786	4.484
Amortizações	261	178	138	70	0	26	115	202	413	650	2.053
Transferência líquida	-261	-178	-138	-70	222	1.046	1.119	98	457	136	2.431

Fonte: World Bank, *Global Development Finance* 2005.

A tabela 14 mostra a evolução dos empréstimos do FMI às autoridades mexicanas. Esses empréstimos são inexistentes entre 1978 e 1981. Em contrapartida, durante o mesmo período, o México paga ao FMI empréstimos antigos. A partir de 1982, o FMI empresta massivamente ao México sob duas condições: 1) deve utilizar o dinheiro para reembolsar os banqueiros privados; 2) deve implementar uma política de ajuste estrutural (redução das despesas sociais e de infraestruturas, programa de privatizações, aumento das taxas de juro, aumento dos impostos indiretos...). A transferência líquida permanece positiva porque o México utiliza de fato, como no caso acima, os empréstimos do FMI para reembolsar os bancos privados.

Tabela 15: Empréstimos do Banco Mundial ao México e amortizações pagos ao Banco Mundial
em milhões de dólares

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	Total
Empréstimos do BM	167	326	422	460	408	360	682	840	1.016	983	5.664
Amortizações	184	220	255	283	328	399	485	597	819	1.072	4.642
Transferência líquida	-17	106	167	177	80	-39	197	243	197	-89	1.022

Fonte: World Bank, *Global Development Finance* 2005.

Tabela 16: Empréstimos dos Estados do Norte ao México e respectivas amortizações
em milhões de dólares

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	Total
Empréstimos dos Estados	156	229	439	578	673	539	540	446	848	700	5 148
Amortizações	171	388	223	286	372	481	583	573	488	377	3 942
Transferência líquida	-15	-159	216	292	301	58	-43	-127	360	323	1 206

Fonte: World Bank, *Global Development Finance* 2005.

A tabela 16 mostra a evolução dos empréstimos concedidos pelos Estados dos países mais industrializados. Tal como os banqueiros privados e o Banco Mundial, os Estados do Norte aumentaram consideravelmente os seus empréstimos ao México entre 1978 e 1981. Fazem, aliás, *grosso modo*, o mesmo que o Banco Mundial e o FMI. Enquanto os bancos privados reduzem os seus empréstimos, os Estados acompanham o FMI e o Banco nos empréstimos ao México, para que o país reembolse os banqueiros privados e adote programas de ajuste estrutural.

A tabela 17 mostra a evolução da dívida externa total do México. A dívida triplicou entre 1978 e 1987. Durante esse período, o total das amortizações representa 3,5 vezes o montante da dívida de 1978. A transferência líquida negativa atingiu mais de 26 bilhões de dólares.

Tabela 17: Evolução da dívida externa total mexicana de 1978 a 1987
em milhões de dólares

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	Total
Estoque da dívida	35.712	42.774	57.378	78.215	86.081	92.974	94.830	96.867	100.891	109.471	
Reembolso	7.423	11.595	10.962	14.340	15.684	14.825	16.960	15.293	12.944	12.087	132.113
Transferência líquida total	1.512	3.623	8.757	11.483	-1.799	-15.804	-12.144	-10.932	-6.648	-4.227	-26.179

Fonte: World Bank, *Global Development Finance* 2005.

A partir de 1982, o povo mexicano é sujeito a uma enorme sangria em benefício dos credores. De fato, o FMI e o Banco Mundial sabem como assegurar, até o último centavo, os reembolsos dos empréstimos feitos ao México para pagamento aos bancos privados. O México fica irremediavelmente submetido à lógica do ajuste estrutural. Num primeiro momento, o choque imposto em 1982 produziu uma forte recessão, enorme desemprego e forte queda do poder de compra. Em seguida, as medidas estruturais levaram à privatização de centenas de empresas públicas. A concentração de riqueza e de patrimônio nas mãos de alguns grandes grupos industriais e financeiros mexicanos e estrangeiros é impressionante⁹...

Numa perspectiva histórica, é evidente que a opção pelo superendividamento nos anos 1960-1970, a eclosão da crise em 1982 e a forma de gestão que se seguiu marcaram uma ruptura radical e definitiva com as políticas progressistas levadas a cabo entre o início da revolução mexicana, em 1910, e os anos quarenta sob a presidência de Lazaro Cardenas. Da Revolução até aos anos quarenta, as condições de

⁹ Analisei os efeitos do ajuste estrutural no México na primeira edição, de 1998, do livro *La Bourse ou la Vie. La Finance contre les peuples*, cap. 15, estudo de caso 2. "Le Mexique: endettement extérieur et crise politico-sociale", p. 270-277.

vida da população melhoraram muito e o México progrediu bastante do ponto de vista econômico, com a adoção de uma política internacional independente. Entre 1914 e 1946, o México não pagou a dívida e, no fim de contas, obteve uma vitória formidável sobre os credores, que aceitaram renunciar a 90% do montante em dívida em 1914, sem que houvesse o pagamento dos juros devidos. Desde a crise de 1982, o México perdeu o controle do seu destino. Esse era um objetivo histórico, que os EUA perseguiram desde o século XIX.

Em 1970 a dívida pública externa do México elevou-se e a 3,33 bilhões de dólares. Trinta e três anos depois, em 2003, era 33 vezes superior, atingindo os 109,4 bilhões US\$ (a dívida externa pública e privada atinge os 158,7 bilhões). Durante esse período, os poderes públicos mexicanos reembolsaram 407,3 bilhões de dólares (122 vezes mais do que o montante devido em 1970). A transferência líquida no período 1970-2003 foi de 70 bilhões de dólares. Nos vinte e um anos que vão de 1983 a 2003, apenas dois (1990 e 1995) registraram uma transferência líquida positiva em termos de dívida externa pública.

Em 2004, a dívida pública externa do México foi de 112,58 bilhões de dólares. Dezesseis anos depois, em 2019, ela é 2,7 vezes maior, atingindo 307,76 bilhões de dólares (a dívida externa pública e privada chega a 469,7 bilhões de dólares). No mesmo período, o governo mexicano reembolsou US\$ 442,81 bilhões (quase 4 vezes a quantia devida em 2004). A transferência líquida positiva durante o período 2004-2019 totaliza 51,5 bilhões de dólares. Entre 2004 e 2019, ou seja, durante 16 anos, dois períodos de três anos tiveram uma transferência líquida negativa sobre a dívida externa pública (2004-2006 e 2017-2019). O fato de a transferência líquida ter sido negativa nos últimos três anos é parte da nova crise da dívida nos países do Sul, que está em andamento desde 2015 e foi agravada pela pandemia da Covid-19. Com certeza, um dia, o povo mexicano conquistará a liberdade e será capaz de determinar o seu próprio destino.

Capítulo 15 — O Banco Mundial e o FMI: os cobradores dos credores

Em julho de 1981, Alden W. Clausen, presidente do Bank of America, chega à presidência do Banco Mundial. O Bank of America é um dos grandes bancos norte-americanos mais expostos no caso do não pagamento da dívida pelos PED. Ronald Reagan, ao colocar Alden W. Clausen na presidência do Banco Mundial, dá um sinal claro aos bancos dos Estados Unidos (e aos outros banqueiros privados do mundo): os seus interesses serão certamente levados em consideração.

Os bancos norte-americanos estavam mais expostos a riscos do que os bancos europeus e japoneses: proporcionalmente eram eles quem mais emprestavam. A crise de 1982 atingiu mais a América Latina, área privilegiada de atuação dos bancos norte-americanos. Os montantes que emprestavam, comparados ao capital que possuíam, eram enormes e imprudentes. Os bancos norte-americanos tinham emprestado, no seu conjunto, uma soma correspondente a 152% do seu capital próprio. Entre eles, os quinze maiores bancos tinham emprestado uma soma equivalente a 160% do seu capital. Os nove primeiros, entre os quais o Bank of America, tinham empenhado o equivalente a 229% dos seus capitais próprios.

Quando o México, em agosto de 1982, anunciou que não tinha mais condições para efetuar os reembolsos, os grandes banqueiros públicos reuniram-se para salvar os banqueiros privados. O quarteto reunido para definir a estratégia era composto por Jacques de Larosière, diretor-geral do FMI, Paul Volcker, presidente do FED dos Estados Unidos, Gordon Richardson, dirigente do Banco de Inglaterra, e Fritz Lentwiler, presidente do Banco de Compensações Internacionais (BCI). O presidente do Banco Mundial não esteve presente nas primeiras reuniões.

A estratégia adotada pode resumir-se da seguinte maneira:

A crise deve ser tratada como resultante de um problema de liquidez de curta duração e deve ser solucionada pelo FMI e pelos grandes bancos centrais;

É dada prioridade às dívidas dos três países mais endividados: Brasil, México e Argentina;

As dívidas privadas devem ser convertidas em dívidas públicas dos países endividados;

Os credores devem agir coletivamente e os países endividados devem ser tratados separadamente, sendo impedidos de formarem uma frente comum (dividir para reinar);

Os países endividados devem, a qualquer preço, manter o pagamento dos juros da dívida;

Os credores não darão o seu acordo à anulação ou à redução das taxas de juro, podendo apenas admitir o reescalonamento dos pagamentos;

Novos empréstimos só serão concedidos pelos bancos privados na condição dos países endividados envolvidos se comprometerem a aplicar políticas de austeridade como negociado com o FMI.

Essa estratégia, grosso modo, foi mantida ao longo dos anos oitenta, porém teve de ser alterada para refletir a amplitude da crise e o comportamento dos bancos privados. Esses últimos, contrariamente ao último ponto da estratégia acima mencionada, interromperam quase todos os empréstimos e contentaram-se em receber os reembolsos, o que provocou um aumento exponencial dos seus lucros. Os lucros que o Citibank retirou do Brasil, em 1983 e 1984, representam por si só 20% dos lucros totais obtidos pelo banco. Segundo Karin Lissakers (que mais tarde se tornou diretora executiva dos Estados Unidos no FMI), os dividendos distribuídos pelos maiores bancos norte-americanos, em 1984, são superiores ao dobro dos dividendos distribuídos em 1980.¹ De fato, o FMI e outros banqueiros centrais, mencionados mais acima, aos quais o Banco Mundial se juntou posteriormente, comportam-se como autênticos representantes da alta finança internacional privada, adotando uma estratégia dura em relação aos países endividados, com o objetivo de protegerem os bancos privados ou, por outras palavras, o grande capital internacional. Tornaram-se oficiais de justiça ao serviço dos bancos privados.

A própria Karin Lissakers ressalta: “Em certo sentido o FMI foi encarregado pela comunidade de credores de colocar os devedores sob pressão para evitar a interrupção de pagamentos”.

Jacques Polak, que foi diretor do departamento de investigação do FMI e depois diretor executivo do FMI pela Holanda, escreveu o seguinte, referindo-se à estratégia descrita acima:

Na segunda metade dos anos oitenta, os bancos comerciais começaram a explorar essa estratégia. Não temendo tornarem-se vítimas de uma crise generalizada da dívida, os bancos começaram a dar conta que poderiam insistir em condições favoráveis para si mesmos, bloqueando o acesso dos países aos créditos do Fundo (e a outros créditos relacionados com acordos com o FMI). Esses créditos foram então cada vez mais utilizados pelos bancos comerciais para cobrirem as suas próprias dívidas.²

As propostas do FMI podem ser estendidas ao Banco Mundial, que se comportou exatamente do mesmo modo.

Os bancos dos Estados Unidos saíram muito bem do negócio. Os bancos europeus também: obtiveram reduções consideráveis de impostos, conseguindo enormes provisões destinadas a amortizarem eventuais perdas sobre os créditos. Além disso, os bancos europeus e japoneses se beneficiaram da desvalorização do dólar,

1 Lissakers, Karin. 1991. *Banks, Borrowers and the Establishment: A Revisionist Account of the International Debt Crisis*, p. 194.
2 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 636, nota 132.

que fez diminuir o peso das carteiras de créditos em dólares devidos pelos países endividados.

As autoridades dos países endividados colocaram sob responsabilidade do Tesouro público (por conseguinte, a cargo dos cidadãos) as dívidas externas das empresas privadas dos seus países. No caso emblemático da Argentina, as filiais das multinacionais que se endividaram junto das suas matrizes conseguiram que as suas dívidas fossem pagas pelo Tesouro público argentino!³

Assim sendo, os governos dos PED submeteram-se às pressões conjuntas dos capitalistas locais, das multinacionais instaladas nos seus países e das grandes agências públicas do Norte, elas próprias ao serviço dos grandes bancos privados do Norte.

Essas mesmas grandes agências públicas, em particular, o FMI e o Banco Mundial, substituem progressivamente os bancos privados como credores dos países em maiores dificuldades. Nesses casos, os riscos e custos são também transferidos do setor privado para o setor público. A tabela 18 mostra que os bancos privados se desembaraçam dos países endividados que passavam por dificuldades para efetuar o reembolso (os seus créditos junto a esses países passaram de 278 bilhões de dólares em 1982, para 200 bilhões em 1992, ou seja, uma redução de 28%). Ao mesmo tempo, os credores oficiais (FMI, Banco Mundial, Estados) assumiram a continuidade desse processo (os seus créditos passaram de 115 bilhões para 252 bilhões entre 1982 e 1992, ou seja, um aumento de 120%).

Tabela 18: Dívida real dos PED em dificuldades face ao serviço da dívida entre 1982-1992

em bilhões de dólares de 1982

Ano	Bancos comerciais	Credores oficiais	Credores oficiais (%)
1982	278	115	29,3
1984	286	143	33,3
1986	278	187	40,2
1988	254	232	47,7
1990	222	251	53,1
1992	200	252	55,7

Fonte: Michael Dooley (1994), "A Retrospective on the Debt Crisis", artigo preparado para o 50.º aniversário da revista *Essays in International Finance*, Princeton University, tabela 2.

3 As empresas argentinas endividadas junto das matrizes: Renault Argentina, Mercedes-Benz Argentina, Ford Motor Argentina, Argentina IBanque, Citibank, First National Bank of Boston, Chase Manhattan Bank, Bank of America, Deutsche Bank. O Estado argentino pagou aos credores privados dessas empresas (isto é, à sua empresa-mãe): Renault França, Mercedes Benz, City bank, Chase Manhattan Bank, Bank of America, First National Bank of Boston, Crédit Lyonnais, Deutsche Bank, Société Generale. Em suma, o contribuinte argentino paga a dívida contraída pelas filiais das multinacionais junto das suas matrizes ou de banqueiros internacionais. Segundo vários autores, as multinacionais em questão criaram uma dívida das suas filiais por meio de um simples expediente de escrita contabilística, a fim de terem direito a uma compensação por parte das autoridades do país. Os poderes públicos argentinos não tinham meios de controle sobre essa contabilidade. Ver nomeadamente: Olmos Alejandro, *Todo lo que usted quiso saber sobre la deuda externa y siempre se lo ocultaron*, Editorial de los Argentinos, Buenos aires, 1990, 240 pp.

Sob recomendação ou influência do FMI e do Banco Mundial, os países endividados utilizaram os empréstimos que receberam dos credores públicos (FMI, Banco Mundial, Estados) para reembolsarem os bancos privados, que evitaram emprestar-lhes mais dinheiro. Acima de tudo, esperavam ser reembolsados na íntegra.

Porém, os empréstimos dos credores públicos, além de aumentarem o estoque da dívida, que teria sempre de ser reembolsado, não era suficientes para amortizar as dívidas colossais devidas aos bancos, porque as taxas de juro eram cada vez maiores. A respeito das taxas de juro exorbitantes pagas pelos PED, o PNUD esclarece no *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1992*:

Durante os anos oitenta, quando a taxa de juro era de 4% nos países industrializados, os países em desenvolvimento suportavam uma taxa de juro efetiva de 17%. Numa dívida de mais de um bilião de dólares, isso representa um aumento de 120 bilhões de dólares, a que se juntam as transferências líquidas da dívida que são negativas e atingem os 50 bilhões de dólares em 1989.⁴

A questão das transferências líquidas negativas, mencionada pelo relatório do PNUD, é fundamental, merecendo por isso uma análise específica

O debate interno no Banco Mundial sobre o cálculo da transferência líquida

Em 1984, o debate sobre essa questão provoca um verdadeiro rebuliço no Banco Mundial. De fato, nesse ano, uma equipe de economistas do Banco Mundial, dirigida por Sidney Chernick e Basil Kavalsky, produz um relatório que questiona a maneira como o Banco apresenta os fluxos da dívida externa.⁵ Até então, o Banco só considerava os fluxos líquidos sobre a dívida (*net flows on debt*), definidos como a diferença entre o capital emprestado e o reembolsado, sem contabilizar os juros... Essa equipe de economistas adota outra posição ao declarar que seria preciso incluir os juros reembolsados no cálculo, de modo a apresentar o problema da dívida mais de acordo com a realidade.

A tabela 19 apresenta a evolução do montante crescente da dívida externa total dos PED entre 1979 e 1987. Se adotarmos a abordagem tradicional do Banco Mundial (portanto, sem incluir os juros), a transferência é positiva ao longo de todo o período considerado. Apresentando desta forma as transferências, como é possível dar conta que uma crise da dívida tenha eclodido em 1982 e tenha continuado?

4 PNUD, 1992, p. 74.

5 BRD, Operations Policy Staff, "Debt and Adjustment in Selected Developing Countries", SecM84-698, 1984, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 615.

Tabela 19: Evolução do montante da dívida externa total dos PED
em milhões de euros

Todos os PED	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Total da dívida externa	427.424	540.923	628.610	715.788	781.947	826.434	929.186	1.020.494	1.166.248
Transferência líquida sem os juros pagos	67.298	94.821	96.739	83.194	45.366	42.397	38.208	36.327	48.037
Transferência líquida com os juros pagos	44.247	51.359	40.708	20.341	-14.282	-21.744	-27.614	-24.846	-12.895

Fonte: World Bank, *Global Development Finance* 2005.

Em contrapartida, se adotarmos a abordagem defendida por essa equipe de economistas do Banco, o resultado é totalmente diferente. De fato, percebemos que a transferência é positiva até 1982 e que se torna negativa a partir de 1983. É totalmente justificável calcular a transferência líquida sobre a dívida retirando dos montantes emprestados a parcela reembolsada a título de amortização do capital e dos juros pagos. No entanto, tendo em conta que a crise foi provocada pela alta das taxas de juro, só podemos visualizá-la e compreendê-la se considerarmos o pagamento dos juros.

Assim que o relatório chegou à direção do Banco, os principais dirigentes reagiram negativamente. Ernest Stern, um dos principais quadros superiores do Banco e vice-presidente do Departamento de operações do Banco, enviou um fax em que declarava: “Não estou de acordo em divulgar um documento que centra a análise sobre a questão da transferência líquida”.⁶ Segundo Stern, estava fora de questão apresentar o pagamento de juros como um peso, tratava-se apenas de uma remuneração do capital emprestado. Apenas um detalhe.

Após uma reunião do FED em Nova Iorque, para a qual o Banco foi convidado, Ernest Stern redige um memorando destinado à direção do Banco no qual declara: “a questão das transferências líquidas foi destacada e objeto de uma verdadeira avalanche de comentários negativos, por parte de diversos governos e de outros participantes. O Banco Mundial também foi atacado por diversos comentadores por ter tocado no assunto”.⁷ Estava fora de questão mexer nesse tabu.

Essa atitude defensiva demonstra bem que tocamos num ponto particular-

⁶ Fax message, Ernest Stern to Luis de Azcarate, director, CPDDR, May 15, 1984 in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 616.

⁷ Memorandum, Ernest Stern to members of the Managing Committee, “Conference at the Federal Reserve Bank of New York,” May 11, 1984, p. 1, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 616.

mente sensível e importante. Só podemos avaliar o que representou o reembolso da dívida se considerarmos a amortização dos juros da dívida, mais o reembolso do capital. O quadro seguinte aplica o procedimento anterior aos casos da América Latina e do Caribe. Se mantivermos a posição tradicional do Banco, constataremos apenas um leve problema de transferência negativa referente ao ano de 1983. No entanto, tendo em conta os juros pagos, deparamo-nos com a situação real: as transferências são massivamente negativas a partir de 1983.

Tabela 20: Evolução do montante da dívida externa total da América Latina e Caribe
em milhões de dólares

América Latina e Caribe	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Total da dívida externa	197.472	242.835	295.301	333.142	361.668	376.004	387.807	406.001	442.010
Transferência líquida sem os juros pagos	35.901	45.710	54.261	37.893	-317	6.211	4.537	2.276	8.515
Transferência líquida com os juros pagos	23.221	21.359	21.413	299	-34.971	-29.040	-30.204	-27.774	-19.814

Fonte: World Bank, Global Development Finance 2005.

De acordo com certos cálculos, entre 1982 e 1985, as transferências da América Latina para os credores representaram 5,3% do produto interno bruto (PIB) do continente. O peso é enorme: comparativamente, as reparações impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes atingiram 2,5% do PIB alemão entre 1925 e 1937.⁸

Para a direção do Banco, o debate interno sobre a transferência líquida afeta diretamente os seus interesses enquanto credor. O Banco (tal como o FMI) quer manter a qualquer custo o seu estatuto de credor privilegiado, porque isso permite-lhe ser reembolsado antes dos outros credores (credores privados ou bilaterais). Ernest Stern explica, numa nota interna destinada à formulação de um discurso que o presidente do Banco pronunciará no fórum econômico de Davos, em janeiro de 1984, que se deve evitar pedir aos bancos privados a manutenção de transferências líquidas positivas (incluindo o pagamento de juros) porque isso poderia voltar-se contra o Banco Mundial. De fato, essa exigência poderia também afetar o

⁸ Andres Bianchi, Robert Devlin and Joseph Ramos, "The Adjustment Process in Latin America 1981-1986", paper prepared for World Bank-IMF Symposium on Growth-Oriented Adjustment Programs, Washington D.C., February 25-27, 1987, table 9 in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, nota 105 p. 627.

Banco. Portanto, convém iludir o assunto falando apenas de empréstimos líquidos (ou fluxo líquido sobre a dívida), isto é, excluir do cálculo o reembolso dos juros. É o que comprova este extrato da nota interna: “Se os bancos comerciais são responsáveis pela manutenção de transferências líquidas (...), então estaremos dizendo que (...) o próprio Banco Mundial pode num futuro próximo ser responsabilizado por não manter transferências líquidas positivas. Estaríamos contradizendo que o que distingue o Banco Mundial dos outros bancos, e justifica um tratamento distinto em termos de reescalonamento, é que nós mantemos empréstimos líquidos – não transferências líquidas. Se aceitarmos o argumento da transferência líquida no discurso público presidencial, estaremos enfraquecendo muito a nossa posição de rejeitar tentativas de reescalonamento quando as transferências líquidas se tornarem negativas”.⁹

A parte final do trecho mencionado revela dois pontos importantes: 1) o dirigente do Banco Mundial já previa que a transferência líquida entre o Banco e os seus clientes seria negativa; 2) conseqüentemente, temia que o Banco nunca mais pudesse recusar o reescalonamento dos montantes que lhe são devidos.

O quadro seguinte mostra as transferências feitas sobre as dívidas contraídas junto do Banco. Se aplicarmos o método defendido por Ernest Stern, as transferências permanecem positivas. Se aplicarmos a abordagem alternativa, as transferências tornam-se negativas a partir de 1985.¹⁰

Tabela 21: Transferências líquidas sobre as dívidas contraídas junto do BM em milhões de dólares

Todos os PED	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Dívida ao BM (BIRD)	24.356	28.570	33.706	33.426	46.612	63.411	83.372	79.871	80.981
Transferência líquida sem os juros pagos	3.972	4.229	5.144	5.556	5.100	5.667	5.027	3.743	3.329
Transferência líquida com os juros pagos	2.239	2.217	2.728	2.700	1.838	887	-767	-2.801	-2.738

Fonte: World Bank, *Global Development Finance* 2005.

Uma razão adicional motiva o Banco na sua recusa em falar de transferência líquida negativa. Nos anos oitenta, os países de renda média, como o México, o Brasil, a Argentina, a Venezuela e a Iugoslávia, foram os principais países afetados pela crise da dívida. Também foram os principais clientes do Banco Mundial.

⁹ Memorando, Ernest Stern to Munir Benjenk, “Draft Speech For Davos”, January 16, 1984, p. 2, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 616.

¹⁰ Ao construir a tabela, tivemos em conta os empréstimos concedidos pelo BIRD, filial do Banco Mundial, que concede empréstimos aos países com rendimento médio. Não tivemos em consideração os empréstimos concedidos pela AID aos países com rendimento baixo.

Esses países financiavam o Banco com o pagamento de juros (que se somam ao reembolso do capital emprestado). De fato, o Banco Mundial obtém resultados positivos graças aos juros pagos pelos países de renda média que recorreram aos seus serviços. Os países ricos não financiam o Banco Mundial (BIRD), que contrai empréstimos junto dos mercados financeiros. O Banco Mundial empresta aos países pobres através do seu braço financeiro, a AID. Em suma, são os países endividados de rendimento médio que permitem que o Banco empreste aos países pobres com baixas taxas de juro e sem incorrer em perdas. É de vital importância para o Banco dissimular essa realidade, porque, de contrário, os países com rendimento médio poderiam exigir o direito de opinar a respeito da política do Banco em relação aos países mais pobres. Ora, a definição dessa política é uma prerrogativa dos países ricos que dirigem o Banco.

Terrorismo intelectual no interior do Banco Mundial

Segundo os historiadores do Banco Mundial, um sistema de espionagem foi oficialmente posto em prática durante a presidência de Alden W. Clausen, com o objetivo de detectar vozes dissonantes em relação à linha político-econômica da direção do Banco. Os historiadores do Banco contam o seguinte: “Entre o início de 1983 e 1986, o departamento de pessoal do Banco contou aos diretores executivos que o departamento econômico tinha adotado um sistema de informações para detectar as divergências do pessoal face às posições do *establishment*: classificavam os funcionários segundo uma ou outra escola de pensamento, favorecendo abertamente os legalistas, recrutavam através de contratos a termo para aumentarem a dependência do pessoal contratado. Os funcionários do Departamento de Investigação econômica (ERS) eram cada vez mais considerados uma unidade destinada a vender ideologia, do que destinada a fazer investigação objetiva”.¹¹

O terrorismo intelectual e o obscurantismo neoliberal são de tal ordem que, durante o período em que Anne Krueger foi presidente e economista-chefe, 29 dos 37 investigadores dirigentes do Departamento de Investigação foram dispensados entre 1983 e 1986.¹² Mais grave ainda foi o fato de mais de uma dezena dos postos disponíveis permanecerem desocupados durante dois anos, porque ninguém queria assumir o lugar dos dispensados.

Os historiadores do Banco explicam uma crise que surgiu entre a direção do Banco Mundial, em particular entre Anne Krueger e o redator-chefe da nova revista do Banco Mundial, *WB Economic Review*, Mark Leiserson. Este último, apoiado por todo o corpo de redação, tinha decidido publicar um artigo de Jeffrey Sachs, escrito em 1985. A vice-presidente do Banco Mundial, Anne Krueger, proibiu a publicação do artigo. O redator-chefe pediu demissão em sinal de protesto, após

11 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 1194.

12 Idem, p. 1193, nota 47.

ter tentado convencer a direção do Banco a respeitar o corpo de redação. Este não foi um caso isolado, já que, meses mais tarde, o redator-chefe de uma outra revista do Banco, *WB Research Observer*, demitiu-se por razões idênticas.

Sabendo que Jeffrey Sachs tinha acabado de pôr em prática um plano de ajuste estrutural extremamente duro na Bolívia, colocando-se assim ao lado da ala neoliberal do Banco Mundial e do FMI, ficamos com uma ideia do grau de terrorismo intelectual e de obscurantismo exercido por Anne Krueger, economista-chefe do Banco, sobre aqueles que tentavam conceder prudentemente a palavra a pessoas externas à instituição. Anne Krueger não via com bons olhos que Jeffrey Sachs propusesse que o Banco Mundial e o FMI pedissem aos bancos privados para anularem a dívida dos países extremamente endividados. Em suma, Sachs propunha que os bancos privados fizessem um esforço, o que não era aceitável para Anne Krueger! Os historiadores do Banco reconhecem que era também exercida uma censura sobre a publicação mais importante do Banco, *World Debt Tables*.¹³

Anne Krueger abandona suas funções em 1987. Em 2000 torna-se a segunda figura do FMI. No entanto, é preciso não pessoalizar o assunto. Anne Krueger agiu na qualidade de representante dos Estados Unidos, não podendo ser encarada como um acidente de percurso na história do FMI e do Banco Mundial.

Mudança radical de discurso do Banco Mundial em relação aos PED e aos seus dirigentes

Até a eclosão da crise da dívida, o Banco Mundial não poupava elogios aos dirigentes dos PED, na tentativa de os encorajar ao endividamento e à implementação de políticas recomendadas pelo Banco. Logo após a eclosão da crise, o tom muda radicalmente. O Banco critica os governos dos PED e os responsabiliza pela crise. Evita a todo o custo fazer a mínima autocrítica.

A mudança é expressa claramente nas duas citações seguintes.

Em 1982, imediatamente após a crise, o Banco escreve em seu relatório sobre o desenvolvimento mundial (*World Development Report 1982*): “os países em desenvolvimento, apesar do aumento do deficit da sua balança de transações correntes, de 40 bilhões de dólares em 1979, para 115 bilhões de dólares em 1981, adaptaram-se muito melhor à nova situação do que os países industrializados”.¹⁴

Quatro anos mais tarde, o Banco afirma o contrário (*World Development Report 1986*): “na origem da fraca performance e dos problemas da dívida dos países em desenvolvimento está a incapacidade de se adaptarem à evolução dos acontecimentos externos, desde o início dos anos 1970, e à magnitude dos choques externos”¹⁵.

¹³ *Ibid.*, p. 624.

¹⁴ WORLD BANK, *World Development Report 1982*, p. 7, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century. Volume 1: History*, p. 617.

¹⁵ World Bank, *World Development Report 1986*, p. 33, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century. Volume 1: History*, p. 61.

Quando um economista do Banco, Carlos Diaz-Alejandro, faz uma análise, em 1984, atenuando a atitude dos PED na crise ao frisar que foram submetidos a fortes choques externos, Ernest Stern responde secamente:

Os países que contraíram empréstimos entre 10 e 15 bilhões de dólares por ano pertencem ao clube dos grandes. Pensaram ter essa capacidade – afirmaram várias vezes. Tinham os olhos bem abertos e estavam cientes do que faziam naquele momento – e muito do que fizeram era seguro. No entanto, calcularam mal. Isso pode acontecer e o custo desse erro de cálculo pode ser elevado. Mas se querem pertencer a um sistema internacional aberto e interdependente, está na hora de assumirem as suas responsabilidades e de não empurrarem a culpa do fracasso para outros. Creio que partilham esta maneira de ver.¹⁶

Essa atitude do Banco tem vários objetivos: 1) evitar ser criticado pela política de endividamento, que recomendou nas décadas que precederam a crise, em particular nos anos 1970; 2) convencer os seus interlocutores a aplicarem políticas radicais de austeridade no âmbito do ajuste estrutural, sem pedirem aos países ricos para fazerem um esforço de solidariedade.

Stanley Fisher, que substituiu Anne Krueger no posto de economista-chefe do Banco, em 1987, escreveu num memorando interno em 1990: “Não quero que os países menos desenvolvidos pensem que a comunidade internacional vai ajudá-los e, portanto, sublinho que o problema está nas mãos deles”¹⁷.

Os historiadores do Banco Mundial ressaltam: “Qualquer um que se interesse pela história da crise da dívida repara no modo como o debate foi influenciado pelos norte-americanos e como os países que sofriam diretamente a crise não se faziam ouvir”¹⁸. Os autores acrescentam depois que as análises publicadas pelo Banco Mundial refletiam os interesses políticos dos seus principais acionistas, em particular dos Estados Unidos e, por acréscimo, dos bancos privados.

Cumplicidade entre os banqueiros do Norte e as classes dirigentes do Sul

Diversos estudos deixam transparecer a relação existente entre o endividamento crescente dos países da América Latina, nos anos 1970 e 1980, e a fuga de capitais do Sul para o Norte. Uma parte considerável dos montantes emprestados pelos banqueiros do Norte voltava aos seus cofres sob a forma de depósitos.

Os historiadores do Banco escrevem a esse respeito: “A parte relativa à fuga de capitais, que aumentou a dívida externa, entre 1978 e 1982, oscila entre 50% a 100% no caso da Argentina, do México e da Venezuela. No caso do Brasil, foi da

16 Letter, Ernest Stern to Carlos F. Diaz-Alejandro, September 10, 1984, p. 3-4, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 618.

17 Memorando, Stanley Fisher to Ibrahim Shibata, May 26, 1990 in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, p. 618.

18 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, p. 626.

ordem dos 10%”¹⁹.

19 Idem, p. 662. Para escreverem isto, os historiadores baseiam-se em: Estimates from Miguel A. Rodriguez, “Consequences of Capital Flight in Latin America: The Case of Brazil,” *Journal of Development Economics*, vol. 17, no. 1, pp. 107-127, 1984. Outras investigações alcançaram resultados que confirmam resultado anterior. Eis aqui uma sob a forma de tabela:

Tabela 22: Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru e Venezuela: fuga de capitais de 1973 a 1987
em milhões de dólares e em percentagem

País	Fuga de capitais (1973-1987)	Estoque de ativos no exterior (1987)	Porcentagem de ativos no exterior em relação à dívida externa (1987)
Argentina	29.469	43.674	76,9
Brasil	1.556	20.634	18,3
Colômbia	1.913	2.994	19,5
México	60.970	79.102	73,3
Peru	2.599	4.148	23,0
Venezuela	38.815	48.027	131,5

Fonte: IFRI, *Ramses 93*, Paris, 1992, p. 235. Baseado em M. Pastor, “Capital Flight from Latin America”, *World Development*, janeiro 1990.

Os historiadores do Banco tiram uma conclusão bem pertinente: “a fuga de capitais colocou cada vez mais títulos privados em paraísos fiscais, em bancos que são credores desses países. As elites latino-americanas não eram, portanto, de todo favoráveis ao incumprimento do pagamento que colocaria os seus títulos privados em perigo”²⁰. De fato, as elites ricas não têm qualquer interesse em propor a suspensão do pagamento da dívida externa dos seus países.

Para concluir esta parte, não abdicó do prazer de reproduzir a delicada troca de notas internas entre Stanley Fisher, do Banco Mundial, e Jacob Frenkel, seu colega do FMI. Num estudo, o FMI publicara projeções otimistas relativas ao fim da fuga de capitais e o regresso desses capitais aos seus países de origem. Stanley Fisher escreve ao seu colega do FMI: “O pessoal do Banco está preocupado com as projeções do Fundo sobre a amplitude substancial do regresso ao país dos capitais em fuga e sobre o impacto na análise da redução do fosso financeiro de certos países. Desconhecemos sobre que análise econômica se baseiam tais projeções e acreditamos que se trata de uma profecia que não se realizará. O gap financeiro não pode ser disfarçado pelo regresso ao país de capitais que tinham fugido, quando a situação depende acima de tudo da estabilidade econômica e financeira”²¹. Jacob Frenkel responde: “a questão levantada por você em relação às projeções sobre o regresso de capitais em fuga para sanar o *gap* financeiro *compreende, como sabe, outras considerações além das puramente analíticas*”²² (o sublinhado é nosso). Em suma, o FMI apresenta projeções otimistas por razões políticas.

O ajuste estrutural generalizado

Num livro editado em 1974, o economista americano Cheryl Payer, crítico do FMI e do Banco Mundial, resume as medidas que o FMI exige aos PED que soli-

²⁰ *Ibid.*, p. 678.

²¹ Memorando, Stanley Fischer to Jacob A. Frenkel, “Coordination of Forecasts”, June 27, 1989, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, nota 45, p. 611.

²² Memorando, Jacob A. Frenkel to Stanley Fisher, “Coordination of Forecasts”, July 14, 1989, p. 1-2. in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century, Volume 1: History*, nota 45, p. 611.

citam os seus serviços:

Abolir ou liberalizar o controle sobre o câmbio e as importações;
Desvalorização da moeda;

Políticas monetárias restritivas para controlar a inflação, que cairá da seguinte forma: a) aumento das taxas de juro e, em certos casos, aumento das reservas cambiais; b) controle do deficit público: diminuição das despesas, aumento das taxas e tarifas de serviços e de empresas públicas, eliminação dos subsídios de bens de consumo; c) limites ao aumento dos salários do funcionalismo público; d) desmantelamento do controle de preços;

Maior incentivo para o investimento estrangeiro.

Para definir essas medidas, Cheryl Payer analisou a política do FMI aplicada nos anos sessenta nas Filipinas, Indonésia, Brasil, Chile, Índia, Iugoslávia e Gana.

A partir de 1981-1982, quando estoura a crise da dívida, um número considerável de países solicita os serviços do FMI (frequentemente sob pressão dos principais credores, quer sejam públicos ou privados), para encontrar uma solução para os problemas da balança de pagamentos. O FMI dispõe, então, de poderes consideráveis, que lhe permitem generalizar as medidas econômicas resumidas acima. Esse pacote de medidas veio a ser cada vez mais conhecido pela designação de programa de ajuste estrutural.

Ironia amarga da história, como já indicado anteriormente, acontece quando o preço do petróleo aumenta muito em 1973 e o FMI declara que não é necessário nenhum ajuste estrutural. No entanto, o choque petrolífero tinha modificado significativamente a situação internacional ao fazer aumentar muito o rendimento gerado pelas divisas provenientes dos países exportadores de petróleo e provocando uma forte procura de divisas por parte dos PED não produtores de petróleo.

Num livro coordenado por John Williamson, publicado em 1983, pode ler-se o testemunho de um funcionário do FMI, que explica: “A preocupação nessa época (isto é, no momento do choque petrolífero de 1973) era que os países não tentassem um ajuste rápido demais porque uma tal tentativa realizada coletivamente poderia conduzir a um aprofundamento não desejado da recessão global”²³.

Quando a crise da dívida eclode como consequência do efeito combinado do aumento das taxas de juro, decretado pelo FED dos Estados Unidos, e da baixa dos preços das matérias-primas, o FMI e o Banco Mundial modificam completamente as suas versões do sucedido. Imputam uma grande parte da responsabilidade da crise ao choque petrolífero. O ajuste que, segundo eles, não era necessário em meados da década de setenta, torna-se subitamente incontornável.

O Banco Mundial foi pioneiro ao lançar, em 1980, os primeiros empréstimos de ajuste estrutural. E é sob o incentivo de Robert McNamara que o Banco inicia

²³ DALE, William B., “Financing and Adjustment of Payments Imbalances”, in John Williamson, ed., *IMF Conditionality*, Institute for International Economics, Washington, 1983, p. 7.

esses novos empréstimos. Robert McNamara justifica a adoção dessa política com base na seguinte previsão: após o segundo choque do petróleo de 1979, o aumento do preço do petróleo continuará ao longo dos anos oitenta (o que foi negado pelos fatos, ocorrendo justamente o contrário) e devido a isso é necessário que os PED procedam a um ajuste estrutural.²⁴

O conteúdo do ajuste apresentado por Robert McNamara corresponde ao resumo apresentado acima. Entre 1980 e 1983, o Banco concedeu catorze empréstimos de ajuste estrutural a nove países.²⁵

Ao longo dos anos oitenta, surgem constantes tensões entre o Banco e o FMI, que não conseguem intervir de forma coerente. A situação desemboca na assinatura de uma concordata entre ambas as instituições em 1989.²⁶ No ano seguinte, em 1990, nasce o conceito de Consenso de Washington²⁷, que codifica as políticas a serem seguidas no contexto de ajuste estrutural, adicionando às medidas resumidas acima por Cheryl Payer a dimensão das privatizações em massa e da política de reposição de custos em setores como a educação, a saúde e a distribuição de água... Note-se que o Consenso de Washington não engloba apenas o FMI e o Banco Mundial, é preciso acrescentar o Executivo dos Estados Unidos, representado pelo Tesouro. O novo contributo trazido pelo Consenso de Washington não se limitava tanto às medidas econômicas a serem aplicadas (que já eram postas em prática na sua maior parte) mas dizia sobretudo respeito à proclamação pública de um acordo entre as instituições de Bretton Woods e o Executivo norte-americano.

Além disso, o Banco Mundial despense um grande esforço para publicar estudos e relatórios com o objetivo de fundamentar teoricamente e codificar a política de ajuste estrutural. Entre os inúmeros relatórios vale a pena frisar a importância do relatório intitulado *O Desenvolvimento Acelerado em África a Sul do Saara*, realizado sob a coordenação do economista Elliot Berg. Trata-se do resultado de uma ordem de Robert McNamara. O relatório representará a linha política do Banco Mundial durante um longo período. Acentua a insuficiência do apoio à iniciativa privada e o grande espaço ocupado pelo setor público. Pretende reforçar o apoio às culturas de exportação reduzindo ainda mais as culturas de subsistência. Para Elliot Berg e para a sua equipe, sobretudo não era preciso alcançar a autossuficiência

24 Nicholas Stern e Francisco Ferreira. 1997. "The World Bank as "intellectual actor"" in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 2, p. 540.

25 Idem, p. 543.

26 Para limitar as contradições entre as recomendações (como aconteceu na Argentina, em 1988, em que o Banco concedeu o seu apoio a condições que o Fundo não considerava satisfatórias), foi definida uma divisão geral de responsabilidades em 1989. O termo "concordata", utilizado pelos próprios, não é despidendo: indica que as tensões e contradições entre as instituições eram consideráveis. Concordeu-se que o Fundo examinaria prioritariamente os aspectos globais das políticas macroeconômicas, nomeadamente no que dissesse respeito ao orçamento, preços, moeda, crédito, taxas de juro e taxas de câmbio. O Banco, por sua vez, concentrar-se-ia nas estratégias de desenvolvimento, projetos e aspectos setoriais. Essa distribuição de tarefas requeria uma colaboração estreita em diferentes domínios, mas a concorrência entre as duas administrações permanecia intensa. A concorrência institucional era devida a tipos de cultura de empresa diferentes.

27 Para uma apresentação sucinta do Consenso de Washington, ver ATTAC. 2004. *Le développement en question(s): vers une société solidaire et économe*, Fayard, Paris, Capítulo 7. Ver também: WILLIAMSON, John, "What Washington means by policy reform", 1989, in *Latin American Adjustment: How much has happened?*, Washington, Institut of International Economics.

alimentar, afirmando que “a maior parte dos países africanos possui vantagens comparativas muito nítidas em termos de culturas de exportação”. Por exemplo, valeria mais exportar produtos tropicais e importar produtos alimentares, porque “uma política de autossuficiência que sacrificasse as culturas de exportação seria onerosa em termos de rendimento”²⁸. O relatório reprovava o fato de a ajuda exterior ter reforçado o setor público!

O mesmo relatório considerava os dirigentes africanos amplamente responsáveis pelo infortúnio de África, desculpando as instituições financeiras internacionais e os países do Norte! O relatório Berg foi de algum modo a resposta dada pelo Banco Mundial ao Plano de Lagos da Organização de Unidade Africana (OUA), aprovado em 1980. A direção do Banco Mundial ficou estarelecida pelas reações negativas suscitadas pelo relatório Berg, uma vez que os responsáveis africanos do Banco tinham avaliado o relatório sem críticas. A direção do Banco foi tomada de surpresa e pediu que dois consultores externos sondassem os dirigentes africanos para saber o que pensavam do Banco. O resultado do inquérito confirmou as pre-ocupações: a imagem do Banco era francamente ruim.

Os historiadores do Banco Mundial resumem de forma contundente o caráter da produção analítica do Banco durante os anos oitenta e a divisão de tarefas entre o Banco e o FMI: “O Banco coloca-se como o bastião, a origem das políticas ortodoxas de desenvolvimento econômico. Tratava-se de articular a autoridade a longo prazo no âmbito do designado Consenso de Washington (o FMI dominava a articulação a curto prazo), ditando as relações entre Estados e mercados, inclusive as políticas econômicas internacionais e as interações a nível nacional”²⁹.

Tímidas tentativas e resistência por parte dos PED

A estratégia estabelecida em Washington, desde a eclosão da crise, de dividir para reinar funciona plenamente. Os governos latino-americanos não têm de fato vontade de construir uma frente comum para fazer face à crise e aos credores.

Em janeiro de 1984, deveria haver uma reunião secreta, em Cusco, no Peru, entre os ministros das finanças da Argentina, do Brasil, da Colômbia, do México e do Peru. Tratava-se de uma tentativa de adoção de uma estratégia comum. À última hora, a reunião foi cancelada porque o ministro peruano Carlos Rodriguez Pastor, que deveria ser o anfitrião, demitiu-se repentinamente. A decisão de anular a reunião foi tomada tão tardiamente que um dos ministros convidado ainda foi até ao local do encontro. Não foi avisado a tempo.³⁰

Richard Webb, um dos autores da história do Banco Mundial, foi presidente Banco Central do Peru. Ele conta que, em junho de 1984, o Peru se encontrava

28 Banque Mondiale, *Le développement accéléré en Afrique au Sud du Sahara, Programme indicatif d'Action*, Washington, 1981, p. 151.

29 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 1193.

30 Idem, p. 620.

perante um dilema: continuar a pagar o serviço da dívida externa e suprimir as importações necessárias para o crescimento ou, para manter o crescimento, não renunciar às importações necessárias e suspender imediatamente parte do pagamento da dívida. O Governo acabava de fracassar, não cumprindo os objetivos de austeridade orçamental exigidos pelo FMI. Na qualidade de presidente do Banco Central do Peru, Richard Webb sugere então que o Peru declare unilateralmente uma moratória parcial, o que provocou o pânico no seio do Governo. Richard Webb é acusado pelo primeiro-ministro da época de “apunhalar o país pelas costas”. É lançado, contra ele, um procedimento de destituição, sendo acusado de ter arruinado a credibilidade do Peru no estrangeiro.³¹

Quando Alan García, presidente do Peru, anuncia, em 1985, que o seu país não destinará mais de 10% do rendimento das exportações para a amortização da dívida, o Banco Mundial estuda a questão internamente e conclui que se Alan García concretizasse efetivamente esse plano, o Peru muito provavelmente poderia sair dessa situação caso aplicasse o montante economizado em despesas para reforçar a sua economia. Evidentemente, os resultados desse estudo não foram publicados.³²

Os economistas argentinos Alfredo Eric Calcagno e Alfredo Fernando Calcagno apresentam um resumo da experiência realizada pelo Peru a partir de agosto de 1985:

O governo de Alan García, em agosto de 1985, anunciou a sua decisão de não pagar mais do que o equivalente a 10% das exportações, dando preferência aos organismos financeiros multilaterais. Desse modo, as transferências líquidas – que tinham sido negativas na ordem de 488 milhões de dólares em 1984, e de 596 milhões, em 1985 –, passaram a ser positivas na ordem dos 112 milhões de dólares em 1986, na ordem dos 89 milhões de dólares em 1987, e de 90 milhões em 1988. O Peru não sofreu qualquer represália ou restrição comercial, tendo aumentado extraordinariamente as suas importações em 1986 e 1987 (44% e 18% respectivamente), apesar de uma queda de 15% nas exportações em 1986 (com ligeira recuperação em 1987). Do lado do financiamento externo, o não pagamento da maior parte da dívida compensou com folga a interrupção dos empréstimos financeiros privados e a redução dos empréstimos oficiais e multilaterais. Em 1986 e 1987, o produto interno bruto cresceu 8,9% e 6,5%, impulsionado pelo aumento da demanda interna, que era satisfeita pela capacidade produtiva nacional e pelo aumento das importações, que se deveu à redução do pagamento da dívida. Porém, nesse período não foram realizados investimentos de vulto e os fatores dinâmicos esgotaram-se em 1988, ano em que o produto caiu 7,5% e a inflação subiu de forma considerável. Des-

³¹ *Ibid.*, nota 64, p. 615.

³² *Ibid.*, p. 679.

se modo, a crise que o Peru sofreu nos anos seguintes deveu-se a problemas de política econômica interna, que não derivam de represálias comerciais, nem de danos que poderiam ter sido causados pelos limites impostos ao pagamento da dívida. Pelo contrário, a redução dos pagamentos externos gerou uma oportunidade que não foi possível aproveitar ou não se soube aproveitar.

Ao longo dos anos oitenta, outros países da América Latina suspenderam total ou parcialmente o pagamento das suas dívidas exteriores durante vários meses,³³ mas nenhuma estratégia comum foi adotada, apesar da importante campanha lançada pelo Governo cubano em 1985. Fidel Castro declarou perante numerosos delegados dos movimentos políticos e sociais da América Latina, em agosto de 1985, por ocasião de um encontro internacional consagrado à dívida: “Nos demos conta que (...) definitivamente a palavra de ordem ‘anulação da dívida’” é válida para todos os países do Terceiro Mundo”³⁴. Essa campanha dirigida por Fidel Castro sob o tema “A dívida é impagável” obteve certa repercussão entre as organizações sociais e os partidos de esquerda do continente, porém o acolhimento foi reservado por parte dos governos.

No entanto, a iniciativa de Cuba, em 1985, teve repercussões fora das fronteiras da América Latina. Na África Subsaariana, o jovem presidente do Burkina Faso, Thomas Sankara, dirige-se a todos os chefes de Estado africanos, presentes na 25ª conferência da OUA (Organização de Unidade Africana), em 29 de julho de 1987, em Adis Abeba³⁵, nos seguintes termos:

A dívida é agora o neocolonialismo em que os colonialistas se transformaram em “assistentes técnicos” (...). De fato, deveríamos falar de assassinos técnicos. Além disso, foram eles que nos propuseram fontes de financiamento, “os negociantes de fundos” (...). Esses negociantes de fundos nos foram aconselhados, recomendados. Nos apresentaram relatórios e montagens financeiras fantasiosas. Nos endividamos por cinquenta anos, sessenta anos e até mais. Isto é, levaram-nos a comprometer o nosso povo por mais de cinquenta anos. Na sua forma atual, a dívida é uma reconquista da África sabiamente organizada, para que o seu crescimento e o seu desenvolvimento obedeçam a normas que nos são totalmente estranhas. Fazendo com que cada um de nós se transforme num escravo financeiro, quer dizer, simplesmente num escravo daqueles que tiveram a oportunidade, a esperteza e a astúcia de aplicar aqui os seus

33 É o caso do Brasil que suspendeu o pagamento da dívida externa aos bancos entre fevereiro de 1987 e janeiro de 1988. Ver TOUSSAINT, Eric e ZACHARIE, Arnaud. 2000. *Le Bateau ivre de la mondialisation, Escales au sein du village planétaire*, CADTM-Bruxelas/Syllepse-Paris, p. 67-68.

34 Fidel Castro, “Fidel Castro: La deuda es impagable”, discurso pronunciado no final do encontro sobre a dívida externa da América Latina e do Caribe, Havana, 3/08/1985, <https://www.cadtm.org/Fidel-Castro-La-deuda-es-impagable>.

35 Ver texto completo reproduzido em MILLET, Damien. 2005. *L’Afrique sans dette*, CADTM-Syllepse, Liège-Paris, 2005, p. 205. *Le développement des peuples face à la modernisation du monde*. Ver o vídeo com Thomas Sankara, “Discurso sobre a dívida dos países africanos”, pronunciado a 29 de julho de 1987, <https://www.thomassankara.net/discours-sur-la-dette-des-pays-africains-video/>. Ver também o vídeo “Éric Toussaint parle de Thomas Sankara”, <http://www.cadtm.org/Eric-Toussaint-parle-de-Thomas>

fundos, obrigando ao reembolso (...).

Quem aqui não deseja que a dívida seja pura e simplesmente apagada? Aquele que não desejar pode sair, apanhar o avião e ir diretamente ao Banco Mundial efetuar o pagamento. Eu não gostaria que se considerasse a proposta da Burkina Faso como proveniente de jovens sem maturidade e sem experiência. Também não gostaria que pensassem que somente os revolucionários falam desta forma. Gostaria que se admitisse que se trata simplesmente de uma questão de objetividade e de obrigação.

Posso citar revolucionários e não revolucionários, jovens e velhos entre aqueles que dizem para não se pagar a dívida. Citarei por exemplo Fidel Castro. Ele já disse para não pagarmos. Ele não tem a minha idade, mesmo sendo um revolucionário.

Três meses mais tarde, o impetuoso Thomas Sankara foi assassinado. E então o seu país tornou-se um dócil discípulo do Banco Mundial, do FMI e do Clube de Paris, sob a condução de Blaise Compaoré, que teve parte no derrube e assassinato de Sankara.³⁶

Jean-Philippe Peemans exprime muito bem a relação de cumplicidade entre o FMI, o Banco Mundial e os regimes dos PED, que se comportam como bons alunos:

No que diz respeito ao Sul, o papel das instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial foi essencial, porque os regimes que realizam essa tarefa conseguiram garantir o acesso permanente aos créditos multilaterais. Desse modo, garantem a sua inserção de forma duradoura nos fluxos globalizados, qualquer que seja a contração da economia nacional após o ajuste. Os fluxos externos permitem que os detentores de capitais coloquem, sem problemas, os seus títulos no estrangeiro, com a dívida a crescer na proporção dessa saída de capitais.³⁷

Anular ou não as dívidas?

Em outubro de 1985, James Baker, novo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, anunciou um plano com vista a resolver as dificuldades de quinze países muito endividados de renda médio.³⁸ Esse plano foi anunciado com grande apoio dos *media* na assembleia anual do FMI e do Banco Mundial, em outubro de 1985, em Seul.³⁹ Ainda não estava em questão a anulação das dívidas.

36 Após um levante popular, Blaise Compaoré teve de se demitir da presidência do Burkina Faso no dia 27 de outubro de 2014, após 27 anos no poder.

37 PEEMANS, Jean-Philippe. 2002. Academia- Bruylant/L'Harmattan, Louvain-la-neuve/Paris, p. 367.

38 Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 626.

39 Fato significativo a propósito daqueles que tomam as decisões importantes: o Tesouro dos Estados Unidos preveniu o Banco Mundial da existência do "Plano Baker" apenas 48 horas antes de este ser tornado público.

Internamente, em 1988, o Banco Mundial começou a debater de forma restrita a necessidade de anular uma parte da dívida de certos países, principalmente da Argentina, porém ninguém podia exprimir-se em público a favor de uma tal eventualidade. Num rascunho do *World Development Report* 1988 havia uma frase sobre a necessidade de anulação parcial da dívida concessional. A frase foi retirada da versão publicada.⁴⁰ Entre os argumentos contrários à anulação há um que ainda é invocado sistematicamente 20 anos depois: um país que beneficiou de uma anulação terá em seguida mais dificuldades de acesso ao crédito. Esse argumento era e é totalmente falacioso, porque na realidade acontece exatamente o contrário. Em geral, quando um país se beneficia de uma redução da dívida, os bancos privados prontificam-se logo a emprestar mais dinheiro, já que posteriormente a sua capacidade de pagamento melhora.

Stanley Fisher explica, em 1992, que, durante boa parte dos anos oitenta, os governos dos Estados Unidos, da Grã-bretanha (Margaret Thatcher) e da Alemanha (Helmut Kohl) impediram qualquer discussão sobre a possibilidade de anular a dívida.⁴¹

Em 1988, por ocasião do G7, em Toronto, perante o fracasso de todas as políticas anteriores, opta-se pela melhoria das condições da dívida (anulação parcial): a anulação é prometida aos países mais pobres, depois dos Estados Unidos terem mudado de opinião a esse respeito. Em 1990, em Houston, pela primeira vez, o G7 estende a possibilidade de anulação da dívida aos países fortemente endividados de rendimento médio, como o México, a Argentina, o Brasil e as Filipinas. Essa reviravolta foi iniciada por Washington, em março de 1989, durante a administração de Georges Bush pai, quando Nicholas Brady era secretário do Tesouro. Mais uma vez, o Governo dos Estados Unidos dá o tom. O FMI, o Banco Mundial e o G7 apenas acompanham o movimento.

O Plano Brady consiste na reestruturação de uma parte da dívida de uma série de países de rendimento médio através da emissão de novos títulos de dívida, que são conhecidos desde então como “títulos Brady”. No momento da emissão dos títulos Brady, os banqueiros do Norte aceitam uma redução dos seus créditos. Em troca, têm assegurada uma remuneração generosa. Para emitir os títulos Brady, os países devem começar por comprar títulos do Tesouro dos Estados Unidos como garantia. Os países endividados financiam dessa forma a política de endividamento da principal potência mundial.

No início, o plano Brady parece funcionar. O sucesso do México e do seu presidente Salinas de Gortari é citado como exemplo, ao ponto da ultraliberal revista britânica *The Economist* proclamar, em 1994, Carlos Salinas de Gortari como um dos grandes homens do século XX. Alguns meses mais tarde, o México é atingido

40 Idem, p. 648.

41 Letter, Stanley Fischer to Nicholas Stern, May 19, 1992, in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 1195.

duramente pelo Efeito Tequila (dezembro 1994) e entra na sua maior recessão em 60 anos! Alguns anos mais tarde, Carlos Salinas de Gortari e o seu irmão Raul são perseguidos e condenados por fraude e desvio de fundos pela justiça mexicana. Raul Salinas de Gortari cumpriu a sua pena na prisão. Carlos Salinas escolheu o exílio na Irlanda, onde trabalhou para a empresa Dow Jones, proprietária do *Wall Street Journal* entre outras coisas. As autoridades judiciais mexicanas conseguiram que as suas congêneres suíças obrigassem os bancos helvéticos a retroceder para o México o montante desviado pelos irmão Salinas e depositado nos seus cofres.

Desde a segunda metade dos anos noventa nota-se claramente que a crise da dívida de 1982 não foi superada. As medidas para aliviar a dívida fracassaram. As políticas de ajuste estrutural fragilizaram os países face à especulação financeira. Isso provocou crises financeiras sucessivas nos países fortemente endividados. Após o México ter sido atingido, em finais de 1994, foi a vez dos países do Sudeste Asiático e a Coreia em 1997, a Rússia em 1998, o Brasil em 1999, a Argentina e a Turquia em 2000-2001. Quanto aos países mais pobres, a anulação parcial das dívidas, concedida aos bons alunos a partir da reunião de Toronto em 1988, mantida nas reuniões de Londres em 1991, de Nápoles em 1994, de Lyon em 1996 e de colônia em 1999, não se traduziu em soluções duradouras.

Capítulo 16 — Os presidentes Barber Conable e Lewis Preston (1986-1995)

O mandato de Barber Conable (1986-1991)

O congressista republicano Barber Conable sucede o banqueiro Allan W. Clausen, num mandato que começou em julho de 1986 e terminou em agosto de 1991. James Baker, secretário de Estado do tesouro, e Ronald Reagan o escolheram por seu conhecimento profundo dos bastidores do Congresso americano. De fato, o Executivo tem muito a fazer com a sua maioria parlamentar, porque muitos dos eleitos republicanos questionam a importância do Banco Mundial na política externa dos Estados Unidos. Barber Conable tem 20 anos de experiência parlamentar e presidiu à comissão financeira do Congresso. James Baker e Ronald Reagan pretendem que Barber Conable adoece os republicanos recalcitrantes e os convença a deixarem a Casa Branca conduzir o barco do Banco Mundial. A tarefa é complicada e Barber Conable acaba ficando numa situação muito difícil de sustentar. Embora ele pretendesse desenvolver as atividades do Banco Mundial, a Casa Branca fez concessões aos recalcitrantes, limitou os meios disponíveis do Banco e exigiu que Barber Conable reduzisse a atividade do Banco. Conable segue esta orientação, contrariando uma parte do *staff* da direção do Banco, assim como o restante pessoal. Em 1987, a reorganização interna do Banco torna-se uma verdadeira dança de cadeiras. Diversos altos dirigentes pedem demissão.¹

Barber Conable encontra ainda outras dificuldades. Vários grandes projetos modelo do Banco são objeto de fortíssima contestação por parte das populações envolvidas e dos movimentos de defesa do meio ambiente. Os três projetos que suscitam maiores protestos são: o programa Polonoeste na Amazônia brasileira,² as múltiplas barragens no rio Narmada na Índia, o programa de transmigração e a barragem Kedung Ombo na Indonésia.³ A maior mobilização ocorre na Índia, onde 50 mil manifestantes vindos de todo o país manifestaram contra a barragem, em setembro de 1989, na cidade de Harsud, no Estado de Madhya Pradesh. Um quarto programa do Banco também levanta fortes críticas por parte de organizações de defesa dos direitos humanos: trata-se do projeto hidroelétrico de Ruzizi II, relacionado com o Zaire e com o Ruanda e envolvendo acima de tudo a deslocalização sem indenização de 2.500 agricultores.⁴ Barber Conable promete que daí em diante o Banco Mundial levará em consideração o impacto ambiental dos seus projetos e providenciará que a população afetada por eles seja corretamente

1 KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, vol. 1, p. 1199-1201.

2 Chico Mendes, um dos líderes dos protestos no Brasil, foi assassinado em dezembro de 1988, por mercenários de latifundiários que se aproveitavam dos subsídios do Banco Mundial.

3 RICH, Bruce, 1994. *Mortgaging the Earth*, Earthscan, p. 145-170.

4 RICH, Bruce. 1994. *Mortgaging the Earth*, Earthscan, London, p. 150.

indenizada.⁵ É, de fato, uma tarefa titânica para o Banco, que apenas na Índia financeira, entre 1978 e 1990, 32 projetos que implicaram a transferência forçada de aproximadamente 600 mil pessoas.⁶

Em 1988, a assembleia anual do Banco Mundial e do FMI, reunida em Berlim Ocidental, foi recebida por 80 mil manifestantes que denunciaram as suas políticas antissociais. Foi a primeira ação de protesto em massa contra as instituições de Bretton Woods.

Os motins populares nos países atingidos pelas políticas de ajuste estrutural e a degradação das condições de vida das populações “ajustadas” levam o Banco Mundial a considerar, após dez anos de silêncio, o problema da pobreza. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, em 1990, é totalmente dedicado a esse problema.

É também sob a presidência de Barber Conable que o Banco começa a falar sistematicamente de “boa governança”. Em 1990, Conable declara a alguns membros africanos do Banco:

Permitam-me a franqueza: a incerteza política e o reinado da arbitrariedade em tantos países da África Subsaariana são obstáculos maiores ao seu desenvolvimento (...). Ao dizer isto, não falo de política mas coloco-me como defensor da transparência e da responsabilidade, dos direitos humanos e da lei. A governabilidade está ligada ao desenvolvimento econômico e os países doadores dão a entender cada vez mais que não apoiarão sistemas ineficazes que não correspondam às necessidades básicas da população.⁷

Essa reviravolta do Banco reflete a mudança levada a cabo por Washington no fim dos anos oitenta e é analisada no capítulo sobre a Coreia. A retórica do Banco sobre o respeito pelos direitos humanos e pela lei nunca se traduziu nas condições impostas aos países sob ajuste estrutural. De fato, o seu discurso não o impediu, por exemplo, de apoiar a ditadura de Suharto na Indonésia até 1998, as ditaduras de Ben Ali na Tunísia e de Moubarak no Egito até a sua queda pelo povo em janeiro de 2011, a do marechal Idriss Déby no Chade (no poder desde 1990, no seguimento de um golpe de estado) ou de Paul Biya nos Camarões (no poder desde 1982), até ao momento em que estas linhas foram escritas.

O mandato de Lewis Preston (1991-1995)

Com a nomeação de Lewis Preston para direção do Banco Mundial, em 1991, o presidente George Bush colocou novamente à frente da instituição um banqueiro de primeira linha. Lewis Preston era até então presidente do grande banco J-P

5 A política ambiental do Banco Mundial é no meu próximo livro sobre o Banco Mundial intitulado *Banque mondiale: le coup d'Etat permanent*.

6 RICH, Bruce. 1994. *Mortgaging the Earth*, Earthscan, London, p. 252.

7 Citado por GEORGE, Susan e SABELLI, Fabrizio. 1994. *Crédits sans Frontières*, col. Essais, La Découverte, Paris, p. 180.

Morgan and Co. Possuía um trajeto marcante à frente desse banco importante de Nova Iorque, o que lhe permitiu tirar mais proveito da crise da dívida, que tinha eclodido em 1982.

O mandato de Lewis Preston teve início em junho de 1991 com o enorme escândalo político-financeiro relacionado com a falência do Bank of Credit and Commerce International (BCCI), que quase envolveu diretamente o Banco Mundial. O BCCI, especializado na lavagem de dinheiro, foi fechado por decisão das autoridades britânicas em julho de 1991. A sua falência causou uma perda de aproximadamente 20 bilhões de dólares a 2 milhões de investidores. O BCCI foi considerado culpado dos seguintes delitos: envolvimento em lavagem de dinheiro, corrupção, apoio ao terrorismo, tráfico de armas, venda de tecnologia nuclear, evasão fiscal, contrabando, imigração ilegal e compras ilícitas no setor bancário e imobiliário. O BCCI, ativo em 78 países, onde dispunha de 400 agências, estava estreitamente ligado à CIA.⁸ Segundo Bruce Rich, o Banco Mundial tinha utilizado ocasionalmente o BCCI para a concessão de empréstimos em diversos países africanos. Ainda de acordo com Rich, vários altos dirigentes do Banco mantinham relações estreitas com os dirigentes do BCCI.⁹

Lewis Preston faz o seu primeiro grande discurso por ocasião de uma monumental operação mediática em torno do Banco Mundial e do FMI, na assembleia anual conjunta, em outubro de 1991, em Bangkok (era a primeira assembleia anual do Banco e do FMI numa capital do Terceiro Mundo desde a assembleia de Seul em 1985). Quinze mil governantes e banqueiros de todo o mundo estiveram reunidos durante três dias. O evento teve um custo de dezenas de milhões de dólares para as autoridades tailandesas. Lewis Preston proferiu um discurso entusiástico a favor da globalização, afirmando que o Banco estava próximo dos pobres, sensível aos problemas ambientais e atuando em prol das mulheres. Eis um curto excerto do seu discurso:

A redução da pobreza, na qual estou pessoalmente envolvido, é o principal objetivo do grupo Banco Mundial (...). O grupo Banco Mundial leva em consideração os interesses dos pobres para que o crescimento seja equitativo, os aspectos ambientais para que o desenvolvimento seja autossustentável (...) e o papel das mulheres, que é vital para o esforço de desenvolvimento.¹⁰

O futuro é radiante, já que o mundo é apenas um após a queda do muro de Berlim.¹¹ O desafio do Banco é integrar ao mundo globalizado todos os países que fizeram parte do Bloco de Leste. A algumas centenas de metros do local da

8 Ver na íntegra o relatório dedicado ao BCCI, em 1992, elaborado pelos senadores John Kerry e Hank Brown, http://www.fas.org/irp/congress/1992_rpt/bcci/. Ver também: http://en.wikipedia.org/wiki/Bank_of_Credit_and_Commerce_International

9 Rich, Bruce. 1994. *Mortgaging the Earth*, Earthscan, London, p. 21-22.

10 "Address by Lewis T. Preston to the Board of Governors of the World Bank Group", World Bank Press release, 15 October 1991.

11 Deve-se acrescentar que, quando Lewis Preston proferiu o seu discurso, o fim da URSS era um fato. O golpe final no sentido da dissolução da URSS foi dado por Boris Yeltsin, em agosto de 1991, em Moscou. A URSS foi dissolvida em Dezembro de 1991.

reunião, ocorria uma manifestação de 20 mil pessoas que se opunham ao novo regime ditatorial, empossado há oito meses,¹² e exigiam o regresso da democracia.

Em dezembro de 1991, o economista-chefe do Banco, Lawrence H. Summers, redigiu um comentário à edição de 1992 (em preparação) do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* inteiramente consagrado ao meio ambiente, devido à Rio 92 programada para maio de 1992. O comentário de Lawrence H. Summers é confidencial. Summers defende a exportação de indústrias poluentes do Norte para o Sul, “manifestamente sub-poluído”, como um meio racional de criar mais desenvolvimento industrial e aliviando as pressões da poluição no Norte. Eis alguns excertos do texto de Lawrence Summers: “O Banco Mundial deveria incentivar mais a deslocalização das indústrias poluentes para os países menos avançados”; “A lógica econômica segundo a qual deveríamos nos livrar dos dejetos tóxicos nos países de baixos salários é, no meu entender, impecável e deveríamos considerá-la seriamente”¹³. Ventos favoráveis colocam esse documento nas mãos da organização ambiental Greenpeace, que o torna público. A revista neoliberal britânica *The Economist* o publica em fins de dezembro de 1991,¹⁴ quando Lewis Preston inicia a sua primeira tournée em África. É preso de surpresa pelos jornalistas que lhe perguntam se concorda com o seu economista-chefe quando este escreve: “Sempre achei que os países de baixa densidade demográfica são consideravelmente sub-poluídos”¹⁵. No capítulo 20 voltaremos à questão do Banco Mundial e da crise ecológica mundial.

Em fevereiro de 1992, Willi Wapenhans, vice-presidente do Banco, envia para Lewis Preston um relatório confidencial de avaliação do conjunto de projetos financiados pelo Banco (aproximadamente 1.300 projetos em andamento em 130 países). As conclusões são alarmantes: 37,5% dos projetos são insatisfatórios em termos de cronogramas (contra 15% em 1981), apenas 22% dos compromissos financeiros estão de acordo com as diretrizes do Banco.

Em maio de 1992, alguns dias antes do início da Rio 92, a direção do Banco recebe os resultados do estudo independente relativo às barragens sobre o rio Narmada na Índia. Lewis Preston confiou a direção do estudo a um parlamentar dos Estados Unidos, Bradford Morse. O relatório estima que a barragem e os canais correspondentes vão deslocar 240 mil pessoas em vez das 100 mil pessoas previstas. As conclusões provocam pânico na direção do Banco. Era preciso que o relatório permanecesse em segredo até ao fim da Rio 92, a qualquer preço. E ele permanece.

Finalmente, o Banco Mundial sai-se muito bem na Rio 92 em que participam

12 RICH, Bruce. 1994. *Mortgaging the Earth*, Earthscan, London, p. 24.

13 Lawrence H. Summers, “World Bank office memorandum, 12 December 1991”, citado por RICH, Bruce. 1994. *Mortgaging the Earth*, Earthscan, London, p. 247.

14 O diário britânico *Financial Times* dedica-lhe, a 10 de fevereiro de 1992, um longo artigo assinado por Michael Prowse e intitulado “Proteger o Planeta Terra da influência dos economistas” (“Save the Planet Earth from Economists”)

15 Lawrence H. Summers, “World Bank office memorandum, 12 December 1991”, citado por RICH, Bruce. 1994. *Mortgaging the Earth*, Earthscan, London, p. 247.

118 chefes de Estado. A reunião é coberta por nove mil jornalistas. Durante a reunião, o Banco é encarregado da gestão do Global Environment Facility (GEF), o Fundo Global para o Meio Ambiente, pelo qual devem passar a maior parte dos recursos relativos à operacionalização da Agenda 21 adotada nessa reunião planetária.

Por outro lado, o Banco Mundial dedica-se ao apoio à transição dos países do antigo Bloco de Leste para uma economia capitalista. Isso resulta numa venda generalizada a baixo preço das empresas públicas que foram privatizadas em proveito de uma nova classe capitalista majoritariamente mafiosa.

Joseph Stiglitz, economista-chefe do Banco Mundial, de 1997 a 2000, mostra muito bem que a política do Banco Mundial na Rússia estava muito distante da “boa governança” que preconizava no resto do mundo. Referindo-se ao período durante o qual Lewis Preston foi presidente do Banco, escreve: “Não nos espantemos se os ardentes defensores do mercado manifestaram uma marcante afinidade com velhos métodos: na Rússia, o presidente Yeltsin¹⁶, munido de poderes muitíssimo maiores do que qualquer dos seus homólogos das democracias ocidentais, foi incentivado a restringir a Duma (parlamento democraticamente eleito) e a promulgar reformas por decreto”¹⁷. As empresas públicas foram vendidas por uma bagatela. “O governo, submetido a uma forte pressão por parte dos Estados Unidos, do Banco Mundial e do FMI para privatizar rapidamente, cedeu as empresas públicas por uma miséria”¹⁸. A privatização converteu-se numa vasta pilhagem que beneficiou as oligarquias que colocaram no Ocidente uma parte do dinheiro desviado, para que os capitais fossem lavados e ficassem fora do alcance da justiça. “A privatização correspondente à abertura do mercado de capitais não conduziu à criação de riqueza, mas antes à pilhagem de ativos. Era perfeitamente lógico. Uma oligarquia que acabara de utilizar a sua influência política para se apropriar de bens públicos que valiam milhares de milhões, pagando por eles uma miséria, é natural que retire o dinheiro do país”¹⁹.

Foi durante o mandato de Lewis Preston que o Banco Mundial e o FMI comemoraram com grande pompa, em Madri, o seu meio século de existência. Nesse momento, uma grande coligação de movimentos sociais (entre eles os principais sindicatos de Espanha, UGT e Comisiones Obreras²⁰), de movimentos de solidariedade Norte/Sul como o CADTM (Comitê para a Anulação das Dívidas Ilegítimas²¹) e de ONG se constituiu sob a denominação “As Outras Vozes do Planeta” e manteve durante quatro dias inúmeros debates e uma manifestação de 20 mil pessoas gritando como *slogan* principal: “50 anos, já basta”.

16 Boris Yeltsin presidiu à Rússia entre 1992 e 1999. A situação descrita por Joseph Stiglitz aconteceu em 1993.

17 Stiglitz, Joseph E. 2002, *La Grande désillusion*, Fayard, Paris, p. 184.

18 Idem, p. 194.

19 *Ibid.*, p. 193.

20 <http://www.ccoo.es/>

21 O CADTM foi fundado em 1990, com o nome Comitê para a Anulação das Dívidas do Terceiro Mundo. Mais tarde decidiu alterar o nome, passando a ser o Comitê para a Anulação das Dívidas Ilegítimas.

O fim do mandato de Lewis Preston foi marcado pelo Efeito Tequila, que atingiu o México a partir de dezembro de 1994. O México inaugurou uma série de crises financeiras que atingiram outros países emergentes durante o mandato do sucessor de Lewis Preston na presidência do Banco, James Wolfensohn.

Capítulo 17 — A operação de sedução de James Wolfensohn (1995-2005)

Em 1995, William Clinton, presidente dos Estados Unidos, designa James Wolfensohn, banqueiro em Nova Iorque, como nono presidente do Banco Mundial.

James Wolfensohn (1933-2020), cidadão australiano, começou, em 1959, a sua carreira como banqueiro em Sydney. Entre 1968 e 1977, assumiu um cargo de direção no polémico J. Henry Schroder¹, em Londres e Nova Iorque. Segundo Patrick Bond², James Wolfensohn foi tesoureiro dos “amigos americanos de Bilderberg”, grupo de pressão atlantista e anticomunista.³ Wolfensohn deixa o banco de Henry Schroder para entrar na direção do banco de negócios Salomon Brothers. Em 1980-1981, aparece na lista de Robert McNamara que procurava um substituto e é nessa perspectiva que obtém a nacionalidade americana.⁴ Entretanto, o presidente Ronald Reagan tinha designado Alden W. Clausen para dirigir o Banco Mundial. Nessa altura, James Wolfensohn funda o seu próprio banco de negócios, James D. Wolfensohn Inc., que foi muito ativo durante a euforia das fusões/aquisições dos anos oitenta e início dos anos noventa, quando foi comprado pelo Banker’s Trust.

James Wolfensohn chega à presidência do Banco num momento em que era urgente e necessário restaurar a sua imagem: o ajuste estrutural tinha uma péssima imagem na imprensa e uma série de crises financeiras começaram a atingir os países emergentes. Era preciso desviar a atenção colocando em evidência a eliminação da pobreza, a “boa governança” e os empréstimos responsáveis pelo meio ambiente. Uma intensa atividade de relações públicas é desenvolvida nesse sentido. James Wolfensohn torna-se um especialista na relação com a imprensa. A sua simplicidade e retórica causam uma impressão muito boa.

1 O Banco Schroder financiou Hitler e as SS na década de vinte até à queda do Terceiro Reich. Este banco, mais tarde, tornou-se uma base para Allen Dulles, que seria diretor da CIA. O Banco Schroder esteve envolvido no financiamento de vários golpes de Estado: na queda do primeiro-ministro Mossadegh no Irã em 1953, no golpe militar contra Jacobo Arbenz na Guatemala em 1954, na invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, em 1961, na desestabilização no Chile entre 1970 e 1973, e no golpe de Estado de Pinochet.

2 BOND, Patrick. 2000. *Elite Transition, From Apartheid to Neoliberalism in South Africa*, Pluto Press/University of Natal Press, London – Sterling, Virginia/Pietermaritzburg, South Africa, p. 164.

3 A conferência de Bilderberg é uma conferência anual que, desde 1954, reúne sob convite cerca de 130 personalidades do mundo dos negócios, académicos e políticos de diferentes países. Os seus membros – políticos, industriais, banqueiros – autodenominam-se “Bilderbergers” ou “Grupo de Bilderberg”. O objetivo inicial do grupo era, no contexto da Guerra Fria, reforçar a cooperação entre os Estados Unidos e os seus parceiros europeus para lutar contra o comunismo. Visava também combater as lutas de libertação nas colónias. Os objetivos do Grupo de Bilderberg evoluíram no sentido de promover o modelo neoliberal, permanecendo sempre em grande parte atlantista. O Grupo de Bilderberg não faz publicidade das suas reuniões. Inicialmente, o grupo foi financiado pela empresa holandesa Unilever e pela CIA. James Wolfensohn participou na conferência de Bilderberg de Maio de 2005 em boa companhia (Pascal Lamy, John Bolton, Robert Zoellick). Ver: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Bilderberg#Fondation>. Deve-se notar que em 1973 foi criada a Comissão Trilateral, iniciativa dos principais dirigentes do Grupo de Bilderberg e do Council on Foreign Relations, que incluía, entre outros, David Rockefeller e Henry Kissinger. Ver: http://fr.wikipedia.org/wiki/Trilateral_Commission.

4 <http://www.globalpolicy.org/soecon/bwi-wto/wolfsohn.html>.

Multiplicação de fraudes⁵

A iniciativa PPME. É em 1996 que a iniciativa para os países pobres muito endividados (PPME) foi lançada (em inglês: *heavily indebted poor countries*, HIPC). Trata-se de desviar a atenção da reivindicação cada vez mais forte no sentido da anulação da dívida. Com grande esforço midiático, o Banco anuncia a “sua” solução. Desde início, os críticos atacam o próprio conceito e a eficácia da iniciativa. No fim do mandato de Wolfensohn, o fracasso é evidente. Dos 42 países que, ao início, deveriam se beneficiar de uma anulação de dívida até 80% (conforme anunciado em 1996) e depois até 90% (anunciado em junho de 1999, no G8, em Colônia), quando Wolfensohn termina o seu mandato, em maio de 2005, apenas dezoito países conseguiram se beneficiar dessa anulação de dívida junto dos diferentes credores. Embora devesse resolver definitivamente o problema da dívida desses 42 países, a iniciativa foi um fiasco: a dívida desses países passou de 218 para 205 bilhões de dólares, ou seja, uma diminuição de apenas 6% entre 1996 e 2003.

Do PAS à estratégia de redução da pobreza. Os cargos estratégicos de luta contra a pobreza (CSLP) foram criados por James Wolfensohn para substituir os programas de ajuste estrutural (PAS), bastante desacreditados, após terem sido a principal abordagem do Banco e do FMI desde os anos oitenta. De fato, para além do nome, nada mudou nas novas políticas para os países endividados. As exigências de privatização e de liberalização do comércio continuavam a constituir o contexto macroeconômico. Na realidade, o Banco Mundial e o FMI endureceram ainda mais as condições impostas, por passarem a atuar em concertação com a Organização Mundial do Comércio, que entrou em atividade a partir de 1995.⁶ Além disso, não se encontra “participação” da sociedade civil, apesar de essa participação ser anunciada em alto e bom som como sendo uma profunda alteração levada a cabo pelo Banco.

A SAPRI. É preciso notar que a primeira tentativa de “diálogo construtivo” em que o Banco se envolveu, sob a direção de James Wolfensohn, foi justamente uma avaliação dos programas de ajuste estrutural, realizada pelo Banco, pela sociedade civil e pelos governos: foi a iniciativa SAPRI (structural adjustment participatory review), lançada em 1997. A SAPRI foi concebida como um exercício prático de pesquisa tripartite com uma equipe do Banco nomeada por James Wolfensohn, para desenvolver uma metodologia transparente e participativa, visando o levantamento em sete países da documentação influenciada pelo PAS a nível local e nacional. Walden Bello e Shalmali Guttal fazem um balanço desastroso dessa experiência:

Apesar do acordo sobre as regras comuns de procedimento e metodologia da Revista, a equipe do Banco Mundial exerceu um papel de obstrução ao longo

5 A continuação deste capítulo baseia-se sobretudo em Bello, Walden, e Guttal, Shalmali (2005). “L’ère Wolfensohn à la Banque mondiale: une décennie de contradictions”, 30 de agosto de 2005.

6 O trio Banque-FMI-OMC será analisado em profundidade no meu próximo livro, *L’horreur productiviste*.

de todo o processo SAPRI. Por exemplo, nos debates públicos, em vez de escutar e ficar a conhecer os fatos apresentados pelos representantes da sociedade civil sobre os efeitos dos PAS, o pessoal do Banco quase sempre contestou os argumentos e, no final, pretendeu que as intervenções feitas no debate (que faziam parte dos dados qualitativos determinados em comum) fossem consideradas “fatos anedóticos” (...). À medida que a capacidade do Banco controlar os processos nacionais diminuía, a sua capacidade de controlar os resultados da Revista também diminuía. Antes de chegar aos debates nacionais e às conclusões, o levantamento local já apontava para problemas consideráveis em todos os aspectos dos programas de ajuste. Hesitando publicar esses resultados, a equipe do Banco fizera um acordo anterior (escrito), a saber: apresentar todos os resultados da SAPRI num grande fórum público, em Washington, D. C., na presença de Wolfensohn. Em vez disso, optou por um encontro técnico fechado e sem a presença do presidente do Banco. Mais importante ainda, o Banco insistiu para que a sociedade civil e ele próprio escrevessem relatórios separados. O relatório do Banco utilizava dados recolhidos pelo próprio Banco como fundamento para as suas conclusões e referia por alto o processo de cinco anos da SAPRI. Em agosto de 2001, o Banco retirou-se da SAPRI e acabou definitivamente com a iniciativa. Apesar de ter aprendido muito com a SAPRI, o Banco não alterou as suas práticas de empréstimo tendo em conta os resultados recolhidos. Em 15 de abril de 2002, o relatório SAPRI (sob a denominação de SAPRIN, para incluir os resultados de dois países onde a sociedade civil tinha realizado pesquisas sem a participação do Banco) foi, na íntegra, tornado público e foi alvo de uma enorme cobertura mediática [no mundo anglo-saxónico]. Wolfensohn exprimiu o seu pesar e prometeu discutir seriamente o relatório num futuro próximo. No entanto, nessa altura, nem o Banco nem Wolfensohn mostraram qualquer intenção de rever e de alterar os empréstimos estruturais. Pelo contrário, as políticas de ajuste estrutural continuam a ser o pilar do Banco e do FMI.⁷

Casos de corrupção. Os fatos após a crise financeira asiática demonstram as contradições entre o discurso do Banco sobre “boa governança” e as suas práticas: na Indonésia, as relações do Banco com o regime ditatorial e corrompido de Suharto prosseguiram durante o mandato de James Wolfensohn. Segundo o especialista em assuntos da Indonésia, Jeffrey Winters, o banco aceitou estatísticas falsas e tolerou que 30% de cada dólar de ajuda concedida ao regime fosse desviado para indivíduos corrompidos.

[Na África Austral] O Banco sofreu outros golpes com as notícias de corrupção

7 BELLO, Walden, e GUTTAL, Shalmali (2005). “L’ère Wolfensohn à la Banque mondiale: une décennie de contradictions”, 30 Agosto de 2005.

e negligência nos projetos de infraestruturas que financiou, principalmente os projetos hidroelétricos no planalto de Lesoto (LHWP) e a barragem de Bujugali no Uganda. Em 2001, o Supremo Tribunal do Lesoto avaliou as acusações de corrupção de diversas empresas internacionais de construção de barragens e de autoridades públicas relacionadas com a LHWP. Em vez de encorajar um processo nacional legal e público, o Banco fez a sua própria investigação secreta a três companhias acusadas de suborno e concluiu que não havia provas suficientes para acusá-las de corrupção. Em 2002, o Supremo Tribunal do Lesoto demonstrou o contrário e acusou principalmente a Acres Internacional, uma empresa que o Banco Mundial favorecia nos seus contratos. A Acres foi branqueada pelo Banco após a investigação. O Banco levou mais de um ano para anunciar que a Acres seria banida dos seus contratos por um período de três anos.⁸

A Comissão mundial de barragens (CMB). Estabelecida em 1997, a Comissão Mundial de Barragens (CMB) deveria conduzir uma investigação global, independente e exaustiva sobre a eficácia das grandes barragens e propor normas internacionais aceitáveis nessa área. Durante um período de dois anos e meio, a CMB realizou uma importante investigação e recebeu aproximadamente mil reclamações vindas de todo o mundo sobre aspectos ambientais, sociais, econômicos, técnicos, institucionais e produtivos das grandes barragens.

A Comissão era independente do Banco, porém este exercia um papel bem mais ativo na produção do relatório da CMB do que qualquer outra instituição e foi consultado sobre cada etapa do programa de trabalho. James Wolfensohn descreveu com entusiasmo esse processo como sendo um modelo a adotar em futuras negociações multilaterais. No entanto, o inadmissível ocorreu: o Banco Mundial rejeitou as conclusões do relatório porque elas iam longe demais. Esse relatório, intitulado *Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Contexto de Tomada de Decisão*, foi tornado público por Nelson Mandela, em Londres, em novembro de 2000. James Wolfensohn justificou a recusa em seguir as conclusões, explicando que o Banco devia remeter-se às opiniões dos seus acionistas e das agências governamentais de construção de barragens dos principais países construtores. Numa declaração, em 27 de março de 2001, o Banco afirmou que “após os esclarecimentos dados pela presidência da CMB, o Banco Mundial não adotará as diretrizes, mas vai utilizá-las como ponto de referência nos projetos de investimento em futuras barragens”, e adicionou: “tratava-se de um diálogo altamente construtivo sem precedentes entre as diferentes partes. O Banco Mundial acredita que tais diálogos são de uma importância capital para os numerosos debates e para a controvérsia que suscitam

8 Idem.

sobre o desenvolvimento e continuará a participar neles no futuro”⁹.

A tática do banco foi a seguinte: confrontado com os desafios das críticas e reivindicações, solicitou ele próprio o diálogo, comandou as investigações, envolveu-se diretamente nelas e declarou a sua intenção firme de considerar os resultados. Posteriormente, com os relatórios prontos, rejeitou as conclusões e manteve discursos evasivos sobre o futuro, sublinhando, no entanto, que ia manter um “diálogo construtivo”.

A Comissão de avaliação das indústrias extrativas. A experiência da Comissão mundial de Barragens reproduziu-se aquando da Avaliação das Indústrias Extrativas (EIE). Criticada numa manifestação pública internacional dos Amigos da Terra, James Wolfensohn respondeu – surpreendendo a sua equipa – que o Banco faria uma avaliação global para determinar se o seu envolvimento nas indústrias ligadas à extração era coerente com o seu principal objetivo de reduzir a pobreza.

Tendo tirado certos ensinamentos da experiência da Comissão Mundial de Barragens, o Banco Mundial fez enveredar o EIE por um caminho menos independente e participativo. No entanto, o relatório do EIE, publicado em Lisboa, em 11 de dezembro de 2003, mostra-se surpreendentemente poderoso, apesar da ingerência do Banco. O relatório recomenda claramente que o Banco e o seu braço direito para o setor privado, a Sociedade Financeira Internacional (SFI), acabem progressivamente com os seus empréstimos ao setor petrolífero, bem como ao setor de minas e gás natural. O relatório solicita ao banco que concentre as suas contribuições financeiras no setor das energias renováveis. O relatório gera agitação entre os investidores privados (tais como o Citibank, ABN Amro, WestLB e Barclays), para os quais o envolvimento do Banco nas áreas mencionadas é essencial, na medida em que eles próprios não são capazes de financiar tais projetos. Num artigo publicado pelo *Financial Times*, na edição de 17 de junho de 2004, Emil Salim, que presidiu à Comissão de Avaliação das Indústrias Extrativas, escreveu:

Tendo sido encarregado de controlar o estudo sobre as indústrias extrativas, cheguei à conclusão que o Banco deve mudar completamente a sua abordagem de apoio às indústrias extrativas – e até interrompê-la completamente nalguns casos. A razão dessa conclusão é óbvia. O Banco é uma instituição pública cuja função é a redução da pobreza. As indústrias petrolíferas, de gás e mineiras não só não ajudaram os mais pobres nos países em desenvolvimento, como para além disso agravaram com frequência a condição de vida dessas pessoas.

Tal como em relação ao Relatório da Comissão Mundial de Barragens, o Banco Mundial decidiu mais uma vez, em agosto de 2004, ignorar a maior parte das recomendações importantes do Relatório EIE. Por exemplo, continuou a enaltecer

⁹ Citado em BELLO, Walden e GUTTAL, Shalmali (2005). “L’ère Wolfensohn à la Banque mondiale: une décennie de contradictions”, 30 de Agosto de 2005.

o lado eminentemente positivo da construção do oleoduto Chade-Camarões.¹⁰ O Banco justificou o seu envolvimento direto nas indústrias mineiras, argumentando que isso permite influenciá-las a cumprirem as normas sociais e ambientais.

Em março de 2004 tive a oportunidade de participar num debate público com Joseph K. Ingram, representante especial em Genebra do Banco Mundial nas Nações Unidas e na Organização Mundial do Comércio. O debate decorreu em Genebra, perante uma centena de professores. Durante o debate expliquei que a direção do Banco Mundial se preparava para não dar seguimento às recomendações contidas num relatório que o próprio banco tinha encomendado e exprimi as minhas críticas a esse fato. Durante o debate, o representante do Banco Mundial opôs um desmentido formal, mas na semana seguinte fez-me chegar pelo correio um documento interno do banco que instruía os representantes a negarem que o banco tencionava recusar as conclusões do relatório sobre as indústrias extrativas. Nessa carta de 26 de março 2004 dizia ele: “Espero que tenhamos ocasião num futuro próximo de discutirmos em privado as suas inquietações” (*“I hope we may find a moment in the near future to discuss privately your concerns”*). Quando voltei a encontrá-lo semanas mais tarde no seu escritório em Genebra, ele já tinha mudado de ideias e não tinha nada de sério a comunicar-me. Disse-me simplesmente que tinha a intenção de se demitir, caso Wolfensohn fosse substituído na presidência do Banco Mundial por alguém da linha dura, como Wolfowitz. Coisa que não fez quando Wolfowitz foi efetivamente nomeado em 2005.

James Wolfensohn exposto pelos movimentos sociais

Quando se inicia o mandato de James Wolfensohn, em 1995, a campanha “50 Anos Já Bastam”¹¹ estava em pleno crescimento nos Estados Unidos e no resto do mundo. Em seguida, desenvolve-se a campanha mundial Jubileu 2000, especialmente forte nos países predominantemente cristãos do Norte e do Sul do planeta. Essa campanha, iniciada em 1997 e terminada em 2000, reuniu mais de 20 milhões de assinaturas para uma petição que pedia que se fosse além da Iniciativa PPME, solicitando a anulação da dívida dos países pobres. O movimento foi marcado por iniciativas de massa: uma cadeia humana com 80 mil participantes durante a reunião do G8, em Birmingham, em maio de 1998, e 35 mil manifestantes durante a reunião do G8, em Colônia, em junho de 1999.

As relações cada vez mais tensas entre a sociedade civil e James Wolfensohn atingem um ponto crítico durante o tumultuoso encontro anual do Banco e do FMI em Praga, em setembro de 2000, que teve de ser encurtado num dia por cau-

10 Em dezembro de 2005, o Banco Mundial teve de retirar o seu apoio ao gasoduto, já a funcionar, na tentativa de evitar o escândalo: o presidente do Chade tinha arrecadado as receitas do petróleo, que o Banco Mundial queria reservar para as gerações futuras. Muitas organizações tinham, no entanto, alertado Wolfensohn para os riscos de montar um projeto dessa envergadura com o ditador do Chade, Idriss Deby. Em abril de 2006, sob pressão dos Estados Unidos, o Banco Mundial retomou o seu apoio ao projeto.

11 Ver o site www.50years.org

sa das manifestações massivas. Confrontado com uma lista de acusações profundamente justificadas, James Wolfensohn perde o sangue-frio durante um debate público no Castelo de Praga e exclama: “Eu e os meus colegas sentimo-nos bem todos os dias quando vamos trabalhar”. Essa declaração deve ser colocada ao lado da declaração do diretor-geral do FMI, Horst Koehle, no mesmo debate: “Como vós, eu tenho coração, mas utilizo a cabeça para tomar decisões”.

O Banco Mundial foi particularmente agressivo com as ONGs e certas organizações locais. Colocou em prática uma estratégia de integração/recuperação via o que denominou de *soft loans* (empréstimos suaves), destinados a favorecer o microcrédito (particularmente o apoio a ONGs femininas), a apoiar estruturas de ensino e de saúde a nível local e a gerir melhor as remessas de imigrantes. Criou um guichê de empréstimos e donativos para apoiar as ONGs. Essa estratégia ofensiva do Banco, para agradar à sociedade civil e recuperar um espaço de legitimidade, produziu resultados não negligenciáveis.

Na tentativa de desarmar as críticas externas e recuperar uma parte dos movimentos contestatários, James Wolfensohn jogou a cartada da consulta.

Embora centradas em diferentes áreas de atuação do Banco, as três iniciativas (SAPRI, Comissão Mundial de Barragens e Avaliação das Indústrias Extrativas) visavam levar os detratores do Banco à mesa de negociações fazendo crer que o Banco estava pronto a mudar e a responder melhor às críticas sobre o seu funcionamento e às suas práticas. Porém, a realidade provou o contrário. Nos três casos, o Banco não respeitou as regras do jogo e rejeitou os resultados dessas iniciativas. É esclarecedor para aqueles que mantêm a ilusão de que o diálogo com o Banco pode conduzir a mudanças significativas no seu funcionamento e políticas.

Crise interna e crise de legitimidade

Durante o mandato de James Wolfensohn, a direção do Banco atravessou uma crise interna, entre 1999 e 2000, que levou à saída de dois personagens chave do estafe da instituição: Joseph Stiglitz, economista chefe e vice-presidente do Banco Mundial, pede a demissão em finais de 1999, sob pressão do secretário do Tesouro, Lawrence Summers; Ravi Kanbur, diretor do Relatório Anual do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial, sai em junho de 2000. Joseph Stiglitz e Ravi Kanbur eram os elementos reformadores no interior do Banco. A saída deles revela claramente que não há verdadeiramente espaço para a autorreforma do Banco.

O Banco é também fortemente criticado no Congresso dos Estados Unidos. O relatório da Comissão Meltzer, que veio a público em fevereiro de 2000, assim comprova.

O fim do segundo mandato de James Wolfensohn

A chegada de uma administração conservadora à Casa Branca, em 2001, com-

plica o mandato de James Wolfensohn. Wolfensohn passa os últimos quatro anos de mandato no Banco Mundial tentando alinhar-se com a orientação cada vez mais agressiva da administração George W. Bush. Algumas vezes hesita em cumprir imediatamente o que George Bush e a sua equipe pretendem, mas acaba por fazer o que lhe pedem. Ele próprio reconhece numa entrevista dada antes da sua saída: “Tenho a impressão de que a administração está de fato satisfeita com o que tem acontecido aqui nos últimos anos”¹².

No Afeganistão, mais do que conceder 570 milhões de dólares e acompanhar os esforços dos Estados Unidos, levantando milhões de dólares para a reconstrução, James Wolfensohn exprime o interesse do Banco em participar no financiamento de um gasoduto para levar as reservas de gás natural, oriundas do inacessível Turcomenistão, através do Afeganistão, para a Índia e o Paquistão: um projeto que as companhias energéticas norte-americanas, apoiadas pelo vice-presidente americano Dick Cheney, desejavam.

No Iraque, James Wolfensohn, impulsionado por Washington, desbloqueia entre 3 e 5 bilhões de dólares para a reconstrução e aceita dirigir o Iraq Trust Fund para encaminhar o dinheiro necessário para os projetos de desenvolvimento levados a cabo pelo regime de ocupação, particularmente os que dizem respeito a “prédios de grande porte” do setor privado, um objetivo fundamental para a administração Bush.

Apesar da sua manifesta boa vontade, Wolfensohn não conseguiu impedir a erosão da sua autoridade e do seu prestígio. Difamado pela Casa Branca devido à proximidade com William Clinton e John Kerry, o candidato democrata à presidência em 2004, Wolfensohn perde cada vez mais credibilidade junto daqueles que acreditaram na sua vontade de fazer reformas. É desde logo evidente que, no caso de Georges Bush ser reeleito para um segundo mandato, James Wolfensohn não tem qualquer possibilidade de ser reconduzido no cargo em 2005. De fato, Georges Bush nomeia para a presidência do Banco um dos seus colaboradores diretos, Paul Wolfowitz, subsecretário de Estado da Defesa.

Quanto a James Wolfensohn, em 2005-2006, ele cumpriu uma missão para o Banco como gestor dos fundos fiduciários para a Faixa de Gaza, nos Territórios Palestinos. Além disso entrou para a direção do Citigroup, principal grupo bancário mundial.

12 Conferência de imprensa de James Wolfensohn, em 12 Abril de 2005, Washington.

Capítulo 18 — Os debates em Washington no início de 2000

A Comissão Meltzer sobre as Instituições Financeiras Internacionais no Congresso dos Estados Unidos em 2000

A sucessão de crises que atingiu os países ditos emergentes nos anos noventa e a intervenção desastrosa do Banco Mundial e do FMI nessa altura geraram uma quantidade enorme de debates, em escala internacional, sobre o futuro e o papel das instituições de Bretton Woods. Vários intelectuais do establishment participaram nesses debates: Allan Meltzer, Paul Krugman, Joseph Stiglitz, Jeffrey Sachs. Paralelamente, o Congresso não mostrava entusiasmo em relação à possibilidade de aumentar os meios financeiros do FMI destinados a enfrentar crises. Isso levou à formação de uma comissão bipartidária *ad hoc*. Essa comissão, denominada Comissão Consultiva sobre as Instituições Financeiras Internacionais (IFI Advisory Commission), conclui o seu relatório no início de 2000. O relatório analisa sete instituições multilaterais: o FMI, o sistema Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), a OMC e o Banco de Compensações Internacionais (BCI). Neste capítulo retomamos apenas algumas conclusões relativas ao FMI e ao Banco Mundial.

A Comissão era composta por onze especialistas (seis republicanos e cinco democratas), provenientes dos meios parlamentar, universitário e bancário, entre os quais, pelo lado republicano, Allan H. Meltzer (como presidente), Edwin Feulner (presidente do ultrarreacionário Heritage Foundation e antigo presidente da Sociedade de Mont-Pèlerin); pelo lado democrata, Jeffrey Sachs, Fred Bergsten e Jerome Levinson. Grande parte dos trabalhos dessa Comissão, inclusive notas sobre os pontos em desacordo, está disponível na internet.¹

Todas as reuniões e audições da Comissão são públicas. Os trabalhos da Comissão merecem ser conhecidos, porque possuem avaliações muito interessantes e esclarecedoras sobre os termos do debate em Washington.

Uma resolução lacônica foi aprovada por unanimidade na Comissão, sendo, no entanto, o relatório aprovado com oito votos a favor e três contra. Os três votos contra são democratas (Fred Bergsten, Jerome Levinson e Esteban Edward Torres). Dois democratas (entre eles Jeffrey Sachs) votaram com os republicanos.

¹ *The Meltzer Commission: The Future of the IMF and World Bank*, <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CHRG-106shrg66721/html/CHRG-106shrg66721.htm>.

+ *The Report of the International Financial Institution Advisory Commission : Comments on the Critics*, <https://www.ifo.de/DocDL/Forum400-focus2.pdf>.

A resolução aprovada por unanimidade foi a seguinte:

1. O FMI, o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento devem anular totalmente todos os seus créditos em relação a países pobres muito endividados (PPME) que apliquem uma estratégia adequada em matéria de desenvolvimento econômico e social (em conjunto com o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento). 2. O FMI deve limitar os seus empréstimos à cedência de liquidez de curto prazo. É preciso suprimir a prática atual de conceder empréstimos de longo prazo para reduzir a pobreza ou para outros objetivos.

O relatório tem mais de cem páginas. No fundo deixa claro que não há razão para eliminar ou fundir as instituições multilaterais. É preciso reformá-las profundamente. Nalgumas das suas passagens o relatório faz um diagnóstico extremamente crítico em relação às políticas levadas a cabo pelo FMI e pelo Banco Mundial e critica duramente a OMC. O relatório propõe que o Banco Mundial acabe totalmente com os empréstimos concedidos a países que já têm acesso aos mercados financeiros e se limite a fazer donativos a países que não têm acesso a esses mercados.

De maneira complementar, o relatório declara que o FMI apenas deve conceder empréstimos de curto prazo. Deve abandonar a missão de combater a pobreza, missão essa que deve ser reservada ao Banco Mundial e aos bancos regionais de desenvolvimento. É preciso que o Banco Mundial mude de nome e passe a chamar-se Agência Mundial de Desenvolvimento (World Development Agency). O relatório denuncia os governos dos países ricos, o FMI e o Banco Mundial, que curto-circuitaram a função de controle e decisão do poder legislativo. No mesmo sentido, ataca a OMC no que diz respeito aos seus abusos de poder. Afirma que a OMC não tem o direito de impor automaticamente regras e decisões aos seus Estados membros. As decisões da OMC devem ser avaliadas pelo parlamento de cada um dos Estados membros.

Eis aqui alguns trechos marcantes do relatório, que começa por se congratular com o papel dos Estados Unidos no mundo e afirma o seu apoio às políticas neoliberais.

Essas instituições e o empenho americano na manutenção da paz e da estabilidade obtiveram êxitos consideráveis. Ao longo dos 50 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, observou-se uma enorme melhoria do nível de vida de um número elevadíssimo de pessoas em muitos países, como nunca antes ocorrera.

Os nossos antigos adversários fazem agora parte do sistema de mercado global em expansão.

Os Estados Unidos estiveram na vanguarda da manutenção da paz e da estabilidade, promovendo a democracia e o respeito pelas leis, reduzindo barreiras

comerciais e estabelecendo um sistema financeiro transnacional.

A comissão considera que, para estimular o desenvolvimento, os países devem abrir os mercados ao comércio e encorajar a iniciativa privada, o respeito pelas leis, a democracia política e a liberdade individual.

Até aqui, nada de mais em relação ao que escrevem os membros do establishment, quer sejam republicanos, quer sejam democratas. A seguir o relatório é mais surpreendente. A comissão crítica a ação do FMI, dos governos dos países membros do G7 e ataca as políticas de choque impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Crítica à intervenção do FMI na crise da dívida do México em 1982

Em agosto de 1982, o Governo mexicano anunciou que não podia pagar mais a dívida externa. O FMI organizou e supervisionou a administração de um plano de reescalonamento das dívidas comerciais contraídas pelo Governo mexicano na década anterior. Os empréstimos do FMI não canalizaram novas fontes de financiamento líquido para o México. O FMI emprestou dinheiro ao México para pagar o serviço da dívida. A dívida do México aumentou e o México não entrou em incumprimento por falta de pagamento. O FMI concedeu empréstimos na condição do México implementar um conjunto de reformas econômicas a longo prazo. Muitas dessas condicionantes significaram grandes sacrifícios para a população local, a perda de emprego e uma forte redução do nível de vida. Os outros países em desenvolvimento, em especial na América Latina, viram os fluxos líquidos de capital privado diminuir ou tornarem-se negativos (Sublinhados pelo autor).

Crítica dos PAS impostos pelo FMI

A transformação do FMI numa fonte de empréstimos a longo prazo sob condições de ajuste tornou as nações pobres cada vez mais dependentes do FMI, proporcionando-lhe uma influência considerável na escolha das políticas dos países membros, o que era inédito numa instituição multilateral. A continuação do financiamento depende do resultado das políticas exigidas, tal como foram definidas nos acordos entre o FMI e os países membros. Esses programas não asseguraram o progresso econômico. Minaram a soberania nacional e frequentemente impediram o desenvolvimento de instituições democráticas e responsáveis, suscetíveis de corrigirem os seus próprios erros e de responderem aos desafios das condições externas.

O relatório crítico da intervenção das IFI na crise do México de 1994

Na sequência do reembolso ao FMI, ao Tesouro americano e aos credores estrangeiros, foi o contribuinte mexicano que pagou a fatura. O custo do resgate do sistema bancário é atualmente estimado em cerca de 20% do PIB mexica-

no. O rendimento real por habitante não era, em 1997, apesar dos altos e baixos, superior ao nível de rendimento que havia 20 anos atrás. Os salários reais dos trabalhadores menos bem pagos, aqueles que recebiam o salário mínimo, diminuíram 50% desde 1985. A dívida externa total do México em 1996, em dólares norte-americanos, é cinco vezes superior à dívida de 1973, ou quatro vezes, tendo em conta uma base de cálculo *per capita*. Os salários reais são muito mais baixos e o peso do financiamento da dívida é muito mais alto para cada trabalhador mexicano.

As críticas também aludem a que, ao impedir ou ao reduzir as perdas dos emprestadores internacionais, o programa do FMI para o México, em 1995, enviou uma má mensagem aos credores e emprestadores. Poupano perdas aos credores internacionais, o FMI implicitamente fez saber ao mercado que se os bancos locais e outras instituições similares contraíssem empréstimos de valores significativos junto de credores estrangeiros e se os governos garantissem essas dívidas em relação aos credores privados, o FMI emprestaria o montante necessário para honrar esses reembolsos. Os economistas dão o nome de “risco moral” ao incentivo inerente a tais garantias.

O corte nas despesas públicas, o aumento de impostos, das taxas de juro e o fecho de bancos agravaram a crise.

O FMI a serviço do G7, também criticado pela Comissão

Os governos do G7, particularmente os Estados Unidos, usam o FMI como meio para atingirem seus objetivos políticos. Essa prática subverte o processo democrático dos países credores, ao evitar a fiscalização parlamentar sobre a ajuda externa ou sobre a política externa e ao enfraquecer a disciplina orçamental.

O FMI a serviço dos abastados

Numerosos estudos sobre os efeitos dos empréstimos do FMI não conseguiram estabelecer uma relação significativa entre os empréstimos do FMI e o aumento da riqueza ou do rendimento. O resgate dos credores com o apoio do FMI durante as crises recentes foi especialmente danoso e teve efeitos terríveis sobre os países em desenvolvimento. Pessoas que tinham trabalhado intensamente para saírem da pobreza viram os seus esforços malogrados, perderam as suas poupanças e viram falir as suas pequenas empresas. Os trabalhadores perderam o emprego, muitas vezes sem qualquer tipo de indemnização que amortecesse o problema. Proprietários nacionais e estrangeiros de ativos reais sofreram perdas consideráveis, ao mesmo tempo que os bancos credores estrangeiros estavam bem protegidos. Esses bancos receberam compensações por assumirem altos riscos através de taxas de juro elevadas e, além disso, não tiveram que assumir todas as perdas decorrentes dos empréstimos

de alto risco (por vezes nenhum risco). O apoio de que beneficiaram os bancos estrangeiros serviu também para proteger devedores nacionais politicamente influentes, encorajou o empréstimo de grandes somas e taxas extraordinárias de endividamento em relação ao capital.

A comissão não aprova as políticas do FMI na América Latina

A Comissão não aprovou as políticas do FMI na América Latina nos anos oitenta e no México em 1995 ou em muitos outros casos. Os empréstimos do FMI para esses países protegeram bancos americanos e estrangeiros, instituições financeiras e alguns investidores e tiveram enormes custos para os cidadãos dos países devedores. Os empréstimos atrasaram a resolução das crises dos anos oitenta ao permitirem que os credores e emprestadores reescalassem uma dívida que será mais que paga (...). A Comissão acredita que os emprestadores que assumiram os riscos dos empréstimos ou da compra de títulos da dívida deveriam aceitar as perdas reais quando os riscos se tornam uma realidade desagradável.

A comissão critica o Banco Mundial e os Bancos regionais associados

Há um grande fosso entre a retórica e as promessas dos Bancos e o seu desempenho e realizações. O caso do Banco Mundial é um bom exemplo. Pretendendo combater a pobreza no mundo em desenvolvimento, o Banco afirma redirecionar os seus empréstimos para países que não têm acesso ao mercado de capitais. Mas não é esse o caso: 70% da ajuda financeira do Banco Mundial destina-se a países que possuem acesso ao mercado de capitais.

O montante total do fluxo de recursos destinado às atividades de serviço público nos países sem acesso ao mercado de capitais, mas com políticas e instituições estáveis, foi de 2,5 bilhões de dólares em 7 anos, entre 1993 e 1999. Isso representa menos de 2% do financiamento do Banco Mundial, excluída a ajuda financeira.

O futuro das instituições do grupo Banco Mundial segundo a Comissão Meltzer

“O papel de emprestador do Banco Mundial será substancialmente reduzido”. A Comissão acrescenta que o Banco deverá, sobretudo, fazer donativos. Além disso, para a Comissão, as outras instituições do grupo Banco Mundial não têm na realidade razão de ser:

A Sociedade Financeira Internacional (SFI) deverá tornar-se parte integrante da Agência de Desenvolvimento Mundial redefinida. O seu capital deverá regressar aos acionistas e os empréstimos em curso serão resgatados.

A Agência Multilateral de Garantias dos Investimentos (AMGI) deve ser eliminada. Vários países têm as suas próprias seguradoras. Além disso, as segu-

radoras do setor privado entraram no mercado.

A redefinição das missões do FMI segundo a Comissão Meltzer

A missão do novo FMI. A Comissão recomenda que o FMI seja reestruturado, tornando-se uma instituição menor, com apenas três responsabilidades:

Agir quase como um empregador de última instância, dando assistência às economias emergentes através de empréstimos de curto prazo, concedidos aos países que tenham necessidade;

Recolher e publicar dados financeiros e econômicos dos países membros e distribuir esses dados de maneira uniforme e num período de tempo razoável; Aconselhar (mas sem impor condições) sobre a política econômica, como consta do artigo IV sobre consultas a países membros.

O Crédito para Redução da Pobreza e Crescimento do FMI deve ser suprimido.

O FMI não deve ser autorizado a negociar reformas políticas.

Os empréstimos do FMI devem ser de curto prazo (por exemplo, no máximo de 120 dias, havendo apenas uma possibilidade de renovação).

A posição minoritária de três democratas da Comissão

Os três democratas que votaram contra o relatório (Fred Bergsten, Jerome Levinson e Esteban Edward Torres) consideraram que este era muito negativo para as IFI e a OMC: pretendia limitar muito o campo de ação dessas instituições. Jerome Levinson chega a redigir um texto de cerca de vinte páginas defendendo o Banco Mundial, o FMI e a administração Clinton. Levinson propõe uma orientação alternativa à da maioria da Comissão, dando ênfase ao compromisso democrata com a direção da confederação sindical AFL-CIO.

Além disso, Levinson critica o Banco Mundial e o FMI por não favorecerem o respeito pelos direitos dos trabalhadores. Pelo contrário, sempre que tiveram oportunidade, essas duas instituições impuseram que os trabalhadores, e apenas eles, suportassem o custo da resolução das crises financeiras. Jerome Levinson está ciente disso, porque estava no Brasil à época do golpe militar apoiado pelo Governo dos Estados Unidos, pelo Banco e pelo FMI.² Levinson resume corretamente a utilização das crises provocadas pelo comportamento dos detentores de capital e pelos governos que sistematicamente atacaram os trabalhadores. Eis um trecho do seu argumento conforme exposto no relatório da Comissão Meltzer:

Os empréstimos bancários dos anos 1970, os tesobonos [títulos do Estado emitidos pelo México (N. do A.)] e os fiascos financeiros do Sudeste Asiático apresentam características comuns: em cada caso os bancos e os investidores, atafalhados em liquidez, procuraram obter um rendimento mais elevado do que teriam conseguido nos seus países, investindo (tesobono) ou emprestan-

2 Jerome Levinson foi diretor assistente da USAID no Brasil de 1964 a 1966.

do (...) a governos, bancos e empresas dos países em desenvolvimento. Muitos empréstimos não foram utilizados para financiar investimentos produtivos; uma conjugação de choques internos e externos conduziu a uma crise que foi considerada perigosa para o sistema financeiro internacional.

O FMI e o Banco Mundial foram encarregados de acompanhar a evolução dos acontecimentos; as instituições financeiras privadas, que também são responsáveis pela crise, devido aos seus investimentos ou empréstimos imprudentes, foram socorridas e recompensadas: tiveram a possibilidade de comprar bancos locais e outras instituições financeiras a preços baixos. Os países devedores foram aconselhados a exportarem mais para saírem da crise, o que se traduz numa inundação de bens e serviços no mercado americano, o único mercado que efetivamente lhes abre as portas. Para tornarem as suas mercadorias mais competitivas, o FMI e o Banco Mundial exigem que os governos dos países devedores adotem medidas de flexibilização do mercado de trabalho, o que permite às empresas desembaraçarem-se mais facilmente dos trabalhadores, sem terem de pagar indenizações, e enfraquece a capacidade de negociação dos sindicatos, tudo para fazer baixar as despesas com salários. Tanto os trabalhadores dos países industrializados como os trabalhadores dos PED, particularmente os sindicalizados, pagam um custo desproporcionado pelo fardo do ajuste.

Jerome Levinson cita também Joseph Stiglitz (antigo economista chefe do Banco Mundial) ao argumentar no mesmo sentido:

Mesmo quando o mercado de trabalho não é o principal problema que o país enfrenta, é muito frequente que se peça aos trabalhadores que suportem os custos do ajuste. No Leste Asiático, foram os empréstimos imprudentes dos bancos internacionais e de outras instituições, em conjugação com os empréstimos duvidosos de instituições locais – em conjugação com as expectativas versáteis dos investidores – que provocaram a crise; no entanto, foram os trabalhadores que pagaram a fatura em termos de emprego, em termos de desemprego e de perdas salariais.

Jerome Levinson ataca a dupla linguagem do Banco Mundial. Quando pede a essa douta instituição para proteger os direitos dos trabalhadores, essa instituição responde que a seção 10 do artigo IV do seu estatuto lhe proíbe considerações políticas. Contudo, Jerome Levinson afirma que quando o Banco fixa condições, impõe uma maior flexibilização do mercado de trabalho, facilitando os despedimentos, enfraquecendo o poder de negociação dos sindicatos e diminuindo o rendimento dos trabalhadores urbanos. Não nos enganemos, Jerome Levinson não se opõe à liberalização da economia pró-mercado, nem às privatizações. Afirma que essas políticas são necessárias, porém necessitam uma contrapartida sindical para

serem eficazes. A alternativa de Jerome Levinson está próxima da orientação adotada por Tony Blair na Grã-Bretanha ou Gerhard Schroeder na Alemanha.

Análise retrospectiva dos trabalhos da Comissão

Num trabalho de 1998, Anne Krueger, ex-economista-chefe do Banco Mundial, de 1981 a 1987, salienta as diferenças entre os anos 1970 e os finais da década de noventa. Esse texto é útil para compreender certos termos do debate. Krueger indica que, no início dos anos 1970, os Estados Unidos decidiram dar uma maior importância ao Banco Mundial e ao FMI, reduzindo a ajuda bilateral e aumentando a ajuda multilateral.³ Desde então, segundo Anne Krueger, a liberalização no plano mundial reduziu muito a margem de manobra dessas instituições, porque o fluxo de capitais privados predomina. Além disso, a guerra fria terminara. Krueger frisa:

Até ao fim da Guerra Fria, o apoio político à realização da ajuda ao desenvolvimento via IFI (BM e FMI) e agências bilaterais provinha de dois grupos: os de direita, motivados por problemas de segurança, e os de esquerda, que apoiavam objetivos de desenvolvimento numa base humanitária. Com o fim da Guerra Fria, o apoio que vinha da direita enfraqueceu e os esforços do Banco para estender as suas atividades a novas áreas refletem a busca de um apoio político mais alargado.⁴

Segundo Krueger, o Banco Mundial tem tendência a fazer de mais:

Muitas das acusações relativas à ineficácia do Banco têm origem nos esforços para estender as suas atividades em todas as direções e a todos os países. Pode-se, de fato, considerar que ao envolver-se em questões ambientais, ao cooperar com as ONG, ao combater a corrupção e ao abraçar outros temas, o Banco tenha ido para além das suas competências essenciais. Ao fazê-lo, excedeu as capacidades da sua direção.

Quanto ao futuro do Banco, Anne Krueger considera que é preciso fazer uma escolha entre três opções:

1) prosseguir o seu papel de instituição encarregada do desenvolvimento, limitando-se aos países realmente pobres e retirando-se gradualmente dos países com renda médio; 2) prosseguir as suas atividades nos países clientes, concentrando-se nas *softs issues* do desenvolvimento, tais como os direitos das mulheres, a preservação do meio ambiente, os incentivo às ONG; 3) fechar a loja.⁵

Anne Krueger não é favorável à terceira opção e deixa a discussão aberta em relação às duas primeiras. No entanto, frisa que mais cedo ou mais tarde será ne-

3 KRUEGER, Anne. 1998. "Whither the Bank and the IMF?", *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVI, dezembro de 1998, p. 1987 e 1999.

4 *Idem*, p. 2010.

5 *Ibid.*, p. 2006.

cessário optar. No que diz respeito ao funcionamento do Banco, ela é clara: está fora de questão a alteração do seu estatuto para instituir o sistema “um país, um voto”. Segundo Anne Krueger, não é de se excluir uma fusão entre o Banco Mundial e o FMI; no entanto, isso desencadearia um processo perigoso, porque ter-se-ia de voltar a discutir uma nova constituição e, inclusive, o princípio “um país, um voto” – o que deve ser evitado⁶, a fim de manter o controle da atividade nas mãos das grandes potências.

O contexto da Comissão Meltzer

Para compreender as propostas da comissão Meltzer, convém levar em conta o contexto internacional da época: a sucessão de crises financeiras nos países da periferia e a posterior intervenção catastrófica do FMI e do Banco Mundial. Mas isso não é suficiente. O contexto nacional nos Estados Unidos é determinante: o Congresso de maioria republicana levou a cabo uma guerrilha feroz contra a administração democrata de William Clinton. Sem se ter em conta esse fator de ordem política interna, não se poderia compreender os duros ataques feitos pela Comissão ao Executivo que instrumentalizou o FMI no sentido de intervir no mundo sem a permissão do Congresso⁷. Além disso, certas preocupações sociais da Comissão estão certamente relacionadas com a necessidade de dividir as personalidades designadas pelos democratas para a Comissão, a fim de conquistar alguns desses elementos para o lado de Allan Meltzer e dos seus colegas. Tratava-se também de criticar a administração Clinton com argumentos sensíveis ao seu próprio eleitorado e aos parlamentares democratas.

A posição da Comissão Meltzer e a política de Washington

Encontramos numerosos pontos de consenso no seio da Comissão. Podemos resumi-los em oito pontos:

1º A existência de um acordo fundamental em relação à continuidade da agenda neoliberal: “A Comissão acha que, para estimular o desenvolvimento, os países deverão abrir os mercados comerciais, estimular a propriedade privada, o respeito pela lei, a democracia política e a liberdade individual”. É, em suma, o essencial.

2º A necessidade de manter as instituições financeiras internacionais: “Essas instituições e o empenhamento americano para a manutenção da paz e da estabilidade tiveram resultados notáveis”.

3º A existência de um acordo para manter e reforçar a liderança dos Estados Unidos nessas instituições.

4º A existência de um acordo para anular totalmente (ou quase) a dívida dos

6 *Ibid.*, p. 2015.

7 De 2001 até aos dias de hoje, com uma administração republicana apoiada por uma maioria da mesma coloração política no Congresso e no Senado, não se constata o mesmo tipo de ataque por parte de uma comissão do Congresso ao Executivo. Veremos se isso mudará.

PPME e de outros países endividados, no caso de aplicarem políticas de acordo com a agenda neoliberal e os interesses dos Estados Unidos. A razão é muito simples: para os Estados Unidos, para que servem esses países se, por causa do endividamento excessivo, são incapazes de comprar mercadorias e serviços norte-americanos? É melhor anular ou aliviar substancialmente as suas dívidas para que voltem a ser capazes de comprar.

5° É, de fato, rentável para os Estados Unidos conceder e incentivar o Banco Mundial a conceder donativos, porque é certo que os países pobres que receberem esses donativos vão utilizá-los para comprarem produtos principalmente nos países mais industrializados. O que é dado aos países pobres é gasto imediatamente no Norte, porque eles já não produzem aquilo de que necessitam. É o resultado de 25 anos de política de liberalização do comércio e de concorrência, no que se refere aos produtores locais dos países pobres.

6° É preciso lutar contra a corrupção nesses países, a fim de evitar que uma parte dos donativos seja desviada para outras atividades que não sejam a compra de produtos do Norte.

7° Uma política de donativos também tem a vantagem de manter as elites e as economias dos países beneficiários dependentes dos países doadores.

8° Os donativos necessários aos países mais pobres representam um esforço claramente irrisório para países como os Estados Unidos. É muito pouco, comparado com os 400 bilhões de dólares que custou a “guerra contra o terrorismo” no Afeganistão e no Iraque, de setembro de 2001 a abril de 2006.

Como a Comissão Meltzer encara a política de donativos

A Comissão Meltzer propõe que se recorra amplamente a donativos para substituir os empréstimos. O exemplo da Comissão mostra claramente que, para o doador, trata-se da possibilidade de se intrometer diretamente nas escolhas dos PED, passando por cima da ação dos poderes públicos nacionais.

Exemplo: Um país que tem um rendimento por habitante de mil dólares e que pode obter um donativo que cubra 70% do custo da realização de um projeto, decide, por exemplo, vacinar todas as crianças contra a rubéola. Se a agência de desenvolvimento (a instituição multilateral que, segundo Meltzer, deve substituir o Banco Mundial) confirma a necessidade da iniciativa, o Governo abrirá um concurso junto dos fornecedores privados e organizações não governamentais, tais como instituições de caridade e entidades do setor público, como o Ministério da saúde. Suponhamos que a oferta mais interessante é de cinco dólares por criança vacinada, então a agência de desenvolvimento pagará diretamente ao fornecedor 3,5 dólares (70%) por vacina. O fornecedor deverá receber do Governo o 1,5 dólar restante. Os pagamentos serão efetuados apenas após uma certificação feita por agentes independentes em relação aos participantes – Governo, agência de desenvolvimento e fornecedor de vacinas.

No sistema em que o pagamento é feito pelos utilizadores, os donativos são concedidos após realizada uma auditoria ao serviço prestado. Se não há resultados, não há fundos. Os pagamentos são feitos em função do total de crianças vacinadas, dos quilowatts de eletricidade fornecidos, dos metros cúbicos de água tratada, do número de estudantes aprovados em testes de alfabetização, dos quilómetros de estradas abertas ao trânsito (...). A execução não apresenta riscos políticos. É o prestador do serviço e não o Governo que recebe o pagamento.

Mais à frente no texto:

Das vacinas à construção de estradas, da alfabetização ao fornecimento de água, os serviços serão prestados por fornecedores do setor privado (inclusive ONGs e organizações de caridade) ou por entidades do setor público, tendo em conta a oferta mais interessante apresentada a concurso. A quantidade e a qualidade dos desempenhos serão certificadas por auditores independentes e os pagamentos serão feitos diretamente aos fornecedores; os custos serão divididos pelo país receptor e pela agência de desenvolvimento. A subvenção variará entre 10% e 90%, em função do acesso ao mercado de capitais e do rendimento por habitante.

Mesmo que os argumentos do relatório Meltzer sejam úteis no que diz respeito ao balanço das ações levadas a cabo pelo FMI e pelo Banco Mundial, as soluções que implementam são nefastas e criticáveis. Devemos rejeitar a abordagem da Comissão Meltzer, que pretende fazer dos donativos um novo meio de reforçar a mercantilização de serviços essenciais como a saúde, a distribuição de água e o seu tratamento/eliminação, a educação... Da mesma forma, temos de rejeitar que os donativos sejam utilizados para impor aos beneficiários as vontades dos doadores.

É necessário um procedimento alternativo: é preciso quebrar o ciclo infernal do endividamento sem cair numa política de caridade, que vise perpetuar um sistema mundial dominado inteiramente pelo capital, pelas grandes potências e pelas multinacionais. Trata-se de colocar em marcha um sistema internacional de redistribuição dos rendimentos e das riquezas, a fim de interromper a pilhagem secular, que subjuga e continua a subjugar os povos dominados da periferia. Essas reparações sob a forma de donativos não concedem às autoridades dos países mais industrializados o direito de ingerência nos assuntos das populações afetadas. Trata-se de inventar mecanismos de decisão sobre o destino dos fundos e de controle da utilização desses fundos que fiquem nas mãos das populações e das autoridades públicas em questão. Isso abre um vasto campo de reflexão e de experimentação.

Além disso, em oposição à Comissão Meltzer, que quer manter o Banco Mundial e o FMI, fazendo apenas pequenas alterações, é preciso abolir essas instituições e substituí-las por outras instituições mundiais caracterizadas por um

funcionamento democrático. O novo Banco Mundial e o novo Fundo Monetário Internacional, qualquer que seja a nova denominação, devem ter missões radicalmente diferentes das anteriores: devem garantir o cumprimento dos tratados internacionais em termos de direitos humanos (políticos, civis, sociais, econômicos e culturais) e em termos de crédito internacional e de relações monetárias internacionais. Essas novas instituições mundiais devem fazer parte de um sistema institucional mundial supervisionado por uma Organização das Nações Unidas radicalmente reformada. É essencial e prioritário que os países em desenvolvimento se associem para constituírem o mais depressa possível entidades regionais, dotadas de um banco comum e de um fundo monetário comum. Quando da crise do Sudeste Asiático e da Coreia de 1997-1998, a constituição de um fundo monetário asiático tinha sido aventada pelos países envolvidos. A discussão foi abortada devido à pressão dos Estados Unidos e do FMI. Na região da América Latina e do Caribe, sob o impulso das autoridades venezuelanas e do presidente Hugo Chavez em particular, o debate sobre a possibilidade de construir um Banco do Sul começou em 2005-2006.⁸ Mas o projeto acabou por não avançar. É claro que, quando se procura avançar para a emancipação dos povos e a plena satisfação dos direitos humanos, as novas instituições financeiras e monetárias, tanto regionais como mundiais, devem estar ao serviço de um projeto de sociedade que rompa com o neoliberalismo e o capitalismo.

8 Ver Éric Toussaint, *Banque du Sud et nouvelle crise internationale, alternatives et résistances au capitalisme néolibéral*, ed. Syllepse, Paris, 207 pp (2008).

Capítulo 19 — O ajuste estrutural e o Consenso de Washington não foram abandonados

Nos anos oitenta, o Fundo monetário Internacional e o Banco Mundial ganharam, junto aos povos dos países em desenvolvimento, a fama, perfeitamente adequada, embora pouco lisonjeira, de serem os responsáveis pela implementação de medidas extremamente impopulares impostas aos governos. Em suma, de serem os responsáveis pelos males que atingem os mais pobres. É preciso dizer que os governos, frequentemente cúmplices das classes dominantes, adoram se esconder atrás dessas instituições, cuja sede fica bem distante, na 19ª Avenida em Washington. Essa má reputação se alastrou como um fio de pólvora e a imprensa dos países do Sul começou a se dar conta disso.

Habitadas a dizerem sem rodeios que é preciso reduzir drasticamente o orçamento social ou privatizar as empresas de serviço público, as duas instituições compreenderam, no entanto, que essa linguagem franca não era conveniente. Os povos depressa identificaram o papel motor que essas instituições exerciam nas catástrofes econômicas e humanas que ocorriam. Os protestos que surgiam na sequência dos aumentos de preços dos bens de primeira necessidade foram, de imediato, batizados de protestos anti-FMI. Os governos sofreram rapidamente fortes pressões por parte da opinião pública no sentido de não cederem mais às imposições do FMI ou do Banco Mundial. A pílula, extremamente amarga, tornou-se cada vez mais difícil de engolir...

Uma grande operação de comunicação foi lançada nos anos noventa, para enfrentar a bem merecida a crise de legitimidade que o FMI e o Banco Mundial atravessavam (e continuam a atravessar). O discurso passou a ser o da redução da dívida e da luta contra a pobreza. Essas instituições diziam-nos que tinham compreendido a situação e que tinham mudado. No entanto, os condicionalismos ultraliberais, de sinistra memória, como os programas de ajuste estrutural dos anos oitenta, nunca foram postos de lado. Basta ver uma série de exemplos do início dos anos 2000, em todos os continentes, para colocar essas duas instituições perante as suas próprias contradições.

No *Sri Lanka*, em 2005 o governo recusou um empréstimo de 389 milhões de dólares, que obrigava a reformas políticas, como a reestruturação do regime de pensões e a privatização da água.¹

No *Equador*, em julho de 2005, o governo decidiu reformar o uso dos recursos petrolíferos. Em vez de ser usada inteiramente para o pagamento da dívida, parte dela deveria ser usada para gastos sociais, especialmente para a população indíge-

¹ Ver *Sunday Observer* (Sri Lanka), 6 novembro de 2005

na, muitas vezes desprivilegiada. O Banco Mundial bloqueou um empréstimo de 100 milhões de dólares que havia prometido ao Equador (ver o capítulo sobre o Equador).

No *Haiti*, o FMI impôs, em 2003, o fim do sistema que permitia ao Governo controlar o preço dos combustíveis, tornando-o “flutuante”. Em poucas semanas, o preço dos combustíveis subiu 130%. As consequências foram terríveis: dificuldade em manter a água potável ou cozinhar os alimentos; aumento do preço dos transportes, que os pequenos produtores repercutem no mercado, o que leva à subida dos preços de muitos produtos essenciais. Mas como a inflação é ferozmente combatida pelo FMI, este conseguiu obrigar o governo a impor o congelamento de salários. De uma só vez, o salário-mínimo diário, que era de 3 dólares em 1994, caiu para 1,50 dólar, o que deveria, segundo o FMI, atrair o investimento estrangeiro... Até mesmo nos países produtores de petróleo, como o Iraque e a Nigéria, o FMI impôs a lógica da flexibilidade de preços. Os preços aumentaram, provocando grandes manifestações de protesto das populações afetadas, como foi o caso em Bassorá, em dezembro de 2005 ...

No *Gana*, o ex-presidente Jerry Rawlings tinha recusado fazer parte da iniciativa para os países pobres muito endividados (PPME), mas com a chegada ao poder de John Agyekum Kufuor, em janeiro de 2001, Gana submeteu-se às condições impostas pelo FMI. Uma delas, das mais importantes, dizia respeito ao setor de água, para o qual o FMI exigia a cobertura total dos custos. Isto é, as famílias deveriam pagar integralmente os custos de utilização de água, sem terem acesso a subsídios do Estado. O preço do metro cúbico de água devia ser de tal ordem que o custo total de exploração e de gestão fosse coberto. A eletricidade era outra das preocupações, seguindo a mesma orientação. A finalidade era clara: sanear a empresa pública antes da privatização... A partir de maio de 2001, o preço da água aumentou 95% e isso foi apenas o começo... As populações mais atingidas mobilizaram-se no sentido de criar a National Coalition Against Privatisation of Water (Coligação Nacional contra a Privatização da Água). Apesar de em Gana um cidadão em cada três não ter acesso a água, o Banco Mundial colocou todo o seu peso na negociação; em 2004, emprestou 103 milhões de dólares a Gana a troco da concessão, a uma multinacional da alimentação, do fornecimento de água às principais cidades.

No *Mali*, foi o setor do algodão que esteve em causa. O setor no seu conjunto pertencia, há décadas, à Companhia Malinense de Desenvolvimento Têxtil (CMDT), detida em 60% pelo Estado malês e em 40% pela empresa francesa Dagrís. Verdadeira coluna vertebral da economia do Mali, a CMDT, através dos lucros e dos impostos, fornecia ao Estado a maior parte das divisas obtidas anualmente. A sua atividade foi muito além da produção de algodão, realizando missões públicas como a manutenção de estradas rurais e a alfabetização, dando um apoio importante às cidades, em termos de compra de material agrícola ou de

construção de infraestruturas vitais. Até 1999, a produção não parou de crescer: 200 mil toneladas em 1988, 450 mil em 1997, 520 mil em 1998, 522 mil em 1999. No entanto, uma gestão polêmica da CMDT e cotações muito baixas geraram a revolta dos camponeses, com a recusa de realizarem a colheita em 1999/2000. A produção caiu aproximadamente para metade nesse período. Em abril de 2001, realizaram-se os estados gerais do setor do algodão, que decidiram aplicar um plano draconiano de reforma: redução de 23% da massa salarial, anulação total ou parcial da dívida dos camponeses, redução dos efetivos (entre 500 a 800 pessoas num total de 2.400), não aplicação do aumento previsto de salários na ordem dos 7%, aumento do preço mínimo de compra de 170 Franco CFA por quilograma para 200 Franco CFA por quilograma, abertura do capital, centralização das atividades e saída progressiva do Estado malinês da CMDT. Apesar dos fracassos das privatizações nos estados vizinhos (como o Benim ou a Costa do Marfim), o Banco Mundial preconizou a privatização pura e simples, o que inquietou fortemente os cidadãos afetados. As primeiras reestruturações, principalmente a nível de transportes e gestão de fertilizantes e pesticidas, fizeram surgir já graves problemas que penalizaram muito os produtores malineses e ameaçaram as colheitas de 2003 e 2004.²

Para acelerar ainda mais o processo e porque desaprovava o fato de a CMDT ter garantido um preço de 210 Franco FCA por quilograma, o Banco Mundial fez pressão, bloqueando a concessão de uma ajuda de 25 milhões de dólares. Desta forma, o Banco negou as duas especificidades responsáveis pelo sucesso do setor do algodão no Mali: a garantia de preço mínimo e a integração vertical. O estudo do Banco Mundial publicado em maio de 2005³ é explícito: “O plano de ação para a adoção dessa estratégia pretendia criar três ou quatro sociedades de descaroçamento, com vista à venda do património da CMDT a investidores privados.” No entanto, o Governo do Mali solicitou um adiamento até 1998, “com o motivo de não querer ser acusado de vender a baixo preço as indústrias nacionais, beneficiando interesses estrangeiros”. Por sua vez, a pressão do Banco Mundial acentuou-se: “a agenda de privatização não está definida, o calendário não está claro e algumas decisões foram tomadas de improviso, o que não garante racionalidade econômica ou a transparência”, solicitando, assim, “um diálogo credível sobre a reforma do setor, a adoção de um calendário, de um cenário aceitável para a privatização e de um plano para limitar o impacto dos deficits da companhia sobre o orçamento”.

No *Níger*, a reeleição, em dezembro de 2004, do presidente Mamadou Tandja não teve período de felicidade. Desde janeiro de 2005, após interferências do FMI, Tandja promulgou uma Lei de Finanças retificativa, que previa o aumento do IVA para 19% sobre os bens e serviços de primeira necessidade (farinha de trigo,

2 Ver Damien Millet, *L'Afrique sans dette*, CADTM/Syllepse, 2005.

3 “La situation actuelle des défis et enjeux de la filière coton du Mali”, A. David Craig (director das operações no Mali do Banco Mundial), ver http://www.afribone.com/article.php3?id_article=984.

açúcar, leite, água e eletricidade). Desencadearam-se de imediato enormes manifestações. Em março, a população, já empobrecida por anos de más colheitas (secas e gafanhotos) e por ajustes estruturais (privatização, redução dos orçamentos sociais, despedimentos e congelamento dos salários do funcionalismo público...), saiu à rua em massa, manifestando o seu descontentamento. A reação social, organizada em torno de três organizações de consumidores, criou uma ampla força unitária em torno de uma “coligação contra o aumento do custo de vida”, reunindo 29 organizações e quatro confederações sindicais. Após vários dias da operação “cidade morta” e de prisões arbitrárias por parte das forças da ordem, a coligação conseguiu que o Governo recuasse.

Na *República Democrática do Congo* (RDC), um relatório parlamentar, publicado em fevereiro de 2006, denunciou a ação do Banco Mundial no setor mineiro. Os acontecimentos atingiram proporções dramáticas em torno de uma mina de cobre e prata em Dikulushi, controlada pela sociedade australo-canadense Anvil Mining. Em outubro de 2004, milicianos Mai-Mai ocuparam a cidade vizinha de Kilwa, de onde o minério extraído era enviado para a Zâmbia. O exército congolês lançou uma operação para reprimir violentamente o levantamento, provocando a morte de várias dezenas de pessoas suspeitas de apoiarem os rebeldes (pelo menos 100 pessoas segundo as Nações Unidas). Execuções sumárias e pilhagens marcaram essa grande operação. Foi nesse contexto que a empresa Anvil Mining forneceu veículos e equipamentos diversos ao exército congolês. Pretendia garantir o mais rápido possível a continuidade das suas exportações.

Isso não impediu que a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI, filial do Banco Mundial) aprovasse, em abril de 2005, um contrato de seguro, que oferecia uma garantia no montante de 13,3 milhões de dólares, para cobrir os riscos políticos ligados à expansão da exploração de minérios. Portanto, o Banco Mundial não hesitou em apoiar a atividade da Anvil Mining, sobre a qual há muito a se dizer. Um relatório da Comissão Especial da Assembleia Nacional do Congo, responsável por examinar a procedência das convenções econômicas e financeiras, redigido por dezessete deputados congolese de diferentes tendências e sob a coordenação de Christophe Lutundula, critica duramente “a política de rapina dos recursos mineiros do Estado”, na qual a Anvil Mining está implicada, essencialmente “para satisfazer as necessidades imediatas de dinheiro das autoridades governamentais”. Segundo o relatório, o conluio entre o poder congolês e a Anvil Mining é flagrante: “Isenções fiscais, aduaneiras e parafiscais foram concedidas de forma exagerada e durante muito tempo, por períodos de 15 a 30 anos (...). O Estado congolês foi, assim, privado de recursos fiscais consideráveis e indispensáveis ao seu desenvolvimento.” Apesar deste relatório, a fiscalização das atividades da Anvil Mining foi um fracasso: “Os funcionários dos serviços públicos responsáveis pela concessão de minérios estão completamente comprometidos com os operadores privados, que deviam controlar (...). Falta-lhes autono-

mia, independência e eficácia.” Cereja do bolo, um acionista importante da Anvil Mining foi, até março de 2005, a empresa canadense First Quantum (17,5% de participação), citada em 2002 num relatório da ONU sobre a RDC, por não respeitar as orientações da OCDE sobre multinacionais. Isto é, o terreno estava minado desde o início! Como é possível que o Banco Mundial, através da AMGI, tenha continuado a conceder garantias a uma empresa que demonstrou não respeitar as leis fundamentais dos habitantes da região de Kilwa? Oferecer garantias nessas condições significa ser cúmplice direto das ações condenáveis da Anvil Mining.

No *Chade*, desde o início do projeto, diversas organizações ecológicas, de defesa dos direitos humanos e de solidariedade internacional ficaram alarmadas com o apoio concedido pelo Banco Mundial à construção de um oleoduto, que ligava a região petrolífera de Doba (Chade) ao terminal marítimo de Kribi, a 17 km de distância. Os riscos ecológicos, humanos e financeiros eram exorbitantes desde o início, de tal modo que a Shell e a Elf preferiram recuar. Mas o consórcio final, reunindo ExxonMobil, ChevronTexaco (Estados Unidos) e Pétronas (Malásia), pôde realizar com sucesso o projeto de 3,7 bilhões de dólares, devido ao importante apoio estratégico e financeiro do Banco Mundial.

Como justificção, o Banco Mundial comprometeu a sua credibilidade num programa piloto, que deveria beneficiar a população do Chade com os lucros obtidos. Ao realizar o seu investimento mais importante na África Negra, o Banco impôs que o presidente do Chade, Idriss Déby, aplicasse 90% do montante recebido com a venda de petróleo em projetos sociais que tivessem o seu aval e em investimentos na região de Doba. Os 10% restantes deveriam ser reservados às gerações futuras, tendo sido depositados no Citibank de Londres, controlados pelo Banco Mundial.

O dispositivo fracassou, porque Déby embolsou o montante destinado às gerações futuras: pelo menos 27 milhões de dólares. Além disso, resolveu alterar as regras do jogo, incluindo as despesas com segurança no capítulo dos setores prioritários a serem financiados com as receitas petrolíferas. Fragilizado devido a fortes tensões sociais, tentativas de golpe de Estado e deserções no exército, Déby tentou reforçar o mecanismo militar e repressivo. O Banco Mundial reagiu, em dezembro de 2005, bloqueando os empréstimos em curso e dando-se ares de ter descoberto a natureza autoritária e corrompida do regime, apesar de ter apoiado um projeto que permitiu a Déby reforçar o seu poder e aumentar a sua fortuna pessoal.

O discurso veemente dos especialistas do Banco Mundial sobre boa governança, corrupção e redução da pobreza foi uma farsa. Em abril de 2006, sob pressão de Washington, o Banco Mundial voltou a apoiar o projeto, depois de permitir que o governo de Idriss Déby utilizasse sem critério 30% das receitas do petróleo (em vez dos 10% previstos até então). Era claro, desde o início, que esse projeto ia levar ao enriquecimento de um ditador manifesto, que se permitia fazer tripudiar sobre população. De fato, mais uma vez cada um desempenhou o seu papel. O Banco

Mundial tornou possível o oleoduto, permitindo que as multinacionais se apropriassem de uma riqueza natural e os acionistas realizassem proveitosos lucros; o presidente do Chade, por sua vez, meteu a mão nas riquezas do seu povo.

A corrupção e a ditadura no Chade devem ser denunciadas e combatidas, mas isso não é suficiente. O Banco Mundial é o elemento determinante de um projeto que endivida fortemente o Chade, agrava a corrupção e a pobreza, deteriora o meio ambiente e permite a captação abusiva de um recurso natural. Em suma, no Chade como noutros lugares, o Banco Mundial apoia um modelo predatório e apadrinha há 30 anos, com pleno conhecimento de causa, uma ditadura corrupta. Em 2020 o ditador Idriss Déby continua no poder e o Banco Mundial continua a financiá-lo.⁴

Note-se que uma avaliação, encomendada pelo Banco Mundial e apresentada à direção do banco em 2009, considerava que o projeto era um desastre do ponto de vista da redução da pobreza, do respeito pelo ambiente e da boa gestão pública: “A avaliação conclui que o objetivo fundamental do programa, que é o de redução da pobreza e melhoria da governança no Chade, com a melhor utilização possível dos rendimentos petrolíferos de forma sustentável no plano ambiental e social, não foi alcançado. Considera por isso insatisfatório o resultado global do programa, apesar do sucesso técnico e financeiro do projeto de oleoduto principal”⁵.

4 *Projets de la Banque mondiale au Tchad*, https://projects.banquemondiale.org/fr/projects-operations/projects-summary?lang=fr&&searchTerm=&countrycode_exact=TD,-, consultado em 13 de outubro de 2020.

5 “The evaluation finds that the program’s fundamental development objective of reducing poverty and improving governance in Chad through the best possible use of oil revenues in an environmentally and socially sustainable manner was not achieved. It therefore rates overall program outcome unsatisfactory despite the technical and financial success of the main pipeline project.” Document of The World Bank Group Report No. 503, 16 de setembro 2009, <https://www.oecd.org/derec/worldbankgroup/44392731.pdf>, consultado em 13 de dezembro 2020.

Capítulo 20 — Crise climática e ecológica: os aprendizes de feiticeiro do Banco Mundial e do FMI

Em dezembro de 2020, por ocasião do quinto aniversário da assinatura do Acordo de Paris para o clima, o secretário-geral da ONU fez soar o alarme porque, basicamente, a situação tinha piorado. Neste capítulo, analisamos a ação do Banco Mundial e do FMI em relação à crise ecológica e à mudança climática.

No final de outubro de 2006, Nicholas Stern, conselheiro econômico do governo britânico, apresentou ao primeiro-ministro Tony Blair um relatório de quinhentas páginas sobre os efeitos das mudanças climáticas em curso e como combatê-las. Em seu relatório, Nicholas Stern declarava: “A mudança climática piorará as condições básicas de vida das pessoas em todo o mundo – acesso à água, produção de alimentos, saúde e meio ambiente”¹. Implicitamente, o diagnóstico contido neste relatório foi uma condenação das políticas do FMI e do Banco Mundial, das quais Nicholas Stern foi economista-chefe.²

Este artigo compara o *Relatório Stern* com as posições adotadas pelos dirigentes de peso do Banco Mundial, do FMI e do governo de Washington desde 1990. Também analisa o relatório de 2006 do Banco Mundial sobre desastres naturais. O Banco Mundial produziu uma análise que contradiz o que havia declarado anteriormente. Tenta, a nível do discurso, limitar a crise de credibilidade que o afeta, mas não abandona de forma alguma sua orientação em favor do mercado e da adesão ao modelo produtivista, que é destrutivo para o ser humano e o meio ambiente. Quanto ao *Relatório Stern*, embora contenha algumas abordagens muito interessantes, não oferece uma alternativa ao modelo produtivista e à busca frenética do crescimento. Embora o Banco Mundial tivesse anunciado que suspenderia o apoio aos combustíveis fósseis a partir do final de 2019, é claro que continuou a apoiar a construção e operação de centrais elétricas a carvão, a exploração do gás natural e do petróleo. Em 2020, vários analistas e ONG denunciaram a responsabilidade do Banco Mundial na continuação dramática das alterações climáticas e da crise ecológica.

Recordemos as posições dos dirigentes do Banco Mundial e do FMI

Embora muitas vezes tenham apontado desde o início dos anos 1970 os perigos do crescimento sem limites e do esgotamento dos recursos naturais, os líderes do Banco Mundial e do FMI há muito vêm argumentando que não há perigo de

1 Nicholas STERN, *Stern Review: The Economics of Climate Change*, outubro de 2006. Todas as citações do *Relatório Stern* neste artigo são extraídas das conclusões do relatório. O relatório completo está disponível no site do governo britânico.

2 Nicholas Stern foi economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial de 2000 a 2003.

que isso aconteça.

Lawrence Summers, economista-chefe e vice-presidente do Banco de 1991 a 1996 e depois secretário do Tesouro durante a presidência de William Clinton, declarou em 1991: “Não há limites (...) para a capacidade de absorção do planeta que possam nos deter num futuro próximo. O risco de um apocalipse devido ao aquecimento global ou qualquer outra causa é inexistente. A ideia de que o mundo caminha para a desgraça é profundamente falsa. A ideia de que deveríamos impor limites ao crescimento por causa dos limites naturais é um erro profundo; é além do mais uma ideia cujo custo social seria espantoso se porventura fosse aplicada”³.

Em uma carta à revista britânica *The Economist*, publicada em 30 de maio de 1992, ele escreveu que, em sua opinião, mesmo falando do cenário mais pessimista: “Levantar o espectro de nossos netos empobrecidos se não enfrentarmos os problemas ambientais globais é pura demagogia”. E acrescentou: “O argumento de que nossas obrigações morais para com as gerações futuras exigem um tratamento especial dos investimentos ambientais é estúpido”⁴.

As posições de Lawrence Summers causaram uma verdadeira indignação na época. Cinco anos depois, em 1997, Nicholas Stern (futuro economista-chefe do Banco), escreveu em um livro patrocinado pelo Banco para fazer o balanço do seu primeiro meio século de existência: “O compromisso do Banco com o meio ambiente foi questionado por alguns após a publicação no final de 1991 pela revista *The Economist* de trechos de uma nota interna escrita por Lawrence Summers, então economista-chefe. O memorando interno sugeria a possibilidade de que as questões ambientais fossem superestimadas no que diz respeito aos países em desenvolvimento; esses países poderiam reduzir seus custos marginais comercializando ou tolerando as substâncias poluentes”⁵.

Em contraste com as declarações tranquilizadoras de Lawrence Summers citadas acima, de que o aquecimento global reduziria o crescimento em menos de 0,1% ao ano durante os próximos dois séculos, Nicholas Stern declarou em 2006: “O Relatório estima que se não agirmos, os custos e riscos da mudança climática como um todo serão equivalentes a uma perda de pelo menos 5% do PIB global a cada ano, agora e para sempre. Se uma gama mais ampla de riscos e impactos for levada em conta, as estimativas de perdas podem chegar a 20% do PIB ou mais”. Isto é uma negação mordaz, porém tardia, das afirmações de Lawrence Summers.

Afirmações como as de Lawrence Summers não são um fenômeno isolado: têm a ver com a posição dominante do governo de Washington nas decisões do Banco Mundial e do FMI. Estas posições, que negavam que o modelo produtivista estivesse causando sérios danos ao meio ambiente e que a mudança climática es-

3 Lawrence Summers, na ocasião da reunião anual do Banco Mundial e do FMI em Bangkok, em 1991, entrevista com Kirsten Garrett, “Background Briefing”, Australian Broadcasting Company, segundo programa.

4 “Summers on Sustainable Growth”, carta de Lawrence Summers ao *The Economist*, 30/05/1992.

5 Nicholas Stern e Francisco Ferreira in KAPUR, Devesh, LEWIS, John P., WEBB, Richard. 1997. *The World Bank, Its First Half Century*, Volume 2: Perspectives, p. 566.

tivesse em curso, foram expressas por Washington pelo menos até recentemente.

Os muitos discursos de Anne Krueger, economista-chefe do Banco Mundial durante o mandato presidencial de Ronald Reagan e posteriormente número 2 do FMI, de 2000 a 2006, fornecem provas disso. Em um deles, pronunciado em 18 de junho de 2003 no 7º Fórum Econômico Internacional em São Petersburgo, Anne Krueger declarava: “Consideremos esta velha preocupação de que o rápido crescimento esgotará os recursos de combustível e que, se isso acontecer, o crescimento parará abruptamente. As reservas de petróleo são hoje maiores do que eram em 1950. Na época, estimava-se que as reservas mundiais de petróleo estariam esgotadas em 1970. Isso não aconteceu. Hoje, as reservas conhecidas podem durar 40 anos ao ritmo atual de consumo. Não há dúvida de que, quando chegarmos a 2040, a pesquisa e o desenvolvimento terão produzido novos avanços na produção e uso de energia”.

Anne Krueger continua: “Tampouco causamos danos irreparáveis ao meio ambiente. É evidente que, após uma fase inicial de degradação, o crescimento econômico leva então a uma fase de melhoria. O ponto crítico, a partir do qual as pessoas começam a escolher investir na prevenção da poluição e na limpeza de áreas poluídas, é de cerca de US\$ 5.000 do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*”.

Ao dizer isto, Krueger queria passar o seguinte recado: o crescimento nos estágios iniciais do arranque econômico nos países em desenvolvimento leva à degradação ambiental, mas quando eles ultrapassam um limiar estimado em US\$ 5.000 *per capita* de Produto Interno Bruto (PIB), as pessoas começam a investir na prevenção da poluição e na limpeza. Portanto, não há necessidade de os governos tomarem medidas rigorosas para forçar as empresas a cumprir altos padrões ambientais, a autocorreção ocorrerá naturalmente uma vez atingido o limiar mágico de US\$ 5.000 *per capita* do Produto Interno Bruto (PIB). Isto é ficção pura. Não se baseia em dados empíricos; é simplesmente uma questão de defender o *laissez-faire*...

Esta citação de Anne Krueger contém dois erros (mentiras) óbvios. Primeiro, os fatos mostram que foram causados danos irreparáveis ao meio ambiente. Em segundo lugar, não é verdade que, após “uma fase inicial de degradação” ambiental, “o crescimento econômico leva então a uma fase de melhoria”. Os países mais industrializados há muito ultrapassaram US\$ 5.000 do PIB *per capita*⁶, mas a maioria deles adota políticas que levam ao aumento da poluição.

Foi somente após as consequências do furacão Katrina, em agosto de 2005, que a Casa Branca, relutantemente, começou a reconhecer as evidências.

O CADTM, tal como outros movimentos, não esperou por um desastre como o que atingiu Nova Orleans em agosto de 2005 para culpar o Banco Mundial e o

6 O PIB *per capita* excede US\$ 20.000 na América do Norte, Europa Ocidental, Japão, Austrália, Nova Zelândia. Além disso, a China ultrapassou o limiar de US\$ 5.000 *per capita* em 2010. A África do Sul ultrapassou este limiar em 2005 e o Brasil em 2006, com empresas nos três países continuando a conduzir em grandes quantidades atividades que agredem o meio ambiente.

FMI por políticas que promoveram a mudança climática e enfraqueceram a capacidade dos países em desenvolvimento de lidar com calamidades naturais. O CADTM denunciou a promoção pelo Banco Mundial e pelo FMI de políticas que favorecem o desmatamento e o desenvolvimento de megaprojetos energéticos destruidores do meio ambiente.⁷ Da mesma forma, pediu ao Banco Mundial que deixasse de apoiar projetos que destroem as defesas costeiras naturais, como os manguezais que amortecem os efeitos dos tsunamis.⁸ O CADTM também exigiu que o Banco Mundial deixasse de conceder empréstimos ao setor das indústrias extrativas e denunciou o apoio do Banco Mundial ao agronegócio, às monoculturas de exportação, à privatização da terra e aos interesses das grandes empresas de sementes, responsáveis pela redução da biodiversidade, pela emissão de grandes quantidades de gases com efeito estufa e pelo empobrecimento dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. Finalmente, o CADTM questionou a decisão tomada pela Conferência do Rio de 1992 de confiar ao Banco Mundial a gestão de um fundo global de proteção ambiental. Isto equivale sem dúvida a pedir à raposa que tome conta do galinheiro.

O ponto de inflexão iniciado pelo Banco

Sem a menor autocrítica, o Banco Mundial publicou um relatório sobre desastres naturais em abril de 2006. O autor, Ronald Parker, escreveu: “Há um aumento de desastres relacionados com a degradação ambiental em todo o mundo”⁹. Enquanto o número de terremotos permanece quase constante, o número e a magnitude dos desastres naturais relacionados com o clima aumentam rapidamente: de uma média anual de 100 em 1975 para mais de 400 em 2005. O Banco reconhece que o aquecimento global, o desmatamento e a erosão do solo aumentaram a vulnerabilidade de regiões inteiras. O Banco estima que os países em desenvolvimento sofrem prejuízos de pelo menos US\$ 30 bilhões por ano. Como afirma Lester Brown, diretor do Earth Policy Institute: “Este relatório enfatiza que embora continuemos a chamar de ‘naturais’ estes desastres, às vezes eles são claramente feitos pelo homem”¹⁰.

O Relatório de Nicholas Stern sobre o aquecimento global

Nicholas Stern é muito claro: os países menos industrializados, embora menos responsáveis pelo aquecimento global do que outros, serão os mais afetados: “Todos os países serão afetados. Os mais vulneráveis – os países e as pessoas mais pobres – sofrerão mais cedo e mais, apesar de terem contribuído muito menos para a mudança climática”. E acrescenta, em completa contradição com a filosofia dos

7 Ver, entre outros, Éric Toussaint, *A Bolsa ou a Vida*, ed. Perseu Abramo, 2001, cap. 9.

8 Damien Millet e Éric Toussaint, *Les Tsunamis de la dette*, CADTM-Syllepse, Liège-Paris, 2005.

9 Citado no *Financial Times*, 22-23 de abril de 2006.

10 Citado no *Financial Times*, 22-23 de abril de 2006.

defensores da globalização neoliberal, que “A mudança climática é a maior falha do mercado que o mundo já viu e interage com outras imperfeições de mercado”. Dito isto, Nicholas Stern não propõe uma alternativa ao modelo produtivista e ao mercado capitalista. Pelo contrário, seu relatório pretende fazer soar o alarme para que recursos suficientes sejam aplicados a despesas de conversão industrial e de proteção ambiental a fim de permitir que este crescimento cego continue. Argumenta que a humanidade pode ser ao mesmo tempo “verde” e “pró-crescimento” (“*green and growth*”).

Ele explica que o mercado de proteção ambiental proporcionará um novo nicho lucrativo para o setor privado. E para completar ele explica que como os países em desenvolvimento poluem menos do que os países industrializados e sofrem mais com os efeitos do aquecimento global, eles poderão vender aos países ricos os direitos de continuar poluindo. Com a receita da venda desses direitos, eles poderão financiar a reparação dos danos causados à sua população.

Nicholas Stern participou na criação em 2013 da Comissão Global sobre Economia e Clima (Global Commission on the Economy and Climate), que é ao mesmo tempo um *think tank* e um grupo de *lobby* dedicado à promoção do capitalismo verde. Nicholas Stern, que copreside esta comissão, é acompanhado por dirigentes de grandes empresas privadas particularmente poluentes, como o produtor de cimento HolcimLafarge, ou a empresa petrolífera Shell (cujo presidente é membro desta comissão). Participam também na direção desta comissão privada: o diretor-geral do FMI, um diretor do banco HSBC, uma ex-dirigente do Banco Mundial, um ex-presidente mexicano, um ex-dirigente do Banco de Desenvolvimento da China, um dirigente do Banco Asiático de Desenvolvimento.¹¹

O Banco Mundial congratula-se pela ação que pretende levar a cabo para lutar contra a mudança climática

No *site* do Banco Mundial é possível encontrar em vários lugares declarações sobre seu extraordinário esforço em termos de luta contra a mudança climática e em favor das populações.

Na sequência da adoção do acordo climático de Paris, o Grupo do Banco Mundial apresentou em 2016 um ambicioso Plano de Ação de Mudança Climática para ampliar o apoio financeiro e técnico aos países em desenvolvimento e assim fortalecer sua ação climática. A instituição internacional, que se comprometeu a aumentar os financiamentos climáticos para 28% de seus empréstimos até 2020, contra 20% em 2016, tem superado sistematicamente esta meta nos últimos três anos.

De acordo com o Plano de Ação, todos os novos projetos do Banco Mundial

11 Ver o site deste grupo de *lobbying*: Members of the Global Commission | New Climate Economy | Commission on the Economy and Climate, <http://newclimateeconomy.net/about/members-global-commission>, consultado a 14 de dezembro 2020. Ver a crítica Daniel Tanuro, *Trop tard pour être pessimistes! Ecosocialisme ou effondrement*, Textuel, Paris 2020, p. 113-115.

foram avaliados quanto ao risco climático.

O apoio do Banco agora vai além dos setores tradicionalmente associados à ação climática, tais como energia, agricultura e meio ambiente e, em vez disso, amplia a gama de projetos “inteligentes em relação ao clima”.

Hoje, a recuperação após a covid-19 exige que se leve em conta o clima, não há outra escolha.

É evidente que as convulsões causadas pela pandemia sublinham a importância da proteção contra riscos ambientais que têm consequências sérias e sistemáticas em toda a economia.

Através de seu Plano de Ação, o Grupo Banco Mundial tem ajudado países a reduzir o risco de desastres, através de uma combinação de medidas que fortalecem a resiliência das pessoas, das infraestruturas e das economias.

O Grupo do Banco Mundial priorizou os investimentos em energias renováveis e eficiência energética como alavancas-chave para ajudar seus clientes a reduzir suas emissões.

Nosso próximo plano para o período 2020-2025, já lançado, visa ampliar o apoio aos países para que tomem medidas ambiciosas em relação ao clima, ampliando os financiamentos para a adaptação e promovendo uma ação sistêmica reforçada no nível do país.¹²

Entre o discurso do Banco Mundial e a realidade de suas ações, o fosso é enorme

Entre o discurso do Banco Mundial e a realidade de suas ações, o fosso é enorme. Ao promover energias fósseis e/ou poluentes, o Banco Mundial vai contra os compromissos assumidos nas Nações Unidas. É o que emerge de uma investigação realizada pelo consórcio internacional no qual participam especialmente três meios de comunicação alemães: o *NDR*, o *Süddeutsche Zeitung* e a *Deutsche Welle*.¹³ Em 2021, a maior refinaria de petróleo do mundo deverá ser construída na Nigéria, a mando de Aliko Dangote, o homem mais rico da África.¹⁴ Apesar dos compromissos mundiais sobre o clima, o Banco Mundial apoia o projeto de Aliko Dangote, ao financiar pelo menos cinco dos bancos que emprestaram dinheiro ao empreiteiro. E Aliko Dangote obteve crédito adicional do Banco Mundial no valor de mais de 150 milhões de dólares.

De acordo com a jornalista Sandrine Blanchard, durante a investigação dos

12 Todas as citações são oriundas do *site* oficial do Banco Mundial “5 années de leadership climatique: bilan du premier Plan d'action du Groupe de la Banque mondiale sur le changement climatique”, <https://www.banquemondiale.org/fr/news/immersive-story/2020/09/08/5-years-of-climate-leadership-the-world-bank-groups-first-climate-action-plan>

13 The International Consortium of Investigative Journalists (ICIJ), “The World Bank is Still Hooked on Fossil Fuels Despite Climate Pledge”, publicado em 10/04/2019, <https://www.icij.org/investigations/world-bank/the-world-bank-is-still-hooked-on-fossil-fuels-despite-climate-pledge/>, consultado em 13 de dezembro 2020.

14 Aliko Dangote, nascido em 10 de abril de 1957 em Kano, norte da Nigéria, é um homem de negócios nigeriano, considerado o homem mais rico da África. Em 2018, durante a visita de Emmanuel Macron a Lagos, Nigéria, o presidente francês encontrou-se com este milionário nigeriano. Aliko Dangote é muito a favor da Área de Livre Comércio Continental Africana. Em janeiro de 2020 e novamente em novembro de 2020, Aliko Dangote anunciou que queria comprar o clube britânico de futebol Arsenal.

jornalistas do consórcio internacional, o Banco Mundial justificou sua ação dizendo que “o crédito foi concedido para ajudar a Nigéria a melhorar a revalorização de suas atividades no campo dos recursos naturais, especialmente a produção de fertilizantes”. Mas na realidade Sandrine Blanchard diz que é difícil separar esse plano do resto do projeto petrolífero.¹⁵

De acordo com o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, este é apenas um exemplo entre outros de investimento do Banco Mundial em energias fósseis. Às vezes até investe diretamente na extração de carvão, gás natural ou petróleo. Este é o caso no Quênia, em Moçambique e na Guiana, por exemplo. No final das contas, o Banco Mundial aloca mais recursos financeiros para as energias fósseis do que às energias renováveis, o que preocupa Uwe Kekeritz, membro do Parlamento alemão (Bundestag) e responsável pela política de desenvolvimento do Partido Verde alemão. “A influência do Banco Mundial é enorme e o seu contínuo investimento em combustíveis fósseis tem um impacto catastrófico sobre o clima. Isto é inaceitável, porque é um banco de desenvolvimento que deveria colocar o desenvolvimento do mundo no centro de sua política, o que não é o caso.”

Por sua vez, a ONG alemã Urgewald afirmou que o Banco Mundial concedeu mais de US\$ 12 bilhões em créditos para projetos de combustíveis fósseis entre 2015, ano em que o acordo climático de Paris foi adotado, e 2020.

Como pode o Banco Mundial afirmar que deixou de financiar combustíveis fósseis desde 2019? A resposta é simples: oficialmente, limita-se a conceder créditos para fornecer assistência técnica às autoridades dos países que desejam desenvolver a exploração de combustíveis fósseis. De acordo com sua versão, o banco deixou de financiar diretamente a exploração desses combustíveis, mas na realidade, através de créditos de assistência técnica, desempenha um papel indispensável para permitir que os Estados explorem os combustíveis fósseis que se encontram no subsolo do país.

Uma pesquisa no site do Banco Mundial revela que em 2020 aprovou créditos para projetos que estão diretamente relacionados com atividades na indústria do carvão¹⁶; projetos de energia não renovável¹⁷; projetos para exploração de gás e petróleo¹⁸, tendo muito cuidado em misturar os chamados investimentos “ambientais” com investimentos extrativistas, sendo o verde apenas uma extensão de tudo quanto diz respeito a uma exploração excessiva da Natureza, um simples *greenwashing*.

A seguir veremos uma série de exemplos que mostram o papel prejudicial dos empréstimos do Banco Mundial na assistência técnica.

15 Sandrine Blanchard em colaboração com Fanny Fascar, Astrid Rasch e Elisabeth Weydt. “La Banque mondiale investit dans des les énergies fossiles, nuisibles au climat”, *Deutsche Welle*, 11 de abril de 2019, <https://www.dw.com/fr/la-banque-mondiale-investit-dans-des-les-%C3%A9nergies-fossiles-nuisibles-au-climat/a-48291776>.

16 https://projects.banquemondiale.org/fr/projects-operations/projects-list?setorcode_exact=LM

17 https://projects.banquemondiale.org/fr/projects-operations/projects-summary?setorcode_exact=LN

18 https://projects.banquemondiale.org/fr/projects-operations/projects-summary?setorcode_exact=LC

Moçambique: o megaprojeto de gás natural liquefeito cofinanciado pelo Banco Mundial

Em julho de 2020, a gigante petrolífera francesa Total e seus parceiros assinaram acordos de financiamento no valor de 14,9 bilhões de dólares para o megaprojeto de gás natural liquefeito (GNL) da Zona 1 em Moçambique. Este acordo é saudado como o maior financiamento de projetos já realizado na África. Envolve dezenove bancos comerciais e financiamento público de oito agências de crédito à exportação, do Banco Africano de Desenvolvimento e do Banco Mundial.

A contribuição do Banco Mundial consiste em um empréstimo de 87 milhões de dólares para financiar a assistência técnica com o objetivo declarado de melhorar a governança de modo a aumentar os investimentos nos setores de gás e mineração para um crescimento generalizado. Como Heike Mainhardt de Urgewald aponta, grande parte da assistência do Banco tem se concentrado em apoiar as Zonas 1 e 4, que fazem de Moçambique um dos maiores exportadores de GNL do mundo.¹⁹ O desenvolvimento deste megaprojeto terá várias consequências muito negativas: deslocamento forçado de populações, perda de meios de subsistência para os pescadores e aumento da crise climático-ecológica. Por muitas razões, como diz Heike Mainhardt, é importante entender o papel do Banco Mundial.

Na prática, a assistência técnica do Banco Mundial financia consultores para assessorar o Governo em questões como políticas fiscais e regulamentares e a facilitação de grandes e complexos acordos financeiros. Os consultores financiados pelo banco ajudaram o Governo durante anos a estabelecer as bases legais e negociar os acordos que levaram ao pacote financeiro de 14,9 bilhões de dólares. Durante a consulta patrocinada pelo Banco Mundial, uma nova lei cobrindo as atividades da Zona 1 e 4 de GNL foi publicada em dezembro de 2014. De acordo com o escritório de advocacia Shearman e Sterling, entre as muitas concessões, esta lei prevê que não deve ser dada preferência a fornecedores moçambicanos para a compra de bens e serviços necessários. Esta concessão aumentou significativamente as oportunidades para empresas de países com Agências de Crédito à Exportação participando do megaprojeto, em detrimento de empresas moçambicanas. O Export Import Bank of the United States (Eximbank) anunciou que seu empréstimo de 5 bilhões de dólares para a Zona 1 envolverá 68 fornecedores americanos e apoiará aproximadamente 16.400 empregos nos Estados Unidos. É fácil entender que este acordo de financiamento realizado com a ajuda de consultores pagos pelo Banco Mundial não ajudará a criar um número significativo de empregos em Moçambique.

Ainda de acordo com Mainhardt, desde 2012 o Banco Mundial tem concedido empréstimos a Moçambique por mais de 14 milhões de dólares para finan-

¹⁹ Heike Mainhardt, "World Bank policy advice boosts oil and gas, undermining climate goals" 21 de julho de 2020, <https://www.climatechangenews.com/2020/07/21/world-bank-policy-advice-boosts-oil-gas-industry-undermining-climate-goals/>, consultado a 13 de dezembro 2020.

ciar contratos governamentais com pelo menos doze empresas de consultoria para ajudar nas negociações do pacote financeiro para as Zonas 1 e 4. Muitas dessas empresas têm vínculos com empresas petrolíferas e pelo menos duas delas têm conflitos de interesse significativos. Além de assessorar o Governo moçambicano, o escritório de advocacia SNR Denton também assessorou várias empresas petrolíferas envolvidas na Zona GNL 1 de Moçambique, incluindo Total, ONGC Videsh Limited (OVL) e Bharat PetroResources.

Além disso, em 2016, a ExxonMobil adquiriu uma participação de 25% na zona GNL 4 de Moçambique. Em 2018, o Banco Mundial financiou um contrato de 2,4 milhões de dólares para assistência nas transações de GNL envolvendo um grupo de consultores, incluindo o escritório de advocacia preferido da ExxonMobil, Hunton Andrews Kurth. Durante o mesmo período, a ExxonMobil pagou ao escritório de advocacia 500.000 US\$ em custos de *lobbying* nos Estados Unidos. Claramente, em vez de promover uma gestão que protegeria o Governo da influência da indústria petrolífera, a assistência do Banco Mundial facilita-a.

Além de favorecer as companhias petrolíferas e financeiras em desfavor dos interesses de Moçambique, os empréstimos do Banco Mundial são contrários ao compromisso de Moçambique e do BM com os objetivos do Acordo Climático de Paris, que incluem a limitação do aquecimento global a 1,5 °C.

Em novembro de 2019, pesquisadores de várias organizações de peritos, incluindo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, alertaram a opinião pública internacional, dizendo que, no ritmo atual de progresso, serão produzidos em 2030 mais 120% de combustíveis fósseis acima do que seria compatível com uma trajetória de 1,5 °C. Em outras palavras, os investimentos na produção de combustíveis fósseis já são alto demais.

Fingindo reconhecer o perigo, como mencionei anteriormente, o Banco Mundial anunciou em 2017 que poria fim ao financiamento direto de petróleo e gás a montante (exploração e produção) até o final de 2019. No entanto, este compromisso exclui a assistência técnica e a política de empréstimos do Banco para política de desenvolvimento. Os empréstimos e conselhos do Banco Mundial estão impulsionando o petróleo e o gás, minando assim as metas climáticas.

Uma área particularmente importante que o Banco continua a apoiar são os incentivos fiscais para investimentos em combustíveis fósseis. Em Moçambique, a fim de atrair novos investimentos além das Zonas 1 e 4, o empréstimo de 110 milhões de dólares do Banco Mundial para Política de Desenvolvimento em 2014 obrigou o Governo a aprovar uma nova lei tributária sobre o petróleo. A nova lei inclui vários incentivos ao investimento, tais como taxas de depreciação acelerada para a exploração de petróleo e gás. A depreciação acelerada dos novos investimentos de capital permite que as empresas petrolíferas amortizem rapidamente os investimentos de capital, que de outra forma se depreciariam com o tempo. Em outras palavras, são oferecidas maiores reduções de impostos no início da opera-

ção, tornando os novos projetos mais rentáveis e aumentando o fluxo de caixa que pode ser gasto em mais perfurações.

Suriname (América do Sul)

É importante notar que o Grupo do Banco Mundial aprovou uma operação de assistência técnica de 23 milhões de dólares para o Suriname em julho de 2019, destinada a desenvolver as indústrias extrativas, que podem incluir petróleo e gás. O Banco Mundial está emprestando recursos financeiros às autoridades do Suriname para preparar o caminho para que as grandes companhias petrolíferas explorem os recursos da Bacia da Guiana-Suriname, em detrimento da população e do meio ambiente. A advertência do Banco de que a região será severamente afetada pela crise climática e a consequente elevação do nível do mar é mais que cínica, como afirma Jacey Bingler de Urgewald em um relatório publicado em dezembro de 2020 na véspera do quinto aniversário do Acordo de Paris.²⁰

Como exemplo final, em 2019 o Banco Mundial concedeu um empréstimo de 38 milhões ao Brasil para contratos de assistência técnica para o desenvolvimento da exploração de petróleo.

As dívidas exigidas pelo Banco Mundial e pelo FMI são odiosas e devem ser canceladas

Muitos países em desenvolvimento estão sendo solicitados pelo Banco Mundial e pelo FMI a pagar dívidas que causaram danos incalculáveis às pessoas e à natureza desses territórios e mais além, a todo o planeta. Eles se enquadram na categoria de dívidas odiosas porque foram contratados contra os interesses do povo. De fato, para serem caracterizadas como odiosas, as dívidas devem ter sido utilizadas contra os interesses das populações dos países que as contraíram, e este é de fato o caso. Um critério adicional é necessário para caracterizar as dívidas como odiosas: os credores sabiam ou não podiam demonstrar que não podiam saber que o uso de seus empréstimos era contra os interesses da população.²¹ Como mostra este artigo e numerosos estudos, incluindo documentos produzidos pelo Banco Mundial e pelo FMI, os dirigentes destas instituições sabiam que seus empréstimos estavam de fato sendo usados para apoiar políticas contrárias aos interesses das pessoas e do meio ambiente. O povo tem o direito de exigir seu cancelamento. O mesmo se aplica às dívidas reclamadas por investidores privados ou por governos emprestadores.

20 *Five Years Lost – How Finance is Blowing the Paris Carbon Budget*, 10 de dezembro 2020, <https://urgewald.org/sites/default/files/media-files/FiveYearsLostReport.pdf>, p. 20, consultado em 1 de dezembro 2020.

21 Para uma definição da dívida odiosa ver: Éric Toussaint, “Un pays a le pouvoir de refuser de payer la dette”, publicado a 18 de novembro de 2020, <https://www.cadtm.org/Un-pays-a-le-pouvoir-de-refuser-de-payer-la-dette>. Ver também: Éric Toussaint, “A dívida odiosa segundo Alexandre Sack e segundo o CADTM”, publicado a 18/06/2018, <https://www.cadtm.org/A-divida-odiosa-segundo-Alexandre-Sack-e-segundo-o-CADTM>.

Conclusão

Os defensores do modelo produtivista dominante e do sistema capitalista começaram negando a existência de um problema crucial, a saber, os danos ambientais e o aquecimento global, e continuaram a promover vigorosamente políticas que agravaram a situação. Então, quando a situação se tornou insustentável, ocuparam as manchetes dos meios de comunicação internacional com um relatório sobre o assunto, procurando dar credibilidade à ideia de que as instituições internacionais e os governos dos países mais industrializados mediam bem a dimensão deste grave problema, que de fato havia sido deliberadamente ocultado por décadas. No final, os defensores do sistema atual sugerem que ele é capaz de fornecer uma solução para um problema do qual ele é uma das causas fundamentais, permitindo assim sua própria perpetuação. É urgente compreender que a única solução justa e duradoura é justamente desafiar este sistema capitalista produtivista, que gera estruturalmente danos ambientais e desigualdades galopantes.

Capítulo 21 — Paul Wolfowitz, décimo presidente do Banco Mundial (2005-2007)

A decisão do presidente George W. Bush, em março de 2005, de nomear para a presidência do Banco Mundial Paul Wolfowitz, subsecretário de Estado da Defesa e um dos principais mentores da invasão do Afeganistão, em 2001, e do Iraque, em 2003, provocou uma grande polémica. Antes dessa decisão, algumas mídias, como o jornal britânico *Financial Times*, fizeram campanha para que o décimo presidente do Banco fosse escolhido pelas suas competências em termos de desenvolvimento e, de preferência, que fosse um cidadão do Sul. O *Financial Times* tinha avançado com a candidatura de Ernesto Zedillo, presidente do México no finais dos anos noventa. A escolha inapelável de George W. Bush a favor de Paul Wolfowitz indicou claramente quem manda no Banco Mundial. Os 24 diretores executivos do banco aprovaram a decisão.

Mas, quem é Paul Wolfowitz? É um claro produto do aparelho de Estado dos Estados Unidos, que junta a uma longa experiência nas esferas do poder uma curta carreira universitária. Licenciado em Matemática, foi com 23 anos trabalhar para o Governo na área do orçamento (1966-1967). Em 1969, integrou uma comissão do Congresso com o objetivo de convencer o Senado da necessidade de dotar os Estados Unidos de um guarda-chuva contra os mísseis soviéticos e é bem sucedido. A partir daí, envolve-se a fundo em questões de estratégia militar. O fio condutor da sua reflexão sobre estratégia é identificar os adversários (URSS, China, Iraque...) e mostrar que são mais perigosos do que se imagina, com o objetivo de justificar um esforço suplementar de defesa (aumento do orçamento, fabricação de novas armas, maior colocação de tropas no exterior), indo ao ponto de propor ataques ou guerras preventivas: guerras lançadas para evitar ameaças potenciais e não para responder a ataques ocorridos e reais.

Lecionou durante dois anos na Universidade de Yale e doutorou-se em Ciência Política em 1972, na Universidade de Chicago, um dos centros intelectuais da reação conservadora.¹ Nos quatro anos seguintes, trabalhou na agência de controle de armas e de desarmamento (1973-1977), sob os mandos diretos de Bush pai, que nessa ocasião dirigia a CIA. Em 1977, entrou diretamente para o Pentágono, onde permaneceu até 1980 a serviço do presidente democrata Jimmy Carter. Redigiu um relatório para demonstrar que os soviéticos estavam desenvolvendo novas armas nucleares, o que depois revelou-se ser completamente falso. Enquanto trabalhava para um presidente democrata, após ter cumprido um ano de purgatório

¹ Milton Friedman, uma das figuras de proa da Universidade de Chicago, e os *Chicago boys* vão aconselhar o ditador chileno Augusto Pinochet, após o golpe de Estado de setembro de 1973. Ver TOUSSAINT, Eric. *A Bolsa ou a Vida*, cap. 13, "Ideologia e Política Neoliberalis: Uma Perspectiva Histórica", p. 233-251. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

como professor na Universidade John Hopkins, conseguiu o feito de trabalhar com o presidente Ronald Reagan, em 1981. Tornou-se diretor do departamento de planificação no Departamento de Estado.

De 1983 a 1986, dirigiu o setor do Leste Asiático e Pacífico do Departamento de Estado, durante a administração Reagan. De 1986 a 1989, foi embaixador dos Estados Unidos na Indonésia. De 1989 a 1993, dirigiu a estratégia do secretário de Estado da Defesa, Dick Cheney, durante a administração de Bush pai (1ª Guerra do Golfo). Após os dois mandatos de Clinton, foi subsecretário de Estado da Defesa, partilhando com Donald Rumsfeld a condução das guerras do Afeganistão e do Iraque. Durante a presidência de William Clinton, de 1993 a 2001, retomou a carreira universitária como docente na Paul Nitze School of Advanced International Studies (750 estudantes), uma seção da Universidade John Hopkins. Conseguiu o espantoso feito de angariar 75 milhões de dólares para financiar a Paul Nitze School e foi consultor de uma das principais empresas militares a nível mundial, a Northrop Grumman. Em 1997, participou na fundação de um grupo de pressão neoconservador denominado PNAC (Projeto para um Novo Século Americano – Project for a New American Century). Fazem também parte desse grupo Donald Rumsfeld (secretário de Estado da Defesa, 2001-2006), Dick Cheney (na época patrão da Halliburton, vice-presidente dos Estados Unidos, 2001-2009), Jeb Bush (irmão de George W. Bush), Richard Perle e Robert Kagan. A partir de 1998, a PNAC fez campanha para que William Clinton lançasse um ataque preventivo contra o Iraque e os estados potencialmente agressores.

No período de 1983-1989, quando estava envolvido na política dos Estados Unidos no leste Asiático, Paul Wolfowitz apoiou ativamente os regimes ditatoriais. De fato, ao contrário da imagem que pretende fazer passar, Paul Wolfowitz apoiou as ditaduras militares de Ferdinando Marcos nas Filipinas, de Chun Doo Hwan na Coreia do Sul e de Suharto na Indonésia.

No início dos anos oitenta, tentou salvar Ferdinando Marcos, convencendo-o a implementar algumas reformas democráticas. Naquela época, nas Filipinas, a conjugação de uma poderosa guerrilha revolucionária e de uma forte oposição burguesa antiditatorial (liderada por Aquino) poderia provocar uma nova derrota dos Estados Unidos, como tinha acontecido em 1979 na Nicarágua, quando os revolucionários sandinistas enfrentaram a oposição burguesa. Não é Paul Wolfowitz que faz com que Ferdinando Marcos parta, mas sim a mobilização popular que o derruba em 1986. Os Estados Unidos asseguraram a fuga do ditador para o Havaí (50º Estado dos Estados Unidos).²

Em relação à Coreia do Sul, Paul Wolfowitz quer fazer crer que conseguiu vencer o ditador Chun Doo Hwan (responsável por massacres durante a rebelião

2 Ver BELLO, Walden. 1987. *US Sponsored Low Intensity Conflict in the Philippines*, San Francisco, Institute for Food and Development Policy.

de 1980) a abandonar o cargo em 1987. Na realidade, foram milhões de estudantes, operários e cidadãos que, através da sua mobilização, forçaram o ditador a largar o poder.

Na Indonésia, onde as mobilizações antiditadura eram menos intensas (e onde Suharto, para tomar o poder, em 1965, levou a cabo o massacre de 500 mil civis), os Estados Unidos apoiaram o ditador até à sua queda em 1998. Paul Wolfowitz, que foi embaixador em Jacarta entre 1986 e 1989, declarava em maio 1997 ao Congresso: “Qualquer julgamento equilibrado sobre a situação na Indonésia hoje, incluindo a questão muito importante e sensível dos direitos humanos, deve ter em consideração os progressos significativos já alcançados pelo país e deve reconhecer que muitos desses progressos são devidos à liderança forte e notável do presidente Suharto”³.

No início dos anos 2000, Paul Wolfowitz foi um dos cérebros da estratégia da guerra “preventiva” levada a cabo no Afeganistão e no Iraque a partir de outubro de 2001. É também um dos principais autores das mentiras sobre o perigo que constituía Saddam Hussein para a comunidade internacional. É um dos inventores da existência de armas de destruição massiva e do alegado apoio de Saddam Hussein à Al Qaeda e ao terrorismo internacional em geral. No início da guerra, Paul Wolfowitz disse que os soldados americanos seriam sempre vistos como libertadores do Iraque e acarinhados como tal pelos Iraquianos. Afirmou que o Iraque pagaria ele mesmo o custo da sua libertação, graças ao petróleo. Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, George W. Bush e Dick Cheney utilizaram a ocupação e a “reconstrução” do Iraque em proveito das multinacionais norte-americanas. Paul Wolfowitz usou a ajuda “ligada” do Banco Mundial para os mesmos fins.

A ofensiva de Washington em termos de organizações multilaterais

A nomeação de Paul Wolfowitz está relacionada com a ofensiva dos EUA contra várias instituições multilaterais.

Ato 1: em 18 de janeiro de 2005, Kofi Annan, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), decidiu nomear Ann Veneman, ministra da Agricultura e da Administração Bush, como diretora executiva da UNICEF. Ora, os Estados Unidos e a Somália são os dois únicos países que não ratificaram a Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças (ratificada por 189 países). Imaginem-se as pressões a que Kofi Annan deve ter sido sujeito por Washington para adotar uma tal decisão.

Ato 2: em 7 de março de 2005, George W. Bush nomeou John Bolton embaixador junto às Nações Unidas. Este ultraconservador nutria um ódio de estimação pela ONU e não hesitava em declarar: “O edifício do Secretariado das Nações

³ SHORROCK, Tim. “Paul Wolfowitz, Reagan’s man in Indonesia is back at the Pentagon”, in *Foreign Policy in Focus*, fevereiro de 2001, p. 3.

Unidas, em Nova Iorque, tem 38 andares. Se tivesse menos dez, não faria grande diferença.” Tentou afastar Mohamed El Baradei, que dirigia a agência da ONU responsável por acompanhar o desarmamento do Iraque, pouco antes da guerra de 2003. Foi ele que conseguiu que os Estados Unidos não ratificassem o Tribunal Penal Internacional e abandonou a Conferência da ONU sobre o Racismo, em Durban, em agosto de 2001. Para ele, a ONU não deveria, sobretudo, levantar entraves à política externa dos Estados Unidos. Ousou mesmo declarar: “As Nações Unidas só poderão funcionar quando a América as dirigir”.

Ato 3: em 10 de março de 2005, George W. Bush anunciou a sua decisão de propor Paul Wolfowitz como candidato ao cargo de presidente do Banco Mundial. Em 31 de março, o Conselho de Diretores do Banco elegeu, por unanimidade, Paul Wolfowitz como presidente do Banco Mundial. George W. Bush demonstrou assim à comunidade internacional e aos seus apoiantes que tinha vontade e capacidade de reforçar a liderança direta dos Estados Unidos nas instituições multilaterais.

De certa forma, a nomeação de Paul Wolfowitz lembra a de Robert McNamara, em 1968. Robert McNamara, secretário de Estado de Defesa, tinha sido afastado da direção da Guerra do Vietnã no início da derrota. Paul Wolfowitz foi afastado do cargo em plena derrota da guerra no Iraque. Tanto Paul Wolfowitz como Robert McNamara tiveram experiência em cargos de direção numa grande administração: o Pentágono. Tanto Paul Wolfowitz como Robert McNamara foram conselheiros para a política externa do presidente dos Estados Unidos.

A demissão súbita de Paul Wolfowitz

Durante o seu mandato à frente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz fez abundante uso do discurso de luta contra a corrupção e da boa governança. Ironia da história, na primeira metade de 2007 foi acusado de nepotismo e conflito de interesses. Tinha abusado do poder enquanto presidente daquela instituição, para aumentar em 45% o salário da sua companheira, funcionária do Banco Mundial. Os funcionários do Banco não o suportavam e fizeram uma enorme algazarra.

Multiplicaram-se então as declarações que reivindicavam a sua demissão: a associação dos funcionários e dos antigos quadros do Banco Mundial; um dos diretores executivos, o neozelandês Graeme Wheeler; altos responsáveis do Partido Democrático dos EUA, como John Kerry; o Parlamento Europeu; etc.

Finalmente Paul Wolfowitz não teve outro remédio senão demitir-se. Depois disso nunca mais conseguiu reerguer-se; a sua carreira política acabou aos 64 anos.

Capítulo 22 — Equador: avanços e limites das resistências às políticas requeridas pelo Banco Mundial, o FMI e outros credores

O Equador oferece o exemplo de um governo que toma a decisão soberana de investigar o processo de endividamento de modo a identificar as dívidas ilegítimas para depois suspender o pagamento. A suspensão do pagamento de uma grande parte da dívida comercial, seguida da sua recompra a menor custo, mostra que o governo não se limitou a denúncias retóricas. Conduziu de fato uma reestruturação unilateral de parte da sua dívida externa e obteve uma vitória contra os credores privados, principalmente bancos. Em 2007, o governo do Equador, no início da presidência de Rafael Correa, entrou em conflito com o Banco Mundial. Neste capítulo, começamos analisando os empréstimos concedidos pelo Banco Mundial e pelo FMI e depois relatamos a ação do Governo, principalmente em relação à auditoria da dívida e à suspensão do pagamento de parte da dívida. Em seguida, discutiremos os limites da ação do governo de Rafael Correa e do seu sucessor Lenin Moreno.

No Equador, o FMI vem impondo desde 1983 o seu programa de estabilidade macroeconômica de curto prazo, a fim de restaurar a capacidade do país para pagar as suas dívidas. Este programa materializou-se na assinatura de uma “carta de intenções” entre o país endividado e o FMI, que planejou uma política antissocial (austeridade fiscal, desvalorização, liberalização dos preços, etc.). Entre 1983 e 2003, o Equador assinou 13 cartas de intenção. Sucessivos governos à frente do Equador, até a eleição de Rafael Correa em novembro de 2006, não hesitaram em assinar tais documentos, apesar do impacto largamente negativo das medidas preconizadas sobre a maioria da população. Desde 2017, o Presidente Lenin Moreno voltou totalmente ao interior do FMI e do Banco Mundial, o que levou a grandes mobilizações populares, particularmente em outubro de 2019.

A reviravolta neoliberal radical aprofundou-se especialmente na década de noventa, época da “consagração” do Consenso de Washington e da entrada da economia equatoriana na economia globalizada, especialmente a partir da presidência de Sixto Durán Ballén, em 1992. Isto coincide com a agenda do Banco Mundial, que aumenta muito a sua atividade e influência no Equador a partir do final dos anos oitenta e início dos anos noventa. No Equador, como em muitos países em desenvolvimento, o Banco concedeu empréstimos ligados a medidas visando a abertura dos mercados, a redução do papel do Estado na gestão da economia e o aumento do poder dos bancos privados na regulação dos fluxos monetários.

O Banco compartilha, ao lado de uma classe política cúmplice, a responsabilidade de um endividamento fraudulento e ilegítimo, feito em detrimento dos direi-

tos humanos fundamentais e da soberania do Estado.

A dívida do Equador ao Banco Mundial (BIRD)

Entre 1990 e julho de 2007, o Banco Mundial (BIRD) desembolsou 1,44 bilhões de dólares para o Equador, enquanto durante o mesmo período o governo equatoriano reembolsou a essa instituição 2,51 bilhões de dólares. Isto significa que durante o período de 1990 a julho de 2007, o Banco Mundial teve um lucro de 1,07 bilhões de dólares às custas do povo equatoriano. O Banco Mundial tem sido mais do que reembolsado. O saldo da dívida pública com esse organismo era de 704,4 milhões de dólares em 30 de novembro de 2007.

Se o Equador tivesse decidido em 2008 repudiar toda sua dívida ao Banco Mundial (704,4 milhões de dólares), como foi recomendado pela Comissão de Auditoria da Dívida (ver abaixo), essa decisão teria economizado mais de um bilhão de dólares (uma vez que ao principal a ser pago deveriam ser acrescentados os juros). Tal quantia teria financiado durante 15 anos o café da manhã e o almoço de 1,28 milhões de crianças em idade escolar.¹ O montante economizado representa cinco anos de cobertura sanitária para a população pobre e indigente do país.²

O papel nefasto do Banco Mundial em termos de desregulamentação financeira

A intervenção do Banco Mundial na definição das políticas econômicas e sociais aplicadas no Equador foi intensa e permanente até 2006 e, após uma interrupção de alguns anos no início do mandato de Rafael Correa, foi retomada. A responsabilidade do Banco pela explosão das crises financeiras começa nos anos 1993-1994. Vários empréstimos importantes que o Equador tem que reembolsar até 2025 ao Banco Mundial foram claramente destinados a financiar a adoção de reformas legais visando a desregulamentação completa do setor bancário. Essas reformas favoreceram, se não causaram, várias crises financeiras durante os anos noventa, incluindo a grande crise bancária de 1999, que teve consequências terríveis para a economia e a população do país. A intervenção do Banco Mundial foi claramente nefasta e constitui, em suma, um dolo para o país.³

- A Lei de Modernização do Estado, Privatizações e Prestação de Serviços Públicos por Iniciativa Privada (*Ley de Modernización del Estado, Privatizaciones y Prestación de Servicios Públicos por parte de la iniciativa privada*) de 1993 abre o caminho para a participação do setor privado em áreas antes reservadas ao Estado e para a fusão ou abolição das instituições pú-

1 Cálculos do autor com base em documento da Comisión Investigadora De La Crisis económica Financiera. *Síntesis De Los Resultados De La Investigación*. Julho/2007, p. 45.

2 *Idem*.

3 Ver Matthieu Le Quang entrevistado por Violaine Delteil, “Entre buen vivir et néo-extractivisme: les quadratures de la politique économique équatorienne”, em *Revue de la Régulation*, primeiro semestre 2019, <https://journals.openedition.org/regulation/15076>, consultado em 30 de dezembro de 2020.

blicas. Aumenta os poderes do Conselho Nacional de Modernização (CO-NAM, Consejo Nacional de Modernización), uma entidade que promove a privatização de serviços públicos, particularmente de hidrocarbonetos, eletricidade e água.

- A Lei do Regime Monetário e do Banco de Estado (*Ley de Regimen monetario y Banco de Estado*) reforça a independência do Banco Central e consagra a livre determinação das taxas de juros e o livre acesso ao mercado de divisas.
- A Lei de Promoção de Investimentos (*Ley de Promocion de Inversiones*) de 1993 eliminou o controle sobre os fluxos de capital.
- A Lei Geral das Instituições do Sistema Financeiro (*Ley General de Instituciones del Sistema Financiero*) de 1994 continuou com profundas mudanças na liberalização das atividades bancárias – escritórios *offshore*, multiplicação de entidades financeiras, créditos do Banco Central a bancos privados (causando a explosão da inflação), etc. – e reduziu as capacidades e as atribuições da supervisão bancária.

Estas disposições legais levaram à criação no Banco Central do Equador de uma conta única para todas as instituições que devem receber transferências do Ministério de Economia e Finanças. Isto resultou no uso de redes bancárias privadas e na redução do número de contas detidas por instituições públicas no Banco Central. Isto foi conforme o compromisso do Governo equatoriano, na carta de intenções assinada em 1990 com o FMI, de preparar, com a ajuda do Banco Mundial, uma reforma abrangente das finanças dos municípios, conselhos provinciais e outras entidades governamentais, a fim de reduzir as transferências do Governo central e supostamente melhorar as decisões de gastos em nível local e responder a elas com um sistema mais transparente e justo de participação nas receitas públicas.

Como Piedad Mancero, que foi membro da Comissão de Auditoria da Dívida do Equador desde 2007, explica:

As consequências não tardaram: aumento desproporcional do número de empresas financeiras, uma primeira crise em 1995, especulação monetária, pressão sobre a taxa de câmbio, fuga de capitais equatorianos e a grande falência bancária de 1998-1999 (...). É óbvio: os recursos do Banco Central alocados para tais créditos vieram de emissões monetárias que geraram um crescimento galopante da massa monetária em circulação, uma pressão inflacionária incontrolável e procura especulativa por moeda estrangeira, o que contribuiu para a grande crise financeira de 1999 e a adoção precipitada da dolarização em janeiro de 2000.⁴

⁴ Piedad Mancero, *El debilitamiento institucional en la decada de los 90. Investigación y análisis del préstamo BIRF -3822 -EC/Proyecto de modernización del Estado.*

Finalmente, em 1998, a Lei do Mercado de Capitais (*Ley de Mercado de Capitales*) e a Lei de Reorganização em Matéria econômica (*Ley de Reordenamiento en Materia Económico*) completaram o trabalho demolidor do Banco Mundial. A Agência de Garantia de Depósitos (*Agencia de Garantía de Depósitos*), AGD, é criada: ela garante os depósitos, tanto *offshore* como *onshore*, de forma ilimitada, e abre a possibilidade de o Banco Central conceder crédito a bancos em dificuldade e adquirir títulos da AGD.⁵ Oficialmente criada para evitar o contágio da crise e para proteger os pequenos poupadores, a AGD foi de fato instituída para favorecer os proprietários e grandes devedores dos bancos privados, particularmente os bancos Filanbanco e Finagro.⁶

A crise financeira teve consequências desastrosas para todos os equatorianos. O custo total da crise é estimado pela AGD em 8 bilhões de dólares equivalente a 83% do orçamento geral do Estado em 2007, ou o equivalente a duas décadas de cobertura de saúde para toda a população. Estes recursos estatais, que foram abusivamente utilizados, não foram investidos em educação, saúde, criação de empregos etc., e não foram utilizados para o benefício da população como um todo. Acima de tudo, o Estado teve que financiar o resgate de bancos contraindo novas dívidas. O nível de pobreza aumentou drasticamente, e 1 milhão de equatorianos e equatorianas foram forçado(a)s a emigrar entre 1999 e 2005.⁷

A responsabilidade do Banco Mundial pela crise equatoriana é clara, devido à sua intervenção ativa junto das autoridades do país para que estas adotassem as reformas neoliberais que levaram à crise do final dos anos 1990.

A desregulamentação financeira produz os mesmos efeitos nefastos tanto no Norte como no Sul

Convém destacar a relação entre as medidas impostas ao Equador, que levaram diretamente à crise de 1999, e os efeitos das políticas neoliberais também aplicadas nos países do Norte, particularmente nos Estados Unidos, que também passaram por várias crises financeiras (a crise de 2001 e a crise de 2007-2008). A desregulamentação a favor do mundo das finanças, no âmbito do Consenso de Washington, que atendia às expectativas da Casa Branca e de Wall Street (como foi repetidamente denunciado por Joseph Stiglitz, vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2001), foi imposta tanto ao Norte quanto ao Sul e produziu os mesmos efeitos catastróficos.

Esta desregulamentação rompeu definitivamente com as medidas tomadas

5 Esta última parte da lei viola o artigo 265 da Constituição. O artigo estipula que o Banco Central não pode adquirir títulos emitidos por instituições estatais ou conceder créditos a instituições privadas que não sejam créditos de liquidez de curto prazo. A adoção desta lei foi de fato possibilitada pela disposição transitória 42 da Constituição de 1998, que autoriza o Banco Central por dois anos a conceder créditos a bancos em crise. Esta disposição transitória da Constituição está em contradição com o artigo 265 da Constituição de 1998.

6 Relatório da Comissão da crise econômica financeira (Comisión Investigadora de la Crisis económica financiera), Junho 2007
7 Relatório da Comissão da Crise econômica Financeira (Comisión Investigadora de la Crisis económica Financiera), Junho 2007.

após a crise dos anos 1929 e 1930 nos Estados Unidos. Deve-se lembrar que esta crise do século passado tinha sido precedida por uma onda de desregulamentação e especulação. Como reação, durante a presidência de F. D. Roosevelt, isto levou à lei bancária de 1933, o Glass-Steagall Act, que proibiu o exercício simultâneo de várias atividades financeiras e deu origem a dois tipos completamente separados de instituições bancárias. Em 1999, sob a presidência de Clinton, esta lei foi revogada sob pressão dos principais bancos. Assim, a mesma orientação é aplicada no Equador e nos Estados Unidos.

No centro dos fatores que explicam a crise imobiliária americana de 2007 está a desregulamentação bancária radical iniciada nos anos 80 e aprofundada sob a administração Clinton no final dos anos noventa, em um contexto de crescente especulação nos mercados financeiros e multiplicação de derivados financeiros, com as instituições financeiras fora do controle das autoridades públicas (*hedge funds*⁸, por exemplo).

O Banco Mundial havia apoiado as forças financeiras nacionais que no Equador se consideram donas do país e se servem do Estado e do Governo para alcançar fins egoístas. Tem intervindo para desestabilizar governos que tentavam implementar políticas econômicas e sociais voltadas para uma maior justiça social e soberania face aos Estados Unidos.

Este foi o caso em 2005, com a intervenção do Banco Mundial contra as medidas tomadas por Rafael Correa, então ministro da Economia sob o governo do presidente Alfredo Palacios (ver mais baixo).

Empréstimos de ajuste estrutural concedidos pelo Banco Mundial

Desde o início dos anos noventa, o Banco Mundial vem concedendo empréstimos⁹ em vários setores chave econômicos e sociais. As áreas prioritárias do quadro jurídico são reformadas, para reduzir a intervenção estatal, para privatizar empresas estatais, para flexibilizar o mercado de trabalho, desregulamentar o setor financeiro e liberalizar o país.

Estes empréstimos para ajuste estrutural (3819-CE/BM- Ajuste estrutural), redução da dívida e modernização do Estado (3820-CE; 3821-CE- Assistência técnica para reforma das empresas públicas; 3822-0-EC- Assistência técnica para a modernização do Estado) foram projetados para reduzir a margem de manobra do Estado, deixar o campo aberto para os atores privados (especialmente nos setores de telecomunicações e eletricidade) e garantir o pagamento da dívida do Equador para com os credores comerciais através do financiamento das garantias do Plano

8 Os *hedge funds*, ao contrário do que o nome, que significa cobertura, indica, são fundos de investimento não cotados em bolsa, com um propósito especulativo, que buscam altos retornos e fazem amplo uso de derivativos, particularmente opções, e frequentemente usam alavancagem. Os principais *hedge funds* são independentes dos bancos, embora os próprios bancos frequentemente criem *hedge funds*. Esses fundos fazem parte do *shadow banking*.

9 Empréstimos de ajuste estrutural (*structural adjustment loan*), setorial (*sectorial adjustment loan*), ou créditos de liquidez para a redução da pobreza e o crescimento (*poverty reduction and growth facilities*, PRGF).

Brady (ver quadro).

Plano Brady

Durante os anos 80, o Plano Brady (nomeado em homenagem ao então secretário do Tesouro norte-americano) envolveu a reestruturação da dívida dos principais países endividados através da troca de dívidas antigas, com uma perda no valor nominal ou juros, por novos instrumentos de títulos com prazo de vencimento mais longo e uma garantia de pagamento por parte das autoridades monetárias internacionais. Os países participantes foram Argentina, Brasil, Bulgária, Costa Rica, Costa do Marfim, República Dominicana, Equador, Jordânia, México, Nigéria, Panamá, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Uruguai, Venezuela e Vietnã. Na época, Nicholas Brady anunciou que o volume da dívida seria reduzido em 30% (na realidade, a redução, quando existia, era muito menor; em vários casos, a dívida até aumentou) e os novos títulos (os *Brady bonds*) garantiam uma taxa de juros fixos de cerca de 6 %, o que era muito favorável para os banqueiros. Isto também garantiu a continuidade das políticas de austeridade sob o controle do FMI e do Banco mundial.

O Banco Mundial tinha emprestado ao Equador para que este adequasse as suas políticas fiscais e comerciais à globalização neoliberal e redirecionasse as suas atividades produtivas para a exportação, em detrimento do mercado local: um primeiro empréstimo (3609-Desenvolvimento setor privado) neste sentido foi desembolsado em 1993,¹⁰ seguido em 1998 por um empréstimo para apoiar a capacidade de exportação do setor privado e remover as restrições comerciais através da implementação de políticas comerciais de acordo com as decisões da OMC e a assinatura de novos acordos comerciais¹¹ (4346- Comércio exterior e integração - 21 milhões de dólares).

Ao promover a produção intensiva para exportação (bananas, camarões, flores), estes empréstimos tiveram consequências ambientais desastrosas e, em alguns casos, irreversíveis. Um exemplo notável: a criação de camarões, 90% da qual é destinada à exportação, levou à destruição do manguezal (agora 70% destruído), um ecossistema rico do qual as comunidades locais tiravam sua renda, e uma barreira natural que impede a inundações e a salinização da terra. Esta atividade foi desenvolvida até em áreas onde a lei proibia a construção de tanques de piscicultura.

10 Foram previstas uma série de condicionalidades: entre outras, uma maior liberalização das taxas de juros, a criação de uma estrutura favorável ao investimento estrangeiro, a liberalização do comércio e uma nova legislação do trabalho.

11 O projeto previa, para este fim, a reorganização do Ministério do Comércio, Indústria e Pesca (MICIP) e a criação de uma nova entidade público-privada de promoção das exportações, a Corporação de Promoção de Exportações e Investimentos (CORPEI). O projeto financiou o "treino" de funcionários do MICIP e representantes do setor privado na negociação de acordos comerciais internacionais. Além disso, o Banco exigiu a redução do pessoal do MICIP de 400 para 190 funcionários. O Governo havia adotado anteriormente um código de boa conduta para a adoção e aplicação das normas do Acordo da OMC sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio.

Para complementar o desastre ecológico, o Banco financiou diretamente projetos devastadores no âmbito da agricultura e na gestão de recursos naturais (minerais, hídricos, etc.). Entre outros¹², deve-se mencionar o projeto Prodeminka em 1994 (3655- Assistência técnica meio ambiente), que incluiu a introdução de um novo Código de Mineração e Reformas favorável aos investidores. Duas leis (Trole I e II) criaram as condições para a pilhagem de recursos pelas multinacionais, organizando o enfraquecimento do papel do Ministério do Meio Ambiente e permitindo a atividade de mineração em áreas protegidas.

O Banco também desenvolveu um projeto para os povos indígenas (Empréstimo 4277-O-EC- Proyecto de desenvolvimento dos povos indígenas e pretos). Mais uma vez, o projeto visava favorecer os investimentos privados, reduzir o papel do Estado e mudar o quadro legal. Além de endividar o país, as comunidades indígenas também se endividaram. O projeto tentou, e até conseguiu, aumentar a dependência das comunidades indígenas e camponesas em sementes, herbicidas e pesticidas das corporações transnacionais. Este projeto apresentava características racistas e discriminatórias contra os povos indígenas e afrodescendentes. Além disso, como denunciado pelos movimentos sociais equatorianos, continha uma agenda oculta que visava enfraquecer o poderoso movimento indígena, especialmente a Confederação das Nações Indígenas do Equador.

As consequências desses empréstimos, muito negativas para a maioria da população equatoriana, foram numerosas. Este é particularmente o caso da redução drástica no acesso aos serviços públicos. Por exemplo, o empréstimo 3285 de 104 milhões de dólares, de 1991, para financiar a descentralização levou a uma redução nos montantes concedidos às autoridades locais. Este projeto permite que as IFI (instituições financeiras internacionais) tenham melhor controle sobre o orçamento do Estado e que façam *lobby* para um aumento da parcela destinada ao pagamento da dívida. De acordo com os termos do empréstimo 3821 de 10 de fevereiro de 1995, a redução dos subsídios de eletricidade e a futura privatização da empresa nacional INECEL também foram previstos.

Na mesma linha, o ataque aos funcionários do setor público é constante. O projeto de “Assistência técnica para modernização do Estado” levou à supressão de dez mil postos de trabalho do funcionalismo público. As demissões representaram um custo suportado pelo Estado de 396,3 milhões de dólares.¹³ Assim, o Governo incorreu numa dívida de 20 milhões de dólares para este projeto de reestruturação do setor público que visava especialmente a redução de custos, e custou-lhe 20 vezes mais em cortes de pessoal!

12 O Banco Mundial financiou muitos outros projetos que afectaram o meio ambiente e/ou minaram a soberania alimentar e os recursos naturais: os projetos Asistencia Técnica al Subsector Riego PAT (Empréstimos 3730), PROMSA (Empréstimo 4075-O-CE), PRAGUAS I e II (Empréstimos 7035-O-CE, 7401-O-CE), Control de Inundaciones Cuenca Bajas Río Guayas (Empréstimos 3276), entre outros.

13 Piedad Mancero, *El debilitamiento institucional en la década de los 90. Investigación y análisis del préstamo BIRF -3822 -EC/Proyecto de modernización del Estado.*

Ao mesmo tempo, o empréstimo 7174 de ajuste estrutural e consolidação fiscal concedido em 2003 implementou o decreto de austeridade emergencial emitido pelo presidente Gutierrez no final de janeiro de 2003, introduzindo um aumento de 21 % no preço da gasolina e um aumento de 3 % no preço do diesel. Esta medida levou a um aumento no custo de transporte e, portanto, do custo de vida em geral, uma vez que as mercadorias têm que ser transportadas.

Na educação, o empréstimo 3425 “Primeiro projeto de desenvolvimento social na educação e formação” reduziu o financiamento para o setor educacional de 18% do orçamento anterior a este empréstimo, para 5,8% em 2000. A diferença foi, naturalmente, alocada para o serviço da dívida e à implementação de políticas favoráveis aos credores e à classe dominante equatoriana.

Estes empréstimos ligados a condicionais destinadas a introduzir políticas agressivas e antissociais do Consenso de Washington levaram a um aumento da pobreza e da pobreza extrema e a um aumento na concentração da riqueza nas mãos de uma oligarquia. Durante todo o período 1970-2005, a pobreza aumentou consideravelmente. Em 1970, 40% da população vivia abaixo da linha de pobreza e em 2005, esta percentagem havia subido para 61%.¹⁴ Este empobrecimento foi particularmente agudo durante a crise de 1999. Entre 1995 e 2000, o número de pessoas pobres aumentou de 3,9 milhões (ou seja 34 % da população) para 9,1 milhões (ou seja 71 %), enquanto a pobreza extrema duplicou, afetando 31% da população em 2000. Entretanto, os ricos tornaram-se cada vez mais ricos. Em 1990, os 20% mais ricos receberam 52 % da renda nacional; dez anos mais tarde, eles abotoaram-se com 61 % das riquezas.¹⁵ Esta pobreza afeta particularmente os habitantes das zonas rurais e os pequenos produtores agrícolas, que são afetados pela abertura dos mercados, o aumento do preço dos insumos, o estabelecimento de um sistema privado de propriedade da terra, etc.

Segundo um relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) de 2003, a pobreza é responsável pelos problemas de subnutrição observados no país: de fato, a oferta de alimentos era suficiente para cobrir as necessidades da população, mas a desigualdade de rendimentos não permitia que os mais pobres se alimentassem suficientemente.

Esta pobreza crescente também teve consequências sobre o acesso à saúde e à educação. A precarização dos empregos, o aumento do desemprego, a disseminação do trabalho informal e precário e a queda dos salários levaram cada vez mais crianças e adolescentes a abandonarem o sistema escolar para sustentar as famílias.

Para “tirar” o Equador da crise, o Banco Mundial tinha suas “soluções”: con-

14 Norma Mena, *Endeudamiento, ajuste estructural, calidad de vida y migración*, p. 13. CEIDEX, Tercero Volume.

15 Alberto Acosta, *Deuda externa y migración: una relación incestuosa (I)*, 09/09/2002, http://www.lainsignia.org/2002/septiembre/dial_001.htm

tinuar ou mesmo fortalecer a orientação que levou à crise! (7024-0-EC- Ajuste estrutural, 7174-0-EC- Assistência técnica para a modernização do Estado, 4567-0-EC- Assistência técnica do setor financeiro).

A população expressou várias vezes e maciçamente o seu descontentamento, levando à queda de vários presidentes nos anos 1990 e início dos anos 2000, e frustrou alguns dos objetivos do banco, em particular as tentativas de privatização. Três presidentes de direita foram expulsos do poder entre 1997 e 2005, graças a poderosas mobilizações da população: Abdalá Bucaram em fevereiro de 1997, Jamil Mahuad em janeiro de 2000 e Lucio Gutiérrez em abril de 2005. As mobilizações dos povos indígenas foram decisivas na demissão de Abdalá Bucaram em 1997 e de Jamil Mahuad em 2000. Nessas mobilizações, a CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador – Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador) desempenhou um papel muito importante. Na demissão de Lucio Gutiérrez, foram decisivas as mobilizações urbanas. Entre os muitos sinais claros de oposição às políticas neoliberais, pode-se também acrescentar o fracasso do referendo de 1995, que visava em particular privatizar a previdência social.¹⁶

Os empréstimos do Banco Mundial violam os direitos humanos básicos

É evidente que os empréstimos do Banco Mundial, longe de serem gestos desinteressados, são, ao contrário, um meio de submeter o país política e economicamente à ordem internacional dos poderosos, de “moldá-lo” de acordo com suas necessidades e as da classe dominante local, a fim de tirar o máximo proveito disso. Esta comunidade de interesses entre a oligarquia local e os credores permite entender por que os líderes equatorianos muitas vezes se curvaram diante dos ditames do Banco sem hesitação, mesmo tendo que pisotear os direitos dos cidadãos equatorianos.

A imposição de políticas pelo Banco, através dos programas por ele financiados e das condicionalidades ligadas aos empréstimos, constituiu uma negação de soberania e uma interferência flagrante nos assuntos políticos do Estado, violando assim o artigo 2, parágrafo 1, da Carta das Nações Unidas de 1945, que estabeleceu o princípio da igualdade soberana dos Estados e o direito de decidir livremente sobre seus sistemas econômicos, sociais e políticos. O Banco também violou o direito ao desenvolvimento dos povos, consagrado no Pacto Internacional sobre Direitos econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (PIDESC), que declara no Artigo 1: “Todos os povos têm o direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural”, bem como na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986.

16 Ver aqui os termos do referendo: https://es.wikipedia.org/wiki/Refer%C3%A9ndum_de_Ecuador_de_1995.

Sem surpresa, as políticas ditadas pelo Banco em total desrespeito à vontade do povo resultaram em graves violações dos direitos humanos fundamentais, como o direito a um padrão de vida adequado, o direito à saúde, à educação e ao trabalho. Isto gerou uma grande resistência e o Banco Mundial sofreu um revés entre 2007 e 2011. O seu representante permanente no país, foi declarado *persona non grata* e expulso. O presidente Rafael Correa e vários de seus ministros denunciaram em voz alta a ação do Banco e ameaçaram com um processo. O Governo tentou promover com outros países latino-americanos um banco do sul alternativo ao Banco Mundial. O Equador anunciou que deixaria de fazer parte do CIRDI, o tribunal do Banco Mundial.

Resistência às políticas patrocinadas pelo Banco Mundial, o FMI e outros credores

Tenho acompanhado de perto as importantes lutas sociais que sacudiram este país andino. Visitei o Equador pela primeira vez em 1989, seguida por uma segunda viagem em 2000 a convite do Comitê de Defesa dos Direitos econômicos e Sociais (CDES), e nessa época participei da publicação naquele país de um livro coletivo sobre a questão das dívidas ilegítimas. Nos anos seguintes, participei de uma campanha para mostrar que a dívida reclamada por vários credores do Equador era ilegítima. Concentrámo-nos em particular nos barcos de pesca vendidos pela Noruega para o Equador – este foi apenas um exemplo, mas teve a vantagem de ser particularmente esclarecedor. De fato, enquanto o país continuava a pagar a compra desses barcos de pesca, eles haviam sido adquiridos por uma ninharia por um oligarca capitalista equatoriano que os utilizava para exportar bananas. Esta campanha surtiu efeito: em 2006 o Governo norueguês decidiu renunciar ao pagamento das dívidas ligadas à compra desses barcos de pesca.¹⁷ A partir de 2003, o CADTM Internacional, em contato com os líderes da campanha equatoriana para o cancelamento de dívidas ilegítimas (principalmente a organização chamada Red Guayaquil Jubilee 2000), apresentou a necessidade de realizar uma auditoria cidadã para identificar as dívidas que o país deveria cancelar unilateralmente. Esta orientação foi apresentada como uma alternativa à prioridade dada por outros movimentos à criação de um tribunal internacional da dívida.¹⁸ O Equador era o lugar

17 O CADTM celebrou a iniciativa da Noruega sobre a dívida e chama todos os credores a ir ainda mais longe. Publicado no 11 de outubro 2016, “El CADTM celebra la iniciativa de Noruega sobre la deuda y pide a todos los acreedores de ir todavía más lejos”.

18 Os movimentos que deram prioridade ao estabelecimento de um tribunal internacional foram principalmente Jubileu Alemanha, Jubileu Grã-Bretanha e Jubileu Estados Unidos. A discussão sobre as duas principais opções alternativas ocorreu em vários fóruns, nos quais os diferentes movimentos que atuam sobre a dívida ao nível global se reuniam e debatiam desde 1999 sobre as direções a serem tomadas. Este foi notavelmente o caso na conferência de Daqar, realizada em dezembro de 2000 por iniciativa do CADTM e do Jubileu Sul. Uma reunião global em Genebra em junho de 2003 foi o lugar onde as duas principais orientações foram mais claramente debatidas. As reuniões anuais do Fórum Social Mundial criado em 2001 também foram palco desses debates, chegando-se a um acordo entre as organizações mais radicais, a CADTM e o Jubileu Sul, sobre ações de alcance internacional. Uma apresentação desses debates pode ser encontrada em livros publicados pela CADTM: *En campagne contre la dette*, <http://www.cadtm.org/En-campagne-contre-la-dette>, publicado em 2008, e *Genealogia del CADTM y de las luchas contra las deudas ilegítimas*, <http://www.cadtm.org/Genealogia-del-CADTM-y-de-las>, publicado em 17 de maio 2017.

onde prevalecia a orientação proposta pelo CADTM. Rafael Correa, que foi eleito presidente do Equador em novembro de 2006, tinha feito campanha assumindo quatro compromissos principais: pôr fim ao pagamento da dívida ilegítima; convocar um referendo para decidir convocar uma assembleia constituinte; pôr fim à base militar dos Estados Unidos em território equatoriano; e recusar assinar um acordo de livre comércio com esta superpotência. Cumpriu os quatro compromissos.

Rafael Correa havia ganhado popularidade em 2005 quando, como ministro das Finanças, entrou em conflito com o Banco Mundial depois de convencer o Governo a decidir que as receitas excedentes de petróleo deveriam ir para gastos sociais em vez de serem usadas para pagar aos credores. De fato, em julho de 2005, o Governo decidiu reformar o uso dos recursos petrolíferos. Em vez de serem usados inteiramente para pagar a dívida, parte deveria ser usada para gastos sociais, especialmente para a população indígena, muitas vezes desvalorizada. Ferido, o Banco Mundial bloqueou um empréstimo de 100 milhões US\$ que havia prometido ao Equador. Rafael Correa preferiu renunciar ao cargo de ministro em vez de cumprir as exigências do Banco Mundial. Pouco mais de um ano após sua demissão, foi eleito presidente do país.

Quatro meses após o início do mandato presidencial, em abril de 2007, o Equador, por instigação de Rafael Correa, expulsou do país o representante permanente do Banco Mundial em Quito. Pouco tempo depois, o Governo notificou a representação permanente do FMI que tinha que deixar suas instalações no edifício do Banco Central e encontrar escritórios em outro lugar. Rafael Correa também estava fortemente comprometido com a tentativa de criar um banco do sul alternativo ao Banco Mundial, ao FMI e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.¹⁹ Dentro do Governo, dois líderes do movimento para o cancelamento das dívidas ilegítimas ocuparam posições chave. Ricardo Patiño era ministro de Economia e Finanças²⁰ enquanto Alberto Acosta era ministro de Energia e Minas antes de se tornar presidente da Assembleia Constituinte em 2008.²¹

Além disso, o Equador anunciou em julho de 2009 que abandonava o CIRDI, tribunal do Banco Mundial para a resolução de diferendos relativos a investimentos, seguindo o exemplo dado pela Bolívia em maio de 2007. Três meses depois, o Governo decidiu denunciar uma série de tratados bilaterais de proteção aos in-

19 A pedido do presidente do Equador e do seu ministro de Finanças, colaborei no final de abril e início de maio de 2007 na elaboração da proposta do Equador para a criação de um Banco do Sul entre Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela, Paraguai e Uruguai. Em 2008, escrevi um livro sobre este tema: Éric Toussaint, *Banque du Sud et nouvelle crise internationale*, Liège-Paris, CADTM-Syllepse, 2008, download gratuito: <http://www.cadtm.org/Banque-du-Sud-et-nouvelle-crise>. Outras iniciativas positivas do Governo de Rafael Correa a nível internacional merecem ser mencionadas e avaliadas: a moeda regional SUCRE, a adesão à ALBA, o asilo oferecido a Julian Assange na Embaixada do Equador em Londres a partir de junho de 2012. Correa resistiu à pressão da Grã-Bretanha e de Washington, que exigiram que Assange lhes fosse entregue. Lenin Moreno, que sucedeu a Rafael Correa em 2017, desonrou-se entregando Assange ao sistema de justiça britânico em abril de 2019 e retirando a nacionalidade equatoriana que o governo de Correa lhe havia concedido em 2017

20 Para uma biografia detalhada, consultar em espanhol: https://es.wikipedia.org/wiki/Ricardo_Pati%C3%B1o e em inglês: https://en.wikipedia.org/wiki/Ricardo_Pati%C3%B1o.

21 Para uma breve biografia, ver https://es.wikipedia.org/wiki/Alberto_Acosta_Espinosa.

vestimentos.²²

Em relação à dívida pública, em julho de 2007 Rafael Correa criou a Comissão de Auditoria Integral da Dívida Pública Interna e Externa (CAIC). Já em março de 2007 os ativistas equatorianos do movimento pelo cancelamento da dívida ilegítima estavam envolvidos na elaboração do decreto presidencial que instituiu esta comissão e em abril de 2007 fui convidado a Quito pelo ministro da Fazenda e pelos ativistas contra a dívida ilegítima do Jubileu Vermelho 2000 Guayaquil, para participar nas discussões preliminares sobre o seu conteúdo. Esta comissão, criada em julho de 2007, era composta por doze membros representando os movimentos sociais equatorianos (líderes do movimento indígena, ativistas feministas, ativistas do movimento pela anulação das dívidas ilegítimas), seis membros de campanhas internacionais pela anulação das dívidas ilegítimas e quatro delegados do Estado (representando o Ministério da Fazenda, o Tribunal de Contas, a Comissão Anticorrupção e a Procuradoria-Geral da República). Eu representei o CADTM nesta comissão, que trabalhou muito intensamente durante 14 meses, entre julho de 2007 e setembro de 2008.²³ Os outros movimentos internacionais presentes foram Latindadd, Eurodad, a Auditoria Cidadã da Dívida (Brasil) e o Jubileu da Alemanha. A ideia de Rafael Correa era agir para pôr fim ao pagamento de parte da dívida identificada como fraudulenta e ilegítima.²⁴ O intuito da CAIC era realizar uma auditoria integral das dívidas acumuladas pelo Equador entre 1976 e 2006. O termo integral é muito importante porque era necessário evitar limitar-se a uma análise contabilística do endividamento do país. Era fundamental medir o impacto humano e ambiental da política da dívida. Para ajudar os leitores a ter uma visão rápida da evolução da dívida do Equador, o quadro mostra a evolução da dívida pública do Equador entre 1970 e 2008, fornecendo uma visão muito sintética da evolução.

A evolução da dívida pública do Equador entre 1970 e 2008

O Equador é um dos muitos países que reembolsaram várias vezes dívidas que não foram contraídas no interesse da nação e do seu povo. Os empréstimos contraídos pelo Equador beneficiaram, de fato, os credores do Norte, as multinacionais, os financiadores especulativos e as classes dominantes locais.

22 Mais tarde, em 2013, foi criada uma comissão internacional para a auditoria dos tratados bilaterais de investimento. Não é possível, dentro dos limites deste artigo, avaliar esta iniciativa. O relatório desta comissão foi tornado público em maio de 2017. Para descarregar o resumo do relatório da comissão: www.caitisa.org.

23 Para participar nos trabalhos desta comissão, fui ao Equador em várias ocasiões e permaneci lá por vários meses em 2007-2008. Gostaria de salientar que fiz isto voluntariamente por três razões: para dar o apoio do CADTM à luta do povo equatoriano contra dívidas ilegítimas e políticas neoliberais, para manter minha total liberdade e para manter o custo do trabalho da comissão ao mínimo. Somente as despesas de viagem (classe econômica) e hospedagem foram cobertas pela comissão.

24 O relatório final completo da CAIC está *online* em espanhol no *site* do CADTM: www.cadtm.org/Informe-final-de-la-Auditoria. A parte relativa à dívida comercial externa que foi objeto de uma suspensão parcial do pagamento corresponde ao Capítulo 2, seção 1 (p. 14 a 88).

As várias etapas do processo de endividamento atestam a ilegitimidade das dívidas reclamadas do Equador. São ilegítimas: as dívidas contraídas pelas ditaduras militares durante os anos 70 e que continuaram a crescer sob os governos que lhes sucederam; dívidas para financiar projetos que não beneficiaram o povo ou para projetos que provaram ser destrutivos para o povo ou o meio ambiente; dívidas contraídas com base na corrupção de funcionários públicos; dívidas contraídas a taxas de juros usurárias; dívidas privadas convertidas em dívidas públicas; dívidas ligadas a condicionalidades impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial em desrespeito à soberania e ao direito à autodeterminação do Equador, que violam o direito dos povos de definir as suas políticas de desenvolvimento comercial, fiscal, orçamentário, energético e laboral, que obrigam a cortes drásticos nos gastos sociais e a privatização de setores estratégicos etc.; dívidas que não estão de acordo com o sistema financeiro internacional; dívidas que não estão de acordo com os princípios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que violam o direito dos povos de definir suas próprias políticas de desenvolvimento.

Durante o período 1970-2007, embora o Equador tenha reembolsado 172 vezes o montante da dívida pública externa em 1970,²⁵ o volume dessa dívida aumentou 53 vezes.

Durante este período de 38 anos, o saldo entre os empréstimos e o pagamento da dívida pública externa foi claramente negativo. A transferência líquida negativa acumulada às custas do Equador totaliza 9 bilhões de dólares.

Entre 1982 e 2007, a transferência líquida sobre a dívida pública externa foi negativa por 22 anos e positiva por apenas 4 anos.

Os principais credores da dívida pública

A dívida pública total em 30 de agosto de 2008 era aproximadamente 13 bilhões de dólares (10 bilhões de dólares para a dívida pública externa e 3 bilhões de dólares para a dívida pública interna). Cerca de 40% da dívida pública externa era devida a bancos e mercados financeiros na forma de títulos, chamados Bonos Global, cerca de 44% era devida a instituições financeiras multilaterais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.), cerca de 16% era constituída por empréstimos país a país (dívida bilateral), sendo os principais países credores Espanha, Brasil e Itália.

A dívida pública interna, que totaliza aproximadamente 3 bilhões, é 95 % constituída por títulos (bonos AGD - Agência de Garantia de Depósitos).

²⁵ De acordo com o Banco Mundial, a dívida pública externa do Equador era de 195 milhões de dólares em 1970 (Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance* 2007, Washington DC, 2007). Segundo o Ministério de Economia e Finanças (MEF), a dívida pública externa era de 10,3 bilhões de dólares em 3 de julho de 2007. Isto significa que a dívida pública externa aumentou 53 vezes entre 1970 e julho de 2007. Durante este período, o Governo equatoriano reembolsou 33,4 bilhões de dólares, o que é 172 vezes o montante da dívida pública externa em 1970.

Vitória parcial do Equador contra credores de dívidas ilegítimas

A partir de novembro de 2008, o Equador suspendeu o pagamento de uma grande parte de sua dívida. Especificamente, o país deixou de pagar juros sobre os títulos equatorianos vendidos a Wall Street por 3,2 bilhões de dólares.²⁶ A imprensa financeira internacional gritou escandalizada que o Equador ousava recusar a pagar quando tinha meios para fazê-lo. No entanto, em junho de 2009, os detentores de 91% dos títulos em questão aceitaram a proposta de recompra a 35% do valor nominal. O Equador recomprou 3,2 bilhões de dólares de dívida a um custo de US\$ 900 milhões, o que representa uma economia de 2 bilhões de dólares no capital devido, mais uma economia nos juros que nunca mais serão pagos. Rafael Correa disse no seu discurso de tomada de posse em 10 de agosto de 2009 que isto “significa um ganho de mais de 300 milhões de dólares anuais durante os próximos 20 anos, dinheiro que será utilizado não para as carteiras dos credores, mas para o desenvolvimento nacional”²⁷. A poupança total foi de pouco mais de 7 bilhões de dólares.²⁸

Duas consequências da ação agressiva do Governo sobre a dívida:

Deve-se ressaltar que esta redução da dívida permitiu ao Governo aumentar significativamente os gastos sociais entre 2009 e 2011, particularmente em saúde e educação, porque os recursos do Estado puderam ser redireccionados para esta parte do orçamento em vez de serem engolidos pelo pagamento da dívida. Como resultado, as condições de vida da população foram significativamente melhoradas. Ao mesmo tempo, o salário-mínimo legal foi gradualmente aumentado em quase 100%.

A suspensão unilateral do pagamento da dívida, evidentemente, provocou fortes reações de insatisfação por parte dos credores. Mas ao contrário das afirmações da imprensa financeira internacional e da direita, que previam um futuro caótico e doloroso, nada de ruim aconteceu. A vitória do Equador sobre os seus credores estrangeiros privados foi total. Além disso, quando o país decidiu alguns anos depois emitir novos títulos de dívida nos mercados financeiros, os investidores correram a comprá-los. Esta é a prova de que, longe de causar uma descida ao inferno, a suspensão do pagamento e a redução da dívida de forma alguma impede os detentores de capital de emprestarem novamente para o país. De fato, eles estão convencidos de que a situação do país melhorou.²⁹ É importante levar este

26 Os títulos “Global 2012 e 2030” representam aproximadamente 85% da dívida pública externa sob a forma de títulos. Os outros componentes da dívida pública externa do Equador são compostos por empréstimos do Banco Mundial e de outras instituições multilaterais (FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento) e empréstimos bilaterais concedidos por Estados (Espanha, Japão, Itália, Brasil, etc.).

27 Ver o discurso de Rafael Correa em <http://www.cadtm.org/Discurso-de-posesion-del>.

28 Para uma apresentação resumida da auditoria no Equador, veja o vídeo: Éric Toussaint entrevistado por Pierre Carles, “Équateur: Historique de l’audit de la dette réalisée en 2007-2008. Pourquoi est-ce une victoire?” (14 minutos) <https://www.cadtm.org/Equateur-Historique-de-l-audit-de>. Ver também o trecho do filme *Debtocracy* sobre o Equador “La auditoria de la deuda en Ecuador, resumida en 7 minutos”, <https://www.cadtm.org/Video-La-auditoria-de-la-deuda-en>

29 Ver Éric Toussaint, “Joseph Stiglitz muestra que una suspensión del pago de la deuda puede beneficiar a un país y a su población”, 15 de janeiro de 2015, <http://cadtm.org/Joseph-Stiglitz-muestra-que-una>.

fenômeno em conta para contrariar a retórica catastrófica destinada a convencer as autoridades e a população dos países endividados a continuar pagando a dívida a todo custo. Também é importante afirmar que existem alternativas para o retorno aos mercados financeiros. Uma política de justiça fiscal deve permitir alimentar os cofres do Estado forçando as empresas ricas e grandes a pagar muito mais impostos, limitando assim o recurso à dívida pública. Isto não foi feito pelo governo Correa. Não houve grandes reformas fiscais nesta direção e o aumento da colecta de impostos foi alcançado principalmente através do combate à evasão fiscal e do crescimento econômico.

Embora, como acabamos de mencionar, a ação do Governo sobre a dívida tenha sido benéfica, é importante destacar que a Comissão de Auditoria da Dívida (CAIC) propôs ir além do que foi alcançado e é lamentável que o governo e Rafael Correa não tenham ido mais além. Nas suas recomendações³⁰, a CAIC propôs suspender o pagamento de outros montantes muito grandes de dívida, correspondentes aos créditos do Banco Mundial, de outras instituições multilaterais e de credores bilaterais como o Brasil, Japão e países europeus. Também foi recomendado que os responsáveis nacionais e estrangeiros de dívidas ilegítimas fossem processados. Neste nível, com base no trabalho da CAIC, o Ministério Público equatoriano começou a examinar a responsabilidade dos altos funcionários que teriam cometido vários tipos de delitos na assinatura ou a renegociação de contratos de dívida durante os anos 90 e início dos anos 2000. Entretanto, isso não resultou em fortes condenações e prisão dos culpados de dívidas fraudulentas, pois tanto o poder judicial quanto o Governo preferiram não levar adiante.

Em resumo, portanto, o Governo seguiu apenas uma das recomendações da comissão. O fato é que ele foi mais longe do que todos os outros governos ditos progressistas desse período. Rafael Correa, assim como Ricardo Patiño, que ocupou sucessivos cargos governamentais e que presidiu a CAIC, tentaram convencer outros chefes de Estado como Evo Morales, Hugo Chávez e Fernando Lugo a criar uma comissão de auditoria integral da dívida também nos seus países. Mas sem resultado. O Equador permaneceu isolado na questão da dívida, já que outros governos da região (incluindo os da Venezuela e Bolívia) continuaram com os reembolsos e não implementaram uma auditoria.

Além disso, em uma reunião realizada no Palácio Presidencial em janeiro de 2011, para a qual fui convidado juntamente com outros membros da CAIC, Rafael Correa propôs que, com base no nosso trabalho em 2008, o Equador contestasse as dívidas reclamadas por outro grande credor. Após amplo exame da questão, foi acordado suspender o pagamento das dívidas reclamadas pelo Banco Mundial. Quando chegou a hora de implementar isto, o novo ministro de Economia e Fi-

30 Éric Toussaint, "Équateur: La CAIC a proposé à Rafael Correa de suspendre le paiement de près de la moitié de la dette", 25/09/2008, <http://www.cadtm.org/Equateur-La-CAIC-a-propose-a>, consultado a 24 de dezembro 2020. Ver também "L'Équateur à la croisée des chemins", in *Les Crimes de la dette*, Liège/Paris, CADTM/Syllepse, 2007, parte III, p. 174-265.

nanças opôs-se e os pagamentos ao Banco Mundial continuaram. Pior: a partir de 2014, o Governo negociou novos empréstimos do Banco Mundial.³¹

A virada de Rafael Correa em 2011

Aliás, 2011 marca uma virada na política do Governo equatoriano em várias frentes, tanto na frente social quanto ao nível da ecologia, do comércio e do endividamento. Os conflitos entre o Governo e uma série de movimentos sociais importantes como o CONAIE, por um lado, e os sindicatos da educação e o movimento estudantil, por outro, aumentaram. O Governo avançou nas negociações comerciais com a UE, durante as quais fez numerosas concessões. Em relação à dívida, a partir de 2014, o Equador voltou a aumentar gradualmente seu recurso aos mercados financeiros internacionais. Sem esquecer as dívidas contraídas com a China. No nível ecológico, em 2013 o governo de Correa abandonou o projeto de não explorar petróleo em uma parte muito sensível da Amazônia.³²

Epílogo

Apesar da retórica a favor da mudança do modelo produtivo e do socialismo do século XXI, Correa, nos dez anos de sua presidência, não iniciou uma mudança profunda na estrutura econômica do país, nas relações de propriedade e nas relações entre as classes sociais. Alberto Acosta, ex-ministro da Energia em 2007, ex-presidente da Assembleia Constituinte em 2008 e opositor de Rafael Correa desde 2010, escreve com seu colega John Cajas Guijarro que “a falta de transformação estrutural significa que o Equador continua sendo uma economia capitalista ligada à exportação de matérias-primas e, conseqüentemente, ligada ao comportamento cíclico de longo prazo ligado às exigências da acumulação de capital transnacional. Este comportamento cíclico de longa data deve-se às contradições inerentes ao capitalismo, mas também é fortemente influenciado pela dependência da exportação massiva de produtos primários quase não processados (extrativismo). Em outras palavras, a exploração capitalista – tanto da mão-de-obra quanto da natureza –, de acordo com as exigências internacionais, mantém o Equador “acorrentado” a uma sucessão de altos e baixos que se originam tanto interna quanto externamente”³³.

Em 2017, no final do mandato presidencial de Rafael Correa e quando o seu sucessor Lenin Moreno (que foi o candidato apoiado por Correa) tomou posse, a dívida ultrapassou o nível alcançado dez anos antes. Logo Lenin Moreno apelou

31 Alberto Acosta, “Lectura sobre el retorno del Ecuador al Banco Mundial”, 16 de dezembro 2014, <http://www.cadtm.org/Lectura-sobre-el-retorno-del>.

32 A Iniciativa Yasuni-ITT foi apresentada em junho de 2007 por Rafael Correa. Consistiu em deixar 20 % das reservas de petróleo do país (cerca de 850 milhões de barris de petróleo) no subsolo, localizado em uma região de megabiodiversidade, o Parque Nacional Yasuni, no Nordeste da Amazônia. Para uma apresentação do projeto em 2009, ver Alberto Acosta entrevistado por Matthieu Le Quang “La moratoria petrolífera en la Amazonia ecuatoriana, una propuesta inspiradora para la Cumbre de Copenhague”, 16 de setembro de 2009, <http://www.cadtm.org/La-moratoria-petrolifera-en-la>.

33 Alberto Acosta, John Cajas Guijarro, “Una década desperdiciada Las sombras del correísmo”, Centro Andino de Acción Popular Quito, 2018.

novamente para o FMI. Isto provocou fortes protestos populares em setembro-outubro de 2019 que forçaram o Governo a capitular frente às organizações populares e abandonar o decreto que havia provocado a revolta.³⁴

Se Rafael Correa se tornou presidente do Equador em 2007, foi graças às mobilizações sociais que aconteceram entre os anos 1990 e 2005. Sem elas, as suas propostas não teriam encontrado o eco que receberam e ele não teria sido eleito. Infelizmente, após um começo muito bom, ele entrou em conflito com uma parte significativa dos movimentos sociais e optou por uma modernização do capitalismo extrativista exportador. Depois, o seu sucessor Lenin Moreno rompeu com Rafael Correa e voltou à política brutal do neoliberalismo. Mais uma vez, só as mobilizações sociais poderão contrariar estas políticas e recolocar na agenda as medidas de mudança estrutural anticapitalista indispensáveis à emancipação. Em outubro de 2019, a CONAIE e uma série de organizações sindicais, associações feministas e coletivos ambientais elaboraram uma excelente proposta alternativa às políticas capitalistas, patriarcais e neoliberais, que visava formar a base de um amplo programa de governo.³⁵

A questão da rejeição das políticas do FMI e do Banco Mundial e das dívidas ilegítimas regressou ao centro das batalhas sociais e políticas.³⁶ Em documento tornado público em julho de 2020 por mais de 180 organizações populares equatorianas, foi feita a seguinte exigência: “suspensão do pagamento da dívida externa e a realização de uma auditoria da dívida externa acumulada desde 2014 até hoje, bem como o controle cidadão sobre o uso das dívidas contraídas”³⁷.

34 CADTMAYNA, “Junto al pueblo ecuatoriano”, 13 de outubro de 2019, <https://www.cadtm.org/Junto-al-pueblo-ecuatoriano>. Ver também o livro coletivo: Franklin Ramírez Gallegos (Ed.), “Octubre y el derecho a la resisten Junto-al-pueblo-ecuatorianocia. Revuelta popular y neoliberalismo autoritario en Ecuador”, Buenos Aires, CLACSO, pode ser obtido gratuitamente: http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?campo=titulo&texto=derecho&id_libro=2056.

35 CONAIE, “Entrega de Propuesta alternativa al modelo económico y social”, 31 de outubro de 2019, <https://conaie.org/2019-de-outubro-de-31/propuesta-para-un-nuevo-modelo-economico-y-social/>.

36 Declaração coletiva assinada por Éric Toussaint, Maria Lucia Fattorelli, Alejandro Olmos Gaona, Hugo Arias Palacios, Piedad Mancero, Ricardo Patiño, Ricardo Ulcuango, “Ecuador: Denuncia de la re-negociación de la Deuda por el gobierno de Lenin Moreno”, 1/08/2020, <https://www.cadtm.org/Ecuador-Denuncia-de-la-re-negociacion-de-la-Deuda-por-el-gobierno-de-Lenin>.

37 Ver “Propuesta – Parlamento de los Pueblos”, julho/2020, <https://rebelion.org/wp-content/uploads/2020-de-julho-de-PROPUESTA-PARLAMENTO-DE-LOS-PUEBLOS.pdf>.

Capítulo 23 — De Robert Zoellick (2007-2012) a David Malpass (2019-...), passando por Jim Yong Kim: os homens do presidente dos EUA continuam no comando do Banco Mundial

Robert Zoellick, 11.º presidente do Banco Mundial (2007-2012), banqueiro e representante do comércio norte-americano

Embora vários países membros do Banco Mundial afirmassem que era tempo de colocar na direção da instituição um cidadão ou uma cidadã do Sul, o presidente dos EUA nomeou, pela décima primeira vez, um cidadão norte-americano para a presidência: Robert Zoellick.

Ora, Robert Zoellick não tinha qualquer qualificação em matéria de desenvolvimento. Durante a administração precedente, a de Bush, tinha sido o principal representante dos EUA na OMC e tinha dado prioridade sistemática aos interesses comerciais da principal potência econômica mundial, com total desprezo pelos interesses dos países em desenvolvimento. Quando dos preparativos para a reunião da OMC em Doha, em novembro de 2001, deu uma volta pelos governos africanos, com o intuito de lhes comprar o voto. Tratava-se de fazer passar a agenda de Doha, que felizmente estava empancada desde 2007. A partir daí, especializou-se na negociação de tratados bilaterais de comércio livre¹ assinados entre os EUA e vários PED (Chile, Marrocos, Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, República Dominicana, Jordânia, etc.) que favorecem os interesses das multinacionais norte-americanas e limitam o exercício da soberania dos países em desenvolvimento, antes de se tornar secretário de Estado adjunto, ao lado de Condoleezza Rice. A partir de julho de 2006, Robert Zoellick foi vice-presidente do conselho de administração do banco Morgan Stanley, encarregado dos assuntos internacionais. É importante sublinhar que o Morgan Stanley é um dos principais bancos de negócios de Wall Street, claramente implicado na crise da dívida privada que estalou nos EUA em agosto de 2007. O banco Morgan Stanley também teve parte muito ativa na criação duma montagem colossal de dívidas privadas a partir da bolha especulativa do setor imobiliário. Robert Zoellick retirou-se de Wall Street para tomar o lugar de Paul Wolfowitz na presidência do Banco Mundial, em julho de 2007, mesmo a tempo de não se ver diretamente implicado na crise de 2007-2008.

Durante o seu mandato, Zoellick conseguiu fazer com que o BM emprestasse 3,75 bilhões de dólares para financiar a construção da central a carvão de Medupi,

¹ Para Robert Zoellick, “os [acordos de comércio livre] são uma forma de eliminar completamente as barreiras comerciais, mercado a mercado, e aumentar as oportunidades de negócio para os EUA, estimulando ao mesmo tempo o crescimento e o desenvolvimento”. Ver www.er.uqam.ca/nobel/icim/IMG/pdf/Cahiercont_0403_polcom-US.pdf

na África do Sul, que é extremamente poluente. Além do caráter antiecológico do projeto, os contratos beneficiaram a Eskon e a Hitachi Power Africa, duas empresas detidas total ou parcialmente pelos dirigentes do ANC, partido no poder, o que lhes permitiu enriquecer por vias corruptas e com desvio de fundos. A amplitude da corrupção é de tal ordem, que várias vezes vieram pedir a anulação dessa dívida odiosa.²

Note-se ainda que, um mês após o fim do seu mandato no Banco Mundial, Zoellick retomou funções de direção no banco Goldman Sachs, em 2013.

Jim Yong Kim, também ele americano, 12º presidente do Banco Mundial (2012-2019)

Entre 2012 e 2019, Jim Yong Kim, também ele americano, dirigiu o Banco Mundial. Para defender diretamente os interesses da maior potência política do mundo, em maio de 2017 Jim Yong Kim acompanhou Ivanka Trump, filha do presidente milionário misógino, numa viagem de negócios à Arábia Saudita, aliada histórica dos Estados Unidos. Graças a uma promessa de donativos ao Fundo para as Mulheres Empresárias, esta visita visava ajudar a monarquia saudita, ultra-reacionária, a forjar uma imagem progressista, apesar de espezinhar constantemente os direitos das mulheres. Na realidade, esse fundo, lançado sob a égide de Ivanka Trump, Jim Yong Kim e Justin Trudeau, tem por objetivo participar na acumulação de capital a nível mundial, com o pretexto de fazer avançar a emancipação das mulheres.

Contrariamente ao retrato lisonjeiro traçado por certas pessoas, Jim Yong Kim em nada contribuiu para a reforma do Banco Mundial, que sempre defendeu os interesses do capital e dos países mais ricos e mais poderosos (com os EUA, o Canadá, a Europa Ocidental e o Japão à cabeça), em detrimento dos direitos humanos e da preservação do planeta.

Em janeiro de 2019 Jim Yong Kim anuncia subitamente a sua demissão da presidência do Banco Mundial, para se dedicar a uma carreira mais remuneradora no setor privado.³

David Malpass, mais um ex-banqueiro e homem de direita, 13º presidente do Banco Mundial (2019-...)

Em abril de 2019 David Malpass tornou-se o 13º presidente do Banco Mundial. Malpass tinha trabalhado para o Tesouro americano e para os Negócios Estrangeiros durante os mandatos de Ronald Reagan e George H. W. Bush (1989-1993), depois como economista-chefe para o Bear Stearns, um grande banco comercial...

2 Ver Jonathan Cannard, "Cancel Eskom's odious debt to the World Bank", *Mail & Guardian*, 19/08/2019, <https://mg.co.za/article/2019-08-19-00-cancel-eskoms-odious-debt-to-the-world-bank/>

3 A direção interina do Banco Mundial foi assegurada em fevereiro de 2019 pela europeia Kristalina Georgieva, até o presidente americano Donald Trump pôr um dos seus homens de confiança na direção do Banco Mundial, na pessoa de David Malpass. Kristalina Georgieva ascendeu em outubro de 2019 ao cargo de diretora-geral do FMI, onde substituiu Christine Lagarde.

até à falência deste em 2008, em plena crise dos *subprimes*! Em agosto de 2007 Malpass publicou no *Wall Street Journal* um artigo de opinião onde convidava os leitores a não se inquietarem com o estado dos mercados financeiros, indo ao ponto de escrever que “os mercados imobiliários e da dívida não representam uma parte significativa da economia americana ou da criação de emprego”⁴. Juntou-se à equipa de Donald Trump a partir de maio de 2016, onde teve o cargo de subsecretário do Tesouro nos Negócios Estrangeiro, antes de ocupar a cadeira da presidência do Banco Mundial.

A conquista do BID por Donald Trump

Em setembro de 2020, pela primeira vez na história do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Donald Trump conseguiu fazer eleger um cidadão americano para a presidência da instituição. Mauricio Claver-Carone é advogado e jurista americano. Na qualidade de conselheiro do governo de Donald Trump, defendeu uma linha dura na política internacional dos EUA, nomeadamente em relação a Cuba e Venezuela.

Como escreveu Ariela Ruiz Caro, “Mauricio Claver-Carone foi eleito presidente do BID com o apoio de 30 dos seus membros, 16 abstenções e 2 ausências, incluindo a da China. Segundo comunicado do ministério argentino dos Negócios Estrangeiros, abstiveram-se cinco países da América Latina (Argentina, Chile, México, Peru e Trindade e Tobago), além dos países da União Europeia. Desde que Trump nomeou o seu atual conselheiro nacional de segurança na Casa Branca, em meados de junho, antigos presidentes latino-americanos e europeus, diplomatas, personalidades políticas, culturais e universitárias, assim como o público em geral, denunciaram por diversas vezes a necessidade de adiar a eleição, por violar o direito internacional consuetudinário (resolução 73/203 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de dezembro 2018) ao nomear um candidato não latino-americano ou caribenho para a presidência”.

⁴ “Housing and debt markets are not that big a part of the U.S. economy, or of job creation (...) the housing- and debt-market corrections will probably add to the length of the U.S. economic expansion.” Citado por Jordan Weissmann, “Trump Taps Bear Stearns Economist Who Said Not to Worry About Credit Crisis for Key Treasury Job”, 5 de janeiro de 2017, <https://slate.com/business/2017-de-janeiro-de-trump-picks-ex-bear-steerns-economist-for-treasury-position.html>, consultado em 8-08-2020.

Capítulo 24 — O FMI e o Banco Mundial em tempos de coronavírus: muda o disco e toca o mesmo¹

Em busca de uma nova imagem

Face à catástrofe econômica e ao drama social dos planos de ajuste estrutural (PAE) impostos às populações do Sul, a partir dos anos 1990 numerosas vezes denunciaram os promotores dessas políticas: o FMI e o Banco Mundial. Além das acusações das ONGs e dos meios altermundialistas, a crítica alastrou a setores inesperados, como é o caso de Joseph Stiglitz, ex-economista-chefe do Banco Mundial, que em 2002 subscreveu uma acusação contra o FMI.²

Na sequência destas acusações, o aumento dos preços das matérias-primas permitiu a uma série de países obterem as divisas necessárias ao reembolso antecipado do FMI,³ libertando-se assim das condições catastróficas associadas aos empréstimos concedidos pela instituição.⁴ Confrontadas com uma crise de legitimidade e uma progressiva escassez de clientes, as instituições de Bretton Woods não pouparam esforços para apresentarem uma nova imagem.

Ao anunciar, a partir de 1999, o abandono dos tão criticados PAE e a reorientação da sua ação para a luta contra a pobreza, o Banco Mundial pretendia dar mostras de ter adotado uma nova moral.

Quanto ao FMI, quando a crise da dívida no Norte lhe proporcionou uma bela oportunidade para repor a sua saúde financeira, os seus dirigentes aproveitaram para gritar aos quatro ventos uma pretensa remodelação da instituição. “O FMI está irreconhecível? De fato, ele mudou!”⁵, garantiu Dominique Strauss-Khan à televisão francesa em 2011.

O Banco Mundial também se tem gabado da sua luta contra a mudança climática.⁶

Mas por detrás destes discursos... há realmente algo de novo nas instituições de Bretton Woods?

Claramente, não há. Um exemplo para iniciar a demonstração: o Banco Mundial continua a subsidiar fortemente a produção de eletricidade a partir de combustíveis fósseis.

1 Este capítulo inclui uma versão atualizada e ampliada de Emilie Paumard, “Será que o FMI e o Banco Mundial Aprenderam com Seus Erros?”, 13 de outubro de 2017, <https://www.cadtm.org/Le-FMI-et-la-Banque-mondiale-ont-ils-appris-de-leurs-erreurs>. Milan Rivié contribuiu para a atualização do texto e Éric Toussaint realizou pesquisas adicionais e a edição final. Agradecimentos a Claude Quémar pela revisão.

2 Joseph E. Stiglitz, *La Grande Désillusion*, Fayard, julho/2002.

3 Ver <http://risal.collectifs.net/spip.php?article1716>.

4 Ver <http://cadtm.org/Le-remboursement-de-l-Indonesie-au>.

5 Declarações prestadas ao canal France 2, 20 de fevereiro de 2011. Citado no artigo de Christian Chavagneux, “Le FMI a-t-il vraiment changé?”, *Alternatives Économiques*, n° 301, abril/2011.

6 Ver <http://www.cadtm.org/Climat-les-apprentis-sorciers-de> [fr].

Terão acabado os ajustes estruturais impostos pelo FMI?

Em outubro de 2014, num documento intitulado “Resposta do FMI à Crise Financeira e econômica”, a instituição afirmou ter aprendido com os seus erros e assegurou que desde a crise financeira de 2008 nenhum empréstimo concedido estava associado às condições draconianas utilizadas no passado. Um centro londrino de investigação econômica decidiu submeter esta afirmação à prova dos fatos.⁷ O resultado é iniludível: nos 41 países envolvidos em empréstimos da instituição, 31 aplicaram medidas de austeridade orçamentária num contexto de recessão ou de crescimento lento.

A situação se agravou a partir de 2010. Segundo Isabel Ortiz e Matthew Cummins, “generalizou-se em 2010 uma contração prematura nos gastos, apesar da necessidade urgente de assistência governamental às populações vulneráveis”. Segundo esses autores, em 2013, a contração dos gastos públicos espalhou-se e intensificou-se consideravelmente, afetando 119 países em termos de PIB. Eles projetaram que isto chegaria a 132 países até 2015.

Ainda segundo Isabel Ortiz e Matthew Cummins, “Em relação às medidas de austeridade, uma revisão dos relatórios dos países do FMI publicados desde 2010 indica que os governos estão considerando várias estratégias de ajuste. Estas incluem: I) eliminação ou redução dos subsídios, inclusive para combustíveis, alimentos e insumos agrícolas (em 100 países); II) redução ou limitação da massa salarial, inclusive salários na educação, saúde e outros setores públicos (em 98 países); III) racionamento e maior seletividade das ações de assistência e segurança social (em 80 países), IV) reforma da previdência (em 86 países); V) reforma do sistema de saúde (37 países); e VI) flexibilidade trabalhista (32 países). Muitos governos também estão considerando medidas paralelas para aumentar as receitas, o que pode afetar negativamente as populações vulneráveis, principalmente através da introdução ou expansão de impostos sobre o consumo, tais como o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre mercadorias que afetam de forma desproporcional as famílias pobres (em 94 países)”⁸.

O caso dos *países do mundo árabe* parece emblemático deste ponto de vista.

Inquieto com o afastamento desses países da rota neoliberal a partir de 2011 – coo resultado dos levantes populares que derrubaram os ditadores da região –, o FMI multiplicou as suas afirmações tranquilizadoras. Nos relatórios que se seguiram à “Primavera Árabe”, a instituição sublinhou a dimensão social dos programas que preconizava: “crescimento inclusivo”, políticas sociais para os mais vulneráveis, etc.

No entanto, quando um antigo analista do Banco Mundial, Mohammed Mossallem, estudou as condições associadas aos acordos de empréstimo assinados

7 Mark Weisbrot & al., “IMF-Supported Macroeconomic Policies and the World Recession: A Look at Forty-One Borrowing Countries”, CEPR, outubro/2009.

8 Isabel Ortiz e Matthew Cummins, “The Age of Austerity”, <http://www.cadtm.org/L-Ere-de-l-Austerite>.

com a Tunísia, Marrocos, Jordânia e Egito⁹ após 2011, encontrou todos os ingredientes dos PAE dos anos 80: redução dos impostos sobre o setor privado, aumento do imposto sobre o consumo (o imposto mais injusto), liberalização dos investimentos, redução dos subsídios do Estado, aumento dos preços da energia, desregulamentação do mercado de trabalho. Quanto ao conteúdo dos planos de austeridade impostos aos países da Zona Euro desde 2010, eles inscrevem-se na linha do tratamento infligido aos países do Norte de África.

Mea-culpa sobre a austeridade: remissão profunda ou lágrimas de crocodilo?

Em anos recentes temos visto uma diversidade de relatórios *internos* criticando vivamente as políticas do FMI:

Janeiro de 2013: Olivier Blanchard, economista-chefe do FMI, revela que o FMI subestimou largamente o impacto negativo da austeridade sobre o crescimento econômico. Este erro de cálculo nada tem de anedótico, tendo em conta que foi calculado em 300%!¹⁰

Fevereiro de 2014: Após dois estudantes terem demolido um estudo realizado por ex-economistas-chefe do FMI, que afirmavam que uma dívida pública superior a 90% do PIB implicava automaticamente um abrandamento do crescimento econômico, os peritos do FMI confirmaram que não existe um limiar crítico da dívida pública.¹¹

Junho de 2016: Três economistas do FMI publicam um estudo intitulado “O neoliberalismo foi sobrestimado?”, no qual afirmam: “em vez de ajudar o crescimento econômico, certas políticas neoliberais aumentaram as desigualdades e, por consequência, comprometeram qualquer hipótese de expansão econômica permanente”.

Terão estas críticas provocado uma mudança de rumo da instituição?

Para começar, ainda que as manchettes dos jornais dêem a ilusão de que os autores deste tipo de relatórios são muito heterodoxos, uma leitura atenta das suas obras mostra que os seus propósitos são bastante comedidos. A título de exemplo: embora o estudo “O neoliberalismo foi sobrestimado?” revele números que mostram claramente os limites do modelo neoliberal, ao mesmo tempo recorda que há “muitas razões de júbilo na agenda neoliberal”¹². Note-se, de resto, que na maioria dos casos os documentos heterodoxos e críticos que são publicados no site do FMI só comprometem os seus autores e não o FMI como instituição.

Notemos além disso que o jogo da contradição não é novidade no interior das

9 No momento em que foi feito o estudo de Mohammed Mossallem, ainda não fora concluído o acordo de empréstimo com o Egito. Por fim o FMI validou um acordo de empréstimo de 12 bilhões de dólares em novembro de 2016.

10 Hubert Huertas, “Extraordinaire: l’austérité est une erreur mathématique!”, *France Culture*, 9 de janeiro 2013.

11 “Ce doctorant qui a fait trembler les défenseurs de l’austérité”, *Le Soir*, 22/04/2013; Marie Charrel, “Le FMI admet qu’il n’existe pas de seuil critique de la dette publique”, *Le Monde*, 18 de fevereiro 2014.

12 Jonathan D. Ostry, Prakash Loungani, & Davide Furceri, “Neoliberalism: Oversold?”, FMI, junho/2006.

instituições de Bretton Woods. Mas a questão está em saber se esta autocrítica leva ou não a mudanças reais nas orientações da instituição.

Ora, a intervenção do FMI na Grécia é emblemática¹³ desta persistência na aplicação de políticas neoliberais que favorecem o grande capital, reforçam as desigualdades sociais e destroem conquistas sociais essenciais. Em 2013 um estudo independente de avaliação do FMI¹⁴ reconheceu que o primeiro plano de resgate, de 2010, se saldou em “falhanços notáveis”. No entanto, as receitas austeritárias continuaram de vento em popa.

Em junho de 2016, a mesma organização “independente” emitiu um relatório que dava conta da mesma constatação de falhanço da ação do FMI na Grécia. Mas desta vez os peritos do Fundo vão ao ponto de afirmar que apesar de todos os limites da ação do FMI, é “impossível construir um cenário alternativo”. Está visto que o famoso TINA (*there is no alternative*) nunca chegou a abandonar os corredores da instituição!

A reforma democrática do FMI... ou como a montanha pariu um rato

Desde a sua criação, a estrutura de tomada de decisões no seio do FMI beneficia os EUA e seus aliados vitoriosos à saída da Segunda Guerra Mundial. Profundamente desigual, esta repartição do poder, baseada na regra “1 dólar = 1 voto”, tem sido cada vez mais contestada pelos países emergentes que queriam uma fatia do bolo. Para tentar dar um ar de democracia e satisfazer as exigências dos países em expansão, foi introduzida uma reforma, para aumentar as quota-partes¹⁵ e a transferência de direitos de voto, que entrou em vigor no início de 2016.

Na realidade nunca houve intenção de adotar um sistema que permitisse a todos os países membros terem voz na matéria, mas sim contentar os “países emergentes” cujo peso econômico se tinha tornado demasiado importante para ser ignorado. Se por um lado os 6% de direitos de voto repartidos de novo foram para os BRICS (não incluindo a África do Sul), por outro lado, não surpreende que essa operação tenha sido feita à custa dos países mais pobres, perante os quais o FMI se comprometeu, não sem boa dose de cinismo, a “preservar”¹⁶ os seus direitos de voto. Bangladesh viu sem dúvida seu poder de ação reforçado, pois dispõe agora de 0,24% de direitos de voto para defender os interesses dos seus 155 milhões de habitantes!

Por sua vez, os EUA saíram duplamente vencedores desta operação. Não só mantiveram o domínio da estrutura – pois apesar de cederem 0,3% dos seus direi-

13 Éric Toussaint, “Secret IMF Documents on Greece commented by Éric Toussaint (CADTM)”, <https://www.cadtm.org/Secret-IMF-Documents-on-Greece>.

14 FMI, “Greece: Ex Post Evaluation of Exceptional Access under the 2010 Stand-By Arrangement”, IMF Country Report n.º 13/156, junho/2013.

15 A quota-parte de um país membro determina o seu envolvimento financeiro máximo no FMI, assim como o seu poder de voto. Em março de 2016 o total de quotas-partes ficou estabelecido em 204,1 bilhões de direito de saque especial (DSE), o que equivale a 285 bilhões de US\$.

16 Ver: <https://www.imf.org/external/french/np/sec/pr/2010/pr10418f.htm>

tos de voto¹⁷, conservam o direito de veto –, como continuam a ser os timoneiros de um navio ainda maior, uma vez que a reforma também consistiu em quase duplicar os recursos do Fundo, elevando-os a 660 bilhões de dólares.

Estas reformas vão reforçar a posição dominante dos Estados Unidos nesta instituição crucial, ao mesmo tempo que fornecem ao Fundo uma sólida base financeira (Jacob Lew, secretário do Tesouro americano, 2015).

Para o Banco Mundial, a última grande reforma deste tipo ocorreu em abril de 2010, sob a presidência do controverso Robert Zoellick. Além de um aumento de 86,2 bilhões de dólares no capital do BIRD, os países do Sul viram os seus direitos de voto aumentarem em 3,13 pontos percentuais, ou 47,19% do total de votos. Em comparação com os 15,44% dos Estados Unidos, isto é muito pouco para estes 135 países que abrigam cerca de 85% da população mundial.¹⁸

“DSRP”, “Doing business”, “EBA”... nomes novos, velhas políticas!

A partir do fim da década 1990 abateu-se uma chuva de críticas sobre o Banco Mundial. A tal ponto que se tornou cada vez mais difícil à instituição promover as PAE, que estavam no centro da polémica. Face a esta crise de legitimidade, o Banco vai-se desdobrar em piruetas semânticas, sem tocar na lógica neoliberal inscrita no seu ADN.

Entre os seus subterfúgios encontramos nomeadamente a iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados (PPME), que, por via de um alívio de dívida limitado e controlado pelas IFI, permite – ainda hoje – impor aos países mais pobres políticas semelhantes aos planos de ajuste estrutural e mantê-los na espiral da dívida. Por outro lado, em 2002, muito pouco tempo depois do Banco anunciar o fim das PAE, um novo instrumento chamado Doing Business (“fazer negócio”) vê a luz do dia... O acaso tem destas coisas!

Num relatório anual, surge a proposta de classificar os 189 países membros do Banco Mundial segundo a sua capacidade de manter um bom “clima de negócios” para os investidores, em função de vários critérios: desregulamentação máxima, fiscalidade amiga do setor privado, legislação mínima para proteção dos direitos dos trabalhadores e colocando-os em concorrência uns contra os outros.

Os governos dos países do Sul entregam-se então a uma concorrência desenfreada entre si, a fim de oferecerem ao setor privado as condições mais atraídas, conscientes de que o Banco Mundial e os credores bilaterais orientam as suas linhas de crédito em função dos resultados obtidos nessa classificação. E o Banco Mundial rejubila! Em 2014 felicita-se pelo fato de o Doing Business ter inspirado

17 FMI, “Acceptances of the Proposed Amendment of the Articles of Agreement on Reform of the Executive Board and Consents to 2010 Quota Increase”, abril/2017.

18 “Banco Mundial Reforma o Poder de Voto, Recebe Injeção de US\$ 86 Bilhões”, 25 de abril de 2010, <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2010/04/25/world-bank-reforms-voting-power-gets-86-billion-boost>.

mais de um quarto das 2100 reformas registadas após a sua criação.¹⁹

E o Banco não fica por aí! A pedido expresso do G8, que convidou em 2012 a “elaborar um índice para classificar os países quanto ao clima de negócios no setor agrícola”²⁰, o Banco desenvolveu o instrumento *Enabling the Business of Agriculture (EBA)*²¹. Financiado pela fundação de Bill e Melinda Gates, assim como pelos governos estado-unidense, inglês, dinamarquês e holandês, o EBA decalcou do *Doing Business* a sua metodologia.

Ao valorizar o acesso ao consumo de produtos não orgânicos e ao pressionar para uma agricultura sob contrato, o EBA permite às grandes multinacionais do agronegócio levar ainda mais longe a sua influência.²² A lógica defendida pelo Banco Mundial entra em total colisão com a realidade e os interesses da agricultura familiar, que ocupa 80% das explorações agrícolas nos países do Sul.

Limitado no início a um projeto piloto que abrangia 10 países voluntários, o relatório de 2016 já se tinha esticado a 40 países e ambicionava cobrir o máximo de países em tempo recorde.

Tendo em conta todos estes dispositivos, é difícil perceber em que medida o Banco Mundial se teria tornado, como ele próprio proclama, uma organização de luta contra a pobreza.

As controvérsias em torno do “Doing Business”

Mas, mais uma vez, a realidade rapidamente abalou a instituição. Além de múltiplas acusações de movimentos sociais, sindicatos e professores universitários, Paul Romer, então economista-chefe do Banco Mundial,²³ fez uma série de outras acusações, apontando, entre outras coisas, a queda de 23 posições na classificação do Chile, então presidido pela “socialista” Michelle Bachelet, e o viés ideológico (abertamente neoliberal) na metodologia e elaboração do relatório. Após ter sido chamado à ordem pelo Presidente Jim Yong Kim, Paul Romer apresentou a demissão em janeiro de 2018. Em agosto de 2020, o próprio Banco Mundial anunciou, a contragosto, a suspensão da publicação do relatório 2020, após terem sido comunicadas “uma série de irregularidades relativas a mudanças nos dados de *Doing Business* 2018 e *Doing Business* 2020, [...] publicados em 2017 e 2019, respectivamente”.²⁴ Estas mudanças não eram consistentes com a metodologia *Doing Business*.

19 World Bank Group, “*Doing Business 2014 - Understanding Regulations for Small and Medium-Size Enterprises*”, 2013.

20 “Fact sheet: G-8 action on Food Security and Nutrition”. Comunicado de imprensa, The White House, 18 maio 2012, citado em The Oakland Institute, “*Les Mythes de la Banque mondiale sur l’Agriculture et le Développement*”, 2014, p. 5.

21 World Bank Group, “*Améliorer le climat des Affaires dans l’Agriculture, Rapport d’Etape*”, 2015, p. V.

22 Rémi Vilain, “*La nouvelle révolution verte en Afrique subsaharienne*”, CADTM, dezembro/2015.

23 “Paul Romer, le très polémique économiste en chef de la Banque mondiale, démissionne”, 25 de janeiro de 2018, https://www.lemonde.fr/economie/article/2018/01/25/paul-romer-le-tres-polemique-economiste-en-chef-de-la-banque-mondiale-demissionne_5246801_3234.html.

24 Banco Mundial, “*Doing Business – Irregularidades nos Dados*”, 27/08/2020, <https://www.worldbank.org/pt/news/statement/2020/08/27/doing-business---data-irregularities-statement>.

“O Banco Mundial espezinha os direitos humanos!”

Seria razoável esperar que uma organização que pretende lutar contra a pobreza integrasse o respeito pelos direitos humanos como um dos seus critérios fundamentais de ação. No entanto, e apesar de o Banco ter a obrigação oficial de respeitar as regras do direito internacional²⁵, há mais de 76 anos que esses princípios não saem dos confortáveis gabinetes de Washington.

O Banco Mundial despreza os direitos humanos. Encara-os mais como uma doença infecciosa, do que como valores e obrigações universais (Philip Alston, relator especial da ONU sobre a pobreza extrema e os direitos humanos, 2015).²⁶

Para “justificar” esta atitude, o Banco Mundial esconde-se atrás da sua missão, que, limitando-se a considerações econômicas, o impediria de abordar noções demasiado políticas. É difícil compreender de que modo essa missão pretensamente técnica o pode colocar acima do direito internacional. De resto, o Banco Mundial não viu qualquer problema em arquitetar justificações quando se tratou de integrar questões como a corrupção, o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo ou a governança, que inicialmente não faziam parte das suas prerrogativas.

O Banco Mundial, zona sem lei

Colocando-se acima das leis, o Banco Mundial não se cansa de esbofetear os direitos humanos fundamentais dos povos do Sul. Entre inúmeros exemplos, citemos a pesquisa de campo realizado em 14 países pelo Consórcio Internacional dos Jornalistas de Investigação (ICIJ),²⁷ que revela que os projetos financiados pelo Banco obrigaram cerca de 3,4 milhões de pessoas a abandonar os seus domicílios desde 2004, por vezes com recurso a forças policiais armadas encarregadas de as expulsar. Não se trata de casos isolados, pois as instâncias da ONU e as comissões de peritos independentes não param de confirmar que vários projetos financiados pela Sociedade Financeira Internacional (SFI), que é uma das instâncias do Banco Mundial, resultaram em graves infrações aos direitos humanos: açambarcamento de terras, repressão, prisões arbitrárias ou assassinatos, a fim de fazer calar os movimentos de protesto contra certos projetos financiados pelo Banco Mundial.

25 A Comissão da ONU para os Direitos Humanos, Sociais e Culturais chamou a atenção, numa declaração oficial datada de 24 de junho de 2016, que o Banco Mundial, como qualquer outra organização internacional, tem imperativamente de respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os princípios gerais do direito internacional e os Pactos de 1966 sobre os direitos humanos. Ver: E/C.12/2016/1 “Public debt, austerity measures and the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights”. Statement by the Committee on Economic, Social and Cultural Rights.

26 Philip Alston, “Report of the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights”, A/70/274, 4/agosto/2015.

27 Xavier Counasse, “Enquête internationale: 3,4 millions de personnes expulsées par la Banque mondiale”, *Le Soir*, 16/abril/2015.

O escandaloso fiasco dos “*pandemic bonds*” do Banco Mundial

Em julho de 2020, o Banco Mundial renunciou de colocar nos mercados financeiros uma nova emissão de títulos “pandêmicos”²⁸ (*pandemic bonds* no jargão dos fundos de investimento e da imprensa financeira), depois de ter sido criticado pela sua lentidão na entrega de ajuda às nações pobres que sofriam epidemias graves.²⁹

O Banco Mundial lançou o programa “*pandemic bonds*” em 2017, no rastro da epidemia de Ébola de 2014 na África. Para que um país tivesse acesso a este programa para responder a uma epidemia, tinha de demonstrar que a epidemia tinha causado pelo menos 2.500 mortes. Em 2018, a República Democrática do Congo teve então que esperar até que a epidemia causasse bastantes estragos para poder receber assistência. Isto havia provocado fortes críticas.

O Banco Mundial emitiu esses títulos em 2017 por um montante de 320 milhões de dólares, oficialmente destinados a ajudar os países em desenvolvimento a lidar com um grave surto de doença infecciosa.³⁰

Os fundos de investimento e os bancos privados que compraram estes títulos em 2017 obtiveram lucros suculentos, porque o Banco lhes garantiu um retorno de dois dígitos, ou seja, bem mais de 10%. Os detentores desses títulos, incluindo o Baillie Gifford, um fundo de investimento escocês, Amundi (propriedade do banco francês Crédit Agricole) e Stone Ridge Asset Management, uma empresa financeira com sede em Nova Iorque, receberam pagamentos de juros que totalizaram quase 100 milhões de dólares no final de fevereiro de 2020!

Em meados de abril de 2020, mais de dois meses depois de o vírus ter começado a espalhar-se no mundo, as condições para o pagamento de quase 200 milhões de dólares foram finalmente cumpridas. Os 64 países que terão que dividir os escassos 195 milhões de dólares terão direito entre 1 milhão e 15 milhões de dólares, dependendo do seu tamanho. A maior quantia disponível, 15 milhões de dólares, foi alocada à Nigéria e ao Paquistão.

Uma segunda versão do Pandemic Emergency Financing Facility (PEF) – assim chama o banco os “títulos pandêmicos” – seria lançada este ano após o Banco Mundial ter declarado no início de 2019 que estava a fazer ajustes estruturais antes de comercializar o novo produto em ou por volta de maio de 2020. Finalmente, perante crescentes críticas, o Banco Mundial decidiu não passar para a Fase 2.

28 “World Bank Abandons Pandemic Bond Instrument After Disastrous Covid-19 Response”, Bretton Woods Project, <https://www.brettonwoodsproject.org/2020-de-outubro-de-world-bank-abandons-pandemic-bond-instrument-after-disastrous-covid-19-response/>.

29 Financial Times, “World Bank Ditches Second Round of Pandemic Bonds”, 5 de julho de 2020, <https://www.ft.com/content/949adc20-5303-494b-9cf1-4eb4c8b6aa6b> (acesso pago).

30 Aqui está o que pode ser encontrado no site do Banco Mundial: “com subscrição em julho de 2017, o seguro incluía duas classes de ativos, cada uma consistindo de títulos e swaps. A Classe A consistia de 225 milhões de dólares em títulos e 50 milhões de dólares em swaps, e a Classe B consistia de 95 milhões em títulos e 55 milhões de dólares em swaps. Os títulos foram emitidos ao abrigo do Global Bond Issuance Facility do BIRD, parte do programa de títulos com capital de risco criado em 2014, em parte para repassar o risco de desastres aos mercados de capitais”. Fonte: <https://www.bancomundial.org/es/topic/pandemics/brief/fact-sheet-pandemic-emergency-financing-facility>.

BM/FMI e a crise de 2020 no contexto da pandemia de coronavírus

Governos e grandes instituições multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e bancos regionais de desenvolvimento têm usado o pagamento da dívida pública como uma ferramenta para implementar políticas que deterioraram os sistemas de saúde pública: eliminação de postos no setor de saúde, precarização dos contratos de trabalho, supressão de leitos hospitalares, encerramento de postos de saúde, aumento do custo da saúde tanto em relação aos cuidados como aos medicamentos, subinvestimento em infraestrutura e equipamentos, privatização de vários setores de saúde, subinvestimento no setor público de pesquisa e desenvolvimento de tratamentos, em benefício dos interesses dos grandes grupos farmacêuticos privados...

Mesmo antes do surto da epidemia de Covid-19, estas políticas já haviam resultado em enormes perdas de vidas e os trabalhadores da saúde tinham organizado protestos no mundo inteiro.

Se quisermos ter os meios para combater o coronavírus e, além disso, melhorar a saúde e as condições de vida das populações, são necessárias ações de emergência. A suspensão imediata do pagamento da dívida ou, melhor ainda, a sua anulação deve ser uma prioridade.

Acontece que nem o Banco Mundial nem o FMI cancelaram dívidas desde o início da pandemia do coronavírus³¹. Estas duas instituições fizeram numerosas declarações com o objetivo de dar a impressão de que estão tomando medidas muito fortes. Isto é completamente falso. O mecanismo estabelecido pelo FMI, o BM e o G20 é muito semelhante ao mecanismo estabelecido após o tsunami que atingiu a Índia, Sri Lanka, Bangladesh e Indonésia em dezembro de 2004.³² Ao invés de cancelamento, os credores públicos estão simplesmente a adiar as datas de vencimento. Quanto ao FMI, ele não interrompe o reembolso, nem mesmo o suspende. Criou um fundo especial que é alimentado pelos países ricos e do qual o FMI retira para se reembolsar a si mesmo.

Pior ainda, desde março de 2020, o FMI prorrogou acordos de empréstimo que implicam a continuação das medidas estruturais listadas acima.

Quanto ao Banco Mundial, desde março de 2020, tem recebido mais reembolsos dos países em desenvolvimento do que concedeu sob a forma de doações ou empréstimos.

31 Milan Rivié, "6 mois après les annonces officielles d'annulation de la dette des pays du Sud: Où en est-on?", 17/092020. Disponível em: <https://www.cadtm.org/6-mois-apres-les-annonces-officielles-d-annulation-de-la-dette-des-pays-du-sud>.

32 Ver Éric Toussaint e Damien Millet, *Les Tsunamis de la dette*, Éditions Syllepse et CADTM, Paris-Liège, 2005. <https://www.cadtm.org/Les-Tsunamis-de-la-dette>.

Capítulo 25 — O Banco Mundial e a questão do respeito dos direitos humanos¹

Quando cheguei ao Banco, não estávamos autorizados a mencionar a palavra “corrupção”. Falávamos dela fazendo alusão à letra “c”. Talvez devêssemos também mencionar a letra “d” em relação aos “direitos (James Wolfensohn, 1 de março de 2004).

A questão dos direitos humanos nunca fez parte das prioridades do Banco Mundial. Nas condições impostas pelo Banco, invariavelmente um direito passava à frente dos outros: o direito individual à propriedade privada, que na prática favorecia os grandes proprietários, quer fossem indivíduos ricos ou empresas. Nas condições impostas pelo Banco não é feita referência aos direitos coletivos dos povos e indivíduos. Para o Banco Mundial, a colocar-se a questão dos direitos humanos, não é no sentido progressista, adotado pelos importantes textos das Nações Unidas. As ideologias fazem uma leitura específica desses direitos. Jean-Philippe Peemans lembra com propriedade:

De fato, na óica ocidental predominante atualmente, os direitos humanos são concebidos acima de tudo como liberdade de atuação individual, não interferência no mundo privado dos assuntos econômicos, direito de dispor livremente da propriedade e, sobretudo, não envolvimento do Estado em atos que vão contra a liberdade individual de investir tempo, capital e recursos na produção e no comércio... Para os neoliberais, as reivindicações sociais e culturais podem ser aspirações legítimas, mas nunca direitos... a visão neoliberal recusa qualquer abordagem coletiva dos direitos. O indivíduo é o único que pode reclamar direitos, da mesma forma que os violadores do direito podem apenas ser indivíduos que assumam a plena responsabilidade. Não podemos atribuir a violação do direito nem a organizações nem a estruturas.²

O Banco Mundial e o FMI apoiam-se nesse postulado para se livrarem de qualquer responsabilidade em termos de respeito pelos direitos sociais, econômicos e culturais. No entanto, esses direitos são indissociáveis dos direitos civis e políticos e é impossível respeitar os direitos individuais sem respeitar os direitos coletivos. Enquanto instituições multilaterais, é inconcebível que o Banco Mundial e o FMI não se submetam aos tratados internacionais e aos direitos, tanto individuais como coletivos, que aí são afirmados.

¹ O autor agradece a Hugo Ruiz Diaz Balbuena, cujos trabalhos são a fonte principal para a redacção deste capítulo. Trata-se principalmente do estudo inédito “Les politiques menées par les IFI et leur responsabilité pour les violations massives des droits humains suite à l'imposition des programmes d'ajustement structurel”, 3 de outubro 2004, 15 p.

² PEEMANS, Jean-Philippe (2002). *Le développement des peuples face à la modernisation du monde*. Lovaina-a-Nova/Paris, Academia Bruylant/L'Harmattan, 2002, p. 349.

A exigência de transparência e de boa governação aplica-se a todo o mundo. As IFI exigem-nas aos governos dos países endividados. No entanto, quando se trata do seu caso próprio, ignoram-nas. A exigência de avaliar as atividades realizadas e de prestar contas não deve limitar-se aos Estados, deve também aplicar-se ao setor privado e, mais intensamente, à esfera das organizações internacionais, dado que as atividades, as políticas e os programas dessas instituições têm um impacto muito importante na aplicação efetiva dos direitos humanos³. Os planos de ajuste estrutural tiveram consequências tão negativas em termos de degradação dos direitos econômicos, ambientais, sociais e culturais (particularmente para os mais vulneráveis), que devemos exigir que essas instituições respondam pelos seus atos.

O ajuste estrutural não respeita os direitos humanos

Apesar dos textos internacionais constituírem o enquadramento jurídico de proteção dos direitos humanos, o FMI e o Banco Mundial “funcionam segundo a lógica das empresas financeiras privadas e do capitalismo mundial, sem grande consideração pelos resultados sociais e políticos das suas ações”⁴.

O relatório comum, apresentado à Comissão de Direitos Humanos da ONU, pelo relator especial e consultor independente, afirma:

Durante quase 20 anos, as instituições financeiras internacionais e os governos dos países credores assumiram uma posição ambígua e destruidora, que consistiu em telecomandar as economias do Terceiro Mundo e em impor aos países mais enfraquecidos políticas econômicas impopulares, pretendendo que a pílula amarga do ajuste macroeconômico acabaria por permitir que esses países encontrassem o caminho da prosperidade e do desendividamento. Após duas décadas, em numerosos países, a situação é pior do que quando se começou a aplicar os programas de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial. Esses programas de austeridade rigorosa tiveram um custo social e ecológico considerável e em muitos países o índice de desenvolvimento humano caiu dramaticamente.⁵

De forma contundente, o relatório lembra que “o cumprimento dos direitos humanos fundamentais da população dos países devedores, em termos de alimentação, vestuário, emprego, educação, serviços de saúde e ambiente saudável, não pode ficar dependente da aplicação de políticas de ajuste estrutural e de reformas econômicas ligadas à dívida...”⁶.

As políticas impostas pelas IFI fazem depender a obrigação de respeitar os di-

3 ANGULO SANCHEZ, Nicolas. 2005. *El Derecho Humano al Desarrollo frente a la mundialización del Mercado*, p. 145

4 BENCHIKH, M., CHARVIN, R., e DEMICHEL, F. (1986). *Introduction critique au Droit international public*, p. 12. Collection Critique du droit, Presse Universitaires de Lyon.

5 ONU-CDH. *Allègement de la dette et investissement local: coordination entre l'Initiative en faveur des pays pauvres très endettés (PPTE)*, § 1. Relatório comum de Ronaldo Figueredo (relator especial) e de Fantu Cheru (consultor independente), 14 de janeiro de 2000, E/CN.4/2000/51.

6 *Idem*, § 5.

reitos humanos, inclusive a legitimidade dos governos, da aplicação dogmática dos seus programas.⁷ Na verdade, os programas de ajuste estrutural vão para além “da simples imposição de um conjunto de medidas macroeconômicas a nível interno. Elas são expressão de um projeto político, de uma estratégia deliberada de transformação social à escala mundial, cujo objetivo principal é fazer do planeta um campo de ação em que as multinacionais possam actuar com toda a segurança. Em suma, os programas de ajuste estrutural (PAS) exercem um papel “de correia de transmissão”, para facilitar o processo de mundialização, que passa pela liberalização, desregulamentação e redução do papel do Estado no desenvolvimento nacional”⁸.

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU frisou também que as políticas de ajuste estrutural têm graves repercussões na capacidade de os PED aplicarem políticas nacionais de desenvolvimento cujo objetivo principal seja o respeito pelos direitos humanos, especialmente os direitos econômicos, sociais e culturais, através da melhoria das condições de vida das populações locais.⁹

Segundo o relatório de Bernard Muho, consultor independente, as políticas de ajuste estrutural, fruto de uma política elaborada e aplicada conscientemente pelo FMI e pelo Banco Mundial, tiveram consequências extremamente negativas para os direitos econômicos, sociais e culturais, especialmente¹⁰ no que diz respeito à saúde, à educação, ao acesso à água potável, à alimentação, etc.¹¹ O mesmo especialista constata que as políticas adotadas pelas IFI foram contestadas pelos cidadãos através de movimentos de protesto, violentamente reprimidos pelos governos e poderes públicos, com o objetivo de garantirem que os planos impostos por essas instituições fossem realizados (privatização da água, da eletricidade, dos transportes públicos, dos hospitais, liberalização dos preços dos medicamentos, liberalização do preço do pão e outros bens de primeira necessidade, proteção dos interesses das multinacionais em matéria de investimento e apropriação dos recursos naturais comuns, etc.). Portanto, existe uma ligação estreita entre a violação massiva dos direitos econômicos, sociais e culturais e a violação massiva dos direitos civis e políticos.

7 Principalmente, o empobrecimento massivo de segmentos inteiros das populações dos países do Terceiro Mundo. Recorde-se que a pobreza é considerada “... como sendo um estado de negação, ou seja, de violação dos direitos humanos”. Cf. ONU-CDH, *Aplicação do Direito ao Desenvolvimento no Contexto Mundial Actual. Análise do Sexto Relatório Independente sobre o Direito ao Desenvolvimento*, § 12, E/CN.4/2004.18/4, 17 de fevereiro de 2004.

8 ONU-CDH, *Effets des politiques d'ajustement structurel sur la jouissance effective des droits de l'homme*, § 31, relatório do consultor independente Fantu Cheru, E/CN.4/1999/50.

9 *Consecuencias de las políticas de ajuste económico originadas por la deuda externa en el goce efectivo de los derechos humanos y, especialmente, en la aplicación de la Declaración sobre el derecho al desarrollo*, Resolución de la Comisión de Derechos Humanos 1999/22.

10 A violação massiva e constante dos direitos econômicos, sociais e culturais é indissociável do conjunto dos direitos humanos, porque a sua violação é acompanhada normalmente de violações graves dos direitos civis e políticos. Cf. Fierens, Jacques, “La violation des droits civils et politiques comme conséquence de la violation des droits économiques, sociaux et culturels”, *Institutions financières, l'exception aux droits humains*, Centre de Droit International de l'Université Libre de Bruxelles, dezembro de 1998, *Revue Belge de Droit International*, 1991-1.

11 ONU-CDH, *Effets des politiques d'ajustement structurel et de la dette extérieure sur la jouissance effective de tous les droits humains, en particulier des droits économiques, sociaux et culturels*, § 42, E/CN.4/2003/10.

Face a esse tipo de violação das obrigações internacionais por parte dos poderes públicos dos estados em questão, o FMI e o Banco deveriam ter recordado aos governos as suas obrigações internacionais em matéria de proteção dos direitos civis e políticos e dos direitos humanos em geral. Em vez de pararem ou suspenderem, essas instituições prosseguiram e intensificaram as suas atividades. A indiferença e o cinismo são assumidos sem complexos durante uma reunião do consultor independente com os responsáveis do FMI: “para o FMI, bloquear um programa devido a violações dos direitos humanos não era razoável”¹².

A priori, trata-se de um fato extremamente grave: essas instituições agem como se não tivessem de cumprir obrigações internacionais, respeitando apenas as decorrentes dos acordos comerciais e dos acordos sobre investimento. É evidente que essas instituições possuem objetivos precisos. Em 1999, o consultor independente designado pela Comissão de Direitos Humanos apontou, com muita justiça, o processo de mundialização e o papel das instituições financeiras como fazendo parte de uma “contrarrevolução neoliberal”¹³.

Segundo o direito internacional, tanto convencional como consuetudinário¹⁴, existem princípios e regras jurídicas básicas, que tratam da proteção internacional dos direitos humanos, cujo o âmbito se aplica a todos os sujeitos de direito internacional.

Estados, instituições financeiras internacionais e interesses privados

O Banco Mundial e o FMI não são abstrações. As decisões internas são tomadas por homens e também por algumas mulheres, que agem em nome dos seus Estados ou de grupos de Estados. Ora, esses Estados estão incontestavelmente vinculados aos documentos das Nações Unidas. Portanto, os Estados membros do Banco Mundial e do FMI têm, como todos os outros, a obrigação de respeitar os direitos humanos nas decisões que tomam no seio dessas instituições.

Convém explicar melhor. Em termos de globalização, na sequência da atividade das multinacionais, do G7 e das instituições financeiras internacionais¹⁵, os poderes públicos nacionais e locais foram deliberadamente desprovidos dos seus poderes econômicos e sociais. Os estados intervêm cada vez mais para garantirem interesses privados do que para cumprirem plenamente os direitos humanos. Para o Banco Mundial, o problema do subdesenvolvimento e da pobreza reduz-se praticamente ao fato de os poderes públicos interferirem demasiado na economia e

12 ONU-CDH, *Quatrième Rapport de l'Expert indépendant Arjun Sengupta*, § 21, E/CN.4/2002/WG.18/2/Add. 1, 5 de março de 2002.

13 ONU-CDH, *Effets des politiques d'ajustement structurel sur la jouissance effective des droits de l'homme*, § 28-30, Rapport de l'expert indépendant Fantu Cheru, E/CN.4/1999/50.

14 O direito convencional é o direito escrito cujas regras constam de convenções internacionais como o Pacto Internacional sobre Direitos econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). O direito consuetudinário é o direito não escrito, que vincula, por exemplo, a proibição de crimes contra a humanidade, crimes de agressão, os direitos dos povos aos seus recursos naturais, etc.

15 Alejandro Teitelbaum qualifica-os como sendo “instrumentos e mandatários das grandes potências e do grande capital ...”. Ver: TEITELBAUM, A. 2003. *El Papel de las sociedades transnacionales en el mundo contemporáneo*, p. 104. A.A.J., Producciones Graficas, Buenos Aires.

na sociedade, atrapalhando com frequência a atividade do setor privado. Assim, o presidente do Banco Mundial, num documento intitulado “Desenvolvimento do setor Privado”, confirma que “um crescimento gerado pelo setor privado é essencial para um desenvolvimento durável e para a redução da pobreza”¹⁶.

As instituições financeiras internacionais agarram-se aos estados. No entanto, o relatório que é submetido à Assembleia Geral da ONU afirma:

Hoje em dia, tendemos a solicitar aos governos que assumam demasiadas responsabilidades, esquecendo que a antiga concepção do papel do Estado no desenvolvimento já não se justifica... Quando nada é dito sobre as responsabilidades internacionais ou sobre o papel da economia mundial, dos seus mecanismos e instrumentos, ou ainda da sua contribuição para o sistema político atual e para o regime de governo do mundo moderno – responsabilidades que dizem respeito a esses sistemas –, imputamos aos governos os males, as dificuldades e os problemas que têm origem essencialmente na cena internacional. Ora, esse tipo de procedimento não é nem objetivo, nem justo, em particular em relação aos *países em desenvolvimento, que pouco participam nas decisões fundamentais tomadas à escala internacional e que, no entanto, são acusados de dificultarem o desenvolvimento*, quando as causas das desigualdades a nível internacional são mantidas em silêncio¹⁷

É, portanto, um erro crasso considerar os estados como os únicos responsáveis pela violação dos direitos humanos, quando da aplicação de regras comerciais multilaterais ou na sequência da aplicação de medidas impostas pelo FMI e pelo Banco.¹⁸

Essa tese tem grande repercussão no FMI e no Banco: os responsáveis pelas violações dos direitos humanos seriam de fato os Estados membros, considerados individualmente, porque são eles que decidem as políticas aplicadas pelas instituições.

Essa intenção de desresponsabilização é inconcebível em termos de direito internacional.

Tanto o FMI como o Banco Mundial como a OMC são sobretudo instituições internacionais¹⁹ no sentido estrito do termo. Enquanto tal, possuem personalidade

16 Nota do presidente do Banco Mundial, em 28 de setembro de 2004. Citado por Hugo Ruiz Diaz Balbuena em *Les politiques menées par les IFI et leur responsabilité pour les violations massives des droits humains suite à l'imposition des programmes d'ajustement structurel*, 3 de outubro de 2004, 15 p.

17 AG/ONU, *Questions relatives aux droits de l'homme: questions relatives aux droits de l'homme, y compris les divers moyens de mieux assurer l'exercice des droits de l'homme et des libertés fondamentales. La mondialisation et son incidence sur le plein exercice des droits de l'homme*, Relatório do secretário-geral, 7.08.2003, § 16-17.

18 Responsabilizar apenas os estados, na prática, significa “(...) responsabilizar as entidades executivas, enquanto as principais instituições que comandam a adoção dessas políticas ficam impunes (...)”. Cf. ONU-CDH, *La mondialisation et ses effets sur la pleine jouissance des droits de l'homme*, E/CN.4/Su.2/2003/14, par. 37.

19 Ver RIDRUEJO, J.A.P. 1998. *Cours général de Droit international public*, Recueil des Cours de l'Académie de Droit International (RCADI), tomo 274, p. 193-198.

jurídica internacional²⁰, têm órgãos próprios²¹ e são dotadas de competências pelo tratado ou acordo de base (competências de atribuição)²². E sobretudo, enquanto organizações internacionais, têm direitos e obrigações.

Em linhas gerais, nenhuma organização internacional que pretenda agir como pessoa de direito internacional, exercer as suas competências e ter personalidade jurídica internacional pode argumentar, de forma séria, que não está obrigada a respeitar as obrigações internacionais, em especial os direitos humanos.²³ Como pessoa de direito internacional, toda a organização internacional está sujeita ao direito internacional, incluindo as regras de proteção dos direitos humanos.²⁴

A declaração universal dos direitos humanos

Incluída no *corpus* do direito consuetudinário, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é, como o seu nome indica, universal. Vincula os Estados e todos os sujeitos de direito internacional nas suas ações específicas e nas suas responsabilidades. Nenhum organismo internacional pode defender-se nas suas normas internas para se considerar liberto do respeito pelos acordos internacionais ratificados pelos seus membros.²⁵

As instituições internacionais têm, portanto, a obrigação de criar condições para a plena satisfação dos direitos humanos e para o respeito, a proteção e a promoção desses mesmos direitos. Os programas de ajuste estrutural, como indicado acima, afastam-se claramente desses propósitos. Atualmente rebatizados de “estratégias de luta contra a pobreza”, consideram que o simples crescimento econômico trará desenvolvimento, o que é desmentido, entre outros, pelos relatórios anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O dito crescimento econômico, tal como é proposto pelas instituições internacionais, beneficia sobretudo as camadas mais privilegiadas da sociedade e aumenta cada vez mais a dependência do Terceiro Mundo.²⁶ Além disso, o crescimento econômico atual é fundamentalmente incompatível com a preservação do meio ambiente.

A Declaração do Direito ao Desenvolvimento

A visão do desenvolvimento defendida ferozmente pelo Banco Mundial, apesar dos seus evidentes fracassos, não é compatível com um texto também eminentemente social como é a Declaração do Direito ao Desenvolvimento, aprovada pelas Nações Unidas em 1986:²⁷

20 Cf. CIJ, *Réparation des dommages subis au service des Nations Unies* (Caso Bernadotte), Recueil, 1949, p. 174.

21 VERHOEVEN, J. 2000. *Droit international public*, Précis de la Faculté de Droit de l'UCL, p. 205. Larcier, Bruxelles.

22 COMBACAU J., Sur S. 1995. *Droit international public*, p. 731-732. Montchrestien, Paris, segunda edição.

23 E/CN.4/Su.2/2003/14, § 37.

24 DUPUY, P.M. 1995. *Droit international public*, p. 115. Dalloz, Paris, 3.^a ed.

25 MASSIAH, Gustave, in CETIM. 2005. *ONU. Droits pour tous ou loi du plus fort?*, p. 404-405.

26 ANGULO SANCHEZ, Nicolas. 2005. *El Derecho Humano al Desarrollo frente a la mundialización del Mercado*, p. 16.

27 O texto integral da declaração encontra-se no fim do capítulo.

Artigo primeiro:

1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável (...).
2. O direito humano ao desenvolvimento implica também a plena realização do direito dos povos à autodeterminação, o qual inclui (...) o exercício do seu direito inalienável à plena soberania sobre todas as suas riquezas e recursos naturais.

Artigo terceiro:

2. A realização do direito ao desenvolvimento exige o pleno respeito dos princípios de direito internacional (...).

Artigo oitavo:

1. Os Estados devem pôr em prática, a nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento (...). Devem ser levadas a cabo reformas econômicas e sociais adequadas, a fim de erradicar todas as injustiças sociais.

Foi em março de 1981 que a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas propôs ao Conselho econômico e Social o estabelecimento do primeiro grupo de trabalho sobre o direito ao desenvolvimento. Esse grupo reuniu-se uma dezena de vezes durante os anos oitenta²⁸, o que resultou na aprovação da Resolução 41/128 da Assembleia Geral da ONU, em 4 de dezembro de 1986, conhecida como a Declaração do Direito ao Desenvolvimento. Como sublinha Nicolas Angulo Sanchez:

Apenas um país ousou votar contra: os Estados Unidos, sob pretexto de a declaração ser confusa e imprecisa, recusando a relação entre desenvolvimento e desarmamento, assim como a própria ideia de transferência de recursos do Norte desenvolvido para o Sul subdesenvolvido. Oito países abstiveram-se: Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Islândia, Israel, Japão, Suécia e Grã-Bretanha, insistindo na prioridade dos direitos individuais sobre os direitos dos povos e recusando considerar que a ajuda ao desenvolvimento constitui uma obrigação de direito internacional.²⁹

A Carta das Nações Unidas e das instituições especializadas

Embora seja uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração do Direito ao Desenvolvimento, na prática, não tem o caráter vinculativo dos tratados internacionais. Mas outros textos podem assumir esse papel: a Carta das Nações Unidas (preâmbulo, parágrafo 3 do artigo 1. e os artigos 55º e 56º) é não só o documento constitutivo das Nações Unidas, mas também um tratado in-

²⁸ A década de oitenta foi realmente paradoxal: viu nascer um maravilhoso e potente instrumento de direito a nível planetário, com a adoção da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Mas foi também uma das décadas mais negativas em termos de direitos humanos e de desenvolvimento, devido ao surgimento da crise da dívida, da deterioração das trocas comerciais, do aumento das desigualdades entre os países do centro e os da periferia e no interior de cada país.

²⁹ ANGULO SANCHEZ, Nicolas. 2005. *El Derecho Humano al Desarrollo frente a la mundialización del Mercado*, p. 36-37.

ternacional, que codifica os princípios fundamentais das relações internacionais. Os dois pactos, sobre os direitos civis e políticos e sobre os direitos econômicos, sociais e culturais também são textos normativos relacionados com o direito ao desenvolvimento: todos os direitos enunciados nos pactos fazem parte do conteúdo do direito ao desenvolvimento.³⁰

Os principais textos das Nações Unidas visam tanto os direitos individuais como os direitos coletivos, o direito ao desenvolvimento como o direito à soberania política e econômica dos estados. De fato, o Banco Mundial, mas também o FMI, a OMC e as multinacionais nunca aceitaram sujeitar-se a esses textos.

Essas instituições puderam, até aqui, usufruir de uma impunidade aterradora, porque, apesar de alguns avanços interessantes, o direito atual está longe de ser perfeito. Claro que existe uma série de instrumentos e de jurisdições em matéria de crimes contra os direitos humanos individuais e de crimes contra a humanidade, mas outros crimes que fazem grande número de vítimas pelo mundo – os crimes econômicos – não foram ainda objeto de jurisdição internacional, convenção ou definição internacional.

O Banco Mundial, instituição especializada das Nações Unidas

Por outro lado, o Banco Mundial corresponde à definição de “instituições especializadas criadas por acordos intergovernamentais e dotadas, pelos seus próprios estatutos, de atribuições internacionais, que se estendem aos domínios econômico, social, da cultura intelectual e da educação, da saúde pública e de outras áreas conexas”. Assim definido, o Banco está ligado ao sistema das Nações Unidas através do Conselho econômico e Social (conhecido pela sigla inglesa ECOSOC, que actua sob a autoridade da Assembleia Geral), de acordo com o artigo 57º, parágrafo 1, da Carta das Nações Unidas.

O sistema da ONU baseia-se na cooperação internacional, principalmente na cooperação econômica e social internacionais.

De acordo com o artigo 55º, com vista à criação das condições de estabilidade e de bem-estar necessárias para assegurar relações pacíficas e amistosas entre as nações, baseadas no respeito pelo princípio da igualdade de direitos dos povos e pelo direito à autodeterminação, as Nações Unidas agirão em favor:

Da elevação dos níveis de vida, pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento da ordem econômica e social;

Da solução de problemas internacionais na área econômica, social, de saúde pública e de outros problemas conexos, da cooperação internacional em matéria de cultura e educação;

Do respeito universal e efetivo pelos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

30 Idem, p. 288.

O sistema das Nações Unidas funda-se nos seguintes princípios:

1. Igualdade soberana de todos os membros;
2. Os membros devem cumprir de boa-fé as obrigações que assumiram nos termos da Carta.

Consequentemente, de um ponto de vista histórico e ao contrário do que é proclamado, o FMI e o Banco Mundial são instituições especializadas das Nações Unidas. Nessa condição, estão sujeitas à Carta das Nações Unidas.

A questão seguinte é inevitável: o Banco Mundial e o FMI são obrigados a respeitar as obrigações contidas na Carta das Nações Unidas, incluindo a obrigação de respeitar os direitos humanos?

O Tribunal Internacional de Justiça evocou adequadamente esse aspecto nos casos Barcelona Traction e Timor Leste³¹: os estatutos do Banco Mundial são transversalmente inspirados pelas obrigações decorrentes do direito consuetudinário, em particular as obrigações *erga omnes* e as regras de *jus cogens*. Essas obrigações, designadas também por *direito imperativo*, dizem respeito a regras de direito internacional. Qualquer que seja a sua natureza, são sempre juridicamente obrigatórias e a sua violação acarreta consequências jurídicas específicas em termos de obrigações e de direitos delas decorrentes. É o que acontece, por exemplo, com os princípios soberanos da igualdade dos Estados, da interdição do uso da força, da interdição da tortura e do desaparecimento forçado de pessoas, tendo todos caráter imperativo. As regras de *jus cogens* são parte integrante da ordem pública internacional, à qual nenhum sujeito pode escapar, tendo ou não ratificado os tratados ou convenções internacionais. As obrigações *erga omnes*, muito semelhantes às de *jus cogens*, dizem respeito, como frisa o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), à obrigação jurídica (melhor dizendo, à obrigação de prevenção e de repressão) a que estão vinculados todos os sujeitos de direito internacional, devido à importância dos direitos em jogo, de proteger esses direitos, em particular a obrigação de respeitar e fazer respeitar os direitos humanos sempre e em qualquer circunstância.

Se é verdade que o Banco Mundial e o FMI são independentes da ONU, no que diz respeito à forma de funcionar, compete-lhes respeitar os direitos humanos e o direito consuetudinário em geral.

As IFI devem respeitar essa obrigação na elaboração e execução das suas políticas: nenhum sujeito de direito internacional pode eximir-se dessas obrigações, invocando a ausência de mandato explícito ou argumentando com a “não politização” ou, menos ainda, fazendo uma interpretação restritiva dos direitos econômicos, sociais e culturais, como sendo menos vinculativos do que os direitos civis e políticos.

31 TIJ, Recueil, 1970, e TIJ, Recueil, 1996.

Esse último aspecto foi bem sublinhado por Eric David, que afirma o seguinte em relação ao direito aplicável ao FMI:

Os direitos mais especificamente relacionados com uma situação de degradação econômica e social são os direitos econômicos, sociais e culturais. Tal situação ameaça, de fato, o usufruto desses direitos por estratos mais ou menos abrangentes da população. Além disso, não é exagero dizer-se que as situações de extrema pobreza levam à violação de quase todos os direitos econômicos, sociais e culturais...³²

O autor citado continua:

Se os direitos afetados pelas PAS são a priori direitos econômicos e sociais, pode acontecer, por ricochete, que a ameaça a esses direitos provoque também uma violação dos direitos civis e políticos das pessoas envolvidas.³³

Conclusão

Tanto o Banco Mundial como o FMI não podem invocar o seu “direito constitucional”, no sentido de escaparem à obrigação de protegerem os direitos humanos, com o pretexto de que as suas decisões devem ser orientadas exclusivamente por considerações de ordem econômica.

É importante frisar que as políticas adotadas pelas instituições de Bretton Woods, cujo alcance é muito abrangente, têm repercussões diretas na vida e nos direitos fundamentais dos povos.³⁴

Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento³⁵

A Assembleia Geral,

Tendo presente os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas relativos à realização da cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e promovendo e estimulando o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;

Reconhecendo que o desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa a melhoria constante do bem-estar

32 DAVID, E. 1999. “Conclusions de l’atelier juridique: les institutions financières internationales et le droit international”, § 2, in *Les institutions financières internationales et le droit international*. ULB, Bruylant.

33 I dem, § 4.

34 Cf. ONU-CDH, *Effets des politiques d’ajustement structurel et de la dette extérieure sur la jouissance effective de tous les droits humains, en particulier des droits économiques, sociaux et culturels*, E/CN.4/2003/10. Análise do caso da Bolívia.

35 Aprovada na resolução 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986. Texto integral consultado em agosto/2020 em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>.

de toda a população e de todos os indivíduos com base na sua participação ativa, livre e significativa no processo de desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios dele derivados,

Considerando que, ao abrigo das disposições da Declaração Universal dos Direitos do Homem, toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e liberdades enunciados nessa Declaração,

Recordando as disposições do Pacto Internacional sobre os Direitos econômicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos,

Recordando ainda os pertinentes acordos, convenções, resoluções, recomendações e outros instrumentos das Nações Unidas e suas agências especializadas relativos ao desenvolvimento integral do ser humano, ao progresso e desenvolvimento econômico e social de todos os povos, incluindo os instrumentos relativos à descolonização, prevenção da discriminação, respeito e observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais, manutenção da paz e segurança internacionais, e reforço da promoção das relações amistosas e da cooperação entre os Estados em conformidade com a Carta,

Recordando o direito dos povos à autodeterminação, em virtude do qual determinam livremente o seu estatuto político e prosseguem livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural,

Recordando também o direito dos povos a exercer, sem prejuízo das disposições pertinentes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, a plena e completa soberania sobre todas as suas riquezas e recursos naturais,

Consciente da obrigação dos Estados ao abrigo da Carta de promover o respeito e a observância universais dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer outra situação,

Considerando que a eliminação das violações massivas e flagrantes dos direitos humanos dos povos e indivíduos afetados por situações como as que resultam do colonialismo, neocolonialismo, apartheid, todas as formas de racismo e discriminação racial, domínio e ocupação estrangeira, agressão e ameaças à soberania nacional, à unidade nacional e à integridade territorial, e ameaças de guerra, contribuiria para a criação de condições propícias ao desenvolvimento de grande parte da Humanidade,

Preocupada com a existência de sérios obstáculos ao desenvolvimento, bem como à completa realização dos seres humanos e dos povos, consubstanciados, nomeadamente, na negação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e considerando que todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes e que, para promover o desenvolvimento, dever-se-á prestar igual atenção e

considerar urgentemente a realização, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e que, nesta conformidade, a promoção, o respeito e o gozo de certos direitos humanos e liberdades fundamentais não pode justificar a negação de outros direitos humanos e liberdades fundamentais,

Considerando que a paz e a segurança internacionais são elementos essenciais para a realização do direito ao desenvolvimento,

Reafirmando que existe uma estreita ligação entre o desarmamento e o desenvolvimento e que o progresso na área do desarmamento promoveria consideravelmente o progresso na área do desenvolvimento, e que os recursos liberados pelas medidas de desarmamento devem ser afetos ao desenvolvimento econômico e social e ao bem-estar de todos os povos e, em particular, dos povos dos países em vias de desenvolvimento,

Reconhecendo que a pessoa humana é o sujeito central do processo de desenvolvimento e que a política de desenvolvimento deve assim fazer com que o ser humano seja o principal ator e beneficiário do desenvolvimento,

Reconhecendo que a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento dos povos e indivíduos constitui, primordialmente, uma responsabilidade dos seus Estados,

Consciente de que os esforços empreendidos a nível internacional para promover e proteger os direitos humanos devem ser acompanhados por esforços destinados a estabelecer uma nova ordem econômica internacional,

Confirmando que o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável e que a igualdade de oportunidades para o desenvolvimento constitui uma prerrogativa tanto das nações como dos indivíduos que as compõem,

Proclama a seguinte Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento:

Artigo 1º

1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual todos os seres humanos e todos os povos têm o direito de participar, de contribuir e de gozar o desenvolvimento econômico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais se possam plenamente realizar.

2. O direito humano ao desenvolvimento implica também a plena realização do direito dos povos à autodeterminação, o qual inclui, sem prejuízo das disposições pertinentes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício do seu direito inalienável à plena soberania sobre todas as suas riquezas e recursos naturais.

Artigo 2º

1. A pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e deve participar ativamente e beneficiar do direito ao desenvolvimento.

2. Todos os seres humanos têm responsabilidades no desenvolvimento, individual e coletivamente, tendo em conta a necessidade de um pleno respeito dos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como os seus deveres para com a comunidade, único âmbito no qual se pode alcançar a livre e completa realização do ser humano, e devem assim promover e proteger uma ordem política, social e econômica favorável ao desenvolvimento.

3. Os Estados têm o direito e o dever de formular políticas nacionais de desenvolvimento adequadas que visem uma constante melhoria do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base na sua participação ativa, livre e significativa no processo de desenvolvimento e numa justa distribuição dos benefícios dele derivados.

Artigo 3º

1. A responsabilidade primordial pela criação de condições nacionais e internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento incumbe aos Estados.

2. A realização do direito ao desenvolvimento exige o pleno respeito dos princípios de direito internacional relativos às relações amistosas e à cooperação entre Estados em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

3. Os Estados têm o dever de cooperar reciprocamente para assegurar o desenvolvimento e eliminar os obstáculos que se lhe colocam. Os Estados devem exercer os seus direitos e cumprir os seus deveres de forma a promover uma nova ordem econômica internacional baseada na igualdade soberana, na interdependência, no interesse mútuo e na cooperação entre todos os Estados, assim como a encorajar a observância e a realização dos direitos humanos.

Artigo 4º

1. Os Estados têm o dever de tomar providências, individual e coletivamente, para a formulação de políticas internacionais de desenvolvimento destinadas a facilitar a plena realização do direito ao desenvolvimento.

2. É necessária uma ação sustentada para promover um mais rápido desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento. Como complemento dos esforços destes países, é essencial uma cooperação internacional efetiva para os dotar dos meios e instrumentos adequados para fomentar o seu desenvolvimento integral.

Artigo 5º

Os Estados deverão dar passos decididos do sentido da eliminação das violações massivas e flagrantes dos direitos humanos dos povos e seres humanos afetados por situações como as que resultam do apartheid, de todas as formas de racismo e discriminação racial, do domínio e ocupação

estrangeira, da agressão, da ingerência estrangeira e de ameaças à soberania nacional, à unidade nacional e à integridade territorial, de ameaças de guerra e da recusa em reconhecer o direito fundamental dos povos à autodeterminação.

Artigo 6º

1. Todos os Estados devem cooperar com vista à promoção, ao fomento e ao reforço do respeito e da observância universais de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos sem qualquer distinção quanto à raça, ao sexo, à língua ou à religião.
2. Todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes; deve ser prestada igual atenção e urgentemente considerada a realização, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.
3. Os Estados devem tomar providências para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento resultantes da inobservância dos direitos civis e políticos, bem como dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Artigo 7º

Todos os Estados devem promover o estabelecimento, a manutenção e o reforço da paz e da segurança internacionais e, para este efeito, devem envidar todos os esforços para alcançar um desarmamento geral e completo sob efetivo controle internacional, assim como para garantir que os recursos libertados por medidas eficazes de desarmamento sejam utilizados em prol de um desenvolvimento integral, em particular dos países em vias de desenvolvimento.

Artigo 8º

1. Os Estados devem pôr em prática, a nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento e deverão assegurar, nomeadamente, a igualdade de oportunidades para todos no acesso aos recursos básicos, à educação, aos serviços de saúde, à alimentação, à habitação, ao emprego e a uma justa distribuição dos rendimentos. Devem ser adotadas medidas eficazes para garantir que as mulheres desempenhem um papel ativo no processo de desenvolvimento. Devem ser levadas a cabo reformas econômicas e sociais adequadas a fim de erradicar todas as injustiças sociais.
2. Os Estados devem encorajar a participação popular em todas as áreas enquanto fator importante para o desenvolvimento e para a plena realização de todos os direitos humanos.

Artigo 9º

1. Todos os aspectos do direito ao desenvolvimento enunciados na presente Declaração são indivisíveis e interdependentes, e cada um deles deve ser considerado no contexto do conjunto de todos eles.
2. Nenhuma disposição da presente Declaração deverá ser interpretada de forma contrária aos objetivos e princípios das Nações Unidas, ou de forma a implicar que qualquer Estado, grupo ou pessoa tem o direito de se envolver em qualquer atividade ou de praticar qualquer ato que vise a violação dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos.

Artigo 10º

Devem ser tomadas providências a fim de garantir o pleno exercício e o progressivo reforço do direito ao desenvolvimento, incluindo a formulação, adoção e aplicação de medidas políticas, legislativas e de outra natureza a nível nacional e internacional.

Capítulo 26 — Para acabar com a impunidade do Banco Mundial

É possível levar à justiça o Banco Mundial?

Ao contrário de uma ideia bastante disseminada, o Banco Mundial não dispõe de imunidade enquanto instituição com estatuto jurídico de empresa. A seção 3 do artigo IV dos seus estatutos (*articles of agreement*) prevê explicitamente que o Banco pode ser levado à justiça sob certas condições. Pode ser julgado por uma instância de justiça nacional em países onde possui uma representação ou em país onde emite títulos.¹

A possibilidade de processar o Banco Mundial foi prevista desde a sua fundação, em 1944, e nunca foi modificada, pela simples e boa razão de que os países que o fundaram consideraram que nunca conseguiriam vender os títulos do Banco se não garantissem aos compradores a possibilidade de recorrer à justiça em caso de falta de pagamento. O Banco financia os empréstimos que concede aos seus membros (países membros) contraindo empréstimos (via emissão de títulos – bonds) nos mercados financeiros. No início, esses títulos eram adquiridos por grandes bancos privados, principalmente norte-americanos. Atualmente outras instituições, incluindo fundos de pensões e sindicatos, também adquirem esses títulos.

É por isso que existe uma diferença fundamental entre o estatuto do Banco Mundial e o FMI, do ponto de vista da imunidade. O Banco Mundial não beneficia de imunidade, pois recorre aos serviços bancários e aos mercados financeiros em geral. Nenhum banqueiro daria crédito ao Banco Mundial se ele fosse imune. O FMI, pelo contrário, pode recorrer à imunidade, pois financia os seus próprios créditos, com base nas quota-partes desembolsadas pelos seus membros. Não é por razões humanitárias que a imunidade não é concedida ao Banco Mundial, mas sim para oferecer garantias aos financiadores.

Então é perfeitamente possível apresentar queixa contra o Banco Mundial em numerosos países (quase 100) onde dispõe de escritórios. É possível em Jacarta ou em Díli, capital de Timor Leste, tal como em Kinshasa, Bruxelas, Moscou ou Washington, onde o Banco tem representação, além de outros países.

O Banco Mundial tenta impedir que as suas vítimas apresentem queixas, recorrendo a acordos bilaterais com os governos nacionais, de modo a que estes se comprometam a não recorrer à justiça. Esses governos são submetidos a pressões vindas do Banco, no sentido de levantarem entraves a qualquer tentativa de queixa contra o Banco, o que é absolutamente escandaloso e nenhum juiz honesto devia

1 Seção 3, artigo VII: “Só poderão ser intentadas ações contra o Banco em tribunal jurisdicional competente nos territórios de um membro onde o Banco possua um departamento ou onde tenha nomeado um representante com o fim de aceitar citações ou notificações judiciais ou onde tenha emitido ou garantido títulos.”

aceitar.²

Uma observação importante: nenhuma instituição, *nenhum sujeito de direito internacional* e nenhum indivíduo dispõe de imunidade se estiver implicado em crimes contra a humanidade. Além disso, não há prescrição. No que diz respeito a crimes contra a humanidade, o FMI e o Banco Mundial podem ser levados a tribunal.

Por que apresentar queixa?

Desde que o Banco Mundial concede empréstimos³, uma grande parte deles serviu para colocar em prática políticas que prejudicaram centenas de milhões de cidadãos e cidadãs. O que é que isso significa? O Banco privilegiou sistematicamente empréstimos destinados a grandes infraestruturas, tais como: barragens⁴; investimentos em indústrias extrativas de matérias-primas (por exemplo, minas a céu aberto e construção de inúmeros gasodutos⁵); políticas agrícolas que favorecem a exportação e provocam o abandono da agricultura de subsistência e a perda de segurança e soberania alimentar; a construção de centrais térmicas, grandes consumidoras de florestas tropicais.

Além disso, o Banco Mundial socorreu inúmeras vezes regimes ditatoriais claramente responsáveis por crimes contra a humanidade: as ditaduras do Cone Sul da América Latina, entre os anos sessenta e os anos oitenta, numerosas ditaduras na África (Mobutu, de 1965 até a sua queda em 1997; o regime do apartheid na África do Sul), os regimes do antigo bloco soviético, tais como a ditadura de Ceausescu na Romênia, as ditaduras no Sudeste Asiático e no Extremo Oriente, tais como a de Marcos nas Filipinas de 1972 a 1986, de Suharto na Indonésia de 1965 a 1998, os regimes ditatoriais da Coreia do Sul (1961-1981), da Tailândia (1966-1988), a ditadura de Ben Ali na Tunísia (1987-2011), a de Moubarak no Egito (1981-2011) e, atualmente no Egito, a ditadura de Abdu Fatah Al-Sisi.

Além disso, o Banco contribuiu, em conjunto com outros intervenientes, para sistematicamente desestabilizar os governos progressistas e democráticos, suprimindo-lhes toda o tipo de ajuda: o governo de Soekarno na Indonésia até à sua queda em 1965, o governo de Juscelino Kubitchek (1956-1960) e depois o de João Goulart no Brasil (1961-1964, finalmente derrubado por um golpe militar), o governo de Salvador Allende (1970-1973) no Chile...

Não nos esqueçamos dos empréstimos que o Banco concedeu às metrópoles

2 Marrocos é um bom exemplo da cumplicidade entre os governos e o Banco Mundial. Ver Najib Akesbi, no site do CADTM: "Processo dos procuradores marroquinos contra o Banco Mundial", abril de 2014, <https://www.cadtm.org/Proces-de-chercheurs-marocains-et-Comment-rendre-la-Banque-mondiale-responsable-de-ses-actes-devant-la-justice?>, maio de 2015, <https://www.cadtm.org/Comment-rendre-la-Banque-mondiale>.

3 O primeiro empréstimo remonta a 1947.

4 Segundo o relatório da Comissão sobre as grandes barragens, de 60 a 80 milhões de pessoas foram deslocadas após a construção de grandes barragens. Em diversos casos, os direitos dessas pessoas em termos de indemnização e reinstalação não foram respeitados.

5 Segundo relatório da Comissão sobre as Indústrias Extrativas, vindo a público em dezembro de 2003, uma grande parte dos projetos financiados pelo Banco Mundial teve efeitos negativos nas populações e países envolvidos.

coloniais (Bélgica, Grã-Bretanha, França...) para exploração de recursos naturais nos países que ocuparam até aos anos sessenta e que foram acrescentados à dívida externa dos Estados, quando estes se tornaram independentes. Por exemplo, o reembolso da dívida contraída pela Bélgica em nome do Congo Belga teve de ser assumido pelo Congo independente. Aconteceu o mesmo com o Quênia, Uganda, Nigéria, Gabão, Mauritânia, Argélia, Somália em relação às dívidas contraídas pelos governos das potências coloniais.

É preciso mencionar ainda os empréstimos destinados aos ajustes estruturais, concedidos pelo Banco desde os anos oitenta. Esses empréstimos não se destinam a projetos econômicos precisos: visam permitir a implementação de políticas globais, cuja finalidade é a abertura total das economias dos países “beneficiados” pelos investimentos e pelas importações, provenientes principalmente dos acionistas do Banco. O Banco apoia, assim, uma política de desnacionalização dos países sob assistência, que favorece os interesses de uma parte dos seus membros e de meia dúzia de potências industriais, cujas opções se impõem à maioria dos habitantes e dos países do Planeta. A natureza nociva, tanto das terapias estruturais como das terapias de “choque”, está patente nas múltiplas e sucessivas crises após o Efeito Tequila, que afetou o México em 1994. As novas prioridades do Banco, como a privatização da água e da terra, combinadas com a sua recusa de aplicar as recomendações da comissão independente das indústrias extrativas, mostram claramente que a orientação do Banco não melhorou e que novas catástrofes sociais estão em curso e em preparação, em suma, potentes tsunamis provocados pela intervenção catastrófica do Banco Mundial!

Quem pode apresentar queixa?

Podemos imaginar que associações, representando os interesses das pessoas afetadas pelos empréstimos do Banco Mundial ou pelo apoio deste aos regimes ditatoriais, se constituam como assistentes e apresentem queixa nos tribunais nacionais contra o Banco. Podemos imaginar também que os detentores dos títulos do Banco – não apenas banqueiros, mas também sindicatos – apresentem queixa contra o Banco pelo uso que este fez do dinheiro que lhe foi emprestado. O resultado positivo desses processos não é garantido, mas não vemos porque razão as associações de cidadãos não iriam exercer esse direito para conseguirem que o Banco assumira as suas responsabilidades. É inconcebível que a natureza nefasta dos atos de uma instituição como o Banco não seja um dia penalizada por decisão judicial.

Por que razão esses procedimentos só recentemente foram acionados?

A disposição dos estatutos do Banco Mundial (artigo VII, seção 8), que concede imunidade aos dirigentes e funcionários no exercício das suas funções, ocultou no passado a possibilidade de queixa contra o Banco enquanto pessoa coletiva (artigo VII, seção 3, ver nota 1 do presente texto). Ora, é mais importante fazer

render contas ao Banco, enquanto instituição, do que fazê-lo em relação aos seus executantes. Pode-se também acrescentar que, segundo a mesma disposição (artigo VII, seção 8), o Banco pode, por sua iniciativa própria, suspender a imunidade de que beneficiam os seus dirigentes e funcionários. Pode-se também conceber a interposição de uma queixa contra os altos dirigentes do Banco, após terem cesado funções.

Um outro elemento para explicar a ausência de processos contra o Banco reside no fato de se ter levado muito tempo a compreender o caráter sistemático e generalizado das práticas lesivas do Banco. Muitas vezes, o Banco não surge em primeiro plano, porque são os governos nacionais, que assumem, perante os cidadãos, as políticas exigidas pelo Banco Mundial.

Nos últimos anos foram instaurados vários processos contra o Banco Mundial, em especial contra a Sociedade Financeira Internacional (SFI) – a estrutura do grupo consagrada ao setor privado –, por grupos de vítimas. Em 2017, camponeses hondurenhos apresentaram queixa contra dois representantes do grupo Banco Mundial, por terem encorajado violações graves dos direitos humanos, ao financiarem as atividades de uma companhia produtora de óleo de palma, que recorria ao assassinato de quem se opunha aos projetos.

Em 2019 as populações de 13 aldeias do Oeste da Guiné-Conacri apresentaram queixa contra a SFI, pelo financiamento de uma mina de bauxita nociva. A queixa apresentada ao mediador independente da SFI destaca as violações sistemáticas das normas ambientais e sociais: confisco de terras, destruição do ambiente e dos meios de subsistência.⁶

Em 2012 os pescadores e agricultores do Guzerate (Índia) recorreram ao mesmo mediador para denunciar a Mundra Ultra Mega Power Project, uma central térmica que utiliza carvão extraído das camadas sub-betuminosas, provocando a degradação da qualidade do ar e das condições de existência. Face à recusa da SFI de acatar as conclusões do seu próprio mediador, as vítimas apresentaram queixa na justiça norte-americana. Como acontece em todos os processos judiciais, a SFI tentou convencer a justiça dos EUA que goza de imunidade. Felizmente, em fevereiro de 2019, o Supremo Tribunal norte-americano levantou a imunidade que o banco pretendia fazer valer contra os prejuízos causados pelas suas atividades comerciais. Foi o primeiro revés sofrido por esta instituição que despreza o direito internacional.⁷

6 Os documentos da queixa estão disponíveis em: https://www.inclusivedevelopment.net/wp-content/uploads/2019/02/CBG_CAO_Request-for-Mediation_FINAL-FRE.pdf.

7 Ver: Sushovan Dar, "Un jugement de la Cour suprême des Etats-Unis défie l'immunité incontestée de la Banque mondiale", abril/2019 : <http://www.cadtm.org/Un-jugement-de-la-Cour-supreme-des-Etats-Unis-defie-l-immunite-incontestee-de>.

A convenção das Nações Unidas de 1947 não concede imunidade total às agências especializadas da ONU, das quais o Banco Mundial faz parte?

Em 21 de novembro de 1947 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma convenção sobre os privilégios e imunidades das suas instituições.⁸ O artigo 10º da convenção, seção 37, referente aos anexos e à aplicação da Convenção a cada instituição especializada, determina que a Convenção “tornar-se-á aplicável a uma instituição especializada quando esta tiver transmitido ao secretário-geral das Nações Unidas o texto final do anexo que lhe diz respeito e o tiver notificado sobre a sua aceitação das cláusulas padrão modificadas pelo anexo (...)”. O Banco não devolveu a sua cópia.

O anexo VI refere-se ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (portanto o Banco Mundial). E que vemos? O Banco conseguiu incluir aí a parte dos seus estatutos onde se especifica em que circunstâncias perde imunidade! Portanto, o Banco preferiu, no âmbito da Nações Unidas, permanecer com o seu estatuto de Banco, em lugar de aproveitar a imunidade das agências da ONU. Eis o texto em questão:

A convenção (inclusive o presente anexo) aplicar-se-á ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (abaixo designado sob a forma de “Banco”) no âmbito das seguintes disposições: 1. o texto seguinte substituirá o da seção 4: “o Banco só poderá ser acionado legalmente perante um tribunal com jurisdição sobre os territórios dos países membros onde o Banco possua sucursal, onde tenha nomeado agente para receber pagamentos ou ordens de pagamento, ou onde tenha emitido ou garantido títulos mobiliários.

Portanto, é possível levar o Banco Mundial à justiça, ao abrigo da Convenção das Nações Unidas de 1947 e dos seus anexos.

⁸ No artigo 1.º da Convenção intitulada “definições e campo de aplicação”, seção 1, as instituições especializadas, que são nominalmente citadas, são as seguintes: a Organização Internacional do Trabalho, a Organização da Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, a Organização Mundial de Saúde, a União Postal Universal, a União Internacional de Telecomunicações.

Capítulo 27 — Em defesa da abolição e da substituição do Banco Mundial, do FMI e da OMC

Este capítulo faz o balanço do FMI e do Banco Mundial e propõe a sua abolição (juntamente com a OMC). O objetivo proposto consiste em substituí-los por novas instituições, no âmbito de uma nova arquitetura internacional democrática.

1) Desde a sua criação em 1944, o Banco Mundial e o FMI apoiaram ativamente todas as ditaduras e todos os regimes corruptos aliados dos Estados Unidos.

2) Espezinharam a soberania dos Estados, violando flagrantemente o direito dos povos à autodeterminação, devido às condições que impõem. Tais condições têm empobrecido a população, aprofundado as desigualdades, entregado os países nas mãos das multinacionais e alterado a legislação dos Estados (reforma profunda das leis laborais, dos códigos mineiros e florestais, revogação dos acordos coletivos, etc.) a favor dos credores e “investidores” estrangeiros.

3) Apesar de terem detectado desvios em grande escala, o BM e o FMI mantiveram ou mesmo aumentaram a concessão de empréstimos a regimes corruptos e ditatoriais, aliados das potências ocidentais (ver o caso emblemático do Congo-Zaire de Mobutu após o relatório Blumenthal em 1982).

4) Ajudaram financeiramente a ditadura de Habyarimana no Ruanda até 1992, o que lhe permitiu quintuplicar os efetivos do seu exército. As reformas econômicas que impuseram em 1990 desestabilizaram o país e agravaram as desigualdades latentes. O genocídio, preparado desde finais dos anos oitenta pelo regime de Habyarimana, foi perpetrado a partir de 6 de abril de 1994, matando cerca de um milhão de pessoas entre a etnia Tutsi (e os Hutus moderados). Posteriormente, o Banco Mundial e o FMI exigiram, às novas autoridades ruandesas, o reembolso da dívida contraída pelo regime genocida.¹

5) Apoiaram regimes ditatoriais do outro lado da Cortina de Ferro (a Romênia entre 1973 e 1982, a China, a partir de 1980), com o objetivo de enfraquecer a URSS, antes do seu colapso em 1991.

6) Apoiaram as piores ditaduras, até serem derrubadas. Exemplos: o apoio emblemático a Suharto na Indonésia, de 1965 a 1998, a Marcos nas Filipinas, de 1972 a 1986, a Ben Ali na Tunísia e a Mubarak no Egito, até ambos caírem em 2011.

7) Sabotaram ativamente as experiências democráticas e progressistas: de Jacobo Arbenz na Guatemala e de Mohammad Mossadegh no Irão entre 1953 e 1954, de João Goulart no Brasil no início dos anos sessenta, dos sandinistas na

¹ Éric Toussaint, *A Bolsa ou a Vida: a Dívida Externa do Terceiro Mundo*, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002, cap. 15, parte 2, “Ruanda: os credores do genocídio”, p. 284-290.

Nicarágua na década de oitenta, não esquecendo Salvador Allende no Chile, entre 1970 e 1973; a lista completa é muito mais longa.

8) O Banco Mundial e o FMI exigiram dos povos, vítimas dos tiranos que eles financiaram, o reembolso das dívidas odiosas que esses regimes autoritários e corruptos contraíram.

9) Da mesma forma, o Banco Mundial e o FMI exigiram aos países que alcançaram a independência, no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, que pagassem as dívidas odiosas contraídas pelas antigas potências coloniais para os colonizarem. Foi o que aconteceu, em particular, no caso da dívida colonial contraída pela Bélgica junto do Banco Mundial com o objetivo de completar a colonização do Congo na década de cinquenta. Recorde-se que esse tipo de transferências, de dívidas coloniais, é proibido pelo direito internacional.

10) Nos anos sessenta, o Banco Mundial e o FMI apoiaram financeiramente países como a África do Sul e o *apartheid*, e Portugal que mantinha sob o seu jugo as colônias na África e no Pacífico, numa altura em que ambos os países eram objeto de um boicote financeiro internacional imposto pela ONU. O Banco Mundial apoiou países que anexaram outros pela força (a anexação de Timor Leste pela Indonésia em 1975).

11) Em termos de meio ambiente, o Banco Mundial continua a desenvolver uma política produtivista e extrativista desastrosa para os povos e nefasta para a natureza. Financia massivamente a construção de centrais térmicas a base de carvão, que têm efeitos desastrosos: poluição e mudanças climáticas. Conseguiu além disso interferir na gestão do mercado de licenças de emissões poluentes. O Banco Mundial financia além disso a construção de grandes barragens que produzem enormes estragos ambientais. O Banco Mundial favorece o agronegócio contra a agricultura camponesa, apoia a utilização massiva de pesticidas, de fertilizantes químicos responsáveis pela perda dramática da biodiversidade e pelo empobrecimento dos solos. Favorece a privatização e a comercialização de terras em proveito dos grandes proprietários.

12) O Banco Mundial financiou projetos que violam de forma flagrante os direitos humanos. Entre os projetos diretamente apoiados pelo Banco Mundial, podemos destacar o projeto “transmigração” na Indonésia (1970-1980), em que várias componentes podem ser equiparadas a crimes contra a humanidade (destruição do ambiente natural dos povos indígenas, deslocação forçada de populações). Nos anos 2000, o Banco Mundial financiou, na íntegra, na República Democrática do Congo, a operação erroneamente denominada “saída voluntária”, uma operação de despedimento que violou os direitos de 10.655 trabalhadores da Gécamines, empresa de serviços de mineração localizada no Katanga. Esses trabalhadores esperam ainda que lhes sejam pagos os salários em atraso e os subsídios previstos pelo direito congolês.

13) O Banco Mundial e o FMI favoreceram o surgimento de fatores que pro-

porcionaram a crise da dívida que eclodiu em 1982. Em resumo: a) o Banco Mundial e o FMI fizeram com que vários países se endividassem em condições que provocaram o sobreendividamento; b) levaram, ou melhor, forçaram, vários países a abandonar o controle sobre os movimentos de capitais e sobre o câmbio, acentuando a volatilidade do capital e facilitando bastante a sua fuga; c) levaram vários países a abandonar a industrialização e o modelo de substituição de importações, favorecendo o modelo baseado na promoção de exportações.

14) Esconderam perigos que tinham eles próprios detectado (sobreendividamento, crise de pagamentos, transferências líquidas negativas...).

15) Desde que a crise eclodiu, em 1982, o Banco Mundial e o FMI favoreceram sistematicamente os credores e fragilizaram os devedores.

16) O Banco Mundial e o FMI recomendaram, ou melhor, impuseram políticas que fizeram com que os povos pagassem a fatura da crise da dívida, favorecendo os mais poderosos.

17) O BM e o FMI promoveram a “generalização” de um modelo econômico que aumentou sistematicamente as desigualdades internas e entre países.

18) Nos anos noventa, o BM e o FMI, com a cumplicidade dos governos, entenderam as políticas de ajuste estrutural à maioria dos países da América Latina, África, Ásia, Europa Central e Europa de Leste (incluindo a Rússia).

19) Nestes últimos países, as privatizações em massa foram realizadas em detrimento do bem comum e enriqueceram de maneira colossal um pequeno conjunto de oligarcas.

20) Reforçaram o poder das grandes empresas privadas e enfraqueceram os poderes públicos e a situação dos pequenos produtores. Agravaram a exploração dos trabalhadores e aumentaram a precariedade. Fizeram o mesmo com os pequenos produtores.

21) A sua retórica de luta pela redução da pobreza não conseguiu esconder uma política concreta que reproduzia e reforçava as causas da pobreza.

22) A liberalização do fluxo de capitais, que sistematicamente favoreceram, reforçou a evasão fiscal, a fuga de capitais, a corrupção.

23) A liberalização das trocas comerciais reforçou as economias dominantes e fragilizou as economias dominadas. A maioria dos pequenos e médios produtores dos países em desenvolvimento não tinha uma estrutura capaz de resistir à concorrência das grandes empresas, quer do Norte quer do Sul.

24) O Banco Mundial e o FMI atuaram em concertação com a OMC (Organização Mundial do Comércio), a Comissão Europeia e os governos cúmplices, no sentido de imporem uma agenda radicalmente oposta à satisfação dos direitos humanos fundamentais.

25) Logo que a crise atinge a União Europeia, o FMI surge, na primeira linha, para impor aos povos grego, português, irlandês, cipriota... políticas que tinham já tinham sido impostas aos povos dos países em desenvolvimento, da Europa Cen-

tral e da Europa de Leste, nos anos noventa.

26) O Banco Mundial e o FMI, que pregam a boa governança nos seus relatórios, ocultam no seu seio condutas duvidosas.

27) As duas instituições contribuíram sistematicamente para o enfraquecimento do serviço de saúde pública. Esta fraqueza diminuiu a capacidade dos poderes públicos e dos povos para enfrentarem as doenças tradicionais – como a malária ou a tuberculose –, assim como as novas epidemias caso do covid-19.

28) As duas instituições mantêm a maior parte dos países à margem, embora esses países constituam a maioria dos seus membros, privilegiando assim os governos dos países ricos.

29) Resumindo, o Banco Mundial e o FMI constituem instrumentos despóticos nas mãos de uma oligarquia internacional (um punhado de grandes potências e multinacionais) que reforça o sistema capitalista internacional, que destrói a humanidade e o meio ambiente.

30) É necessário denunciar as atitudes nefastas do Banco Mundial e do FMI, a fim de lhes pôr termo. As dívidas cujo pagamento essas instituições exigem devem ser anuladas e essas instituições, bem como os seus dirigentes, devem responder perante a justiça.

31) É urgente a construção de uma nova arquitetura democrática internacional, que promova a redistribuição da riqueza e apoie os esforços dos povos no sentido de alcançar um desenvolvimento socialmente justo, que respeite a natureza.

Para construir uma nova arquitetura internacional

É preciso optar por propostas que redefinem radicalmente os fundamentos da arquitetura internacional (missões, funcionamento...). Tomemos como exemplo os casos da OMC, do FMI e do Banco Mundial.

A nova OMC deveria ter como objetivo, na área do comércio, assegurar o cumprimento de uma série de acordos internacionais fundamentais, começando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e todos os tratados fundamentais em matéria de direitos humanos (individuais ou coletivos) e ambientais. A sua função seria supervisionar e regulamentar o comércio de modo a que o comércio cumprisse estritamente as normas sociais (convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT) e ambientais. Esta definição opõe-se frontalmente aos objetivos atuais da OMC. Isto, obviamente, implica uma estrita separação de poderes: é inadmissível que a OMC, como, aliás, qualquer outra organização, possua no seu seio o seu próprio tribunal. É necessário, por essa razão, suprimir o Órgão de Apelação (arbitragem de diferendos).

A organização que substituiria o Banco Mundial deveria ser em grande parte regionalizada (os bancos do Sul poderiam ser integrados). Teria como função conceder empréstimos a taxas de juro muito baixas ou nulas e fazer doações apenas na condição de essas doações serem utilizadas respeitando rigorosamente as normas

sociais e ambientais e, mais genericamente, os direitos humanos fundamentais. Ao contrário do atual Banco Mundial, o novo banco que o mundo precisa não visaria representar os interesses dos credores, impondo aos devedores um comportamento submisso às regras do mercado. Teria como missão prioritária defender os interesses dos povos que recebem os empréstimos e as doações.

Entretanto, o novo FMI deveria retomar uma parte do seu mandato inicial no sentido de garantir a estabilidade da moeda, lutar contra a especulação, controlar os movimentos de capitais, agir no sentido de evitar os paraísos fiscais e a fraude fiscal. Para atingir esse objetivo, poderia contribuir, em conjunto com as autoridades nacionais e os fundos monetários regionais, para a colecta de vários impostos internacionais.

Todas estas pistas requerem o desenvolvimento de uma arquitetura mundial coerente, hierarquizada e dotada de uma divisão de poderes. A pedra angular poderia ser a ONU, desde que a Assembleia Geral fosse uma verdadeira instância de decisão – o que implica a supressão do estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança (e o direito de veto que lhe é inerente). A Assembleia Geral poderia delegar tarefas específicas em organismos ad hoc.

Outra questão que ainda não fez suficiente caminho diz respeito à existência de um dispositivo de direito internacional, uma autoridade judiciária internacional (independente das outras instâncias de poder internacionais), que complemente o dispositivo atual, nomeadamente o Tribunal Internacional de Haia e o Tribunal Penal Internacional. Com a ofensiva neoliberal dos últimos trinta anos, o direito comercial (direito privado) tem gradualmente dominado o direito público. As instituições internacionais como a OMC e o Banco Mundial funcionam com o seu órgão de justiça próprio: o Órgão de Apelação que regula diferendos na OMC e o ICSID no âmbito do Banco Mundial, cujo papel tem aumentado de forma desproporcional. A Carta das Nações Unidas é regularmente violada pelos membros permanentes do Conselho de Segurança. Novos espaços sem lei têm sido criados (prisioneiros sem culpa formada detidos em Guantánamo pelos Estados Unidos). Os Estados Unidos, depois de terem recusado o Tribunal Internacional de Haia (onde foram condenados, em 1985, por terem atacado a Nicarágua), rejeitaram o Tribunal Penal Internacional. Tudo isso é extremamente preocupante e requer iniciativas urgentes para completar o dispositivo de direito internacional.

Até lá, é preciso obrigar instituições como o Banco Mundial e o FMI a prestarem contas perante a justiça nas instâncias internacionais, exigir a anulação das dívidas que essas duas instituições reclamam e actuar para impedir a aplicação das políticas nefastas que elas recomendam ou impõem.

ABC do Banco Mundial

A designação Banco Mundial engloba duas organizações: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). O Banco Mundial é um subconjunto do Grupo Banco Mundial que agrupa três organizações suplementares: a Sociedade Financeira Internacional (SFI), a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI ou MIGA, Multilateral Investment Guarantee Agency) e o Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI). Vejamos o que se esconde por detrás destas siglas.

O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) foi criado em julho de 1944 em Bretton Woods, nos Estados Unidos –, por iniciativa de 45 países reunidos na Primeira Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. Em 2019 tinha 189 países membros, sendo Nauru o último a aderir, em abril de 2016.¹ O seu objetivo inicial consistia em fornecer capitais públicos para a reconstrução da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, a fim de que esta permanecesse aliada fiel de Washington e oferecesse um mercado de consumo para os produtos das empresas norte-americanas. A seguir dedicou-se ao financiamento do desenvolvimento dos países do Sul, arvorando o papel de “fonte essencial de apoio financeiro e técnico para o conjunto dos países em desenvolvimento”, segundo os seus próprios termos.² Um financiamento sujeito a escolhas muito forçadas e bastante discutíveis.

Quatro organismos foram criados no quadro do Grupo Banco Mundial, com as seguintes missões:

1956: Sociedade Financeira Internacional (SFI) – financiamento do setor privado nos países do Sul;

1960: Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) – empréstimos aos países mais pobres;

1966: Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos (CIRDI) – tribunal supranacional onde as empresas privadas podem atacar os Estados quando se consideram lesadas por uma decisão;

1988: Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) – oferece garantias aos investidores privados com interesses nos países do Sul.

A seguir falaremos do Banco Mundial constituído do BIRD e da AID.

Uma liderança não democrática

Cada um dos países membros nomeia um governador para o representar, ge-

1 Para ser membro do BIRD, um país tem de ser previamente membro do FMI.

2 Ver www.worldbank.org.

ralmente o ministro das Finanças. Estes representantes constituem o Conselho de Governadores, instância suprema do Banco Mundial que se reúne uma vez por ano (no outono, dois anos em cada três em Washington) e fixa as grandes diretrizes. Este conselho tem a seu cargo decisões importantes (admissão de novos países, preparação do orçamento, etc.). Por outro lado, a reunião de primavera em Washington (em comum com o FMI) faz um balanço da ação do Banco Mundial e do FMI.

Para a gestão quotidiana das missões do Banco Mundial, o Conselho de Governadores delega seus poderes ao Conselho dos Administradores, composto por 25 membros. Cada um dos 8 países seguintes tem o privilégio de nomear um administrador: EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Arábia Saudita, China e Rússia. Os outros dezessete são nomeados por grupos de países com contornos por vezes surpreendentes: um país rico é em geral associado a um grupo de países do Sul. É claro que cabe ao país rico o assento no Conselho de Administradores e usar o voto em nome de todos os membros do grupo.

O Conselho de Administradores reúne-se em princípio pelo menos três vezes por semana e elege um presidente pelo período de 5 anos. Contrariando aos princípios democráticos, uma regra tácita determina que esse posto é reservado a um representante dos EUA, escolhido pelo presidente norte-americano. O Conselho de Administradores limita-se a ratificar essa escolha.

A estreita ligação entre o meio dos negócios, o grande capital dos EUA e o Banco Mundial é igualmente perceptível quando examinamos a origem dos 13 cidadãos americanos que se sucederam à direção do Banco até aos nossos dias.

Eugene Meyer, o primeiro presidente, ocupou o lugar apenas por 8 meses; foi diretor do Washington Post; trabalhou no grupo bancário Lazard Frères, onde o pai detinha fortes interesses. O segundo, John McCloy, era um grande advogado de negócios de Wall Street e foi posteriormente nomeado comissário-chefe dos Aliados na Alemanha, e a seguir presidente do Chase Manhattan Bank. O terceiro, Eugene R. Black, era presidente do Chase National Bank e tornou-se depois conselheiro especial do presidente norte-americano Lyndon B. Johnson. O quarto, George D. Woods, também ele banqueiro, foi presidente da First Boston Corporation. Robert S. Namara tinha sido diretor-executivo da Ford Motor Company, depois secretário de Estado da Defesa nos governos de Kennedy e Johnson. O seu sucessor, Alden W. Clausen, era presidente do Bank of America (um dos principais bancos norte-americanos, fortemente envolvido na crise da dívida do Terceiro Mundo), que reintegrou depois de sair do Banco Mundial. Em 1986 sucede-lhe Barber Conable, ex-membro republicano do Congresso dos EUA. Em 1991 seguiu-se-lhe Lewis T. Preston, antigo presidente do Comitê executivo do banco JP Morgan.

De 1995 a 2005, o nono presidente do Banco Mundial foi J. D. Wolfensohn, ex-diretor do setor bancário de investimentos do Salomon Brothers em Nova Iorque.

No final da sua presidência, em 2005, entra para a direção do Citibank-Citigroup, um dos principais bancos a nível mundial. Em março de 2005 sucede-lhe Paul Wolwovitz, antigo número 2 do Pentágono e um dos organizadores da invasão militar do Iraque, em março de 2003, por uma coligação dirigida pelos EUA. Obrigado a demitir-se – por ter concedido um aumento de salário substancial à sua companheira –, foi substituído por Robert Zoellick, sucessivamente chefe de gabinete de G. Bush pai, secretário do Comércio Externo, número dois do Departamento de Estado; além disso trabalhou para o Goldman Sachs, um dos principais atores da crise dos subprimes em julho de 2007. Entre 2012 e 2019, Jim Yong Kim, também ele norte-americano, esteve na direção do Banco Mundial, até se demitir para entrar ao serviço de um fundo de investimento privado.

Sucedeu-lhe David Malpass oficialmente em abril de 2019. Malpass tinha trabalhado para o Tesouro norte-americano e para os Negócios Estrangeiros durante os mandatos de Ronald Reagan e de G. Bush pai, exercendo depois o cargo de economista-chefe do Bear Stearns, um importante banco de negócios... até à falência deste durante a formação da bolha especulativa dos subprimes! Em agosto de 2007, Malpass publicou no Wall Street Journal um artigo de opinião no qual instava os seus leitores a não se inquietarem com o estado dos mercados financeiros, indo ao ponto de escrever que “os mercados do imobiliário e da dívida não representam uma parte significativa da economia dos EUA ou da criação de empregos”. Junta-se à equipa de Donald Trump a partir de maio de 2016. É recompensado por este, que o nomeia subsecretário do Tesouro para os Negócios Estrangeiros e a seguir presidente do Banco Mundial.

Tabela 23: Os 13 presidentes do Banco Mundial desde 1946

Nome	Mandato	Antecedentes
Eugene Meyer	junho 1946 dezembro 1946	Banqueiro de negócios na Wall Street, editor Washington Post
John McCloy	março 1947 junho 1949 julho 1949	Director do Chase National Bank (renomeado mais tarde Chase Manhattan)
Eugene Black	dezembro 1962	Vice-presidente do Chase Manhattan Bank
George Woods	janeiro 1963 março 1968	Presidente do First Boston
Robert McNamara	abril 1968 junho 1981	Dirigente da Ford, depois secretário de Estado da Defesa
Alden Clausen	julho 1981 junho 1986	Presidente do Bank of America
Barber Conable	julho 1986 agosto 1991	Membro do Congresso e da Comissão Bancária do Congresso
Lewis Preston	setembro 1991 maio 1995	Presidente do JP Morgan and Co
James Wolfensohn	junho 1995 maio 2005	Banco H Schroder, depois Banco Salomon Brothers, a seguir presidente do James D. Wolfensohn Inc.
Paul Wolfowitz	junho 2005 junho 2007	Subsecretário de Estado da Defesa
Robert Zoellick	julho 2007 junho 2012	Secretário de Estado adjunto no governo de George W. Bush
Jim Yong Kim	julho 2012 fevereiro 2019	Médico, presidente do Dartmouth College; esteve à cabeça do Departamento de VIH/SIDA da OMS; entrou para o fundo de investimento privado Global Infrastructure Partners
David Malpass	fevereiro 2019	Economista-chefe do banco de investimento Bear Stearns, subsecretário de Estado do Tesouro dos EUA

Uma repartição desigual dos direitos de voto

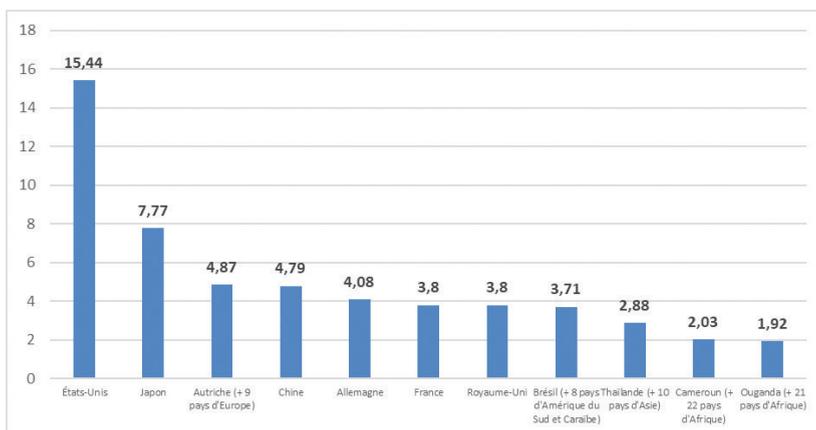
Todos os países membros recebem uma “quota” que determina a influência de que dispõem. Com base nessa quota, é calculado o número de direitos de voto de cada país: uma parte fixa de 250 votos e uma parte proporcional à quota-parte. Contrariamente à Assembleia Geral da ONU, onde cada país tem um só voto (o que não acontece no Conselho de Segurança, onde cinco países detêm o direito de veto), o sistema adotado estabelece 1 dólar = 1 voto. Mas contrariamente aos acionistas de uma empresa, um país não pode decidir aumentar a sua quota-parte para adquirir maior peso. Portanto o sistema está completamente bloqueado.

Tabela 24: Distribuição dos direitos de voto entre os administradores do BIRD em janeiro/2020³

País	%	Grupo presidido por	%	Grupo presidido por	%
Estados Unidos	15,44	Áustria	4,87	Suíça	3,05
Japão	7,77	México	4,74	Islândia	3,05
China	4,79	Países Baixos	4,08	Paquistão	3,01
Alemanha	4,08	Coreia do Sul	3,99	Tailândia	2,88
França	3,80	Canadá	3,98	Koweït	2,75
Reino Unido	3,80	Brasil	3,71	Uruguai	2,28
Rússia (+Síria)	2,82	Índia	3,54	Camarões	2,03
Arábia Saudita	2,70	Itália	3,34	Uganda	1,92
				Nigéria	1,61

Fonte: Banco Mundial (worldbank.org)

Gráfico 17. Direito de voto de alguns administradores (ou diretores-executivos) no Banco Mundial (janeiro-2020)



Fonte: Banco Mundial.

Os países do Sul não tem condição de se opor aos países mais grandes do Norte que concentram os direitos de votos e tem assim como impor sistematicamente

³ Os direitos de voto mudam frequentemente desde 2010 após um novo cálculo e um aumento de capital, mas os países do Sul ainda deterão menos de 50% dos direitos de voto.

suas visões.

A distância entre o peso demográfico e o poder de influência é flagrante:

Tabela 25: Distribuição dos direitos de voto entre os administradores do BIRD em janeiro/2020 (outra perspectiva)

País ou grupo	População estimada em 2020 (em milhões)	Direitos de voto na BIRD em janeiro 2020 (%)
Grupo presidido pela Índia	1 566	3,54
China	1 439	4,79
Grupo presidido pelo Uganda	480	1,92
Estados Unidos	331	15,44
Grupo presidido pelos Camarões	326	2,03
Rússia (+ Síria)	163	2,82
Japão	127	7,77
França	65	3,80
Arábia saudita	34	2,70

Fonte: Banco Mundial, Nações Unidas

Além desta distribuição injusta dos direitos de voto, os Estados Unidos conseguiram impor uma maioria de 85% dos votos necessários para todas as decisões importantes. Sendo o único país a deter mais de 15% dos direitos de voto, isto lhe dá um direito de veto automático para qualquer mudança importante. Os países da UE, que também poderiam ter os 15%, geralmente se alinham com Washington. As únicas vezes que uma coalizão de países europeus ameaçou utilizar a minoria de bloqueio foi para defender seus interesses egoístas.⁴ No futuro, pode-se imaginar uma coalizão de países do Sul reunindo uma minoria de bloqueio para se opor ao próximo candidato presidencial americano. Mas até agora, o Tesouro dos EUA é, sem dúvida, o comandante a bordo, capaz de bloquear qualquer mudança contrária a sua visão. A presença da sede em Washington, a um passo da Casa Branca, não é uma coincidência. Ao longo dos anos, os reajustes dos direitos de voto permitiram que a China ganhasse alguma influência. Mas embora os Estados Unidos tenham concordado em baixar sua participação, tiveram o cuidado de mantê-la acima da marca dos 15%.⁵

4 Ver, por exemplo, a ameaça da coalizão entre Bélgica, Holanda, Suíça e Noruega em junho de 2005., “ Le CADTM s’inquiète de la manœuvre contre l’effacement de la dette initiée par quatre “ petits ” pays riches au FMI ”, et “ La proposition du G8 sur la dette menacée au FMI ”.

5 Para uma análise detalhada da influência americana no Banco Mundial, ver Éric Toussaint, *Banque mondiale: le Coup d’État permanent*, 2006, capítulos 5-9.

Opções questionáveis de financiamento

A IDA (International Development Association) é oficialmente uma associação simples, mas aninhada dentro do BIRD, que a administra. Em 2020, a IDA tinha 173 estados membros, dos quais 77⁶ eram elegíveis para se beneficiar dos empréstimos da IDA, com uma renda anual per capita de menos de US\$ 1.175 no ano fiscal de 2019 (atualizada anualmente). Estes países tomam emprestado por longos prazos (geralmente entre 30 e 40 anos, com um período de carência de 5 a 10 anos) e a taxas baixas. O dinheiro vem dos países mais ricos que reabastecem os fundos da IDA a cada três anos, bem como dos ganhos do BIRD provenientes dos reembolsos dos países de renda média.

Os outros países do Sul tomam empréstimos a taxas próximas às do mercado junto ao BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), que tem o cuidado de selecionar projetos lucrativos, como um banco tradicional. O Banco Mundial levanta os fundos para esses empréstimos contraindo empréstimos nos mercados financeiros. Sua solidez, garantida pelos países ricos que são seus maiores acionistas, lhe permite obter esses fundos a uma taxa favorável. O BIRD empresta então esses fundos aos países membros, que os reembolsam durante um período de 15 a 20 anos.

Esta posição privilegiada permite ao BIRD gerar margens para suas operações administrativas e até mesmo apresentar um resultado operacional amplamente positivo: entre 680 milhões e 1 bilhão de dólares por ano para o período 2011-2015. Dos 44,6 bilhões de dólares desembolsados pelo Banco Mundial em 2015, 19 bilhões de dólares foram desembolsados pelo BIRD.⁷

Com o aumento do endividamento, o Banco Mundial, em acordo com o FMI, desenvolveu suas intervenções a partir de uma perspectiva macroeconômica e tem imposto cada vez mais a implementação de políticas de ajuste estrutural e não hesita em “assessorar” os países submetidos à terapia do FMI, uma vez que participa diretamente no financiamento destas reformas graças a empréstimos específicos.

A influencia crescente dos bancos nacionais e internacionais de desenvolvimento

Além do Banco Mundial, existem outras instituições multilaterais de desenvolvimento, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Brasil ou o Banco de Desenvolvimento da China (CDB).

Sua influência não é desprezível, pois agora eles emprestam mais do que o Banco Mundial. Entre 2005 e 2013, a CDB emprestou mais de 78 bilhões de dólares somente aos países latino-americanos. Em 2017, o montante total da dívida do Banco de Desenvolvimento da China alcançou a gigantesca soma de 1,427 trilhões

6 A esses 77 países e necessário acrescentar a Índia que não está mais elegível a ajuda da AD desde o final do exercício 2014, mas recebera um suporte transitório excepcional para o período IDA17 (2015-2016-2017).

7 Ver “The World Bank Group A to Z”: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20192>

de dólares. A soma total dos créditos do BNDS foi de 175 bilhões de dólares em 2017.⁸

Como os do Banco Mundial, estes empréstimos são altamente questionáveis. No caso da CDB, as taxas de juros eram mais altas do que as cobradas pelo Banco Mundial, acompanhadas de ajuda vinculada, pagamento em mercadorias. No caso do BNDES, a maioria dos projetos causou deslocamentos de população e tem um impacto negativo sobre o meio ambiente. Em outras palavras, o respeito aos direitos humanos não está entre as preocupações dessas instituições.

Mencionemos também o banco BRICS, que foi criado em 2014. Infelizmente, sua ação é inspirada pelos interesses egoístas das cinco potências que a fundaram.

Bancos regionais de desenvolvimento alinhados com o Banco Mundial

Existem muitos bancos regionais: o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAAsD)⁹, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Europeu de Investimentos (BEI). Estes bancos não são de forma alguma uma alternativa ao Banco Mundial, uma vez que estão quase perfeitamente alinhados com suas orientações. O balanço deles é igualmente negativo.

8 Strengthening the Foundations? Alternative Institutions for Finance and Development - Kring - 2019 - Development and Change - Wiley Online Library <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dech.12464>

9 O Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Desenvolvimento têm ambos a mesma sigla, AfDB. A fim de distingui-los, usamos as siglas BAfD e BAAsD.306

ABC do Fundo Monetário Internacional (FMI)

Em 1944 foram criados em Bretton Woods o Banco Mundial e o FMI. O objetivo oficial do FMI consistia em estabilizar o sistema financeiro internacional que regulamentasse a circulação de capitais. Mais tarde tornou-se a principal instituição internacional encarregada de impor políticas neoliberais brutais nos quatro cantos do mundo. É claramente uma organização antidemocrática a serviço dos interesses das grandes potências e das grandes empresas privadas. A concessão condicional de crédito aos países em dificuldades é um dos seus principais meios de pressão. Em 2019 tinha 189 países membros (os mesmos que o BIRD).

Uma liderança não democrática

A organização do FMI é semelhante à do Banco Mundial: cada país nomeia um governador para o representar, geralmente o ministro das Finanças ou o governador do banco central. Reúnem-se no Conselho de Governadores, a instância soberana do FMI, uma vez por ano, em outubro. Este conselho toma as decisões mais importantes (admissão de novos países, preparação do orçamento, etc.).

Para efeitos da gestão cotidiana das missões do FMI, o Conselho de Governadores delega os seus poderes num Conselho de Administração composto por 24 membros. Oito países – os mesmos que no Banco Mundial – têm o privilégio de nomear um administrador: EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Arábia Saudita, China e Rússia. Os outros 16 administradores são nomeados por grupos de países cuja composição pode diferir ligeiramente dos do Banco Mundial.

O terceiro órgão diretor é o Comitê Monetário e Financeiro Internacional (CMFI), que agrupa os 24 governadores com assento no Conselho de Administração. Reúne-se duas vezes por ano (primavera e outono) e tem a função de aconselhar o FMI sobre o funcionamento do sistema monetário internacional.

O Conselho de Administração elege um diretor-geral a cada cinco anos. A contrapartida da regra tácita em vigor no Banco Mundial manda que no FMI esse posto seja reservado a um europeu. De 1987 a 2000, esse cargo foi entregue ao francês Michel Camdessus, que se demitiu no seguimento da crise do Sudeste Asiático. O FMI tinha ido em socorro dos credores que fizeram investimentos especulativos e tinha imposto medidas econômicas que provocaram o desemprego de mais de 20 milhões de pessoas, provocando fortes protestos populares e a desestabilização de vários governos. Coube ao espanhol Rodrigo Rato ocupar o posto de diretor em 2004, vindo a demitir-se em 2007 para integrar o serviço internacional do Banco Lazard,¹ em Londres. Em 2017 foi condenado pela Justiça espanhola a quatro anos

¹ O Banco Lazard especializou-se no aconselhamento financeiro e na gestão de ativos. Intervém nomeadamente junto dos Estados com dificuldades financeiras. A título de exemplo, interveio na Grécia em 2015, com o conhecido “sucesso”; aconselhou também o regime predador do Congo-Brazzaville.

de prisão, por desvio de fundos do banco Bankia. Sucede-lhe em 2007 o francês Dominique Strauss-Khan, ex-ministro socialista das Finanças, obrigado em 2011 a demitir-se, após ter sido denunciado como agressor sexual por uma empregada da rede de hotéis Sofitel.² Em julho-2011 é substituído pela francesa Christine Lagarde, até aí ministra das Finanças. Christine Lagarde compareceu perante a Justiça no caso *Crédit Lyonnais*, que custou caro aos contribuintes franceses. Lagarde abandonou o cargo em 2019 para se tornar diretora do Banco Central Europeu e há muito a contar sobre o FMI sob a sua direção. Após a partida de Christine Lagarde, os Europeus e Washington concordaram mais uma vez em colocar uma pessoa europeia na direção da instituição: Kristalina Georgieva, economista búlgara, antiga número dois do Banco Mundial.

Em 2019 o FMI tinha uma equipe de 2 765 altos funcionários provenientes de 148 países, a maioria na sede em Washington. O “número 2” do FMI é sempre um representante dos EUA, cuja influência no seio da instituição é preponderante. Quando da crise asiática de 1997-1998, Stanley Fischer secundou Michel Camdessus em diversas ocasiões. Na crise argentina de 2001-2002, Anne Krueger desempenhou um papel muito ativo. De 2006 a 2011, John Lipsky, ex-economista-chefe do JP Morgan, um dos principais bancos de negócios norte-americano, teve um papel de primeiro plano. Tinha prevenido desde março de 2010 que os governos dos “países desenvolvidos com deficits públicos elevados devem começar desde já a preparar as suas opiniões públicas para as medidas de austeridade que serão necessárias a partir do próximo ano”³. Dez anos mais tarde, somos forçados a constatar que a agenda neoliberal foi efetivamente instalada, nomeadamente sujeitando ao controle do FMI a Grécia, a Irlanda e Portugal desde 2010. O FMI também prosseguiu a sua ação nefasta numa série de países do Sul. Em 2018 concedeu o seu maior montante de crédito ao regime neoliberal de Mauricio Macri, na Argentina, dócil aliado dos EUA. Isto levou a um enorme fiasco. Felizmente as receitas impostas pelo FMI a países como o Equador ou o Haiti provocaram enormes mobilizações populares em 2019 (no Equador as medidas tiveram de ser abandonadas por pressão nas ruas).

Um funcionamento baseado no modelo da empresa privada

Desde 1969, o FMI possui a sua própria unidade de conta que regula as suas atividades financeiras com os países membros: Direitos Especiais de Saque (DES; em inglês *Special Drawing Rights*, SDR). Ela foi criada, a fim de assegurar um sistema de reservas mais eficaz, no momento em que o sistema instituído em Bretton Woods – baseado em taxas de câmbio fixas e assentado no padrão ouro-dólar – falhava. Nada disto impediu o sistema de Bretton Woods de se afundar, após

2 O escândalo DSK ou escândalo do Sofitel de Nova Iorque. Ver Éric Toussaint & Damien Millet, “FMI: la fin de l’histoire?”, CADTM, 20-05-2011.

3 Notícia Reuters, “Le FMI plaide pour des mesures d’austérité dès l’an prochain”, 21-03-2010.

a decisão de Nixon de suprimir a livre conversão do dólar norte-americano em ouro em 1971. Com o sistema de taxas de câmbios flutuantes, o SDR tornou-se sobretudo um bem de reserva entre muitos outros. Segundo o FMI: “O SDR não é uma moeda nem consiste num crédito sobre o FMI. Representa em contrapartida um crédito virtual sobre as reservas livremente utilizáveis dos países membros do FMI.”⁴ Sendo de início equivalente a 1 dólar, passou mais tarde a ser avaliado cotidianamente⁵ a partir de um conjunto de moedas fortes (o dólar americano, o yen, o euro, a libra esterlina e, desde 2016, o renminbi).

O FMI funciona quase como uma empresa, não como uma instituição democrática. Todos os países que se tornam membros do FMI têm de depositar uma quota-parte de entrada, tornando-se assim acionistas no capital próprio da instituição. Essa quota-parte é calculada em função da importância econômica e estratégica do país. 25% desse valor tem de ser depositado em DTS ou numa das divisas que o compõem (ou em ouro, antes de 1978) e o resto em moeda local do país. Foi assim que o FMI se tornou um importante detentor de ouro (o terceiro do mundo, em julho de 2019, logo atrás dos EUA e da Alemanha), pois vários países pagaram a sua quota em metal precioso. Por outro lado, em 1970-1971, a África do Sul, país que o FMI achou perfeitamente aceitável apesar das contínuas violações de direitos humanos durante o regime do apartheid, vendeu-lhe enormes quantidades de ouro.

Quando, no início do século 21, todos os seus grandes clientes o reembolsaram de forma antecipada ou deixaram de apelar a ele, o FMI atravessou um momento financeiro delicado e, em abril de 2008, o seu Conselho de Administração aprovou a venda de 403 toneladas de ouro, pelo valor de 11 bilhões de dólares, a fim de manter o caixa. Embora estas reservas não participam dos empréstimos do FMI, conferem-lhe uma estabilidade e uma estatura essenciais aos olhos dos atores financeiros internacionais.

Em abril de 2009, o encontro do G20 decidiu triplicar a capacidade de empréstimo do FMI, que passou de 250 a 750 bilhões de dólares. Após uma nítida queda da prestação de crédito do FMI aos países membros, a crise internacional que estourou em 2007-2008 serviu de pretexto para voltar ao ataque, fazer novos empréstimos – nomeadamente aos países europeus – e impor em contrapartida medidas anti-sociais draconianas e uma austeridade dramática para os povos.

4 <https://www.imf.org/fr/About/Factsheets/Sheets/2016/08> de janeiro de 14/51/Special-Drawing-Right-SDR

5 Em 20-12-2019, 1 US\$ era igual a 0,72 SDR <http://www.imf.org/external/np/fin>.

Tabela 26: Evolução dos créditos concedidos e dos reembolsos recebidos pelo FMI (1998-2019)

(billhões de dólares)	Volume total dos créditos detidos pelo FMI sobre o conjunto dos países membros	Créditos desembolsados anualmente	Reembolsos recebidos pelo FMI anualmente
1998	93,4	30,1	10,2
1999	78,8	14,7	27,4
2000	64,1	10,0	20,6
2001	74,9	30,8	17,6
2002	95,1	35,9	21,6
2003	106,4	31,3	29,2
2004	96,3	7,7	22,9
2005	49,3	3,80,	42,8
2006	20,5	4,3	35,9
2007	15,5	2,0	8,1
2008	33,1	21,7	3,7
2009	66,0	34,4	1,9
2010	93,1	32,6	4,7
2011	141,7	52,9	3,7
2012	146,6	24,4	19,5
2013	138,7	22,1	30,9
2014	108,5	16,1	37,3
2015	79,1	12,7	37,6
2016	74,7	8,6	10,7
2017	65,5	8,1	21,8
2018	85,9	35,4	13,5
2019	99,0	23,9	9,7

Fonte: FMI

Ao contrário do Banco Mundial, são as quotizações dos Estados que permitem ao FMI constituir reservas destinadas a serem emprestadas aos países com déficit temporário. Esses empréstimos são condicionados à assinatura de um acordo que dita as medidas que o país deve tomar. O dinheiro é disponibilizado por fatias, após verificação da aplicação efetiva das medidas exigidas.

Regra geral, um país em dificuldades pode pedir empréstimos ao FMI anualmente, até ao limite de 100% da sua quota-parte e ao todo até 300%, salvo em caso de urgência. O empréstimo é de curto prazo e o país deve reembolsar o FMI logo que a sua situação financeira esteja restabelecida.

Tal como no caso do Banco Mundial, a quota-parte de um país determina o número de direitos de voto no seio do FMI, que correspondem a 250 votos mais um voto por cada fatia de 100 mil DTS de quota-parte. É assim que o Conselho de Administração concede um lugar preponderante aos EUA (mais de 16,5% dos direitos de voto). A título de comparação, em janeiro de 2020 o grupo encabeçado pela Mauritânia, constituído por 23 países africanos, representava 339 milhões de pessoas (ou seja 8 milhões mais que os Estados Unidos da América) e possuía apenas 1,62% dos direitos de voto (ou seja menos de um décimo dos direitos de voto dos EUA). Em 2016, sob pressão dos países emergentes, entrou em vigor

uma reforma sobre a transferência dos direitos de voto, mas na realidade tratou-se apenas de uma farsa.

Tabela 27: Repartição dos direitos de voto entre os administradores do FMI, em janeiro de 2020⁶

País	%	Grupo presidido por	%	Grupo presidido por	%
EUA	16,52	Bélgica	5,43	Brasil	3,07
Japão	6,15	Colômbia	5,31	Índia	3,05
China	6,09	Tailândia	4,34	Eswatini (ex-Suazilândia)	2,97
Alemanha	5,32	Itália	4,13	Suíça	2,89
Reino Unido	4,03	Austrália	3,79	Irão	2,54
França	4,03	Canadá	3,38	Egito	2,53
Rússia (+ Síria)	2,68	Suécia	3,29	Mauritânia	1,62
Arábia Saudita	2,01	Turquia	3,23	Argentina	1,59

Fonte: FMI

Com tal sistema, não é difícil ver que os países do Norte conseguem facilmente reunir a maioria dos direitos de voto e portanto comandar o FMI. O poder que os países do Norte detêm é desproporcional, em comparação com o dos países do Sul, cujos direitos de voto são ridiculamente reduzidos, tendo em conta o volume das populações que representam.

Tabela 28: Relação entre os direitos de voto dos administradores do FMI e a população dos respectivos países ou regiões (abril de 2020)

País ou grupo	População estimada em 2020 (milhões)	Direitos de voto em abril de 2020 (%)
Grupo presidido pela Índia	1 566	3,05
China	1 439	6,09
Grupo presidido pelo Eswatini (ex-Suazilândia)	766	2,97
Grupo presidido pela Mauritânia	339	1,62
EUA	331	16,52
Rússia (+Síria)	163	2,68
Japão	127	6,15
França	65	4,03
Arábia saudita	34	2,01

Fonte: FMI; Nações Unidas

Tal como no Banco Mundial, é necessária uma maioria de 85% em todas as decisões importantes que tenham a ver com o futuro do FMI e os EUA são o único país a deter mais de 15% dos direitos de voto, o que lhe confere de fato um direito de veto.

6 Verr "IMF Executive Directors and Voting Power": <http://www.imf.org/external/np/sec/memdir/eds.aspx>

FMI, o bombeiro piromaníaco

As missões do FMI encontram-se definidas nos seus estatutos: “promover a cooperação monetária internacional, garantir a estabilidade financeira, facilitar as trocas internacionais, contribuir para um nível elevado de emprego e estabilidade econômica e fazer recuar a pobreza”⁷.

Na realidade, a política do FMI contradiz os seus estatutos. A instituição não favorece a criação de níveis elevados de emprego e de rendimentos reais. Por influência do Tesouro dos EUA e com o apoio de outros países do Norte, as iniciativas do FMI tornaram-no o principal agente que impera sobre as orientações políticas e econômicas dos países membros. Para tal, ele não hesita em ultrapassar os seus direitos.

Foi assim que o FMI favoreceu a liberalização completa dos movimentos de capitais – uma das principais causas das crises financeiras que fustigam os países do Sul. Esse alívio de todos os meios de controle dos movimentos de capitais favorece a especulação e contradiz a seção 3 do artigo 6º dos estatutos do FMI: “Os Estados membros podem tomar as medidas necessárias para regulamentar os movimentos internacionais de capitais”.

Supervisão, ajuda financeira e assistência técnica constituem os três domínios de intervenção do FMI. No entanto, as consultas anuais aos países membros e as recomendações dos seus peritos não lograram que o FMI previsse e evitasse as grandes crises após 1994. As políticas ditadas pelo FMI foram ao ponto de as agravar.

Os governos do G7, em particular o dos EUA, utilizaram o FMI como instrumento para realizar os seus desígnios políticos. (...) Numerosos estudos sobre os efeitos dos empréstimos do FMI não conseguiram estabelecer um elo significativo entre os empréstimos do FMI e o aumento da riqueza ou do rendimento. O reembolso dos credores, com o apoio do FMI quando das crises recentes, foi especialmente prejudicial e teve efeitos terríveis sobre os países em desenvolvimento. Pessoas que tinham trabalhado duramente para saírem da pobreza assistiram à destruição dos seus feitos, à perda das suas poupanças e à falência das suas pequenas empresas. Os trabalhadores perderam o emprego, frequentemente sem receberem qualquer indemnização por despedimento que permitisse amortecer o choque. Os proprietários nacionais e estrangeiros de bens reais sofreram fortes perdas, enquanto os bancos credores estrangeiros foram protegidos.

Comissão consultiva do Congresso dos EUA sobre as instituições financeiras internacionais (IFI Advisory Commission), dita Comissão Meltzer, 2000.

Nos últimos anos, as políticas do FMI têm consistido nomeadamente em aca-

7 <http://www.imf.org/external/pubs/ft/exrp/what/fre/whatf.pdf>

bar com os subsídios públicos aos produtos básicos (combustíveis, gêneros alimentares) e a serviços de primeira necessidade (transportes públicos) ou impor medidas antissociais no sistema de segurança social; provocaram levantamentos populares, por exemplo na Nicarágua (abril de 2018), no Sudão (verão de 2018 e em 2019), no Equador (outubro de 2019). Decididamente as políticas do FMI não mudaram.

Glossário

Nota prévia: Terceiro Mundo, etc. Neste livro são utilizados como sinônimos: Terceiro Mundo, países do Sul, Sul, periferia, países em desenvolvimento (PED), Sul Global.

Estes termos são geralmente usados por oposição a: Triade, [principais] países capitalistas industrializados, países do Norte, Norte, centro, países imperialistas – considerados como sinônimos.

Os países do ex-bloco soviético estão incluídos na periferia.

Ação

Valor mobiliário emitido por uma sociedade em parcelas. Este título representa uma fração do capital social. Dá ao titular (o acionista) o direito, designadamente, de receber uma parte dos lucros distribuídos (os dividendos) e participar nas assembleias gerais.

Agência de crédito à exportação

Quando uma empresa privada do Norte obtém um contrato de venda num país em desenvolvimento, corre o risco de as dificuldades econômicas ou políticas impedirem o pagamento da fatura. Para se prevenir, a empresa pode fazer um seguro numa agência de crédito à exportação, como a Coface francesa – que adquiriu a Seguradora de Crédito à Exportação (SBCE) no Brasil – ou a Ducreire belga. Em Portugal vários bancos e seguradoras oferecem estes serviços, nomeadamente a Cossec, que tem um ramo de Seguros de Créditos com Garantia do Estado. Quando ocorre um problema, a agência cobre o pagamento em falta; a empresa do Norte tem assim a garantia de recuperar o que lhe é devido.

Uma das principais críticas dirigidas contra estas agências aponta o fato de elas não prestarem grande atenção à natureza dos contratos assegurados (armamento, megaprojetos de infraestrutura e energia) nem às suas consequências sociais e ambientais, prestando assim apoio com frequência a regimes repressivos e corruptos.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD)

Chama-se ajuda pública ao desenvolvimento os subsídios ou empréstimos concedidos por organismos públicos dos países industrializados em condições financeiras privilegiadas. Por conseguinte, basta que um crédito seja concedido a uma taxa de juro inferior à do mercado para ser considerado um empréstimo em condições favoráveis e portanto uma ajuda, mesmo que tenha de ser reembolsado até o último centavo pelo país beneficiário. Os empréstimos bilaterais (que obrigam o país beneficiário a comprar produtos do país credor) e as anulações de dívida também fazem parte da APD, o que é inadmissível.

Ativo

Em geral o termo “ativo” refere um bem que possui um valor realizável, ou que pode gerar rendimentos. Caso contrário, trata-se de um “passivo”, ou seja, relativo à parte do balanço composta pelos recursos de que dispõe uma empresa (os capitais próprios realizados pelos acionistas, as provisões para risco e encargos, bem como as dívidas).

Balança comercial

A balança comercial de um país calcula a diferença entre o valor das vendas de mercadorias (exportações) e as compras no estrangeiro (importações). O resultado chama-se saldo da balança comercial e pode ser deficitário (negativo) ou superavitário (positivo).

Balança de pagamentos

A balança de pagamentos correntes de um país calcula o resultado das transações comerciais (ou seja, dos bens e serviços importados e exportados) e das trocas de rendimentos financeiros com o estrangeiro. Em termos simples, a balança de pagamentos mede a posição financeira de um país em relação ao resto do mundo. Se um país dispuser de um excedente nos seus pagamentos correntes, ele torna-se um emprestador em relação ao resto do mundo. Inversamente, se a balança de pagamentos do país for deficitária, esse país terá tendência a recorrer aos financiadores internacionais, a fim pedir um empréstimo que lhe permita equilibrar a balança.

Bolha imobiliária

A bolha imobiliária é uma bolha especulativa que afeta o mercado imobiliário, caracterizada por uma subida rápida do valor dos bens imobiliários. Traduz-se num afastamento pronunciado e persistente entre o preço dos imóveis e a variação das suas determinantes fundamentais económicas, como os salários ou o rendimento dos arrendamentos.

Bolsa

A bolsa é o lugar onde são emitidas as obrigações e ações. Uma obrigação é um título de empréstimo; uma ação é um título de propriedade de uma empresa. As ações e as obrigações podem ser revendidas e recompradas livremente no mercado secundário da Bolsa (o mercado primário é o lugar onde os novos títulos são emitidos pela primeira vez).

Banco Central

O Banco Central de um país gere a política monetária e detém o monopólio de emissão da moeda nacional. É a ele que os bancos comerciais têm de recorrer

para obter os seus aprovisionamentos de dinheiro, a um preço fixado pelo banco central.

Banco comercial

Estabelecimento de crédito que efetua operações de banca com particulares, empresas e coletividades públicas; estas operações incluem a angariação de fundos que são redistribuídos sob a forma de crédito ou servem para efetuar operações de investimento a título acessório. Os depósitos do público beneficiam duma garantia do Estado. O banco de depósito, ou comercial, difere do banco de investimento, que faz essencialmente operações de mercado financeiro.

Banco de investimento

Sociedade financeira cuja atividade consiste em efetuar três tipos de operações: aconselhamento (nomeadamente em fusão-aquisição), gestão por conta de empresas (aumentos de capital, introdução na Bolsa, emissão de empréstimos obrigacionistas) e investimentos nos mercados. Os bancos de investimento não angariam capitais junto ao público, financiam-se emprestando aos bancos ou recorrendo aos mercados financeiros.

Banco universal

Este tipo de banco representa uma grande entidade financeira que agrupa e exerce diferentes negócios: banco de depósitos (banco comercial) e banco de investimento, ao mesmo tempo que desempenha um papel segurador (o que justifica outra forma de designá-los: banco de seguros). Este tipo de banco desenvolveu-se graças à desregulamentação do setor financeiro, a partir dos anos 1980, no quadro da onda neoliberal. É prejudicial para o público, pois permite que os bancos beneficiem da garantia do estado, livrando-se das operações especulativas de forma sistemática.

BCI – Banco de Compensações Internacionais

O Banco de Compensações Internacionais (Bank for International Settlements – BIS) foi fundado em 1930 para gerir as indenizações alemãs após a Primeira Guerra Mundial. Tem sede na Basileia, como sociedade anônima, e gere uma parte das reservas em divisas dos bancos centrais dos países mais industrializados e de vários outros.

Este banco tem um papel importante na coleta de estatísticas relativas às operações bancárias internacionais, que publica num relatório trimestral desde o início da década de 1980. O BCI tem a seu cargo a gestão dos riscos financeiros ligados à liberalização dos mercados financeiros. Este banco também faz outros tipos de operações financeiras: recebe, principalmente dos bancos centrais, depósitos em ouro e em divisas, que coloca nos mercados; concede crédito a certos bancos

centrais.

Site: www.bis.org

Clube de Londres

Análogo ao Clube de Paris, reúne os bancos privados credores dos PED. Criado em 1976, no seguimento de um processo relativo ao ex-Zaire, o Clube de Londres é um grupo informal, sem estatuto nem legitimidade, que reúne para lançar operações de reestruturação das dívidas soberanas de países em dificuldades de pagamento. Sob efeito da crise da dívida do Terceiro Mundo, voltou a ganhar importância no último quartel do século XX.

Face à evolução do perfil do endividamento dos países em desenvolvimento desde os anos 2000, o recurso aos bancos privados foi preterido, em favor dos mercados financeiros, levando a que o Clube de Londres se encontre atualmente inativo. O seu papel foi assumido pelo IIF (Institute of International Finance – <https://www.iif.com/>), uma associação de 500 estabelecimentos financeiros (bancos, gestores de ativos, companhias de seguros, fundos soberanos e fundos especulativos) periodicamente convidada a participar nas reuniões do Clube de Paris.

Clube de Paris

Criado em 1956, agrupa 22 Estados credores e tem a tarefa de gerir as dificuldades de reembolso da dívida bilateral contraída pelos PED. Desde a sua criação, é tradicionalmente presidido por um francês – em 2020, a diretora do Tesouro francês, Odile Renaud-Basso. Os Estados membros do Clube de Paris reescalaram a dívida de mais de 90 países em desenvolvimento. Após terem detido até 30% do estoque da dívida do Terceiro Mundo, os membros do Clube de Paris são hoje credores de 10%. A forte presença dos Estados membros do Clube no seio das instituições financeiras (FMI, Banco Mundial, etc.) e grupos informais internacionais (G7, G20, etc.) garante-lhes uma influência considerável no momento das negociações.

Existem laços estreitos entre o Clube de Paris e o FMI, materializados no estatuto de observador de que goza o FMI nas reuniões (confidenciais) do Clube. O FMI desempenha um papel estratégico na dívida gerida pelo Clube de Paris, que confia na perícia e no critério macroeconómico do FMI para pôr em prática um dos princípios essenciais do Clube: a condicionalidade. Reciprocamente, a ação do Clube de Paris protege o estatuto de credor do FMI e a condução das suas estratégias de ajuste nos países em vias de desenvolvimento.

Site: www.clubdeparis.org

UNCTAD (CNUCED)

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Foi criada em 1964, sob pressão dos países em vias de desenvolvimento, por contraposi-

ção ao GATT.

Site: www.unctad.org

Commodities/mercado de matérias-primas

O termo *commodities* designa, do ponto de vista da produção, os mercados de matérias-primas (produtos agrícolas, minerais, metais e metais preciosos, petróleo, gás, etc.); do ponto de vista financeiro designa os bens suscetíveis de serem transacionados no mercado financeiro.

Condicionalidades

Conjunto de medidas neoliberais impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países que assinam acordos, nomeadamente para obter um ajuste dos reembolsos da dívida. Estas medidas pretendem favorecer a “atratividade” do país para os investidores internacionais, mas de fato penalizam duramente as populações. Por extensão, este termo designa qualquer condição imposta na concessão de ajudas ou empréstimos.

Convertibilidade

Designa a possibilidade legal de passar de uma moeda para outra ou de uma moeda para o padrão em que ela foi oficialmente definida. No atual sistema de taxas de câmbio liberalizadas (são a oferta e a procura que determinam as suas respectivas taxas – taxas de câmbio flutuantes), as moedas flutuam em torno do dólar (padrão dólar).

Créditos

Montante de dinheiro que uma pessoa (o credor) tem direito de exigir a outra pessoa (o devedor).

Créditos privados

Créditos concedidos pelos bancos comerciais, seja quem for o devedor.

Créditos públicos

Empréstimos concedidos por financiadores públicos, qualquer que seja o devedor.

Culturas de subsistência

Culturas destinadas à alimentação das populações locais (milho, mandioca, sorgo, etc.), por oposição às culturas destinadas à exportação (café, cacau, chá, amendoim, açúcar, bananas, etc.).

Derivativos financeiros

Família de produtos financeiros que agrupa principalmente as opções, os futuros, os swaps e suas variantes, que estão todos ligados a outros ativos (ações, obrigações, matérias-primas, taxas de juro, índices, etc.), dos quais são por conseguinte inseparáveis: opção sobre uma ação, contrato a prazo sobre um índice, etc. O seu valor depende e deriva desses outros ativos. Existem derivativos financeiros de compromisso firme (operações cambiais a prazo, *swap* de taxas ou de câmbios) e derivativos financeiros de responsabilidade contingente (opções, *warrants*, etc.).

Desvalorização

Alteração para baixo da taxa de câmbio de uma moeda em relação às outras.

Dívida**Dívida pública insustentável**

É a dívida cuja prossecução do pagamento impede as autoridades de garantir à população o exercício dos seus direitos fundamentais, nomeadamente em matéria de saúde, educação, habitação, rendimento mínimo e segurança. Se a continuação do pagamento da dívida impedir as autoridades públicas de respeitar as suas obrigações fundamentais em relação à população, o pagamento em questão pode ser suspenso, ainda que a dívida seja legítima e legal.

Dívida multilateral

Empréstimo devido ao Banco Mundial, ao FMI, a bancos de desenvolvimento regional como o Banco Africano de Desenvolvimento, e a outras instituições multilaterais como o Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Dívida privada

Empréstimos contraídos por devedores privados, qualquer que seja o credor.

Dívida pública

Conjunto dos empréstimos contraídos por entidades públicas.

Dívida pública ilegal

As dívidas ilegais são as que foram contraídas em violação dos preceitos legais em vigor (por exemplo quando contornam certos procedimentos parlamentares), as que foram feridas por falta grave do credor (por exemplo, com recurso a corrupção, ameaça ou coerção), ou resultantes de empréstimos concedidos em violação do direito nacional (do país credor ou devedor) ou internacional, incluindo os princípios gerais de direito.

Dívida pública ilegítima

É uma dívida contraída pelas autoridades públicas a fim de favorecer os interesses de uma minoria privilegiada.

Dívida pública odiosa

“Segundo a doutrina, para que uma dívida seja odiosa, e portanto nula, ela deve preencher duas condições:

1 – Deve ter sido contraída contra os interesses da Nação ou contra os interesses do Povo ou contra os interesses do Estado.

2 – Os credores não podem demonstrar que não podiam saber que a dívida tinha sido contraída contra os interesses da Nação.

É preciso sublinhar que, segundo a doutrina da dívida odiosa, a natureza do regime ou do governo que a contraiu não é particularmente importante, pois o que conta é a utilização dada ao empréstimo. Se um governo democrático se endividar contra o interesse da população, essa dívida pode ser considerada odiosa, desde que preencha igualmente a sua condição. Por consequência, contrariamente a uma versão errônea da doutrina, a dívida odiosa não se aplica apenas aos regimes ditatoriais.”

(ver: “A Dívida Odiosa Segundo Alexandre Sack e Segundo o CADTM”, <http://www.cadtm.org/A-divida-odiosa-segundo-Alexandre-Sack-e-segundo-o-CADTM>).

O autor da doutrina da dívida odiosa, Alexander Nahum Sack, diz claramente que as dívidas odiosas podem ser atribuídas a um governo regular. Sack considera que uma dívida regularmente contraída por um governo regular pode ser considerada incontestavelmente odiosa se preencher os dois critérios acima referidos.

E acrescenta: “Uma vez estabelecidos estes dois pontos, recai sobre os credores o ônus de provar que os fundos concedidos tinham de fato sido emprestados não para fins odiosos, prejudiciais à população de todo ou parte do Estado, mas sim para fins genéricos ou específicos desse Estado que não teriam um caráter odioso.”

Sack define um governo regular da seguinte forma:

Considera-se como governo regular o poder supremo que existe efetivamente dentro dos limites de um determinado território. Quer esse poder seja monárquico (absoluto ou limitado) ou republicano; quer provenha da “graça de Deus” ou da “vontade do povo”; quer exprima a “vontade do povo” ou não, do povo inteiro ou somente de uma parte dele; quer se tenha estabelecido legalmente ou não, etc., nada disso importa no problema em causa.

Por conseguinte não restam dúvidas sobre a posição de Sack: qualquer governo regular, seja ele despótico ou democrático, em todas as suas variantes, é susceptível de contrair dívidas odiosas.

Dívida soberana

Dívida de um Estado ou garantida por um Estado.

Dívida subordinada

É a dívida cujo reembolso, em caso de liquidação, só tem lugar depois das outras (ditas privilegiadas ou *senior debt*). Os credores subordinados correm portanto um risco maior que os outros credores, o que justifica uma taxa de juro mais elevada.

Reescalonamento da dívida

Modificação dos termos de uma dívida, por exemplo modificando os prazos ou adiando o pagamento do capital principal ou dos juros. O objetivo consiste geralmente em dar um pouco de oxigénio a um país em dificuldades, prolongando o período de pagamentos, diminuindo assim o montante das prestações ou concedendo um período de deferimento, durante o qual não são efetuados reembolsos.

Serviço da dívida

Montante dos reembolsos dos juros e do capital emprestado.

Transferência líquida da dívida

A *transferência líquida da dívida* é a diferença entre os novos empréstimos contraídos por um país ou uma região, e o serviço da dívida (reembolsos anuais da dívida, menos juros e principal).

A transferência financeira líquida é positiva quando o país ou continente em causa recebe mais (em empréstimos) do que reembolsa. É negativa quando o total de reembolsos é superior ao total de empréstimos concedidos ao país ou continente em causa.

Desde meados da década de 1980, a transferência líquida da dívida do conjunto dos PED é negativa.

Documento de estratégia de redução da pobreza – DERP¹

Introduzido pelo Banco Mundial e pelo FMI a partir de 1999, o DSRP, oficialmente destinado a combater a pobreza, é na realidade uma forma de continuar e aprofundar a política de ajuste estrutural, procurando legitimá-la por meio do consentimento dos governos e dos atores sociais. É por vezes designado “quadro estratégico de luta contra a pobreza” (QELCP).

Destina-se aos países envolvidos na iniciativa PPME e aplica, sob a capa de um novo nome, os planos de ajuste estrutural.

1 Em inglês: poverty reduction strategy paper – PRSP

Efeito de alavanca

O efeito de alavanca designa a rendibilidade dos capitais próprios de uma entidade (empresa, banco, etc.) que recorre ao endividamento. A razão entre capitais alheios / capitais próprios nos dá a medida desse endividamento.

Especulação

Atividade que procura obter ganhos apostando sobre o valor futuro de bens e ativos financeiros ou monetários. A especulação gera um divórcio entre a esfera financeira e a esfera produtiva. Os mercados de câmbios constituem o principal lugar de especulação.

Eurodólares

O mercado dos eurodólares tem origem nas saídas de capitais americanos durante a segunda metade da década de 1960. Para travar a saída de capitais, as autoridades americanas introduziram em 1963 uma taxa sobre os empréstimos a não residentes. Esta taxa teve como efeito a deslocação da procura de financiamentos em dólares do mercado americano para os euromercados, onde as filiais dos bancos americanos podiam operar livremente.

FMI

O FMI, instituição irmanada com o Banco Mundial, nasceu em Bretton Woods em julho de 1944. O seu objetivo inicial consistia em garantir a estabilidade financeira internacional com base em taxas de câmbio fixas. Depois de o governo dos EUA ter instituído a livre conversão das moedas em agosto de 1971, os mercados financeiros entram em jogo e as taxas de câmbio tornam-se variáveis. Após a crise da dívida em 1982, o FMI passa a ter a missão de intervir junto dos PED e de certos países do Norte (por exemplo Grécia, Portugal, Chipre, Irlanda nos anos 2010) com dificuldades de reembolso. Mas além disso o FMI impõe reformas estruturais da economia, dando-lhe um pendor neoliberal. O método de decisão interna do FMI é semelhante ao do Banco Mundial: baseia-se numa repartição dos direitos de voto em função do poderio econômico dos Estados membros. São necessários 85% dos votos para alterar a Carta do FMI (os EUA têm portanto uma quota de bloqueio, visto que possuem mais de 15% dos votos). Os países ricos detêm a maioria dos votos.

Tabela 29: Distribuição dos direitos de voto dos principais administradores do FMI em julho de 2020

Distribuição dos direitos de voto dos principais administradores do FMI em julho de 2020	
EUA	16,51 %
Japão	6,15 %
China	6,08 %
Alemanha	5,32 %
Bélgica (grupo Bélgica + 14 países)	5,42 %
Reino Unido	4,03 %
França	4,03 %
Itália (grupo Itália + 5 países)	4,13%
Canadá (grupo Canadá + 11 países)	3,38 %

Fonte: <https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/eds.aspx>

Fundo mútuo de investimento / Fundo de investimento aberto

Fundos de investimento que reúnem dinheiro de vários investidores. Os administradores do fundo administram o dinheiro em obediência a um documento que descreve como deve ser aplicado. Chama-se *mutual funds* nos EUA, *investment funds* na Grã-Bretanha, *fonds de placement mutuel* em França.

G7

Grupo que reúne os países mais poderosos do mundo: Alemanha, Canadá, EUA, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão. Os respectivos chefes de Estado reúnem-se anualmente, geralmente no final de junho ou início de julho. O G7 reuniu-se pela primeira vez em 1975, por iniciativa do presidente francês Valéry Giscard d'Estaing.

G77

O G77 emana do grupo dos países em vias de desenvolvimento que se reuniram para preparar a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964, em Génova. O grupo faculta um fórum aos PED para discutir os problemas económicos e monetários internacionais. Em 2020 o G77 agrupava 135 países.

GATT

Fórum permanente de negociação, denominado Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. Os Estados tinham apenas o estatuto de “partes contratuais”. Foi substituído em 1 de janeiro de 1995 pela OMC.

Índice de desenvolvimento humano (IDH)

Este instrumento de medida, utilizado pelas Nações Unidas para calcular o grau de desenvolvimento de um país, leva em conta o rendimento por habitante, o

grau de educação e a esperança média de vida da população.

Industrialização por substituição da importação

Esta estratégia remete principalmente para a experiência histórica da América Latina nas décadas de 1930 e 1940, e para os trabalhos da CEPAL (Comissão econômica para a América Latina, da ONU) na década de 1950, nomeadamente os escritos do argentino Raúl Prebisch (que viria a ser em 1964 o primeiro secretário-geral da UNCTAD). Teve como ponto de partida a constatação de que, confrontados com uma deterioração dos termos de troca, os principais países da América Latina tinham conseguido responder à sua procura interna substituindo os produtos importados pelo desenvolvimento da produção local. A teorização da CEPAL visa alargar este procedimento a todos os setores da indústria, criando uma “desconexão” relativamente ao centro. Com base numa boa dose de protecionismo e numa intervenção coordenada do Estado, visa permitir o desenvolvimento de indústrias nascentes. A Coreia do Sul aplicou esta política com sucesso, mas em condições particulares.

Inflação

Aumento cumulativa do conjunto dos preços. A inflação implica uma perda de valor do dinheiro, uma vez que, com o correr do tempo, é preciso um montante superior para comprar uma determinada mercadoria.

Investimentos estrangeiro direto (IED)

Os investimentos estrangeiros podem ser efetuados diretamente ou sob a forma de carteiras de investimentos. Ainda que – por razões contabilísticas, jurídicas ou estatísticas – seja por vezes difícil fazer a distinção, considera-se que um investimento é direto quando o investidor estrangeiro possui 10% ou mais das ações ordinárias ou de direitos de voto numa empresa.

Juro

Quantia paga em retribuição de um investimento ou um empréstimo. O juro é calculado em função do montante do capital investido ou emprestado, da duração da operação e de uma taxa acordada.

Mercado cambial / mercado de câmbios / mercado de divisas

Mercado onde são trocadas e cotadas as divisas.

Mercado financeiro

Mercado de capitais a longo prazo. Inclui um mercado primário (o das emissões) e um mercado secundário (o da revenda). A par dos mercados regulamentados encontramos mercados fora da bolsa, onde não existe a obrigação de satisfazer

regras e condições mínimas.

Mercado livre

É um mercado fora da bolsa (over-the-counter, OTC), não regulamentado, onde as transações são efectuadas diretamente entre o vendedor e o comprador, ao contrário do que se passa num mercado dito organizado ou regulamentado sob uma autoridade de controle, por exemplo a Bolsa.

Moratória

Situação em que uma dívida é congelada pelo credor, que renuncia a exigir o seu pagamento durante um período acordado. No entanto, geralmente durante o período da moratória os juros continuam a contar.

A moratória também pode ser decidida pelo devedor, como aconteceu no caso da Rússia em 1998, da Argentina em 2001, do Equador em 2008-2009. Em certos casos, o país consegue obter, graças à moratória, uma redução do *estoque* da sua dívida e uma descida dos juros a pagar.

Movimento dos não-alinhados

Grupo de países que, a partir de 1950, defendeu a sua neutralidade em relação aos blocos dirigidos pelas duas superpotências (EUA e União Soviética), em plena Guerra Fria. Em abril de 1955 reuniu-se em Bandoeng (Indonésia) uma conferência de países asiáticos e africanos, para promover a unidade e independência do Terceiro Mundo, a descolonização e o fim da segregação racial. Os seus iniciadores foram Tito (da Iugoslávia), Nasser (Egito), Nehru (Índia) Sukarno (Indonésia). O movimento dos não-alinhados nasce verdadeiramente em Belgrado em 1961. Outras conferências lhe seguirão no Cairo (1964), Lusaka (1970), Argel (1973), Colombo (1976).

Actualmente composto por 120 países, o movimento dos não-alinhados tem sede em Jacarta (Indonésia), mas o alcance da sua ação é muito limitado.

New Deal

Nome dado às medidas aplicadas nos EUA por Roosevelt a partir da sua eleição em 1933 a fim de fazer face à crise econômica desencadeada em 1929.

Recordemos que no âmbito do New Deal nos EUA e das políticas keynesianas que foram alargadas à Europa Ocidental depois da Segunda Guerra Mundial, por pressão de grandes mobilizações populares, os direitos sociais foram nitidamente melhorados, foi implantada uma importante proteção social, os bancos de investimento foram separados dos bancos de depósito (bancos comerciais), as taxas de imposto sobre os maiores estratos de renda chegaram aos 80% nos EUA. As desigualdades na repartição dos rendimentos e do patrimônio reduziram-se. Nessa época, o Grande Capital foi obrigado a fazer concessões às classes trabalhado-

ras, que estavam fortemente mobilizadas. O governo do presidente Roosevelt, que pretendia reformar o capitalismo para o salvar e consolidar, teve de defrontar o Supremo Tribunal, que tentou revogar várias das suas decisões. Roosevelt, pressionado pela radicalização à esquerda das classes trabalhadoras, conseguiu travar as decisões do Supremo Tribunal e impor medidas fortes, incluindo a autorização para que os sindicatos se reforçassem nas fábricas e os trabalhadores recorressem à greve para obter concessões patronais.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE)

Criada em 1960 e sediada em Château de la Muette, em Paris, a OCDE agrupava em 2002 quinze membros da União Europeia, aos quais se juntariam mais tarde a Suíça, a Noruega, a Islândia; na América do Norte, os EUA e o Canadá; na Ásia-Pacífico, o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia. A Turquia é o único país dos PED que faz parte desde o início, por razões geoestratégicas. Entre 1994 e 1996, outros dois países do Terceiro Mundo deram entrada na OCDE: o México, que forma a ALENA com os seus dois vizinhos do Norte; a Coreia do Sul. Desde 1995 aderiram três países do ex-bloco soviético: a República Checa, a Polónia e a Hungria. Em 2000, a Eslováquia tornou-se o trigésimo membro.

Site: www.oecd.org

Organização Mundial do Comércio (OMC)

Criada em 1 de janeiro de 1995, substituiu o GATT. Tem como objetivo evitar que algum dos seus membros se dedique ao protecionismo, a fim de acelerar a liberalização mundial das trocas comerciais e favorecer as estratégias multinacionais. Inclui um tribunal internacional (órgão de resolução dos diferendos) que julga as eventuais violações do seu texto fundador de Marraquexe.

A OMC funciona em regime de “um país, um voto”, mas os delegados dos países do Sul não têm peso face às toneladas de documentos que têm de ser estudados, ao exército de funcionários, advogados, etc., dos países do Norte. As decisões são tomadas pelos poderosos nos bastidores.

Site: www.wto.org

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)

Em inglês, OPEC: Organization of the Petroleum Exporting Countries.

Em 2020 a OPEP agrupa 13 países, dos quais 10 PED produtores de petróleo: Angola, Arábia Saudita, Argélia, Congo, Emirados Árabes Unidos, Gabão, Guiné Equatorial, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela. Estes 13 países respondem por 40% da produção mundial de petróleo e possuem mais de 79% das reservas conhecidas. Criada em setembro de 1960, com sede em Viena (Áustria), a OPEP encarrega-se de coordenar e unificar as políticas petrolíferas dos seus membros, com o objetivo de lhes garantir rendimentos estáveis. Para tal,, a produção

obedece a um sistema de quotas. Cada país, representado pelo seu ministro da Energia e do Petróleo, gere rotativamente a organização.

A fim de restringir a produção petrolífera a certos limites, a OPEP tomou a iniciativa de criar a OPEP+, que reúne outros 10 países produtores, dos quais 7 PED: Azerbaijão, Bahrein, Brunei, Cazaquistão, Malásia, México, Omã, Rússia, Sudão e Sudão do Sul.

Site: www.opec.org

Países Menos Avançados (PMA)

Noção definida pela ONU em função dos seguintes critérios: baixa renda por habitante, falta de recursos humanos e economia pouco diversificada. Em 2020 a lista incluía 47 países, sendo os mais recentes da lista Timor Leste e o Sudão do Sul. Há 40 anos a lista tinha apenas 26 países.

Paraíso fiscal

Território caracterizado por cinco critérios (não cumulativos): a) opacidade (via segredo bancário ou outro mecanismo como os trusts); b) fiscalidade muito baixa ou nula para os não residentes; c) facilidades legislativas que permitem criar sociedades de fachada, sem qualquer obrigação para os não residentes de terem uma atividade real no território; d) ausência de cooperação com as administrações fiscais, aduaneiras ou judiciais de outros países; e) fraqueza ou ausência de regulamentação financeira. A Suíça, a City of London e Luxemburgo acolhem a maioria dos capitais colocados nos paraísos fiscais. Além disso existem as ilhas Caimão, as ilhas do Canal, Hong Kong e outros lugares exóticos.

PPME (países pobres muito endividados) – em inglês: HIPC

A iniciativa PPME, lançada em 1996 e reforçada em 1999, destina-se a aliviar a dívida dos países muito pobres e muito endividados, com o modesto objetivo de tornar a dívida sustentável. O plano desenrola-se por etapas bastante exigentes e complexas.

Primeiro, o país tem de aplicar durante três anos as políticas econômicas aprovadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, sob a forma de programas de ajuste estrutural. A seguir recebe uma ajuda clássica de todos os financiadores envolvidos. Durante esse período tem de aplicar um documento estratégico de redução da pobreza (DSRP), por vezes apenas de forma provisória. Ao fim desses três anos, chega ao ponto de decisão: o FMI analisa o caráter sustentável ou não do endividamento do país candidato. Se o valor bruto da razão do *estoque* da dívida externa/exportações for superior a 150% após a aplicação dos mecanismos tradicionais de alívio da dívida, o país pode ser declarado elegível. Sendo assim, os países com elevados níveis de exportação (razão entre exportações/PIB superior a 30%) são penalizados pela escolha deste critério, e nesse caso privilegia-se as suas receitas

orçamentais em vez das receitas das exportações. Portanto, se tiverem um endividamento muito elevado, apesar de uma boa arrecadação de impostos (receitas orçamentais primárias superiores a 15% do PIB), o objetivo que conta é uma razão de valor bruto do *estoque* da dívida/receitas orçamentais superior a 250%. Se o país for declarado admissível, beneficia dos primeiros alívios do seu serviço da dívida e tem de continuar a aplicar as políticas aprovadas pelo FMI e pelo Banco Mundial. A duração deste período varia entre um e três anos, conforme a velocidade de aplicação das reformas chave acordadas no ponto de decisão. Por fim chega o ponto de conclusão. O esquema de alívio da dívida é finalmente acionado.

O custo desta iniciativa em 2019 foi estimado pelo FMI em 76,2 bilhões de dólares, ou seja cerca de 2,54% da dívida externa pública do Terceiro Mundo na atualidade. Os PPME são apenas 39, dos quais 33 na África Subsariana, além do Afeganistão, Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua. Em 31 de março de 2006, 29 países tinham chegado ao ponto de decisão e apenas 18 alcançaram o ponto de conclusão. Em 30 de junho de 2020, 37 países chegaram ao ponto de conclusão, tendo a Somália aí chegado em maio de 2020. A Eritreia e o Sudão ainda não atingiram o ponto de conclusão.

Esta iniciativa, que pretensamente devia resolver em definitivo o problema da dívida nos 39 países, foi um fiasco: a dívida externa desses países passou de 126 a 133 bilhões de dólares, ou seja aumentou 5,5% entre 1996 e 2003.

Perante este fato, a reunião do G8 de 2005 aprovou um alívio suplementar, chamado Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM), aplicada a uma parte da dívida multilateral dos países chegados ao ponto de decisão, ou seja, aos países que submeteram a sua economia aos ditames dos credores. Os 43,3 bilhões de dólares anulados via IADM representam pouca coisa em relação à dívida externa pública de 209,8 bilhões de dólares dos 39 países, à data de 31 de dezembro de 2018.

Prêmio de risco

Quando são concedidos empréstimos, os credores têm em conta a situação econômica do devedor na hora de fixar a taxa de juro. Um eventual risco de o devedor não poder honrar os seus reembolsos implica uma subida das taxas de juro que lhe são aplicadas. Assim, o credor recebe maior montante de juros, alegadamente para compensar o risco assumido ao conceder o empréstimo.

Produtos financeiros

Produtos adquiridos durante o exercício duma empresa que dizem respeito a elementos financeiros (títulos, contas bancárias, divisas, investimentos de capital).

Programa de ajuste estrutural (PAE)

Por reação à crise da dívida, os países ricos confiaram ao FMI e ao Banco Mun-

dial a missão de impor uma disciplina financeira estrita nos países sobre-endividados. Os programas de ajuste estrutural têm como primeiro objetivo, segundo o discurso oficial, restabelecer o equilíbrio financeiro. Para o atingir, o FMI e o Banco Mundial impõem a abertura da economia, a fim de atrair capitais. O objetivo dos PAE aplicados nos Estados do Sul consiste em exportar mais e gastar menos, por via de uma série de medidas. As medidas de choque têm efeito imediato: supressão dos subsídios a bens e serviços de primeira necessidade, redução dos orçamentos sociais e da massa salarial da função pública, desvalorização da moeda, subida das taxas de juro. As medidas estruturais são reformas a mais longo prazo na economia: especialização nalguns produtos de exportação (em detrimento das culturas de subsistência), liberalização da economia por via do abandono do controle dos movimentos de capitais e da supressão do controle cambial, abertura dos mercados com supressão das barreiras alfandegárias, privatização das empresas públicas, IVA generalizado e uma política fiscal que preserva os rendimentos do capital. As consequências são dramáticas para as populações: os países que aplicaram estes programas literalmente passam ao mesmo tempo por resultados económicos decepcionantes e uma miséria galopante.

Programa de Financiamento para Crescimento e Redução da Pobreza (PFCRP)

Modelo de crédito do FMI avalizado em 1999 e concedido em 2007 a 78 países de baixa renda (cujo PIB por habitante em 2003 era inferior a 895 dólares). Contém a noção de luta contra a pobreza, mas dentro de uma estratégia económica global sempre voltada ao crescimento. As autoridades nacionais ficam então encarregues de redigir um vasto *documento de estratégia de redução da pobreza* (DERP), uma espécie de programa de ajuste estrutural com um toque social, dependente do acordo com as instituições multilaterais. Em caso de elegibilidade, o país pode pedir emprestado, no âmbito de um acordo por 3 anos, um montante variável, segundo as dificuldades da balança de pagamentos e o seu passado em relação ao FMI, geralmente dentro do limite de 140% da sua quota-parte no FMI. A taxa anual é de 0,5%, com um prazo de pagamento de 5 anos e um período de carência (não pagamento) de cinco anos e meio.

Em 2008 o PFCRP foi substituído pelo FAC (Financiamento Alargado de Crédito), reservado aos países de baixo rendimento (segundo os dados do Banco Mundial em 2020, há 29 países com um PIB por habitante inferior a 1.035 dólares). O FAC, inscrevendo-se na continuidade do PFCRP, concede empréstimos com prazo de 3 a 5 anos, pode ser renovado, e tem como limite anual 75% da quota-parte, limite este que pode ser ultrapassado, consoante as circunstâncias. O prazo de maturidade (data de vencimento da dívida) é escalonado num período de 10 anos, incluindo um período de carência de 5 anos e meio, com uma taxa de juro nula.

Site: <https://www.imf.org/external/np/exr/facts/fre/ecff.htm>.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Criado em 1965, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, com sede em Nova Iorque) é o principal organismo de apoio técnico da ONU. Serve para ajudar – sem restrições políticas – os países em desenvolvimento a dotarem-se de serviços administrativos e técnicas de base, forma quadros, procura responder a certas necessidades essenciais das populações, lança programas de cooperação regional e coordena, em princípio, as atividades locais do conjunto dos programas operacionais das Nações Unidas. O PNUD apoia-se geralmente no saber e nas técnicas ocidentais, embora um terço do seu contingente de peritos seja originário do Terceiro Mundo. O PNUD publica anualmente um Relatório sobre o Desenvolvimento Humano que, entre outros dados, classifica os países segundo o índice de desenvolvimento humano (IDH).

Site: www.undp.org

Produto nacional bruto (PNB)

O PNB traduz a riqueza produzida por uma nação, por oposição a um dado território. Inclui a soma dos rendimentos dos cidadãos dessa nação no estrangeiro.

Recapitalização

Reconstituição ou aumento de capital duma sociedade para reforçar os fundos próprios, postos em cheque por perdas. No quadro do resgate dos bancos nos Estados europeus, o mais frequente, os Estados recapitalizaram os bancos sem impor condições e sem exercer o poder de decisão que lhes confere a participação no capital bancário.

Plano Marshall

Este plano foi concebido pela administração do presidente democrata Harry Truman, com o nome de European Recovery Program. Mais tarde viria a ser conhecido pelo nome do secretário de Estado dessa época, Georges Marshall (que foi chefe do estado-maior-general entre 1939 e 1945), encarregado de assegurar a sua aplicação. Entre abril de 1948 e dezembro de 1951, os EUA concederam, principalmente sob a forma de donativos, a 15 países europeus e à Turquia uma ajuda de 12,5 bilhões de dólares (o que equivale a um montante mais de 10 vezes superior em 2020). O Plano Marshall visava favorecer a reconstrução da Europa devastada no decurso da Segunda Guerra Mundial.

Produto interno bruto (PIB)

O PIB traduz a riqueza total produzida num território, calculado com base na soma dos valores acrescentados.

Recessão

Crescimento negativo da atividade econômica num país ou num ramo econômico, pelo menos durante dois ou três meses.

Taxa de juro

Quando A empresta dinheiro a B, B reembolsa o montante emprestado por A (o capital), mas também um montante suplementar chamado juro, de modo a que A tenha interesse em efetuar essa operação financeira. As taxas de juro mais ou menos elevadas servem para determinar a importância dos juros. Vejamos um exemplo simples. Se A emprestar 100 milhões de dólares pagáveis em 10 anos, a uma taxa de juro fixa de 5%, irá embolsar no primeiro ano um décimo do capital emprestado inicialmente (10 milhões de dólares) e 5% do capital devido, ou seja 5 milhões de dólares, num total de 15 milhões de dólares. No segundo ano, embolsa um décimo do capital inicial, mas dessa vez os 5% de juros apenas são calculados sobre os 90 milhões que falta reembolsar, ou seja 4,5 milhões de dólares, num total de 14,5 milhões de dólares. E assim sucessivamente, até ao décimo ano, quando são reembolsados os últimos 10 milhões de dólares, mais 5% sobre esse valor, ou seja um total de 10,5 milhões de dólares. Ao longo dos 10 anos, o reembolso total soma 127,5 milhões de dólares. Geralmente o reembolso de capital não é feito em partes iguais. Nos primeiros anos, o reembolso incide sobretudo sobre os juros; a parte do capital reembolsado cresce ao longo dos anos. Assim, em caso de interrupção dos reembolsos, o capital restante em falta é mais elevado...

A taxa de juro nominal é a taxa à qual o empréstimo é contraído. A taxa de juro real é a taxa nominal subtraída da taxa de inflação

Títulos do Tesouro

Esta designação genérica abarca uma variedade de títulos de dívida a que a Tesouraria pública (ou Tesouro) recorre para se financiar. O seu prazo de maturidade (duração do reembolso) pode ir de alguns meses até várias décadas. A designação e as modalidades dos títulos de dívida nacional variam de país para país; em Portugal existem, entre outros, as Obrigações do Tesouro, os Bilhetes do Tesouro, os Certificados de Aforro.

Site: <https://www.igcp.pt/>

Transacção no mercado de câmbios

O Forex (*foreign exchange*) ou mercado cambial é o mercado onde as divisas ditas conversíveis se trocam umas pelas outras, a taxas de câmbio que variam continuamente. O mercado cambial é um mercado interbancário. A quase totalidade das operações é realizada no mercado livre, trata-se de um mercado não regulado.

Seleção de obras do autor

Diversos livros de Éric Toussaint originalmente publicados em francês foram traduzidos para inglês, castelhano, árabe, grego, alemão, português, japonês, coreano, esloveno, indonésio, turco, polaco, holandês, sueco, servo-croata, italiano e outras línguas.

Livros de Éric Toussaint publicados em português

Éric Toussaint e Damien Millet, *A Crise da Dívida. Auditar, Anular, Alternativa Política, Temas e Debates*, Lisboa, 02-2013, 240 páginas, ISBN: 9789896442163

Éric Toussaint e Damien Millet, *50 perguntas 50 Respostas sobre a Dívida, o FMI e o Banco Mundial*, Boitempo, São Paulo, 2006, 240 páginas, ISBN: 85-7559-081-2

Éric Toussaint, *A Bolsa ou a Vida: a Dívida Externa do Terceiro Mundo*, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002, 416 páginas, ISBN-10: 8586469645, ISBN-13: 978-8586469640

Livros de Éric Toussaint publicados em inglês

Greece 2015 There was an alternative, London: Resistance Books / IIRE / CADTM, 2020

Debt System, Chicago: Haymarket Books, 2019

Bankocracy, London: Resistance Books / IIRE / CADTM, 2015

The Life and Crimes of an Exemplary Man, Liège: CADTM, 2014

Glance in the Rear-View Mirror: Neoliberal Ideology from its Origins to the Present, Chicago: Haymarket Books, 2012

A Diagnosis of Emerging Global Crisis and Alternatives, Mumbai: Vikas Adhyayan Kendra [VAK], 2009

The World Bank: A Critical Primer, Toronto: Between the Lines / London: Pluto Press / Cape Town: David Philip Publishers / Liège: CADTM, 2008

A Diagnosis of Emerging Global Crisis and Alternatives, Mumbai: VAK, 2007

Bank of the South: An Alternative to IMF-World Bank, Mumbai: VAK, 2007

The World Bank, a Never Ending Coup d'Etat, Mumbai: VAK, 2007

Your Money or your Life: The Tyranny of Global Finance, Chicago: Haymarket Books, 2005

Globalisation: Reality, Resistance and Alternative, Mumbai: VAK, 2004

Com Damien Millet:

The Debt Crisis: From Europe to Where?, Mumbai: VAK, 2012

Debt, the IMF, and the World Bank: Sixty Questions, Sixty Answers, New

York: Monthly Review Press, 2010

Tsunami Aid or Debt Cancellation, Mumbai: VAK, 2005

Who Owes Who? 50 Questions about the World Debt, Dhaka: University Press / Bangkok: White Lotus Co. Ltd. / Halifax: Fernwood Publishing Ltd / Bangalore: Books for Change / Kuala Lumpur: SIRD / Cape Town: David Philip / London: Zed Books, 2004

The Debt Scam: IMF, World Bank and Third World Debt, Mumbai: VAK, 2003

Índice das tabelas

Distribuição do PIB mundial, 2010-2018	37
PIB por habitante, 2010-2018	38
Desigualdades na distribuição do património (c. 2014)	41
Desigualdades na distribuição do rendimento (c. 2014-2016)	42
Distribuição geográfica das despesas efectuadas com os empréstimos do Banco Mundial entre 1946 e 1955	61
Distribuição geográfica das despesas efectuadas com empréstimos do Banco Mundial entre 1946 e 1962	62
Despesas gerais do Plano Marshall	80
Percentagem do rendimento das exportações aplicada no reembolso da dívida	84
Os 13 presidentes do Banco Mundial	108
Dívida total dos países em desenvolvimento	176
Empréstimos dos bancos estrangeiros sem garantia do Estado mexicano e reembolsos pagos aos bancos	202
Empréstimo dos bancos estrangeiros com garantia do Estado mexicano e reembolsos pagos aos bancos	203
Empréstimos do Banco Mundial ao México e reembolsos pagos ao Banco Mundial	203
Empréstimos do FMI ao México e respectivos reembolsos	204
Empréstimos do Banco Mundial ao México e reembolsos pagos ao Banco Mundial	204

Empréstimos dos Estados do Norte ao México e respectivos reembolsos	204
Evolução da dívida externa total mexicana de 1978 a 1987	205
Dívida real dos PED em dificuldades face ao serviço da dívida entre 1982-1992	209
Evolução do montante da dívida externa total dos PED	211
Evolução do montante da dívida externa total na América Latina e no Caribe	212
Transferências líquidas sobre as dívidas contraídas junto do BM	213
Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru e Venezuela: fuga de capitais de 1973 a 1987	217
Os 13 presidentes do Banco Mundial desde 1946	338
Distribuição dos direitos de voto entre os administradores do BIRD em janeiro/2020	339
Distribuição dos direitos de voto entre os administradores do BIRD em janeiro/2020 (outra perspectiva)	340
Evolução dos créditos concedidos e dos reembolsos recebidos pelo FMI (1998-2019)	346
Repartição dos direitos de voto entre os administradores do FMI, em janeiro de 2020	347
Relação entre os direitos de voto dos administradores do FMI e a população dos respectivos países ou regiões (abril de 2020)	347
Distribuição dos direitos de voto dos principais administradores do FMI em julho de 2020	360

Índice dos gráficos

Distribuição da população mundial em 2020	36
Distribuição geográfica dos emissores de CO₂e	39
Distribuição geográfica das despesas efectuadas com os montantes emprestados pelo Banco Mundial de 1946 a 1962	62
Chile: pagamentos multilaterais	113
Brasil: pagamentos do Banco Mundial	114
Nicarágua: pagamentos do Banco Mundial	116
Congo-Kinshasa (Zaire de Mobutu): pagamentos do Banco Mundial	117
Romênia: pagamentos do Banco Mundial	118
Comparação entre os montantes emprestados anualmente e os montantes reembolsados anualmente (dívida externa total)	180
Comparação entre a evolução do estoque total da dívida externa e a transferência líquida sobre a dívida	182
Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública da América Latina e do Caribe	183
Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública do Sul da Ásia	184
Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública da África Subsariana	184
Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública do Norte de África e do Médio Oriente	185

Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública do Sudeste Asiático e do Pacífico 186

Comparação entre a evolução do estoque total e as transferências líquidas sobre a dívida externa pública da Europa de Leste e da Ásia Central 187

Direito de voto de alguns administradores (ou diretores-executivos) no Banco Mundial (janeiro-2020) 339